

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ARIEL TAVARES PEREIRA**

**DISPUTAS FACCIONAIS E CONSTRUÇÕES DE “ISMOS”:**

**inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960)**

**SÃO LUÍS – MA**

**2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ARIEL TAVARES PEREIRA**

**DISPUTAS FACCIONAIS E CONSTRUÇÕES DE “ISMOS”:**

**inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

**SÃO LUÍS – MA**

**2018**

**DISPUTAS FACCIÓNAIS E CONSTRUÇÕES DE “ISMOS”:**

**inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960)**

**ARIEL TAVARES PEREIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Igor Gastal Grill  
(PPGCSoc/UFMA-Orientador)

---

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho  
(PPGS-UECE)

---

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris  
(PPGHIST-UEMA)

---

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi  
(PPHIS-UFMA)

---

Prof. Dr. Juarez Lopes de Carvalho Filho  
(PPGCSoc-UFMA)

Para Elisene, Miguel e Lucas.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para que este momento se tornasse realidade. Ainda que seus nomes não estejam nesta página, vocês sabem que não foi fácil, e saibam que sem vocês eu não teria conseguido!

Muito obrigado, em primeiro lugar, à minha esposa, Elisene. Você sem dúvida foi a pessoa que estive mais próxima e com quem compartilhei as maiores angústias e igualmente os entusiasmos e alegrias que este trabalho nos proporcionou. Te amo!

Agradeço também à dona Elineide, minha sogra querida que tem cuidado não apenas do Miguel e do Lucas, essas preciosidades que são os meus filhos, mas também da Elisene e de mim, obrigado. Aproveito para agradecer ao “parente” Djalma Rodrigues, que muito ajudou intermediando contato com os jornalistas que entrevistei.

Agradeço a todos os meus irmãos e irmãs de sangue: hoje somos onze mas sempre seremos treze, no coração. Desde o começo do curso me ajudaram sendo compreensivos com a necessidade de me ausentar um pouco dos cuidados com a nossa amada Rosa. Só vocês podem imaginar o quanto isso foi doloroso pra mim. Obrigado!

Aos amigos que a vida me deu, particularmente os da turma de História/UFMA 2001.1, agradeço porque foi ali que divisei a possibilidade de fazer um mestrado e, quem sabe, um doutorado?! Enne, amiga desde essa época, fez agora o “abstract”.

Agradeço aos colegas da turma de doutorado (2014), pelas discussões acadêmicas e pelo companheirismo que fomos capazes de cultivar. Ainda na confraria socioantropológica, agradeço a Franklin pela ajuda com o “resumé”.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA agradeço particularmente em nome daqueles que tive a satisfação de cursar disciplinas que muito colaboraram com a minha formação e também com o encaminhamento da pesquisa: Marcelo Carneiro, Elizabeth Coelho e Igor Grill. A este último devo um agradecimento especial pela orientação paciente e rigorosa, foi sem dúvida uma experiência enriquecedora poder contar com a sua colaboração na (re)formulação e desenvolvimento do trabalho. Nas etapas anteriores (qualificação de projeto e da tese) contamos com a colaboração inestimável dos professores Eliana Tavares dos Reis, Juarez Lopes e Wheriston Neris. Os dois últimos puderam aceitar ainda o convite para a defesa, aos quais mais uma vez agradeço. Nesta última etapa contamos com a colaboração dos professores Ítalo Santirocchi e Alexandre Barbalho.

E, *last but not least*, agradeço aos professores do IFMA-Campus Barreirinhas, que aprovaram meu pedido de afastamento para cursar este doutorado.

## RESUMO

A presente tese examina, em dois momentos históricos (décadas de 1930 e 1960), as disputas faccionais e categorizações relativas às lutas políticas no Maranhão. O foco recaiu sobre uma gama de agentes atuantes nos principais jornais do estado, examinando-se as inscrições familiares, políticas e culturais que os autorizam a intervir nos processos de concorrência eleitoral como competidores e/ou intérpretes, bem como sobre um *corpus* discursivo composto por textos que publicaram nesses veículos. Partindo da agenda de pesquisas do LEEPOC, foram analisadas modalidades de etiquetas políticas, na forma de “ismos”, as quais funcionam como critérios de localização dos protagonistas nos embates políticos nas décadas consideradas e seus (re)alinhamentos. Procurou-se, então, de um lado, caracterizar origens sociais, disposições, percursos escolares, inserções culturais e políticas, atividades profissionais, os recursos acumulados e/ou herdados dos agentes, e, de outro, objetivar suas tomadas de posição sobre a política, notadamente as classificações construídas das *facções* e suas lideranças.

Palavras-chave: Disputas faccionais; etiquetas políticas; elites; jornais; intelectuais.

## **ABSTRACT**

The present thesis examines, between two historic moments (decades of 1930 and 1960's), the factional disputes and categorizations related to political struggles in Maranhão. The main focus has been on examining the political, cultural and family inscriptions agents that authorize them use the main newspapers of the state, as competitors or interpreters to intervene in electoral process and competition. It was also used a discursive corpus composed of texts published in these press vehicles by these agentes. It started from the agenda of the study group LEEPOC, by analyzing modalities of political labeling in the forms of "isms", which function as a criteria of localization of the protagonists of the political conflicts in the considered decades and their alignments. On the one hand, it intended to characterize social origins, dispositions, school paths, cultural and political insertions, professional activities, resources accumulated or inherited from agentes, and on the other hand, to objectivize their positions on politics, notably the classifications constructed of the "factions" and their leaderships.

Key words: factional disputes, political labels, elites, intellectual, newspapers.

## RESUMÉ

Cette thèse examine, en deux moments historiques (décennies de 1930 et 1960), les disputes factionnels et catégorisations relatives aux luttes politiques au Maranhão. L'accent privilégié a été mis sur une gamme d'agents actifs dans les principaux journaux de l'état, en examinant des inscriptions familiales, politiques et culturels qui les autorisant à intervenir dans les processus de concurrence électorale comme des compétiteurs et/ou interprètes, ainsi que sur un *corpus* discursif composé par des textes que ont publiés dans ces véhicules. En partant du programme de recherche développé par LEEPOC, ont été analysées modalités d'étiquetage politiques sous la forme de « ismes », qui fonctionnent comme des critères de localisation des protagonistes dans les affrontements politiques durant les décennies considérées et ses (re)alignements. Alors, on en a trouvé II, d'une part, de caractériser les origines sociales, des dispositions, des parcours scolaires, des insertions culturelles et politiques, des activités professionnels, les ressources accumulés et/ou hérités des agents et, d'autre part, objectiver les prends de positions sur la politique, notamment les classifications construites des *factions* et de leurs dirigeants.

Mots-clés: Disputes factionnels ; Étiquetages politiques ; Elites : Journaux ; Intellectuels

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Fundadores de jornais	54
Quadro 02 – Perfil de Reis Perdigão	63
Quadro 03 – Perfil de Astolfo Serra	82
Quadro 04 – Perfil de Tarquínio Lopes Filho	90
Quadro 05 – Perfil de Nascimento Moraes	104
Quadro 06 – Perfil de Antônio de Lopes	109
Quadro 07 – Quadro comparativo dos agentes da década de 1930	112
Quadro 08 – Agentes e postos ocupados durante o Estado Novo	115
Quadro 09 – Perfis de personalidades políticas (anos 1960)	188
Quadro 10 – Facções políticas (anos 1960)	191
Quadro 11 – Principais jornais em circulação nos anos 1960	192
Quadro 12 – “jornalistas” em atuação nos anos 1960	196
Quadro 13 – Perfil de Neiva Moreira	216
Quadro 14 – “A poesia no poder”	231
Quadro 15 – Perfil de Bandeira Tribuzi	234
Quadro 16 – Perfil de José Chagas	247
Quadro 17 – Perfil de Bernardo Almeida	262

## LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AML	Academia Maranhense de Letras
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
BN	Biblioteca Nacional
BPBL	Biblioteca Pública Benedito Leite
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PRM	Partido Revolucionário Maranhense
PRM	Partido Republicano Maranhense
PRP	Partido Republicano Paulista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SUDEMA	Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJ/MA	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
UDN	União Democrática Nacional
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
URM	União Republicana Maranhense

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	13
Trajetória de pesquisa e construção do objeto	14
Justificativa (contribuição à agenda de pesquisa)	18
Objetivos da pesquisa	25
Referencial teórico	30
Metodologia (materiais trabalhados; experiências de campo: arquivos e entrevistas)	38
<b>PARTE I: CONJUNTURA DOS ANOS 1930</b>	42
<b>CAPÍTULO I: DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO E AGENTES MULTIPOSICIONADOS</b>	42
1.1 - Lutas políticas faccionais na década de 1930	42
1.1.1 – “Magalhãesistas”	46
1.1.2 – “Marcelinistas”	49
1.1.3 – “Tarquinistas”	50
1.2 – Jornais e política na década de 1930	53
1.3 – Perfis de agentes multiposicionados	58
1.3.1 – Reis Perdigão	62
1.3.2 – Astolfo Serra	76
1.3.3 – Tarquínio Lopes Filho	84
1.3.4 – José do Nascimento Moraes	92
1.3.5 – Antônio Lopes	105
<b>CAPÍTULO II: TOMADAS DE POSIÇÃO E (RE)ALINHAMENTOS FACCIONAIS</b>	111
2.1 – Reis Perdigão: “Revolução” como “regeneração dos costumes políticos”	111
2.2 – Astolfo Serra: As “tradições intelectuais” maranhenses como justificativa para ação política.	131
2.3 – Tarquínio Lopes Filho: soluções para os “nossos grandes males”	152
2.4 – Nascimento Moraes: “marcelinismo”, condensador de estigmas	160
	180

<b>PARTE II: CONJUNTURA DOS ANOS 1960</b>	
<b>CAPÍTULO III: FACÇÕES, JORNAIS E AGENTES MULTIPOSICIONADOS</b>	180
3.1 – O faccionalismo na política maranhense da década de 1960	180
3.2 – Imprensa e política nos anos 1960	185
3.3 – Perfis de agentes multiposicionados	195
3.3.1 – José Guimarães Neiva Moreira (Neiva Moreira)	195
3.3.2 – José Tribuzi Pinheiro Gomes (Bandeira Tribuzi)	212
3.3.3 – José Francisco das Chagas (José Chagas)	229
3.3.4 – Bernardo Coelho de Almeida (Bernardo Almeida)	242
<b>CAPÍTULO IV: TOMADAS DE POSIÇÃO NOS ESCRITOS</b>	265
4.1 – Neiva Moreira: os discursos de si e a fabricação do inimigo “vitorinista”	265
4.2 – Bandeira Tribuzi: com técnica e poesia, os discursos de autoridade	290
4.3 – José Chagas: uma crônica (necessidade) da política	310
<b>CONCLUSÃO</b>	328
<b>REFERÊNCIAS</b>	335





## INTRODUÇÃO

A presente tese examina, em dois momentos históricos (décadas de 1930 e 1960), as disputas faccionais e as categorizações relativas às lutas políticas no estado Maranhão. O foco privilegiado recaiu sobre uma gama de agentes atuantes nos principais jornais do estado nesse período. Reconstituiu-se, então, suas inscrições familiares, políticas e culturais, bem como as redes de relações pessoais herdadas e adquiridas, de modo a compreender quais os condicionantes sociais que pesaram sobre sua atuação nos processos políticos faccionais, seja como competidores, disputando mandatos eletivos, seja como intérpretes desses mesmos processos, produzindo um conjunto de imagens e representações sobre o jogo político, e, principalmente, sobre os adversários, nos embates faccionais. Neste último caso, o trabalho buscou privilegiar, nas duas conjunturas, as categorias de classificação baseadas em “ismos”, sondando suas condições de emergência e propagação em um espaço político marcadamente faccional.

Partindo de uma agenda de pesquisas formulada no âmbito do Laboratório de Estudo de Elites Políticas e Culturais – LEEPOC/UFMA, pretendeu-se analisar aquelas categorias enquanto etiquetas políticas que funcionam como critérios de localização dos protagonistas nos embates faccionais e seus (re) alinhamentos. Para tanto, o trabalho foi organizado em torno de dois eixos de análise: de um lado, foram caracterizadas as origens sociais, disposições, percursos escolares, inserções culturais e políticas, atividades profissionais, os recursos acumulados e/ou herdados dos agentes, e, de outro, foram analisadas as tomadas de posição dos agentes acerca do jogo político faccional, notadamente no que diz respeito às classificações construídas acerca das *facções* e suas lideranças, referência central para a elaboração das etiquetas em “ismos”.

O estudo ora apresentado se inscreve, portanto, numa agenda de pesquisa mais ampla voltada para os processos de seleção e reprodução de elites culturais e políticas no Brasil, que tem sido empreendida a partir do LEEPOC/UFMA. Em decorrência dessa inscrição, ele se beneficia mais diretamente dos avanços alcançados no âmbito das reflexões ali produzidas, as quais resultam de um diálogo permanente com uma série de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. As razões de tal escolha temática decorrem,

também, de interesses de pesquisa iniciados desde a graduação, e continuados durante o mestrado, os quais buscavam analisar as relações entre imprensa e política no Maranhão (PEREIRA, 2006; 2016). Na pesquisa de doutoramento, ora apresentada, desejava-se explorar, de maneira mais vertical, outros aspectos daqueles relações entre domínios políticos e jornalísticos, entrando em cena ainda a questão dos intelectuais ou produtores de representações que realizam a ponte entre aqueles dois universos inicialmente cotejados. Ou seja, deu-se continuidade, porém, incorporando novas dimensões de análise e também outros marcos conceituais, os quais permitiram descer nas propriedades sociais dos agentes que efetivamente atuaram naqueles domínios.

A escolha dos recortes cronológicos também foi orientada no sentido de explorar a problemática supramencionada em momentos considerados mais propícios, ou seja, em períodos eleitorais. Justifica-se essa escolha, primeiramente, porque nas configurações históricas aqui consideradas (décadas de 1930 e 1960), os jornais se constituem enquanto *locus* privilegiados para a veiculação das ideias e visões de mundo dos agentes interessados em interpretar ou mesmo posicionar-se no jogo político. Por outro lado, na proporção em que se intensifica a disputa faccional dentro desses mesmos marcos, observa-se ainda a proliferação de jornais ligados a políticos e/ou famílias de políticos. Soma-se a isso o fato de que, notadamente a partir de 1930, essas tomadas de posição políticas passam cada vez mais a empregar classificações e etiquetas dos “grupos políticos” por meio dos chamados “ismos”, tais como: “magalhãesismo”, “marcelinismo”, “genesismo” e “tarquinismo”, padrão esse que se encontra também nos anos 1960, com a emergência de novos atores políticos: “sarneysismo” e “vitorinismo” (no caso deste último, sua formulação, propagação e consolidação processaram-se desde meados da década de 1940).

### **Trajatória de pesquisa e construção do objeto.**

O percurso que trilhamos na confecção tanto da monografia de graduação em História quanto da dissertação de mestrado em Ciências Sociais, conforme indicado, circunscrevia suas questões a partir das relações entre imprensa e política no Maranhão. No caso da monografia, o objeto que tentamos analisar era justamente o embate dos chamados “extremismos da esquerda e da direita” (ANL versus AIB<sup>1</sup>) a partir da

---

<sup>1</sup> ANL: Aliança Nacional Libertadora; AIB: Ação Integralista Brasileira.

“cobertura” realizada pela imprensa de São Luís em meados dos anos 1930 (PEREIRA, 2006). Iniciação científica, poderíamos dizer, tributária do estudo de Caldeira (1981): “*As interventorias estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-1930*”. Nosso trabalho se detinha no que acreditávamos ser um dos aspectos da dinâmica política maranhense do período. Apesar da inspiração ter partido do estudo de Caldeira (1981), este, no entanto, não tomava a imprensa enquanto um agente social importante nessa dinâmica política. Como era comum entre os cientistas sociais brasileiros até a década de 1980, ele a tomava como fonte complementar aos materiais empíricos da pesquisa, mas não enquanto objeto de uma investigação sociológica<sup>2</sup>.

A inquietação de fundo era inspirada nas novas abordagens historiográficas importadas para o Brasil nas últimas décadas do século passado e que, no início dos anos 2000, quando cursamos a graduação em História na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, eram lidas como o novo paradigma da historiografia. Todavia, em nosso trabalho monográfico elaboramos uma primeira aproximação como o tema das representações produzidas pelos jornais. Este trabalho se consolidou na etapa seguinte, quando, a partir de uma fundamentação teórica da análise do discurso (FOUCAULT, 1999; 2007), construímos como objeto sociológico as representações sociais produzidas por jornais do Maranhão acerca do “comunismo” e dos “comunistas”, enfocando as estratégias discursivas mobilizadas e procurando apreender a heterogeneidade dos discursos anticomunistas, levando em conta que as tomadas de posição nos jornais eram expressão das disputas entre *facções*<sup>3</sup> pelas posições dominantes no espaço político estadual.

Tentamos, naquela oportunidade, não descuidar dos agentes sociais que produziram aqueles discursos, sob pena de incorreremos nos equívocos de uma análise internalista do discurso, conforme chama atenção Pierre Bourdieu (1996a). No entanto, é forçoso reconhecer, nossa abordagem não realizou uma caracterização social mais profunda dos agentes, objetivando suas propriedades sociais (origem social, percurso escolar, carreira profissional etc), seus recursos ou capitais acumulados e/ou

---

<sup>2</sup> O estudo de Caldeira (1981) foi produzido enquanto dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp. José Caldeira graduara-se na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

<sup>3</sup> O conceito de *facção* aqui utilizado segue a definição dada por Carl Landé (1977). São grupos não-corporados que se caracterizam por “membros instáveis, duração incerta, liderança personalística, ausência de organização formal e um interesse maior por poder e espólios do que por ideologia ou política” (LANDÉ, 1977, p.52). Não se trata, portanto, de tentar impor uma classificação pejorativa para as referidas correntes políticas, mas de procurar caracterizá-las com maior precisão analítica.

herdados, permitindo visualizar a superfície social daqueles agentes a partir da reconstituição dos seus perfis em um espaço estruturado de posições, sempre construído de um ponto de vista relacional e disposicional (BOURDIEU, 2007;1996c).

Estes aspectos, sinteticamente aqui relatados, serviram-nos como elemento motivador e desafiador ao mesmo tempo, possibilitando a formulação de novas questões de pesquisa a partir de uma abordagem que privilegiava, agora, as relações entre imprensa, intelectuais e política no Maranhão. Na etapa atual do nosso percurso de pesquisador em Ciências Sociais, a gênese da problemática encontra-se, justamente, na ideia de imbricação entre empreendimentos político-partidários e intelectuais-jornalísticos, constituindo os jornais um domínio de lutas por classificações sobre a política, os “grupos políticos” e os próprios políticos.

A partir da leitura de Grill<sup>4</sup> (2012), divisamos a possibilidade de formular uma problemática voltada para o fenômeno das etiquetas políticas em “ismos”, porém, de uma perspectiva histórica mais longa<sup>5</sup>, abrangendo todo o século XX, no qual seriam enfocados três momentos específicos (décadas de 1930, 1960 e 2010). Os objetivos, ou o que poderíamos chamar de uma agenda específica da problemática, estavam em grande medida delineados no trabalho de Grill (2012) sobre os “vitorinismo” e o “sarneísmo”. A partir da relação entre os intérpretes dos “ismos” e suas tomadas de posição, buscar-se-ia compreender os condicionantes sociais da emergência dessas categorizações, as quais, além de dar sentido às lutas políticas,

[...] abrangem, por um lado, a afirmação de características sociais, as trajetórias seguidas e os posicionamentos assumidos por determinadas lideranças políticas que, por sua vez, afirmam-se como “ícones” das “histórias políticas” regionais e, por outro lado, são tributárias das apropriações e versões oferecidas por agentes imersos tanto nas disputas político-partidárias como nas “letradas” (vinculadas de alguma forma ao universo “intelectual”) que permeiam tais dinâmicas (GRILL, 2012, p. 194).

A partir daí, a novidade residiria em apreender as condições de emergência e os usos dessas taxonomias, percebidas enquanto produções simbólicas condicionadas

---

<sup>4</sup> O recorte cronológico do trabalho de Grill (2012) abarca desde o período pós-Estado Novo (1945) até a década de 2010, analisando, no caso Maranhense, as interpretações acerca do “vitorinismo” e do “sarneysismo”. O trabalho enfoca ainda o caso do Rio Grande do Sul, onde destaca o fenômeno conhecido como “trabalhismo”, em torno do qual se constituíram os seguintes “ismos”: “getulismo”, “pasqualinismo” e “brizolismo”.

<sup>5</sup> O que não deve ser confundido com a longa duração dos historiadores, perspectiva muito mais exigente em termos de recorte cronológico.

e condicionadoras de clivagens e lógicas características dos *domínios*<sup>6</sup> políticos no Maranhão, privilegiando os discursos de agentes com uma tripla e indissociável inscrição: jornalística, intelectual e política.

Se o foco do trabalho de Grill (2012), no que diz respeito aos agentes, eram os ocupantes de cargos eletivos no período de 1945-2010, os quais haviam sido selecionados no bojo da pesquisa sobre políticos que escrevem (GRILL e REIS, 2012), elege-se-ia, agora, a imprensa como *locus* privilegiado para apreender o processo de fabricação e disputa em torno dos significados das diferentes etiquetas políticas em “ismos”, bem como acerca do fenômeno político mais geral no/do qual aqueles agentes produziam representações.

Definiam-se, ainda, os períodos eleitorais como momentos em que aquelas classificações tornar-se-iam mais visíveis, permitindo apreender as tomadas de posição de agentes sociologicamente caracterizados. Estes últimos deveriam ser definidos previamente, no sentido de que não partiríamos dos discursos em si, mas de agentes específicos e situados socialmente que se dedicaram a interpretar a política, a história política e, no limite, o próprio Maranhão. A entrada para essas questões ocorreria por meio dos “ismos”, “categorias ativadas como critérios de aproximação e de estabelecimento de clivagens, mediante as quais as lutas faccionais que atravessam o espaço de luta política no plano estadual definem-se e redefinem-se” (GRILL, 2012, p. 194).

No decorrer do mapeamento que visava identificar os agentes sobre os quais deveríamos investir em termos da reconstituição das suas propriedades sociais, inscrições políticas, profissionais e culturais (literárias/intelectuais), defrontamo-nos com algumas dificuldades. Às pistas encontradas numa primeira aproximação com o material jornalístico, indicavando os indivíduos concretos que mais se dedicavam à interpretação das questões a serem problematizadas, não correspondia um volume de informações biográficas suficientes para embasar a construção dos indivíduos epistêmicos<sup>7</sup>. Não abrimos mão, todavia, dessa conjuntura específica (no caso, os anos

---

<sup>6</sup> Para o uso dessa ideia tomamos os trabalhos de Reis e Grill (2015) e Grill e Reis (2018). Eles defendem a pertinência da noção para “circunscrever dimensões da vida social erguidas na ‘superposição integrada’ de lógicas e práticas (CORADINI, 2012, p. 69), isto é, que não estão encerradas em esferas autônomas, mesmo em situações de relativa especialização de papéis” (GRILL e REIS, 2018, p. 197). Mais à frente, no tópico “referencial teórico”, esta e outras categorias analíticas aqui utilizadas serão melhor exploradas.

<sup>7</sup> Para Bourdieu, enquanto o indivíduo empírico, ou concreto, característico do “discurso ordinário”, refere-se globalmente a um objeto singular sem, no entanto, caracterizar sua diferença, o indivíduo construído, ou epistêmico, “é definido por um conjunto finito de propriedades explicitamente definidas”,

1930), com a qual dispúnhamos de certa familiaridade. Assim, concentramos esforços no sentido de reunir informações a partir de fontes diversas. Produção bibliográfica dos próprios agentes que, a princípio, não havíamos cogitado de ler ou analisar, se mostraram, em alguns casos, fontes relevantes para a construção do perfil sociográfico dos mesmos. Porém, como é sabido, isso demanda tempo. A essa altura, consideramos mais prudente nos atermos apenas a dois períodos históricos (décadas de 1930 e 1960), acerca dos quais já conseguíamos esboçar algumas questões, tendo em vista o investimento realizado na construção dos seus respectivos espaços jornalístico e político.

As dimensões de análise privilegiadas foram delineadas a partir daqueles dois eixos já referidos: as posições sociais ocupadas pelos agentes e suas tomadas de posição no jogo faccional a partir de um lugar indiscernível empiricamente enquanto jornalista/intelectual/político.

### **Justificativa e contribuição à agenda de pesquisa**

Neste ponto, precisamos justificar a relevância da exploração deste tema de pesquisa, situando nossa problemática específica e o conjunto de questões que a informam em termos do recorte empírico e cronológico, bem como acerca das dimensões e estratégias de análise.

Como se pode perceber as etiquetas em “ismo” são derivações dos nomes de lideranças políticas reconhecidas (no sentido de detentoras de recursos políticos personificados) e cuja permanência na arena política faz com que os “ismos” correlatos também apresentem ou desfrutem certa perenidade. Por outro lado, sucedendo-se o contrário com os “ismos” cujos referentes (líderes políticos) não permaneceram ou não conseguiram manter sua reputação ou tiveram suas carreiras políticas bloqueadas ou não conseguiram se afirmar no espaço de concorrência das *facções* políticas (exemplos, a partir do *corpus* analisado: “godofredismo”, “parguismo”, “tarquinismo”, “genesisismo”)<sup>8</sup>.

O aspecto central destes “ismos” advém do fato de desempenharem, antes de tudo, uma função avaliativa (COLLOVALD, 1991, p. 97), seja sob a forma da

---

e em relação às quais os outros indivíduos são também construídos pelo discurso científico (BOURDIEU, 2013a, pp. 44-45).

<sup>8</sup> Para não falar dos casos em que os “ismos” perduram no cenário político mesmo após a morte da sua liderança-símbolo, como é o caso do “gaullismo” na França e do “peronismo” na Argentina.

positivação (exaltação/identificação), seja enquanto negatividade (detração/desqualificação) (GRILL, 2012).

Segundo Collovald, os “ismos” tendem a produzir um estereótipo social através de um julgamento pejorativo que prevalece e contamina a coisa designada. Dessa maneira, eles funcionariam como uma espécie de condensador de estigmas políticos (1991, p. 98). O aspecto da negatividade dos “ismos” é enfatizado neste texto em que a autora analisa o “poujadismo”, movimento assim designado quando emergiu no cenário político francês da década de 1950 e provocou reação imediata de todos os agentes interessados no jogo político: os políticos profissionais (de todo o espectro ideológico), os jornalistas (comentaristas) e os especialistas em política (acadêmicos empenhados na interpretação do jogo político). A mobilização dessa “empresa de estigmatização” era reveladora da postura, compartilhada por aqueles diferentes agentes, que consideravam os “poujadistas” como intrusos (ou seja, ilegítimos) no espaço público nacional (COLLOVALD, 1991, p. 99).

Desse modo, é possível dizer que o uso de etiquetas em “ismos”, notadamente em sua versão da negatividade, diz mais sobre os seus usuários (interessados na etiquetagem estigmatizante) que sobre a “realidade” ou referente que pretende nomear. Foi o que Collovald demonstrou em sua análise sobre os empreendimentos que chamou de *operação biográfica*, através da qual ela buscou entender como Jacques Chirac pode tornar-se o herdeiro do “gaullismo” (COLLOVALD, 1999). Segundo a autora, aquela operação de gestão da imagem pública foi o que possibilitou a um político descrito como ocupando uma “posição em falso”, ou enquanto um “deslocado” na estrutura do partido gaullista, afirmar-se como o herdeiro dessa “tradição política”. A resposta a este enigma (aparente) encontra-se na história (em todos os seus meandros processuais e relacionais) do crédito político que foi reconhecido àquele agente em diferentes momentos de sua carreira e nos *usos* que foram feitos desse crédito (COLLOVALD, 1999, p. 9).

As disputas pelas representações simbólicas no universo da política passam pelas estratégias de estigmatização. Todavia, estas nem sempre são bem-sucedidas. É o que demonstra Collovald para o caso do “gaullismo”. Com efeito, exatamente no momento em que esta “tradição política” era objeto de uma tentativa de renovação (anos 1970), vários agentes, particularmente os jornalistas (que experimentavam transformações nas concepções de excelência profissional em decorrência da entrada



em cena de uma nova geração), que já tinham inclusive “profetizado”<sup>9</sup> (no início dos anos 1960) o declínio daquele movimento, viram-se instados a lançar mão das estratégias de denúncia e estigmatização como forma de preservar o que consideravam sua autoridade para interpretar aquele universo (COLLOVALD, 1999, p.140-141). A autora apresenta um espaço de concorrências<sup>10</sup> entre diferentes agentes que disputavam, através de suas produções discursivas, a condição de intérpretes autorizados não apenas do jogo político *strictu sensu*, mas da política em sentido mais amplo.

Todavia, queremos chamar atenção para questões que nos parecem trazer aportes instigantes para compreender o processo de fabricação (e o modo de funcionamento) das etiquetas políticas no contexto brasileiro (especificamente maranhense). Nas circunstâncias referidas por Collovald (1999), a estratégia da denúncia/acusação sobre os gaullistas (que focavam particularmente Jacques Chirac) propiciou novos recursos a estes (principalmente visibilidade política), o que foi aproveitado por Chirac e sua equipe (usos políticos da construção biográfica), consolidando-o na condição de adversário central em torno do qual tudo e todos deviam cerrar fileiras, diziam seus detratores<sup>11</sup>. As representações sociais consideradas para efeito da nossa análise são etiquetas ou expressões em “ismos” formuladas no e para o embate das *façõ*es no cenário político daqueles períodos históricos. Como lembra a autora, citando Mauss, a linguagem é sempre um instrumento de ação e os julgamentos que ela é capaz de exprimir atuam não apenas sobre as identidades em disputa, mas também sobre os recursos sociais e políticos que lhe estão associados. Permitindo-nos, dessa maneira, compreender como as representações (no caso dos rótulos ou etiquetas sob a forma de denúncias) podem fugir do controle de seus formuladores (COLLOVALD, 1999, p.147-148).

Focalizamos, simultaneamente, os agentes sociais (com tripla e indissociável inscrição: jornalística, intelectual e política) e os seus constructos simbólicos cujo lugar de emissão e difusão privilegiados são os jornais diários de maior circulação no estado do Maranhão nas décadas de 1930 e 1960.

---

<sup>9</sup> Essa “postura profética” é posta em prática principalmente pelos “grandes” do jornalismo francês que, desse modo, consolidam o seu lugar enquanto comentaristas de política (COLLOVALD, 1999, p.140).

<sup>10</sup> Matiza diferentes tipos de imprensa, por exemplo: uma “grande” imprensa (Le Monde; Le Figaro etc); uma imprensa “gaullista”; imprensa “independente”; além de intelectuais, cujos posicionamentos recobrem o espectro ideológico mais amplo (“gaullistas”, “anti-gaullistas”, etc).

<sup>11</sup> Collovald interroga-se sobre a *operação biográfica* realizada, formulando a seguinte questão: o que significa biografar um político? (1999, p10).

A partir de uma leitura orientada por um referencial teórico específico, e baseando- nos numa experiência prévia de pesquisa com fontes documentais relativas a um desses períodos (PEREIRA, 2016), pode-se extrair da leitura da bibliografia produzida em nível regional (CALDEIRA, 1981; REIS, 2007; COSTA, 2006; 2015), e que abarca individualmente esse dois períodos históricos, os seguintes aspectos recorrentes: 1º) presença de etiquetas políticas (“ismos”) e de intenso *faccionalismo*; 2º) proliferação de jornais ligados a políticos e/ou “famílias de políticos”; e 3º) agentes multiposicionados, ou seja, que se apresentam ligados a diferentes atividades do espaço social, e das quais tendem a extrair retribuições materiais e simbólicas, configurando *multinotabilidades* (REIS & GRILL, 2015).

Como dito acima, elegemos como chave de entrada nesse universo os períodos eleitorais, os quais se justificam em razão de se tratarem de momentos de maior tensão e/ou efervescência no jogo faccional, o que pode ser condicionado e condicionante do fenômeno das etiquetas políticas. As eleições se constituem, portanto, em momentos privilegiados para observar e analisar o mecanismo de produção de etiquetas políticas numa configuração marcada pelos aspectos recorrentes acima listados, mas que ainda não foram considerados a partir da perspectiva aqui proposta. A ênfase nos períodos eleitorais busca, então, objetivar as práticas e lógicas que fundamentam disputas políticas marcadas por alianças, rupturas e realinhamentos (GRILL e REIS, 2012; PALMEIRA, 2010), permitindo, desse modo, captar as clivagens faccionais e as tomadas de posição dos agentes, bem como sua movimentação no espaço político.

As tomadas de posição serão apreendidas principalmente a partir da produção e difusão de representações ou “imagens” que se traduzem em “ismos”, trabalho de fabricação a que se dedicam notadamente aqueles que escrevem nos jornais. No entanto, não seguiremos aqui os protocolos de uma sociologia do jornalismo, o que, além de exigir uma discussão com a literatura produzida no âmbito dessa área específica, implicaria principalmente, e isto foi determinante para construção da abordagem aqui empreendida, em privilegiar uma dimensão da prática social dos agentes, tomados a partir da condição de “jornalistas”.

Dentro do esquema analítico bourdieusiano, e tomando como universo empírico as condições históricas da França no século XX, considera-se que as relações estabelecidas pelo campo jornalístico (BOURDIEU, 1997) com diversos outros campos são diferenciadas no que refere ao sentido e peso das influências recíprocas. No artigo intitulado *A influência do jornalismo* (BOURDIEU, 1997) Pierre Bourdieu afirma que o

campo econômico influencia sobremaneira o campo jornalístico, ao passo que este, por sua vez, apresentava uma tendência, desde os anos 1970/1980, de exercer considerável interferência nos campos ligados à produção cultural (campo artístico, campo literário, campo científico), mas também nos campos político e jurídico<sup>12</sup>. Segundo Bourdieu (idem) isso representava uma considerável mudança na correlação de forças entre os campos e, internamente, a cada um deles. Essas dimensões foram em seguida estudadas por outros pesquisadores (CHAMPAGNE, 1990; NEVEU, 1993; MARCHETTI, 2000).

Em certa medida, uma das mudanças mais importantes deveu-se ao chamado *efeito de intrusão*, particularmente exercido pelo campo jornalístico a partir da entrada em cena da televisão, que alterou inicialmente as relações no interior do próprio campo, sobrepondo sua lógica comercial, por exemplo, aos jornais e revistas impressos e, em seguida, o campo jornalístico conformado por essas novas restrições estruturais (peso da audiência, lógica comercial, etc.) passa a produzir efeitos análogos sobre os outros campos do mundo social. É o caso do campo político. Bourdieu dá o exemplo da distância que geralmente existe, em cada um desses espaços relativamente autônomos que são os campos, entre os produtores profissionais (e seus produtos) e os simples consumidores (leitores, ouvintes, eleitores, etc.). O que fundamenta essa distância, e a torna difícil de ser superada, segundo Bourdieu, é justamente a autonomia relativa de que dispõem os profissionais em relação aos profanos, no caso do campo político. Nas palavras do autor:

[...] a imprensa, sobretudo televisiva (e comercial), age no mesmo sentido que a pesquisa de opinião, com a qual ela própria deve contar, [...] instaura com os eleitores uma relação direta, *sem mediação*, que descarta todos os agentes individuais ou coletivos (tais como os partidos ou os sindicatos) socialmente delegados para elaborar e propor opiniões constituídas; ela despoja todos os mandatários e todos os porta-vozes de sua pretensão [...] ao monopólio da expressão legítima da "opinião pública" e, ao mesmo tempo, de sua capacidade de trabalhar em uma elaboração crítica [...] das opiniões reais ou supostas de seus mandantes (BOURDIEU, 1997, p.115).

A consequência disso foi o enfraquecimento da autonomia do campo político, e assim, da própria capacidade delegada aos representantes para se impor enquanto guardiões legítimos dos valores coletivos. Esse quadro teórico pensado para a França das últimas décadas do século XX, aporta alguns elementos que podem ser úteis na formulação de questões sociológicas em outros lugares.

---

<sup>12</sup> Para um exemplo das relações entre campo jornalístico e campo jurídico ver Lenoir, 1994.

Ainda na Europa, podemos citar o caso da Itália, analisado em perspectiva comparada com a França por Eugénie Saïta (2006), onde são apontadas semelhanças e diferenças interessantes para pensarmos algumas questões relativas ao caso do Maranhão. As novas gerações de “jornalistas especializados em política” surgidas naqueles dois países entre as décadas de 1980 e 1990 compartilham, por exemplo, um mesmo discurso crítico em relação à política, o que teria relações com um processo mais amplo de “despolitização do campo jornalístico”, notadamente na França, mas com nuances diferenciadas para o caso italiano, como ressalta Saïta (2006, p. 387). Na Itália, assim como em outros países mediterrâneos, mas diferentemente da França, teria ocorrido uma “persistência do clientelismo” responsável por uma certa tendência à “instrumentalização das mídias” por parte dos seus proprietários. O resultado seria uma imprensa italiana tendendo a ser mais controlada politicamente, o que explicaria, por exemplo, a menor publicização das controvérsias do mundo político. Essas diferenças ajudariam a compreender por que, apesar de compartilharem o mesmo discurso da “crise da representação política”, para cuja existência social tiveram papel considerável, as novas gerações de “jornalistas políticos” italianos e franceses apresentam diferentes evoluções em termos de representações políticas e de modelos de excelência profissional. No caso francês, a valorização de um perfil profissional marcado pelo distanciamento em relação às fontes (“homens políticos”) torna-se um discurso legítimo e dominante ao preço da desqualificação do *savoir-faire* jornalístico típico da geração precedente, cuja entrada nesse espaço profissional ocorrera por volta dos anos 1960, quando o chamado “jornalismo político” era muito próximo do meio político, não somente porque eram as fontes privilegiadas para o bom exercício do seu *métier*, mas porque compartilhavam da crença na capacidade da “política” para “mudar a sociedade” (SAÏTTA, 2006, p. 388). Segundo a autora, um dos fatores explicativos da ausência desta estigmatização, no espaço jornalístico italiano dos anos 1980/1990, da retórica jornalística “engajada”, que teria caracterizado a geração anterior de jornalistas, explicar-se-ia pela baixa autonomização entre as esferas jornalística e política. Mas isto estaria ligado também à própria concepção de imprensa, no caso dos jornais impressos analisados por Saïta nesses dois países. Enquanto na França a chamada imprensa cotidiana nacional sofreu intensamente a penetração da lógica comercial, com forte tendência à racionalização do trabalho jornalístico, reforçado por um contexto de crise econômica do próprio campo jornalístico; na Itália, os jornais tendem a ser considerados, por seus proprietários, mais como um instrumento de intervenção no

campo político do que uma empresa em busca de rentabilidade econômica, ainda que parte considerável dos seus recursos financeiros sejam oriundos de empresas públicas e privadas (SAÏTTA, 2006, p. 398).

Esta chave nos possibilita pensar o caso maranhense, sempre ressaltando a necessidade de situá-lo no que diz respeito às suas evoluções e dinâmicas particulares. Ainda não dispomos de uma história do jornalismo regional que pudesse servir de base para melhor caracterizarmos na longa duração esses processos.

Outrossim, conforme nos orientava uma literatura dedicada ao estudo do jornalismo no Brasil (RIBEIRO, 2003; PETRARCA, 2007; SOUZA, 2010), além de outros estudos sociológicos, direcionados, por sua vez, para uma sociologia dos intelectuais (MICELI, 2001; ALONSO, 2002), o exercício do jornalismo apresenta-se desde, pelo menos, o início do século XX como “um ofício compatível com o status do escritor” (MICELI, idem, p.54), proporcionando-lhes rendimentos e, principalmente, oportunidades de ampliação do círculo de relações sociais, fundamentais para a afirmação daqueles agentes como literatos, como políticos, ou ambas as coisas (MICELI, idem, pp. 235-236; PETRARCA, 2007, pp. 60-64).

A abordagem privilegiada neste trabalho se ampara em muitos autores que fizeram uma sociologia dos intelectuais, uma sociologia do jornalismo e uma sociologia da política. No entanto, não pretende seguir seus protocolos teórico-metodológicos no sentido de se situar dentro das questões específicas que estão em jogo quando se trata de cada uma delas. Os jornais são aqui tomados como domínio privilegiado em que se pode apreender agentes e suas tomadas de posição, que nos interessam sobremaneira, visto que são as etiquetas políticas o foco central da investigação.

A partir dessa identificação de agentes cujos investimentos nos três papéis (de políticos, de jornalistas e de intelectuais) resultaram em uma base triádica de notabilidades (REIS, 2014, p.260), partimos para sua descrição sociográfica (propriedades sociais, perfis profissionais, engajamentos culturais e políticos, etc), com o objetivo de compreender a relação entre recursos sociais e bases de legitimidade dos produtores de representações ou intérpretes da “história política” maranhense. Em que bases estão assentadas a *autoridade* que lhes permite disputar a condição de intérpretes da política, da história e até mesmo do Maranhão como uma “realidade” regional sobre a qual se lançam na tarefa de identificar os “problemas” (ou “males”)<sup>13</sup> que, segundo

---

<sup>13</sup> O que indica a pertinência da tese de Almeida (2008) acerca da frigidificação de um esquema interpretativo que organiza as diferentes versões do discurso da *decadência* consagrado na produção

eles, impediriam o “progresso” ou “desenvolvimento” do estado. A estas questões foi possível chegar a partir da análise do material empírico referente às tomadas de posição dos agentes sociais construídos mediante as características já indicadas.

Conforme já assentado por diversas contribuições no âmbito da sociologia brasileira, o exercício da atividade jornalística enquanto categoria profissional está diretamente vinculada, desde sua gênese no século XIX até pelo menos meados do século XX, à condição de intelectual e, mais do que isso, enquanto um domínio de atuação de elites políticas e culturais, guardando nuances em decorrência das mudanças sofridas pelos diferentes momentos experimentados no caso brasileiro (ALONSO, 2002; MICELI, 2001; PÉCAUT, 1990; CORADINI, 2014). Por outro lado, existem trabalhos cujos aportes estão voltados justamente para o processo de constituição de um campo jornalístico no Brasil, suas lógicas de concorrência, as formas de recrutamento e os critérios de excelência profissional (PETRARCA, 2007, 2008; LOBO, 2010; SOUZA, 2013).

Podemos situar nossa contribuição a partir de uma reflexão acerca do papel político e intelectual de agentes que atuaram em jornais, justamente em um momento de transição, no qual é possível vislumbrar elementos e questões que estão presentes na literatura sociológica referida. O presente estudo se justifica, portanto, pelo fato de permitir lançar luz sobre um conjunto de casos de “notáveis” com inscrições simultaneamente políticas, jornalísticas e intelectuais, cuja atuação se desenrola em um período histórico que condensa características de um processo de incipiente profissionalização da atividade jornalística. Acredita-se, ainda, que este trabalho possa contribuir para deslindar as lógicas de intervenção política que têm lugar a partir dos jornais e em momentos notadamente marcados por disputas e clivagens políticas ou faccionais.

## **Objetivos da pesquisa**

Para tanto se fez necessário proceder a uma objetivação do espaço de disputas políticas nas duas conjunturas históricas, delimitando os principais agentes

---

intelectual regional. À medida que os debates em torno do tema vão proliferando, e novas questões são incorporadas, “desdobrando com isto o campo de abrangência da própria *decadência* enquanto tema. Ela passa a compreender uma vastíssima série de questões e torna-se extremamente complexa” (ALMEIDA, 2008, p.22).

individuais (aqueles triplamente situados enquanto jornalistas, intelectuais e políticos, bem como as principais lideranças políticas) e coletivos (*facções* e jornais).

Buscou-se apreender, no caso dos agentes multiposicionados, suas propriedades sociais, disposições, ocupações exercidas e, finalmente, suas tomadas de posição em relação ao jogo faccional. Ao se objetivar as tomadas de posição procurou-se, ao mesmo tempo, perceber se elas estão relacionadas com as diferentes inscrições e trunfos acumulados pelos agentes e, ainda, como, nesse processo de interpretar a “realidade política”, reivindica-se o papel de porta-voz do “povo” e das suas “causas”. Outro objetivo que a pesquisa conseguiu realizar diz respeito às estratégias de qualificação e desqualificação da atividade política e dos próprios políticos a partir da produção de etiquetas políticas (“ismos”), mostrando como a “política” e os políticos são objeto de definições/interpretações por parte dos veículos impressos e dos “jornalistas”, ressaltando suas concepções e valores, e de que modo tais aspectos são justificados levando em conta o posicionamento dos veículos e dos jornalistas num espaço social marcado pela imbricação de lógicas e domínios.

Partindo dos textos *Bases sociais e intérpretes da “tradição trabalhista” no Rio Grande do Sul* (GRILL, 2005) e *“Ismos”, “ícones” e intérpretes: as lógicas das “etiquetagens” na política de dois estados brasileiros (MA e RS)* (GRILL, 2012), ambos de Igor Grill; e dos trabalhos de Annie Collovald sobre o “poujadismo” e o “gaullismo”, respectivamente, em *Histoire d’un mot de passe: le poujadisme. Contribution à une analyse des “ismes”* (COLLOVALD, 1991) e *Jacques Chirac et le gaullisme* (COLLOVALD, 1999), buscamos situar o mecanismo de funcionamento dos “ismos” nas configurações históricas aqui analisadas. A estes trabalhos, cujas especificidades não devem ser desconsideradas, somam-se outros (HAEGEL, 1990; NEIBURG, 1997) que também abordaram questões relativas ao fenômeno dos “ismos”.

Os textos e autores citados, sem dúvida, nos serviram de inspiração, além de nos fornecerem uma base teórico-metodológica, bem como pistas ou achados instigantes para prosseguir na investigação em termos dos mecanismos de produção de etiquetas políticas em “ismos”.

Segundo Grill (2012, p.193), o cenário político brasileiro é marcado pela personificação do capital político que tende a funcionar como capital simbólico. Este aspecto é fundamental para entendermos porque tal cenário é “perpassado” por etiquetas políticas como “getulismo”, “brizolismo”, “sarneyismo”, “malufismo”, “carlismo” etc.

Seguindo trilhas apontadas por estes autores (GRILL, 2012; COLLOVALD, 1991), e tentando formular novas questões para reflexão, esta análise volta-se para as *representações mobilizadas*<sup>14</sup>, buscando apreender as imagens que elas impõem, e o que dizem dos seus autores (formuladores das representações), no intuito de compreender o que significa sua emissão e exploração por agentes bem alocados no espaço social e político.

O processo de fabricação de “ismos” tem sido abordado a partir de clivagens duradouras, agrupamentos político-partidários relativamente longevos e alinhamentos fundados em bases ideológicas. Os estudos demonstram a constituição de “tradições políticas” a partir das diversas leituras retrospectivas levadas a cabo pelos diferentes intérpretes da história política. Por conta disso, tais análises têm abordado o fenômeno dos “ismos” justamente a partir dessas leituras retrospectivas produzidas por seus intérpretes (HAEGEL, 1990; NEIBURG, 1997; COLLOVALD, 1999; GRILL, 2005). O que se pretendeu nesta tese foi justamente analisar o fenômeno dos “ismos” em cenários históricos marcados por um *faccionalismo* exacerbado, onde o personalismo político, as hostilidades recíprocas e as *alianças diádicas* pessoais (horizontais e verticais) pesam muito mais que qualquer conteúdo político com base em programas, ideologias etc. Outro aspecto que deve ser enfatizado é o fato de que se buscou apreender, em duas conjunturas históricas, a invenção de “ismos” justamente no momento de conflitos entre *redes políticas*, concebidas aqui enquanto empreendimentos políticos baseados no princípio da reciprocidade e que estão centrados em um ego, no sentido de que sua própria existência depende de um indivíduo específico que atua como organizador central (MAYER, 2010, p. 140).

A existência de agrupamentos políticos duradouros (perpassando diversas siglas partidárias) e de clivagens e alinhamentos fundados em bases ideológicas caracteriza também os fenômenos do gaullismo (HAEGEL, 1990; COLLOVALD, 1999) e do peronismo (NEIBURG, 1997). No caso do primeiro, analisado por Haegel (1990), trata-se de perceber o lugar da referência ao passado nos processos de construção e reivindicação de pertencimentos às “tradições políticas”, especificamente a partir do

---

<sup>14</sup> Tomamos a expressão de Collovald (1999, p.147). Segundo Grill (2012), os “ismos” funcionam ainda como estruturadores tanto do domínio político-partidário (faccional) quanto do domínio intelectual (posto que são estes os principais formuladores e propagadores dessas categorizações). Dito de outro forma, os *ismos* são centrais pra entender as clivagens nas dinâmicas políticas faccionais.



caso de um partido político na França. A autora investiga, então, o que significa *dizer-se* gaullista e *dizer* o gaullismo. Ela mostra que se trata de um processo histórico que é continuamente produzido e do qual participam diferentes agentes, tais como intelectuais, jornalistas e homens políticos, entre outros. No caso do gaullismo, estes intérpretes estabelecem os vínculos com o passado, instituindo uma linhagem política que pretende ser a encarnação da própria história da França. A autora mapeia o uso das três principais categorias utilizadas para qualificar os tipos de relação que um partido estabelece com o seu passado: herança, memória e filiação. A primeira delas, herança, remeteria a uma existência “objetiva”, um patrimônio herdado do pai. No caso da herança partidária poderia ser o legado organizacional ou ideológico. Segundo a autora, esta categoria subentende um modo de referência a um “passado substancializado” (HAEGEL, *idem*, p. 865). Já o termo memória se refere a um fato subjetivo e tem como vetor necessariamente um grupo social que se encarrega de selecionar uma parte do passado, o que faz sempre em função do tempo presente. A autora afirma ainda que a memória pode ser caracterizada enquanto referência ao “passado integrado”. Por último, o termo filiação remete a um outro modo de referência ou apropriação do passado a partir de signos que permitem construir e representar o vínculo. Segundo Haegel, trata-se de uma referência “formalizada” ao passado (*idem*, *ibidem*). O interessante, entretanto, é perceber como essas diferentes maneiras de fazer referência ao passado permitem apreender os mecanismos que regem a acentuação ou marginalização de cada uma delas no decorrer dos processos de memorização social nos quais os partidos políticos, intelectuais, jornalistas e demais agentes interessados no jogo político, produzem discursos nos quais *dizem* de diferentes maneiras o gaullismo. É preciso estar atento a essas variações, bem como às disputas entre as interpretações concorrentes pela definição do gaullismo.

As lutas de classificação dessa tradição política na França foram mais detidamente analisadas no estudo de Collovald (1999). Neste trabalho a autora buscou apreender o processo de fabricação de um “herdeiro” daquela tradição política e que ela denominou de *operação biográfica*. Ultrapassando as ilusões frequentes ao gênero das biografias, ela conseguiu demonstrar que a construção da *identidade social e política* de Jacques Chirac, o “herdeiro” em questão, não guarda nenhuma relação com um destino escolhido ou traçado com antecedência, sendo antes o resultado das lutas simbólicas nas quais atuaram diversos agentes, inclusive o próprio Chirac, num “trabalho biográfico de

si mesmo”. A autora mostra ainda o papel decisivo dos intérpretes do jogo político nesse processo, os quais se dedicam a produzir análises sobre a vida e a carreira das personalidades políticas mais importantes. Suas leituras fornecem imagens e representações que informam as percepções públicas acerca daqueles agentes. Isso não implica dizer estes intérpretes tenham controle sobre suas ações ou sobre os efeitos delas decorrentes, posto que tanto biógrafos/jornalistas quanto os intelectuais que se dedicam a comentar e interpretar o jogo político estão interessados em manter ou conquistar posições de legitimidade e credibilidade como intérpretes da política. Particularmente significativo na análise empreendida por Collovald é o fenômeno no qual ela identifica que agentes políticos, em determinadas circunstâncias, demonstram interesses na estigmatização política. Ela mostra como essa dimensão foi importante para fazer de Chirac o herdeiro legítimo do gaullismo, pois é justamente a partir do momento em que este agente se vê no centro dos ataques dirigidos ao “gaullismo” que aqueles estigmas passam a ser encarados como recursos para sua afirmação enquanto líder “gaullista”, reunindo em torno de si as diferentes correntes do partido político (RPR) que reivindicava para si a condição de guardião da herança “gaullista”. Essa afirmação da “herança” gaullista, significou a afirmação de um tipo particular de gaullismo, “um gaullismo partidário e popular” que se legitimava a partir de novas bases eleitorais. Portanto, se inventou não apenas um novo herdeiro, mas uma nova versão do “gaullismo”. A autora mostra, assim, como os agentes participam efetivamente da construção das instituições através de um trabalho incessante no qual os agentes constituem simultaneamente a si mesmos ao contribuir para a construção daquelas instituições.

Com exceção dos casos do “poujadismo” (COLLOVALD, 1991) e do “vitorinismo” (GRILL, 2012), a questão dos “ismos” é estudada a partir de “tradições políticas” que foram sendo construídas e reconstruídas ao longo do tempo em diversas sociedades. É o caso, por exemplo, do peronismo na Argentina, em que uma ampla gama de sentidos foi produzida, tornando-o objeto legítimo das batalhas intelectuais que atravessaram mais de meio século da história argentina (NEIBURG, 1997, p. 15). Conforme demonstra Neiburg (idem), os intelectuais participaram ativamente desse processo de fabricação de representações. Mais do que isso, eles legitimaram a sua própria social enquanto indivíduos capazes de produzirem explicações sobre a realidade social e cultural argentina. O autor afirma que sua preocupação não é produzir uma

explicação sobre o fenômeno do peronismo, mas apreender a lógica social subjacente aos debates que se travaram em torno desse objeto, a gênese ou as condições sociais dos intérpretes que se afirmaram por meio dos próprios debates.

Dialogando com esses estudos, a pesquisa de Grill (2005) sobre o trabalhismo aportou contribuições importantes no sentido de demonstrar como as “tradições políticas” são inventadas e reinventadas no bojo das disputas que envolvem diferentes agentes que se autorizam a acionar a memória do “legado trabalhista”. Mais uma vez, são enfocadas leituras *a posteriori* que instituíram diferentes modalidades de relações com o passado político que se pretendia atualizar e “eternizar”. Grill (idem) analisa como se configurou uma *genealogia simbólica* do “trabalhismo”, a cujos “ícones” ou pais fundadores os diferentes intérpretes buscaram associar-se ao mesmo tempo em que realizavam o trabalho de “resgate” daquela “tradição política” através das suas leituras enaltecedoras do “legado”.

## **Referencial teórico**

A fundamentação teórica da abordagem sociológica empreendida nesta tese encontra-se principalmente nos textos de Pierre Bourdieu. Considerando as dificuldades de apropriação desses referenciais teóricos, formulados em formações sociais específicas (no caso, os centros ocidentais), para pensar configurações periféricas marcadas pelo que Badie e Hermet chamaram de “dinâmicas órfãs” (BADIE e HERMET, 1993, pp. 180-209), como é o caso da que nos propomos aqui analisar, sublinhamos a necessidade de realizar a apropriação do esquema analítico bourdieusiano no sentido mais rigoroso das “relações lógicas entre premissas, conceitos, encaminhamentos metodológicos e evidências empíricas” (CORADINI, 1996). Não se trata, portanto, de um uso por analogia, o que implicaria numa concepção de Ciências Sociais enquanto “aplicação” de conceitos e noções, manipulados no intuito de obter distinção erudita (CORADINI e REIS, 2012, p. 14).

Assim, a operacionalização do referido modelo teórico passa por uma série de autores, estrangeiros e nacionais, o que resultou num processo de refinamento ou ajustamento das suas contribuições que convém melhor situar. Antes, porém, impõe-se apresentar em linhas gerais o próprio modelo de investigação do mundo social que aquele autor formulou, destacando-se os conceitos centrais operacionalizados nesta tese.

O ponto de partida e ao mesmo tempo dimensão central do modelo sociológico de Pierre Bourdieu são as práticas sociais, mediante as quais os agentes constituem e são constituídos pela sociedade. Nessa perspectiva não se concebe teoria sociológica sem pesquisa empírica, e vice-versa (“o cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo ‘coisas teóricas’ muito importantes a respeito de objetos ditos ‘empíricos’ muito precisos [...]” (BOURDIEU, 2004a, p.20)). A teoria da prática foi construída com base em uma série de pesquisas sobre os mais variados universos sociais ou *campos*, este conceito, assim como todos os outros da grade analítica bourdieusiana, foi construído a partir de um corpo a corpo com a pesquisa empírica.

No constructo teórico-metodológico elaborado pelo sociólogo francês os conceitos integram um sistema coerentemente articulado, podendo-se falar em um modelo analítico-conceitual de interpretação do mundo social. Através dessa conceituação Bourdieu defende a necessidade de superar a dicotomia objetivismo/subjetivismo numa abordagem que teria dois momentos:

De um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivistas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações; mas, de outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas. Isso significa que os dois momentos, o objetivista e o subjetivista, estão numa relação dialética [...]. (BOURDIEU, 2004b, p.152).

Com efeito, a configuração histórica em que ocorreu a formulação desse modelo analítico é marcada por condicionantes específicos que propiciaram a emergência dos *campos* com todas as propriedades que lhe caracterizam: objetos de disputa, especialização de atividades, *habitus*, *capitais*, *doxa*, *illusio* etc. que são específicos a cada um desses microcosmos relativamente autônomos (GRILL e REIS, 2018, p. 173).

Neste sentido, o mundo social é considerado ou apreendido sob duas formas ou dimensões relacionadas: 1) um espaço estruturado e relacional de posições, no qual os agentes detêm uma dada estrutura e volume de *capitais* (específicos aos *campos*, constituídos, por sua vez, no processo histórico de autonomização das esferas de atividades); e 2) um sistema de disposições práticas de percepção e ação socialmente constituído (*habitus*).

Para as apropriações que fazemos desse esquema importa também realçar a importância das tomadas de posição. Uma determinada tomada de posição em qualquer um dos *domínios* de atuação que se considere está inextricavelmente ligada à posição ocupada pelo agente determinado em um dado estado das relações de força entre os demais agentes que interagem e constituem *domínios* específicos de atuação.

É preciso cuidar-se para não transformar em propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer (a nobreza, os samurais ou os operários e funcionários) as propriedades que lhes cabem em um momento dado, a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis. Trata-se, portanto, em cada momento de cada sociedade, de um conjunto de posições sociais, vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividades (a prática do golfe ou do piano) ou de bens (uma segunda casa ou o quadro de um mestre), eles próprios relacionalmente definidos.

(BOURDIEU, 1996a, pp. 17-18).

Formuladas empiricamente e conceptualmente relacionadas as noções mobilizadas por Bourdieu procuram estabelecer um quadro teórico adequado para pensar a relação entre as posições sociais, as disposições e as tomadas de posição, as “escolhas” que os agentes sociais fazem nos *domínios* mais diferentes da sua atuação (BOURDIEU, 1996a).

Este modelo partiu, sem dúvida, de um horizonte de referências muito vasto no chamado campo do conhecimento (com suas divisões disciplinares que o autor não deixou de criticar e, principalmente, superar na sua prática científica). Ele levou adiante, por exemplo, as teses de Durkheim sobre a diferenciação social e especialização de funções (divisão social do trabalho), característica das sociedades ocidentais, assim como aquelas de Weber sobre a complexificação da divisão social do trabalho, interligadas com a racionalização da sociedade moderna que trazia consigo um novo (e mais vasto) processo de autonomização relativa das “esferas de valor”, com destaque especial para a formação de produtores específicos dedicados a tempo inteiro às atividades que caracterizam cada uma delas. Assim, particularmente a “sociologia religiosa” de Weber é referenciada por Bourdieu (2004a).

Assim, para construir realmente a noção de *campo*, foi preciso passar para além da primeira tentativa de análise do “campo intelectual” [refere-se ao artigo “Campo intelectual e projeto criador”, de 1965] como universo relativamente autónomo de relações específicas: com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual [...] tinham disfarçado as relações objetivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações. Foi assim que a primeira

elaboração rigorosa da noção saiu de uma leitura do capítulo de *Wirtschaft und Gesellschaft* consagrado à sociologia religiosa, leitura que, dominada pela referência ao campo intelectual, nada tinha de comentário escolar. Com efeito, mediante uma crítica da visão interacionista das relações entre os agentes religiosos proposta por Weber que implicava uma crítica retrospectiva da minha representação inicial do campo intelectual, eu propunha uma construção do campo religioso como *estrutura de relações objetivas* que pudesse explicar a forma concreta das interações que Max Weber descrevia em forma de uma *tipologia realista*. Nada mais restava a fazer do que pôr a funcionar o instrumento de pensamento assim elaborado para descobrir, aplicando-o a domínios diferentes, não só as propriedades específicas de cada campo – alta costura, literatura, filosofia, política, etc. – mas também as invariantes reveladas pela comparação dos diferentes universos tratados como “casos particulares do possível”.

(BOURDIEU, 2004a, pp. 65-66. Grifos no original).

O conceito de *campo*, acima referido, somente foi possível (ou pensável) mediante a existência de processos históricos situados no tempo-espço. É justamente esta referência constante ao universo empírico no qual Bourdieu formulou os conceitos-chave do seu esquema analítico que levou alguns autores a refletirem sobre as dificuldades de uma operacionalização rigorosa desse modelo em sociedades do tipo periféricas (SIGAL, 2012; CORADINI e REIS, 2012).

A definição de “sociedades centrais” e “sociedades periféricas” encontra-se, por sua vez, em Badie e Hermet (1993) ao tratarem do processo de importação das instituições políticas da Europa Ocidental. Conforme os autores, no bojo daquele processo de importação não são transplantados, obviamente, os modelos culturais particulares ao desenvolvimento histórico europeu. Em decorrência disso, verifica-se, necessariamente, uma “readaptação e reinterpretação” daquelas instituições por parte dos “agentes importadores”. Para pensar as tensões derivadas dos processos de importação, Badie e Hermet (1993, p.193) defendem a pertinência e operacionalidade do conceito de *neopatrimonialismo*. Dentre outras dimensões, eles destacam o fato desta noção permitir apreender as diferenças no funcionamento do sistema, suas práticas e fórmulas de legitimidade, responsáveis pelo seu êxito e perpetuação (idem, p.195). Uma apropriação desse quadro teórico encontra-se em Grill e Reis (2016) quando destacam a “perseverança de um tipo de poder e de relações de dominação” que estão “associados às condições periféricas e neopatrimoniais” (GRILL e REIS, 2016, p.20).

Tendo-se sempre a preocupação de controlar qualquer ranço evolucionista que a categoria *dominação neopatrimonialista* possa vir a suscitar, conforme chamam atenção Badie e Hermet (1993, p.193-194), este é um dos riscos que se corre ao operar, de forma mecânica, um simples “prolongamento” do conceito weberiano de dominação patrimonial tradicional em oposição a um modo de dominação moderna do tipo

racional-legal. Portanto, é necessário enfatizar que se trata de um *modo de dominação moderna do tipo neopatrimonialista*, onde se busca não perder de vista “os elementos de ruptura que se interpõem entre o domínio patrimonial tradicional e o domínio neopatrimonial moderno” (idem).

Em decorrência disso, é preciso estar atento para não esquecer o que constitui a especificidade de cada sociedade importadora. Ou seja, não apenas enfatizar a importação dos modelos políticos exteriores, mas também não descuidar da maneira, sempre particular, como o “âmbito político receptor” se reapropria daqueles modelos (BADIE e HERMET, 1993, p.194).

Nessa linha de reflexão é preciso enfatizar que nas configurações históricas aqui estudadas, tem-se o predomínio de uma lógica onde as lutas personificadas, a pessoalização e a reciprocidade têm um peso muito maior (PALMEIRA, 2010; CORADINI, 2014; REIS e GRILL, 2016). Aqui devemos lançar mão dos referenciais teóricos produzidos por autores que estudaram universos empíricos marcados pelo chamado *faccionalismo* político. As noções de cadeias de líderes-seguidores e redes de interdependência pautados pelos códigos de reciprocidade característicos de relações diádicas (LANDÉ, 1977; MAYER, 2010; BOISSEVAIN, 2003; WOLF, 2003) são parte de um arsenal conceitual desenvolvido especialmente pela matriz britânica da antropologia política, que possibilitou renovar os estudos do processo político em sociedades ditas “em desenvolvimento”, particularmente nos continentes asiático e africano<sup>15</sup>.

Faz parte desse referencial teórico, por exemplo, a noção de *facção*, central para o desenvolvimento da presente pesquisa. Acerca da dinâmica faccionalista cumpre matizar o caráter fluido e instável de que se reveste esse tipo de configuração política, tal como apontado por diversos autores (PALMEIRA, 2010; BOISSEVAIN, 2003; LANDÉ, 1977; MAYER, 2010), que destacam, ainda, a dimensão conflitiva dessas unidades políticas, em geral constituídas em ocasiões específicas e cujos membros são arregimentados por líderes a partir de princípios variados. Desse modo, tendem a ser “temporárias”, o que “não significa que não possam persistir por um longo período de tempo”, conforme indicado por Moacir Palmeira em estudo sobre a dinâmica *faccionalista* no contexto brasileiro (PALMEIRA, 2010, p.25).

---

<sup>15</sup> Alguns desses estudiosos analisaram países da Europa Mediterrânea, mas sempre enfocando aspectos ou dimensões políticas que costumam ser identificados ou associados às ditas sociedades “subdesenvolvidas”, especificamente aqueles ligados à permanência do clientelismo e da patronagem.

Nesse diapasão, no qual se ressalta a especificidade das sociedades ditas periféricas, muito se tem discutido sobre a existência de campos relativamente autônomos no Brasil. No entanto, essa discussão sobre o processo de diferenciação de esferas relativamente autônomas (se se efetivaram ou não *campos* na configuração histórica brasileira) não deveria impedir que se procure apreender as injunções que se verificam na interseção entre os diversos *domínios* de atuação da vida social. Isto é particularmente significativo, por exemplo, no caso dos “intelectuais”, como destacam, entre outros, Sigal (2012) e Reis (2013).

Estudando as conexões entre campo cultural e campo político na Argentina, Sigal (idem) não está preocupada em demonstrar “nenhuma espécie de defeito em relação a um modelo teórico de campo cultural”. O que lhe interessa analisar, utilizando elementos daquele modelo, é justamente a tensão entre os fatores que favorecem a autonomia cultural e aqueles que tendem a dissolvê-la. Como nas sociedades periféricas as atividades culturais remetem, de modo geral, a instâncias de consagração que lhes são externas, além de interiorizarem critérios também externos de valorização, a autora formula a noção de campo cultural periférico (SIGAL, 2012, p. 62).

Essas duas dimensões – a relação com as metrópoles e as interferências da esfera política – enervam as estruturas próprias do campo cultural. Elas são fonte de distorções que tornam árdua a utilização dos conceitos bourdieusianos, mas também são os lugares privilegiados de constituição dos intelectuais enquanto tais, ou seja, como mediadores entre as instâncias que a autonomização dos campos separa.

(SIGAL, 2012, p. 62).

Daí a relevância de uma sociologia dos intelectuais que, conforme chama atenção Eliana Reis (2013), possibilita “desvendar os mecanismos históricos e sociais que condicionam o domínio da produção de ideias, conhecimentos e valores” (idem, p.67). Isto implica dizer que a sociologia dos intelectuais é também uma sociologia da sociologia, posto que este mecanismo revelado também se constitui num dos condicionantes da “realização do trabalho sociológico” (idem, *ibidem*). A autora afirma que a pujança do modelo analítico se deve ao fato dele romper com formas monolíticas e/ou dicotomizadas de análise, ao mesmo tempo permite levar em conta o grau de autonomia ou heteronomia que caracteriza distintas fases de constituição dos espaços de relações de força entre agentes e grupos, cujas posições e tomadas de posição podem ser definidas, respectivamente, por critérios e recursos de poder próprios a esses domínios ou múltiplos (vindos de outros espaços dominantes) (REIS, 2013, p.23).



Seguindo trilha já apontada por Coradini (2009; 2012), aborda a dificuldade em se operar com um esquema analítico erigido sob “condições intelectuais, escolares e institucionais discrepantes” daquelas em que “estão os esforços de apropriação”. A autora alerta, então, para os perigos de uma importação direta do esquema bourdieusiano, o qual, em vez de ser meramente aplicado pelo pesquisador, deveria passar por uma sistematização das “alternativas analíticas e metodológicas de tratamento das lógicas e estratégias acionadas por agentes” (idem, ibidem), ou seja, deveríamos fazer como Bourdieu: estar atentos às práticas dos agentes, construir ou adequar o esquema analítico ao objeto de análise e não o contrário.

Defendendo a potencialidade analítica do esquema formulado por Bourdieu, alguns pesquisadores têm contribuído no sentido de torná-lo mais eficiente no tratamento das dinâmicas periféricas (SIGAL, 2012; CORADINI, 2012; CORADINI e REIS, 2012; GRILL e REIS, 2018). A necessidade de uma reflexão constante acerca dos instrumentos conceituais utilizados no estudo de universos empíricos distintos daqueles em que foram originalmente elaborados trouxe consigo a percepção de que era necessário, e profícuo, um ajustamento ou flexibilização do modelo analítico de Pierre Bourdieu, considerado a inscrição primordial no âmbito das ciências sociais tal como praticada por aqueles pesquisadores.

Este empreendimento de flexibilização foi recentemente sistematizado por Grill e Reis (2018) à luz de pesquisas acumuladas na última década (GRILL, 2008; REIS, 2015; REIS e GRILL, 2014; 2015; 2017; GRILL e REIS, 2012; 2016) voltadas para os estudos de segmentos das elites políticas e culturais no Brasil. O foco geral, se assim podemos dizer, dessas pesquisas recai sobre os princípios e condicionantes do funcionamento, seleção e hierarquização dos *domínios* políticos e culturais, além das lógicas de atuação dos agentes e seus respectivos processos de legitimação (REIS e GRILL, 2017, p. 138). Os autores chamam a atenção para importância de se refletir sobre o uso de conceitos e esquemas analíticos, tal qual a concepção de ciências sociais posta em prática por Pierre Bourdieu. Desse modo:

não parece pouco o alcance transformador (e aqui é claro o impulso bourdieusiano) de tentar descortinar mecanismos e condicionantes que presidem a ocupação de posições mais ou menos dominantes ou o poder de interpelação discursiva de determinados agentes localizados nos mais variados domínios sociais, das práticas ativadas e das lógicas subjacentes às clivagens políticas, sociais e culturais – que são a tradução e se traduzem em critérios de hierarquização social mais ampla e nos domínios específicos. (GRILL e REIS, 2018, p. 165).

As principais noções propostas são *domínios* e *multinotabilidades*, cuja operacionalização foi fundamental para a formulação da problemática de pesquisa aqui apresentada. A noção de *domínios*, sugerida pelos autores em lugar do conceito de campo, tem a vantagem de permitir abarcar várias dimensões relativas à especialização de papéis, também operacionalizadas pela noção de campo, mas “sem pressupor independência em relação a poderes, forças, lógicas e princípios exotéricos” (GRILL e REIS, 2018, p. 195). Daí a postura de se ater às práticas, ou seja, o uso da noção de domínios implica defini-la “a partir dos meios específicos acionados, das atribuições próprias monopolizadas e dos condicionantes que operam para a especialização de papéis” (idem, pp. 195-196). Os autores defendem a pertinência da noção para “circunscrever dimensões da vida social erguidas na ‘superposição integrada’ de lógicas e práticas (CORADINI, 2012, p. 69)” (idem, p. 197). Conjuga-se a isso, a possibilidade de delimitar âmbitos de atuação e/ou causas disputadas a partir dos seus protagonistas, credenciados justamente pelo pertencimento/vínculo multidimensional e pelos papéis que conseguem assumir junto com as posições variadas que podem ocupar em distintos meios, que são fontes de reputação/notoriedade. As posições de poder nesses referidos *domínios* tendem a ser marcadas pelo acúmulo de recursos personificados, que desse modo não necessitam de retraduições por parte dos agentes que transitam entre aquelas esferas de atuação (GRILL e REIS, 2018, p. 177).

A segunda categoria proposta pelos autores é a de *multinotabilidade*. Ela tem sido empregada por Grill e Reis em diversas pesquisas (2015; 2016; 2018) e permite pensar, entre outros casos, processos de notabilização em que “agentes específicos conseguem reunir e mobilizar suportes de reputação pessoal em domínios e lógicas específicos ou múltiplos” (REIS e GRILL, 2015, p.333). Grill e Reis (2018, p. 199) destacam que estes múltiplos reconhecimentos não estão imunes a desvalorizações. A esta categoria está diretamente relacionada outras duas, a de *multidimensionalidade* e a de *multiposicionalidade*.

Daí os referidos autores articularem *domínios* e *multinotabilidades* em um quadro teórico mais amplo que busca ajustar três níveis de análise. Cada um destes níveis tendo a centralidade das seguintes noções: *multidimensionalidade*, *multiposicionalidade* e *multinotabilidade*.

A noção de espaços multidimensionais é tomada a partir do esquema analítico de Pierre Bourdieu (2004a). Para este autor o espaço social é formado por diferentes universos os quais experimentaram processos de diferenciação que lhes dotaram de uma

relativa autonomia uns em relação aos outros, o que se verifica através da capacidade que têm de impor princípios de legitimação próprios.

A noção de *multiposicionalidade* (BOLTANSKI, 1973) foi forjada na esteira de uma concepção do espaço social multidimensional, uma vez que as posições dos agentes são identificadas a partir da análise da distribuição de capitais, ou seja, qual o volume e a estrutura de recursos detidos pelos agentes nas posições sucessivamente ocupadas ao longo do tempo. Desse modo, a noção de multiposicionalidade enfatiza os investimentos simultâneos efetuados pelos agentes em diferentes universos do espaço social. A operacionalização da noção de multiposicionalidade, tomada aqui a partir do trabalho de Boltanski (1973) sobre as diversas posições ocupadas (sincrônica e diacronicamente) por professores do Instituto de Estudos Políticos de Paris (França), passa aqui por vários refinamentos. Como exemplo, podemos citar o uso feito por Coradini (2001) ao problematizar as relações entre princípios de legitimação de candidaturas e os recursos sociais utilizados. O “sistema multiposicional” se configura para os casos nos quais se verifica uma vinculação a “diferentes esferas sociais”, seja no “ponto atual de suas trajetórias”, seja também “àquelas com as quais mantiveram algum vínculo em alguma fase do passado e que podem ser reatualizadas” (CORADINI, 2001, p.14).

### **Metodologia e materiais utilizados**

Utilizamos um conjunto diverso de materiais empíricos tais como: verbetes de dicionários biográficos (DHBB/FGV), perfis biográficos produzidos pela AML (tanto os publicados pela revista da AML quanto os disponíveis no *site* dessa instituição na internet); sínteses elaboradas por comentadores dos livros e/ou da obra dos agentes selecionados por esta pesquisa; os livros publicados pelos agentes; biografias e livros de homenagem; memórias; entrevistas em profundidade com 06 agentes; além da consulta e compilação de matérias jornalísticas junto ao acervo de periódicos maranhenses disponíveis na Biblioteca Pública Benedito Leite e também na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

A escolha dos entrevistados obedeceu aos seguintes critérios: terem atuação jornalística em um dos períodos históricos privilegiados no trabalho; produção escrita (jornalística ou não) voltada para a interpretação ou análise da “política”

maranhense nos períodos em apreço; ou ainda terem relações profissionais e/ou de amizade com agentes que se destacaram nos *domínios* políticos, intelectuais e jornalísticos.

As entrevistas foram realizadas com agentes que atuaram em jornais cuja entrada no universo do jornalismo se deu nos períodos cronológicos aqui delimitados, ou próximos destes, no sentido de que fizeram parte de uma geração imediatamente posterior àquela formada pelos jornalistas que atuaram mais destacadamente nas décadas de 1930<sup>16</sup>. No caso dos anos 1960, identificamos alguns agentes que participaram diretamente dos processos aqui analisados, e desse modo puderam fornecer depoimentos acerca dessas experiências.

As entrevistas tiveram duração e tipos de interação diferentes, variando entre 45 minutos até 02 horas e 30 minutos. Em alguns casos, realizaram-se mais de uma entrevista com o mesmo agente (com um deles 03 sessões cuja duração média foi de 01 hora e 30 minutos; com outros dois ocorreram 02 sessões com cada um deles). Elas tiveram por base um roteiro previamente elaborado, todavia não se pretendeu simplesmente aplicar um questionário e mas sim estabelecer uma interação com vistas a deixar com que o entrevistado discorresse sobre as questões colocadas pelo pesquisador, narrando os fatos vividos, bem como fornecendo informações tanto sobre sua atuação em jornais (e, quando era o caso, na “política”) quanto sobre as relações dos jornais com o universo da política regional e, especialmente, com as lideranças e *facções* envolvidas em processos eleitorais. Com o objetivo de comparar os itinerários desses agentes foi levantado um conjunto de informações sobre origens sociais, geográficas, percurso escolar, socialização familiar e escolar, envolvimento em agremiações culturais e políticas, redes de relações pessoais, itinerário profissional, atuação jornalística, intelectual e política, classificações acerca do exercício da atividade jornalística, critérios de excelência profissional, percepções sobre as disputas políticas (especificamente nas eleições) e o lugar da imprensa nesse contexto, além das suas relações com as *facções* e/ou lideranças políticas etc.

---

<sup>16</sup> Foi possível localizar apenas um agente com estas características, ou seja, que iniciou sua atuação na década imediatamente posterior (década de 1940) àquela que foi escolhida como primeira conjuntura histórica analisada neste trabalho.

No caso do acervo dos jornais, o material selecionado para análise pretendeu abarcar desde os meses que antecedem aos pleitos eleitorais<sup>17</sup>, chegando até o mês seguinte à divulgação do resultado oficial, com o objetivo de perceber movimentações e arranjos faccionais decorrentes das eleições.

Dois dos principais jornais da primeira conjuntura (década de 1930), *Diário da Tarde* e *O Imparcial*, estão com sua coleção incompleta na Biblioteca Pública Benedito Leite, e também não estão disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Tendo em vista que foram arrolados no decorrer da pesquisa devido o mapeamento que identificou a relevância da produção escrita de agentes que atuavam nestes veículos, pretendíamos explorar informações disponíveis nestes jornais sobre aqueles agentes (embates, polêmicas, temas privilegiados nos seus escritos) e, a partir daí, investigar e compor seus perfis sociográficos, usando outras fontes documentais e bibliográficas, notadamente livros que elaboram panteões jornalísticos ou mesmo que pretendem registrar a memória do jornalismo no estado (PINHEIRO, 2011). Porém, o mais grave no encaminhamento da pesquisa foi não poder dispor da totalidade dos textos que os agentes selecionados produziram nestes veículos especificamente nos períodos-chave (eleições) em que se pretendia apreender suas tomadas de posição. Foram os casos de Reis Perdigão e Antônio Lopes, redatores, respectivamente, do *Diário da Tarde* e de *O Imparcial*. A localização da brochura intitulada *O Socialismo róseo do Major*, publicado por Perdigão em 1933 a partir dos artigos que havia escrito primeiramente no seu *Diário da Tarde*, bem como a parte do acervo deste veículo (apenas dos anos 1931 e 1932) disponível na Biblioteca Pública Benedito Leite permitiu-nos levar a cabo uma análise das suas tomadas de posição. No caso de Antônio Lopes, continuamos considerando esse agente no conjunto do trabalho. Apesar de não realizarmos uma análise da sua produção escrita, o seu caso foi tomado como representativo dos perfis de agentes enfocados neste trabalho, além de corroborar para uma melhor apreensão dos espaços de posições no momento histórico enfocado. Justifica-se pelas mesmas razões a inclusão do perfil de Bernardo de Almeida na

---

<sup>17</sup> Os critérios para definição do recorte cronológico exato basear-se-ão na existência efetiva de mobilização por parte dos órgãos de imprensa, e dos agentes políticos, em torno de nomes de prováveis candidatos e/ou de defesa das posições e pretensões político-eleitorais das facções e coalizões que se formam no bojo do processo eleitoral. No que se refere aos jornais pesquisados, devemos relatar algumas dificuldades e percalços encontrados na localização de uma parte desse corpus documental, notadamente no que se refere ao período dos anos 1930, justamente quando ele se apresentava como a principal referência em termos de fonte de informações, na ausência da possibilidade de entrevistas com agentes que atuaram nesse período.

conjuntura dos anos 1960. Acreditamos que se trata de um caso que permite adensar a construção do espaço social marcado pela imbricação de domínios nos quais estão inscritos os agentes.

Esta tese está organizada da seguinte maneira. Dividimos em duas partes, cada uma voltada para uma conjuntura histórica (anos 1930 e 1960, respectivamente). Elas são compostas de dois capítulos. No primeiro capítulo são analisados os domínios de atuação e os agentes que se destacaram nos mesmos a partir de um engajamento simultâneo. Enfatiza-se particularmente os perfis destes últimos de modo a tornar possível uma análise dos seus escritos que não fique presa à dimensão internalista dos textos analisados. É o que tentamos fazer no segundo capítulo, procurando mostrar os realinhamentos faccionais dos agentes no jogos políticos e intelectuais.

Na segunda parte nos debruçamos sobre a conjuntura dos anos 1960, e seguimos a mesma estrutura da primeira parte. No terceiro capítulo, construímos o espaço das facções, mostrando as interações com os *domínios* do jornalismo e da intelectualidade. Por fim descemos nas propriedades sociais dos agentes multiposicionados naqueles âmbitos de atuação da vida social marnahense da década de 1960. O quarto e último capítulo deverá tratar das tomadas de posição desses agentes.

## PARTE I: CONJUNTURA DOS ANOS 1930

### CAPÍTULO I: *DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO E AGENTES MULTIPOSICIONADOS.*

#### 1.1 – Lutas políticas faccionais na década de 1930

No caso da conjuntura dos anos 1930, as principais fontes bibliográficas são duas dissertações, defendidas junto ao mestrado de Ciência Política da Unicamp, separadas por intervalo de uma década: *As Interventorias Estaduais no Maranhão: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30*, de José de Ribamar Caldeira (CALDEIRA, 1981); e *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*, de Flávio Reis (REIS, 2007<sup>18</sup>).

Para a compreensão do quadro político maranhense no início década de 1930, os textos de Caldeira (1981) e Reis (2007) são elucidativos do tipo de relação que predominava entre os chamados “grupos políticos oligárquicos” durante toda a República Velha. Partindo dessas referências bibliográficas, porém sob uma orientação teórica diferente (o que implica incorporar outros autores), procedemos a uma análise desses textos, que nos possibilita identificar a permanência de três aspectos recorrentes nos *domínios* da política maranhense.

Em primeiro lugar, uma dimensão que se refere ao fenômeno dos “ismos” atrelado ao *faccionalismo* político. Tal fenômeno liga-se, por sua vez, ao forte personalismo (“personalidades políticas”) que marca as clivagens faccionais no Maranhão. Em segundo lugar, a existência de veículos de comunicação (jornais impressos em todos os períodos aqui analisados: de modo exclusivo para os anos 1930; com a participação do rádio nos anos 1960) pertencentes ou vinculados a políticos ou famílias de políticos mergulhados no jogo faccional. Por último, e como consequência dessa imbricação de esferas da vida social, como as que são enfocadas aqui (jornalismo, intelectualidade e política), destaca-se um determinado perfil de agentes, cuja atuação caracteriza-se por uma multiposicionalidade (BOLTANSKI, 1973) e que se faz acompanhar de *multinotabilidades* (GRILL e REIS, 2015), devido ao fato de

---

<sup>18</sup> Defendida originalmente como dissertação de mestrado em 1992 junto ao Programa de Pós-Graduação da UNICAMP.

conseguirem incorporar à sua imagem social um *capital de notoriedade* (BOURDIEU, 2004a) e mesmo a consagração obtidas nos diversos *domínios* em que atuam.

Como estas questões encontram-se tão intrincadas a exposição seguinte, perpassando a conjuntura histórica dos anos 1930 tentará, na medida do possível, separá-las, para efeito de análise.

Chamamos atenção para o fato de que é no âmbito de um mesmo agrupamento político que vão surgir as diferentes *facções* em torno das quais se definirá o cenário político dos anos 1920 e que, apesar da momentânea reviravolta representada pela Revolução de outubro de 1930, será retomada com força com início dos anos 1930, opondo *mutatis mutandis* as mesmas lideranças que haviam se afirmado na década de 1920, comportando a emergência de novas dissidências surgidas no seio da facção situacionista (“magalhãesismo”) como é o caso do “genesismo”. Necessário analisar o processo de constituição de cada uma dessas facções.

O que deve ser retido desse cenário político como aspecto central, desde já adiantamos, é a transitividade dos agrupamentos faccionais. Todos eles estiveram em algum momento reunidos sob uma mesma legenda, e, mais importante, sob uma mesma liderança, no caso o chefe político que controlava as pressões internas por mais espaço e influência, leia-se acesso aos recursos monopolizados por aquela liderança personalística, fruto das relações mantidas com o poder central. É geralmente após o desaparecimento dessa liderança que irrompem as crises intra-oligárquicas descritas pela literatura (REIS, 2007; CALDEIRA, 1981).

Citemos duas dessas crises, para esclarecer aspectos que nos interessam sobremaneira na caracterização do que estamos chamando de *domínio* político maranhense na década de 1930: dimensão faccional e peso de um capital simbólico personalizado. Faz-se necessário um recuo histórico para apreender essas regularidades.

Em 1909, com a morte de Benedito Leite<sup>19</sup>, deflagra-se um processo de disputa pela condição de chefe político regional. Nas palavras de Reis (2007, p. 84):

---

<sup>19</sup> Nasceu em Rosário/MA em 1857, cursou o secundário no colégio Imaculada Conceição, em São Luís (MA). Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife em 1882. Membro do Partido Conservador, comandado por Gomes de Castro, com a Proclamação da República passou a integrar o Partido Nacional, do qual assumiu a liderança em 1891. Condição que exerceria até sua morte, em 1908. Nesse período foi: membro da Junta Governativa Provisória (1891-1892), deputado federal (1892-1896), senador (1896-1906) e governador do Maranhão (1906-1908). (Reis, 2007; CPDOC/FGV).



[...] a crise foi detonada por uma querela em torno do governo do Estado. **Arthur Collares Moreira, 2º vice, ficou como governador em exercício desde maio de 1908, quando Benedito Leite partiu licenciado para a Europa em tratamento de saúde.** Em fins de fevereiro de 1909 passou o cargo a Mariano Lisboa, presidente do Congresso Estadual, e **tratou de viabilizar sua candidatura ao governo para o próximo período (1910/1914)** junto aos principais representantes do partido na capital federal, os senadores Urbano Santos e José Eusébio e os deputados Luiz Domingues e Cunha Machado. **Collares Moreira agia com o aval de Benedito Leite,** mas sua morte no início de março alterou o rumo dos acontecimentos. Dentro do situacionismo, **os dois principais senadores constituíram-se nos pólos em torno dos quais giraram os correligionários durante a disputa travada pelo comando do partido.**

**Ambos foram projetados na vida política por Benedito Leite,** eram advogados formados no Recife e integraram a magistratura estadual antes da indicação para a Câmara dos Deputados. No momento da divisão, José Eusébio participava mais de perto das questões políticas regionais, acumulando uma cadeira de deputado no Congresso Estadual, enquanto Urbano Santos vivia no Rio de Janeiro, onde, além das atividades políticas, possuía próspera banca de advogado, e quase não vinha ao Maranhão.

(REIS, 2007, p.84. Grifos nossos).

Conforme antecipamos, o que importa aqui é reter a dimensão faccional e o peso de um capital político personalizado. Após a morte do chefe político que mantinha sob controle o jogo político, distribuindo entre as lideranças os recursos que monopolizava enquanto chefe do “situacionismo”, imediatamente se movimentam aquelas lideranças (em geral reivindicando-se “herdeiros” do espólio político do chefe) no sentido de viabilizar um novo pólo aglutinador para “comandar o partido”. No caso em questão, as duas principais facções que se formam nesse cenário político de transição estão aglutinadas em torno dos senadores Urbano Santos e José Eusébio. Elas conseguem pactuar o que Reis denomina de um “acordo instável”, devido à ausência de uma liderança hegemônica que controlasse o mecanismo oligárquico, a exemplo de Benedito Leite no período anterior (1890-1909). Mas o que esse “acordo instável” visava conciliar era a distribuição de poder, muito bem ilustrado na caracterização do “situacionismo” consolidado neste pacto entre as duas *facções*: “girava em torno do rateio das indicações e nomeações”, além do “compromisso de que o nome do governador deveria sair do consenso das partes” (REIS, 2007, p.83). O senador José

Eusébio não podia assumir, por uma questão legal (não era maranhense), o cargo de governador, o que acabou por favorecer a afirmação de Urbano Santos “como o político capaz de manobrar as correntes e manter o acordo”. Importante enfatizar o aspecto da personalização do poder. Segundo Reis, trata-se de um aspecto que a própria estrutura oligárquica tendia a favorecer, acarretando por outro lado, momentos de crise quando se tratava da renovação geracional ou da sucessão de chefia (REIS, 2007, p.83).

Outro desses momentos de crise no sistema de dominação oligárquica se verificou no início dos anos 1920. Flávio Reis afirma que o processo de renovação interna da oligarquia ocorre devido à ampliação da margem de atrito entre as lideranças, resultando no fracionamento dos grupos, sendo, portanto, a expressão da dificuldade em controlar as pressões por ascensão oriundas de uma nova geração (idem, p.100). No decorrer dessa década a pressão no PR governista por mais influência política provinha de Marcelino Rodrigues Machado<sup>20</sup> e José Maria Magalhães de Almeida<sup>21</sup>. As velhas lideranças eram Cunha Machado, deputado desde 1906, antigo aliado de Benedito Leite e pai de Raul Machado, vice-presidente que completou o último mandato de Urbano Santos (1918-1922), além de Godofredo Viana, o novo presidente eleito para o período 1923-1926. A solução encontrada foi dividir os âmbitos de atuação do partido, ficando uma liderança para cada um deles: no plano federal o comando ficava com Cunha Machado; e no nível estadual com o presidente do estado, Godofredo Viana. Apesar desse acordo, prosseguiram as “fricções geradas pela renovação interna da oligarquia”, o que motivou o surgimento de novas siglas partidárias, as quais tentavam captar uma crescente insatisfação urbana, notadamente na capital, e que se constituiu numa espécie de “viveiro para a sustentação de novos partidos, no fundo, dissidências oligárquicas” (REIS, 2007, p.100).

Estes “novos partidos” ou “dissidências oligárquicas” são basicamente as *facções* “magalhãesista”, “marcelinista” e “tarquinista”. Em meados dos anos 1920 Marcelino Machado, ao perder a disputa travada com Magalhães de Almeida dentro do

---

<sup>20</sup> Marcelino Machado era filho de uma família de grandes fazendeiros do município de Buriti (MA) e formou-se em medicina, no Rio de Janeiro. Ao regressar ao Maranhão, em 1911, ele se casa com Ana Elvira Pires Ferreira Leite, filha de Benedito Leite, já falecido. A partir de 1918, quando foi eleito pela primeira vez deputado federal, passa a manter em torno do seu nome a coesão dos integrantes do PR oposicionista (“o partido político que Benedito Leite organizara e chefiara até o seu falecimento em 1909”), consolidando-se sua liderança, sobretudo, entre os setores médios e populares urbanos do estado (CALDEIRA, 1981, p. 39).

<sup>21</sup> Magalhães de Almeida nasceu em Codó (MA) e formou-se pela Escola Naval do Rio de Janeiro, em 1899. Após diversas promoções na carreira militar chegou a capitão-tenente da Armada brasileira. Em 1921 ingressou na política maranhense como deputado federal, reeleito em 1924.

Partido Republicano, decide criar um veículo de imprensa para expressar seus posicionamentos e ao mesmo tempo reunir e atrair seguidores. O rompimento foi formalizado, em abril de 1925, através de um manifesto publicado no primeiro número d'*O Combate*. Daí em diante este jornal se tornaria o principal veículo de imprensa da facção oposicionista (cuja sigla permanecia PR, agora acrescido do designativo “marcelinista” ou ainda “oposicionista”), entre o final dos anos 1920 e início dos anos 1930, com forte repercussão na capital (REIS, 2007, p.92-93).

Neste primeiro número do seu jornal, Marcelino traçava um retrospecto da situação política maranhense, desde a morte de Urbano Santos (em 1922) até as razões que o levaram a retirar seu apoio ao governo de Godofredo Viana (1923-1926). Segundo Reis (2007, p.102), os motivos enumerados por Marcelino, mais uma vez e sempre, giravam em torno do tema já bastante conhecido: as retaliações (demissões) de correligionários ocorridas em municípios do interior, que davam mostras, nas palavras de Marcelino, de como “*o Dr. Godofredo Viana deu logo indícios de que, contra a expectativa dos meus amigos e os compromissos por ele assumidos, a sua ação política era no sentido de me hostilizar*” (REIS, 2007, p.103. grifo nosso). Os “compromissos assumidos” a que Marcelino faz referência faziam parte do acordo entre as lideranças e que pusera fim à chamada “crise dos anos 1920”<sup>22</sup>. Não podemos deixar de realçar a centralidade da lógica do amigo-inimigo, daí o relevo que toma, no fragmento discursivo, a figura pessoal de Marcelino Machado, não existindo qualquer tipo de mediação institucional que se interponha na disputa com Magalhães de Almeida, genro e herdeiro político de Urbano Santos. Trata-se de uma relação pessoal que vai organizar a clivagem faccional no estado, atravessando incólume a revolução de 1930 e se reapresentando sob outra configuração, ou seja, com novos aliados e seguidores, porém acionando antigas fidelidades, nos pleitos de 1933 e 1934.

Vejam, então, quais eram estas facções que monopolizavam a disputa político-partidária no Maranhão no período que antecede a deflagração da Revolução de 1930.

### 1.1.1 “Magalhãesistas”

---

<sup>22</sup> Para mais detalhes ver REIS, 2007, p.97-117.

Segundo Caldeira, tratava-se do grupo dirigente da oligarquia estadual que desde 1922, tinha como chefe o oficial da Marinha José Maria Magalhães de Almeida, genro e principal herdeiro político de Urbano Santos. Ele consolidou-se na posição de principal personalidade política do “situacionismo” durante o período em que ocupou o governo estadual (1926-1930), e ainda conseguiu indicar o seu sucessor, José Pires Sexto, que era uma espécie de preposto, visto tratar-se de um nome sem expressão política no estado, o que demonstrava seu controle sobre jogo político naquele momento.

O “magalhãesismo” era composto predominantemente por grandes proprietários rurais, agro-industriais e comerciantes importadores-exportadores (CALDEIRA, 1981, p.26). Além dessas ocupações, o PR governista, como era chamada a principal sigla partidária dessa *facção*, contava ainda com indivíduos das chamadas classes médias, tais como, funcionários públicos, médicos, farmacêuticos e advogados (idem, *ibidem*). Caldeira aponta ainda que faziam parte do PR governista, intelectuais maranhenses de projeção nacional, como Humberto de Campos<sup>23</sup> e Viriato Correa<sup>24</sup>. Esta *facção* havia

---

<sup>23</sup> Humberto de Campos Veras nasceu em Miritiba/MA, em 1886. Seu pai era filho de um proprietário de terras, gado e escravos que, ao falecer, deixou dez filhos e duas filhas. Ao casamento da avó com um antigo empregado atribui-se a dilapidação do patrimônio familiar. No entanto, seus tios paternos enriqueceram através do comércio de importação/exportação. Seu pai era proprietário de uma casa comercial em Miritiba que lhe propiciava capital e contatos para atuar como intermediário na revenda de gado e cereal do interior para a capital. De um primeiro relacionamento com a filha de um fazendeiro falido teve três filhas. Tendo ficado viúvo, casou-se com a filha de um professor público, donde nasceram Humberto e a irmã caçula. Porém, faleceu quando Humberto tinha seis anos de idade. A mãe mudou-se para Parnaíba e logo em seguida para São Luís. As primeiras letras foram feitas com a mãe, e numa escola onde só havia meninas. Para ajudar nas despesas domésticas começa a trabalhar como aprendiz de alfaiate. Os tios paternos se dispõem a patrocinar seus estudos, admitindo-o como empregado no balcão de sua loja. Sem diploma universitário, investe na atuação em jornais e produções literárias variadas (crônicas, poesia, contos, crítica, folhetins etc). Após uma temporada em Belém/PA, muda-se para a capital federal, onde prossegue suas atividades jornalísticas e literárias, mantendo contatos com nomes consagrados como Rui Barbosa, José Veríssimo, José Eduardo Macedo Soares e outros. Sua intensa produção de livros, e o sucesso literário, lhe possibilita ingressar, em 1919, na ABL. O início da vida político-partidária ocorre em 1927, eleito deputado federal pela bancada maranhense “situacionista” (“magalhãesista”). Em 1929 foi reeleito, porém, teve mandato interrompido em outubro de 1930, após a vitória da Revolução que levou ao poder Getúlio Vargas. Logo em seguida foi nomeado Inspetor Federal de Ensino e ainda Diretor da Casa Rui Barbosa. Faleceu em 1934, no Rio de Janeiro, quando acabara de obter, novamente por intemédio de uma facção comandada por Magalhães de Almeida, um mandato de deputado federal. (MICELI, 2001, pp.27-33; DHBB/FGV; AGRA, 2014, p. 38.).

<sup>24</sup> Manuel Viriato Correia do Lago Filho nasceu em Pirapemas/MA em 1884. Iniciou os estudos no Colégio São Luiz e concluiu o secundário do Liceu Maranhense. Em 1900, após os exames preparatórios, ingressa na Faculdade de Direito do Recife. Três anos depois segue para a capital federal, concluindo o curso na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro em 1907. “Por interferência de Medeiros e Albuquerque, de quem se tornara amigo, [...] obteve colocação na Gazeta de Notícias, iniciando carreira jornalística que se estenderia por longos anos”. “No ambiente das redações, em convívio com intelectuais expressivos como Alcindo Guanabara e João do Rio, encontraria incentivo para a expansão dos pendores literários [...]” (“biografia” disponível no site da ABL). Em 1911 foi eleito deputado estadual no Maranhão. Após um tempo sem ocupar mandatos eletivos, concorreu e foi eleito em 1927 deputado federal. Reeleito em 1929, teve o mandato interrompido pelo governo revolucionário implantado em outubro de 1930 (DHBB/FGV). Em 1938, após quatro tentativas, foi eleito membro da ABL. Faleceu no Rio de Janeiro em 1967.

cooptado também a “pequena massa operária do pequeno parque manufatureiro do Estado, a qual, na legislatura 1926/1930, tivera seus ‘representantes’, tanto no Congresso Estadual, quanto na Câmara Municipal de São Luís” (CALDEIRA, 1981, p.27). Ou seja, foram eleitos nomes indicados por aqueles sindicatos de trabalhadores, no entanto, estes nomes eram na verdade indicação do próprio PR “magalhãesista” (CALDEIRA, 1981, p.27).

A *facção* “magalhãesista” dispunha de uma aliança com o PRF (Partido Republicano Federalista), chefiado por Clodomir Cardoso<sup>25</sup>, e que era uma espécie de apêndice do PR governista, “dado que sua orientação e sua prática política eram determinadas pelos dirigentes deste último” (idem, ibidem). A composição social do PRF era a mesma do PR governista: grandes proprietários rurais e comerciantes de importação-exportação, além de bacharéis como a sua principal liderança, Clodomir Cardoso.

No que diz respeito ao mecanismo que garantia a sustentação política da *facção* “situacionista” (expressão nativa empregada para se referir aos “magalhãesistas”) ele se baseava em duas fontes principais: 1) controle personalístico dos aparatos do Estado pelo chefe da facção; 2) apoio político que recebia do governo central, espécie de fiador daquela posição hegemônica de mando a nível estadual. É a tese que ficou conhecida como “política dos governadores”, através da qual estes últimos garantiam apoio ao governo central em troca da “liberdade para exercer de modo quase absoluto o controle dos aparelhos de Estado” (CALDEIRA, 1981, p.28).

No entanto, a tese de Caldeira não se detém apenas na “instância política” para explicar o tipo de dominação política oligárquica existente no Maranhão dessa época. Segundo ele, era preciso considerar como se dava a “reprodução das relações de produção entre as classes proprietárias e as exploradas”. E, sendo tais relações “predominantemente pré-capitalistas”, conclui-se que se tratavam de “relações de dominação e de dependência pessoal” (idem, p.29).

Em relação aos seus adversários políticos, Magalhães de Almeida não fazia qualquer concessão, mantendo-se dentro dos limites do que Caldeira denomina o “código político dos governos oligarcas: lealdade para com os seus partidários e hostilidade para com os inimigos políticos. Frequentemente, também recorria à violência policial contra alguns destes” (idem, p.31).

---

<sup>25</sup> Advogado e agro-industrial, sócio da empresa Cândido Ribeiro & Cia, proprietária das fábricas Camboa (400 operários) e Cândido Ribeiro (360 operários).

Nas eleições de março de 1930, essa hegemonia da *facção* “magalhãesista” ficou mais que demonstrada: somente o PR governista e o PRF elegeram candidatos para o Congresso Nacional. Apesar de ter ocorrido uma “mobilização ponderável do eleitorado urbano”, levada a cabo pelas *facções* de oposição (“marcelinista” e “tarquinista”), reunidas em torno da Aliança Liberal. Segundo Caldeira (1981), aquele eleitorado se mostrou propenso a conceder seu apoio aos candidatos oposicionistas. Contudo, as forças governistas também se mobilizaram, “a fim de enfrentar o crescimento do eleitorado de oposição, através da recorrência às práticas da fraude eleitoral, sobretudo no interior do estado” (CALDEIRA, 1981, p.36).

Mesmo concentrando sua campanha à Câmara Federal em poucos nomes (PR oposicionista, 3; Partido Democrático - PD, 2), com vistas a não dispersar seus votos, as duas *facções* “oposicionistas” não conseguiram eleger nenhum representante.

### 1.1.2 “Marcelinistas”

Como o próprio nome já indica, a denominação dessa *facção* provém do fato de que os integrantes e adeptos da mesma obedeciam à liderança política de Marcelino Rodrigues Machado. Oriundo de uma família de fazendeiros do município de Buriti, formou-se em medicina, no Rio de Janeiro, e, em 1911, após regressar a São Luís, casou-se com Ana Elvira Pires Ferreira Leite, filha de Benedito Leite, já falecido. A partir de 1918, quando entrou na política e foi eleito deputado federal, passou a organizar em torno do seu nome a coesão dos integrantes do PR oposicionista (“o partido político que Benedito Leite organizara e chefiara até o seu falecimento em 1909”), consolidando-se sua liderança, sobretudo, entre os setores médios e populares urbanos do estado (CALDEIRA, 1981, p. 39).

A gênese da disputa entre “magalhãesistas” e “marcelinistas” remonta aos anos 1920, justamente no momento em que despontaram no cenário do faccionalismo estadual enquanto jovens lideranças que reivindicavam a herança política de duas figuras de peso na cena estadual. No caso de Marcelino Rodrigues Machado, tratava-se de Benedito Leite. José Maria Magalhães de Almeida, por sua vez, emergiu à cena em 1922, “quando passou a preencher a posição antes ocupada por Urbano Santos na liderança do grupo dirigente” (idem, p.37). Importante chamarmos atenção para o fato de que a disputa pela herança política se dá entre genros das duas lideranças que até

então haviam controlado o jogo político no estado, o que mostra o peso da dimensão familiar nas disputas políticas faccionais (GRILL, 2012).

Reforçando a pertinência do uso da noção de *facção*, identificamos que os estudos que tomamos como fonte para apresentar o quadro do *faccionalismo* maranhense da década de 1930, tomado a partir de sua constituição histórica imediatamente anterior (a chamada crise dos anos 1920), chamam a atenção para o fato de que as disputas entre as “correntes políticas”, “grupos oligárquicos” ou “grupos-partidos” tendiam a acirrar-se sobretudo nos períodos eleitorais. O que aponta ainda para a importância de tentar apreendê-las justamente nesses momentos, quando se intensificam as clivagens, resultado de alinhamentos e posicionamentos frente ao jogo político faccional.

Em termos de composição social as facções praticamente não apresentam discrepâncias. O chamado “marcelinismo” era formado por “latifundiários”, “agro-industriais”, comerciantes importadores e exportadores, além de elementos dos chamados “setores médios”, tais como: farmacêuticos, jornalistas, médicos, advogados e engenheiros agrônomos (CALDEIRA, 1981, p.40). Apesar disso, teria conseguido apoio eleitoral das massas da capital do estado, através de um “discurso radical” contra o “situacionismo” e ao mesmo tempo utilizando-se de uma prática assistencialista e filantrópica em relação às classes populares da capital São Luís. Uma das bases dessa retórica, segundo teremos oportunidade de ver mais à frente, era a defesa da “moralização dos costumes políticos”.

Caldeira (1981, p.44) classifica como “liberal” a “linha ideológica” dos “marcelinistas”, a qual não impedia a manutenção das suas relações com as classes populares de São Luís, de onde vinha a “votação maciça” obtida pela PR “marcelinista”. Assim, devido contar com o apoio político e eleitoral de consideráveis parcelas das classes médias e populares urbanas, segundo este autor, o “marcelinismo” constituía-se no “maior grupo político de oposição” no estado do Maranhão entre o final da década de 1920 e o início década de 1930.

### **1.1.3 “Tarquinistas”**

São apontados como um terceiro grupo que atuava na cena política desse período, sendo sua designação oriunda do nome da principal liderança política, o

médico Tarquínio Lopes Filho<sup>26</sup>. No início da década de 1920 muitos dos seus integrantes compunham a *facção* “parguista”, uma dissidência surgida no seio do “situacionismo” após a tentativa de Herculano Parga, então governador do estado (1914-1918), de consolidar-se enquanto chefe político regional em um período em que vigorava um “compromisso instável” entre os grupos políticos oligárquicos após a morte de Benedito Leite. Excluído, por determinação de Urbano Santos, o nome de Herculano Parga da chapa governista para as eleições de 1921 à Câmara Federal, os “parguistas” (entre eles Tarquínio Lopes), reunidos sob uma nova legenda (o Partido Republicano Maranhense - PRM), conseguiram manter aquela candidatura, a qual somente foi derrotada devido um acordo entre Urbano Santos (chefe do “situacionismo”) e Costa Rodrigues (chefe do “oposicionismo”), que viabilizou a eleição de dois deputados “oposicionistas” (ou “costistas”). Nas palavras de Martins (apud REIS, 2007, pp. 97-98):

No transcorrer da apuração, pelo fato do processo ser mais rápido na capital, constatou-se que Herculano era o segundo mais votado em São Luís, o que lhe garantiria a vaga, podendo terminar na sexta colocação, o que lhe daria uma das sete vagas da bancada maranhense na Câmara Federal. José Barreto e Agripino Azevedo, os dois candidatos de Costa Rodrigues, ficariam com a sétima e a oitava colocações, respectivamente, não se elegendo o último. Bastou um acordo de gabinete entre Costa Rodrigues e Urbano Santos para começar a aparecer votos no interior para os deputados costistas.

Tarquínio Lopes Filho ganharia maior visibilidade enquanto liderança política no estado após sua participação, junto com outros membros do PRM (a *facção* “parguista”), na quartelada que apeou do poder Raul da Cunha Machado, que ocupava o cargo de Presidente do estado em virtude do afastamento de Urbano Santos para assumir uma cadeira no Senado, além de ter confirmado seu nome à Vice-Presidência da República, na chapa encabeçada por Arthur Bernardes.

Na noite de 25 de abril de 1922, o capitão da Força Pública Manoel Aurélio Nogueira, contando com a adesão de uma parte da tropa sublevada, rendeu o tenente-coronel Hermelindo Gusmão Castelo Branco, que era o comandante daquela guarnição estadual, e, juntamente com alguns integrantes da *facção* “parguista” tomaram o

---

<sup>26</sup> Oriundo de uma família de médicos, seu pai Tarquínio Lopes Brasileiro, também médico, era proprietário de diversos imóveis, além de sócio de empreendimentos bancários na capital do estado. Foi governador interino (1891). Mais à frente serão detalhadas as propriedades e o perfil social de Tarquínio Filho.



palácio, empossando uma Junta Governativa, cuja liderança coube a Tarquínio Filho. A motivação dos militares rebelados, segundo relatos da época, encontrava-se nos baixos salários e nas condições vexatórias em que se encontrava a tropa. Nas palavras de Nascimento Moraes (apud REIS, 2007, p.99):

As praças estavam desgostosas, os oficiais desmoralizados. O governo do Estado, impiedosa e estupidamente, lançara ali dentro o desprestígio e o desprezo. Parecia um Corpo de inválidos esfrangalhados. O governo, presumia-se, propositadamente queria eliminar essa corporação por imprestável.

No entanto, o clima de insatisfação extrapolava os limites da caserna. “Tanto assim que logo nas primeiras horas da manhã do dia 26 de abril, a frente do Palácio do Governo estava apinhada de gente de todas as classes sociais” (SALGADO FILHO, 2015, p.227). Segundo o biógrafo de Tarquínio Filho, tratavam-se de “magistrados, autoridades, chefes de repartições, funcionários públicos e operários” que teriam ido manifestar seu apoio aos revoltosos.

Apesar do apoio “de todas classes sociais”, no outro dia, antes mesmo de completar 24 horas da tomada do poder, o comandante do 24 ° BC, o tenente-coronel Cunha Leal, após insistentes pressões do governo de Eptácio Pessoa, por meio de telegramas enviados pelo ministro da Guerra Pandiá Calógeras, negociou a rendição dos rebelados sob a garantia de que Raul Machado assumira o compromisso, por escrito, de que não haveria punição aos envolvidos no movimento golpista. Segundo Salgado Filho, biógrafo de Tarquínio Filho, o conteúdo dos telegramas trocados com o ministro, assim como as medidas tomadas após o episódio evidenciavam o apoio de Cunha Leal à “ação revolucionária” liderada por Tarquínio (SALGADO FILHO, 2015, p.228).

A partir desse evento, o grupo passaria a ser conhecido como “tarquinista”. E teriam buscado se constituir numa oposição tanto aos “magalhãesistas” quanto aos “marcelinistas”. Segundo Caldeira, a principal característica desse “grupo político” (conhecido como “tarquinistas”) era a sua “identificação ideológica” com o chamado movimento tenentista, pleiteando a superação da política oligárquica, da corrupção administrativa, a independência da magistratura, a verdade eleitoral, etc.

Com efeito, esta *facção* era composta de segmentos sociais heterogêneos, assim como os “magalhãesistas” e “marcelinistas”, ou PRs governista e oposicionista, respectivamente. Além de parcelas das classes médias, contavam os “tarquinistas” em seus quadros com “chefes oligarcas” municipais (grandes proprietários rurais),

comerciantes do interior do estado, e ainda alguns proprietários de prédios na capital (CALDEIRA, 1981, 53). Caldeira (idem, p.53) elenca também a presença de médicos, advogados, jornalistas, professores e comerciantes “médios”. Outro elemento importante é o fato de que esta *facção* esteve por algum tempo filiada ao PR “marcelinista”, com ele rompendo em 1927, quando fundaram o Partido Democrático (PD) no estado, sempre sob a chefia de Tarquínio Filho.

Todavia, nas eleições de março de 1930 os “tarquinistas” estiveram mais uma vez reunidos com os “marcelinistas”, agora sob a legenda da Aliança Liberal, no apoio às candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa. A partir de abril, porém, com o retorno de Reis Perdigão ao Maranhão, os “tarquinistas” passaram a auxiliar na preparação do movimento revolucionário que seria deflagrado em outubro.

## 1.2 Jornais e política na década de 1930

Dialogando com alguns trabalhos voltados para a relação entre jornalismo, política e intelectuais, e considerando o material empírico aqui analisado, torna-se possível estabelecer, como hipótese de trabalho, o lugar da imprensa no Maranhão dos anos 1930. A leitura do quadro político a partir da atuação dos jornais maranhenses permite concluir que se tratavam de veículos diretamente vinculados ou mesmo pertencentes aos políticos ou famílias de políticos que disputavam o domínio naquela estrutura de poder.

No decorrer dos anos 1920, e mesmo durante a década de 1930, a disputa entre as lideranças políticas personalísticas, em geral oriundas de famílias de políticos (como vimos na seção anterior), expressar-se-ia por meio dos seus órgãos de imprensa, oficiais ou não. Os jornais *Pacotilha* e *Tribuna*, são classificados (CALDEIRA, 1981, p. 33; REIS, 2007, p.115) como “porta-voz[es] do magalhãesismo”. Assim ocorre, para citar um exemplo, durante a crise do governo de Achilles Lisboa (1935-1936), que era sustentado pelos “marcelinistas”. Sugerindo medidas para resolver tal impasse o jornal *Tribuna*, “magalhãesista”, defendia abertamente a intervenção federal:

Não se compreende que possa haver uma situação mais caracterizada de anarquia na vida administrativa do Estado, que, neste caso, se encontra fora dos preceitos fundamentais do regime político republicano. Impõe-se a intervenção federal (apud REIS, 2007, p.115).

O processo de profissionalização e modernização do jornalismo brasileiro pode ser situado, segundo Ribeiro (2003), numa espécie de gradiente de transformação que remonta ao fim do século XIX, quando, por volta da década de 1880, começa a cessar ou desaparecer aqueles jornais “fundados e dirigidos por pessoas que desempenhavam funções públicas”, tais como, “escritores, padres, ex-militares, médicos, políticos e revolucionários” (RIBEIRO, 2003, p. 156).

Relativizando um pouco esse panorama, verifica-se que a configuração periférica do Maranhão redundou numa persistência das características apontadas pela autora, cuja tendência foi o seu paulatino desaparecimento no centro do país desde o final do século XIX. Podemos afirmar isso tendo em vista a considerável presença de jornais fundados no Maranhão, durante as três primeiras décadas do século XX, por agentes com aquele perfil apontado por Ribeiro (idem) como em desaparecimento desde o fim do século XIX. Abaixo um quadro com alguns exemplos desse perfil de proprietários e fundadores de jornais diários nas décadas de 1920 e 1930.

#### Quadro nº 01 – Fundadores de jornais

Nome	Ocupação	Jornal	Ano/ Circulação
Genésio Rego	Médico	O Dia	1924-26
Marcelino Machado	Médico	O Combate	1925-1965
Tarquínio Lopes Filho	Médico	Folha do Povo	1923-1934
Magalhães de Almeida	Oficial da Marinha	Tribuna	1929-1934
		Pacotilha	1934-1935
Astolfo Serra	Padre	Notícias	1932-1934
Reis Perdigão	Bacharel em Direito	Diário da Tarde	1931-1933

Todos os fundadores de jornais que constam no quadro acima eram políticos em atividade quando criaram esses órgãos de imprensa. Deve-se destacar a presença de médicos entre eles. Cabendo ainda observar que, diferente de Marcelino Machado, que a partir dos 1920 deixa de exercer a profissão médica por conta de sua entrada na política, tanto Tarquínio Filho, quanto Genésio Rego, no mesmo período e até meados da década de 1930, atuavam simultaneamente como médicos, jornalistas e políticos. Os dois exerceram cargos de diretores ou chefes de redação de algum jornal, ao mesmo tempo em que ocupavam postos nos diretórios partidários de suas respectivas *facções*. *Folha do Povo* (1923-1934), foi fundada e dirigida por Tarquínio Lopes Filho; *O Dia*

(1924-1927), órgão do PR “situacionista”, tinha como redator-chefe Genésio Rego<sup>27</sup>; *O Combate* (1925-37<sup>28</sup>), fundado e dirigido durante esse período, por Marcelino Machado e Lino Machado, irmãos que comandaram sucessivamente o chamado PR “marcelinista”; *Tribuna* (1929- 1936), foi adquirido pelo militar e político Magalhães de Almeida; *Diário da Tarde* (1931-1933), fundado e dirigido pelo jornalista e revolucionário de 1930 Reis Perdigão; *Notícias* (1932-34), fundado e dirigido pelo padre Astolfo Serra, interventor do Maranhão em 1931.

Desse modo, acreditamos poder demonstrar como válidas para a configuração histórica do Maranhão da primeira metade do século XX as contribuições de Petrarca (2007) acerca do espaço jornalístico no Brasil das primeiras décadas deste século:

Durante toda República Velha o jornal tornava-se um grande espaço que congregava pessoas vindas de diversos meios, sobretudo, uma elite política e um grupo cultural em ascensão. Além disso, por meio da imprensa, era possível conhecer pessoas e até conseguir uma posição de destaque no espaço político e cultural. Por meio dela consagrava-se obras literárias e conquistava-se um espaço na política, uma vez que, dentro dos jornais, havia grande circulação de homens políticos atuando como diretores, fundadores e redatores. (PETRARCA, 2007, p.70).

Se tomarmos os jornais analisados neste trabalho, e, principalmente, os agentes que atuaram nos mesmos, desde os fundadores, passando pelos diretores e chefes de redação, editorialistas, chegando até os denominados articulistas, cronistas ou “jornalistas”, é possível demonstrar essa ausência de barreiras formais ou de critérios próprios ao espaço jornalístico que de alguma forma controlassem o acesso àquela atividade. Trata-se de uma situação que poderíamos chamar de baixa institucionalização onde as fronteiras jurídicas ainda não foram erguidas e, portanto, não passou por nenhum tipo de regulamentação que viria definir os critérios legítimos para atuação profissional<sup>29</sup>. O ofício de jornalista era visto como atividade-meio (um “bico”), sendo baixíssimos os níveis de profissionalização. Desse modo, os jornalistas viam o exercício da atividade como subemprego, conforme ilustrado pela frase atribuída a Gustavo de Lacerda, um dos jornalistas que atuaram no sentido da organização profissional e

<sup>27</sup> Sobre a atuação dos profissionais da medicina na política regional do Maranhão ver NUNES, 2000.

<sup>28</sup> O Combate teve três fases: 1925-37; 1945-1959 e a última em 1965.

<sup>29</sup> Através do decreto-lei nº 910 de 1937 ocorreu a primeira regulamentação da profissão, todavia, tratou-se mais de uma forma de controle por parte do Estado-Novo sobre aquela atividade na medida em que passava a ser obrigatório o registro junto ao Ministério do Trabalho dos “homens de imprensa”. Os sindicatos profissionais de São Paulo e do Rio de Janeiro solicitaram que fosse incluído no decreto a exigência de formação universitária, o que não aconteceu. Para detalhes sobre o processo histórico de regulamentação e institucionalização da profissão de jornalista no Brasil ver PETRARCA, 2007. (especialmente capítulo III).

classista dessa atividade: “O jornalismo entre nós não é uma profissão: ou é oito ou é escada para galgar posições” (apud SODRÉ, 1977, p. 352).

Se investigarmos os perfis sociais dos agentes que atuavam na imprensa maranhense no início dos anos 1930, poderemos ter uma ideia, então, da sua posição no quadro sócio-histórico em questão, e poderemos entender como viam o exercício dessa atividade naquele contexto.

Os principais diários em circulação neste momento estavam estruturados, em grande medida, pelas mesmas lógicas presentes nos *domínios* políticos, ou seja, pautadas pelas relações pessoais e passionais do jogo faccional. Escrever em um determinado veículo significava aderir a um dos lados da disputa política geralmente caracterizada pelo dualismo “amigo-inimigo”. Como diz Gérard Lenclud (1987), acerca da Córsega, trata-se de uma situação onde a neutralidade é inconcebível, tão bem traduzida pela fórmula “quem não está comigo, está contra mim”.

Um outro aspecto importante que deve ser destacado diz respeito ao papel da imprensa enquanto principal agência de consagração intelectual e/ou literária, posto que não se verificava a existência de espaço de edição relativamente autônomo que permitisse a publicação de autores sem passar pelas páginas da imprensa, seja como colaborador, publicando seus trabalhos literários (poesias, contos, crônicas, etc), ou mesmo nas “lides da imprensa”, militando em prol dos interesses políticos da facção a qual estava vinculado um determinado jornal. Daí apresentar-se a atividade jornalística muito mais como uma atividade intelectual do que como uma atividade profissional, sendo exercida por agentes com ocupações diversas, tais como, advogados, médicos, militares, clérigos, magistrados, políticos etc.

O que se busca apreender é justamente esta multiposicionalidade, bem como as bases da autoridade mobilizadas pelos agentes que escrevem na imprensa. O que efetivamente lhes permite interpretar o jogo político (produzindo representações), e mais do que isso, proceder a uma leitura sobre a “realidade maranhense”, identificando “problemas” ou “males” que impediriam o desenvolvimento do estado e para os quais não deixam de apontar as soluções julgadas adequadas.

Na configuração aqui em pauta é muito saliente as interpenetrações e osmose entre os domínios da política e da intelectualidade, através principalmente da atividade

jornalística, que funciona como um meio para o exercício da atividade intelectual (literária) ou do alinhamento no jogo faccional.

A análise deste capítulo se deterá, tomando como base empírica a conjuntura histórica dos anos 1930, especialmente sobre os seguintes jornais: *O Imparcial*, *O Combate*, *Folha do Povo* e *Pacotilha*, escolhidos porque, em seu conjunto, permitem abarcar o período 1932-1935, mas também porque possibilitam apreender, em diferentes composições e alinhamentos, as principais *facções políticas* em atuação naquele período. Com efeito, estes jornais representavam, respectivamente, os interesses políticos das facções “genesista”, “marcelinista”, “tarquinista” e “magalhãesista”. A *facção* genesista, que controlava o jornal *O Imparcial*, estava organizada em torno da liderança de Genésio Rego e se reunia, desde as eleições de maio de 1933, sob a sigla da União Republicana Maranhense (URM). A *facção* marcelinista era liderada por Marcelino Machado, médico e proprietário d’*O Combate*, um importante instrumento na consolidação desta facção como a principal oposição ao situacionismo magalhãesista, atuando principalmente na cidade de São Luís. Os “marcelinistas” estavam reunidos no Partido Republicano (PR). O jornal dos “tarquinistas” era a *Folha do Povo*, fundada em 1923, com o propósito de expressar as ideias daqueles militantes políticos então reunidos sob a legenda do PRM. Nas palavras de um deles, publicada em 1924 na *Folha do Povo*, ficava claro o sentido instrumental da imprensa nas lutas políticas por eles travadas: “Eu não compreendo partido sem jornal. O jornal, no partido, faz o papel da bandeira, no batalhão” (Dioclides Mourão apud SALGADO FILHO, 2015, p. 245).

Os “magalhãesistas”, por sua vez, que tinham como grande liderança Magalhães de Almeida, e partir das eleições de 1934 estão organizados sob a sigla do Partido Social Democrático do Maranhão (PSDM). O jornal *Pacotilha* voltou a circular em agosto de 1934, como órgão do PSDM. Ademais, os referidos veículos impressos eram aqueles de maior tiragem e circulação da capital, sendo o título de jornal de maior circulação reivindicado, ao mesmo tempo, por *O Imparcial* e *O Combate*.

Além desses veículos, ligados às facções que se constituíram ainda na década de 1920, incluímos também *Notícias* e *Diário da Tarde*, que foram fundados e dirigidos por dois agentes que ingressaram na arena política no pós-30, Astolfo Serra e Reis Perdigão. Tratam-se de agentes que se destacaram enquanto produtores de discursos e representações sobre o jogo político maranhense, particularmente marcados pelas suas experiências nas interventorias que se seguiram à tomada do poder em outubro de 1930.

Desse modo, podemos considerar os jornais ludovicenses como órgãos oficiais, ou paraoficiais, de divulgação dos ideais das principais *facções políticas* em atuação naquele momento. Os jornais, portanto, defendiam abertamente as posições dos “grupos políticos oligárquicos” aos quais estavam atrelados. Tal vinculação entre veículos de imprensa e *facções* políticas proporcionava, de certo modo, a produção de representações (a exemplo das etiquetas políticas em “ismo”) que tendiam a ser reproduzidas nos embates faccionais, visto atingirem diretamente a identificação dos adversários a partir da adjetivação dos nomes próprios daquelas lideranças: “magalhãesismo”, “godomagalhãesismo”, “marcelinismo”, “tarquinismo” e “genesisismo”.

### 1.3 Perfis de agentes multiposicionados



Revista Fon fon, Ano XXV, nº 5, Rio de Janeiro, 31/01/1931, p. 36.

A fotografia acima é um dos raros registros da posse do segundo interventor do Maranhão nomeado pelo Governo Provisório após outubro de 1930<sup>30</sup>. Ela nos

---

<sup>30</sup> Logo depois de deflagrado o golpe de 8 de outubro que apeou José Pires Sexto do posto de presidente do estado, o Maranhão passou a ser governado por uma “Junta Revolucionária” presidida por José Maria Reis Perdigão que, pouco mais de um mês depois indicou, sob aprovação de Juarez Távora (o “Comandante da Revolução no Norte”) o Major Luso Torres para assumir a Interventoria Estadual. Este, por sua vez, alegando motivo de saúde, renunciou 15 dias após ter assumido o cargo. Isso fez com que

proporciona adentrar, como que por uma fresta, no cenário político do período, entre outras razões porque nela estão três agentes sociais cujos percursos e atuações são imprescindíveis para compreender não só o cenário político, mas também o jornalístico e intelectual dos anos 1920 e 1930 no estado do Maranhão. Assim como fez o fotógrafo (que desconhecemos, pois a fonte não dá nenhuma informação a respeito<sup>31</sup>) vamos direcionar o nosso olhar para eles, que estão no centro da fotografia. Seus nomes, “da esquerda para a direita”: Reis Perdígão, Pe. Astolfo Serra e Tarquínio Lopes Filho. Os três homens, e as dezenas de pessoas ao seu redor, estão em frente ao “Palácio 8 de Outubro”, como foi rebatizado pela “Junta Revolucionária” a residência oficial do chefe do poder executivo no estado<sup>32</sup>. São os únicos que estão sentados e essa condição indica os seus lugares privilegiados na articulação, implantação e gestão do novo governo que se iniciara em 8 de outubro de 1930.

Com efeito, tratam-se de figuras notáveis nos *domínios*<sup>33</sup> do jornalismo, da política e da intelectualidade local. São agentes reconhecidos em todos esses universos<sup>34</sup>, nos quais obtiveram diversos tipos de credenciais ou reconhecimentos, os quais funcionam como legitimadores da sua inclusão nos *panteões*<sup>35</sup> produzidos pela historiografia regional da política, da imprensa e da literatura (geralmente tomada enquanto sinônimo de intelectualidade tanto pelos agentes quanto pelos intérpretes). Os agentes em foco estão entre os principais políticos, jornalistas e intelectuais do período que vai desde os anos 1920 até meados da década de 1930 no Maranhão. Seus nomes também são facilmente encontrados nas produções historiográficas regionais e nacionais: seja em interação com as lideranças políticas do estado nesse período:

---

Reis Perdígão permanecesse à frente do governo, enquanto se decidia por um novo nome, os quais deviam passar também pela aprovação de Juarez Távora e do Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas. O escolhido por Reis Perdígão e ratificado por Távora e Vargas foi o padre Astolfo Serra.

<sup>31</sup> O que é repetido, por assim dizer, na utilização dessa mesma fotografia para ilustrar a capa da 2ª edição do livro de Reis Perdígão *A Revolução de 30 no Maranhão*, editado em 2016 pela Academia Maranhense de Letras (AML). Desta feita, assim como a revista não deu os créditos ao fotógrafo, o editor do livro omitiu (ou desconhecia, ou considerou de domínio público...) a fonte de onde extraiu a fotografia, originalmente publicada pela *Revista Fon Fon*, do Rio de Janeiro, em 1931, conforme registro disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

<sup>32</sup> Até então era denominada Palácio dos Leões.

<sup>33</sup> Conforme explicado na Introdução deste trabalho. Ver também REIS e GRILL, 2018.

<sup>34</sup> No caso de Tarquínio, seu reconhecimento ocorre também no universo da Medicina, enquanto médico, professor e gestor especificamente nessa área. Sua biografia, intitulada *Tarquínio Lopes Filho – médico, político, jornalista e administrador que virou mito*, foi escrita pelo médico, administrador do Hospital Universitário, professor e, à época em que a publicou, reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Natalino Salgado Filho. O magistério e a gestão ocorrendo no âmbito da mesma Universidade (SALGADO FILHO, 2015).

<sup>35</sup> Para a noção de “panteão” ver Coradini (1998). Ela é aqui empregada porque permite apreender processos que têm “como objetivo específico e explícito a consagração e celebração e, com isso, a sobrevivência social de seus ‘vultos’” (idem, p. 221).



Godofredo Viana, Magalhães de Almeida, Genésio Rego, Marcelino Machado e Lino Machado; seja relacionados entre os “grandes” jornalistas e intelectuais, ao lado de figuras como Nascimento Moraes e Antônio Lopes (MEIRELES, 1955; MORAES, 1977; MARTINS, 2002).

Mas devemos voltar à fotografia e buscar compreender alguns elementos conjunturais que compõem o cenário mais geral em que vamos desenvolver nosso estudo. Buscando aproximar nosso olhar daquele momento histórico, vejamos como um dos principais jornais da capital da República noticiou, através de seu correspondente em São Luís, a chegada do novo interventor maranhense no dia 8 de janeiro de 1931:

MARANHÃO, 8 (A.B.) – Acaba de chegar, aqui, o padre Astolpho Serra, recentemente nomeado interventor federal neste Estado.

O desembarque do chefe do executivo maranhense foi muito concorrido, apesar do mau tempo.

O sr. Reis Perdigão, interventor interino, que compareceu a bordo acompanhado de elementos revolucionários de destaque e das autoridades federaes e estaduaes, apresentou em seguida ao povo, em vibrante discurso o padre Serra, dizendo que aquelle era o homem que elle havia prometido quando recebeu a ultima manifestação.

O novo interventor, respondendo, reafirmou a promessa feita pelo sr. Reis Perdigão de trabalhar pela prosperidade da sua terra dentro do moralizador programma revolucionario.

Foi intensa a emoção da enorme massa popular quando o padre Serra disse, ao terminar sua oração, que antes de partir visitára o tumulto de Siqueira Campos, onde fora pedir uma inspiração para bem governar em nome dos principios revolucionarios o povo maranhense.

(*Diário de Notícias*, 09/01/1931, p.6).

A notícia publicada na capital federal nos dá uma pista sobre as outras pessoas que estão no entorno dos personagens principais captados pela fotografia. O texto jornalístico faz referência a “elementos revolucionários de destaque”, que acompanharam Perdigão na visita a bordo do navio que trazia o novo interventor. Mas quem são eles? Acreditamos que devem ter posado também para a fotografia. Apesar de não terem sido identificados ou nomeados pelos órgãos de imprensa (*Revista Fon Fon e Diário de Notícias*), é possível aproveitar a oportunidade e dizer, ainda que sumariamente, quem são estes “revolucionários de destaque”, os quais participaram tanto da conspiração revolucionária vitoriosa quanto dos primeiros meses de governo, inclusive na gestão do Pe. Astolfo Serra (janeiro a agosto de 1931).

Segundo relatos da época, jornais diários e principalmente um discurso de Perdigão (2016), ficamos sabendo que durante sua passagem pelo Maranhão em 1927, arregimentou um “núcleo” formado por “ardorosos rapazes que vibravam pelos ideais

de regeneração política nacional”, ele cita os seguintes nomes: Evandro Cunha, Hélio Cunha, João Cursino Veras, Manuel Neiva Moreira, Lauro Parga, Joaquim Morais Rego, Francisco Figueiredo, Padua de Rezende (PERDIGÃO, 2016, p.32; p.43). Além desses, o seu irmão Fernando Perdigão também se engajou no “movimento revolucionário”. Estes “ardorosos rapazes” constituíram um “núcleo” que ficou articulado à liderança do

Doutor Tarquínio Lopes Filho, famoso cirurgião e político militante, diretor da *Folha do Povo*, órgão da imprensa local que abertamente pregava a necessidade de um novo golpe armado para arrancar a nação das mãos da camarilha retrógrada e prepotente que, montada numa fraudulenta máquina eleitoral, monopolizava o poder político, manobrando, discricionariamente, a administração do país.

(PERDIGÃO, 2016, p.32)

Um dado complementar foi obtido ao consultar os jornais no momento em que se deu o rompimento político entre Reis Perdigão e o interventor Astolfo Serra (menos de três meses após ter tomado posse), caso relativamente noticiado, inclusive pela imprensa nacional. Em apoio à liderança de Perdigão, os “revolucionários” (como se auto intitulavam) entregaram os cargos que detinham no primeiro escalão do governo: Fernando Reis Perdigão (Secretário Geral do Governo); Lauro Parga (Diretor do Tesouro Público); Evandro Cunha (Delegado de Polícia); João Cursino Veras (Prefeito de Coroatá); e Antônio Padua Rezende (Oficial de Gabinete do Secretário Geral). Todos participaram da conspiração vitoriosa em outubro e ocupavam desde então postos na administração pública, justificados pela sua “ardorosa dedicação” ao cumprimento do que chamavam “o programa revolucionário” (desde já atentemos para a ideia de “redenção moral” dos “costumes políticos”; mais à frente analisaremos o conteúdo dela nos discursos dos agentes). O “moralizador programa” estaria voltado para atender as verdadeiras demandas do povo, colhidas no contato direto com ele. Esta questão da relação direta com o “povo” é um elemento bastante ressaltado nos relatos e está presente tanto na fotografia quanto na matéria jornalística. Por que a cerimônia de posse não se dá dentro do Palácio? Nas salas reservadas onde costumam ocorrer essas transmissões do poder político? A realização de parte dela em praça pública, digamos assim, evidencia o *modus operandi* implementado por Reis Perdigão (e continuado por Astolfo Serra) nos 11 meses que se seguiram à tomada do palácio do governo. Nesse intervalo de tempo eles foram as principais lideranças do novo regime, e buscaram

legitimá-lo através de uma “tentativa de ligação direta com os sindicatos, associações e camadas populares da Capital” (REIS, 2007, p. 108).

Desse modo, Perdigão e Serra teriam desenvolvido “um estilo de atuação política que, ao lado da violência usada contra os opositoristas, ia à praça pública ou à sacada do palácio encenar uma ‘discussão com o povo’” (idem, p.109). Este aspecto, caracterizado como uma tentativa fracassada de “experiência populista”, pode ser entrevisto, também, na fotografia acima (onde populares se aglomeram em torno das autoridades), bem como na notícia produzida pelo correspondente do jornal da Capital Federal, ao destacar que foi bastante concorrido o desembarque apesar do “má tempo” e ainda que a “massa popular” “vibrou” com os discursos proferidos.

### **1.3.1 Reis Perdigão**

Servindo-nos, ainda uma vez, da ordem em que aparecem na fotografia, começemos a detalhar algumas propriedades sociais, condicionantes importantes para compreender os percursos dos agentes enfocados. Vamos iniciar, ou melhor, continuar com Reis Perdigão. Ele é o primeiro nome na ordem a que nos referimos acima e esteve à frente dos “revolucionários maranhenses de 1930” como destacam os relatos biográficos e autobiográficos (PERDIGÃO, 2016). No momento do registro fotográfico e da redação jornalística feita pelo repórter do *Diário de Notícias*, Reis Perdigão ocupava oficialmente o posto de interventor interino. Entretanto, seu percurso e atividades sociais anteriores devem ser objetivadas com vistas a estabelecermos suas redes de relações e suas inscrições políticas e culturais que lhe permitiram retornar ao Maranhão, na condição de liderança política, mais dez anos após ter partido para o Rio de Janeiro.

Ao que parece, foi no ano de 1919 que ele ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro. Paralelamente também conseguiu afirmar-se enquanto jornalista e crítico teatral, pois nos primeiros anos da década de 1920 já gozava de certo reconhecimento entre os pares, conforme atestam embates e polêmicas com figuras de proa do modernismo literário, a exemplo de Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda, então escrevendo e defendendo seus pontos de vista artístico-literários na Revista *Klaxon*, quando João de Talma (um dos pseudônimos

de Reis Perdigão) era crítico literário do jornal carioca *O Imparcial* (VASQUEZ, 2016, p. 73).

Nascido em São Luís em 19 de abril de 1900, ele era, nesse momento, um jovem intelectual engajado no que ele mesmo definiu, a *posteriori*, como “Campanha pela redenção moral da pátria brasileira” (PERDIGÃO, 1926, p. 05), além de um crítico até certo ponto avesso às transformações radicais do cânone literário. Mas é preciso saber mais sobre as origens sociais deste jovem intelectual maranhense.

Desse modo, visando concatenarmos algumas informações e, assim, avançar na análise pretendida, construímos o quadro abaixo, onde é possível visualizar algumas posições sociais do agente no seu percurso biográfico (até a década de 1930). Logo em seguida procuraremos relacioná-las com o espaço social onde foi socializado e ao mesmo tempo inscrito nos *domínios* culturais e políticos, por fim tentaremos extrair alguns aspectos disposicionais internalizados nesses anos de formação.

**Quadro 02 – Perfil de Reis Perdigão**

Ano	Informação biográfica
1900	Nasce José Maria Reis Perdigão em São Luís/MA no dia 19 de abril
1908-1911	Curso primário no Colégio Almir Nina, onde foi colega de classe de Celso Freitas, e Colégio Maristas (ambos em São Luís)
1912-14	Instituto Maranhense (curso ginasial)
1914	Imprensa estudantil: jornal <i>A Inúbia</i> ; Participa da “União Estudantal Silvio Romero”; Desliga-se da “União Estudantal Silvio Romero” e funda, com José Ribamar Pereira, Acrísio Figueiredo e Zuleide Bogéa, a “Sociedade Literária Oficina João Lisboa”.
1914/1915	Aprendiz de tipógrafo na Pacotilha (onde atuava um tio materno)
1915-1917	Secundário no Liceu Maranhense
1915	Ingressa na “Sociedade Literária Barão do Rio Branco”: ministra “conferências”; participa, junto com a “mocidade maranhense” da celebração do 28 julho (data da “Adesão do Maranhão à Independência do Brasil”) e discursa, em frente ao quartel do 48º de caçadores, como representante daquela entidade; Nomeado “auxiliar de diretor” na Biblioteca Pública (da qual o pai era Diretor-Geral).
1916	Atuação “Sociedade Literária Barão do Rio Branco”; Cursando Secundário Liceu Maranhense
1917	<b>Março</b> – integra a reabertura da “Oficina dos Novos”; <b>Mai</b> o – Nas comemorações do 13 de maio discursa enquanto sócio da Soc. Lit. Barão do R. Branco; <b>Junho</b> – Participa e discursa na “grande passeata cívica com que os estudantes maranhenses e o povo representado em todas as suas classes comemoraram a [...] quebra da neutralidade brasileira ao conflito da Alemanha com todas as nações da grande <i>entente</i> ” (Pacotilha, 11/06/1917, p.1); <b>Julho</b> – Nomeado “escrevente auxiliar do diretor da Biblioteca do Estado” (Pacotilha, 21/07/1917, p.1);

	<b>Novembro:</b> Membro do “Club de Tiro 47” (Pacotilha, 07/11/1917, p.1).
1918	Assina “manifesto apresentado a S. Exc. o Dr. Urbano Santos [...] por uma comissão de eleitores” que pedia a inclusão do nome de Antonio de Castro Pereira Rego na “chapa de deputados federais que em breve apresentareis ao eleitorado maranhense” (Pacotilha, 28/01/1918, p.1).
1919	Inicia curso de ciências jurídicas e sociais na faculdade de Direito do Rio de Janeiro; Atua em jornais: <i>O Imparcial</i> (propriedade de J. E. de Macedo Soares).
1920-22	Notoriedade como crítico teatral (polêmica com os modernistas da revista Klaxon em 1922)
1922	Tomada de posição (via seus escritos na imprensa) favorável à “primeira” revolução de 5 de julho.
1923	Conclui o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade do Rio de Janeiro.
1924	Engajamento na “segunda” revolução de 5 de julho (“troquei a pena pela baioneta”); Militância jornalística no campo de batalha: redator d’O Libertador (7 edições).
1925-26	Exílio no Paraguai e na Argentina, com atividade intelectual intensa (colabora em jornais e publica, em Buenos Aires, <i>Da Fornalha de Nabucodonosor</i> ( <i>Correspondência de um revolucionário</i> ), relato autobiográfico sobre a campanha revolucionária);
1927	Fim do exílio e retorno ao Brasil
1927-30	Intensa atuação intelectual/jornalística/política (RJ, SP, MA)
1930	<b>Abril</b> – Indicado pelo comando revolucionário pra liderar levante no Maranhão: “Chamado do General Costa” e “incumbência de organizar e dirigir a conspiração” no “setor maranhense” (PERDIGÃO, 2016, pp.28 e 30); <b>Abril/maio</b> - Retorno ao Maranhão, assume redação da <i>Folha do Povo</i> (de Tarquínio Filho). <b>Outubro</b> - Aliança e ruptura com os oposicionistas do regime pré-1930 (“marcelinistas”); <b>Novembro</b> - Indica Major Luso Torres para Interventoria; <b>Nov./dez.</b> – Assume interinamente após renúncia deste.
1931	Indica Pe. Astolfo Serra e dois meses depois rompe, deixando o posto de Secretário-geral da Interventoria; Afastamento em relação Juarez Távora (devido posição conciliadora deste); Engaja-se na campanha pró-constituente e ao mesmo tempo defende a socialização dos meios de produção. <b>Setembro:</b> organiza em São Luís a seção estadual da Liga Pró-Constituente; Funda e dirige, em São Luís, o Diário da Tarde; <b>Dezembro:</b> fundação do PRM, “nos moldes da Legião Revolucionária de São Paulo” (Diário da Tarde 08/12/1931, p. 4 apud CALDEIRA, 1981, p. 238).
1932	Atua intensamente no jornalismo e na política com vistas às eleições de maio do ano seguinte; Dezembro - Funda Partido Socialista Radical dos Trabalhadores.
1933	Não registra nenhum partido político e lança sua candidatura avulsa nas eleições de maio; Derrota nas eleições de maio de 1933; Publica <i>O socialismo róseo do major</i> (São Luís); Em novembro encerra suas atividades jornalísticas em São Luís e segue para o Rio de Janeiro.

Vamos nos deter nas informações sobre as origens sociais do agente e complementá-las com dados produzidos a partir de fontes diversas (periódicos e relatos

biobibliográficos contidos em livros e revistas que pretendem interpretar a história da cultura e/ou da literatura regional, e, principalmente, de um livro escrito por Domingos Perdigão, seu pai).

Primeiramente, queremos chamar a atenção para a pouca idade com que o agente assume posições de relevo nas “festividades cívicas”, assim como para o seu investimento nas sociedades literárias, ainda que transite entre várias delas ressalta-se o lugar que as mesmas parecem ter no seu (paulatino) processo de entrada nos círculos intelectuais locais (devido o contato/apoio que aquelas sociedades literárias tinham com/dos autores consagrados ou “mestres”). Acrescente-se a isso a inserção também precoce nos órgãos de imprensa, desde a estudantil (*A Inúbia*<sup>36</sup>, com 14 anos) até a imprensa “profissional” da capital do estado (*Pacotilha*). Nesta última seu recrutamento (como “aprendiz de tipógrafo”) seguiu um modelo que exigia conhecimento pleno da atividade (desde as oficinas de tipografia até chegar à redação), no que parecia seguir o exemplo do tio materno, Agostinho Reis, “insuperável homem de jornal que foi (...) ao mesmo tempo tipógrafo, gerente, secretário e redator-chefe” da *Pacotilha* (PERDIGÃO, 2010, p. 142). Foi no jornal em que o tio trabalhava que Reis Perdigão foi iniciado nas “lides da imprensa” e onde também pode se aproximar de alguns daqueles mestres, porque muitos deles integravam o chamado “Grupo da *Pacotilha*”<sup>37</sup>.

Orientando-nos sempre para as correlações entre disposições, posições ocupadas e as tomadas de posição em determinados momentos desse percurso, chamamos atenção para o espaço social em que Reis Perdigão foi forjado, se inscrevendo nos *domínios* culturais e políticos, aprendendo a reverenciar os “vultos” da “cultura” e da “política” do Maranhão e do Brasil. Este espaço social é, portanto, marcado por um culto saudosista de uma suposta tradição intelectual nas letras e também na política. Percebe-se uma organização em torno de uma cultura cívica que se adequará plenamente aos diversos nacionalismos surgidos anos 1920 e 1930. Além de uma educação formal direcionada para estes valores, Perdigão teve ainda no seu ambiente familiar a presença de um educador relativamente preocupado em transmitir ao primogênito, de maneira metódica, os vastos conhecimentos da cultura legítima.

---

<sup>36</sup> Mais um indício do culto a um cânone literário (indigenismo gonçalvino) e suas temáticas cívicas.

<sup>37</sup> Perdigão (2010, p.142) cita os seguintes jornalistas: José Barreto, Clodomir Cardoso, Fran Paxeco, Viana Vaz, Luso Torres, além do seu tio Agostinho Reis. Ele qualifica este “Grupo” como formado por “homens de talento, cultos e ardorosos na defesa de suas opiniões, que espalhava todas as tardes, na cidade, em linguagem de lei, através das colunas da *Pacotilha*, lampejos de crítica e golpes de polêmica, apontando erros, escarpelando vícios, sustentando ideias”.

Na busca de material biográfico mais detalhado sobre a formação escolar e o ambiente familiar em que foi socializado o agente, recorremos a um livro publicado pelo seu pai em São Luís, no ano de 1922, sob o selo da Imprensa Oficial do estado. Inicialmente, foi o título que nos chamou atenção: *O que se deve ler: Vade-Mecum Bibliographico* (PERDIGÃO, 1922).

Domingos Perdigão, que era então o Diretor da Biblioteca Pública, dedica a obra em “homenagem” “à mocidade que lê na Biblioteca Pública do Maranhão”. A nos basearmos nas orientações de leituras dirigidas a essa “mocidade que lê” e frequentava a Biblioteca, o primogênito (José Maria Perdigão), bem como a filha (que não conseguimos saber o nome) e Fernando Eugênio, o filho mais novo, provavelmente foram educados a partir dos princípios e valores de mundo que estão delineados nas práticas de leitura metodicamente formuladas pelo senhor Domingos Perdigão no *Vade Mecum Bibliographico*. Ele o teria escrito no intuito de atender às demandas “dos frequentadores da nossa leitura infantil”. “O livro”, diz o autor, “é vosso, vós o reclamastes e eu empreguei todo o meu esforço” (PERDIGÃO, 1922, p. 6). Ele informa que buscou, “de um modo prático, simples e despretensioso estabelecer um método” que lhe parece “útil àqueles que alguma coisa desejam aproveitar daquilo que lêem” (idem, p. 8). Assim, “o que se deve ler” é determinado conforme as “fases” da “infância” e/ou “mocidade”: na “1ª fase” (entre os 8 e 12 anos) estão as “Leituras preparatórias”, onde são indicados, “em primeiro lugar livros de escritores patricios [leia-se maranhenses], sobre assumptos locais e de facil comprehensão, depois [...], no mesmo genero, todos os escritores nacionais.” (idem, p. 9). A justificativa para a ordem de leituras é feita constantemente ao longo do texto, usando metáforas como essa:

À criança, logo que pode dirigir os seus passos, somente é permitido andar por dentro da casa em que habita, percorrendo os quartos, as salas, as varandas e corredores, havendo, entretanto, toda a cautela no transpor os batentes e no descer ou subir escadas. O mesmo criterio deve ser observado para aquelles que se iniciam na leitura. (PERDIGÃO, 1922, pp. 8-9).

Sobressaem, como se vê, a ênfase nos escritores “patricios” (maranhenses) e ela organiza todo o repertório de leituras, reforçando o (re)conhecimento dos “vultos” literários locais e, depois, nacionais.

A sua aguçada inclinação professoral muito provavelmente condicionou a formação escolar dos seus filhos. No caso de José Maria, a figura paterna parece ter lhe

marcado sobremaneira, conforme se percebe no gesto de afeto que significa batizar com o nome do pai o seu primogênito. A exemplo do que demonstrou Elias (1995, p.59), a relação entre pais e filhos tende a exercer considerável influência na constituição da personalidade do indivíduo. E, quando a figura paterna apresenta uma tendência pedagógica acentuada e direcionada para o filho, particularmente o filho varão, a exemplo do como ora tratado, isto favorece, sem dúvida, o desenvolvovimento da criança na direção desejada pelo pai (ELIAS, 1995, p. 60).

A preocupação pedagógica do senhor Domingos Perdigão, da qual sobressaem disciplina e método rigorosamente ministrados aos aprendizes, pode ser vista quando afirma que os “conhecimentos devem ser adquiridos methodicamente e em tempo oportuno. É perniciosissimo o querer saber tudo de uma vez, lendo, ao mesmo tempo, livros diversos” (PERDIGÃO, 1922, pp. 9-10). Após a primeira fase de leituras,

[...] deveis dedicar-vos um pouco às leituras religiosas, e, para este fim, não podereis encontrar melhores obras do que: ‘Bíblia das Escolas Catholicas’, por Thiago Ecker, tradução do egregio D. Francisco de Paula e Silva, pranteado bispo do Maranhão; ‘Minha História Sagrada’, do eminente e conspicuo homem de letras Dr. Carlos de Laet, Presidente da Academia Brasileira de Letras e Director do Collegio Pedro II; ‘História Bíblica’, por D. Antonio de Macêdo Costa, Arcebispo da Bahia; ‘Historia Bíblica’, 1º e 2º, por D. João, Arcebispo de Porto Alegre; ‘Historia Santa’, pelo conceituado professor maranhense, Antonio Augusto Rodrigues.

Estas leituras religiosas são muito uteis e indispensaveis na vossa idade, e insisto em recommendal-as, porque tenho certeza que, passando esta ocasião, não as fareis mais, e ficareis ignorantes de cousas, que foram sempre consideradas e são santas.

(PERDIGÃO, 1922, p.31)

Daí se percebe o quanto era valorizada a formação religiosa (católica), especialmente a sua transmissão às crianças (“entre 8 e 12 anos”), indicando as leituras que considerava “indispensaveis”. É razoável supor que os seus filhos tenham sido educados dentro desta cosmovisão, metodicamente orientados no sentido de uma progressiva complexificação de suas leituras, paulatinamente adensadas mediante uma disciplina que visava transmitir a cultura considerada legítima: primeiro os conhecimentos tidos como básicos, os escritores patrícios (maranhenses) e nacionais, logo após as leituras religiosas, e na sequência as revistas e livros infantis de escritores portugueses. Para encerrar esta 1ª fase, o autor prescreve “leituras especiais para as meninas”. Os títulos, listados abaixo, indicam o lugar social a que estavam destinadas “as gentis meninas”, as quais frequentavam a Bilblioteca (seção de “leitura infantil”) acompanhadas de suas “competentíssimas mestras”:



[...] ‘Alma’, do nosso genial Coelho Netto, livro de sã moral, castiça e burilada linguagem, prosa clara e de fácil compreensão; [...] ‘Coração’, de Edmundo de Amicis e mais ‘O Lar Doméstico’, conselhos para a boa direcção de uma casa, por Vera A. Cleser; ‘Noções da Vida Doméstica’, por Felix Ferreira; ‘A Dona de Casa’, por Combes e ‘O Lar’, por Miguel Milano”. (PERDIGÃO, 1922, pp. 37-38).

Ressalte-se que entre os três filhos de Domingos Perdigão tinha uma menina, a qual não conseguimos descobrir sequer o seu nome, o que nos parece revelador do destino social que teve a irmã de José Maria e Fernando Eugênio.

Aos 12 anos, concluído o curso primário, o pequeno aprendiz devia passar pelo “Exame de Admissão” e iniciar o curso secundário “no Lyceu Maranhense ou em qualquer dos institutos a elle equiparados” (PERDIGÃO, 1922, p.39). Só depois de aprovado e regularmente matriculado é que deveria, “nas horas de folga”, procurar a Biblioteca Pública, “que vos receberá satisfeita e alegre, proporcionando-vos os meios de iniciardes a segunda fase das vossas leituras, informando os melhores livros, que venham corroborar os vossos estudos” (idem, p.40).

Nesta 2ª fase, que corresponderia à primeira parte do curso secundário (chamado ginásio), indo dos 12 aos 15 anos, deveriam ser realizadas as “leituras educativas e instructivas” (idem, p.39). Era quando se iniciaria o estudo secundário da língua portuguesa, através das “antologias”, “selectas, coletâneas de trechos dos melhores cultores das letras, onde se encontra como que um mostruário de retalhos, do que melhor se tem escrito na nossa língua” (idem, p.42). Dentre os muitos títulos, recomenda a “Antologia Nacional”, organizada pelos “competentíssimos” professores Fausto Barreto e Dr. Carlos de Laet. “Este tratado, que é adoptado no gymnasio Pedro II, no Collegio Militar, na Escola Normal do Districto Federal, nos lyceus de diversos estados, deve ser lido com toda attenção” (idem, p.44).

De maneira rigorosamente encadeada, deveriam seguir-se conjuntos temáticos (ou áreas do conhecimento), cada um com uma bibliografia específica, hierarquicamente ordenadas: “estudos da litteratura nacional”; “diccionarios da lingua portugueza”; “lingua internacional Esperanto”; “lingua franceza”; “estudo da Geographia”; “Arte de esudar”; “estudo da Mathematica”; [...]“estudo das linguas grega e latina”; “lingua ingleza”; “lingua allemã”; “estudo da Historia”; “estudo da litteratura universal”; “O folk-lore”; “estudo da philosophia”; “[...] pedagogia”; “[...] hygiene”; “[...] desenho”; “[...] musica”; “[...] gymnastica”.

Desse modo, podemos perceber como se daria a consolidação de uma sólida formação moral e humanística, baseada na leitura orientada dos “grandes vultos” das letras e ciências, seguindo os conteúdos mais “apropriados” para cada fase da vida das crianças e “moços”.

Finalmente, na 3ª e última “fase” (“dos 15 aos 18 anos”), realizar-se-iam as “leituras ilustrativas, variadíssimas e complexas, na qual se acha tudo quanto ha produzido o talento e o saber humano” (PERDIGÃO, 1922, p.167). Neste momento o leitor está “em plena liberdade” na biblioteca e pode requisitar “qualquer livro dos nossos catálogos, devo, porem, prevenir-vos de um grande perigo que vos ameaça – a falta de um roteiro seguro para guiar-vos neste complicadissimo labyrintho” (idem, p.167). Esta a função do livro de Domingos Perdigão, conforme ele o concebeu, servir de “roteiro seguro” ao publico visado. São indicados manuais para adentrar “no campo vastíssimo das leituras litterarias”, principalmente se se procura “ilustrar o espirito afim de poderdes produzir algum trabalho que vos dê ingresso no mundo das letras” (idem, p. 169). Indica os livros de consulta, que são os “Grandes dictionarios e encyclopedias universaes”, e, “assim aparelhados (...) podeis, desassombradamente, entregar-vos às grandes leituras scientificas e litterarias” (idem, p.173).

Coerente com a metodologia já exposta no começo do livro, Domingos Perdigão encaminha, “primeiramente”, o jovem estudante “para a leitura das obras dos illustres homens de saber do Maranhão. Lendo-os, tudo tereis a lucrar. Já ilustrando o vosso espirito, já enriquecendo-o de sabedoria” (idem, ibidem). Isto ocorreria porque “o talento intelectual do maranhense se tem mostrado em todos os ramos dos conhecimentos humanos, salientando-se sempre e deslumbrando às vezes” (idem, p. 174).

Apesar de não pretender fazer “critica litteraria de todos esses grandes vultos das lettras maranhenses”, diz ele, impõe-se como necessária “uma enumeração systematica das suas valiosissimas obras”, com o que “tereis a certeza de que o Maranhão alcançou o cognome de **Athenas Brasileira**, que por muito tempo tem conservado e merece-o ainda, pelo reconhecido fulgor do talento dos seus illustres filhos” (idem, ibidem, grifado no original). A partir daí, seguem-se, os conjuntos temáticos: “literatura do Brasil” (poesia e prosa); de Portugal; Argentina; Espanha; França; Itália; Bélgica; Holanda; Inglaterra; Alemanha; Polônia; Rússia; Estados Unidos da América do Norte; e “obras mais divulgadas da litteratura mundial”.

Não estamos afirmando que foram estes referenciais bibliográficos específicos indicados no *Vade-Mecum* que constituíram as leituras de formação do agente em questão; mesmo não podendo afirmar que, necessariamente, Reis Perdigão fez aquelas leituras que o pai prescreve em 1922, é possível, todavia, sustentar que a disciplina metódica e a preocupação com uma formação que incluía os "clássicos" da cultura legítima (notadamente as literaturas "Maranhense" e "Nacional"), além de uma cosmovisão cristã e cívica, são aspectos que se encaixam no perfil do agente em questão, possibilitando melhor compreender suas tomadas de posição.

*O que se deve ler – Vade-Mecum bibliographico* pode ser tomado como parâmetro para situar a formação ou pelo menos uma disciplina de leitura e um conjunto de temáticas que provavelmente foram transmitidos aos filhos do seu formulador; por outro lado, o destino social (em termos do sucesso escolar e intelectual) de seus dois filhos homens talvez possa corroborar nossa argumentação. Tanto José Maria quanto Fernando Eugênio bacharelaram-se em Ciências Jurídicas e Sociais, o primeiro na Universidade do Rio de Janeiro e o segundo na Faculdade de Direito do Maranhão. Bem como obtiveram reconhecimento nas instâncias de consagração regionais (AML, IHGM). Fernando Perdigão foi professor catedrático na Faculdade em que se formou (e da qual o pai fora um dos fundadores); além de ter sido ainda Diretor dessa instituição ele teve seu nome perenizado, *post mortem*, no Fórum Universitário Fernando Perdigão<sup>38</sup>.

O relativo sucesso escolar dos filhos é resultado de processos e condicionantes sociais que estão ligados às origens sociais e às estratégias de reprodução (BOURDIEU, 1994)<sup>39</sup>, cujo foco central encontra-se no ambiente familiar, ou melhor, na figura paterna. A partir desse quadro aqui esboçado é que estamos tentando extrair possíveis aspectos de um processo de internalização de disposições, adquiridas tanto no ambiente familiar quanto na educação formal ministrada nos institutos de ensino da época. Portanto, o destino social dos filhos parece guardar uma relação muito especial com o

---

<sup>38</sup> Em entrevista a Ricarte Almeida Santos e Zema Ribeiro, Ignez Eleonora Moraes Perdigão, filha de Fernando Eugênio, afirma que o pai tinha formação musical, tocando flauta e violino. Instrumentos que possuía em casa e que até hoje ela os guarda. O Imparcial, 19 janeiro de 2014. Consulta ao endereço eletrônico em 07/04/2018: <http://oimparcialblog.com.br/zemaribeiro/2014/12/chorografia-do-maranhao-ignez-perdigao/>.

<sup>39</sup> Bourdieu (1994, p. 3) elaborou o conceito de *sistema de estratégias de reprodução* em que se articulam (com grau de importância variável segundo as sociedades) dois princípios dinâmicos que se encontram inscritos, por um lado, nas estruturas objetivas de distribuição dos capitais (e, portanto, nos mecanismos que tendem a assegurar sua reprodução) e, por outro, nas disposições incorporadas, igualmente tendentes à reprodução.

itinerário do pai, suas concepções de cultura legítima e os valores cívicos, além de um cuidado especial com a aquisição de título escolar. A noção de *estratégia* aqui empregada não pressupõe que o agente tenha uma consciência ou um planejamento antecipado de todos os seus atos e práticas, calculando racionalmente os possíveis resultados de suas ações. Ela remete a uma incorporação do sentido prático do jogo, o que significa que cada tomada de posição está diretamente relacionada à posição que se ocupa naquele momento e num estado determinado das relações entre os diversos agentes, considerando os recursos (ou capitais) que detêm e os objetivos pretendidos (manter ou transformar sua posição no jogo).

Oriundo de segmentos sociais bem situados socialmente (pai grande proprietário rural), “seus estudos primários foram feitos em escola particular, na cidade de Pinheiro e os de humanidades em São Luís” (BORGES & FURTADO, 2011, p.7). Foi mandado para Portugal, onde deveria concluir um curso de humanidades. No entanto, por motivo de doença, retornou sem o diploma. Após recuperar a saúde, foi nomeado amanuense na Secretaria do Interior, e a este se seguiram vários postos médios ocupados na burocracia pública do estado do Maranhão: Diretor da Secretaria; Comissário nas edições da Exposição Nacional de 1908 e 1912, no Rio do Janeiro; Encarregado na Repartição de Obras Públicas, Viação, Terras e Colonização; Diretor-Geral da Biblioteca Pública, continuamente entre 1914 e 1923 (idem, ibidem).

Apesar de integrar a elite intelectual que estava à frente dos movimentos culturais e literários, o fato de não possuir o título parece que o colocava numa posição em falso, representando como que uma barreira na sua plena ascensão no espaço social (intelectual e político). Desse modo, os postos mais privilegiados no *domínio* da intelectualidade (as cátedras do Liceu e, a partir de 1918, da Faculdade de Direito) lhe estão interditados. Ainda que tenha participado da fundação da Faculdade de Direito, ele é um dos poucos desse grupo de fundadores que não puderam, por razões óbvias, integrar o quadro de professores. Seu nome é frequentemente arrolado entre os integrantes de uma “elite letrada regional” que “pontificou” no Maranhão nas duas primeiras décadas do século XX, respondendo pela criação de uma série de instituições e “empreendimentos culturais” como a já citada Faculdade de Direito (1918), a

Faculdade de Farmácia e Odontologia (1922) e o Instituto de História e Geografia do Maranhão (1925)<sup>40</sup>.

Pelo volume de referências bibliográficas citadas no seu *Vade-Mecum* e, principalmente, pelo reconhecimento obtido entre os pares, percebe-se um considerável investimento no sentido de adquirir um montante razoável de capital cultural que, somado às condições sociais herdadas, lhe permitiriam ocupar postos burocráticos intermediários e, ao mesmo tempo, desfrutar de um reconhecimento social enquanto intelectual.

Em termos de *estratégias de reprodução* é possível identificar uma preocupação com a transmissão legítima desse cabedal, ou seja, referendado pelo título escolar. Daí sua preocupação não só em transmitir ou orientar, a partir do ambiente doméstico, quais os conhecimentos legítimos a ser adquiridos pelos filhos, mas também em acompanhar o processo de aprendizagem dos mesmos nos estabelecimentos regulares de ensino e em suas leituras na Biblioteca Pública ou em casa.

Quando morreu, em 1929, Domingos Perdigão ocupava o posto de Secretário da Faculdade de Direito, onde todos os outros fundadores integraram o corpo docente da instituição. Como dissemos, o seu filho mais novo (Fernando) seria, nos anos 1950/1960, professor e diretor dessa mesma Faculdade.

A disciplina e, ao que parece, a dedicação especial do pai nas leituras “adequadas” de José Maria Reis Perdigão surtiram resultados no ótimo desempenho nos exames de final de ano do Liceu. Nessa época estes resultados eram publicados nos jornais diários de São Luís, inclusive com as notas e a sua classificação quanto aos critérios utilizados: o aluno que alcançava nota 10 era “aprovado com distinção”, os que obtivessem notas 7, 8 ou 9, eram “aprovados plenamente”, e, os que alcançassem 4, 5 ou 6, eram “aprovados simplesmente”. Encontramos “aprovado com distinção” (nota 10) em Geografia geral; “aprovado plenamente” (nota 9) em Aritmética; “aprovado plenamente” em português (nota 8). Ano 1916: “aprovado plenamente” em aritmética (, nota 9). Assim se sucedendo até a conclusão do ensino secundário no Liceu em 1918.

Com a bagagem cultural (e também econômica) que dispunha, Reis Perdigão não teve dificuldades para ingressar na faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro. Nesta cidade irão delinear-se mais nitidamente os seus

---

<sup>40</sup> “Entre os mais destacados membros dessa elite que participaram da vida de tais instituições mereceram destaque Fran Paxeco, Antônio Lopes, Domingos Perdigão, Alfredo de Assis, José Almeida Nunes, Luís Viana, Cesário Vêras, Aquiles Lisboa, etc” (MARTINS, 2002, p.98).

engajamentos políticos e intelectuais. No entanto, ele já estava engajado culturalmente (não sabemos se também assumiu alguma posição frente às questões ditas “políticas” nesse período) desde os tempos do Liceu Maranhense, em São Luís, quando fundou em 1914 o jornal estudantil e literário *A Inúbia*, além de ter participado (entre 1914 e 1918) das seguintes entidades literárias: União Estudantil [sic] Sílvio Romero, Sociedade Literária Oficina João Lisboa, Sociedade Barão do Rio Branco e da Oficina dos Novos (reabertura, em 1917<sup>41</sup>).

Iniciou-se na imprensa diária em um dos principais jornais da capital maranhense, *Pacotilha*, onde foi aprendiz de tipógrafo, e no qual teve sua entrada facilitada pelo “homem de jornal” Agostinho Reis, seu tio materno, que era “ao mesmo tempo tipógrafo, gerente, secretário e redator-chefe”, tendo “coordenado” o chamado “Grupo do *Pacotilha*”<sup>42</sup> (PERDIGÃO, 2010, p.142).

O primeiro cargo ou atividade pública que ocupou foi de “auxiliar interno” na Biblioteca Pública do Estado, cujo Diretor era o seu pai, Domingos de Castro Perdigão<sup>43</sup>.

Ao chegar ao Rio de Janeiro ingressou simultaneamente na faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e também na imprensa, galgando posições de prestígio como crítico teatral no *Imparcial* de propriedade de Macedo Soares. No que designa como o primeiro 5 de julho 1922, evento conhecido como Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, Perdigão tomou posição favorável aos “revolucionários”. Dessa vez seu posicionamento se deu através da imprensa. Todavia, no “segundo 5 de julho”, em 1924, ele decidiu “trocar a pena pela baioneta”.

A vinculação de Reis Perdigão ao movimento revolucionário, portanto, deu-se através da própria atividade na imprensa, no que ele chama de primeira fase da “Campanha de redenção moral da pátria brasileira” (PERDIGÃO, 1926, p.5). Esta primeira fase teria se dado pela “voz da imprensa livre e a segunda [dava-se agora, em 1924] na voz dos canhões” (idem). Após essa experiência de luta no campo de batalha, ao lado de figuras eminentes do movimento tenentista, ele acumulou certo prestígio

---

<sup>41</sup> Fundada em 1900, é considerada pela história da literatura regional uma das instituições que teriam marcado a “regeneração intelectual”(RAMOS, 1990, p. 6) ou o “revigoramento da tradição ateniense” (MARTINS, 2002, p. 73).

<sup>42</sup> Compunham o “Grupo do *Pacotilha*”, segundo Perdigão (2010, p.142) os seguintes jornalistas: José Barreto, Clodomir Cardoso, Fran Paxeco, Viana Vaz, Luso Torres, além do seu tio Agostinho Reis. Ele qualifica este “Grupo” como formado por “homens de talento, cultos e ardorosos na defesa de suas opiniões, que espalhava todas as tardes, na cidade, em linguagem de lei, através das colunas da *Pacotilha*, lampejos de crítica e golpes de polêmica, apontando erros, escarpando vícios, sustentando ideias”.

<sup>43</sup> Domingos Perdigão esteve à frente da Biblioteca Pública do estado entre 1914 e 1923.

tanto entre estas lideranças como também no Maranhão, entre aqueles indivíduos que se reuniam em torno do médico, político e jornalista Tarquínio Lopes Filho. Conforme demonstra Mendes (2015), Perdigão ganhou foros de “guru político-moral” ou “farol ideológico” nas páginas da Folha do Povo, o jornal dos chamados “tarquinistas”, enfatizando ainda sua condição de “literato-revolucionário” (idem, pp.64, 156 e 166).

Em abril de 1930, ele era redator-chefe do jornal *Praça de Santos*, no estado de São Paulo quando recebeu a “incumbência de organizar e dirigir a conspiração que deveria executar o golpe revolucionário local, articulado à insurreição nacional de outubro daquele ano” (PERDIGÃO, 2016<sup>44</sup>, p.28-29). Esta quase determinação lhe foi atribuída pelos generais Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa, seus comandantes militares na chamada Revolução de 1924. Conforme ele narra em seu discurso de 1968<sup>45</sup> no IHGM, sua decisão de aceitar aquela missão estava ligada diretamente à sua participação nos eventos de 1924, quando:

[...] ante o malogro daquela tentativa de libertar o Brasil da politicalha nefasta da República Velha, em franco apogeu com o governo de Arthur Bernardes, tomei, comigo mesmo, o compromisso de não retornar às fileiras da luta armada senão em posto no qual, se tivesse que arcar com os ônus de possíveis erros, fosse somente daqueles por mim praticados. Em poucas palavras, dentro do plano da luta a travar-se, queria: liberdade de ação, condicionada apenas às deliberações previamente assentadas, e autorização, nos casos imprevistos, para agir segundo o rumo ou a feição dos acontecimentos.

(PERDIGÃO, 2016, p. 29-30)

Chamamos atenção para a construção e ênfase que o agente dá à reivindicação, que teria feito diretamente ao comando da conspiração, de uma posição de “autoridade” e detentora de “liberdade de ação”, evidenciando, assim, em seu discurso, uma condição de comandante ou chefe do “movimento revolucionário” no estado. Esta condição estava em disputa, sendo mesmo questionada por outros agentes contemporâneos aos acontecimentos, e assim utilizada por adversários políticos como forma de deslegitimar

---

<sup>44</sup> Este livro teve sua primeira edição em 1980, impresso pela editora Itambé, do Rio de Janeiro, foi, porém, encomendado pelo jornal *Gazeta de Notícias*, também da capital fluminense (“Sobre este livro”, espécie de nota explicativa de Sebastião Moreira Duarte in: Perdigão, 2016, p.7). O seu conteúdo, por sua vez, é a “conferência” com que Perdigão tomava posse de uma cadeira no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. O evento foi ocorrido exatamente no dia 8 de outubro de 1968, e a escolha da data e da temática foi pensado pelos membros daquela instituição de memória de modo a vencerem “minhas antigas e justificadas resistências, consenti em fazer um relato do que se passou no Maranhão em outubro de 1930” (PERDIGÃO, 2016, p.27).

<sup>45</sup> Para uma análise mais aprofundada das ideias dos chamados “revolucionários” e “tenentistas” maranhenses dos anos 1920, ver Mendes, 2015.

as pretensões de Perdigão em figurar como “revolucionário autêntico” na “historia da Revolução Maranhense”. A exemplo do próprio Astolfo Serra que, após romper com o “sr. Perdigão”, a este se referiu como o “elemento civil e por isso mesmo dirigente da administração do Estado” quando da “instauração” da “Junta Revolucionária”; por outro lado, nessa mesma passagem, Serra se refere ao “dr. Tarquínio”<sup>46</sup> como “revolucionario de há muito authenticado na historia da Revolução Maranhense” (SERRA, 1931, p. 32).

Em dezembro de 1932 Reis Perdigão e o seu “grupinho” (expressão empregada pelo jornal dos “marcelenistas” – *O Combate*) fundaram o Partido Socialista Radical dos Trabalhadores do Brasil, com o objetivo de contrapor-se ao Partido Socialista Brasileiro, fundado um mês antes no Rio de Janeiro, ao final do Congresso Revolucionário. O manifesto-programa dos socialistas radicais do Maranhão foi assinado por, entre outros, João Veras, Honório Zaque Pedro, Raimundo Bogéa e Manuel Neiva Moreira. Entre os pontos principais desse manifesto, constavam: 1) “socialização da propriedade privada”; 2) “extinção dos latifúndios”; 3) “igualdade da mulher ao homem em todos os seus direitos e deveres sociais”; 4) “amor livre e a união sexual baseada exclusivamente nos laços afetivos e ratificada pelo Estado socialista”; 5) “divórcio”; 6) “extinção de todos os vestígios semifeudais de qualquer natureza, principalmente os preconceitos de nacionalidade, de raça e de religião”; 7) “voto secreto”; 8) “liberdade de pensamento e de reunião em público”; 9) “liberdade de imprensa condicionada à prova das afirmativas”; 10) “obrigatoriedade da organização sindical”; 11) “reconhecimento de todas as nações que não hostilizassem a República Socialista dos Estados Federados do Brasil”; 12) “mudança da capital da República para o centro do território, de modo a facilitar sua articulação, por via férrea, com todas as capitais das unidades da Federação”, etc (CARONE, 1975, pp. 463-467).

No Maranhão, o PSB foi fundado e dirigido pelos “tarquinistas” o que significava, segundo interpretação da historiografia regional, um “conflito” entre os “mais prestigiados líderes revolucionários do Estado” (MEIRELES, 2001 apud MENDES, 2015, p. 102).

Conforme se vê, os três personagens centrais daquela fotografia, que posaram lado a lado em janeiro de 1931, durante a posse do novo Interventor Federal, nomeado pelo “elemento civil” da “Revolução”, Reis Perdigão, e que contou com o apoio de

---

<sup>46</sup> Tanto Tarquínio quanto Perdigão, como todos os indivíduos que possuíam diploma de curso superior na época, eram socialmente reconhecidos e nomeados com o termo “dr.” aposto aos seus nomes, conforme evidenciam as referências nos documentos públicos e mesmo na imprensa do período.



Tarquínio Lopes Filho, dois meses após encontravam-se de tal maneira distanciados no espaço político que se tornou impossível outro registro fotográfico em que aparecessem novamente no mesmo enquadramento estes três agentes.

### 1.3.2 Astolfo Serra

O segundo personagem encontra-se no centro da fotografia reproduzida na abertura dos perfis aqui descritos. Trata-se do padre Astolfo Serra, que naquela ocasião tomava posse como interventor.

Nascido em 1900, no povoado Matinha, município de Viana, seu pai, Joaquim Ignácio Serra era *Um simples professor de aldeia*, conforme o título da biografia escrita pelo filho (SERRA, 1944). Sua mãe, Judith Barros Serra, era irmã de um “coronel e proprietário de terras” numa localidade para onde fora Joaquim Ignácio contratado para dar aulas à “numerosa prole” do coronel. A alfabetização de Astolfo, sob a orientação do pai, se deu numa “escola coberta de palha”, semelhante à própria residência da família naqueles tempos, segundo afirma na referida biografia. Neste livro, publicado quando já estava no Rio de Janeiro, estabelecido profissionalmente (carreira na magistratura do trabalho), são fornecidas informações ao revelar o cotidiano do seu pai, professor de uma escola na zona rural da Vila de Matinha (cidade de Viana/MA), nas últimas décadas do século XIX. Todavia, apesar da condição de “homem pobre”, seu pai “conseguia prover de todo o necessário para a sua família” e

ainda sobrava para outras bocas. Papai sempre manteve em sua casa filhos alheios. Uns eram lhes confiados como alunos – espécie de internos para estudarem, outros eram crianças sem pai, sem mãe, órfãos ou afilhados que vinham aprender e morar em casa do padrinho.  
(SERRA, 1944, p.50).

Os avós paternos são descritos como “lavradores” que “cultivavam grandes tarefas de terra e criavam animais domésticos na mansidão da vida simples dos campos” (p.12). Apesar de não ter conhecido o avô, “guardo-lhe a fisionomia [de um “retrato amarelecido”]: um rosto cheio, barba crescida e austera, boca firme, testa larga e inteligente, ares de velho fidalgo do século XVIII.” Mais à frente, conclui a descrição da “vida simples” dos avós: “viviam abastados e felizes; [...] amavam suas terras, os seus rebanhos, as suas árvores e a sua escravatura de poucos negros [...]” (idem, ibidem).

O pai de Astolfo Serra estudou no Seminário das Mercês, “um dos mais afamados educandários maranhenses” (SERRA, 1944, p.17). Segundo Serra este curso

equivalia “pelo ginásio da época”. Reforçando a imagem de centro de excelência dessa instituição de ensino, ele afirma:

O escol da juventude do Maranhão por ali passou. Toda a geração de intelectuais da velha guarda de minha província natal estudou nas Mercês. Saíram de lá os mais gloriosos talentos, que foram, depois, encher as mais variadas profissões com o brilho de suas láureas intelectuais.  
(SERRA, 1944, p.17).

No entanto, o pai teve “a protegê-lo, em seus estudos, a generosidade de seu avô paterno, um velho fazendeiro dono de um ótimo sítio denominado Jussaral”. Foi às expensas do avô que Joaquim Ignácio Serra concluiu o curso de humanidades, ou “Pequeno Seminário” (duração de 8 anos). O curso superior ele fez no “tradicional seminário de Santo Antônio”, “chamado Seminário Maior”. Como o próprio Serra explica, iam para este seminário os que “desejavam ser padres”. E “meu pai tinha vocação sacerdotal” (SERRA, 1944, p.19). Nesse ponto, a trajetória eclesiástica do pai sofre um bloqueio, quando já havia inclusive “recebido as ordens menores”. “Apegado às convicções religiosas, papai teria atingido o sacerdócio si o seu venerando avô não viesse a falecer” (idem, p.20). Este aspecto nos parece consideravelmente relevante, posto que impactou não apenas o percurso do pai mas condicionará também o do filho. O gesto do tio do seu pai, em “não querer cumprir as determinações da hora da morte do prestimoso amigo e avô do papai”, tornara-se uma “mágoa” que o pai “sentia ainda” “passados muitos anos” (idem, pp.20-21).

“Interrompidos os estudos, sacrificada a carreira, uma atitude se impunha diante da vida. Qual o rumo a seguir?” (SERRA, 1944, p.23). A escolha recaiu sobre uma atividade que “naqueles tempos”, “tinha o prestígio de um sacerdócio. Era quase uma vida apostólica. O Professor merecia as láureas da veneração pública” (idem, p.24). O que ressaltamos nesses fragmentos do relato biográfico é o cuidado do biógrafo em estabelecer uma espécie de continuidade entre as “nobres missões” do sacerdote e do mestre-escola, ambos “condutores de consciências” e “guias serenos” dos filhos de Deus. Ao retornar à sua região de origem (conhecida como região dos “Campos” e mais contemporaneamente como “Baixada maranhense”), ele não teve dificuldades em se estabelecer: a partir de “[...] sua chegada àquela terra [...] surgiu como que uma nova era. [...] meu pai foi recebido festivamente. Os homens de maior responsabilidade da terra cercaram-no de cordiais boas-vindas. A sua palavra tinha o prestígio de um compromisso de honra” (SERRA, 1944, p.37).

A redefinição do percurso social em função do bloqueio sofrido foi condicionada pelas relações mantidas (herdadas e adquiridas) com integrantes da elite rural decadente da região de Viana/MA, o que lhe permitiu reposicionar-se numa carreira reconhecida socialmente (ainda que a nível local) e que foi vivida em termos de uma doação, de um “sacrifício”, como uma “missão” divina.

Chama atenção o investimento do pai, ressaltado pelo filho biógrafo, na tentativa de manter ou conciliar aspectos dessa pretendida carreira na sua nova ocupação e, principalmente, a dedicação em transmitir ou incutir nos herdeiros os valores (“virtudes morais e cívicas”) e condições que lhes permitiriam realizar a carreira paterna bloqueada. Não se trata de dizer que este processo, a projeção nos herdeiros, seja algo de caso pensado e metodicamente planejado, mas sim que se desenrola enquanto *estratégias familiares de reprodução*, e estratégia aqui não quer dizer consciência ou domínio completo desses atos, conforme explicita Bourdieu: “As estratégias de que falo são ações objetivamente orientadas em relação a fins que podem não ser os fins subjetivamente almejados” (BOURDIEU, 1983, p. 93). Ou, dito de outra maneira, “o habitus é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” (idem, p.94).

A socialização escolar e familiar teve na figura do pai a grande referência nestes anos iniciais da formação de Astolfo Serra: “na intimidade do lar meu pai era ainda um educador. Todos nós aprendemos com ele as primeiras letras. Ensinava os filhos e os agregados no colégio e em casa” (SERRA, 1944, p.52). E sem esquecer os valores comportamentais embasados numa disciplina religiosa que incluía orações diárias: “Dava-nos, ainda, lições de boa conduta e, toda noite, ensinava-nos rudimentos de religião” (idem, ibidem).

Astolfo Serra viveu em Matinha até os 12 anos de idade, concluindo o primário na cidade de Viana, para onde a família mudara-se em 1913. Esta mudança ocorreu devido ao fato do pai ter sido nomeado, no governo de Luís Domingues, professor primário na sede do município.

Como dito acima, Joaquim Ignácio Serra havia frequentado o Seminário Santo Antônio, em São Luís, o mesmo em que filho Astolfo Serra realiza o curso secundário e toda a formação religiosa necessária à ordenação sacerdotal, obtida em 1925. Foi, então,

designado pároco de Mirador, uma das cidades do Maranhão por onde passou a Coluna Prestes, oportunidade na qual teria discursado no comício que os revolucionários protagonizaram, dentre os oradores daquela ocasião estava o coronel Juarez Távora, futuro Vice-Rei do Norte, designado pelo Governo Provisório instaurado com a Revolução de 1930<sup>47</sup>. O apoio declarado ao movimento tenentista levou o Bispo do Maranhão Dom Octaviano Pereira de Albuquerque a transferi-lo para Flores (atual Timon). O que, contraditoriamente, possibilitou que o padre Serra ampliasse sua atuação pastoral e política, posto que a proximidade com Teresina lhe proporcionou investir, por exemplo, no jornalismo político, defendendo, a partir de 1929, a Aliança Liberal, movimento político nacional, encabeçado pela candidatura presidencial de Getúlio Vargas, em oposição a Júlio Prestes, candidato apoiado pelo então presidente Washington Luiz. Por conta dessa ativa participação política, Dom Octaviano o transfere mais uma vez, agora para o interior do estado de São Paulo.

Em dezembro de 1930, após tratativas entre Reis Perdigão e Juarez Távora, seu nome é indicado para a Interventoria. Para efetivar sua nomeação, o próprio presidente Vargas teve que convencer a autoridade eclesiástica do Maranhão a consentir que fosse liberado das suas obrigações sacerdotais e pudesse tomar posse como Interventor.

Seu governo transcorreu entre os meses de janeiro e agosto de 1931, tendo sido na época contestado pelas principais *facções* (exceto a facção “marcelinista”, com a qual tinha relações desde fim dos anos 1920), então afastadas do poder, mas que possuíam muita capacidade de pressão, exercida principalmente através dos jornais que controlavam. A pressão dos chamados “decaídos” (“magalhãesistas” e “genesistas”), além dos “tarquinistas”, antigos opositores que foram preteridos na distribuição das nomeações, juntamente com a perda do apoio de Reis Perdigão, minaram suas chances de permanecer à frente da interventoria. Os ataques mais bem-sucedidos partiram principalmente dos jornais *Folha do Povo* e *Diário da Tarde*, dirigidos respectivamente por Tarquínio Lopes Filho e Reis Perdigão, este último o responsável pela nomeação do padre Astolfo Serra para a Interventoria do Maranhão, e que se transformara em um dos

---

<sup>47</sup> Um episódio ocorrido durante seu governo, reforça a pista de que de fato se estabeleceu uma relação de amizade ou de interconhecimento entre Juarez Távora e Astolfo Serra. Ao procurar se afastar da influência e do poder de Reis Perdigão ele buscou apoio do oficial do Exército Lino Machado, líder de uma facção política local. Reis Perdigão, então, solicitou diretamente ao Ministro da Guerra que transferisse Lino Machado para outro estado. Foi aí então que Astolfo Serra recorreu a Juarez Távora, que concordou com a não-transferência. (CALDEIRA, 1981, pp.131-132).

seus grandes inimigos após a aproximação e aliança do padre-interventor com os “marcelinistas”.

Buscou ainda esboçar uma resistência popular, acabou sendo malsucedido em sua tentativa de permanecer à frente do governo estadual. Neste período sofreu mais um revés por meio da sanção imposta por Dom Octaviano lhe suspendendo as ordens sacras, responsável por sua investidura na condição de sacerdote.

Desse modo, Astolfo Serra passa a investir na atividade jornalística, ainda envergando a batina, escrevendo principalmente em favor dos temas da cultura, da educação, da política e contra os chamados “privilégios das classes dominantes” (*Notícias*, ver editoriais de abril, maio e junho de 1933). Conseguiu ser nomeado, nesse período, fiscal do ensino secundário do Liceu Maranhense. Para além de suas competências e qualificações obtidas em um percurso escolar solidamente ministrado pelo pai e instituições educacionais “tradicionais” e “prestigiosas”, sua nomeação para este cargo se deu em virtude de relações pessoais de amizade, inclusive no centro do poder federal. Trata-se de um cargo político não-eletivo, ainda que de segundo ou terceiro escalão.

Não desistindo das lutas políticas, jornalísticas e intelectuais ele deu continuidade a sua atuação nestes domínios fundando e dirigindo o seu próprio veículo impresso, o jornal *Notícias* (1932/34). Em meados de 1932, o jornal foi fechado, proibido de circular, juntamente com outros veículos que faziam oposição ao governo do Interventor Seroa da Mota. Ficando sete meses suspenso, reaparece nos últimos dias de abril do ano seguinte, quando justamente findava a gestão daquele interventor e a poucos dias das eleições para Assembleia Nacional Constituinte, ocorridas em 3 de maio de 1933<sup>48</sup>.

Astolfo Serra encontrava-se, então, em plena campanha à Constituinte Federal, levada a termo como candidato “independente”, ou seja, sem filiação e nenhuma das siglas partidárias que disputavam o monopólio do poder político no estado e atreladas às facções comandadas pelas lideranças de Genésio Rego (URM), Marcelino Machado (PR) e Tarquínio Lopes Filho (PSB). Magalhães de Almeida, que retornava nesse momento ao Maranhão, não teve muita alternativa e acabou filiando-se à URM de

---

<sup>48</sup> *Notícias* circulou, nessa segunda fase, até junho de 1934, quando foi definitivamente fechado, ao que parece, por dificuldades financeiras.

Genésio, onde se encontrava boa parte dos seus correligionários e apoiadores (os outrora “magalhãesistas” agora “genesistas”).

Entre 1932 e 1935 seus investimentos dividiram-se entre as atividades de inspetor de ensino, jornalista, escritor, conferencista e crítico literário. Todas atravessadas por princípios e lógicas políticas.

Em relação a sua produção jornalística é escusado enfatizar o quanto ela estava voltada para a arena das lutas políticas, todavia ela será objeto de uma análise mais pormenorizada no capítulo seguinte.

Sua produção literária iniciada em 1927, e considerada aqui até o ano de 1935, era formada por: dois livros de poesia (*Gleba que canta* [1927] e *Profetas do fogo* [1928]); um volume intitulado *Aspectos de uma campanha política* (ao qual não conseguimos ter acesso); *Noventa dias de governo* (São Luís, Imprensa oficial - 1931), que é uma espécie de relatório da sua interventoria até àquele momento; e, por último, um ensaio sobre Sousandrade (discurso proferido em 1934 na AML e publicado em 1935 pela Revista da Academia).

É possível perceber que elas reverberam as tomadas de posição do agente nas clivagens políticas. Vejamos. O segundo livro, em ordem cronológica, intitula-se *Profetas do fogo* e foi inspirado e dedicado aos “18 do Forte de Copacabana”, movimento militar ocorrido em 5 de julho de 1922 e considerada a primeira revolta tenentista. Publicado ao que parece em Recife/PE, a primeira edição esgotou-se e em fevereiro de 1930 vinha a lume sua segunda edição (*O Combate*, 13/02/1930, p.1). Por ocasião da sua nomeação como interventor federal, o jornal *O Imparcial* publicou a seguinte matéria em 18 de dezembro de 1930:

## O interventor Astolpho Serra

RIO, 17 — A imprensa desta capital elogia o padre Astolpho Serra, nomeado interventor federal no Maranhão, apontando-o como um dos espíritos mais brilhantes da moderna geração nortista. Dizem ainda alguns jornaes que o nome do novo interventor é muito festejado nos meios literarios de sua terra, sendo autor de varios trabalhos de valor, salientando-se a “Gleba que Canta” na qual o padre Astolpho as bellezas e os mysterios do Maranhão. Recordam os jornaes que, em 1928, deu elle publicidade bellissima poesia sobre a arrancada gloriosa dos dezoito de Copacabana, sob o titulo “Prophetas do Fogo”, que lhe valeu varias perseguições e violencias. Revolucionario devotado, o padre Astolpho Serra, como orador fluente, foi um dos elementos mais efficientes da propaganda dos ideaes liberaes em sua terra. Por occasião da chegada da caravana presidida pelo sr. Baptista Luzardo em S. Luiz, coube ao vibrante sacerdote, em nome da população maranhense, dar aos caravaneiros as saudações de boas vindas. Por essa occasião, — conclue um dos jornaes de onde respigamos estas referencias — o padre Astolpho proferiu varios discursos francamente revolucionarios. Presentemente achava-se elle servindo junto ao bispado de Cafelandia, em S. Paulo.

Fonte: (O Imparcial, 18/12/1930, p.40).

O trecho que queremos destacar mostra o quanto estão imbricadas as atuações literária e política do padre Serra: “Recordam os jornaes que, em 1928, deu elle publicidade bellissima poesia sobre a arrancada gloriosa dos dezoito de Copacabana, sob o titulo ‘Prophetas do Fogo’, que lhe valeu varias perseguições e violencias”. Inclusive essa atuação política pregressa lhe possibilita mobilizar uma identificação com o movimento revolucionário, sendo apresentado como um “Revolucionario devotado”, que emprestara seus dotes de “orador fluente” para servir à causa como “um dos elementos mais efficientes da propaganda dos ideaes liberaes em sua terra”.

De modo a sistematizar o volume de informações recolhidas, produzimos um quadro em que apresentamos aquelas que consideramos mais relevantes reter neste momento:

**Quadro 03 – Perfil de Astolfo Serra**

Ano	Informação biográfica
1900	Nascimento, no dia 22 de maio na vila de Matinha, município de Viana (MA)
1908-1911	“Primeiras letras” e início do curso primário na escola em que o pai era professor (Matinha/MA);
1912	Conclui o primário em Viana/MA
1913-1925	Seminário Santo Antônio, em São Luís, onde realiza secundário e é ordenado sacerdote.
1925	Designado para a Paróquia de Mirador; Participa “comício” Coluna Prestes em Carolina/MA.

1927	Transferido para paróquia de Flores (atual Timon/MA), onde faz “propaganda revolucionária” e ajuda organizar o Partido Democrático (CPDOC); Torna-se colaborador d’O Combate (órgão do PR “marcelinista” de oposição ao situacionismo “magalhãesista”); Publica <i>Gleba que canta</i> (poesia);
1928	Colaborador de <i>O Combate</i> ; Publica <i>Profetas do fogo</i> (poema-homenagem aos “18 do Forte de Copacabana”)
1929	Colabora em <i>O Combate</i> , fazendo críticas ao situacionismo de Magalhães de Almeida; Diretor da Junta Comercial do Maranhão; Colabora na revista Nossa Terra (dedicada a “arte, literatura e ciência”) da capital maranhense; Engajamento na “Caravana Liberal” (São Luís); (escritos jornalísticos e discursos em comícios)
1930	Apoiador da campanha eleitoral marcelinista pró-Aliança Liberal (Crítica às “oligarchias reinantes”). Jun – Embarque em São Luís destino RJ; Jul – Está em Recife; 24 jul – chegada ao RJ; Ago – incluído na lista candidatos deputado estadual do PR “marcelinista” que ocorreria 12 outubro; Dez – nomeado interventor federal no MA quando exercia o sacerdócio em Cafelândia/SP ;
1931	Janeiro – Posse Interventoria; Prisão de opositores; Fechamento de jornais; Rompimento com Reis Perdígão; Campanha contra sua administração - Escândalos – Crise ; Agosto – Substituído pelo Interventor Serôa da Mota.
1932	Fundador, proprietário e diretor do jornal <i>Notícias</i> ; Junho/julho: fechamento do jornal por ordem do interventor;
1933	Abril: reabertura do jornal; Maio: Não obtém êxito como candidato avulso nas eleições para a Constituinte Nacional; Torna-se aliado do Interventor Martins Almeida; Julho: ruptura com o “marcelinismo”;
1934	Fechamento de <i>Notícias</i> ; Nomeado fiscal da instrução pública. Ingressa na AML
1935	Publica ensaio sobre o <i>Guesa Errante</i> , de Sousândrade. Participa de reuniões da ANL;
1936- 1938	Atua como jornalista d’ <i>O Imparcial</i> ; Coluna <i>Placard</i> em <i>O Imparcial</i> Funda a O.R.D.E.M.
1938	Temporada no Rio de Janeiro.
Março de 1940-ago 1941	Presidente do Sindicato Maranhense de Imprensa; Redator d’ <i>O Imparcial</i> ; Redator da Revista Athenas (órgão de propaganda do governo Paulo Ramos).
1941	Primeiro secretário da AML; presidente: Nascimento Moraes. Funcionário (almoxarife) da Estrada de Ferro São Luís-Teresina



### 1.3.3 Tarquínio Lopes Filho

O terceiro agente focalizado na fotografia de abertura deste capítulo será objeto agora de uma descrição de suas propriedades sociais, com vistas a elaborarmos um mapeamento de suas posições no espaço do poder a partir de seu perfil e inserção por diferentes domínios em que atuou durante as décadas de 1920 e 1930 no Maranhão.

A caracterização do agente Tarquínio Lopes Filho aqui empreendida parte das fontes biográficas disponíveis, particularmente o livro *Tarquínio Lopes Filho – médico, político, jornalista, administrador que virou mito*, escrito pelo médico Natalino Salgado Filho, e professor universitário, administrador do hospital universitário da UFMA, além de reitor desta última à época da publicação da biografia referida (2015). Já nos *agradecimentos* encontramos o que constitui a preocupação central do biógrafo ao produzir o relato da vida de Tarquínio: registrar e descrever sua “personalidade excepcionalmente dotada, como cirurgião e político”.

É o mesmo modelo paradigmático centrado nas qualidades incomuns do homem público, que Regina Abreu (1996), seguindo, por sua vez, indicações de Luiz Fernando Duarte, apontou em seu estudo sobre a constituição de acervos museológicos a partir da doação, ao Museu Histórico Nacional, de uma “suntuosa coleção” de objetos e documentos pela esposa de Miguel Calmon, senador e ministro durante a Primeira República. A autora mostra como são construídas e perenizadas as memórias dos indivíduos singulares, os “homens públicos” (ABREU, 1996, p.71). Além de objetos, máscaras, discursos por ocasião do enterro, etc. as biografias também são uma forma de “recriar a pessoa no templo da memória” (idem, p.67).

Por seu turno, no caso aqui em análise existe ainda uma relação entre biógrafo e biografado que não se pode deixar de notar. Além da consagração de uma “personalidade excepcionalmente dotada como cirurgião e político”, que foi também “jornalista” e “administrador” que “virou mito”, está em curso um processo de afirmação do próprio biógrafo enquanto intelectual regional, conforme pode ser demonstrado ao perscrutar os elementos paratextuais que compõem o volume em questão (SALGADO FILHO, 2015), além de informações sobre a atuação e inserção do

seu autor nos domínios da vida social maranhense<sup>49</sup>. Graduado em medicina, o agente investiu numa carreira nas diversas frentes que a mesma possibilita, como professor, pesquisador e gestor, notabilizando-se nesses domínios específicos. Sua entrada na esfera cultural e política, produzindo livros que abordam “vultos” maranhenses, ocorre logo após ter alcançado as mais altas posições que a carreira médica lhe possibilitara: o posto de reitor da UFMA. Foi nessa condição que passou a integrar a principal agência de consagração intelectual regional (AML). É este novo pertencimento que lhe “inspira” a produzir relatos biográficos sobre aqueles “vultos” intelectuais e políticos do estado. Trata-se de uma dimensão já identificada no estudo de instituições culturais voltadas para construção e perpetuação de panteões, nas quais se observa a “elaboração, consagração e canonização de imagens sociais de seus ‘vultos’, que são as próprias bases do recrutamento e seleção desta elite” (CORADINI, 1998, p. 217-218). Ou seja, o biógrafo, ou intérprete daqueles “vultos”, precisa necessariamente erigir e cultuar a memória da instituição (através da hagiografia daqueles que dela fizeram parte ou são por ela reconhecidos) para assim ver legitimada sua entrada e o seu próprio reconhecimento nessa instância de consagração<sup>50</sup>.

Tarquínio Lopes Filho nasceu em São Luís no ano de 1885, filho de uma família de médicos e políticos. O pai, Tarquínio Brasileiro Lopes, descendia de duas

---

<sup>49</sup> Natalino Salgado Filho nasceu em Cururupu/MA em 1946. Após concluir sua educação elementar na cidade natal, transferiu-se para São Luís. Realizou os cursos ginásial e científico no Colégio de São Luiz, uma escola particular. Entre 1968 e 1973 graduou-se em Medicina pela Universidade Federal do Maranhão. Fez residência em Clínica Médica na Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Nefrologia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Em seguida fez os cursos de Especialização em Administração Hospitalar, Imunologia e Didática de Ensino Superior. Em 1987 concluiu o mestrado em Nefrologia na UNIFESP, onde também realizou o doutorado (1992-94). Professor do curso de medicina da UFMA desde 1973. Médico do INAMPS no período de 1974-1978, aprovado em concurso público, como ressaltado pelos perfis biográficos, possui extensa produção científica na área médica, além de diversos títulos, prêmios e condecorações, as quais se iniciam em meados dos anos 1980, mas ainda restritas ao domínio da medicina, seja como professor/pesquisador e/ou por conta de sua atuação como gestor de hospitais. A partir dos anos 2000 sua afirmação e reconhecimento públicos como estudioso/pesquisador/intelectual são marcados pelos títulos e honrarias como cidadão ludovicense, conferido pela Câmara Municipal (2002), membro do IHGM (2002), medalha Manoel Beckman, concedida pela Assembleia Legislativa (2010), membro da AML (2012), além de “cidadão honorário” em diversos municípios do estado, estes últimos concedidos após ter sido eleito reitor da UFMA em 2007, e reeleito em 2011. Em 2017 ingressou na Academia Nacional de Medicina. (perfis biográficos encontrados nos sites (internet) da AML e ANM; além de consulta ao currículo Lattes/Cnpq: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4792642Y6>, acessado em 05/05/2018)

<sup>50</sup> Natalino Filho deu sequência aos seus “livros de pesquisas”, com a publicação em 2016 do volume *Faculdade de Medicina do Maranhão – uma história de 59 anos*; organizou e prefaciou neste mesmo ano o livro de Adelman Correia *Os meus dias de cadeia*. Escreveu ainda outra biografia, enfocando a “trajetória política e profissional” do “jornalista” Neiva Moreira, “ator singular na política maranhense e brasileira do século XX”. Publicado em 2017, por ocasião das homenagens e celebrações em torno do centenário de nascimento do biografado, o livro tem sua origem no fato de Natalino ter sucedido, na AML, Neiva Moreira (morto em 2012), nesta ocasião o novo ocupante da cadeira deve, conforme prescreve seu estatuto, saudar a memória do antecessor, relatando sua “vida e obra”.

“tradicionais famílias” estabelecidas no Maranhão desde o século XIX: os “Rodrigues Lopes” e os “Coelho de Sousa”. Após concluir o curso secundário no Liceu Maranhense, o único filho do comendador de origem portuguesa Luís J. J. Rodrigues Lopes foi encaminhado pelo pai ao Rio de Janeiro, onde ingressou na Faculdade de Medicina (1866). “Os Rodrigues Lopes estavam acostumados a encaminhar os filhos a estudos em cidades distantes, dispostos a fornecer-lhes as condições para que obtivessem a melhor formação” (SALGADO FILHO, 2015, p. 63). A solenidade em que colou grau, “ocorrida numa das salas do Paço Imperial”, juntamente com outros formandos, foi presidida por dom Pedro II e pela imperatriz Tereza Cristina. Entre os médicos que receberam o grau naquela cerimônia encontrava-se um primo seu. Após a formatura seguiu-se uma temporada na Europa, acompanhado do seu pai, onde recebeu um título nobiliárquico da Coroa Portuguesa e realizou cursos de aperfeiçoamentos na área médica em Londres e Paris. Ao retornar ao Maranhão iniciou sua atividade profissional, abrindo um consultório particular e também atendendo na Santa Casa de Misericórdia, instituição pública fundada pelos jesuítas. No seu consultório, em horário específico, atendia gratuitamente os “desfavorecidos” (idem, p.73). As condições econômicas de Tarquínio Brasileiro eram consideravelmente favoráveis, filho único, ele herdara um patrimônio composto de mais de duas dezenas de edifícios no centro da capital maranhense, além de ações de diversas empresas e instituições financeiras. Apenas como exemplo, citemos algumas: Companhia Cânhamo, Companhia Ferro-Carril, Cia de Navegação a Vapor do Maranhão, Cia das Águas de São Luís, Cia de Fiação e Tecidos Maranhense, Banco Hipotecário, Banco Comercial, Banco do Maranhão, das quais foi presidente do conselho de acionistas de pelo menos duas delas (SALGADO FILHO, idem, pp. 83-84).

Esta posição social lhe permitiu ingressar na vida política, tendo sido um dos que ocuparam, de forma interina, o cargo de governador do estado no período pós-Proclamação da República (março de 1891). Nesse mesmo ano candidatou-se e foi eleito deputado estadual para elaboração da primeira Constituição Republicana do estado do Maranhão. Após a promulgação desta Carta Magna, encerrou-se o mandato dos parlamentares. No entanto, essa experiência teria levado Tarquínio Brasileiro a preferir concentrar-se em suas atividades médicas e administrativas, encerrando sua curta carreira política. “A chama da política, todavia, não se apagara no seio da família de Tarquínio Brasileiro Lopes”, afirma o biógrafo, “e a população da pequena São Luís

de inícios do século XX acompanharia, entre perplexa e entusiasmada, a caminhada política de Tarquínio Lopes Filho” (SALGADO FILHO, 2015, p.94). Tarquínio Brasileiro Lopes teve 10 filhos, sendo 5 do sexo masculino e 5 do feminino. Ao primeiro dos filhos homens deu o seu nome. Segundo o relato biográfico, ele “tinha esperança” que Tarquínio Filho seguisse a carreira militar, na época, final do século XIX, muito prestigiada devido à participação dos seus oficiais nos destinos político-administrativos do país (idem, p.102).

Tarquínio Filho “cresceu em ambiente privilegiado, rodeado de conforto, dinheiro e distinção social” (idem, p.61). Segundo Salgado Filho, o ambiente familiar era acolhedor e amoroso, mas também rigoroso com a formação moral e intelectual, estando dividido entre as obrigações escolares, valorizadas pelos pais, e os divertimentos e brincadeiras com os muitos irmãos. No relato biográfico tantas vezes aqui citado, um personagem é apontado como tendo papel decisivo na “formação e composição da personalidade” de Tarquínio Filho. Trata-se do seu pai, ao qual é dedicado um capítulo intitulado *A figura do pai*, com o qual teria aprendido, “em longas e saborosas conversas”, sobre a ética profissional do médico, que teria o dever de aliviar o sofrimento e salvar vidas, mas que também tinha a “atribuição de fazer o possível para ‘salvar o organismo social’<sup>51</sup> sempre que sob ameaça, aplicando-lhe terapias políticas a fim de curar-lhe os males” (SALGADO FILHO, 2015, p. 62). Este aspecto da “personalidade” de Tarquínio, tributado a uma influência paterna, médico assim como o filho, está presente em muitos textos e artigos do seu jornal *Folha do Povo*, alguns assinados pelo próprio Tarquínio Filho. Mas chamamos a atenção porque a frase “salvar o organismo social” expressa uma ideia bastante recorrente nos textos e artigos de outros jornais analisados nesse período, conforme veremos mais adiante.

Um breve parêntese. O pai de Tarquínio morreu dois anos após o regresso do filho, já então formado em medicina e casado. Havia então acabado de abrir seu próprio consultório ao lado daquele já conhecido mantido pelo seu pai na rua da Estrela, centro da cidade. Desde a sua partida para o Rio de Janeiro em 1896, quando tinha 11 anos de idade, até este retorno definitivo em 1909, passaram-se 13 anos e, excetuando-se os períodos de férias em que o interno por (5 anos) do Colégio Militar vinha passar as

---

<sup>51</sup> Esta frase está entre aspas no original, porém, não sabemos se teria sido extraída de algum documento ou depoimento tomado junto a terceiros. Sabemos que não seria possível ao autor da biografia colher qualquer relato diretamente do biografado, morto em 1945.

férias em São Luís, nos meses de janeiro e fevereiro, o convívio mais intenso com o pai parece ter ocorrido ainda na infância de Tarquínio Filho<sup>52</sup>.

A formação escolar de Tarquínio Filho iniciou-se em São Luís, onde fez o curso primário em um colégio particular e “teve como mestres a educadora Maria Parga Nina e o intelectual e historiador José Ribeiro do Amaral” (idem, p.101). Aos 11 anos foi mandado ao Rio de Janeiro, onde realizou estudos secundários como interno no Colégio Militar. A ascensão no quadro de oficiais do Exército, “sonhada” pelo pai de Tarquínio Filho embasava-se, segundo Natalino Filho, no fato de ter alguns “familiares do médico [terem] ocupado posições de destaque no oficialato” (idem, p.102). O tio de Tarquínio Brasileiro, detentor do título nobiliárquico de Barão de Matoso, alcançou uma das posições mais elevadas da carreira militar no Brasil, a de secretário de Guerra, ainda nos tempos do Império. Assim também sucedera com outros familiares seus e, assim, “estimava que, no momento certo, o honroso passado dos parentes ajudaria a abrir portas na eventual caminhada de seu filho”.

No entanto, “Tarquínio Filho tinha outras ambições” e após concluir o curso secundário, com 15 anos de idade, “realizou satisfatoriamente os preparatórios para ingresso no curso de medicina”, no qual não foi possível ingressar porque não tinha a idade mínima exigida<sup>53</sup>. Para além dessa leitura dos fatos que os toma a partir do conhecimento de eventos posteriores e estabelece o destino social dos indivíduos como fazendo parte de um plano prévio e consciente, importa destacar as condições sociais e educacionais desfrutadas por Tarquínio Lopes Filho.

Buscando construir um perfil sociográfico que contemple indicações acerca das disposições do agente, extraímos alguns indícios do relato produzido pelo seu biógrafo.

---

<sup>52</sup> Quando o médico Tarquínio Brasileiro Lopes morreu, os jornais de São Luís se referiam a ele como o “Benemérito do Maranhão”, segundo Salgado Filho (p.125), era assim que a população da cidade o qualificava. Ao descrever a missa de 7º dia temos uma ideia do prestígio que gozava o pai de Tarquínio Filho no espaço do poder maranhense: “estiveram presentes à missa de 7º dia, celebrada pelo arcebispo dom Xisto Albano, o governador do Estado do Maranhão, Luís Domingues, todo o seu secretariado, diversas autoridades civis e militares, e destacadas personalidades da cidade” (SALGADO FILHO, 2015, p.125).

<sup>53</sup> Para se ter uma ideia das mudanças no processo de recrutamento nos cursos de medicina nos períodos em que o pai e tios, além do próprio Tarquínio Filho, ingressaram na mesma faculdade do Rio de Janeiro, veja-se a seguinte nota extraída da referida biografia: “Até antes da reforma de 1832, o ingresso no curso médico era bem pouco exigente. O candidato deveria demonstrar que sabia ler e escrever, e entender as línguas francesa e inglesa. A reforma introduziu novas regras para os exames preparatórios: o candidato só poderia ingressar aos 16 anos completos, mostrar conhecimento de línguas (latim e inglês ou francês), de filosofia racional e moral, de aritmética e de geometria, e apresentar atestado de bons costumes emitido pelo juiz de paz da freguesia. A taxa de matrícula era de 20\$000 réis, quantia elevada para a época” (SALGADO FILHO, 2015, p. 96).

Na descrição que este faz acerca das experiências escolares (colégios e faculdade) de Tarquínio Filho, encontramos expressões do tipo: "estudante dos mais aplicados", "excelente desempenho acadêmico", "aprovado com distinção", etc. Este diapasão, espécie de marca da "personalidade excepcional" que o autor procura imprimir ao biografado, estende-se aos cursos de especialização em sua curta temporada europeia<sup>54</sup>. Após o casamento em Paris, seguido de um "breve período de lua de mel", Tarquínio tratou de "aprofundar-se nos segredos de sua área de formação num dos mais importantes centros da medicina mundial" (p.107). No curso de obstetrícia realizado com Adolphe Pinard na clínica Baudelocque, o "esforço e dedicação" de Tarquínio "destacou-o dos demais médicos que, com ele, participavam do curso". Ele teria sido submetido a 14 exames "e foi classificado em primeiro lugar" (p.108). Na descrição biográfica são realçados os traços de singularidade do médico maranhense, o que pode ser visto na inversão de papéis no que se refere à relação entre mestres e alunos. De maneira geral, as homenagens e láureas costumam ter como foco os primeiros, mas no caso de Tarquínio, marcado pela excepcionalidade, ele é que é homenageado: "Como recompensa pelo brilhante tirocínio, seus mestres resolveram homenageá-lo, chamando-o a tomar assento junto aos professores, [...] no momento do registro fotográfico, lembrança do curso" (SALGADO FILHO, 2015, p.108).

No curso realizado no Hospital Necker, com o especialista em aparelho urinário Fernand Cathelin, Tarquínio "recebeu atenções especiais de Cathelin". Ao final do curso recebeu um certificado "que lhe dava entrada nos departamentos de medicina da capital francesa<sup>55</sup>" (p.108).

Os contemporâneos maranhenses de Tarquínio, segundo o autor da sua biografia, o admiravam por diversas qualidades, dentre elas: a "gentileza e refinada educação", a "tenacidade em resolver as questões que se lhe apresentavam", o "espírito

---

<sup>54</sup> Com efeito, Tarquínio passou alguns meses na Europa logo após obter o grau de "doutor em medicina". Nessa viagem, planejada "com meses de antecipação", foi com toda a família e tinha com um dos motivos, segundo o biógrafo, casar-se com Leonor Xavier, que também levava consigo sua família, residente no Rio de Janeiro, onde seu pai era um "alto funcionário do telégrafo nacional" (SALGADO FILHO, 2015, p. 107).

<sup>55</sup> Esta passagem não é muito clara quanto ao que exatamente este certificado facultava-lhe a "entrada". Não se sabemos se lhe permitia atuar profissionalmente como médico ou se o tornava apto a ministrar aulas nos "departamentos de medicina da capital francesa". Acreditamos que se refira à primeira das situações, visto que a expressão "departamento" em francês (*départament*) é empregada no sentido de sítio geográfico e serve para dividir administrativamente o território francês, além do significado que lhe damos também no Brasil enquanto agrupamento de disciplinas que compõem uma faculdade dentro de um estabelecimento de ensino superior. O mais estranho nessa ambiguidade é que não se trata de um texto traduzido do francês, mas escrito em português e para o público brasileiro (maranhense).

empreendedor”, etc. Segundo Salgado Filho essas características se revelaram nas diversas atuações dele enquanto médico, político, jornalista e administrador público (p.61).

Para que possamos visualizar de forma concatenada e sintética as principais posições e inscrições sociais de Tarquínio Filho, traçamos no quadro abaixo o seu percurso, destacando suas atuações nos *domínios* médico, político, esportivo e jornalístico/intelectual.

**Quadro 04 – Perfil de Tarquínio Lopes Filho**

Ano	Informação biográfica
1885	Nascimento, em 15 de outubro, na cidade de São Luís/MA.
18??-1896	Curso primário em São Luís/MA
1896-1901	Curso secundário no Rio de Janeiro. Escola Militar (internato)
1901	“realizou satisfatoriamente os preparatórios para ingresso no curso de medicina”, porém, “aos 15 anos, não tinha ainda a idade mínima para ingressar em curso superior”
1901-1903	Retorno e permanência em São Luís/MA
1903-1909	Estuda na Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro.
1909	“Antes, porém, de deixar [...] o instituto de onde saiu com o diploma de doutor, coube-lhe uma especial distinção: foi chamado a substituir [...] o catedrático de clínica cirúrgica”; Aprovado ainda em concurso para ingresso no quadro de cirurgiões da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, “porém, decidiu não assumir o cargo, pois alimentava outras pretensões”.
1909	Casamento em Paris; Cursos, em Paris, de especialização em obstetrícia com Adolphe Pinard (1844-1934); do aparelho urinário com Fernand Cathelin (1873-1945);
1910	Consultório particular em São Luís/MA; Médico da Santa Casa de Misericórdia (serviço público)
1911	Participa da fundação do Instituto de Assistência à Infância, junto com outros médicos e ainda com “intelectuais como Domingos Barbosa, Luso Torres, Fran Paxeco, Frederico Filgueira e Agostinho Reis”; Morte do primeiro filho (aos 7 meses de idade, vítima de meningite); Falecimento do pai, Tarquínio Brasileiro Lopes.
1915	Redator de <i>O Estado</i> Eleito deputado estadual ; aliado do governador Herculano Parga. “Vínculos mais estreitos entre Herculano Parga e Tarquínio Filho, porque ‘irmãos’ maçônicos”.
1916	Fundador, ao lado de Herculano Parga e outros, do Partido Republicano Maranhense integrando o grupo de Urbano Santos, então vice-presidente da República.
1917	Vice-presidente da Assembleia Legislativa;
1917-29	Dirigente do Sport Club Luso Brasileiro.
1918	Ruptura entre Urbano Santos e Herculano Parga; Tarquínio, integrante da facção parguista (PRM), é derrotado nas eleições de 1918.
1919	“O PRM cerrou fileiras [...] com o movimento da ‘Reação Republicana’ em torno da candidatura de Nilo Peçanha”
1921	Derrotado em sua candidatura à presidência do estado do Maranhão; continuidade domínio facção do senador Urbano Santos.
1922	liderou um golpe que derrubou o governo até ser preso e depois tornar-se governador por um curto período de tempo. Morte de Urbano Santos.
1922-24	3ª legislatura como deputado estadual
1923	28 de Julho (Centenário da adesão do Maranhão à Independência do Brasil): Fundação do

	jornal Folha do Povo: “eu não compreendo partido sem jornal. O jornal, no partido, faz o papel da bandeira, no batalhão” (Dioclides Guedelha Mourão, “tarquinista”)
1924	Setembro: censura à Folha do Povo, por determinação do Presidente do estado Godofredo Viana; Novembro: derrotado nas eleições para deputado estadual
1925	Apoio à passagem da Coluna Prestes no Maranhão;
1925-28	Professor da Faculdade de Direito do Maranhão (catedrático de medicina social). Consultório particular; Diretor do setor de cirurgia da Santa Casa de Misericórdia.
1926	08/Jan-12/fev: prisão de Tarquínio e de “tarquinistas” acusados preparar levante armado: Adelman Correia, redator-chefe da Folha do Povo; desembargador Carlos Araújo Costa; e outros. Maio/junho: participa da mobilização para criação da Faculdade de Medicina, ao lado de Lino Machado, Genésio Rego e outros; após a fundação figuraram como presidente e vice, Tarquínio e Genésio, respectivamente. Agosto: paraninfo da turma de formandos da Faculdade de Direito.
1926-30	Oposição sistemática ao governo Magalhães de Almeida: “de uma violência que não raro descambava para o terreno de ataques personalíssimos através das colunas da <i>Folha do Povo</i> ”
1927-30	Vice-presidente do PDM;
1928-29	Presidente da AMEA (Associação Maranhense de Esportes Atléticos)
1930	Participa da conspiração para a Revolução; É nomeado tenente-coronel da Brigada de Saúde.
1933	Fundador e 1º presidente do Sindicato Médico do Maranhão; Participa da fundação da seção maranhense do Partido Socialista Brasileiro, que tinha como liderança nacional Juarez Távora. Derrotado nas eleições para a Constituinte Nacional
1934	Agosto: tomada de posição pró-Interventor Martins Almeida; Outubro: eleito deputado estadual (PSB), assumindo a vice-presidência da Assembleia.
1935	Aliança PSD/PSB/LEC lança Cassio Miranda à “presidência do Estado”
1936	Nomeado pelo Interventor Paulo Ramos, Diretor-Geral de Saúde e Assistência.
1942	Muda-se com a família para Niterói/RJ
1945	Morre no Rio de Janeiro

Outros casos de multinotáveis que demonstram o imbricamento dos domínios intelectual, político e jornalístico são os casos de Nascimento Moraes e Antônio Lopes. Ainda que eles não tenham participado da vida partidária e eleitoral, nem ocupados postos políticos de maior destaque, como os anteriormente arrolados, eles fizeram parte da luta faccional travada por meio dos impressos jornalísticos, figurando entre os mais prestigiados redatores dos principais veículos em circulação nesse período. Sem esquecer que estes vínculos com o jogo faccional lhes possibilitaram ocupar cargos políticos não-eletivos de nível intermediário, através de nomeações para fiscal do ensino público e diretor da imprensa oficial, conforme veremos.

Nascimento Moraes e Antonio Lopes são reconhecidos pelos pares e instâncias regionais de consagração como “incontestáveis” figuras intelectuais do Maranhão. Eles atuam em vários âmbitos dos domínios intelectuais: jornalismo, magistério, sociedades



literárias e de estudos históricos, além de associações profissionais (Associação de Imprensa, Instituto de Advogados) e outras entidades, como a maçonaria. Suas atividades também estão imbricadas com as questões políticas, ainda que não assumam a forma de engajamento mais oficializada, enquanto partidários filiados às siglas controladas pelas facções que monopolizam o jogo político maranhense. Analisando seus itinerários, bem como suas produções escritas, é possível identificar suas tomadas de posição nas clivagens e realinhamentos do jogo faccional. Suas inscrições políticas são mediadas pela própria atuação jornalística, visto que sendo um meio de exercício da atividade intelectual a imprensa apresenta-se como um instrumento fundamental na luta simbólica travada entre as personalidades políticas e suas respectivas facções.

As polêmicas travadas entre os agentes nos seus escritos da imprensa diária podem ser apreendidas enquanto elementos que permitem situar e caracterizar suas tomadas de posição, definindo tanto seu repertório de referências quanto suas estratégias de atuação política, suas leituras e interpretações do jogo político (suas teorizações nativas) e da própria história política maranhense, visto que eles estão preocupados em escrevê-la, produzindo ensaios de interpretação dessa história ou ainda “subsídios” para a mesma.

#### **1.3.4 José do Nascimento Moraes**

A tentativa de reconstituição do perfil social de um agente esbarra muitas vezes em dificuldades que se parecem à primeira vista intransponíveis. É o que se sucede com o caso do “escritor”, “polemista”, “jornalista” e “professor” José do Nascimento Moraes, pelo menos no que refere às origens familiares e geográficas, bem como sobre os condicionantes sociais que lhe possibilitaram tornar-se um intelectual e jornalista consagrado. A dificuldade para construir dados que permitam situar o agente no espaço de posições nas quais ele se movimentou intensifica-se quando as pesquisas acadêmicas tendem a reproduzir uma ideia de excepcionalidade que pouco contribui para pensar o agente em carne e osso (e relações sociais), especificamente no que se refere às origens sociais, socialização e sociabilidades, dimensões centrais para se compreender o seu percurso social e pensá-lo num espaço relacional, seja enfocando o domínio intelectual, jornalístico ou político.

Tendo nascido em São Luís no dia 19 de março de 1882, seus pais eram negros recém alforriados e analfabetos. Apesar dessa condição adversa ele conseguiu “fazer-se” um jornalista reconhecido na cidade de São Luís, onde tornou-se ainda professor catedrático de geografia no prestigiado Liceu Maranhense através de concurso público realizado no ano de 1913.

Além das informações citadas, quando se consulta alguns trabalhos que se voltam de alguma forma seja para a “trajetória intelectual” (BRAS, 2014), “trajetória do jornalista-professor” (ARAÚJO, 2011), ou ainda para uma “trajetória docente” de Nascimento Moraes (GOMES, 2015), o ponto de partida é a sua condição de estudante do Liceu Maranhense que buscava afirmar-se enquanto literato, jornalista e, logo depois de concluído o curso no Liceu, também como professor. O agente é tomado em perspectiva histórica por Barros (2015) que apreende suas produções jornalísticas no contexto das disputas políticas nas quais o mesmo estava envolvido durante a chamada Primeira República. Todavia, enfatiza a atuação de Moraes nos jornais como marcada por uma postura “oposicionista” e crítica do “sistema oligárquico”, o que não deixa de significar certa capitulação diante das representações que o próprio agente tecia acerca do seu trabalho e de seus posicionamentos políticos.

O percurso social do agente que neste trabalho apresentamos partiu dos referidos trabalhos historiográficos e/ou de crítica literária, porém explorou outros materiais, como recortes de jornais da época em que se deu o transcurso da vida pública do agente, principalmente em sua fase inicial, os anos de formação e socialização secundária. Lançamos mão ainda de entrevistas com duas familiares (neta e bisneta) de Nascimento Moraes, a partir das quais foi possível construir alguns dados sobre a sua socialização primária. Em seguida acreditamos poder analisar as representações sociais e as principais temáticas recorrentes na *obra* de Nascimento Moraes, objeto de um tópico específico do segundo capítulo, no qual serão analisadas as tomadas de posição do conjunto de agentes enfocados nesta primeira conjuntura histórica.

Quando José do Nascimento Moraes nasceu, já fazia alguns anos que o seu pai havia conseguido a alforria, o que ocorreu por ter sido ele um dos muitos negros escravizados, alguns deles recrutados a força, que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870). Depois de liberto desempenhou atividades manuais como “servente” [sic] e porteiro do Tesouro estadual (BRAS, 2014, p.24). Machado caracteriza-o ainda como “sapateiro analfabeto” (MACHADO, 1996, p. 40). Araújo (2011, p. 16) aponta esta

falta de instrução escolar como justificativa (usada pelas autoridades) para o fato de, apesar de ex-combatente, “não [ter sido] premiado, tampouco merecido qualquer promoção ao final desta [Guerra do Paraguai]”. A mãe é descrita como “uma negra liberta que trabalhava como cozinheira e lavadeira para os brancos” (BRAS, 2014, p.24) e ainda: “negra que vendia peixe-frito” e “muito corajosa” (MACHADO, 1996, p. 40). Já em Araújo (2011) encontramos: “de posse de seu ‘alvará de libertação da escravatura’ passou a vender bananas para ajudar no sustento da família” (ARAÚJO, 2011, p.16). As origens sociais contrastam com as dos outros agentes enfocados neste trabalho. Percebe-se a diferença já nessa tentativa de levantar dados sobre os ascendentes familiares mais próximos, dos quais nem mesmo os nomes conseguimos saber, o que deixa evidente uma distância social em relação aos outros casos objetivados nesta pesquisa, cujas famílias tem uma verdadeira preocupação em manter uma genealogia, inclusive administrando os nomes próprios (homenagens aos pais, tios, avós) e os sobrenomes, mas, principalmente publicando ou registrando as informações biográficas dos seus ascendentes familiares.

Sobre o trajeto escolar não se encontram nos trabalhos referidos dados que permitam situar os condicionantes sociais (sobre a verdadeira condição sócio-econômica dos pais) que permitiram ao agente realizar, e como “aluno brilhante” (JESUS, 2010, p.39), os cursos primário, ginásial e científico, estes últimos numa das mais prestigiadas instituições de ensino secundário do Maranhão. Imediatamente após apresentar aquelas informações biográficas dos pais, os estudiosos passam a uma narrativa que realça os feitos do agente:

Apesar de sua origem humilde, Nascimento Moraes teve acesso a uma boa educação, dentro dos padrões da época, estudando no Liceu Maranhense, o mais conceituado centro de formação educacional do Maranhão. Nesta escola estudaram jovens da elite ludovicense e lecionaram grandes figuras como o português Manoel Bithencourt, considerado um grande incentivador da juventude naquele período. (BRAS, 2014, p.24)

Aqui, é a “figura ímpar” que “vence” as “barreiras sociais”:

Figura ímpar entre os novos atenienses, José do Nascimento Moraes impôs-se no concerto sócio-cultural maranhense do seu tempo após vencer, pela instrução formal, as barreiras sociais interpostas ao fato de ser ele originário de pais analfabetos, pobres e negros. (MARTINS, 2002, p.88)

E ainda as qualidades atribuídas à família, que se plasmaram na “trajetória” de Nascimento Moraes: “As dificuldades sociais e financeiras legaram à família Moraes um ímpeto de superação e afirmação que é percebido em toda a trajetória do jornalista-professor” (ARAÚJO, 2011, p.16). Mas ao invés de explicar o processo histórico, esse tipo de relato se aproxima muito mais das construções hagiográficas, atribuindo “poderes” e “forças” extra-mundanos aos indivíduos. Essa espécie de “teoria do gênio criador” movido por causas que são simplesmente inexplicáveis, não permanece de pé ao ser confrontada com uma análise que situa o agente numa teia de relações sociais, inclusive em relação ao espaço do poder mais amplo, buscando as condições sociais que viabilizam a emergência de um “intelectual” ou “escritor”, foco dos trabalhos sobre Nascimento Moraes. Este aspecto sociológico, no entanto, tende a permanecer invisível na perspectiva preocupada em nuançar os méritos pessoais de um determinado agente produtor de bens simbólicos, como é o caso do “intelectual”, “escritor” e “jornalista” Nascimento Moraes.

Ainda que Pierre Bourdieu esteja fazendo a crítica das “obras” ou bens simbólicos, ou seja, analisando agentes em sua fase adulta, a importância da dimensão disposicional é central no esquema de análise desse autor, e estas disposições são constituídas ao longo da vida dos indivíduos, notadamente através da socialização familiar e escolar.

A partir de entrevistas com familiares (uma neta e uma bisneta), foi possível construir alguns dados sobre a socialização primária do agente, o que nos permitiu esboçar, um pouco mais detalhadamente, seu itinerário social.

Conectamos estas experiências prévias à sua entrada no Liceu Maranhense, que, aludimos acima, costuma ser tomada como ponto de partida para sua vivência no meio literário e intelectual maranhense. Situando o agente social em relação a uma sociabilidade que prosseguiu e se intensificou através de seu engajamento em grêmios literários e do contato mais próximo e cotidiano com os “mestres”. Estes são, principalmente, Manuel de Béthencourt, Juvencio Mattos, Pedro Nunes Leal e Jansen Mattos, além de outros, citados por Moraes em crônicas e artigos de jornais dos anos

1930 e 1940, quando relembra sua preparação e, também, sua iniciação nas “tertúlias literárias” e “lides jornalísticas”. Importante ainda notar sua convivência, durante os anos de formação no Liceu, com figuras como Godofredo Viana e Magalhães de Almeida (PACOTILHA, 29/11/1897, p.3; idem, 27/12/1898, p.2), que foram governadores do estado (na década de 1920), inclusive integrando a mesma facção. Nos anos 1930 é em torno da liderança de Magalhães que se organiza uma nova facção política, em cujo jornal (*Pacotilha*) Nascimento Moraes foi redator-chefe (1934-1935), oportunidade em que esteve empenhado nos embates jornalístico-políticos<sup>56</sup>. As relações com figuras políticas não podem também brotar de repente em sua trajetória simultânea e indissociavelmente cultural e política, posto que estes *domínios* não se apresentavam descolados um do outro, antes, pelo contrário, estavam intrincados na configuração sócio-histórica aqui enfocada.

O pai de José do Nascimento Moraes, Manoel do Nascimento Morais<sup>57</sup>, era um escravo negro que foi recrutado para lutar na chamada Guerra do Paraguai. Porém, segundo narram os descendentes, por ser analfabeto, ele não recebeu nenhuma retribuição (material) como ex-combatente, ainda que tenha voltado com ferimentos oriundos da guerra. Fizera, então,

um juramento: que as futuras gerações seriam letradas. Queria ele dizer que iam ser alfabetizadas, escrever e ler, ele nunca imaginou que iam ser escritores, professores, etc. Então o juramento dele foi muito forte, que até hoje respingou nos netos e bisnetos.

(entrevista com neta de Nascimento Moraes, em 09/05/2018).

O relato acerca do juramento foi passado para os filhos (no caso em questão a entrevistada é filha de Nascimento Morais Filho), e destes repassados às gerações seguintes. A alfabetização e o curso primário teriam sido fornecidos em casa, por professores particulares. O que demonstra um considerável investimento familiar motivado por uma experiência pessoal frustrada: o não-reconhecimento (material, mas também simbólico) da sua condição de ex-combatente. Dos dois filhos do casal, parece

---

<sup>56</sup> O jornal foi reaberto em agosto de 1934 (havia deixado de circular em outubro de 1930), especificamente com o propósito de defender os interesses da *facção* liderada por Magalhães de Almeida, a qual se reorganizava visando as eleições de outubro daquele ano. Para esta reorganização faccional Magalhães contou com o apoio do Interventor Antônio Martins de Almeida.

<sup>57</sup> Segundo as descendentes entrevistadas, o nome do pai era grafado com “i”, o que foi retomado pelo filho homônimo (José do Nascimento Morais Filho), que vem a ser, respectivamente, pai e avô das entrevistadas (entrevistas 08 e 09 de maio de 2018).

que o caçula foi quem incorporou mais fortemente essa influência ou ensinamento acerca da importância da educação formal, visto que o irmão mais velho, Raimundo, não obteve os mesmos êxitos escolares, apesar de também ter sido alfabetizado nas mesmas circunstâncias em que o irmão, tendo inclusive estudado no prestigiado Liceu Maranhense<sup>58</sup>. José do Nascimento Moraes desenvolveu, sem dúvida através de um esforço individual considerável, as disposições exigidas pelos padrões de ensino da época, direcionando-se para aquisição da cultura considerada legítima. Assim, ele foi internalizando suas regras e valores, como por exemplo, o aprendizado da língua vernácula e o culto dos “vultos” da cultura maranhense, brasileira e portuguesa.

Em 1937, Moraes descreve, em texto publicado n’*O Imparcial*, um pouco da sua sociabilidade durante os cursos ginásial e secundário no Liceu. Fica claro como, juntamente com os outros estudantes daquele colégio, eles “veneravam a figura respeitável do grande mestre do vernáculo” Pedro Nunes Leal, “um dos maiores educadores maranhenses”. Estes seguidores mais aplicados eram aqueles que “se preparavam para as lides da palavra escrita e falada” e que “já sentiam decidida vocação para as letras”. Nascimento Moraes narra, então, que os estudantes não se satisfaziam com as aulas no estabelecimento escolar, e “procuravam, frequentemente, o douto professor para lhe ouvir as profundas lições”. Pedro Nunes Leal não era encontrado sem que estivesse “acompanhado de um grupo de rapazes. Se parava numa praça ou numa esquina, para logo se formava uma roda de estudantes para conversar sobre questões de boa vernaculidade”. Esta intensa preocupação em absorver os ensinamentos de “mestres” como Pedro Nunes Leal, professor catedrático de Gramática do Liceu, estendia-se mesmo até à residência deste, onde

servia-se o café, depois do jantar de que alguns estudantes participavam, e a conversa entrava pela noite, até às 10 horas. Passavam, então, em revista, os vultos mais notáveis da literatura portuguesa, que ele profundamente conhecia. [...] As raízes célticas e latinas da língua portuguesa foram motivo para três noites de tertúlias. [...]

(*O Imparcial*, 22/08/1937, p.1: “Pedro Leal”).

A devoção pessoal ao mestre evidencia-se nas seguintes palavras:

---

<sup>58</sup> Não foi possível saber, mesmo nas entrevistas com as descendentes, se Raimundo concluiu o curso secundário. No Liceu eram ministrados tanto este quando o curso ginásial, que o antecedia.

À minha casa que era uma como “republica” de estudantes, à rua da Cruz, o velho Pedro, por vezes comparecia para conversar. Quase sempre ia em companhia de Costa Gomes e Othon Galvão. Quando tal acontecia, esquecia-se o Lyceu, a aula de mathematica do Reis Carvalho e a de geographia de Othon Chateau. Eu me esquecia até da casa do Béthencourt!

(O Imparcial, 22/08/1937, p.1: “Pedro Leal”)

Pedro Nunes Leal faleceu em novembro de 1901, e “o Lyceu em peso, acompanhou-o, até a ultima morada”. Diante do pouco número de presentes, os discípulos “tomamos o fêretro [...] para o levarmos a pulso. A empresa não foi fácil [...] A primeira turma composta dos mais fortes, depois de vencida a primeira quadra, reconheceu que a gratidão fora além de suas forças.” Entre estes estavam Godofredo Viana, Magalhães de Almeida e “outros de que não me lembro mais”. Nascimento Moraes estava na segunda turma de carregadores mas teve que pedir ajuda ao seu irmão Raimundo, que era da terceira, e que aceitou a troca “até com satisfação, não só porque eu lhe garanti que o substituiria, mas ainda porque gostava de fazer força, gabava-se de seus bíceps e de sua resistência” (O Imparcial, 22/08/1937, p.1).

Como citado pelo próprio Moraes, outro de seus mestres era Manuel de Béthencourt, português “com quem reajustei todo o meu curso de preparatório e a cujo lado travei as minhas primeiras lutas na imprensa, sustentando, como seu acólito, o fogo nutrido de seus adversarios” (O Imparcial, 22/02/1940, p.1). Moraes afirma que, à essa época, jovem aprendiz: “tremia quando me aproximava de Manuel de Béthencourt”; no entanto, passou a gozar da sua amizade, tendo este lhe franqueado acesso a sua biblioteca, participando também das tertúlias ocorridas na casa de Béthencourt que, assim como Pedro Leal, era professor do Liceu Maranhense. “Carlos de Béthencourt, pai do mestre, acabado poliglota, [...] nunca me perdoou a covardia que demonstrei recuando, apavorado, diante do estudo do sânscrito que ele sabia como gente grande” (idem). Ao lado desses, cita ainda Jansen Mattos, Domingos Machado e Juvencio Mattos, “ilustres maranhenses”, que eram amigos sinceros uns dos outros e “todos me animavam com a sua amizade e com as considerações que me dispensavam”. “Naquele tempo, todo o meu prazer intelectual estava em conversá-los, em lhes apreciar o aprumo moral e em estabelecer, para o meu uso os seus pontos de convergência e divergência” (idem).

Soma-se a esta convivência com os “mestres” da época, sua inserção nas agremiações literárias, formadas por jovens interessados em ingressar na plêiade maranhense dos cultores do verso e da prosa. Dentre as principais atividades a que se dedicavam encontrava-se a homenagem aos nomes consagrados do panteão intelectual e literário no estado. Buscavam fundar um órgão de imprensa estudantil onde divulgavam suas ações e produções literárias. Alguns dentre eles conseguiam publicar também seus escritos na imprensa diária da capital, o que já se constituía num primeiro sinal de distinção e afirmação como “homem de letras” no Maranhão. A imbricação com o domínio político pode ser identificada nessa esfera de atuação dos grêmios e associações literárias.

Em diversos estudos, Nascimento Moraes aparece como um dos “Novos Atenienses” (MORAES, 1977; MARTINS, 2002; CARREIRA, 2015), autodesignação de uma confraria ou grêmio literário fundado em 28 de julho de 1900 (data escolhida em homenagem à adesão do Maranhão à independência do Brasil). Foram seus membros fundadores, segundo o próprio Moraes (1910, artigo VIII): Ignacio Xavier de Carvalho, M. George Gronwell, Octavio Galvão, Rodrigues d’Assumpção, Leoncio Rodrigues, Leslie Tavares, Caetano de Souza e o próprio Nascimento Moraes, eleito seu presidente, fizeram parte ainda do referido grêmio literário João Quadros, Raul Astolfo Marques e Francisco Serra. Estes últimos teriam permanecido na *Oficina* e, após a saída dos primeiros, passaram a ser liderados por Antônio Lobo e Fran Paxeco, cuja entrada e protagonismo naquela entidade fora o motivo dos desentendimentos com Nascimento Moraes e que resultou na sua ruptura, que foi seguido pela maioria dos membros fundadores, que continuavam ligados à liderança do jovem Nascimento Moraes (19 anos) e com ele fundaram uma agremiação, a *Renascença Literária*, em 1901. Todavia, é ao chamado “grupo dos novos atenienses” que se costuma atribuir uma atuação que conseguiu em parte reavivar as tradições literárias e intelectuais do estado do Maranhão. O referido “grupo literário” foi integrado a uma periodização consagrada da história da literatura regional. O “grupo” é geralmente situado entre 1890-1930 (MARTINS, 2002, p. 67) e teria sido formado “como movimento de reação à ausência de produções intelectuais” (CARREIRA, 2015, p.64). Em estudo que tratou especificamente desta “geração” Martins (idem, p. 68) afirma:

Os Novos Atenienses eram promessas intelectuais em busca de afirmação, situadas no centro da tensão e do desconforto de descortinar e construir o



futuro, sem, contudo esquecer-se do passado mitológico, onipresente, herdado dos “gigantes” da velha Atenas, a partir daquela realidade movediça, em que o ideário decorrente das noções de “civilização” e “progresso” fazia prosélitos e instigava esses jovens intelectuais à reação ante semelhante estado de coisas detonador das glórias amealhadas nos tempos áureos do dinamismo provincial.

Para eles, a situação reinante era a **convocação incisiva para que interviesses concretamente naquela realidade decadente, visando apontar soluções** para o presente, capazes de projetar um futuro glorioso, tendo como artefato fundamental o passado mitológico da Atenas Brasileira. (grifo nosso)

Queremos reter especialmente a passagem grifada, a nosso ver suficiente para indicar que a atuação intelectual e literário não estava desacoplada das questões políticas quando se afirma que a nova “geração” era interpelada a analisar a “realidade” maranhense, considerada “decadente”, e, principalmente, que deveriam “apontar soluções”, visando restaurar as “glórias amealhadas nos tempos áureos do dinamismo provincial”. Estes aspectos serão analisados a partir dos escritos desse e dos outros agentes, objeto do próximo capítulo.

Devemos acrescentar que em torno da liderança da *Oficina dos Novos* (no momento de sua existência inicial) travou-se uma disputa entre seus membros fundadores, na verdade até mesmo acerca de quem teria de fato participado desta fundação. As disputas pela condição de principal fator dessa tentativa de “soerguimento intelectual” do Maranhão colocaram em oposição as figuras de Antonio Lobo e Nascimento Moraes. A história da literatura regional (MEIRELES, 1955; MORAES, 1976), costuma subsumir o papel deste último, realçando a condição de intelectual e literato do primeiro, assim reverenciando seu protagonismo, o qual foi estabelecido pelo próprio Lobo ainda em 1909, com a publicação do livro *Os novos atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão* (São Luís, Typogravura Teixeira). A “história literária” narrada por ele foi imediatamente contestada por Moraes através das páginas do *Correio da Tarde*, jornal em que era redator. Estabeleceu-se, então, uma polêmica entre os dois que se estendeu por meses. Os artigos de Moraes relativos a este duelo intelectual foram publicados em 1910, sob a forma de livro, ainda no calor da refrega, portanto. Intitulado *Puxos e repuxos* ele foi impresso na “Typographia do Jornal dos Artistas” (MORAES, 1910), ao que parece financiado pelo jornal *Correio da Tarde*, que pretendia assim prolongar os benefícios auferidos com a polêmica que mobilizara o meio intelectual e literário local, e mesmo a população

letrada em geral, que queria acompanhar os duelos verbais travados entre Lobo e Moraes.

Desde o ano de 1909, quando estava no auge a polêmica entre os dois, aparecem nos jornais anúncios sobre a futura publicação do romance *Vencidos e degenerados*. Segundo informava *Pacotilha*: estava “em composição nas oficinas dos srs Ramos de Almeida & C., succs., o romance ‘Vencidos e degenerados’, do professor Nascimento Moraes”. Entretanto, este somente viria a lume em 1915, pelos “editores”<sup>59</sup> citados pelo jornal. Desde recém-formado ministrando aulas particulares em sua casa ou na residência dos estudantes, ele fundara em 1906 seu próprio estabelecimento de ensino, denominado “Instituto Nascimento Moraes” (também encontramos “Instituto Moraes”).

Considerando sua atuação jornalística, iniciada na *Pacotilha*, sob a tutela de Manuel de Béthencourt, até esse momento (1910), contando 28 anos de idade, ele já havia atuado como redator dos seguintes diários: *A Campanha* (1903-1904); *Jornal do Commercio*, de Manaus/AM (1904); *A Imprensa* (1906-1907); *A Pátria* (1908); *Correio da Tarde* (1909-1910). Sem contar suas colaborações em outros veículos, bem como os impressos (revistas e jornais) produzidos pelas agremiações estudantis e/ou literárias, a exemplo da muito citada *Revista da Renascença Literaria*, do grêmio literário homônimo fundado após a sua saída da *Oficina dos Novos*.

Voltando um pouco nesse percurso, e objetivando mesmo não reforçar qualquer ideia de linearidade no itinerário do agente, retomemos seus engajamentos ou tomadas de posição em relação ao jogo faccionalista. Em maio de 1902, quando contava 20 anos de idade, ele foi demitido do cargo que ocupava, ao que parece, há pouco tempo. Mas o mais interessante é o posicionamento do jornal oposicionista *Pacotilha*. Em 8 de maio daquele ano assim noticiava o ocorrido:

Consta-nos que, devido a uma vingança mesquinha dos situacionistas [ilegível] foi hontem dispensado do logar de colaborador da intendencia municipal o sr. José do Nascimento Moraes. O facto liga-se a escriptos para a imprensa local. A elle havemos de voltar.

(PACOTILHA, 08/05/1902, p.2)

---

<sup>59</sup> Ainda carece de investigações mais aprofundadas acerca da relação entre editores, escritores e público leitor de modo que se possa visualizar um espaço de edição no Maranhão desse período.

No dia 12 de maio de 1902, *Pacotilha* voltava a tratar do fato como havia prometido, dias antes. O título da matéria já nos coloca dentro do universo faccionalista a que estamos nos referindo:

### **Política de mesquinhas**

Quando, há dias, aqui, em poucas palavras, nos referimos ao acto do sr. Intendente municipal dispensando do logar que, na sua repartição, exercia o sr. José do Nascimento Moraes, promettemos, devem recordar-se os leitores, voltar ao assumpto.

E quando, tal deliberação tomamos, a manifestamos nestas columnas, é que alguma coisa de anormal lobrigara a nossa investigação por traz da dispensa solicitada.

De facto. Logo que à nossa folha trouxeram a noticia a que alludimos, soubemos que tal resolução tivera o sr. Nuno Pinho, inspirado em moveis que, absolutamente, não o lisongeariam, confessados.

Não tolera a politica dominante que pessoas que ocupem cargos publicos, ou se achem, por qualquer motivo, dependentes do governo do Estado, tenham uma opinião e a manifestem, se esta opinião vae de encontro a opiniões que sustente. Vale isto dizer que o partido de posse das posições officiaes não admite que um cidadão qualquer, investido de funções publicas, abrace uma idéa liberal, defenda uma causa justa.

É curiosa, realmente, tal norma de proceder a que deram já os situacionistas o character de uma pratica immutavel, os rigores de um principio, principio que, aliás, não destóia, antes está em absoluta harmonia com os demais que constituem o programma da facção à frente da administração do Estado.

Com a dispensa do sr. Nascimento Moraes não se faz mais do que aplicar tal principio. Em dias deste mez fez elle publicar n'“A Campanha” um conto, em que fantasiou a chegada de um chefe politico, à terra natal e sobre ella escreveu, entre passagens comicas que se costumam observar em semelhantes ocasiões, alguma cousa em que a perspicacia do sr. Intendente municipal descobriu uma alusão ao “eminente estadista” que do Rio comunica, para serem obedecidos, as suas vontades e os seus caprichos.

Depois, contra si, tinha o sr. Nascimento Moraes a aggravante de ter dado publicidade ao producto de sua imaginação pelas columnas d'“A Campanha”, sobre a qual pesa, como se sabe, o anathema do governo, que a tem no seu index das leituras prohibidas.

Isto, partindo de um funcionario do sr. Pinho, era uma afronta ao seu prestigio de chefe, e, logo, por um movimento de indignação incoercivel, declarou o autor da provocação excomungado e lhe disse que não precisava mais a intendencia dos seus serviços. Era, além disso, necessario evitar o contagio, que podia ser prejudicial na casa de orates, que o sr. Nuno Pinho dirige.

Politica de mesquinhas, que tudo avassala, que não trepida em profanar o santuario sacratissimo de consciencia humana, para de lá arrebatara a imagem do ideal, que, zombando do numero e da força, faz proselytos, organiza seitas, constitue unanimidades!

(PACOTILHA, 12/05/1902, p.2)

A matéria jornalística nos permite posicionar o agente na teia de relações a que acima nos referíamos. Ele está inserido nas clivagens políticas, tomando posições em

relações às facções em disputa. Inclusive se percebe que sua produção literária está marcada por esses condicionantes, visto que o conto publicado na imprensa local (jornal *A Campanha*) teria sido o motivo alegado para dispensar Nascimento Moraes do cargo público que então ocupava junto à Intendência Municipal de São Luís.

O seu segundo livro, *Vencidos e Degenerados*, traz na dedicatória da primeira edição: “ao Dr. Luiz Domingues”. Foi no período em que este fora governador do estado (entre 1910 e 1914), quem Moraes foi nomeado “professor interino” de Álgebra, Aritmética e Geometria da Escola Normal (1911). Simultaneamente era “Escriturário” no Porto de São Luís (1911), passando, logo em seguida, a “Encarregado da subcomissão de estudos e melhoramentos” do mesmo (PACOTILHA, 03/11/1911, p.2).

Sobre a “editora” que publica a 1ª edição do livro de *Vencidos e Degenerados*, A Typographia Ramos d’Almeida & Comp. Succs., de propriedade do Dr. Manoel Jansen Ferreira, segundo Humberto Ramos de Almeida Jansen Ferreira, filho do editor, a Typographia “era uma das editoras mais importantes da região”. Em depoimento que consta da 2ª edição do livro, em 1968 (São Luís: SIOGE), relata que a publicação do livro foi uma “homenagem” da família do editor, devido “ligações de amizade” que mantinham com o escritor (Araújo, 2011, p. 29).

Ou seja, a publicação aqui resulta de relações pessoais construídas mediante o exercício de atividades jornalísticas, além de se viabilizar, também, pelo reconhecimento público enquanto jornalista/intelectual/escritor no sentido de que mereceria atenção de consumidores ou apreciadores do produto, ainda que não se saiba informações sobre tiragem e venda.

Os multiposicionamentos do agente podem ser, pelo menos, divisados pela perspectiva teórica aqui utilizada. No ano de 1913, ocorreu o que é talvez um dos momentos mais importantes no itinerário social de Nascimento Moraes. Trata-se de sua aprovação no concurso público para professor catedrático de geografia do Liceu Maranhense.

Estar na docência do Liceu representava uma posição estratégica. Diríamos apenas que talvez Nascimento já estivesse nessa posição estratégica antes de sua aprovação como professor efetivo daquele prestigiado estabelecimento de ensino maranhense. Posicionado na imprensa, na docência e ocupando ainda cargos na burocracia estatal, o agente encontrava-se relativamente articulado com as instâncias

culturais e políticas. No entanto, não há negar que esta aprovação significou ganhos consideráveis em termos de notoriedade e autoridade como professor, intelectual e jornalista, atividades simultaneamente desempenhadas.

Desse modo, visando concatenarmos algumas informações e, assim, avançar na análise pretendida, construímos o quadro abaixo, onde é possível visualizar algumas posições sociais do agente:

**Quadro 05 – Perfil de Nascimento Moraes**

Ano	Informação biográfica
1882	Nascimento, 19 de março. São Luís
1897-1900	Conclusão curso secundário na Escola Pública Liceu Maranhense – 18 anos
1900	Participa criação Oficina dos Novos; Colaborador esporádico em jornais ( <i>Pacotilha</i> , <i>A Campanha</i> ).
1901	Academia Militar (“qualificação em saberes matemáticos”); Colabora em <i>Pacotilha</i> e <i>A Campanha</i> . Renascença Literária ;
1902	Colaborador d’ <i>A Campanha</i> ; Demitido posto (cargo público) na Intendência Municipal;
1901-1903	Ministra aulas particulares
1903	Publica contos na <i>Pacotilha</i>
1902-1904	Renascença Literária; Redator, ao lado de Ignacio Raposo, d’ <i>A Campanha</i> [contos e crítica literária na seção “Letras e typos”; jornal oposicionista]; O redator-chefe era seu amigo e ex-professor dr. Jansen Mattos. Na edição do dia 19 fevereiro de 1904 noticia a “retirada temporária do nosso distinto companheiro de redacção”.
1904	Fevereiro: Mudança para Manaus (AM), onde atua no <i>Jornal do Commercio</i>
1905	Julho: Retorna a São Luís/MA e volta a ministrar aulas particulares
1906	Aulas particulares (“português, francês, geografia e matemática elementar em sua residência, rua da cruz, 61, onde mantém um curso primário – e em colégios e casas particulares”); Integra Redação do jornal <i>A Imprensa</i> (desde a fundação)
1907	Expansão da escola (Instituto Nascimento Moraes): primário e secundário, mais turmas e professores reconhecidos socialmente; Redação d’ <i>A Imprensa</i> ; Ingressa em Loja Maçônica; Agremiação literária Távola dos Fortes;
Ago 1907	Colabora em <i>O Maranhão</i> ;
Dez 1907	Professor no Colégio Antonio Rayol
1908	Professor no “Instituto Nascimento Moraes”; Diretor do jornal <i>A Pátria</i> ; Professor no Colégio Antonio Rayol.
1909	Nasce Appio Claudio, primogênito; “Acha-se em composição nas oficinas dos srs Ramos de Almeida & C., succs., o romance ‘Vencidos e degenerados’, do professor Nascimento Moraes”;
1910	Colabora (crítica literária) em <i>Correio da Tarde</i> “Vencidos e degenerados – Romance de costumes, maranhense, de Nascimento Moraes, a sair das oficinas typographicas de A. P. Ramos de Almeida & Succs.” Orador oficial da Loja Maçônica Rio Branco (Discurso saudando Herculano Parga – secretário Grão Mestre) Livro de estréia: <i>Puxos e Repuxos</i> (Tipografia do Jornal dos Artistas)

1911	Um dos redatores de <i>Correio da Tarde</i> (Redator chefe Raul Machado), além de produzir artigos de crítica literária; Instituto Nascimento Moraes; Nomeado (por Luiz Domingues) professor interino de Álgebra, Aritmética e Geometria na Escola Normal; Escriturário na Subcomissão de Estudos e Melhoramentos do Porto de São Luís;
1912	Passa a Encarregado da Subcomissão de Estudos e Melhoramentos do Porto;
1913	Aprovação concurso Professor Catedrático de Geografia do Liceu Maranhense
1914	Posse e exercício no magistério (Liceu )
1915	Publica <i>Vencidos e Degenerados</i> (São Luís: Ramos d'Almeida ed. & cia), livro que dedica “ao Dr. Luiz Domingues”; Sócio honorário da União Estudantil Silvio Romero; Sócio honorário da Sociedade Estudantil Machado Machado de Assis.
1920- 1925	Redator-chefe do <i>Diario de S.Luiz</i> : oposição ao governo de Urbano Santos (1918-1922); aliado do governo Godofredo Viana (1923-1926);
1923	Publica <i>Neurose do Medo (Ensaio de psicologia política)</i> – (São Luís: J. Pires & cia)
1928-1930	Redator de <i>Tribuna</i> , até agosto de 1930;
1929-30	Redator d’ <i>O Jornal</i>
1930	Agosto: redator-chefe do <i>Correio da Manhã</i>
1931	Cargo no Diário Oficial – Interventoria Astolfo Serra;
1933- 1934	Redator-chefe de <i>Notícias</i> (até agosto)
1934 -1935	Diretor de redação da <i>Pacotilha</i> (até julho de 35, na verdade existe uma interrupção nas edições disponíveis no site BN, que são retomadas em junho de 36, quando já aparece outro redator (Theodoro Rosa, político da facção “magalhãesista”); Comandou esse jornal durante as eleições de outubro de 34, conforme relembra Neiva Moreira em março de 35, em discurso-homenagem pelo aniversário do “mestre”.
1937	colaborador do <i>Diário do Norte</i>
1937-1940	Redator d’ <i>O Imparcial</i>
1937-1938	Redator-chefe d’ <i>O Imparcial</i>
1941	Presidente da AML.
1937-45	Diretor do <i>Diário Oficial</i> ; Diretor da <i>Revista Athenas</i> .

### 1.3.5 Antonio Lopes

Antônio Lopes da Cunha nasceu em Viana (MA), em 25 de maio de 1889. E faleceu em 1950 na cidade de São Luís/MA. Era filho primogênito de Manuel Lopes da Cunha. Seu pai, assim como o irmão mais velho Celso Magalhães<sup>60</sup> (1849-1879), seguiu a carreira jurídica, tendo estudado no Seminário das Mercês e no Liceu Maranhense, em São Luís. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife/PE em 1883. De volta ao Maranhão, foi promotor público da comarca de Viana,

<sup>60</sup> Celso Magalhães bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife/PE (em 1873). Foi escritor (romancista, poeta, tradutor, teatrólogo) e promotor público da capital, tendo recebido “das mãos do próprio presidente da província, José Francisco de Viveiros, a nomeação”. É considerado o precursor dos estudos de folclore no Brasil. (Perfil disponível no site da AML: <http://www.academiamaranhense.org.br/celso-magalhaes-2> acesso em 10/05/2018).

em seguida foi promovido a juiz substituto dessa comarca. Em 1888 foi transferido para a comarca do Baixo Mearim (atual Vitória do Mearim). Époça em que se casou com Maria de Jesus Sousa Lopes. No ano seguinte nascia Antônio Lopes da Cunha e cinco anos depois Raimundo Lopes da Cunha (1894). Sua entrada na política maranhense deveu-se à amizade mantida com Benedito Leite, que o teria convencido a concorrer ao cargo de governador do estado para o período 1902-1906. Sete meses após ter sido empossado, ele renuncia, alegando uma grave doença que impunha buscar tratamento na capital federal, onde passa a residir com a família durante seu tratamento. Quatro anos depois retorna ao Maranhão e é nomeado, sucessivamente, Procurador-Geral do Estado, Desembargador do Tribunal de Justiça (1907). Posto que ocupava quando veio a falecer em 1924. O avô paterno de Antônio Lopes foi deputado provincial do Maranhão (1848/1849).

O percurso escolar se inicia com os avós maternos, completando o curso primário no Colégio Rayol em Viana. O curso secundário foi iniciado com o pai, em Viana e continuado em São Luís com José Augusto Correia (LOPES, 2001, p. 15). Em seguida, no Rio de Janeiro, realiza estudos preparatórios para ingressar na faculdade. Nessa época ele também participa da “Sociedade Ensaios Literários” (junto com Eloy Pontes, Costa Rego, Hermes Fontes e outros). A Sociedade mantinha a *Revista Veritas*, onde Antônio Lopes escreveu contos e, principalmente, crítica literária. Em 1906 ingressa na Faculdade de Direito do Recife, “onde foi guiado no estudo da Filosofia do Direito por Clóvis Bevilacqua, amigo de seu pai” (LOPES, 2001, p. 15). Durante sua vida acadêmica em Recife ele participou do movimento literário em Pernambuco ao lado de Da Costa e Silva, Carneiro Leão e Freitas Bastos. É nessa época que publica o poema *Litanias da Morte*, considerado sua primeira experiência literária. Concluído o curso de Ciências Jurídicas e Sociais ele retorna ao Maranhão em 1911, sendo aprovado no concurso público para professor catedrático de Literatura Brasileira no Liceu Maranhense. Em seguida foi nomeado inspetor-geral da Instrução Pública Municipal. A partir de 1914 passa a colaborar com assiduidade na *Pacotilha*, sob pseudônimo de Ariel. No ano seguinte assina uma coluna de crônicas intitulada “Prosa avulsa”, nesse mesmo jornal, do qual tornar-se-ia redator-chefe logo em seguida. Nesse momento, por volta de 1916/18, seu percurso é marcado por uma grande atividade intelectual, literária e jornalística, produzindo crônicas, contos, poesia, crítica, história da literatura, tradução, biografia, polêmica, história do Maranhão, etc. Paralelamente, Lopes exercia

uma série de outras atividades, além de jornalista e inspetor escolar, tais como advogado e professor particular (em residências e cursos preparatórios para ingresso no Liceu). Como destaca Gomes (2014) um aspecto que “perpassa toda a trajetória de Antônio Lopes é seu engajamento na promoção e criação de associações ou entidades, além da colaboração em agrupamentos culturais diversos” (GOMES, 2014, p. 109). Dentre estas, bem como seus respectivos órgãos, destaque para a criação Instituto de Advogados Maranhenses (1912); Associação Barão do Rio Branco e a *Revista Ateniense* (1915); Associação para os Estudos Gerais (1915); Associação Maranhense de Escoteiros (1917); União Estudantal SílviomRomero (1917); Associação de Imprensa do Maranhão (1917); Sociedade O Tiro Maranhense (1917). Além de ter sido um dos membros da comissão fundadora da Faculdade de Direito de São Luís (1918), ao lado de Fran Paxeco, Domingos Perdigão, Luís Viana, Alfredo de Assis e José de Almeida Nunes; integrou ainda a Liga da Defesa Nacional, nesse mesmo ano. (GOMES, 2014, p. 112; DINO, 2014, pp.40-41).

Sua polivalência se estendeu ainda à administração esportiva, tendo sido eleito presidente do Sport Club Luso Brasileiro em 1919; nessa mesma gestão o vice-presidente fora Tarquínio Lopes Filho (VAZ, 2009, p. 6). Antônio Lopes participou ativamente do processo de criação do Instituto Maranhense de História e Geografia, fundado em 1925, do qual foi seu primeiro presidente<sup>61</sup>. Sobre essa empreitada, vejamos como o agente descreve sua movimentação no *domínio* intelectual maranhão de meados dos anos 1920, visando recrutar colaboradores para o seu projeto:

Em 1925, tomei a iniciativa de reunir alguns homens de boa vontade na livreria de Wilson Soares, expondo-lhes a minha idéia de se comemorar o centenário do nascimento de D. Pedro II com a inauguração, nesta capital, de um Instituto de História e Geografia. Os que prestaram apoio à idéia foram: Justo Jansen, Ribeiro do Amaral, José Domingues, Barros e Vasconcelos, Domingos Perdigão, José Pedro Ribeiro, José Abranches de Moura, Arias Cruz, Wilson Soares e José Ferreira Gomes. Mais tarde incorporou-se a esse grupo João Brulino de Carvalho. Ausentes de S. Luís apoiaram calorosamente a idéia Raimundo Lopes, Fran Pacheco, Carlota Carvalho e Antonio Dias, que também foram considerados sócios fundadores do Instituto. [...] A 20 de novembro realizou-se a sessão inicial, sendo apresentado, discutidos e votados os estatutos e eleita a diretoria, cujo

---

<sup>61</sup> Em 1949 passa a se chamar Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM. Borralho (2011, p.33) afirma que a mudança se deu em 1951 através de uma reforma estatutária, que inclusive passou a cognominá-la “Casa de Antônio Lopes”, homenagem ao seu fundador falecido no ano de 1950. Nos baseamos em artigo de Domingos Vieira Filho, publicado no semanário *Maranhão*, em que lista alguns trabalhos de Lopes, alguns deles publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, ano I, nº 1, de novembro de 1949. (MARANHÃO, 24/12/1950, p.8).



presidente foi Justo Jansen. José Ribeiro do Amaral foi eleito presidente da assembléia geral. (...) A 2 de dezembro, no Salão da Câmara Municipal, inaugurava-se em sessão magna, em homenagem à memória de D. Pedro II, o Instituto de História e Geografia do Maranhão. (LOPES, 1973, p. 110-111).

No ano anterior havia deixado a redação de *Pacotilha* em razão das “excursões sucessivas pelo interior do estado” tratando “dos interesses de minha banca de advocacia” (PACOTILHA, 30/07/1924, p.1).

Teve uma rápida passagem pela Intendência Municipal (1926), ocupando interinamente o cargo, quando era Presidente do estado Godofredo Viana<sup>62</sup>. Ainda nessa década voltou à dirigir a redação de um diário na capital, *O Imparcial*, à frente do qual se encontrava ainda no início da década de 1930, quando atuava ainda como advogado, professor da Faculdade de Direito, inspetor escolar.

É nesse momento que tentaremos apreender algumas das suas tomadas de posição no jogo faccional, haja vista que ocupava a mais importante função de um veículo impresso, o posto de redator-chefe. E por se tratar de um jornal apontado pelos seus adversários como representante dos interesses políticos de Genésio Rego e da URM, este veículo se constitui em um caso bastante interessante para apreender tanto as respostas quanto as críticas que os chamados “genesistas” ou “unionistas” remetiam, por sua vez, aos seus adversários, os quais estavam em constante redefinição nas clivagens e realinhamentos faccionais que caracterizam o domínio político no Maranhão. Porém, tão importante quanto essa dimensão do jogo faccional, e os posicionamentos tomados por Lopes em relação a ele, vamos buscar apreender as produções do agente no que se refere à interpretação da história do Maranhão, especificamente no que diz respeito à sua dimensão política. Tentaremos extrair sua cosmovisão sobre o que seja o “Maranhão” e a “política” no Maranhão.

O perfil social do agente na segunda metade da década de 1930 em diante foi o seguinte. Em 1937 ele fundou e dirigiu (redator-chefe) o jornal *Diário do Norte*, que circulou até o final do ano seguinte. No início dos anos 1940 foi empossado membro da Academia Maranhense de Letras - AML. Por volta de 1945/46 ocorre sua entrada na magistratura estadual, quando é nomeado juiz de direito na Comarca de Itapecuru. Nesse posto ele se aposentaria poucos anos depois, quando passa a se dedicar

---

<sup>62</sup> Desde a reforma de 1919, feita por Urbano Santos, as intendenções municipais passaram a ser nomeadas pelo Presidente do estado.

exclusivamente à sua produção intelectual, resultado de uma relação com os poderes oficiais que Domingos Vieira Filho chamou de “mecenasmo de carregação”, na qual o governo estadual “contratava uma obra vultosa e de inestimável valor por uma quantia irrisória e assim mesmo paga aos pedaços, sabe Deus com que má vontade”. Tendo sido aluno de Lopes na Faculdade de Direito e um dos jovens por ele recrutado para a SCMFL, Vieira Filho defendia que o mestre “merecia, pelo talento e pelos serviços prestados à terra, um lugar seguro que o abrigasse dos golpes incertos da vida”. Segundo Vieira Filho, isto só aconteceu muito tardiamente, e ainda assim “de um modo ridículo” (VIEIRA FILHO, 1950, p.8), através daquela espécie *sui generis* de mecenasato.

Ainda nos últimos anos da década de 1940 ele passou a fazer parte de uma rede que congregava estudiosos do folclore oriundos de várias partes do país, mas tendo como figura central Renato Almeida, presidente da Comissão Nacional do Folclore – CNFL. A partir de sua identificação com o nome do tio, Celso Magalhães, já então tido como uma autoridade em matéria de estudos folclóricos, bem como pela relação de interconhecimento que mantinha com várias autoridades no estado, além do fato dirigir a principal instituição voltada para a área da história e da cultura no estado (o IHGM), fizeram com que Lopes se enquadrasse no perfil das “personalidades” recrutadas por Renato Almeida para o cargo de secretário daquela entidade nos estados. Gomes (2014), analisando a correspondência de Almeida, afirma:

[...] o recrutamento de “personalidades” em outros estados brasileiros com vistas a atuar em nome do folclore, feito por Renato Almeida, consistia em convites a pessoas que possuíssem um “perfil favorável e boa articulação política para ser o seu secretário-geral” (GOMES, 2014, p.54).

A Submissão Maranhense de Folclore (SCMFL) foi criada em 1948 e Antônio Lopes foi o primeiro presidente. Faleceu dois anos depois em São Luís do Maranhão.

#### Quadro 06 – Perfil de Antônio Lopes

Ano	Informação biográfica
1889	Nasceu em Viana/MA no dia 25 de maio.
1896-1900	Primeiros estudos com avós maternos; completa o curso primário no Colégio Rayol (Viana/MA).
1901-1904	Curso secundário, iniciado com o pai, em Viana, e continuado em São Luís com José Augusto Correia. Fundou <i>Revista Vianense</i> (textos literários)
1905	Estudos preparatórios no Rio de Janeiro, onde participa da Sociedade Ensaaios

	Literários, (junto com Eloy Pontes, Costa Rego, Hermes Fontes e outros). A Sociedade mantinha a Revista Veritas, onde Antônio Lopes escreveu contos e, principalmente, crítica literária.
1906-1911	Entra Faculdade de Direito do Recife, “onde foi guiado no estudo da Filosofia do Direito por Clóvis Bevilacqua, amigo de seu pai”; Participa do movimento literário ao lado de Da Costa e Silva, Carneiro Leão e Freitas Bastos; Publica em periódico do Recife <i>Litanias da Morte</i> (poesia)
1911	Concluiu curso Direito; Concurso cátedra de Literatura Brasileira do Liceu Maranhense.
	Nomeado Inspetor escolar; Inspetor Geral da Instrução Pública Municipal;
1914	Começa a escrever na <i>Pacotilha</i> sob pseudônimo “Ariel”
?	Seção/ coluna de crônicas <i>Prosa Avulsa</i> na <i>Pacotilha</i>
?	Redator-chefe da <i>Pacotilha</i> Grande atividade literária (crônicas, contos, poesia, crítica, história da literatura, tradução, biografia, polêmica, história do Maranhão)
1917	<i>Celso Magalhães</i> (estudo crítico e bibliográfico, in: <i>Pacotilha</i> , 10/11/1917 e 19/11/1917)
1919	Presidente do Sport Club Luso Brasileiro; vice-presidente: Tarquínio Lopes Filho.
1918-45	Membro da comissão fundadora da Faculdade de Direito do Maranhão (Domingos Perdigão, Fran Paxeco, etc) Professor da Faculdade de Direito do Maranhão (Filosofia do Direito; Teoria Geral do Estado; Direito Constitucional etc)
	“Após a morte de Antônio Lobo, e a retirada de Fran Paxeco, assumiu a direção intelectual da mocidade da Atenas Brasileira”
??	Fundador e diretor da Escola de Belas Artes do Maranhão
??	Fundador e várias vezes Presidente da Associação Maranhense de Imprensa Presidente do Sindicato Maranhense de Imprensa Sócio da ABI
1922	“O Ensino da Geografia nas Escolas Primárias”; “Relatório sobre a Educação Intelectual”; “Os Compêndios”; “A Instrução Pública Municipal de São Luís em 1919”. In: <i>Trabalhos do Congresso Pedagógico</i> (São Luís: Imprensa Oficial)
1924	Deixa a <i>Pacotilha</i> em razão das “excursões sucessivas pelo interior do estado” para tratar “dos interesses de minha banca de advocacia”.
1925	Membro fundador do IHGM
1926	Prefeito interino de São Luís (Jan/Fev); Publica <i>A Cidade de São Luís – vestígios do passado</i>
1929-1934	Redator d’ <i>O Imparcial</i>
1933	Orador oficial do Sport Club Syrio Brasileiro; Representante no Maranhão da Comissão de Folclore da Academia Brasileira de Letras.
1934	Discurso de Recepção à Gustavo Barroso, em visita ao Maranhão como chefe da “Caravana Integralista”, (o evento-homenagem foi organizado pelo Cenáculo Graça Aranha).
1937/38	Funda e dirige (Redator-chefe) <i>Diário do Norte</i>
19??	AML
1944	<i>O Comendador João Gualberto da Costa</i> (São Luís: Typogravura Teixeira; financiado pela ACM)
1945	Entrada na Magistratura estadual (Juiz de Direito)
1948	Membro fundador e primeiro Presidente da Comissão Maranhense de Folclore
19??	Fundou movimento/sociedade literária <i>Renovação</i>
1950	Publica <i>A Capitania de Cumã</i> (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional); Faleceu em 29 de novembro em São Luís/MA
1957	MEC publica <i>Alcântara-subsídios para a história da cidade</i> .
1959	<i>História da Imprensa do Maranhão</i>
1968	Publicação de <i>Presença do Romancero</i> (pela editora Civilização Brasileira, vol. 13 da coleção “Perspectivas do Homem” que, entre outros autores, já publicara livros de Câmara Cascudo e Edson Carneiro)

Considerando-se de uma perspectiva comparativa os cinco perfis objetivados na conjuntura dos anos 1930, podemos destacar alguns elementos convergentes entre eles, bem como aspectos que os particularizam. E para facilitar este trabalho colocamos em um mesmo quadro algumas das características privilegiadas para esta comparação:

**Quadro 07 – Quadro comparativo dos agentes (década de 1930)**

Agente	Origens sociais	Investimentos escolares	Inscrição/Carreira política	Atuação jornalística	Outras atividades profissionais/burocracia pública
Reis Perdigão	Pai: Diretor da Biblioteca Pública;  Participou de movimentos e grupos literários nas primeiras décadas do séc. XX.  Secretário da Faculdade de Direito.	Ginásio: Colégio dos irmãos Maristas;  Científico: Liceu Maranhense;  Faculdade de Direito no RJ;	Engajamento na Revolução de julho de 1924;  Chefe do governo revolucionário de 1930;  Candidato (não eleito) deputado nas eleições maio 1933;	Fundou <i>A Inúbia</i> [1914], jornal estudantil; <i>Pacotilha</i> , onde foi aprendiz de tipógrafo (entrada viabilizada pelo tio Agostinho Reis, secretário e redator-chefe) <b>RJ</b> : Crítico teatral n' <i>O Imparcial</i> (jornal carioca); Durante a Revolta tenentista de 1924, redige, no campo de batalha, o jornal <i>O Libertador</i> ; <b>SP</b> : redator-chefe da <i>Praça de Santos</i> [1929]; <b>MA</b> : redator da <i>Folha do Povo</i> (1929-30); Fundou e dirigiu o <i>Diário da Tarde</i> (1931-33);	Auxiliar interno na Biblioteca Pública (dirigida pelo pai);  RJ: Trabalhou no Min. Educação e Cultura, como Inspetor Federal do Ensino Secundário [1933-40];  Funcionário do Min. Relações Exteriores (carreira diplomática) [1940-1960];
Tarquínio Lopes Filho	Pai: médico, descendente de nobres portugueses (sendo o pai Comendador e um tio Barão da Coroa Portuguesa), foi governador interino do Maranhão-1891.	Primário: São Luís Secundário: Internato Colégio Militar (RJ); Fac. de Medicina (RJ); Especializações médicas em Paris (França).	Deputado “parguista” (1915); Apoiou as Revoltas de 1922 e 1924; Colaborador da Coluna Prestes(MA);  Articulador da Revolução de 1930 no MA;	Fundador e diretor da <i>Folha do Povo</i> (1924-1933);	Diretor de Assistência Pública no Departamento de Saúde e Assistência (1932-1933);  Diretor-Geral de Saúde e Assistência (36-1942).
Nascimento Moraes	Pai: analfabeto, ex-combatente (Guerra do Paraguai); Mãe: ex-escrava.	Primeiras letras: professores particulares em casa; Ginásio e secundário: Liceu Maranhense;		Iniciado no jornalismo por Manuel de Bitencourt na <i>Pacotilha</i> ; Colaborador em <i>A Campanha, O Maranhão</i> (1902-1904); Redator-chefe d' <i>A Pátria</i> (1908), <i>Diário de São Luís</i> (1920-1925), <i>O Jornal</i> (1929-30), <i>Diário Oficial</i> (1931- Interventoria Astolfo Serra), <i>O Imparcial</i> (1937-1938); Chefe do <i>Diário Oficial</i> (1937-45), durante a Interventoria Paulo Ramos;	Funcionário da Intendência Municipal (1901-1902); Funda escola “Instituto Nascimento Moraes” (1906); Nomeado, pelo governador Luiz Domingues, professor interino da Escola Normal (1911); Nomeado Escriturário do Porto de São Luís (1911); Encarregado da Subcomissão de Estudos e melhoramentos do Porto (1911);

Astolfo Serra	Pai: estudou no Seminário Santo Antônio (São Luís/MA); professor do primário em Viana/MA (nomeado em 1913 por Luís Domingues);	Alfabetizado pelo pai; Primário na cidade de Viana e secundário no Seminário Santo Antônio; Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (anos 1940).	O apoio à Coluna Prestes; Designado Interventor Federal (janeiro-agosto de 1931); Candidato a deputado (1933 e 1934); Funda, em julho de 1937, a O.R.D.E.M., dedicada a combater os “extremismos”;	Em Flores (Timon) inicia colaboração no jornalismo, defendendo Aliança Liberal; Colabora n’ <i>O Combate, Pacotilha e Tribuna</i> . Diretor-proprietário do jornal <i>Notícias</i> (1932-1934). <i>O Imparcial</i> (1936-37; 1940-1942); Colaborou em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, com artigos sobre história, sociologia e geografia humana (DHBB/FGV).	Fiscal do Ensino Secundário (Liceu Maranhense); RJ: diretor do Departamento de Publicidade da Estrada de Ferro Central do Brasil (1942-??); Diretor do Departamento Nacional do Trabalho (1946); Presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical; Membro da Comissão Permanente de Direito Sindical (1946/47); Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (1949-1966).
Antônio Lopes	Pai: governador eleito do estado do Maranhão (1902) e desembargador do Tribunal de Justiça (1907-1924).	Alfabetização: avós maternos; Primário: colégio particular em Viana/MA; Secundário: iniciado com o pai e concluído São Luís (professor particular); Fac. Direito do Recife.	Prefeito nomeado de São Luís (1926);	Redator da <i>Pacotilha</i> (1918- 1924); Redator-chefe de <i>O Imparcial</i> (1929-1934); Fundador e diretor do <i>Diário do Norte</i> (1936-37); Sócio-fundador da Assoc. Maranhense de Imprensa (1917).	Professor catedrático de Literatura e Filosofia no Liceu Maranhense; Professor de Filosofia do direito na Fac. Direito do MA (1918-1950); Inspetor da Instrução Pública; Juiz de Direito (1945-1947).

Primeiramente deve-se chamar a atenção para as origens sociais elevadas desses agentes, com exceção para o caso de Nascimento Moraes.

Considerando especificamente os pais, em dois (02) dos cinco (05) casos, eles chegaram a ocupar o cargo de governador de estado. O pai de outro agente ocupou cargos intermediários na burocracia estadual, limite imposto pela ausência de título escolar superior, o que, entretanto, buscou compensar através da gestão de uma rede de relações pessoais em conciliação com um forte investimento em capital cultural sob a forma incorporada (ver perfil de Reis Perdigão no capítulo I), os quais buscou transmitir aos filhos, notadamente em termos das competências e habilidades intelectuais. Apenas um dos casos não obteve o diploma de curso superior (Nascimento Moraes), todavia, não se pode dizer que seu percurso escolar e, principalmente intelectual, não foi bem sucedido.

Em vista das origens sociais elevadas os outros 4 casos apresentam um percurso escolar plenamente exitoso, o que se conclui pelos títulos de cursos superiores alcançados: três (03) deles em Direito e um (01) em Medicina, titulações tradicionalmente vinculados às posições sociais mais bem alocadas no espaço social mais amplo e que possibilitam ocupar cargos políticos (eletivos ou não).

O destino social desses agentes atravessa os *domínios* intelectuais, jornalísticos e políticos (além de cargos na burocracia) que evidenciam as *multiposicionalidades* nesses *domínios* imbricados e nos quais tendem a acumular prestígio e estima pessoal, os quais carregam com si, podendo acionam nos diversos âmbitos de sua atuação, desfrutando, assim, da condição de *multinotáveis*.

Os agentes cujos escritos analisamos na primeira conjuntura histórica (Reis Perdigão, Astolfo Serra, Tarquínio Filho e Nascimento Moraes), apesar de não terem conseguido manter-se de forma bem sucedida nos *domínios* políticos marcados pelo acirrado *faccionalismo*, conseguiram, com relativa facilidade, integrar-se na estrutura político-administrativa que foi sendo instituída a partir da instauração do Estado Novo (1937), ocupando postos nas burocracias estadual ou federal e, inclusive, defendendo os postulados ideológicos do novo regime nos seus escritos produzidos a partir de então. Com exceção de Reis Perdigão, que se mudou para a capital federal, os outros agentes adentraram nos quadros burocráticos do novo regime na cidade de São Luís. Podem ser destacados os seguintes postos ocupados por eles:

**Quadro 08 – Agentes e postos ocupados durante o Estado Novo**

<b>Agente</b>	<b>Posto</b>	<b>Período</b>
Tarquínio Filho	Diretor de saúde e Assistência.	1936-1941
Astolfo Serra	Redator da <i>Revista Athenas</i> (órgão de propaganda do governo Paulo Ramos); Funcionário da Estrada de Ferro São Luís-Teresina.	1940-1942
Nascimento Moraes	Diretor do Diário Oficial; Diretor da <i>Revista Athenas</i> .	1937-1945
Reis Perdigão	Inspetor Federal do Ensino Secundário (RJ) (cargo ligado diretamente ao MEC); Funcionário do Min. Relações Exteriores (carreira diplomática: Vice-cônsul do Brasil na Itália -1940; Secretário da Embaixada no Paraguai, em 1944; Cônsul na Ilha da Madeira, de 1948 a 1954; e Cônsul Geral em Rosário de Santa Fé, Argentina, entre 1955 e 60).	1933-1940 1940-60



## CAPÍTULO II – TOMADAS DE POSIÇÃO E (RE)ALINHAMENTOS FACCIÓNAIS

Neste capítulo iremos analisar as tomadas de posição dos agentes nos embates faccionais, destacando os repertórios privilegiados, os recursos e estratégias utilizados por eles nessas lutas simbólicas pelo poder de dizer e fazer ver os temas relativos ao Maranhão, à sua história política, notadamente através dos embates entre as *facções* arregimentadas em torno de lideranças políticas do período.

Observaremos o mesmo esquema adotado no capítulo anterior, ou seja, abordaremos um agente de cada vez e ao final do capítulo tentaremos sintetizar as características mais relevantes para os propósitos deste trabalho.

Os materiais utilizados na confecção das seções que seguem serão explicados em cada uma delas, porém, a grosso modo, foram extraídos de textos jornalísticos publicados nos anos 1930, as exceções sendo destacadas em cada um dos casos.

### 2.1 Reis Perdigão – “Revolução” como “regeneração dos costumes políticos”

O material empírico sobre o qual trabalhamos neste tópico referente às tomadas de posição de Reis Perdigão é constituído, exclusivamente, pelos seguintes textos: 1) matérias assinadas ou editoriais do vespertino *Diário da Tarde*, que circulou em São Luís sob a direção do agente entre dezembro de 1931 e outubro de 1933; 2) livro intitulado *O socialismo róseo do major – o manifesto do partido socialista brasileiro é um documento de escandalosa mistificação*, publicado na cidade de São Luís em janeiro de 1933; 3) discurso de posse no IHGM, pronunciado em 8 de outubro de 1968, e publicado, em 1980, sob o título *A Revolução de 1930 no Maranhão* (PERDIGÃO, 2016<sup>63</sup>).

A posição de Reis Perdigão nos *domínios* da política no estado do Maranhão no início da década de 1930 pode ser descrita como ambígua ou mesmo como posição em falso. Tendo recusado assumir a direção do estado (como interventor), alegando interesse de retornar à Capital Federal para retomar sua atuação jornalística e intelectual, após seu afastamento das posições de comando e de uma breve temporada no Rio de Janeiro acabou decidindo continuar atuando nas lutas políticas regionais

---

<sup>63</sup> Esta 1ª edição, de 1980, saiu pela *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Trabalhamos com a 2ª edição, publicada em 2016 pela AML.

(porém, sem deixar de discutir os chamados temas nacionais), buscando sempre marcar seus posicionamentos como radicalmente opostos aos dos seus concorrentes locais. Orientado pelos “verdadeiros” “ideais e princípios revolucionários”, reivindicava principalmente a condição de “líder revolucionário”, capital político com que esperava contar para sua eleição à Constituinte de 1934. O que não se verificou, apesar do esforço do agente em fundar o seu próprio jornal diário, a intensa atuação política “revolucionária”.

Vamos analisar alguns momentos dessas batalhas discursivas que Reis Perdigão protagonizou, tentando mostrar como ele concebia sua participação política, e, ao mesmo tempo, apreender sua concepção de política e ainda como definia a prática política dos demais agentes em atuação no cenário político dos anos 1930, no imediato pós-Revolução de outubro. Destacaremos ainda sua atuação enquanto jornalista e as concepções acerca dessa atividade, na qual se engajou a ponto de fundar um jornal e dirigi-lo durante mais de dois anos na capital do estado. Investiu ainda na organização profissional dessa categoria, dirigindo a Associação Maranhense de Imprensa (A.M.I.), tendo proposto um “código de ética profissional” para, segundo ele, disciplinar o exercício daquela atividade no Maranhão. Tratava-se de uma tentativa de importação de princípios e regras com as quais entrara em contato durante sua experiência enquanto “jornalista” no Rio de Janeiro, durante os anos 1920.

A ambiguidade a que nos referimos encontra-se no fato de que, ao mesmo tempo em que o agente tomava o poder em outubro de 1930, decidia não assumir oficialmente a condição de liderança, isto acabou por facilitar sua sistemática exclusão do jogo político no Maranhão, tal como se apresentava naquele momento (pós-Revolução de outubro de 1930). Bem sucedido o levante, é empossada a Junta Revolucionária, logo em seguida Perdigão foi designado pelo Comando Militar do Norte (leia-se Juarez Távora) para chefiar o setor Maranhense da Revolução. Decidiu, contudo, não assumir o comando político do estado, o que significaria aceitar o posto de Interventor Federal nomeado pelo Governo Revolucionário instalado no Catete. Preferia figurar como uma espécie de “eminência parda” do governo (REIS, 2007, p. 108) e assim, ocupando o posto de Secretário-Geral, pretendia “continuar influenciando na máquina governativa do Estado” (PERDIGÃO, 2016, p.65). E assim o fez, indicando, sucessivamente, dois

interventores (Luso Torres<sup>64</sup> e Astolfo Serra), e ainda grande parte dos cargos do executivo, e mesmo do poder judiciário, à época totalmente atrelado ao governo estadual.

No entanto, Reis Perdigão não detinha o controle do jogo como pode ter chegado a imaginar, já que os outros jogadores também dispunham de margens de manobra e conseguiam interferir ou fazer pender a balança de poder para os seus próprios interesses. Sem contar que o jogo tinha também um nível acima daquele jogado no “setor maranhense da Revolução”: era o jogo do poder central (o que Perdigão veio a chamar de “núcleo político central da Revolução”), acerca do qual o agente ignorava, pelo menos parcialmente, as regras, vindo mesmo a colidir com elas, o que resultou no seu próprio enfraquecimento. Somando-se a isso, o ataque dos jogadores do nível regional (“certas raposas políticas locais”), sua permanência na posição de condutor da revolução no Maranhão não duraria mais do que cinco meses, afastando-se em meio a uma crise que envolveu, além do interventor que ele próprio indicara (Padre Astolfo Serra), as “raposas políticas locais” (Marcelino e Lino Machado) e ainda alguns integrantes do “núcleo político central da Revolução” (notadamente Juarez Távora, então “comandante das forças revolucionárias do Norte”).

Sua insistência em permanecer atuando na arena política regional demonstra o quanto ele resistiu a essa exclusão, e, ao mesmo tempo, como o seu investimento de vida concentrava-se nos *domínios* da política (que ele encarava como uma “missão revolucionária”). Ainda que tenha afirmado à época, em telegramas trocados com Juarez Távora, que não pretendia continuar no Maranhão, em virtude do desejo que tinha de retomar sua atuação enquanto literato e jornalista no sul do país<sup>65</sup>. Com certeza não teria tido dificuldades em dar continuidade à sua carreira na imprensa carioca, caso assim o preferisse. Mas, ao que parece, os seus investimentos concentravam-se mesmo nas questões políticas, o que não significava deixar de atuar no jornalismo e mesmo no

---

<sup>64</sup> José Luso Torres nasceu em São Bento (MA) no dia 10 de junho de 1880. Estudou no Seminário Santo Antônio (São Luís/MA) e no colégio Ribeiro do Amaral e formou-se em engenharia/Escola Militar do Rio de Janeiro. Elegeu-se deputado estadual no Maranhão (1910 a 1914). Em 1918 elegeu-se prefeito da cidade de São Luís, exercendo o cargo até 1921. No ano seguinte ingressou no 24º BC, em São Luís, e serviu no 8º RI, em Cruz Alta (RS). Posteriormente, foi transferido para o 29º BC, em Natal, e aí permaneceu até 1923, quando voltou a servir no 24º BC. Nessa unidade combateu a Coluna Prestes, que passou pelo Maranhão nos meses de janeiro, setembro e novembro de 1926. Em agosto de 1927 foi promovido a major. Nessa época colaborou na *Pacotilha*, órgão oposicionista, no qual publicava epigramas satirizando os políticos da situação. Comandava o 24º BC por ocasião da Revolução de Outubro de 1930. Detido, foi logo libertado em reconhecimento ao seu passado político, e nomeado, em novembro desse ano, interventor federal no Maranhão (DHBB/CPDOC).

<sup>65</sup> Telegramas entre dezembro de 1930 e janeiro de 1931, citados em Perdigão, 2016.

mundo intelectual. Pois estas atividades são um prolongamento da sua visão e prática políticas visando modificar o mundo social, de uma perspectiva que considerava revolucionária.

Após o rompimento com a Interventoria de Astolfo Serra (março de 1931), ele permaneceu no Rio de Janeiro até setembro, quando retornou ao Maranhão. Segundo noticiou a imprensa carioca, Perdígão viajava para São Luís

a chamado de seus correligionários de jornada cívica que desejam homenageá-lo por ocasião da passagem do primeiro aniversário do golpe armado que redimiu a terra maranhense, libertando-a, por completo, dos desmandos de então.

(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28/09/31, p.2).

Este mesmo veículo informava ainda que o “nosso brilhante confrade vai dirigir um importante jornal em São Luís” (Diário de Notícias, 28/09/31, p.2). Já tinha, portanto, o plano de se estabelecer e atuar jornalística e politicamente no estado. Tanto assim que, mesmo antes de concretizar a abertura do seu vespertino (o que ocorreria em dezembro de 1931), ele funda em 26 de outubro desse ano o Partido Revolucionário Maranhense (PRM), ao lado dos seus “companheiros revolucionários esquerdistas” (Diário Carioca, 27/10/1931, p.8; Jornal do Brasil, 14/10/1931, p.11).

A concepção de política de Reis Perdígão está diretamente relacionada à ideia de “transformação da realidade brasileira”. O que significava, para ele, a “regeneração dos costumes”, o “saneamento moral e político” do país. Isto se traduzia na ideia de “Revolução” (com “r” maiúsculo), concebida e vivida como a questão central da sua prática política. Por isso, sua preocupação em se colocar, ao mesmo tempo, como protagonista e intérprete da “Revolução brasileira”. Os seus escritos jornalísticos, manifestos e livros permitem evidenciar essa perspectiva. Na sua atuação, simultaneamente jornalística, política e intelectual, ele se utilizou largamente do repertório cultural forjado num percurso escolar exitoso (Liceu Maranhense e Faculdade de Direito do Rio de Janeiro), e que se somou a uma militância política exercida tanto na imprensa quanto no campo de batalha (“Revoluções” de 1924 e 1930). Estas experiências de luta (notadamente o fato de ter “pegado em armas”) constituíram-se num verdadeiro trunfo, acionado em diferentes momentos ao longo do percurso do agente. Isto lhe dava autoridade tanto para defender a revolução quanto para interpretá-la, o que fazia, segundo ele, à luz dos “fatos” como eles “verdadeiramente” aconteceram.

### **5 de julho! ... Primeira traição e primeiro holocausto.**

Os homens provisórios que estão à frente dos destinos permanentes do país comemoram, hoje, a data em que 18 idealistas, num assomo de desprendimento heróico, deixaram-se matar, como um protesto desesperado, para livrar de opróbrio eterno uma geração brasileira.

Esse gesto fulgurante ficou gritando no deserto da consciência nacional. Dois anos decorridos e ecoou na voz dos canhões, que, a 5 de julho de 1924, acordaram S. Paulo para a luta e para o martírio.

[...]

**O que significa, na história da politicagem brasileira, o 5 de julho de 1922?** Para quem sabe dos fatos como eles, realmente, ocorreram, a epopeia de Copacabana fica reduzida, nos bastidores do Catete a um lance vil, de uma covardia revoltante.

**Eu ouvi** de Siqueira Campos, em Foz do Iguassú:

- “O capitão Chirú saiu para parlamentar porque do Catete o Ministro da Guerra (era então ministro o sr. Calógeras) pedira um entendimento, para epilogar, dignamente, a resistência do forte. Alguns quartos de hora decorridos e o telefone chamou. Atendi. Dele ouvi estas palavras: - É VOCÊ? ..DIGA AOS COMPANHEIROS QUE FOMOS TRA-HI... E nada mais. Tinham-lhe arrebatado o aparelho das mãos”...

Foi por isso, vibrando de indignação, que aqueles 18 heróis saíram de cabeça erguida, olhos chamejantes, passo firme, rumo do Catete. Iam em busca do companheiro que, chamado para parlamentar caíra numa cilada.

A primeira cilada que a “le-ga-li-da-de” nesse tempo encarnada no régulo Epitacio Pessoa, armou à ingenuidade dos revolucionários brasileiros...

[...]

E a receita não variou.

Em S. Paulo (1924) ressurgiu nas manobras do capitalista José Carlos Macedo Soares.

Depois, em Foz do Iguassú, na “conferência João Simplício”, com que esse então parlamentar gaúcho atraiu o marechal Isidoro a Posadas, fazendo lhe promessas de entendimento, para dar tempo a que Rondon, o general índio, aumentasse os seus efetivos e acumulasse material de guerra, no *front* de Catanduvás.

[...]

Sempre a vantagem!...

Agora, 1932, plena realização de ambições políticas de posições, mando e dinheiro. E tudo porque um golpe traiçoeiro arrebatou, aos revolucionários do Brasil, a voz de fazer, realmente, uma revolução...

O corvo, mais uma vez, deixou-se engazopar pela raposa. E lá se foi o queijo da “felicidade geral, regeneração dos costumes, saneamento moral e político” para o dente dos aproveitadores de todos os tempos.

[...]

É preciso comemorar esta última traição...

Pois aí está o 5 de julho – ele marca a data da primeira...

E, por isso, os “homens provisórios” hoje estão de arraial embandeirado, expandindo-se numa ruidosa “comemoração nacioná”...

Mas, tu, Jesus de Nazaré, carpinteiro rebelde que simbolizas para todos os que, realmente, estão à altura de te compreender, o eterno espírito de justiça entre os homens, tu, do alto dessa montanha carioca em que te colocaram para velar por eles, lançar-lhe-ás, aquele teu sorriso manso, de uma ironia submissa, que tem irritado os poderosos de todos os tempos, porque os teus olhos clarividentes atravessam a camada ridícula dos que se julgam expressão da realidade nacional e vêm, lá no fundo, lá no amago, esses trinta e nove milhões de explorados e oprimidos, que na angústia da sua própria condição, comprimem, minuto a minuto, uma força espantosa.

E tu sorris.

Sorris porque sabes que, um dia, essa força desentrelaçará os seus músculos de aço e num gesto largo de titã que executa um trabalho consciente, marcado pelo Destino, transformará a face política do mundo...

REIS PERDIGÃO

(DIÁRIO DA TARDE, 05/07/1932, p.1)

Seu ponto de vista é de alguém que reivindica a memória da “Revolução brasileira”. Manifesta uma preocupação com o registro dos “fatos”, com a “verdade”, em suas palavras: como os “fatos ocorreram realmente”. Ao reivindicar essa condição de narrador da história, ele produz uma *sociodicéia*<sup>66</sup>, porque a história “como ela aconteceu” ou foi contada para ele (no caso dos eventos relativos a 1922, ouviu direto de Siqueira Campos, o único dos “heróis” que sobreviveu) ou então ele próprio estava lá enquanto protagonista dos eventos (em 1924 e em 1930). A verdadeira narrativa (a História) precisaria duplamente dele, enquanto sujeito histórico e ainda como narrador da história.

No excerto acima transcrito, podemos considerar, também, sua visão acerca da política. Podemos dizer que existem duas noções de política nos escritos de Reis Perdigão. Elas estão presentes no referido fragmento. Em primeiro lugar, uma concepção ideal do que seria a política, para ele entendida como “transformação da realidade”, sinônimo de “Revolução”. Esta noção está em contraposição à política tal como se verificaria na realidade brasileira, especialmente aquela praticada pelos “políticos profissionais” nos quarenta e um anos da chamada “República Velha”,

---

<sup>66</sup> A partir da noção de *estratégias de sociodicéia*, de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1994), Neiburg, estudando a atuação dos intelectuais argentinos na invenção do peronismo, formulou o seguinte: “[...] cada intérprete concebia um lugar para si mesmo na sociedade argentina da ‘pós-revolução’ e, conseqüentemente, formulava uma representação sobre sua própria identidade, imaginando algum tipo de relação com o povo peronista. O fato de o reconhecimento das interpretações e da existência social dos intérpretes fundamentar-se em algum tipo de relação com o povo transformou o debate sobre o peronismo num campo de luta entre formas de *populismo*, no qual diferentes intelectuais procuraram fazer de sua capacidade de *interpretar o povo* um aspecto de sua própria sociodicéia, uma forma de construir sua identidade como intelectuais, produzindo uma imagem do mundo social e, ao mesmo tempo, um lugar para si mesmos nesse mundo” (NEIBURG, 1997, pp. 44-45. Grifos no original).

sinônimo de “politicagem”, “traição” e também responsável pela “exploração e opressão” de 39 milhões de brasileiros. Mas, apesar desse quadro, nem tudo está perdido. E aqui é interessante notar o uso de um referencial religioso (católico) para transmitir uma ideia de esperança, atrelada à de “Destino”... para o Brasil, imagina o leitor. Mas o texto finaliza direcionando essa expectativa da transformação para “a face política do Mundo...”, como quem indicasse que a revolução necessitaria ser internacional? Qual o ponto de vista político do “revolucionário” Reis Perdigão, afinal? Local/regional, nacional/internacional? O posicionamento do Partido Revolucionário Maranhense (PRM) frente ao Congresso Revolucionário Brasileiro convocado pelo Clube 5 de Julho e que ocorreu no Rio de Janeiro em novembro de 1932, permite esclarecer essa questão.

#### **A OPINIÃO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO MARANHENSE NO CONGRESSO REVOLUCIONÁRIO.**

##### **Independência econômica, posse da terra e controle da exploração estrangeira**

Convidado a tomar parte no “Congresso Revolucionário” promovido pelo “Club 5 de Julho”, na impossibilidade de mandar um representante, o Partido Revolucionário Maranhense enviou numa rápida exposição, o seu ponto de vista sobre o momento revolucionário brasileiro. Nele afirma, mais uma vez, a sua maneira ampla de julgar os problemas político-sociais, subordinando-os a causas gerais, o que impõe a adoção de métodos da mesma natureza para resolvê-los.

**Fugindo ao prisma acanhado e mesquinho da politiquice regional**, o PRM [abreviado] que, nas suas fileiras conta com os que mais denodadamente e, na vanguarda, se tem batido pelos ideais revolucionários da nossa época no Maranhão, procurou na exposição resumida [...] deixar claro que a não norteia nenhum intuito de predomínio ou ambição e [...] estará sempre pronta a qualquer sacrifício em prol dos interesses e do bem geral da coletividade.

Por isso, assim falou aos revolucionários brasileiros [...]:

São Luiz, 13 de Novembro de 1932.

Srs. Membros do Congresso Revolucionário.

[...]

Era nossa intenção participar de vossos trabalhos por meio de um representante [...]. Como, porém, não nos foi possível realizar semelhante intenção, julgamos do nosso dever colaborar convosco, enviando a presente exposição.

##### **O QUE SIGNIFICA A REVOLUÇÃO BRASILEIRA**

Para nós, os do PRM [abreviado], a revolução brasileira, isto é, as etapas revolucionárias de 1922, 24, 26, 30 e 32, não passa de um detalhe da Revolução Sul-Americana, que tem convulsionado a Argentina, o Peru, a Bolívia, o Equador, a Venezuela, o Chile, o Paraguai. Esta, por sua vez, é detalhe da Revolução Mundial.

A causa geral dessas convulsões político-sociais está na assoberbante crise econômica por que passa o mundo, desde o término da Grande Guerra. Eis, em síntese, o que pensamos da Revolução Brasileira.

[...]

(DIÁRIO DA TARDE, 30/11/1932, p.1. Grifo nosso).

Este documento nos possibilita apreender a visão política, e as tomadas de posição, dos autodenominados “revolucionários maranhenses”, cuja liderança recaía sobre Reis Perdigão, presidente do Comitê Executivo do Partido Revolucionário Maranhense (PRM). Percebe-se o quanto eles estavam preocupados em pensar o processo político nacional (os rumos da “Revolução Brasileira”), distanciando-se do “prisma acanhado e mesquinho da politiquice regional”. E mais do que isso, como sua leitura desse processo revolucionário era situado de um ponto de vista global, conforme exposto no fragmento acima: a “Revolução Brasileira”, ou melhor, suas “etapas”, são apenas um detalhe da “Revolução Mundial” que estaria convulsionando o globo terrestre, a exemplo de outros países sul-americanos. A proximidade com uma concepção socialista parece se divisar nestes documentos do Partido Revolucionário Maranhense, fundado por Reis Perdigão em outubro de 1931, bem como em editoriais e artigos assinados por ele no *Diário da Tarde*. A identificação da “crise econômica” que se seguiu à Grande Guerra (Primeira Guerra Mundial) como a “causa geral” das convulsões “político-sociais” que estariam abalando a América do Sul, e o mundo, se configura em outro indício de uma leitura, senão materialista, pelo menos socialista da história.

O aspecto teleológico é recorrente no discurso do agente, demonstrando uma espécie de crença no “destino” do Brasil, além de uma fé na própria ideia de revolução enquanto motor da história.

#### **O que o mestre ensinou...**

São explosões inevitáveis.

Todo aquele que se dispõe a afrontar a maré de ambições e interesses dos que se julgam talhados para representar, na vida, o papel de “importantes”, teem que, forçosamente, sofrer toda sorte de doestos e **martírios**.

“Eu sou a verdade”, disse o carpinteiro rebelde da Galiléa e foi escarnecido, caluniado, infamado, chicoteado, crucificado...

É o paradigma.

Quem quiser impor à consciencia humana, novas idéas e, com elas, directrizes novas dar à Vida, deve, desde logo, preparar-se para o **sacrifício**.

O cálice do Sonhador é sempre de amargura, mas, é no fêl das torpezas com que lhe pagam a **abnegação** do holocausto, que ele encontra a gloria do seu **destino**...

Lenine escreveu, no seu “O Estado e a Revolução”:



- “Os **grandes revolucionários** teem sempre [que é como ele próprio (RP) se via, um grande revolucionario...] sido perseguidos durante sua vida. Suas doutrinas despertam sempre, o mais feroz dos ódios, sofrendo as campanhas de mentira e difamação as mais ineptas, da parte das classes opressoras”.

Todos **os que se alistam nas fileiras revolucionarias** e que defendem princípios novos, sofrem idênticos ataques dos invejosos, dos desfibrados, dos incapazes, dos impotentes...

É essa uma homenagem que eles lhes prestam na ancia de amesquinha-los e cobri-los de lama...

Não merecem, por isso, dos que lhes sofrem as arremetidas furiosas, nem rancor, nem desprezo, nem mesmo pena...

Devem merecer gratidão. Eles lhes dão o único, o verdadeiro termômetro com que podem avaliar o grau dos seus méritos...

Porque é ainda Lenine quem nos ensina, citando os versos do grande Pouchkine, no seu “No caminho da insurreição”, “o aplauso aos nossos atos, não o procuremos descobrir no côro dos louvores, mas sim nos gritos selvagens do furor”...

E Lenine foi o Mestre.

**JOÃO DE TALMA**<sup>67</sup>

(DIÁRIO DA TARDE, 21/10/32, p.1. Grifos nossos)

A luta revolucionária que Reis Perdigão travava nos domínios políticos do Maranhão, e que se situava numa perspectiva nacional, tendia a intensificar a sua autoimagem de abnegado defensor de “princípios” e “ideais” “novos”, alguém decidido a enfrentar as “campanhas” que se baseavam na “mentira e difamação” levadas a cabo pelas “classes opressoras”. E quem são essas classes opressoras? Os capitalistas ou “plutocratas” da “Praia Grande”, conforme se vê em uma das matérias acerca de um processo judicial movido contra ele e seus companheiros Manoel Neiva Moreira e João Guedes Gonçalves, acusados de agredir fisicamente Antônio Pedro Guterres Martins e Caio José de Carvalho, funcionários do comércio que teriam feito publicar na imprensa local ataques pessoais aos “revolucionários maranhenses”. No decorrer do processo, o *Diário da Tarde* acusou os “capitalistas da Praia de Grande” de fazerem uso do “vil metal” para que o promotor denunciasse os “revolucionários” “de acordo com os desejos” deles. Segundo o jornal, o promotor “foi, pela força das circunstancias, obrigado a recuar. E pulou de banda... Pediu a impronuncia de João Guedes e Manoel Neiva”. O que representava, segundo aquele o vespertino, “mais uma vitória nossa” (Diário da Tarde, 19/10/1932, p.1).

#### O QUE É PRECISO FAZER

Considerada a Revolução Brasileira do ponto de vista que estudamos e atendendo, por outro lado, a que, até agora, não foram definidos os princípios

---

<sup>67</sup> Pseudônimo utilizado por Reis Perdigão desde a época em que atuava na imprensa do Rio de Janeiro. O livro que publicou na Argentina foi assinado com este pseudônimo (ver PERDIGÃO [JOÃO DE TALMA], 1927).

dessa Revolução, opinamos que, uma vez reunido o Congresso Revolucionário, se aproveite a oportunidade para fixá-los.

Os princípios da Revolução Brasileira só podem ser, à parte qualquer divagação demagógica, aqueles que, encarando de frente a realidade brasileira, se propuserem a modificar, totalmente, as condições de vida dentro do país – país farto e imensamente rico – onde, no entanto, há populações morrendo de fome, imensuráveis extensões de terra não cultivadas e as massas trabalhadoras continuam a ser exploradas pelo *capitalismo imperialista*, que se apresenta, entre outras formas, sob o rótulo de *indústria nacional*. Necessário se torna, enfim, que aproveitemos a reunião do Congresso para realizar uma obra revolucionária à altura do ciclo político-social que estamos vivendo. Para isto, urge, em primeiro lugar, romper com o regime que nos acorrentou a esses seculares compromissos, que nos têm reduzido a um país sem independência econômica. Essa, a verdade, e forçoso é reconhecê-la, porque os fatos aí estão a mostrá-la, constantemente. Assim, conseguiremos uma transformação política que nos habilitará, por certo, à posse da terra, que é nossa, e nos dará o controle da exploração estrangeira.

#### CONCLUSÃO

Diante do exposto e de acordo com o que ficou resolvido em sessão, o PRM envia, por este meio, o seu apoio integral aos seguintes pontos do programa que a Legião Cívica 5 de Julho se propõe a defender nesse Congresso: 1º Leis sociais de proteção às classes trabalhadoras em geral. Sindicalização de classes. Cooperativismo; 2º Revisão das tarifas alfandegárias progressivamente, diminuídas até completa e absoluta liberdade de comércio; [...] 6º Difusão ampla e uniforme da instrução pública proporcionando a educação ao povo, ao invés da formação de falsas elites e curando-se com especial carinho da educação profissional e cívica; 7º Revisão completa dos impostos. Divisão equitativa dos mesmos com a União. Introdução do imposto territorial progressivo. Extinção dos latifúndios, de modo a tornar a terra acessível a todos. Imposto proporcional à fortuna de cada um e à capacidade tributiva; 8º Intensificação sistemática dos meios de transporte, de modo a haver a maior ligação entre os Estados e melhor expansão comercial; 9º Saneamento rural: encaminhamento das populações para o campo, mediante condições diferentes de vida e facilidades [...]; 10º Abolição completa e integral do protecionismo, mediante medidas gradativas [...].

O Congresso deveria servir, justamente, para fixar estes princípios revolucionários. Definir o seu programa. Tais princípios deveriam estar baseados na “realidade brasileira”, a qual, por sua vez, tinha que ser “encarada de frente”, passando longe de “qualquer divagação demagógica” e propondo modificar, “totalmente”, “as condições de vida dentro do país” –

[...] país farto e imensamente rico – onde, no entanto, no entanto há populações morrendo de fome, imensuráveis extensões de terra não cultivadas e as massas trabalhadoras continuam a ser exploradas pelo **capitalismo imperialista**, que se apresenta, entre outras formas, sob o rótulo **indústria nacional**.

(DIÁRIO DA TARDE, 30/11/1932, p.1. Grifo nosso).

Encarava, portanto, o Congresso Revolucionário como uma grande oportunidade para realizar uma “obra revolucionária à altura do ciclo político-social que estamos vivendo”. Talvez essa expectativa elevada nos ajude a compreender porque foi tão

grande a decepção com o que saiu daquele congresso: em vez de princípios claros e “realistas” acerca do quadro político-social brasileiro, fundou-se um partido político que propugnava a união de todas as classes. E, mais grave, segundo o ponto de vista de Reis Perdigão: denominava-se “socialista” a este partido e trazia como figura de proa “o major Juarez Fernandes do Nascimento Távora”, “miraculosamente convertido” a “isso que, com tanta veemência condenava, chamando, clericalmente horrorizado, - o ‘credo de Moscou’...” (PERDIGÃO, 1933, pp. 9-10). Somente podia ser entendido este ato como uma continuidade da tentativa de “mistificação” que visava, deste os anos que se seguiram à Grande Guerra (1914-1918), conter “o avanço da mentalidade proletária”. Apesar disso, estas manobras tinham ficado “completamente desmoralizadas”, como no caso dos chamados “‘socialistas católicos’ que, entre outras cantigas suaves, com que serviram aos interesses dos seus patrões, não se esqueciam de pregar resignação às torturas na terra, indício certo de uma vasta recompensa no céu...”. E Reis Perdigão concluía que “deve ser desse quilate o ‘socialismo’ do fervoroso major” (PERDIGÃO, 1933, p.10). Visto que há bem pouco tempo atrás ele havia se declarado como um “republicano democrático”, através de um “manifesto discordando do general Luís Carlos Prestes”, do qual Perdigão transcreve alguns trechos para evidenciar o que chama de “conversão milagrosa” de Juarez Távora ao socialismo. Um exemplo abaixo:

[...] não creio que seja invertendo a ordem existente pela anulação sistemática da burguesia e ascensão universal [...] do proletariado, que se chegará ao almejado equilíbrio social. [...] Creio, porém, no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes sociais, erigido em regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos. E suponho que o regime democrático (democrático num sentido menos amplo e mais real do que esse que lhe emprestamos) – é aquele que mais facilmente nos permitirá aproximar-nos desse equilíbrio ideal.

(Távora apud PERDIGÃO, 1933, pp.10-11)

Interpretando os posicionamentos político-ideológicos de Juarez Távora, Reis Perdigão vai classificá-los como assentados num “equilibrismo”. Isto ficaria demonstrado analisando-se tanto o citado manifesto em que Távora discordava de Prestes, quanto o que se seguiu ao Congresso Revolucionário de novembro de 1932, e que anunciava a fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), objeto específico das críticas de Perdigão na brochura *O socialismo róseo do major – o manifesto do partido socialista brasileiro é um documento de escandalosa mistificação* (PERDIGÃO, 1933).

O ataque de Perdigão a Juarez Távora firmava-se no fato de que os atos e palavras deste último não andariam juntos: “Por isso não podemos crer no ‘socialismo’ do major, assim como não cremos em nenhuma das suas atitudes, afirmativas ou promessas” (PERDIGÃO, 1933, p.11). Retomando o manifesto de Távora sobre Prestes, Reis Perdigão justificava o seu posicionamento em relação ao ex-Vice-rei do norte:

E, isso, simplesmente, porque ainda no manifesto citado ele deixou escrito: “A revolução não pode ser o privilégio de uma classe ou de alguns poucos indivíduos predestinados: é o patrimônio comum, universal de todos os desiludidos e desesperados da proteção legal, contra os arbítrios e brutalidades da tirania.

Deverá haver, assim, em suas fileiras, lugar para o comunista extremado, o anarquista, o socialista, o revolucionário moderado, o liberal e o conservador; para o civil e o militar, para o burguês e o proletário”.

A revolução veio. Nela, no golpe vitorioso de 1930, agiram comunistas, anarquistas, socialistas, revolucionários moderados, liberais, civis, militares, burgueses e proletários.

Mas, logo nos primeiros dias do triunfo, a campanha feroz contra os comunistas se desencadeou.

Foram presos, fuzilados, deportados. E o major Juarez Fernandes do Nascimento Távora, chefe militar responsável pelo levante no norte, impassível, cruzou os braços.

Depois a ofensiva foi contra os civis. E o major teve a mesma atitude. Os proletários têm sofrido, atrozmente, e nenhuma palavra do major se fez ouvir, em seu favor.

A revolução passou a ser propriedade dos militares, tornou-se “privilégio de uma classe” e o major caladinho...

Não! ... Um homem que assim se esquece das suas opiniões de ontem, não pode merecer crédito de ninguém de boa-fé, hoje, mormente quando desfralda uma nova bandeira de combate, bandeira vermelha de convicções a que só pode ser, por índole, por educação, por temperamento e até mesmo por atavismo, adverso.

(PERDIGÃO, 1933, p.11).

O descrédito conferido a Juarez Távora estava, assim, amparado solidamente nos fatos, afirmava Perdigão. No entanto, apesar das perseguições aos “comunistas” e “anarquistas” que se seguiram à implantação do governo revolucionário de 1930, a questão que realmente toca mais diretamente a Reis Perdigão parece ser o afastamento ou exclusão dos civis que, como ele próprio, haviam “pegado em armas” em nome da “revolução”, da qual esperavam nada mais nada menos do que a “redenção moral da pátria brasileira” (PERDIGÃO, 1926, p.8). Assim teria agido Perdigão à frente do

“setor maranhense”, buscando imprimir logo nos primeiros dias da revolução a “linha nacionalista” que defendia. Mandara prender, à porta do quartel,

[...] onde me aparecera, sob o pretexto pueril de oferecer-se para consertar as instalações de luz elétrica e as linhas telefônicas, o sr. Harry Isler, o poderoso gerente da Ullen Management Company, empresa norte-americana que se apossara, com a cumplicidade dos governantes, da luz e energia elétricas, do serviço de bondes elétricos da cidade, da água canalizada, da rede de esgotos e da Prensa de Algodão do Estado. (PERDIGÃO, 2016, p. 63)

Isto, entretanto, o teria colocado em rota de colisão com o “núcleo político central da Revolução”. Pois até então Reis Perdigão não sabia, segundo ele narra no seu discurso de 1968, que o “movimento revolucionário” havia sido “financiado por capitais norte-americanos, empenhados, naquele momento, em sobrepujar a influência dos capitais ingleses, tradicionalmente preponderantes na vida brasileira, desde a independência” (PERDIGÃO, 2016, p. 64). E além do mais, verificando que o sr. Isler era “execrado pela população maranhense”, não somente o prendeu, porque era o gerente de “uma empresa tipicamente imperialista, que agrilhoava o Maranhão”, como o fez “desfile, escoltado por dois dos mais retintos soldados do 24º B.C., com o evidente intuito de castigar os seus preconceitos racistas” (idem, ibidem).

A partir daí a posição de Perdigão teria se tornado “suspeita” aos que, segundo ele, “desejavam apenas trocar métodos de exploração, mudando de donos” (idem, p.65). Sua narrativa, formulada enquanto um discurso público proferido quase 40 anos após os eventos vividos por ele, deve ser situada enquanto uma tentativa de interpretar a história da revolução de 1930 a partir do Maranhão (do “setor maranhense”), e mesmo como uma tentativa de explicar as razões do fracasso dessa “Revolução Brasileira”.

Logo no transcorrer dos primeiros meses de 1931, ele teria tomado conhecimento da situação, ou seja, que a revolução fora financiada por interesses imperialistas, o que o fez perceber que não poderia “continuar influenciando na máquina governativa do Estado [do Maranhão], a menos que nos conformássemos com a exploração montada, cedendo em prejuízo da comunidade” (idem, ibidem). Por conta disso, teria decidido

romper com as conveniências e, mais tarde, fundando um jornal de combate e doutrina, o *Diário da Tarde*, aqui [em São Luís/MA], durante quase três

anos, de 1931 a 1933, denunciemos tudo quanto nos pareceu responsável pelo fracasso do grande sonho de renovação social que empolgou a minha geração. Aqui nesta cidade fizemo-nos pregoeiros dos ideais socialistas, hoje tão em voga, e teríamos persistido nessa luta se a ascensão do nazi-fascismo não houvesse, como prevíamos, precipitado a humanidade no monstruoso morticínio da Segunda Grande Guerra. (PERDIGÃO, 2016, p.65)

A retrospectiva dos fatos narrados a partir do filtro da memória, tendo transcorridos exatos 38 anos, bem como a circunstância em que o fizera, num evento que o consagrava intelectual e politicamente (“um autêntico revolucionário”, nas palavras de Benedito Buzar escritas no prefácio à 2ª edição d’*A Revolução de 1930 no Maranhão* [Perdigão, 2016]), tendia a favorecer no agente sua autoconsagração, enfatizando seu protagonismo e até mesmo redimensionando temporalidades históricas.

Quando afirma que a sua atuação no Maranhão, em prol das ideias socialistas, não teve continuidade devido à ascensão do nazi-fascismo que precipitara, como ele inclusive tinha “previsto”, a Segunda Grande Guerra, trata-se de um lapso típico em relatos biográficos ou autobiográficos que tendem a impor, simultaneamente, linearidade, continuidade e unidade a um percurso social que está longe de deter tais características. Caberia supor que este tipo de relato se baseia, “pelo menos em parte”:

[...] na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Como afirma Bourdieu (idem, pp. 185-186), um dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a unidade e totalidade desse tipo de relato é a instituição do “nome próprio”. Enquanto um “designador rígido” ele nomeia e situa, “como um ponto fixo num mundo que se move”, a identidade social dos indivíduos. E isto verifica-se particularmente nos momentos em que se é levado a “falar de si”, como era o caso da conferência de Reis Perdigão pronunciada por ocasião da sua posse no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), homenagem pública planejada para ocorrer exatamente na data de 8 de outubro, quando se completavam 38 anos da “Revolução de 1930 no Maranhão”. Era um dia em que se celebrava “um dos seus protagonistas mais distinguidos” (Sebastião Moreira Duarte – “Sobre este livro”. In: PERDIGÃO, 2016, p.7), aquele que “mais se destacou, pela ousadia, cultura,

determinação e capacidade analítica” (Benedito Buzar – “Um autêntico revolucionário”. In: PERDIGÃO, 2016, p.9), era a consagração de um herói maranhense. O próprio formato dessa fala pública (uma “conferência”) bem como o seu conteúdo (“um relato do que se passou no Maranhão em outubro de 1930”) representavam uma quebra, autorizada pela própria instituição (IHGM), dos protocolos que caracterizam os discursos de posse dos novos ocupantes das cadeiras desta agremiação de intelectuais. Em geral, deve-se proceder a uma série de encômios aos titulares que o antecederam na cadeira (os “antecessores”), bem como ao seu “fundador” e ao “patrono” (este último escolhido pelo “fundador” da cadeira). O discurso de posse em geral limita-se a uma narrativa acerca das “obras” dos “vultos”, tal como consagrados (“vida e obra”) pela própria instituição na qual se ingressa, o que significa simultaneamente ser por ela consagrado e consagrá-la, através dos nomes a ela ligados. Mas o discurso de posse de Reis Perdigão foi autorizado a ignorar totalmente este ritual:

Os meus prezados confrades deste Instituto Histórico e Geográfico, por sua vez, acharam que, ao ser recebido nesta douta agremiação, deveria eu tratar desse assunto, como discurso de posse, **contando, pormenorizadamente, a urdidura da trama revolucionária e aqueles episódios dela resultantes, visto que fazem parte da crônica política do Maranhão.**

(PERDIGÃO, 2016, p. 28. Grifo nosso).

E a justificativa para tal quebra de protocolo é fornecida logo na abertura do discurso-conferência de Perdigão. Ele diz, inclusive, que teria resistido em fazer tal relato, mas foi vencido pelo argumento de que “poucas narrativas, ou mesmo quase nenhuma, existem dos fatos aqui ocorridos naquela época”, e ainda levando-se em conta que “uma nova geração surgiu e, porque não foi informada dos mesmos, ignora, na sua **versão real**, tais acontecimentos” (PERDIGÃO, 2016, p. 27. Grifo nosso).

A mesma preocupação com o relato dos fatos, “na sua versão real”, está presente tanto nos escritos jornalísticos dos anos 1930 quanto no seu discurso de 1968. Os seus posicionamentos têm como referência, quase sempre, agentes do cenário político nacional, tendo em vista que ele se coloca como um protagonista da “Revolução Brasileira”, e isso lhe permitiria “fugir”, nas suas palavras, ao “prisma acanhado e mesquinho da **politiquice** regional” (DIÁRIO DA TARDE, 23/11/1932, p.1: “Tenham a coragem cívica de acusar a Caifás e Judas...”). Todavia, ele escolheu atuar no “setor maranhense” e precisa necessariamente situar-se também em relação aos agentes

políticos locais. E ele o faz, ainda que definindo o quadro político maranhense à luz do fenômeno denominado como “perrepismo”, expressão em geral empregada para qualificar a “política” do regime “decaído” (notadamente derivada do nome dos Partidos Republicanos mineiro e paulista - PRM, PRP). E foi justamente no contexto da rebelião paulista de 1932 que o Partido Revolucionário Maranhense (PRM) publicou um manifesto no qual se posicionava frente àquele movimento que, segundo afirmava, era a expressão do “perrepismo”, o verdadeiro “inimigo a combater”:

[...]

Cumpre-nos agora, para melhor sermos compreendidos, esclarecer o que entendemos por “perrepismo”.

“Perrepismo”, que se referia antes da vitória de Outubro, apenas ao partido político dominante em São Paulo, passou a ser, depois disso, designação genérica de todas as facções e oligarquias varridas dos postos de mando, pela metralha revolucionária.

“Perrepismo” existe, hoje, em todo o Brasil. Significa – “Decaidismo”.

E, nesse caso, aqui no maranhão, há três categorias de “perrepistas”, porque são três espécies de “decaídos”.

Primeiro – Os “decaídos” ainda na vigência da “fuzarca republicana” dos Eptacios e Bernardes.

Segundo – os “decaídos” com o governo Washington, ante a força das armas revolucionárias.

Terceiro – Os que, traíndo a confiança dos revolucionários, decaíram já dentro do período da Ditadura.

São eles, em resumo – “marcelinistas”, “magalhãesistas” e “padristas”.

Contra todos eles está o Partido Revolucionário Maranhense! E o está, porque os primeiros tresandam a **ambição desvairada, instinto de vingança e ódio virulento**.

E o está, porque os segundos, pelo seu passado de prepotência e **nenhum escrúpulo na administração pública**, não lhe merecem confiança, não crê na sinceridade da sua conversão.

E o está, quanto aos últimos, porque não conhece vileza maior, **degradação mais repugnante, ação mais torpe** – que a **traição**.

Todos eles rastejam, com fingida humildade, muito dóceis, muito prestimosos e muito amigos, como a “frente única” de São Paulo, esperando o afago que lhe dê alento, para ferrar o dente letal na mão desprevenida que os amparar.

**Habitados a solidariedade incondicional com todos os governos, eles, neste momento grave, ainda não se animaram a definir-se, esperando ver primeiro para que lado pende a balança da vitória [oportunismo, desprovidos de ideais, de valores verdadeiramente políticos, são os mesquinhos da politiquice]**. Quando as primeiras palmas saudarem o vencedor, farão troar o céu maranhense com o alarido dos seus morteiros clássicos, gritando alto a sua dedicação, o seu apoio, a sua fidelidade à causa triunfante.

[...]



Tentemos posicionar o agente, bem como o conjunto de seus seguidores, em relação a cada uma das lideranças políticas nomeadas, o que significa dizer em relação às *facções* que especificamente estas lideranças arregimentavam em torno de si. Na classificação efetuada por Perdigão os primeiros “decaídos” são os “marcelinistas”, os quais, rompidos com o “situacionismo” desde os anos 1920, vão identificar-se com o “oposicionismo”, apoiando a nível estadual todos os movimentos políticos nacionais através dos quais vislumbrassem a oportunidade de alcançar o controle do aparato de poder no Maranhão. Assim se deu com o chamado tenentismo e a com a Aliança Liberal. Entretanto, não apoiaram a conspiração para o golpe de outubro de 1930. Mas, como Reis Perdigão e os “revolucionários maranhenses” afirmaram no manifesto de julho de 1932, em parte acima transcrito, os “marcelinistas” apressaram-se em manifestar o seu “apoio” e a sua “fidelidade”.

E Perdigão os incorporou ao governo provisório, nomeando-os para diversos cargos na administração do estado, a exemplo do Chefe de Polícia (Hermelindo Gusmão Castelo Branco) e do prefeito da capital (Lino Machado). Durou pouquíssimo tempo essa aliança Perdigão – “marcelinistas”, pois logo tentaram estes viabilizar o nome de Marcelino Machado para a interventoria, o que provocou a ira de Perdigão, bem como a perda de todos aqueles postos.

No decorrer da administração do padre Astolfo Serra ocorreu mais um embate entre Perdigão e os “marcelinistas”. O médico do exército Lino Machado havia sido lotado no 24º BC, em São Luís/MA, e isto foi interpretado por Reis Perdigão como prejudicial ao prosseguimento da “obra revolucionária” no estado, visto que, segundo ele, Lino poderia “intrigar” e/ou “incompatibilizar” a guarnição federal com a administração Serra. Perdigão, então, solicitou a remoção daquele militar para unidade da federação, no que foi prontamente atendido.

O padre Serra, entretanto, não havia sido comunicado por Perdigão dessa medida e, ao ser pressionado por “marcelinistas”, com os quais tinha relações de amizade e aos quais devia mesmo favores de ordem financeira (conforme justificou em telegrama a Perdigão), decidiu pedir diretamente ao ministro da Guerra que sustasse aquela remoção. Acabava ali a aliança Perdigão – Serra, com este último passando a ser adjetivado como “decaído”, a terceira espécie de “perrepismo” que se manifestava no

Maranhão no início da década de 1930. Reis Perdigão a designa também como “padristas” e sua característica definidora é a traição (traiu “a confiança dos revolucionários”), a “degradação mais repugnante”, a “ação mais torpe”.

Os “decaídos” denominados “magalhãesistas” são aqueles que foram derrubados pela “força das armas revolucionárias”. No momento em que este manifesto foi redigido eles estavam se reorganizando, porém, ainda sem a presença de Magalhães de Almeida, ainda no Rio de Janeiro, respondendo a processos pela sua tentativa fracassada de resistência ao golpe de outubro de 1930, quando chegou a ser preso por ordem da Junta Governativa (Reis Perdigão). Assim permaneceu aquela liderança (preso por ordem da Junta) até quando foi posto em liberdade por determinação de Juarez Távora, segundo narra Perdigão em escrito de 1933 (PERDIGÃO, 1933, pp. 9-10). Conforme se verificaria logo em seguida, a reorganização da *facção* “magalhãesista” a partir de 1932/1933 foi empreendida por Genésio Rego e resultou numa alteração da posição de comando ou chefia, passando este último a ocupá-la. Após o retorno de Magalhães de Almeida, realinharam-se aquelas lideranças numa sigla (URM) para concorrer às eleições de maio de 1933.

Todas essas *facções* (ou “decaídos” ou “perrepistas”, segundo enuncia e classifica Perdigão) tentaram aproximar-se do interventor Seroa da Mota (agosto/1931 a abril/1933), no entanto, devido à postura anti-“políticos profissionais” que este militar esposava, não obtiveram resultados. No caso dos “padristas” e “marcelinistas” acabaram mesmo chocando-se com esta gestão ao investirem numa linha de crítica aos seus atos administrativos e, por conta disso, tiveram seus órgãos de imprensa (*Notícias* e *O Combate*) fechados e proibidos de circular entre os meses de julho de 1932 e abril de 1933. Além desses vespertinos, o matutino *Tribuna* também tivera sua publicação suspensa.

Nesse período, *Diário da Tarde*, o vespertino de Reis Perdigão, era normalmente impresso e vendido em São Luís. E além de seu diretor, e presidente do Comitê Executivo do PRM, ele atuava ainda como presidente da Associação Maranhense de Imprensa (A.M.I.).

Ao tomar conhecimento da situação, convocou “imediatamente” uma reunião da diretoria dessa associação. Perdigão buscou intermediar uma solução para que aqueles jornais pudessem voltar a circular. Sua proposta era no sentido de que fosse aprovado

por todos os jornais em atuação naquele momento um “código de ética profissional”, composto de 7 pontos e por isso denominado por ele de “Heptálogo de ética jornalística”.

#### **FOI SUSPENSÃO A PUBLICAÇÃO DE “TRIBUNA”, “COMBATE” E “NOTÍCIAS”.**

**As providências da Associação Maranhense de Imprensa – O entendimento do presidente dessa agremiação, Dr. Reis Perdigão, com o Interventor Federal – Um “código de ética profissional” – A reunião dos diretores de jornais, hoje.**

[...]

Aberta a sessão [às 16 horas], pelo sr. presidente, este narrou [...] os fatos em apreço.

[...]

Fez ressaltar a atitude dos confrades da “Tribuna”, que sempre se desinteressaram pela Associação Maranhense de Imprensa e, ultimamente, até a hostilizavam, isso, porém, não deveria impedir a Associação de, nesta emergência, intervir em seu favor e de quantos JORNAIS fossem suspensos pela Interventoria. A seguir propôs que fosse nomeada uma comissão para entender-se a respeito com o Interventor.

Antes, porém, discorreu sobre a falta de compostura, nas discussões e mesmo no comentário dos atos da administração pública, que sempre se fez sentir, com grave prejuízo para os fóros de cultura e boa educação da sociedade maranhense, na imprensa local.

Acrescentou que era chegada a oportunidade de estabelecer normas definitivas, para o controle, do ponto de vista da ética profissional, na imprensa maranhense. Tudo isso achava que a Associação, entidade jornalística máxima da terra, deveria levar ao conhecimento do Interventor, pleiteando a reabertura dos jornais [...] desde que todos se comprometessem a observar as normas saneadoras da imprensa local.

[...]

#### **O PRESIDENTE DA A.M.I. RECEBIDO PELO CAPITÃO SERÔA DA MOTA**

Às 16 e meia horas era o dr. Reis Perdigão recebido pelo sr. Interventor, a quem expôs, demoradamente, as intenções da A.M.I.

O capitão Serôa da Mota compreendendo, de início, o alcance da medida proposta pela Associação, prontificou-se a apoiá-la, demonstrando, desse jeito, que as medidas tomadas por sua ordem [...] não eram ditadas por nenhum sentimento de ordem pessoal.

#### **A SEGUNDA REUNIÃO DA A.M.I.**

Às 8 horas da noite, no Maranhão Clube, reuniram-se novamente, os diretores da Associação Maranhense de Imprensa tendo, então, o dr. Reis Perdigão comunicado [...] o resultado satisfatório das “démarches”.

Foram a seguir redigidas as bases de um pequeno código de “ética profissional”, cujo principal objetivo é impedir que os comentários aos atos da administração pública ou outros quaisquer, de interesse coletivo, se transformem em retaliações pessoais. Acabar com as polêmicas inçadas de expressões injuriosas e o hábito de trazer à discussão fatos da vida privada dos contendores.

Enfim elevar o nível da atuação jornalística da imprensa local, nas campanhas de interesse social e político.

A seguir foi nomeada uma comissão [...] para apresentar as bases desse código aos diretores dos jornais maranhenses, convidando-os para uma reunião, hoje, às 16 horas, no Maranhão Clube.

Reunidos os interessados, hoje, [...] certamente chegar-se-á a uma solução definitiva para o caso. Do que resultar a Associação Maranhense de Imprensa levará ao conhecimento de toda a imprensa do país, por intermédio da Associação Brasileira de Imprensa e poderá, então, assumir uma atitude coerente com os verdadeiros princípios de solidariedade de classe, que são a razão de sua existência.

(DIÁRIO DA TARDE, 08/07/1932, p.1. Manchete e tópicos destacados no original).

Ressalta-se que a mediação somente podia ser exercida pelo agente em decorrência do capital simbólico que ele detinha junto aos tenentes enquanto um “revolucionário legítimo”, reconhecido como um dos civis que “pegaram em armas”, tanto na “gloriosa campanha” de 1924 quanto no movimento de outubro de 1930. Entretanto, sua atuação nesse episódio do fechamento dos jornais não alcançou o êxito esperado em virtude das relações que ele mantinha com os outros agentes envolvidos, os proprietários e diretores dos veículos, particularmente *Notícias*, de Astolfo Serra, e *O Combate*, de Marcelino e Lino Machado. Eles se recusaram a qualquer entendimento com a AMI, o que significava dizer com o seu presidente. O diretor de *Tribuna* (Agnello Costa) chegou a comparecer à reunião acima aludida, porém, declarou que não podia acatar nem o “heptálogo” nem o acordo que a AMI havia proposto para solucionar a questão que, segundo aquele diretor, deixava nas mãos do interventor “o arbítrio de fechar jornais” (Diário da Tarde, 09/07/1932, p.1).

[...] o dr. Reis Perdigão esclareceu que o heptálogo não vem conferir ao sr. interventor esse arbítrio mas, sim, colocar entre os jornais e a interventoria a sua mediação desassombrada e inteiramente solidária com os jornais que, pautando a sua conduta pelos “itens” formulados, fossem vítimas do capricho pessoal ou da prepotência de qualquer autoridade.

A seguir, presentes os representantes do “Imparcial”, “Folha do Povo” e “Diário da Tarde” declararam que aceitavam integralmente o Heptálogo.

[...]

Ontem, mesmo, o sr. Interventor recebeu o presidente da A.M.I. que lhe foi comunicar o resultado da reunião, ouvindo dele que, nesse caso, continuarão suspensos os jornais em questão.

[...]

(DIÁRIO DA TARDE, 09/07/1932, p.1).

A partir dessa questão relativa à liberdade de imprensa, e pelas atitudes tomadas por Perdigão, é possível perceber como ele concebia o exercício da atividade jornalística. A experiência acumulada na imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo lhe permitiu reivindicar a condição de um “jornalista” que tinha consciência da necessidade de regulamentação daquela atividade profissional, daí ter visto no episódio do fechamento dos órgãos maranhenses, uma oportunidade para disciplinar o seu exercício em terras timbiras: “era chegada a oportunidade de estabelecer normas definitivas, para o controle, do ponto de vista da ética profissional, na imprensa maranhense” (Diário da Tarde, 09/07/1932, p.1) que, segundo Perdigão, ainda era pautada pelo predomínio de dimensões personalísticas que levava à “falta de compostura, nas discussões e mesmo no comentário dos atos da administração pública”, acarretando em “grave prejuízo para os fóros de cultura e boa educação da sociedade maranhense” (idem, ibidem).

Todavia, sua atuação política “revolucionária” não alcançou os resultados esperados, tanto que logo após o pleito de maio de 1933, Perdigão partiu de vez para o Rio de Janeiro, ingressando na burocracia federal, através de um posto no ministério da Educação e Cultura e alguns anos depois iniciando carreira na diplomacia brasileira, vindo ao Maranhão somente para visitar amigos e familiares, ou ainda, para receber homenagens e consagrações como “intelectual”, “jornalista” e político (“revolucionário”). Mesmo assim estas visitas à “terra berço” passavam ao largo das questões políticas locais, nem sequer enquanto analista do jogo, posição tantas vezes ocupadas por ele a partir de seu lugar na imprensa da capital federal ou durante seu período à frente do *Diário da Tarde* em São Luís. De fato, após essa experiência maranhense que compreende os anos de 1930 a 1933, na qual se empenhara decididamente, mobilizando simultaneamente sua tripla inscrição nos domínios da intelectualidade, do jornalismo e da política, Perdigão nunca mais tentaria qualquer sorte na arena política maranhense. A desilusão parece ter tomado de conta daquele espírito tão decidido e pugnaz nos diversos embates (físicos e mentais) que travou pela “regeneração dos costumes políticos” do Brasil e do Maranhão, em particular.

## 2.2 Astolfo Serra – As “tradições intelectuais” maranhenses como justificativa para a ação política

O material empírico sobre o qual trabalhamos neste tópico, referente às tomadas de posição de Astolfo Serra, é constituído, exclusivamente, pelos seguintes textos: 1) matérias assinadas ou editoriais do vespertino *Notícias*, do qual o agente era diretor-proprietário, e que circulou entre o primeiro semestre de 1932 e o mês de agosto de 1934.

Como vimos no tópico anterior, o jornal de Astolfo Serra foi fechado em 8 de julho de 1932 por ordem do interventor Seroa da Mota e assim permaneceu até 30 de abril de 1933. Na edição que marcou o reaparecimento de *Notícias* encontrava-se a seguinte nota informativa e, ao mesmo tempo, de propaganda: “ASTOLPHO SERRA fará, amanhã, à praça João Lisboa, o seu 4º comício, que subordinará à these: ‘A alma tumultuária das Revoluções’” (*Notícias*, 30/04/1933, p.1). Neste momento, o discurso jornalístico e político de Serra estava voltado para realçar suas qualidades ou credenciais que o habilitariam a representar o Maranhão na Constituinte, cujas eleições ocorreriam em 3 de maio de 1933. Por isso ele vai acionar, como no exemplo abaixo de sua “Chronica do dia”, supostos “ideais” e “valores morais” que evidenciarão ou justificariam sua presença legítima na arena política do Maranhão, terra de “renome e fama”:

### CHRONICA DO DIA

Maranhenses!

Aqui estou dentro destas colunas como dentro de uma trincheira. A violencia sofrida não nos arrefeceu o animo; as vinganças e arreganhos do mandonismo de botas não esmagam, nem esmagarão, jamais, a nossa resistência moral que, nesta terra, será sempre um baluarte contra as arremetidas de todos os jupteres tonantes.

Aqui estamos como surgimos, dentro das coordenadas de um ideal, que é maior que os círculos do ódio e mais luminoso que uma estrela tremula do céu...

Enrijados na luta, a luta nos retempera o espirito e nos caldeia o animo para às justas em prol da grandeza de nossa terra immensamente bela, imensamente rica.

[...] maranhenses, eu vos conclamo:

- Sejamos dignos de nossa terra. Procuremos eleger candidatos que tenham credenciaes para falar em defesa de nossa gente soffredora.

Acordemos a consciencia adormecida de nossos deveres.

O Maranhão, que passou dois anos e mezes dirigido por extranha gente, saberá mostrar, agora, à boca das urnas, que ainda possui filhos dignos e capazes de lhe manter o renome e fama e a sua brilhante laurea intellectual.

Maranhenses, estamos livres.

Parabenizemo-nos!

ASTOLPHO SERRA

(Notícias, 30/04/1933, p.1)

Vamos começar pelas concepções de imprensa e/ou jornalismo expressas e mobilizadas pelo agente em sua atuação nestes domínios imbricados da política, do jornalismo e da intelectualidade maranhenses. O lugar da imprensa, tal como ele a percebe, é de uma “trincheira” contra as “violências sofridas” e os “arreganhos do mandonismo de botas”, os quais, no entanto, não conseguiam “arrefecer o [seu] animo”, a sua “resistência moral que, nesta terra, será sempre um baluarte contra as arremetidas de todos os jupiteres tonantes”. Guiado pelas coordenadas de um “ideal” (referência recorrente também em outros agentes), o qual seria “maior que os círculos do ódio”, sua experiência de luta o teria fortalecido (“a luta nos retemperou o espirito e nos caldeia o animo”) de modo que poderia continuar a combater “em prol da grandeza de nossa terra immensamente bela, immensamente rica”.

Logo em seguida, demarcando identificações regionais, conclamava por uma união dos maranhenses (“a hora é de solidariedade, e sobretudo de ação”) em benefício do Maranhão (“Sejamos todos pelo Maranhão”) que, segundo suas palavras, “precisa[va] entrar na posse de seus domínios”. Conforme se depreende do seu discurso, o pleito de maio de 33 representaria uma oportunidade para essa libertação (“Maranhenses, estamos livres”) que, no entanto, exigia de todos “serenidade de espirito e consciencia avisada na escolha de nossos representantes” (Notícias, 30/04/1933, p.1). O agente faz referência ainda ao fato de que o Maranhão tinha passado “dois anos e meses dirigido por extranha gente”, ou seja, alguém que não era maranhense. Agora, nas eleições, era o momento de mostrar que o estado ainda tinha “filhos dignos e capazes de lhe manter o renome e fama e a sua brilhante láurea intelectual”. É, portanto, a condição de intelectual que o tornava “digno” de representar o Maranhão na Constituinte. Dessa forma, reivindicando-se enquanto intelectual, Serra acreditava-se habilitado “para falar em defesa de nossa gente sofredora”. Nesta sua “Chronica do dia”, título da coluna que assinava em *Noticias*, percebe-se o uso de referências míticas

para representar “Maranhão” como “terra de intelectuais” e que, por isso, não devia ser dirigida por “gente estranha” mas sim pelos seus “filhos”, “dignos e capazes de lhe manter o renome e a fama”.

Nota-se ainda uma postura conciliadora, posto que, em relação aos adversários do embate político-eleitoral, Serra prefere ignorá-los, falando apenas das suas próprias qualidades, as quais lhe credenciariam a bem representar o “Povo Maranhense”. Através do seu jornal *Noticias* ele procurava, assim como fizera à frente da interventoria, conforme vimos anteriormente, se aproximar das camadas populares e dos sindicatos de trabalhadores urbanos. Acreditando dispor das simpatias do eleitorado da capital e de parte do interior, Serra não precisou se posicionar de modo mais explícito em relação às outras forças políticas do estado que se mobilizavam em torno daquelas mesmas lideranças políticas da chamada República Velha, tentando reorganizar suas antigas bases e redes políticas. Por outro lado, nesta campanha, enquanto candidato avulso, Serra podia lançar mão de um discurso de independência frente àquelas *facções* políticas, procurando assim marcar suas diferenças. No entanto, não se percebe nenhum tom mais incisivo, ou mesmo críticas específicas, a qualquer desses concorrentes. Parece ter prevalecido em sua campanha política à Constituinte o que havia defendido na crônica de reabertura do seu jornal: “a hora é de solidariedade”; “levantemos os corações para o alto”.

Esta edição de reabertura do jornal acabou trazendo aspectos que não podemos deixar de notar: em relação à liberdade de imprensa, *Noticias* colocou, na primeira página, em letras garrafais, acima do título do jornal, as seguintes frases:

A força moral das collectividades é mais eficiente que a mais truculenta das arbitrariedades.

A imprensa foi e será a expressão mais elevada e mais brilhante daquela força.

E porque assim é, NOTÍCIAS voltou a circular.

(NOTÍCIAS, 30/04/33, p.1).

À “imprensa” atribuía-se uma “força moral” oriunda da “collectividade”, ou seja, sua legitimidade adviria do fato de que expressava o conjunto da sociedade, sendo, portanto, sua porta-voz. Ainda tratando da imprensa, o editorial de *Noticias* deste retorno focalizava o estatuto da imprensa enquanto força social, acentuando sua



contribuição decisiva, tendo sido mesmo “um dos elementos mais fortes que contribuíram para a Revolução Brasileira”. Entretanto, teria sido “uma das primeiras victimas do movimento vitorioso, nos primeiros dias de perturbação” (30/04/33, p. 4: “Editorial”). E, no caso do Maranhão, a imprensa teria sofrido ainda mais, o que representava uma “contradição evidente”, segundo o editorialista, pois a “Revolução Brasileira”, que

pregou a liberdade de pensamento, a emancipação política de nosso povo, aqui no Maranhão, desde os seus primeiros dias, estrangulou o pensamento, coartou a idéa, esmagou de um só golpe, a palavra falada e escripta.

Indagava retoricamente: “Por que?”. Para, logo em seguida, responder:

Ninguém soube. Ninguém sabe. A imprensa que havia combatido os erros do governo, a imprensa que havia criticado com isenção de animo as irregularidades administrativas, a imprensa que havia sofrido tantas vicissitudes, essa imprensa maranhense, que se expressa em nossa sociedade politica, por uma trajetória luminosa, cheia de sacrifício de toda sorte, foi aqui ferida na sua liberdade, recebeu afronta tão grande, como jamais se verificara no antigo regime.

Porque a escolheram para victima?

Ninguém soube. Ninguém sabe.

Porque o povo maranhense, de quem esta imprensa é a expressão, reflectindo a sua opinião, recebeu a revolução de braços abertos, com a maior alegria, com os mais brilhantes ímpetos de entusiasmo.

Todas as classes se congregaram em redor do Ideal Novo. Todas as famílias maranhenses correram à praça publica para aplaudir o novo regime que se iniciava, o advento do credo revolucionario.

Por que, então, se fulminou a imprensa, que seria, como indicava o seu passado de luctas, de analyses e de criticas, um dos elementos mais preciosos ao trabalho de construção que se ia iniciar?

Ninguém soube. Ninguém sabe!

Não parou, porém, neste passo, o vilipendio da imprensa.

O Capitão Serôa da Motta, assumiu o governo do Estado, divorciado da imprensa maranhense [...]. Era uma questão de estylo, ao que se dizia. Acreditava-se assim fosse. E acreditava-se, porque o capitão Serôa da Motta declarou que não precisava de jornaes, mas que a todos [...] daria explicação de seus actos, fazendo, deste modo, luz necessária e bastante sobre a sua directriz administrativa.

Infelizmente, tal não aconteceu. A intrentoria Serôa da Motta não ligou a menor importancia à imprensa.

E a critica arrancou ... contra a interventoria.

Era procedente ou improcedente a crítica?

O governo não se animou a dizel-o. Manteve o mais rigoroso silencio. E um dia, não sabemos porque motivo, o governo mandou suspender a publicação do COMBATE, da TRIBUNA e de NOTÍCIAS.

Este jornal foi que recebeu o golpe por derradeiro.

E por que dizemos que não sabemos o motivo que teve o governo para suspender a publicação dos jornaes?

Porque o que a policia declarou foram dois factos que se não verificaram – que os jornaes moviam campanha difamatória contra o governo e procuravam alterar a ordem publica!

[...] Todos compreenderam que o governo não apresentava causas, mas pretextos, e ninguem duvidou acreditar que a suspensão da publicação dos jornaes visara apenas asfixiar a voz da opinião publica.

E asphixiou-a durante dez longos mezes!

Não se pode deixar de dizer, que, considerando-se a doutrina revolucionaria, os principios básicos da nova republicanização do Brasil, este facto foi o mais impressionante [ilegível] que fez curvar a cerviz da sociedade e do povo maranhense.

A intellectualidade maranhense sofreu com ele uma depressão sensível.

[...]

(NOTÍCIAS, 30/04/1933, p.4: “Editorial”).

Como se vê neste trecho do longo editorial que marcava o retorno do jornal de Astolfo Serra, é em nome da “opinião publica” que ele reivindicava sua legitimidade para criticar os governos, apontar-lhes os erros, etc. Essa condição de porta-voz lhe permitiria também afirmar-se enquanto conhecedor dos problemas e sofrimentos vividos pela população trabalhadora maranhense e, desse modo, justificava sua autoridade; não só para identificá-los, mas, principalmente, para propor-lhes as soluções julgadas necessárias.

A posição de intelectual caminhava *pari passu* com o exercício do jornalismo, como já afirmara Coradini (2014), analisando outra configuração regional nessa mesma quadra histórica. Ainda segundo este autor, o jornalismo naquela configuração funcionava muito mais como um *locus* para o exercício da atividade intelectual do que como um espaço em que se estivesse plasmando uma atividade profissional com princípios ou regras específicas de entrada e atuação.

No caso do Maranhão, assim como no Rio Grande do Sul, as fronteiras do jornalismo são apenas esboçadas, e muito mais em decorrência de fortalecer seu uso político do que propriamente guardá-las de critérios e princípios exógenos. Tome-se, por exemplo, o caso da Associação Maranhense de Imprensa (AMI), entidade na qual

Astolfo Serra ingressou, após a saída de Reis Perdígão<sup>68</sup>, e que existia desde a década de 1910. Não se pode deixar de observar que a atuação desse órgão ia no mesmo sentido das entidades culturais existentes no estado, preocupando-se, por exemplo, com a adoção de uma ortografia única entre os jornais maranhenses. Além de auxiliar, no pós 30, no registro junto aos órgãos federais do trabalho [delegacias do trabalho], dos indivíduos que atuavam na imprensa. Em um episódio de empastelamento de um jornal na cidade de Caxias, em 1917, a Associação de Imprensa interpelou o governo do Estado, através de ofícios. Não obtendo nenhum retorno, em nova assembleia cogitou, então, de enviar diretamente ao presidente da República um telegrama, dando ciência do ocorrido no Maranhão. Depois de certa discussão devido alegações de que este ato feria a autonomia do estado (ou seja, do governo estadual), finalmente aprovou-se o envio do documento. Todavia, esta carta, também não obteve retorno da parte do “mais alto magistrado da nação”. A sua “autoridade” no início dos anos 1930 não apresentara inflexões significativas em relação ao quadro descrito.

Conforme se depreende dos fatos narrados pelo editorial, a imprensa maranhense não teve tratamento muito diferente desse que se verificara quinze antes. “O Capitão Serôa da Motta, assumiu o governo do Estado, divorciado da imprensa maranhense”, tendo o mesmo “declarado que não precisava de jornais” e, desse modo, “não ligou a menor importância à imprensa”. Ao sobrevir as críticas (“E a crítica arrancou ... contra a interventoria”) o governo, sem nenhuma justificativa legal para sua atitude, reclama o editorialista, “mandou suspender a publicação” de três dos principais jornais em circulação na capital do estado. Este ato teria prejudicado sobremaneira a “intelectualidade maranhense” que por sua conta “sofreu” uma “sensível depressão”. Ou seja, enquanto meio primordial para o exercício da atividade intelectual a sua supressão teria impactado a “vida intelectual” maranhense.

Sendo a imprensa maranhense esse meio de atuação privilegiado dos intelectuais, o ufanismo regionalista tinha que se manifestar também em relação a ela. E Serra, cioso das “tradições da terra berço” enfatiza a “trajetória luminosa” da “imprensa maranhense”. Por conta disso, reivindica para ela (e para si, posto que se coloca enquanto jornalista também) a condição de “força propulsora do progresso, nervo da

---

<sup>68</sup> Perdígão deve ter deixado esta associação somente após sua partida do Maranhão entre setembro/outubro de 1933. Conforme visto no tópico referente aos posicionamentos deste agente, em julho de 1932, quando ocorreu o fechamento dos jornais *Tribuna*, *O Combate* e *Notícias*, Serra não integrava a Associação Maranhense de Imprensa (AMI), à época dirigida por Perdígão.

sociedade e sentinella avançada dos governos”, não podendo “jamais soffrer, sem desafronta, o opróbio que mergulhava a nossa [imprensa] no pântano miasmático da mais dolorosa desesperação!”. Desfeito, através da determinação do ministro do guerra, o “regime de violências” que proibia (“há longos dez meses”) a circulação dos três jornais, e que fora implantado na administração Seroa da Motta, voltavam a circular e, assim, “garantidos pela força federal”, “aqui estamos, no exercício do nosso mister sagrado de jornalistas”.

#### **Ao eleitorado maranhense**

Astolpho Serra, convencido de que todos os seus amigos, que lhe vão sufragar o nome nas eleições de 3 de maio, querem que seus votos sejam aproveitados, vem, por nosso intermédio, prevenir a todos que o seu nome deve ser posto em primeiro logar nas chapas conforme exigência do código eleitoral, para que possa ser eleito em 1º turno. Outrossim adverte que poderão repetir o seu nome, em 2º logar.

As chapas poderão ser datilografadas não podendo ser feitas à mão.

Na Redação de NOTÍCIAS os amigos do Astolpho Serra poderão de amanhã em diante receber as cédulas eleitorais.

(NOTÍCIAS, 30/04/1933, p.1)

As eleições de 1933 tinham algumas características que a singularizaram em relação aos pleitos anteriores, da chamada República Velha. A partir do Código Eleitoral instituído em 1932 pelo decreto nº 21.076 do Governo Provisório, ficou estabelecido o voto secreto, o voto feminino e o sistema de representação proporcional de votação. Todos eles elementos inéditos “na experiência democrática brasileira”. Eles também nos ajudam a entender melhor a preocupação dos candidatos em orientar seus “amigos” a não desperdiçar seus votos, sendo “todos aproveitados”, e naturalmente evitando-se que fossem anulados.

Conforme se vê no fragmento transcrito acima, era na redação do jornal que se datilografavam e distribuía as chapas eleitorais a serem usadas no dia da votação, bem como se destacavam pessoas para atender aos “amigos” interessados em sufragar o nome do candidato, no caso o de Astolfo Serra, naquelas eleições. Importante destacar que a redação dos jornais, de todos eles, funcionava como “escritório” da *facção*, lá eram feitas as reuniões e organizadas as medidas e ações visando o sucesso dos pleitos eleitorais.

O papel da imprensa enquanto uma suposta força propulsora do soerguimento econômico e cultural do Maranhão, apesar de um elemento do seu discurso

performativo, tornou-se recorrente nesse período, encontrando exemplos nos demais veículos em circulação.

Ao tom otimista que se seguiu à reabertura de *Notícias* (fins de abril de 1933), passando pelas eleições de maio, sucedeu-se paulatinamente um viés mais cético, até alcançar um pessimismo mais explícito, tanto em relação ao passado recente quanto ao presente: “O Maranhão de hoje esqueceu suas tradições, é um Maranhão triste e arruinado” (NOTÍCIAS, 24/05/1933, p.1: “Chronica do dia”). A decepção com a “gloriosa revolução de outubro” vai surgindo: “O Maranhão foi comido, devorado e hoje só restam as cascas como últimos despejos de tão impatriótico banquete” (Notícias, 27/05/1933, p.1: “Chronica do dia”). Parodiando Olavo Bilac, Astolfo Serra afirmava, numa “Chronica do dia”, que, para interpretar a história maranhense era “preciso ter alma [...] e amor sincero para soffrer a derrocada da terra berço.” Esse doloroso reconhecimento da “derrocada” do Maranhão era a conclusão que tirava após narrar a “história do ovo da ema”, a qual ocupava praticamente todo o espaço dedicado à sua coluna naquele dia 27 de maio de 1933. Resumimos, com a ajuda dele: a ema, após colocar seus enormes ovos, e tendo um cuidado muito grande com os mesmos, deixa ao lado do ninho um ovo isolado, que ela não choca, e que fica, assim, condenado a apodrecer. “É de facto apodrece, e cria vermes”. “É a providencia maternal do famoso ‘dromaceus’, que sacrifica, assim, um dos ovos que servirá para alimentar os filhotes mais tarde” ao saírem da casca...

Segundo Serra o Maranhão, após a “victoriosa Revolução”, “ficou sendo o ovo de ema do glorioso feito de outubro de [1]930”. Os “filhotes” vindos de “outras terras”, e “com muita fome de mando”, devoraram “tudo” num “impatriótico banquete”.

Neste cenário, não seria possível encontrar-se a solução para os “males do Maranhão”. E um dos principais seria a falta de iniciativas, conforme apontava artigo intitulado “As iniciativas maranhenses” (Notícias, 11/05/1933, p.1). Era assim tanto da parte dos “indivíduos” quanto do “governo”. “Das iniciativas particulares sabem todos que tem pertencido a associações que nascem e morrem poucos dias depois [...]”. E no caso das “iniciativas do governo”, verificavam-se os “mesmos fracassos” (idem). Assim acontecera, ainda no governo Luiz Domingues (1910-1914), com abertura do “canal do Gerijó”, o qual, caso tivesse sido concluído, “facilitaria as relações comerciais desta cidade com a baixada”. Ainda que o governo federal tivesse ajudado e que “machinas e mais machinas” chegassem e fossem “transportadas para o local”, o canal “não se

abriu!”. “As machinas, de elevado preço e superior qualidade ficaram expostas ao tempo e não tardou muito que a lama tomasse conta dellas” (Notícias, 11/05/1933, p.1).

O mesmo acontecera com dois vapores adquiridos na gestão Luiz Domingues com o objetivo de incrementar “a expansão comercial do Maranhão” e que estavam “apodrecendo, mansa e pacificamente nas aguas lôdacentas do porto”. Com este último, sucedia-se da mesma forma: “comissão de estudos”, “sondagens”, “levantamentos hydrographicos, estudos de correntes marítimas e aéreas, estudos geológicos” e no entanto, o porto não passava de “um grande sonho, um magnifico pensamento”. E a lista prossegue: “hospital para tuberculosos”, “Avenida Beira-Mar”, “a estrada do Caminho Grande”, “Mercado”, “Leprosario”. “Mas poderíamos citar todos os fracassos das iniciativas do governo no Maranhão? Impossível! [...] vamos apenas lembrando os que avultam mais” (idem).

O fecho do editorial obedece ao padrão discursivo encontrado nas produções que versam sobre a temática dos problemas ou “males” que afetariam o “desenvolvimento material” do Maranhão, produções essas recorrentes na imprensa do período aqui considerado: “Os maranhenses que se interessam pelo Maranhão devem observar esses factos e procurar saber as suas causas determinantes”. Após identificar-se o(s) mal (es), o procedimento seguinte é apontar senão a(s) solução(ções), pelo menos as prováveis “causas determinantes”, o que muitas vezes funciona como indicador de possíveis medidas a serem tomadas para combater aquele(s) mal (es), como no caso em tela: “Será falta de boa orientação administrativa? Será falta de civismo? Será que interesses maiores que esse de prestar bons serviços ao Maranhão se levantem mais fortes, mais soberbos, eloquentes?” (Notícias, 11/05/1933, p.1).

A inflexão no discurso de *Notícias* e mais especificamente no do próprio Astolfo Serra fica mais acentuada e visível quando analisamos a evolução/variação de sua relação com os outros agentes desse espaço de posições.

É o caso de Lino Machado, uma das principais figuras do chamado “marcelinismo”. Se mesmo antes, durante e imediatamente após as eleições de maio, o posicionamento de Serra frente a todos os concorrentes era de indiferença, preferindo focar em suas próprias qualidades de “intelectual”, “revolucionário”, “espírito preparado pelas lutas” e devotado às causas populares, etc. a partir de julho de 1933 percebem-se tomadas de posição francamente contrárias ao que denomina a “política de

campanários e igrejinhas” que predominaria no Maranhão. Este tipo de “política” seria dominado pelos “interesses subalternos”, pelos “interesses de clan”, seria, portanto, o “avesso da política”, perdida esta no “labyrintho sombrio” das “transações” e da “arte de especular”. Ele faz uso de uma comparação entre o universo religioso e a “política”. Vejamos a tessitura de uma de suas “crônicas”:

#### **Chronica do dia**

A crença illuminou o homem, deu-lhe azas poderosas, despertou-lhe o sentimento de religiosidade.

A fé operou milagres, criou, no mundo, uma nova força quasi divina: a de elevar do nada para à imortalidade, a criatura vil e transitoria.

Os templos nasceram do mysterio da crença. [...]

Mas houve tempos em que a crença perseguida desceu para os subterraneos, abysmou-se nos labyrinthos das catacumbas [...]

Ocultou-se para vencer.

Depois, surgiram os templos e as igrejas como monumentos de arte, pesados de séculos [...]

Dominaram o mundo, e multiplicaram-se por todos os recantos da terra...

A politica imitou a crença, mas ao envez de templos e egrejas levantou para seus adoradores “campanários” e “egrejinhas”.

Mas essa politica é a politica às avessas, a política das transações, a politica-arte de especular, trama de enredos e labyrintho sombrio de interesses subalternos, de interesses de clan...

O culto nesses “templos” é secreto, obedece a um ritual especial [...]. A virtude, ou as “virtudes civicas” dos homens, não são um habito, mas um estado d’alma, não nos indivíduos que as possuem mas na sympathia dos que as exaltam, ou as deprimem. Variam conforme as posições que no momento ocupamos ...

Si estamos no alto posto de um cargo, no auge do prestigio, seremos deuses e como deuses, cultuados, homenageados: si descemos e a sorte nos é adversa, e nada mais podemos fazer pelos “adoradores” [...] seremos piores do que o Diabo destronado...

As virtudes se apagam, o valor é esquecido e passamos para o plano dos condemnados.

Nessas “egrejinhas” só os “santos” dos seus altares fazem milagres [...]

ASTOLPHO SERRA

(NOTÍCIAS, 06/07/1933, p.1).

A longa transcrição desta matéria assinada por Astolfo Serra se justifica porque permite-nos analisar o que estamos chamando de inflexão no seu discurso político/jornalístico. Antes dessa inflexão, a temática principal das produções textuais de Serra no jornal *Noticias*, e embalada por um tom otimista, estava voltada para o que

seria um futuro promissor do Maranhão após a libertação que teria representado o fim do governo Seroa da Motta. A ideia de conagração e “solidariedade” entre “todos maranhenses” eram predominantes nas páginas desse jornal. Pouco mais de dois meses depois o cenário mudava. Apesar de não iniciar uma oposição ao governo do novo interventor, Capitão Antônio Martins Almeida, de quem buscou se aproximar desde a primeira hora e com quem permanecerá aliado até o fim da sua gestão (maio/junho de 1935), Serra se posiciona, neste momento, como um crítico contundente das práticas políticas locais, especialmente da facção marcelinista. O que tem suas ambiguidades, visíveis, inclusive, nos próprios textos.

Primeiro porque não se tratava de um agente externo àquela realidade, no sentido de que não comungaria ou desconheceria aquelas práticas, agora condenadas. Como vimos em seu perfil social e intelectual, seu engajamento político ocorreu justamente através de uma configuração determinada da *facção* marcelinista, no final dos anos 1920. É agora contra esta facção que vão ser dirigidos uma série de acusações e estigmas, como “traidores”, “mesquinhos” e “falsos defensores” do “povo maranhense”.

Interessante notar, mais uma vez, como esta visão negativa aflorou de modo repentino, posto que, até o final de junho de 1933, a principal liderança “marcelinista” no Maranhão, o médico e recém-eleito deputado constituinte, Lino Machado, era alvo de constantes elogios e palavras que reverenciavam sua atuação, fazendo inclusive visitas à redação de *Noticias*, prática que demonstrava a existência de um vínculo de amizade ou pelo menos de uma boa relação entre ele e Astolfo Serra. Identificamos, assim, elementos que nos possibilitam afirmar que a relação pessoal entre os agentes em questão foi sensivelmente modificada, ou como se diz em linguagem nativa, houve um “rompimento” entre eles, o que justifica a ofensiva de Serra ao “marcelinismo”, sob a roupagem de supostas críticas à prática política local, definida como uma “política às avessas”.

Inclusive porque se passara pouco tempo da eleição ocorrida em maio (e cujo resultado final somente estava pronto no final de junho) e mesmo durante o período da campanha eleitoral, este jornal e seu proprietário tinham conservado uma posição conciliadora, sem ataques aos demais concorrentes do jogo político-eleitoral no Maranhão.



Se se comparar com o que dizia o Editorial de 6 de maio de 1933, perceberemos melhor as inflexões ou mudanças de pontos de vista que estamos apontando:

### UM POUCO DE OBSERVAÇÃO

A Revolução Brasileira, si ainda não produziu os fructos prometidos por se achar ainda dentro de um periodo de elaboração, um certamente já é apreciado por todos – é a **emancipação politica** dos elementos constitutivos das classes.

Ninguém póde duvidar de que o **caracter nacional**, depois de o advento revolucionario está **apresentando um aspecto differente daquele que se manifestava no antigo regime**.

A compressão vai cedendo a pouco e pouco, e a opinião publica a mais e mais assume proporções mais nobres e elevadas.

Traçam-se varias directrizes e todos reconhecem que têm o direito de escolher a directriz que lhes pareça a melhor. Errada ou acertadamente, **já os homens publicos são julgados com relativa isempção de animo**. A classica carneirada, como por encanto, desapareceu. **As injunções das conveniencias já não têm força para desviar ninguém de sua intenção ou de seu proposito**. As ameaças e os acenos da industriosa politicagem recuaram muitos passos, dando larga margem aos que querem viver com o seu ideal ou a sua convicção.

O **“compadresco” é hoje apenas uma caricatura**. As classes sentem-se mais fortes por si mesmas, e os indivíduos começaram a acreditar mais nos seus próprios esforços do que na proteção de estranhos e em promessas falazes.

**Apparece**, frequentemente uma coisa que, de rara, quase desaparecera – a **coragem pensar e sentir, de querer e fazer**. A responsabilidade pessoal desperta vai, devagar, fazendo a sua obra constructora.

Agora, com o pleito eleitoral, foi que se viu bem a transformação que se está operando, lentamente.

Appareceram as chapas dos Partidos, mas **também surgiram os candidatos avulsos**, com os seus elementos arregimentados expontaneamente, decididos à lucta nas urnas, **cheios de entusiasmo e da mais viva fé partidária!**

Temos visto chapas de toda especie, pelas quaes se verifica que **os eleitores vão votar de acordo com as suas sympathias, com os seus sentimentos, com as suas convicções, com os seus proprios designios, sem obedecerem absolutamente ao mandonismo de quem quer que seja**.

E não há subterfugios, nem dissimulações; os eleitores falam, às claras, [ilegível] nos seus pontos de vista, desagrada a quem desagradar.

**Debalde se pediram votos. O eleitor sorria, e declarava francamente que não votava no candidato A ou B, por este ou aquelle motivo!**

E si [ilegível] que isto pareça para [ilegível] mal, **temos que é um dos melhores signaes**. Nos tempos que correm **um dos symptomas mais promissores da sociedade politica que se vai formando dentro do paiz**.

Apenas retarda esse desenvolvimento a falta de educação politica do povo e sobretudo a falta de instrução.

Os responsaveis pela Revolução Brasileira, si querem adiantar sensivelmente o trabalho a que metteram hombros, que se não descuidem do problema da Instrução Popular. Que tudo façam para lhe dar o maior desenvolvimento.

[...]

Resolvido este problema, estamos certos, pelos traços que já se vão acentuando, que a Revolução conseguirá mais depressa do que esperava, sua obra pois está com as suas paredes mestras levantadas, porque o que já se nota é de uma eloquência que ninguém a justo critério, poderá contestar.

(NOTÍCIAS, 06/05/1933, p.1: “Editorial”; grifos nossos)

Três dias após a votação, portanto, sob a influência direta do que esta experiência lhe causara, o editorialista de *Noticias* registra suas impressões acerca do que considerava o primeiro “fructo” da “Revolução Brasileira”, qual seja, “a emancipação política dos elementos constitutivos das classes”. E isto não significava uma mudança qualquer, mas do próprio “caracter nacional”, aspecto ou dimensão que se teria forjado no processo histórico da formação do país e que caracterizaria os brasileiros em seu modo de sentir, pensar e agir. Agora, “depois do advento revolucionario”, dizia o editorial, as “injunções das conveniencias já não têm força para desviar ninguém de sua intenção ou de seu proposito” porque “as ameaças e os acenos da industriosa politicagem recuaram muitos passos, dando larga margem aos que querem viver com o seu ideal ou a sua convicção”. A “politicagem”, o “mandonismo”, bem como instrumentos que os caracterizam (como o “compadresco”, “hoje apenas uma caricatura”) estariam recuando porque “todos reconhecem que têm o direito de escolher a directriz que lhes pareça a melhor”. Esta emancipação política “se verifica” porque “os eleitores vão votar de acordo com as suas sympathias, com os seus sentimentos, com as suas convicções, com os seus proprios designios, sem obedecerem absolutamente ao mandonismo de quem quer que seja”. Poderíamos nos estender em outras passagens que, no entanto, por estarem transcritas podem ser lidas nessa chave de um tom otimista e esperançoso que o editorialista de *Notícias* pretendia transmitir. Mas nesse ponto é que está uma questão central na interpretação desse discurso. O editorialista apenas compartilhava/transmitia sua crença/visão de mundo acerca da transformação do caráter nacional ou afirmava isso no sentido de incentivar aos eleitores que agissem daquela maneira, ou seja, livres das “conveniencias”, do “compadresco”, dos “pedidos de votos” e escolhessem seus representantes de acordo com suas “convicções”?

O que parece ter acontecido foi que a sua ruptura, por razões de ordem pessoal, com determinado alinhamento faccional o estimulou a investir no discurso do político “independente” e diferente de todo o quadro político existente no estado, procurando marcar seu distanciamento da “politica de transações”, da “politica-arte de especular”,

enfim da “política às avessas” que, segundo ele, se praticava no Maranhão. No entanto, ao narrar sua experiência na administração da interventoria, ele confessa naturalmente o quanto aquelas e outras práticas estavam sedimentadas e naturalizadas no jogo:

[...]

Ha nos adoradores desses “campanarios” ainda uma qualidade curiosa: esquecem exquesitamente os favores que receberam, os amparos que lhes deram os “deuses” a que adoraram quando no céu do poder. Esquecem tudo, e, fazem mais: passam a combater aquelles mesmos a quem já exaltaram, aquelles de quem já dependeram, de quem receberam, ou pelo menos obtiveram apoio formal e decidido.

Nas horas do fastigio atiram-se à planta do Poder. Exigem sacrificio. Pedem, exploram, abusam da amisade, criam situações, cavam momentos graves e difficeis.

Não importa. É para a grey, faça-se. Vem o esquecimento depois. Amnesia acentuadamente exquesita, amnesia que esquece os beneficios recebidos, e passa a relembrar supostos favores que eles facturam para cobrar mais tarde. E vêm as alegações, e, [...] evocam depois, dedicações platonicas, profissões de fé prestadas ao calor de seus próprios interesses, inexpressivas e equivocadas...

Egrejinhas...

Não dominam pela sobrançeria das suas torres alçadas para o alto como symbolos de fé, imperam pela penumbra das suas cryptas sombrias...

Campanarios e egrejinhas, conheço-as tanto...

ASTOLPHO SERRA

(Noticias, 06/07/1933, p.1)

A familiaridade com o jogo ou com aspectos específicos dele, que é o que lhe permite elaborar essa aparente leitura crítica ou ainda exercitar uma espécie de olhar distanciado ou externo ao jogo, somente é possível porque o agente teve e tem um envolvimento com os princípios e lógicas desse jogo, expressos sob a forma de termos ou expressões nativos como: “deslealdade” – “passam a combater aqueles de quem já dependeram, de quem receberam”; “ingratidão” – “esquecem exquesitamente os favores que receberam”; personalismo – “[...] os deuses a que adoraram quando no céu do poder”; predomínio das relações de amizade – “Pedem, exploram, abusam da amisade”; interesses faccionais – “Não importa. É para a grey, faça-se”.

A relevância do princípio da retribuição, que obviamente subentende um dar e receber prévios, nos parece extremamente importante enquanto uma dimensão da prática política tal como se apresentava naquele período histórico, posto que mesmo quando um agente pretende condenar determinados aspectos desse jogo político, aquele

princípio não é questionado justamente porque está internalizado e naturalizado por todos os agentes, não lhe sendo possível romper com os princípios do jogo, os quais ele continua compartilhando ainda que numa posição de dissidência ou “crítico”.

Nesse sentido suas tomadas de posição podem ser situadas ao lado daquelas de Reis Perdigão, sempre preocupadas em marcar seu distanciamento das práticas e concepções que eles atribuíam aos outros agentes, designados como “olygarchias”, “decahidos”, “carcomidos” etc...o que significava dizer que persistiam os padrões políticos da “velha republica”, os quais a “Revolução” de 30 não teria conseguido modificar, daí porque suas militâncias são frequentemente justificadas pela necessidade de “realizar” a “obra revolucionaria”; daí também (a continuidade daqueles padrões) porque suas atuações tiveram pouco ou nenhum sucesso em termos de afirmação no cenário político-eleitoral (eleições de 33 e 34). As bases que sustentavam a estrutura de poder, bem como os mecanismos de reprodução do jogo político continuaram sob o monopólio dos agentes políticos que atuavam no Maranhão quando eclodiu a Revolução de 1930: Magalhães de Almeida, Genésio Rego, Marcelino e Lino Machado, além de Tarquínio Lopes Filho. Em torno dessas lideranças formavam-se *facções* políticas, as quais comportavam constantes reformulações e realinhamentos, principalmente nos períodos eleitorais ou em decorrência de disputas pelas indicações dos postos da burocracia pública.

A confrontação com os “marcelinistas” permanece até o fechamento de *Noticias*, em agosto do ano seguinte 34. Entre junho e julho deste ano verificam-se alguns dos momentos mais intensos nesta postura antagônica ao chamado “marcelinismo”, conforme pode ser visto nos editoriais desse período, assinados pelo próprio Serra:

# Porém, já cinco soes eram passados . . .

O "Diário Oficial", de hontem, publicou o seguinte telegramma, que a bancada marcellinista passou ao Capitão Almeida :

"PALÁCIO TIRADENTES — RIO — 14 — Levamos congratulações V. Excia. pela aprovação do Chefe do Governo Provisorio da rescisão do contracto da Ulen que representa velha aspiração do povo maranhense. Cordiais saudações. — Lino Machado, Rodrigues Moreira, Adolfo Soares, Carlos Reis".

**S**EMPRE tive a coragem civica de dizer o que penso e o que sinto.

Não é virtude, nem valentia. É o meu feitio.

Por amor á verdade soffrirei. No cumprimento de meu dever de jornalista, jamais recuarei, maxime na defesa do interesse colectivo.

Sei que, nestes tempos, é quasi um crime mostrar ao povo as attitudes de certos Capões, que andam por ahi como "tabús" de alcandoradas virtudes civicas.

Não importa; é preciso que a multidão mystificada veja os factos como elles, em verdade, o são, em toda a sua verdadeira realidade.

É o que pretendo aqui fazer sem outro intuito, que não o de por a Verdade em seu logar.

Todos reconhecem esta verdade: que nos vetustos e pesados humbraes do Castello politico do sr. Marcellino Rodrigues Machado dois escudos de combate estão suspensos no alto do portão de entrada, como brazões de heroicas pugnas do aguerrido chefe do Partido Republicano.

São elles o caso "Port of Pará" e o Contracto Ulen e Companhia.

Com esses dois escudos o marcellinismo tem agitado, nestes pagos, um decenno de luctas politicas.

Firmaram-se nelles para ferrar de frente os governos passados e os seus adversarios politicos.

Escudados dessa maneira acenaram ao povo com promessas libertadoras. Flamejantes

de ira sacodiram o Estado e accenderam na alma das multidões a scentelha da revolta e da vingança contra todos os responsaveis pelo contracto de Ulen.

A Ulen tornou-se, assim, o "cavallo de batalha" do marcellinismo, que tantas e tantas vezes a combateu, de maneira tal que se gerou até essa animosidade forte, que, em nossos dias, existe não só contra o Contracto, mas tambem contra a Companhia e até contra inofensivos administradores americanos !

A' essa serie de artigos e de campanhas politicas contra Ulen deve-se, talvez, a mentalidade criada de que, no caso do assassinato de Mister Kennedy, era um "dever", uma especie de "patriotismo" matar-se a um americano de Ulen !

Essa a realidade nua e crúa. Agora o caso dos ultimos tempos.

É de poucos dias o que em S. Luiz verificou-se.

Que assistimos ? Uma cousa estúpida.

A indifferença do marcellinismo verificada, ha poucos dias, quando o povo maranhense, em solenne manifestação de apoio, levava ao Capitão Almeida congratulações pelo decreto interventorial, que golpeava de frente o celebre contracto de Ulen !

Não se manifestaram. Nada disse o organ official do partido, que apenas alinhavou umas palavras inexpressivas, elle que tantas vezes em linguagem candente, fulminara o famoso Contracto !

Estupendo sim; e mais ainda sensaccional quando é sabido, que pelas praças, marcellinistas houve, que se parabenizavam com aquelle ridiculo boato de que o dr. Getulio Vargas annullara o decreto do Interventor !

É que o caso do Commercio os attrahia.

A visão das eleições futuras, e o voto dos commerciantes faziam que elles, os intranzigentes zurzidores de Ulen esvescessem o contracto, silenciassem sobre o acto patriótico do Interventor, nada dissessem re-

velando, assim, á clara, que pelo interesse partidario sacrificam tudo até mesmo o bem estar da terra-berço !

É por tudo isso, justamente que o telegramma da bancada marcellinista congratulando-se com o governo, deixa-nos revoltado, porque só veio quando "elles" crentes do apolo que os poderes da Republica dão ao Chefe de nosso Estado, e, convencidos agora de que o caso do Commercio é cousa liquidada, então, voltam os olhos para o velho escudo de campanha antes abandonado, enfiam nelle o braço e, tomam attitudes, de guerreiro e marcham para se unir ás fileiras dos combatentes !

— "Porém já cinco soes eram passados".

"Que de lá partiramos . . ."

ASTOLPHO SERRA



... depende em grande parte dos cuidados dispensados na sua infancia. A criança que não é nutrida com o leite materno tem o direito de ser criada com um alimento especialmente preparado para ella. Por conseguinte, na falta de leite materno, dê

**Nestlé** leite em pó preparado pela **NESTLÉ**

Agencia: Srs. JORGE & SANTOS Rua Portugal, 189 Caixa Postal 18 - São Luiz

**Pela Prefeitura**

O dr. Prefeito Municipal pro rogou, por acto de hontem, o prazo para pagamento, sem multa, de todos os impostos e taxas municipaes em atraso, por mais 5 dias.

Primeiro cumpre explicar que o título do editorial é um verso do famoso poema *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, e fazem parte da estrofe 37 do canto V:

Porém já cinco sóis eram passados  
Que dali nos partíramos, cortando  
Os mares nunca de outrem navegados,  
Prosperamente os ventos assoprando,  
Quando ua noite, estando descuidados  
Na cortadora proa vigiando,

U'a nuvem, que os ares escurece,  
Sobre nossas cabeças aparece.

A referida estrofe narra o momento em que os portugueses, ultrapassando o Atlântico, adentrariam o oceano Índico, esta passagem é simbolizada pelo gigante Adamastor, cujo prenúncio é justamente a mudança de cenário, em lugar dos ventos soprando prosperamente aparecia uma nuvem que escurecia os ares. Essa mudança repentina, era o que Astolfo Serra identificava “nas atitude de certos Catões, que andam por aí como ‘tabus’ de alcandoradas virtudes cívicas”. Sendo o “caso Ulen<sup>69</sup>” um dos “escudos de combate” que o “marcelinismo” vinha agitando em uma década de lutas políticas, era de se esperar, argumentava Serra, que manifestasse, junto com o “povo maranhense”, seu apoio ao decreto interventorial que cancelava o contrato daquela empresa no Maranhão. Mas o que se viu, dizia o editotialista, foi a “indiferença do marcelinismo”: “Não se manifestaram. Nada disse o órgão oficial do partido, que apenas alinhavou umas palavras inexpressivas, ele que tantas vezes em liguagem candente, fulminara o famoso Contrato!”. Segundo Serra, isto se explicava pelo interesse eleitoral dos “marcelinistas”, preocupados em garantir os votos dos comerciantes eles revelavam assim que “pelo interesse partidário sacrificam tudo até mesmo o bem estar da terra-berço!”. Quando, porém, percebem que os comerciantes perderiam a disputa com o Interventor e que este, por sua vez, estava fortalecido junto aos “poderes da República”, enviavam telegrama “congratulado-se com o governo” e tentando se unir às fileiras dos combatentes, voltando os olhos para “o velho escudo de campanha”.

#### **Os avós de Joaquim Silverio...**

SPENGLER, se não me falha a memoria, dizia, que, **para se compreender a historia dos nossos tempos, necessario se torna, antes de tudo, firmarem-se as coordenadas do passado.**

É preciso remontar à genese dos acontecimentos para melhormente acompanhar todo o desenrolar dos factos historicos.

---

<sup>69</sup> A empresa norte-americana Ullen Management Company fora contratada pelo governo do estado do Maranhão no início da década de 1920 para construir e instalar os serviços de energia elétrica, bondes elétricos, água canalizada, rede de esgotos e a Prensa de Algodão. Ela também intermediou os empréstimos financeiros contraídos pelo governo estadual junto a bancos norte-americanos. Posteriormente, uma subsidiária desta empresa (apresentada à população local como uma das maiores do mundo) ficou responsável por administrar os serviços recém-implantados. A Ulen Company se tornou uma empresa indesejada na cidade, pelos péssimos serviços prestados, os constantes aumentos das tarifas e, principalmente, pelo descaso na sua relação com seus empregados. Ver **PALHANO, 2017 [1ª ed.1988]; SANTOS, 2009.**

**Na vida politica do Maranhão a historia do marcelinismo não foi ainda encarada conforme os preceitos de Spengler.**

É, por isso, que “elles” conseguem ainda, em nosso meio, essa “apparencia” de “virtudes” com que, em quasi dez annos de existencia, teem “embromado” o publico maranhense.

É por isso que aos quatro ventos alçam as vozes audaciosas clamando contra tudo e contra todos os que lhe não vão à “igrejinha” cultuar o bonzo e beijar o alcorão desse aglomerado de “crentes à la diable”.

**Mas que são? O que valem?**

**Cousa alguma!**

**XINGADORES dos que não lhes comungam à mesa do odio a todos chamam de trahidores, desleais** “et tuti quanti” o lexicon do “gusmonismo” encerra no seu famoso vocabulario.

Mas, senhores, **como surgiu o marcelinismo? De uma traição; como se tem mantido? De deslealdade em deslealdade.**

Prova! É facilimo appresental-as. **Remontemos à origem do “monstro”.**

GOVERNAVA Godofredo Vianna. No Rio Bernardes pontificava.

Entre o sr. Magalhães de Almeida e o dr. Rodrigues Machado já lavrava a discordia nascida de questiúnculas domesticas.

No Congresso do Estado o deputado Lino começou uns “ensaios” de quem ia fazer opposição. Commentarios, apenas...

**O dr. Marcellino aqui vivia em Palacio, na melhor harmonia com o Chefe de Estado.**

Affirmara tantas vezes que “aquilo” do Lino era meninice, entusiasmo de moço. Nada significava.

**Quando certa vez a cousa ia estourar, num rompimento,** o dr. Rodrigues Machado, em disparada vem de S. José de Ribamar. Vae ao Theatro e lá, não perde tempo, **afirma ao sr. Godofredo que tudo o que se dizia de rompimento de Lino etc. etc. não passavam de intrigas.** Elle, o Chefe, continuava firme. Confiasse.

Godofredo sahiu, nessa noite, do Theatro, satisfeito com a explicação.

Enfim, é sempre agradavel o acabar a gente uma intrigalhada com um amigo. Mas a realidade não tardou. Sabedor o sr, Marcellino Machado de que o sr. Bernardes não era partidario da reeleição dos governadores, quis dar um golpe de mestre no sr. Godofredo que fazia, pelo Congresso do Estado, passar a lei das reeleições.

Si Bernardes era contra, e Godofredo a favor, dar-se-ia certamente o “choque” entre os dois e a corda parte sempre do lado fraco.

A denúncia foi para o Bernardes, mas voltou às mãos do Governador Godofredo Vianna.

A consequência natural do caso foi o rompimento do sr. Machado e a criação do partido dos “briareus”!

Ahi está **uma amostra da traição “delles”.**

É de hontem a historia daquelle telegramma do tempo da Junta Governativa.

O sr. Reis **Perdigão entregou** [ilegível] sr. Marcellino Machado. Deu-lhes tudo **da Prefeitura ao inspector de quarteirão.**

**Que se verificou? Trahiram-no** “lealmente” desejando e pedindo um interventor, que, no caso, seria o sr. Marcellino conforme telegrama de s.s. em meu poder!

**TENHO as provas da “lealdade” deles para commigo.**

Depois que tudo lhes fiz desde a liberdade de seus *amigos*, que, aqui, encontrei trancafiados até o prestigio imenso que lhes dei.

**Enquanto me sorriu a sorte elles estavam commigo;** depois, veio o telegramma já publicado: “*Embora apoiando Astolpho tomem attitude reservada*”!

Não ficaram só nisso quando se convenceram de que eu não adheria ao partido, eil-os (graças a Deus!) me odiando, perseguindo e de mim dizendo “cobras” e “lagartos”!

Para que ir mais longe?

**O espaço de que disponho é limitado e o muito que sei do marcellinismo é impossível, num dia, ou num artigo, dizer tudo.**

O que hoje afirmo são factos que ahí estão vivos na memoria de todos.

Si não é verdade que venham me contestar.

Levantem a luva se teem coragem.

ASTOLPHO SERRA

(Notícias, 29/07/1934, p.1: “Os avós de Joaquim Silveiro...”)

Afirmando, com base no historiador alemão Oswald Spengler, que o conhecimento do passado é a condição para se compreender o presente (“nossos tempos”) Astolfo Serra se propõe situar o “marcelinismo” na “vida política do Maranhão”, “conforme os preceitos de Spengler”. “Eles” (os “marcelinistas”), segundo Serra, somente conseguiram manter, “por quase dez anos”, “essa ‘aparência’ de ‘virtudes’” porque simplesmente “‘embromavam’ o público maranhense”. Serra diz que “eles” não passariam de “xingadores”, chamando de “traidores” e “desleais” todos os que não compartilhavam do seu “ódio”. No entanto, indo-se às origens do “marcelinismo”, o que se percebia, segundo afirmava Serra, era que o marcelinismo surgiu de uma “traição” e que se mantinha “de deslealdade em deslealdade”. Essa a “origem do monstro”.

De fato, os maiores inimigos políticos de Astolfo Serra eram, de um lado, os “marcelinistas”, chamados por ele de “Os Avós de Joaquim Silverio”, (editorial de *Notícias*, 29/07/1934) e, de outro, Reis Perdigão. Os primeiros, foram aliados durante sua breve gestão à frente do governo do Estado, e este último o responsável direto por sua nomeação como interventor, mas, justamente devido à aliança que Astolfo Serra insistiu em manter com os ditos “marcelinistas”, romperem-se os laços entre os dois “revolucionários”. Em 1935 Astolfo Serra se aproxima, enquanto simpatizante, da Aliança Nacional Libertadora, assim como também fizera Reis Perdigão, já residindo no Rio de Janeiro<sup>70</sup>. Durante a Intentona Comunista, em novembro de 1935, teve sua casa invadida pela polícia e foi preso, sob a acusação de subversão à ordem pública.

CHRONICA DO DIA

Na lucta, inimigo é inimigo de verdade.

Somos dos que não teem odios. [...]

Não temos odios, mas não poupamos ao inimigo, na hora da lucta, um palmo de terreno...

---

<sup>70</sup> Fernando Perdigão, seu irmão mais novo, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Fac. de Direito do Maranhão, participou efetivamente das mobilizações organizadas pela ANL no Maranhão, tendo sido inclusive preso após novembro de 1935.



No momento maranhense há um “instante” de preocupação colectiva.  
O Estado vae ser disputado e as posições almejadas, ou mais certo, cobiçadas.  
A corrente pesada do marcelinismo está, na marca velha, aprestando-se para uma lueta de vida, ou de morte.  
Esse aduno político que disputa a posse do Estado para dominar, pelo odio, sobre seus adversarios, terá que vir, dentre em breve, terçar armas com conosco, que, daqui, tudo faremos contra a avalanche desses ambiciosos do poder.  
Está na hora de libertar o Maranhão da volupia desse grupo que, nesta terra, pelo phanatismo, só tem servido para esmagar as vitalidades criadoras do Maranhão.  
Gente de odio, o odio e vingança são seus escudos de campanha.  
Aqui só se valem desse recurso de vingança, explorando os instintos vingativos das multidões exaltadas para escalarem o fastigio do poder.  
Mas, nem assim vencerão.  
Há, já, felizmente, uma resistencia formidavel contra esses “defensores” da patria amada!  
O Maranhão terá que ser libertado ou mais cedo ou mais tarde.  
Não é assim que “eles” dominarão as consciencias libertas de seus antagonistas.  
[...]  
Faremos destas colunas a nossa trincheira de civismo porque ou hoje o Maranhão será afastado da cobiça criminosa dessa gente, ou então, o nosso Estado será “vendido” aos interesses dos burgueses que o ambicionam...  
Maranhenses! Sejamos unidos e solidarios! Ou a nossa terra será liberta ou escravizada de seu destino de aventuras e de ambições.  
Getúlio Vargas esmagará os covardes da opposição, de inimigos camuflados, muitas vezes, de revolucionários.  
Esses do “O Combate” sempre agirão na sombra, de soslaio...  
Confio no futuro do Brasil e do Maranhão.  
A “corja” sinistra passará como já tem passado para o “res nullius” das coisas mortas!  
Maranhenses! Vamos para a lueta que será grande mas vitoriosos em toda linha.  
ASTOLPHO SERRA  
(NOTÍCIAS, 11/07/1934, p.1)

A análise do escrito permite perceber o quanto o agente estava empenhado em combater o “marcelinismo” que, segundo ele afirmava, pretendia tomar “posse do Estado” e, assim, “dominar, pelo ódio, sobre seus adversários”. Porém, contra essa “avalanche dos ambiciosos do poder”, encontrava-se ele, Astolfo Serra, postado na sua “trincheira de civismo”, como define a sua coluna em *Notícias*, de onde não pretendia recuar “um palmo de terreno” “ao inimigo”. O “momento maranhense” a que faz referência esta “Crônica” publicada em julho de 1934, era justamente aquele que marcava os preparativos das *facções* para as eleições de 14 de outubro daquele ano. As facções “marcelinista” (aglutinadas sob a sigla do PR) e “genesista” (URM) se apresentavam com as principais forças políticas, e tinham possibilidades reais de vitória naquele pleito. No entanto, o interventor Martins de Almeida e o então deputado federal constituinte (pela URM) Magalhães de Almeida formaram o que foi designado por Caldeira (1981, p. 219) como “partido oficial” (PSDM). A principal razão para a saída

de Magalhães de Almeida da URM, controlada por Genésio Rego, teria sido a recusa deste em apoiar o nome de Almeida para governador ou para uma das vagas no Senado (CALDEIRA, 1981, p. 219).

A força eleitoral dos “marcelinistas” havia sido demonstrada nas eleições de maio de 1933, quando elegeram cinco dos sete deputados à Constituinte Federal. Agora, teriam de medir forças (“terçar armas”) com Astolfo Serra, o qual se atribui uma espécie de missão “cívica” que seria “libertar o Maranhão da volúpia desse grupo que, nesta terra, pelo phanatismo, só tem servido para esmagar as vitalidades criadoras do Maranhão”. Conclamava, mais uma vez, os “maranhenses” para que estivessem “unidos e solidários” nesta luta, porque “ou a nossa terra será liberta ou escravizada”.

Nessa leitura do “momento maranhense” que o agente produz, percebe-se que o cenário político delineado destaca, por um lado, a importância da “corrente pesada do marcelinismo”, que ameaçaria escravizar o Maranhão, mas, por outro, também ressalta que “felizmente”, existiria uma “uma resistência formidável contra” “essa gente”. O que se vê, portanto, é uma leitura do processo histórico no qual se cria a necessidade, ou melhor a legitimidade de uma ação política destinada a garantir que as “consciências libertas” não fossem dominadas pela “corja sinistra”, pelos “inimigos camuflados, muitas vezes, de revolucionários”. Serra se colocava, portanto, como o verdadeiro defensor do Maranhão contra “eles”, os “fanáticos” seguidores do “marcelinismo”, cujos “escudos de campanha” eram “o ódio e a vingança”. O escrito do agente expressa uma tomada de posição que pode ser entendida com a noção de estratégia de sociodicéia, através da qual aquele agente se apresentava como intelectual e político que tinha a missão de impedir o avanço da “corrente pesada do marcelinismo”.

### **2.3 Tarquínio Lopes: Em busca das soluções para os “nossos grandes males”**

Na década de vinte, Tarquínio Lopes Filho se notabilizou como a principal liderança no estado do Maranhão ligada ao tenentismo. Em torno de si carregava a legenda de “revolucionário”, sobretudo porque incluía em sua biografia a participação em levante que depôs o Presidente do estado Raul Machado, em abril de 1922. Deposto este, Tarquínio Filho organizou uma Junta Governativa por ele presidida, empossando-se no governo. A mesma foi, no entanto, destituída algumas horas depois por ordem de Epitácio Pessoa – que designou o comandante do 24º BC para obter da Junta a

concordância em se retirar pacificamente do Palácio do Governo. Raul Machado foi reempossado<sup>71</sup>.

No período em que *O Combate*, *Tribuna* e *Notícias* estavam proibidos de circular, apenas podiam ser impressos os seguintes jornais: *Diário da Tarde*, *O Imparcial* e *Folha do Povo*. O jornal *Pacotilha*, que desde setembro de 1930 estava fechado ou havia sido suspensa sua publicação, somente voltaria a circular em agosto de 1934, com Nascimento Moraes na direção de redação, e sob a “orientação política” do PSD, organizado por Magalhães de Almeida com apoio do interventor Antônio Martins de Almeida.

Em um artigo intitulado “Justiça”, publicado na *Folha do Povo* de 19 janeiro de 1933, Tarquínio se refere ao “estudo da sociologia” e que o tema “justiça” seria de “magna importancia” para todo aquele que “se esmera por bem conhecer a patologia do organismo social da Patria”. Deve-se destacar o uso de metáforas médicas por Tarquínio Filho ao definir o que chama de “estudo de sociologia”, o qual estaria voltado para identificar a “patologia” que acometeria o “organismo social” brasileiro. O artigo segue o procedimento utilizado por outros autores e que consiste na identificação do problema e apresentação do que considera a solução adequada ao mesmo. No caso deste artigo intitulado “Justiça”, trata-se de defender um poder judiciário independente, centralizado e nacionalizado (“Justiça una como deve ser a Nação”).

A origem do “mal” (ou “patologia”) encontrava-se na “política”, que também surge como acometida por uma doença, qual seja: o “politiquismo”, materializada, por sua vez, na “farsa dos pleitos” onde a “justiça” era sempre guindada às alturas nas “hipócritas plataformas dos candidatos e espaventosos programas dos grupos partidários que tentavam escalar o poder durante a trevosa fase republicana que se findou em outubro de 1930”.

Daí porque a “obra regeneradora”, segundo ele iniciada em outubro de 1930, deveria levar a sério o “problema” da “Justiça”, que considera o “ponto culminante a ser visado por aqueles que quisessem” realizar aquela “obra regeneradora”. Tarquínio diz ainda que a “Justiça” tinha sido a “última sentinela da República de 89 abatida pelo poderio da malta de corruptores do regime”, demonstrando assim o quanto ela (a “Justiça”) teria “resistido”. Mas, apesar dessa prova de “força”, ela terminaria por

---

<sup>71</sup> Sobre esse episódio consultar Meireles (1960, pp. 329-330).

capitular diante do “politiquismo”, que conseguia assim submeter todos os poderes, sugando-os, tal como fazia com o cidadão-“eleitor”: “O Brasil sem lei e sem justiça, entregue ao infrene politiquismo que, como um polvo tetratenicular, impiedosamente sugava o cidadão-eleitor, o poder legislativo, o poder executivo e o judiciário, os principais órgãos da vida nacional”.

Tudo isso, porém, só foi possível, segundo Tarquínio, porque “o cidadão do município” não possuía “mentalidade cívica”, tornando-se presa fácil do “chefe político que era o chefe do Estado. Este, sem prestígio moral para se impor, absorveu o legislativo manejando a guilhotina eleitoral; mas, para tal, precisou do apoio do presidente da República, a quem se submeteu incondicionalmente”. A partir daí, este último só tinha pela frente um “embaraço” a lhe “estorvar o nascente e irrefreável instinto de autocracia – o poder judiciário. Era imprescindível submetê-lo”. Com a queda deste último, “desaparecia a Justiça, [...] sucumbia a República. Estava o Brasil transformado na mais ferrenha autocracia, com a sucessão quatrienal dos seus monarcas”.

A solução para este problema, segundo Tarquínio Filho, estava na “Justiça soberana. [...] Justiça que dá ao cidadão a liberdade civil, primordial, indispensável para a revelação do sentimento cívico, a garantia dos direitos do patriota e da própria nacionalidade”. Na sua conclusão argumentativa, estão presentes alguns dos elementos centrais que, aos seus olhos, justificariam a necessidade de se defender a “Justiça”, garantidora da “Liberdade civil que é a expressão máxima da cultura de um povo e de uma Nação.

Liberdade civil que é o índice da civilização de uma raça”. Seguindo uma leitura crítica das ideias expressas pelo agente em seus escritos podemos levantar a tese de que entre seus autores-fonte estão Alberto Torres e Oliveira Viana, como se vê nas próprias citações que abundam nos artigos de Tarquínio aqui analisados. O que sem dúvida é interessante por se tratar, por um lado, de um político cuja formação superior era medicina e que procurava se situar (e tem sido localizado pelos relatos biográficos (SALGADO, 2015)) no campo ideológico “popular” ou da chamada “esquerda” e, por outro lado, aqueles autores costumam ser identificados com o chamado pensamento social “autoritário” no Brasil das décadas de 1920 e 1930<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> Alberto Torres produziu sua obra entre 1900 e 1915, ano de sua morte. Todavia, seus textos tornaram-se bastante difundidos nas décadas seguintes por, entre outros, Oliveira Vianna (apontado como um dos “discípulos” do mestre) e pelos integralistas. Posteriormente, notadamente a partir do pós 2ª Guerra, foi

Os temas e as teses estabelecidos por esses autores eram predominantes no universo do politicamente pensável para uma parcela significativa da elite intelectual brasileira. É a teoria do evolucionismo social pensado aqui enquanto um paradigma, tal como proposto por George Stocking Jr. (apud CASTRO FARIA, 2002, p.45). Admitindo-se este uso da noção de paradigma em virtude do seu “valor heurístico, que auxilia a compreensão de movimentos particulares na história geral das ideias”. Segundo Castro Faria (idem), Stocking Jr. admite ainda que “a teoria da evolução social tenha funcionado como *‘a kind of social scientific world view’*, que ampliou a relevância de certas questões, em detrimento de outras”. Portanto, como paradigma a teoria da evolução determina o que pensar, como pensar e, mais importante, como ordenar as coisas pensadas.

Ela [a teoria da evolução social] preestabelece o que deve ser incluído e, portanto, o que deve ser excluído; não só preenche o pensamento, mas também o esvazia. O pensar de acordo com esse paradigma importa em falar das mesmas coisas e silenciar sobre as mesmas coisas que foram faladas e silenciadas por outros que pensaram de acordo com ele. O discurso que é construído para exprimir esse conhecimento, que se torna o seu continente, adquire, por sua vez, formas paradigmáticas. É freqüentemente estruturado a partir de presenças e ausências dos componentes do paradigma.

(CASTRO FARIA, 2002, p. 45).

Por outro lado, sabemos também que, esta espécie de cosmovisão científica do social estava diretamente relacionada a uma tradição de pensamento que via na força da biologia o fator principal das diferenças entre os seres humanos; e que estas duas abordagens se mesclavam e sobrepunham, por vezes, nas argumentações dos cientistas da época (HOFBAUER, 2009).

Interessante notar a movimentação dos agentes no tabuleiro das relações pessoais e políticas. No dia 9 de janeiro de 1933 *Folha do Povo* saudava o “acatado

---

arrolado por comentaristas e estudiosos como um dos principais pensadores “autoritários” brasileiros. Este estigma recaindo também sobre Oliveira Vianna. Porém, a perspectiva crítica aqui esposada segue uma concepção diversa (CASTRO FARIA, 2002) dessas rotulações pseudo-científicas, as quais costumam prescindir da simples leitura dos originais satisfazendo-se com uma definição da obra como unidade certa, homogênea e imediata (FOUCAULT, 2007). Desconsiderando ainda o itinerário intelectual e social do *autor* que é também um *ator* social, esquecendo-se de situá-lo nas redes de relações a partir das quais podem ser percebidas as inflexões de seu pensamento e/ou sua colaboração mais ou menos próxima com o poder político, como mostra Castro Faria ao analisar os “livros” e a “obra” de Oliveira, este autor/ator cujo ápice da sua consagração intelectual e política ocorreu durante o Estado Novo. Como demonstra Castro Faria, os textos de Oliveira Vianna “contribuíram decisivamente para renovar os temas, problemas e modos de tratá-los que ‘se impõem a todo poder pensador pelo tempo histórico em que vive’ (cf. Pierre Bourdieu, 1974), dispondo de fato da capacidade de escritores a quem Michel Foucault atribui o poder de serem *formadores de discursividade*” (CASTRO FARIA, 2002, p.137-138. Grifado no original).

clínico Dr. Genésio Rego”, pelo seu aniversário. Inclusive informando que naquela noite os “amigos e admiradores” do “humanitário médico” preparavam uma “carinhosa manifestação de apreço” a este que era “uma das principais figuras do nosso escól social”.

O que se pode concluir que as relações pessoais são muito mais fortes e preeminentes em relação às relações político-partidárias posto que Genésio Rego fora vice-governador de Magalhaes de Almeida (1926-30) e que já estava reunindo e liderando muitos dos antigos “magalhãesistas” numa nova sigla, a URM, desde maio do ano anterior (Caldeira, 1981, p. 320). Esta agremiação política passaria a contar também com a presença de Magalhães de Almeida, após o seu anunciado, porém não desejado, retorno ao Maranhão, segundo transparecia na matéria de 9 janeiro de 1933 publicada na *Folha do Povo* de Tarquínio Filho.

Percebe-se como são frequentes os rompimentos e alianças entre os agentes que se movimentam no domínio político em questão. A perspectiva relacional com ênfase nos trajetos e percursos nos permite capturar esses movimentos e tomadas de posição no espaço social mais amplo e nos domínios específicos, notadamente nas confluências do político e intelectual e jornalístico, materializado nas páginas dos principais jornais diários do Maranhão.

### **Idéas e partidos**

TARQUÍNIO FILHO

Para quem conhece a política das nações não causará surpresa a mundaça do nome dos partidos a que pertencem alguns patriotas idealistas. A história está farta desses exemplos. E quem ler a história da Revolução Francesa, por exemplo, há de apreciar como se movimentaram os ideais e os estadistas, propagandistas, nos clubes jacobinos [...].

Os partidos são organizações para a defesa de um ideal, [A referência a esta noção/categoria (“ideal”) deve ser observada e analisada porque está em todos eles: inclusive com a citação de um autor comum, o argentino Ingenieros; o que significa essa referência se estamos situando os agentes num espaço marcado pelo faccionalismo, do qual é justamente a ausência ou fraqueza ideológica um dos aspectos definidores?] cuja campanha, com aspectos vários impõe modalidade de atuação.

São essas modalidades que forçam a mudança dos nomes dos partidos.

Haja vista a variada denominação que tomou a campanha regeneradora no Brasil desde Rui, com a campanha Civilista, até o advento de Outubro de 1930, com os partidos da Reação Republicana, tendo à frente Nilo Peçanha, a Caravana Assis Brasil e a Aliança Liberal.

Variam os nomes dos partidos e das campanhas cívicas sem, contudo, influir sobre o caráter e a diretriz dos propagandistas e pioneiros das Idéas enfim.

Aliando-se, fundindo-se ou criando facções ou partidos, os líderes brasileiros não se depreciaram nem mudaram de Idéas. Obedeceram as contingências da própria luta. [...]

Não há, por isso, motivos dessa crítica à surdina que, com um sorriso amarelo, malicioso, costumam fazer aqui em S. Luís.

É dos dias atuais a fusão e criação de partidos em Minas, Rio Grande do Sul e S. Paulo, três Estados da federação onde se julga mais adiantada a mentalidade do seu povo. Nem por isso se pôde acusar que os republicanos e libertadores [PR de MG e PL do RS], democráticos e republicanos, dos Pampas, da Paulicéa e das Alterosas foram levianos, transfugas ou incoerentes.

Não. Tudo evolui. A evolução é a marcha natural da Civilização. A rotina é, ao contrário, a decadência. Conservar idéas obsoletas com as suas arcaicas arrematadas partidárias é rotina, é retardamento.

E quem para, estaciona, não progride, não evolui.

Pensar de modo diverso é confessar que não acompanha e não descortina o progresso.

Se novos partidos não se formassem, jamais teríamos apreciado essas admiráveis conquistas sociais com que o homem quebrou as algemas humilhantes da escravidão e da opressão.

Teríamos retardado a liberdade. Teríamos continuado nas autocracias com as aviltantes diferenciações de sangue e casta.

Jamais teria a humanidade implantado a República com o soberano e justo direito da igualdade civil.

E, aqui, no Maranhão, quem ainda não mudou o nome do seu partido?

Ainda existem por acaso o Conservador e o Liberal?

Teria, entretanto, por isso, renunciado aos seus ideais os políticos maranhenses?

[...]

(FOLHA DO POVO, 11/03/1933, p. 1)

O problema do nome, ou melhor da nomeação, o peso que tinha para o agente a designação pública e, mais especificamente, o sentido que era dado pelas interpretações ou leituras públicas dos agentes concorrentes, na imprensa notadamente. Ele está preocupado em rebater o que foi dito acerca do significado da mudança de nome. Os textos de Perdigão, publicado no Diário da Tarde, sobre as fórmulas e categorias de explicação utilizadas pelos produtores do manifesto do partido socialista brasileiro que se seguiu ao Congresso Revolucionário Brasileiro, se situam neste mesmo plano enunciativo.

O artigo é uma resposta às críticas, emitidas através da imprensa maranhense, às novas denominações das agremiações partidárias (a exemplo da versão maranhense do PSB, fundada no estado por Tarquínio Filho). Tais críticas, segundo Tarquínio, eram tecidas “com uma acentuada dose de malícia”. Ele argumenta que “para quem conhece a política das nações não causará surpresa a mudança do nome dos partidos a que pertencem alguns patriotas idealistas. A história está farta desses exemplos.” Situa-se, portanto, enquanto patriota idealista e desse ponto de vista os partidos são encarados enquanto “organizações para a defesa de um ideal, cuja campanha, com aspectos vários, impõe modalidades de atuação.” E são estas últimas que exigiriam a mudança dos nomes dos partidos. Espécie de adaptação às conjunturas da luta política. Entretanto, o “ideal” (os princípios) permaneceria “sempre o mesmo”: “variam os nomes dos partidos

e das campanhas cívicas sem, contudo, influir sobre o caráter e a diretriz dos propagandistas e pioneiros das idéas [...]”. Reforçando essa suposta permanência de ideais políticos, afirmava mais adiante, no mesmo artigo: “Aliando-se, fundindo-se ou criando facções ou partidos, os líderes brasileiros não se depreciaram nem mudaram de idéas. Obedeceram as contingências da própria luta.” O que levaria à conclusão de que as críticas da imprensa local eram destituídas de fundamento histórico e político, sendo meros ataques. E, além do mais, ataques dissimulados, porque feitos “à surdina, com um sorriso amarelo, malicioso” como se “costumam fazer aqui em S. Luis”.

Como é recorrente nos seus escritos, ele lança mão de *argumentos de autoridade* cujos fundamentos encontram-se no chamado cientificismo evolucionista: “Tudo evolve. A evolução é a marcha natural da Civilização. A rotina é, ao contrário, a decadência. Conservar idéas obsoletas com as suas arcaicas arregimentações partidárias é rotina, é retarmamento”.

Fazendo uma breve comparação entre Reis Perdigão, Astolfo Serra e Tarquínio Lopes, Percebe-se que eles estão no mesmo “paradigma” evolucionista ou cientificista; em termos políticos a ideia de “revolução”, com significados variados em cada um; no plano econômico, a constatação compartilhada de que o Maranhão estava em “crise”/“decadência”, para a qual todos tinham soluções a propor. Leitura da história política relativamente homogênea, variando principalmente em relação ao momento histórico presente e, mais notadamente, em termos da chamada “revolução de outubro”. Enquanto Serra e Tarquínio tendem a considerá-la “em marcha”, realizando-se paulatinamente, com avanços e recuos, Perdigão produz uma leitura mais cética, questionando se ela de fato teria sido vitoriosa ou se não estaria ainda por realizar-se (ver editorias de 1932 e 1933 no Diário da Tarde).

O “Ideal” ou “idealismo” é por eles acionado enquanto valor positivo na luta política que empreendem. O lema do jornal de Perdigão, como vimos, é uma frase de José Ingenieros: “Quem serve um ideal vive dele”. Os escritos desses agentes demonstram uma forte crença no que denominam “ideal”, ainda que essas tomadas de posição também comportem dimensões performativas, não podemos considerá-las atitudes simplesmente cínicas mas fruto de uma crença (*ilusão*) que dá sentido às suas ações.

Em artigo de 12 de janeiro de 1933 Tarquínio afirmava que o estudo de uma “situação social” implicava no conhecimento dos seus “elementos” e “fatores”, de posse dessas informações seria possível “julgar-lhes as possibilidades”, posto que é com



aqueles “elementos” e “fatores” “que se terá de agir”. No caso brasileiro essa análise conduzia à seguinte conclusão: “o cidadão brasileiro não estava em condições de pertencer e desempenhar o sistema republicano”. Tarquínio justifica sua afirmativa citando Alberto Torres:

É Alberto Torres quem no lo afirma quando, estudando durante vinte anos os efeitos do regimen federativo, entre nós, ‘no grande livro de direito público’ que era esse largo periodo de experiencia politica, se convencia da necessidade de uma revisão na Constituição, pelas conclusões a que chegára:

*a* ‘O povo brasileiro, por motivos peculiares à sua formação e evolução, não tem, como aliás não têm muitos outros povos, capacidade de direção política’. *b* ‘Ora, o Brasil precisa realizar desde já, por uma serie de razões poderosas e urgentes, uma alta política de caráter profundamente orgânico e nacional. Esta política só pode ser feita por iniciativa do Estado’. *c* ‘Ora, o Estado, pela maneira como está organizado na Constituição vigente, não pode eficazmente realizá-la’.

Alberto Torres acha, como qualidade essencial para uma nação evolover, que o seu povo precisa ter desenvolvido o ideal nacional, o sentimento cívico, a autonomia e a originalidade de pensamento que o façam um tipo nacional, como é o tipo inglês, o francês, o suíço, o alemão, o japonês, o americano, etc.

O sentimento cívico que é a sintese destes três principios sociais: *unidade politica, continuidade administrativa e supremacia da autoridade central*.

E porque não tivesse o brasileiro essa consciencia do superior bem-estar da coletividade, é que fahou a Republica copiada da America do Norte, e, segundo Oliveira Viana, o nosso grande mal ‘é justamente, de um lado, a ausência de um ideal nacional, a fraqueza do sentimento do interesse coletivo, a debilidade do instinto político; de outro, a exacerbação do espírito de localismo, de facciosismo e de mandonismo’.

Débil, o brasileiro, em ideologia cívica e em estrutura social, o ciclo de 40 anos de republica federativa [...] não podia ser outra coisa senão um vida ‘descontínua, incoerente, instabilíssima, aos caprichos, vontades, compromissos, neurastenias, nevalgias e dispepsia dos chefes’ do politiquismo e das suas pandilhas”.

TARQUÍNIO FILHO

(FOLHA DO POVO, 12/01/1933, p.1. grifos (itálico) no original).

O objetivo de Tarquínio, segundo ele diz, seria “procurar a razão” da nossa “desgraça”, qual teria sido o “nosso erro”, título deste editorial. Ele apresenta um dilema que parece sem solução posto que é um “circulo vicioso, beco sem saída, prisão lógica, raciocínio que se fecha numa contradição sem solução aparente.” O “grande mal” parece ser o povo, que ainda não havia desenvolvido “o ideal nacional, o sentimento cívico, a autonomia e a originalidade de pensamento que o façam um tipo nacional, como é o tipo inglês, o francês, o suíço, o alemão, o japonês, o americano, etc”. este povo não tinha a “consciência do superior bem-estar da coletividade” e essa carência

seria responsável pelo fracasso da República no Brasil, conforme asseverava Oliveira Viana, segundo Tarquínio Filho: “Segundo Oliveira Viana, o nosso grande mal ‘é justamente, de um lado, a ausência de um ideal nacional, a fraqueza do sentimento do interesse coletivo, a debilidade do instinto político; de outro, a exacerbação do espírito de localismo, de facciosismo e de mandonismo””.

Interessante notar que no dia anterior à publicação desse artigo de Tarquínio Filho, o seu jornal noticiava o término da greve dos operários têxteis, que foi acompanhada diariamente desde o dia 30 de dezembro de 1932. Dentre outras coisas, cumpre destacar a solidariedade dos operários da 4 fabricas quando os proprietários de duas delas aceitaram as propostas do movimento grevista, no entanto os operários destas se recusaram a voltar ao trabalho até que as outras duas também passassem a cumprir o decreto que fixava jornada de 8 horas diárias ou 48 semanais sem redução de salários.

#### **2.4 Nascimento Moraes: “marcelinismo”, um condensador de estigmas**

O *corpus* empírico utilizado para a análise dos escritos do agente na conjuntura histórica tratada neste capítulo é constituído pelos seguintes materiais jornalísticos: *Notícias* (de maio de 1933 a julho de 1934); *Pacotilha* (de agosto de 1934 a fevereiro de 1935). Os tipos de escritos jornalísticos privilegiados foram matérias e artigos assinados, editoriais e os chamados artigos de fundo e a coluna “Os Outros”. A justificativa para o uso de escritos não assinados levou em conta a posição do agente no jornal, ou seja, o fato dele ocupar a função de redator-chefe ou diretor daqueles órgãos de imprensa. E ainda porque era conhecido ele próprio se apresentava como responsável "pela parte intelectual" dos jornais (PACOTILHA, 28/08/1934, p. 1: “Jornal Clandestino”)<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Respondendo às denúncias publicadas n’*O Imparcial*, jornal de propriedade de J. Pires (João Pires Ferreira), de que *Pacotilha* estaria circulando clandestinamente, por conta de irregularidades na sua licença, o diretor deste veículo, Nascimento Moraes, aproveitou para questionar sobre a identidade do responsável pela redação d’*O Imparcial*, que ele chamava depreciativamente de “... Mãe Joanna”: “[...] ninguém sabe quem é a redação do órgão. Se se perguntar a João Ferreira, certo ele não poderá responder. Se se lhe perguntar – quem representa a parte intelectual do seu órgão, ele nada dirá. Ora, a parte intelectual é a mais importante! Pois é justamente essa ‘... Mãe Joanna’ não tem! Quem tem a responsabilidade de seu critério político, literário, social e artístico? Não se sabe, por que João Ferreira não sendo propriamente um jornalista, nem possuindo cultura literária, científica ou filosófica, não pode ser o responsável! Ora, ei aí perfeitamente caracterizado um jornal clandestino”. (PACOTILHA, 28/08/1934, p. 1: “Jornal Clandestino”).

Além do mais, não se tinham tantos “profissionais” assim nos jornais que circulavam em São Luís do Maranhão na década de 1930. Além de um tipógrafo, que contava às vezes com um aprendiz, do gerente, responsável pelas vendas e pela publicidade, os jornais eram produzidos por um ou dois jornalistas principais, um deles, do qual se exigia competências intelectuais, estava encarregado da redação dos editoriais e dos chamados artigos de fundo, principalmente os de conteúdo político. Como auxiliares, podia ter um ou dois repórteres no máximo e um clichérista (fotógrafo), além de um revisor, se tanto.

Tomemos o exemplo do próprio jornal *Notícias*, fundado e dirigido por Astolfo Serra, que tinha como redator Nascimento Moraes. Dividiam estes jornalistas a condição de “intelectuais” do jornal, e contavam com os auxiliares manuais (tipógrafo, etc). Os editoriais, artigos de fundo, sueltos<sup>74</sup> e colunas eram escritos pelos dois, reconhecidos como os “responsáveis intelectuais” pelo diário. Astolfo Serra, como proprietário, acumulava ainda as funções da gerência, cuidando da parte financeira, anúncios, etc. Portanto, atuação legítima na imprensa maranhense dos anos 1930 exigia certas competências intelectuais específicas, notadamente no que diz respeito à uma cultura literária e “científica”. O “jornalista”, reconhecido como tal pelos seus concorrentes e também pelos compradores e leitores dos jornais, era simultaneamente alguém reconhecido socialmente como “intelectual”. O exercício da atividade jornalística e, principalmente, da função de redator e editorialista, por indivíduos sobre os quais pairassem dúvidas quanto àquele estatuto, ou seja, acerca das credenciais que lhe deviam habilitar para o desempenho daquelas funções, os colocava numa situação suscetível de questionamentos. A exemplo do que acontece, por exemplo, com J. Pires, proprietário de *O Imparcial* e que chegou a dirigir a redação de outros jornais. Em diversas ocasiões, outros “jornalistas” contestaram ou mesmo desclassificaram aquele colega por exercício ilegítimo do ofício.

Uma das pessoas que contestaram a condição de “jornalista” a J. Pires foi o próprio Nascimento Moraes, argumentando que, por não possuir “cultura literária, científica ou filosófica”, não podia aquele ser considerado “propriamente um jornalista”, muito menos “responder” pela “parte intelectual” de um jornal (PACOTILHA, 28/08/1934, p. 1), ainda que J. Pires fosse o proprietário.

---

<sup>74</sup> É um tipo de escrito jornalístico que, segundo os nativos, faz parte dos “artigos editoriais”, ao lado dos artigos de fundo e do próprio editorial. Nele se procede a uma breve análise sobre um acontecimento da atualidade. É menor do que os chamados “artigos de fundo”.

Dando continuidade à análise dos escritos jornalísticos de Nascimento Moraes, devemos dizer que ela está organizada da seguinte maneira. Foi dada prioridade aos excertos que tratam das *facções* em disputa no cenário político maranhense e em relação às quais o agente tomou posição a partir de suas inscrições simultaneamente jornalísticas, intelectuais (literárias) e políticas.

No texto abaixo reproduzido encontram-se alguns elementos que ao longo deste tópico serão desenvolvidos à medida em que trouxermos à baila outros fragmentos ou transcrições dos escritos do agente. O primeiro desses elementos é que o texto constitui uma tomada de posição acerca do referido jogo *faccional*, defendendo claramente o ponto de vista da situação, ou seja, do governo. E o faz a partir de um órgão declaradamente partidário, pois se apresenta como representante oficial do PSD (Partido Social Democrático), sigla recém criada (julho de 1934) pelo deputado Magalhães de Almeida. Este romperá com a URM (União Republicana Maranhense), onde disputava a liderança com Genésio Rego. Após ter sido eleito deputado federal constituinte em maio de 1933, aquele deputado retomara muitos dos seus antigos vínculos com seus correligionários, amigos e seguidores do período anterior à revolução de 1930, quando era reconhecido como o chefe do Partido Republicano “situacionista”.

## UM CASO A PELECELIP

O advogado da Acção Trabalhista, dr. Gabriel Rebello, requereu ao Tribunal Eleitoral uma justificação para o fim de instruir um pedido urgente de garantias á ordem de *habeas-corpus* de que é portadora aquella agremiação politica, para fazer comícios na Praça João Lisboa.

Allega a Acção Trabalhista que a ordem de *habeas-corpus* foi burlada pela policia, pois quando os oradores falavam ao povo em linguagem *respeitadora e moderada* (o grifho é nosso), começaram a ser aparteados, insultuosamente, por funcionarios publicos all postados propositivamente, afim de perturbar a ordem publica e justificar a interferencia da policia, o que diz realmente se verificou, com o apparecimento do capitão chefe de policia, que invadiu a praça, acompanhado de guardas civis e soldados, dissolvendo o *meeting*.

Lendo as affirmações que faz o advogado da Acção Trabalhista, a gente fica pasma e nem sabe mesmo como qualifica-las, tão longe estão ellas da verdade!

Na nossa edição de hoje publicamos os depoimentos prestados logo após o *meeting* da praça João Lisboa e, por elles, vê-se que os factos se passaram de maneira muito differente da contada pelo advogado da Acção Traba-

lista: Anaxagoras Mendes de Carvalho, partidario extremado do marcellinismo, pois não faz muito tempo, que o COMBATE, passando por cima do seu proprio redactor chefe, que o havia insultado, enalteceu-lhe as qualidades de amigo e correligionario dedidissimo; José Travassos, trabalhista extremado, que tem tomado parte activa na campanha contra o governo; Ponciano de Carvalho, um dos *leaders* do movimento e fogoso orador na Associação Commercial; Hilton Rayol, amigo dedicado e inseparavel do dr. Genesio Rêgo, presidente da União Republicana e um dos chefes da opposição ao Governo do Estado; Antonio Tavares das Neves, partidario *enragé* do marcellinismo.

Ora, está á vista de todo o mundo, entra pelos olhos de toda gente, que essas testemunhas, inimigas que são do governo, só poderiam depôr no sentido de confirmar as affirmações do dr. Gabriel Rebello, que são os itens da justificação requerida.

Que valor, pois, poderá ter tal justificação? Que provarão taes depoimentos?

Não podemos prever como vai ser resolvido pelo Tribunal Eleitoral o pedido de garantias da Acção Trabalhista, mas não podemos tambem deixar de fazer uma observação, que é importante, neste momento, em que se ferem accessas luctas politicas no Estado. E diz respeito essa observação á composição actual do Tribunal Elei-

toral do Maranhão, que tem no seu seio tres illustres e eminentes juizes, intimamente ligados a essas mesmas luctas politicas. E são esses juizes, o desembargador Henrique Costa Fernandes, irmão de um dos membros do directorio da União Republicana e de um deputado dissidente—dr. Francisco Costa Fernandes; o desembargador Antonio Bona, que é cunhado dos drs. Marcellino e Lino Machado, chefes do Partido Republicano Maranhense; e o dr. Crepory Franco, parente e intimamente ligado ao dr. Genesio Rêgo, chefe da União Republicana.

Não duvidamos, nem de leve, da integridade, do espirito de justiça dos illustres magistrados, mas extranhamos, como todo mundo deve extranhar, estejam elles tomando parte em decisões que dizem respeito ás luctas partidarias, neste momento, em que os illustres juizes estão a ellas tão intimamente ligados.

Fonte: Pacotilha, 28/08/1934, p.6.

O artigo trata do pedido de *habeas-corpus* para realização de comícios por parte da Ação Trabalhista, “partido” recém criado por alguns comerciantes maranhenses, e que estaria sofrendo perseguições por parte do governo do Interventor Martins Almeida. O “partido político” fora criado por membros da Associação Commercial após desentendimentos entre governo e ACM acerca da cobrança de impostos sobre as atividades daqueles comerciantes. Tinha aquela agremiação partidária o objetivo de fazer oposição ao governo Martins de Almeida, o qual, devido sua aliança com o deputado Magalhães de Almeida, tornou-se alvo também das facções “unionista” (URM) e “marcelinista” (PR). Por isso a preocupação do articulista, claramente defendendo o interventor, em levantar suspeita seja sobre as testemunhas que embasavam o pedido do advogado da Ação Trabalhista, seja sobre os próprios magistrados do Tribunal Eleitoral. Tanto aquelas quanto estes são qualificados como notórios “partidários” das “lutas políticas”. Dentre as designações utilizadas observa-se a presença das etiquetas em “ismo” para os membros da *facção* “chefiada” pelos irmãos Marcelino e Lino Machado. O rótulo vem acompanhado de um galicismo

(“partidário *enragé* do marcelinismo”) cujo sentido (raivoso) reforça aspectos da instintividade, atribuindo àquele “partidário” uma da natureza animal, como costumavam ser caracterizados os “marcelinistas” nessas lutas de classificação.

Mais um exemplo nessa linha pode ser visto no artigo abaixo reproduzido:

**NOS calcanhates do Achilles . . .**

Em “O Combate”, de hontem, foi derramado sobre os cururupuenses mais uma onda de odio e de villipendio.

Ninguem escapou; ninguem pôde evitar os sulpicos daquela peçonha que envenena as almas e saja os corações.

Nessa tarefa, e em estylo scientifico, o irrequieto e trefego arauto marcellinista não reparou sobre quem jogava os seus torpes insultos.

Atirou-se até contra indefesas professoras que, por esta ou aquella contingencia, são suas patricias.

Disse que estavam no cartorio eleitoral como que em uma bacchanal.

O sabio e *magnanimo* não viu desde logo que a sua comparação grosseira, não attingiria ás pobres meninas que, por ventura, quiz colher na sua maré de vesania, mas a si proprio, dando a justa medida da sua personalidade moral e da grandesa de seus despeitos.

Nada lhe ficam a dever agora os cururupuense, que algum dia receberam os seus favores de qualquer natureza. Elles não sabiam que até as

suas filhas poderiam ser desrespeitadas, se não pagassem a sua divida de gratidão com a moeda de seu voto para o marcellinismo estreito, que ameaça a tranquillidade maranhense.

O que o Grande Eleitor quer em Cururupú é a obediencia passiva ao marcellinismo vésigo; é que os cururupuenses, que têm recebido offensas do orgão marcellinista como de seus mais destacados proceres, joelhos em terra, pedissem a esmola de um cantinho no famigerado partido.

Pois bem, em Cururupú ainda ha quem tenha brio e saiba corresponder a gentilezas.

Pagar com a sua independencia e dar o seu voto ao marcellinismo em troca de favores que se deva a esta ou aquella personalidade é que não!

E, especialmente, quando estas dizem e redizem que não são *politicos* nem *cabos electoraes*.

Publicado na primeira página da *Pacotilha* do dia 9 de setembro de 1934, um mês antes do pleito eleitoral, o escrito tinha por alvo “os canhares do Achilles”, título que procurava ironizar, através da referência ao mítico herói grego, o nome do conhecido médico maranhense Aquiles Lisboa. Como era sabido, este era também um “partidário” do “marcelinismo”, como fazia questão de lembrar Nascimento Moraes. Este, por sua vez, buscava caracterizar, a partir de um escrito de Aquiles Lisboa publicado n’*O Combate*, o que seria a “personalidade moral” daquele cidadão cururupuense. O texto de Lisboa, a que se refere Moraes, foi publicado como resposta a

um comentário do redator d'*O Combate* a uma carta que Lisboa havia escrito para este vespertino na qual descrevia, segundo ele, o cenário atual em Cururupu, dominado pela “política magalhanesca” e na qual “capangas eleitorais” “organizavam a esquadra votante do chefe Magalhães de Almeida” (O COMBATE, 07/09/1934, p. 1: “Cururupu”).

Segundo Moraes seria possível perceber a verdadeira “personalidade” do “magnânimo cientista” quando este se voltava para os seus conterrâneos com “uma onda de ódio e vilipêndio” que a todos encobria, “salpicados” pela “peçonha que envenena as almas e suja os corações”. Nascimento Moraes aproveitava para ironizar o “estilo científico” do “trêfego arauto marcelinista” que, segundo ele, lançava indiscriminadamente seus “torpes insultos” sobre aqueles coetâneos, não poupando nem mesmo “indefesas professoras que, por esta ou aquela contingência, são suas patrícias”. Tudo isso, continuava Moraes, porque os cururupuenses se recusaram a curvar-se, “numa obediência passiva”, ao “marcelinismo estreito” e “vesgo” do qual o “sábio e magnânimo” Aquiles Lisboa era o seu “Grande Eleitor”. Mal-sucedido em tentar negociar os votos dos seus conterrâneos “em troca de favores”, Lisboa ainda “dizia e redizia”, segundo Moraes, que não era “político nem cabo eleitoral” (PACOTILHA, 09/09/1934, p. 1: “Nos calcanhares de Achilles...”).

Outro conjunto discursivo que é possível identificar nos escritos de Nascimento Moraes voltados para o fenômeno político maranhense no qual estava inscrito diz respeito aos “costumes políticos”, aos comportamentos e práticas que caracterizariam a atuação dos “partidos”, seus órgãos de imprensa e dos próprios “políticos”.

Para o agente existem sempre duas posições no cenário político: o governo e a oposição. Segundo ele, as diferentes “agregações político-partidárias” retirariam os seus “valores”, “a sua força”, dos seus “elementos componentes”, ou seja, dos seus membros. Numa leitura profundamente marcada por variações do paradigma evolucionista, particularmente pelos conhecimentos biológicos do século XIX, o autor assim desenvolvia sua linha argumentativa acerca do que definiria um “partido político”:



Sem esse fundamento ninguém poderá compreender o que seja um partido político. Elle tem que se justificar como um aparelhamento completo de factores estaticos e dinamicos, sem o que ninguém poderá presumir que elle seja um organismo vivo, com uma compleição robusta, de um elevado indice de resistencia financeira, moral e intellectual, organismo com todas ou quase todas as probablidades de vencer o meio, de o modificar pela sua influencia, e não victima de um raquitismo invencivel, que o conservará sempre, até o seu desaparecimento, inferior aos coefficients mesologicos que actuarem, continua e constantemente sobre a sua debil estructura.

Os partidos políticos são compreendidos enquanto “organismos vivos” que precisam dispor de “um elevado índice de resistencia financeira, moral e intelectual”, pois somente assim aparelhado poderiam se impor sobre o “meio” social existente. De outro modo, quer dizer, sem essa “compleição robusta” derivada dos seus “elementos componentes”, os partidos tornar-se-iam vítimas dos “coefficientes mesológicos” (“o meio” em que estavam inseridos) que, assim, os conservariam num “raquitismo invencível” até que, por fim, fossem extintos.

Por isso, não se admitiria a existência de partidos dos quais não se conhecessem os elementos responsáveis pela sua “organização”, “fisionomia”; “os homens que tem por fim trabalhar pelo desenvolvimento de uma coletividade”:

Ora, sendo assim, e não doutro modo, não se explica exista um partido politico cujos elementos não possam ser conhecidos. Um partido assim, positivamente, não existe! E não existe, porque é nulla a sua atuação moral no seio das classes, é apagada a sua vida, é muda a sua expressão, é como se fôra uma physionomia morta.

Não existe porque é negação de sua propria estirpe. Porque quem diz — partido politico, diz uma sociedade de homens que tem por fim trabalhar pelo desenvolvimento de uma collectividade, dirigindo as classes, incrementando as suas forças economicas para que estas sirvam de alicerces, depois de equilibradas, a todas as edificações que formam a grandeza de um povo e a riqueza de um Estado.

Si, porém, não são conhecidos os elementos indispensaveis á sua organização, a projecção de sua existencia, como se confiar nelle, como se lhe estudar a estructura? Como se aferir de seu valor, si se não conhecem os valores componentes?

Sem o conhecimento público desses “componentes”, um tal “partido” não poderia agir “no seio das classes”, onde seria “nula a sua atuação moral”. Assim, sem “vida”, sem “expressão”, “é como se fora uma fisionomia morta”. Como “se confiar” num partido desses? Como “aferir” o seu “valor” ou “estudar-lhe a estrutura”? Estas



indagações, bem como toda a argumentação que lhe serviu de base, são formuladas em linguagem objetiva, simulando mesmo certos protocolos de um cientificismo marcante na formação intelectual de Nascimento Moraes. Todavia, estes *argumentos de autoridade* manipulados pelo agente através dessa linguagem pretensamente “científica” apenas preparavam o terreno para que o viria logo em seguida, conforme pode ser lido no trecho que abaixo reproduzimos:

Afloram essas considerações, a propósito da deliberação da “União Republicana”, depois que deixou de fazer parte della o commandante Magalhães de Almeida.

Até então a organização dessa grey politico-partidaria não se processava em segredo. Até então não se occultava a feição dos sub-directorios.

Agora, reina sobre a vida da União Republicana um segredo insondavel ! O Directorio resolveu não declarar quaes são os elementos

que lhe affirmavam solidariedade. Seu organ, na imprensa, grita que o Partido Social-Democratico não tem adeptos, não tem eleitorado, enfim, não tem **tropa de choque** !

Nada obstante, o commandante Magalhães Almeida já publicou todos os telegrammas de adhesões que lhe foram transmittidos do interior do Estado, da baixada e do sertão. E agora, na sua ausencia desta capital, o Directorio está mandando publicar pelas columnas deste jornal os sub-directorios !

...  
O mais interessante, porém, é que o organ da União quer saber da vida do Partido Social-Democratico, das suas elaborações. Ainda na sua edição de hontem, exara no primeiro periodo de um artigo de columna aberta: “Vem causando geral estranheza o facto de não terem os srs. Magalhães e Martins Almeida mandado publicar a chapa official para o pleito de Outubro proximo”. E mais: “Nem ao menos os nomes dos candidatos á deputação estadual foram divulgados”.

Pois sabemos nós de facto differente. O que está causando estranheza ao publico é não publicar a União os telegrammas de adhesão ou de solidariedade que recebeu em resposta aos que passou aos sub-directorios, após o rompimento !

Fonte: Pacotilha, 28/08/1934, p.1: “É melhor corrigir que dissimular”.

Os objetivos de Moraes neste editorial giravam, portanto, em torno da contestação da legitimidade da URM enquanto um “partido político” que se apresentava para aquele pleito com um dos principais adversários que *facção* comandada por Magalhães de Almeida e que tinha entre seus apoiadores ninguém menos que o Interventor Martins de Almeida. Estava, portanto, dotada de “um elevado índice de resistência financeira, moral e intelectual”, a exemplo do órgão fundado pelo PSD, cuja direção foi entregue por Magalhães de Almeida ao seu antigo colega no Liceu Maranhense, Nascimento Moraes. Com efeito, este defendia nos seus editoriais e artigos políticos, assim como na coluna “Os Outros”, não apenas o “Comandante Magalhães de Almeida” mas também o governo do Interventor no Maranhão, o “Capitão Martins de Almeida”.

Em outro editorial (PACOTILHA, 05/09/1934, p. 1: “Apostolado Político”) Moraes afirmava que o “partido” chefiado por Magalhães de Almeida estava cumprindo “com elevado apurmo moral o seu apostolado político”. Conseguindo vencer, devido as energias vitais dos seus componentes, as “injunções do meio”, “saturadas de “vícios partidários”, o PSD avançava com segurança, espelhando-se nas “lições” que a “história dos povos cultos” oferecia.

\*\*\*

Conservando-se dentro das fronteiras de severa disciplina, traccjando, sem indecisões, nem duvidas a sua orbita de acção, sem se deixar vencer pelas injunções do meio, saturadas de vicios partidarios, o Partido Social Democratico seguirá, com segurança, as lições dos grandes acontecimentos politicos, registrados pela historia dos povos cultos, em varias epocas.

\*\*\*

Porque os factos que ora se desenrolam, dentro do nosso Estado são de todos os tempos. E' um phenomeno de desagregação, que se pode comparar aos phenomenos geologicos conhecidos pelo mesmos nome.

Forma-se um novo relevo assim no solo, como no terreno da vida politica. Si, porém, no solo, a nova formação não pode ser modificada, antes, pelo contrario, tende cada vez mais a definir-se, na vida politica dos povos não acontece o mesmo, pois que a energetica politico-social educa, aos impulsos de plausivel ethica, elementos que se depreciaram com o rompimento dos vinculos sociais e politicos que os equilibraram.

Apesar da “desagregação” do meio (“depreciação dos vínculos sociais e políticos”) a atuação do PSD, com base numa “severa disciplina”, e dentro de sua “órbita de ação” definida, conseguiria alterar esse quadro da “vida política” do “nosso Estado”, pois, diferente dos “fenômenos geológicos”, que não podem ser modificados, a “energética político-social educa” os “elementos que se depreciaram com o rompimentos dos vínculos sociais e políticos”.

Em contraposição a essa força regeneradora que era o PSD, chefiado por Magalhães de Almeida e apoiado pela estrutura político-adminstrativa do governo estadual, estavam as *facções* “oposicionistas”: os “unionistas” ou “genesistas”, cujo “partido” era a URM, e os “marcelinistas” que se reuniam no PR. Assim como a *facção* governista, eles também contavam com seus veículo de imprensa: *O Imparcial* e *O Combate*, respectivamente.

Nas eleições de outubro de 1934, nem Astolfo Serra nem Reis Perdigão apresentaram-se como candidatos. Enquanto o primeiro, apesar de ainda encontrar-se vivendo na capital maranhense, afastara-se das disputas político-partidárias e mesmo da

“militância” na imprensa, tendo fechado em junho de 1934 o seu jornal *Notícias*, o segundo partira ainda em 1933, em definitivo, para o Rio de Janeiro, onde continuou “militando” na imprensa e em agrupamentos políticos de caráter socialista.

Os principais adversários da *facção* reunida em torno do recém criado PSD, nas eleições de outubro de 1934, eram, portanto, a URM e o PR, ou “unionistas” e “marcelinistas” como eram também designadas aquelas *facções*. O debate travado entre seus representantes pelas páginas da imprensa da época permite analisar alguns aspectos dessas lutas de classificação visavam constituir a identidade pública daqueles agentes políticos.

Particularmente no que se refere ao chamado “marcelinismo” é possível encontrar nas páginas da *Pacotilha* matérias, artigos e notas que traziam descrições acerca das práticas ou costumes políticos dos “adeptos” da “seita marcelinista”. Abaixo um fragmento da primeira página desse veículo, onde se pode ler ao lado do editorial intitulado “Ontem e hoje”, um trecho de um artigo (“Para não mudar de peça...”) que atribuímos àquele que era responsável pelos “critérios políticos e intelectuais” do jornal, o seu diretor, Nascimento Moraes:



Tanto o editorial quanto o artigo tratam da atuação dos “jornais que representam o pensamento da oposição”, com a diferença de que no artigo são designados como “os escrevinhadores do marcellinismo”. Mas a descrição das suas atitudes convergem, pois continuariam baseadas, “ontem” como “hoje”, no “mesmo sistema” da “mentira, do medo e da mistificação”, produzindo boatos por meio dos seus órgãos de imprensa, afirmando que a “cidade está cheia de capangas” e “jagunços” a soldo do governo. “Acastelados na *verdum*”[referindo-se a *O Combate*] aqueles “escrevinhadores” (termo

que tinha a clara intenção de desqualificar os redatores do jornal adversário), almejavam, segundo afirmava Nascimento Moraes, “espalhar o terror” sobre a população, jogá-la contra o governo, da parte do qual davam “como certas”, “violências”, “prisões e outras coisas terríveis” (PACOTILHA, 09/09/1934, p. 1).

Na coluna os “Outros” de 15 de setembro, Nascimento Moraes comentava que os “ferrenhos articulistas do órgão marcelinista” não teriam comparecido no dia anterior à oficina do jornal posto que o mesmo não trazia o “ar belicoso com que sempre se apresentava a seus leitores” (PACOTILHA, 09/09/1934, p. 2).

# HONTEM E HOJE

Lendo-se, com attenção os jornaes que representam o pensamento da opposição, nota-se a indecisão no ataque, a desorientação nos conceitos, e uma sinuosa extremamente flexivel nas impressões. Um diagramma de marés não será mais interessante.

Hoje, colericos avançam que a cidade está cheia de capangas e secretas com que o governo está esbanjando os dinheiros publicos. Amanhã, escondem os capangas e os secretas por motivos que só elles sabem. Ao depois, voltam com os capangas e secretas e tornam a assombrar a cidade ! . . .

Hoje, cheios de uma convicção communitativa, declaram que a Interventoria já não existe, e choram a queda do Interventor que lhes não quiz ouvir os conselhos. Amanhã, ao empallidecer da esperança, investem furiosos contra o Interventor e lhe lançam apostrophes atrevidas.

Hoje, com uma grande alegria proclamam que a Interventoria actual tem contra si o povo e a sociedade maranhense. Amanhã, elles mesmo se incorporam ao povo para confortar um auxiliar do governo, acabrunhado com a perda de um ente querido.

Hoje, por motivo de uma permuta de juizes, gritam que o governo está moribundo porque desrespeitou um tribunal, e por isso, precipitadamente, desfecham no governo o tiro de misericórdia.

Amanhã, elles mesmos affirmam que o governo ainda não morreu e lastimam-se, com os olhos marejados de lagrimas: "Não cremos que o acto do sr. Martins Almeida não encontre correctivo".

"Com o seu decreto o governo criou uma situação insustentavel para os juizes reque-rentes da permuta de comarcas concedida contra o voto do mais alto tribunal do Estado".

Hoje, escrevem um artigo Fim, com que se despedem de um governo que, para elles, já não é governo, mas uma sombra quase indefinida.

Amanhã, com o se lhe dissipar o sonho morbido, a diabolica e terrivel suggestão, escrevem ainda a respeito dos juizes que pediram permuta: "Os actos desses magistrados nas comarcas para onde foram transferidos illegalmente não terão valor juridico". Assim, elles mesmos, facilmente, declaram que a In-

terventoria não é uma sombra, pois vêm os juizes nas comarcas para onde vão seguir, delib-erando sobre materia referente ao pleito eleitoral !

Hoje, affirmam, desassombradamente, que o Interventor Federal é um homem ao mar por que "entrou num conflicto com o Tribunal Regional. Amanhã, annunciam que a respeito do caso resolveram ouvir a opinião de alguns acatados juristas maranhenses, e promettem uma entrevista do dr. Domingos Americo de Carvalho, de quem, de ha muito, se haviam esquecido, em lugar de experimentar as forças intellectuaes de um dos proce-res unionistas.

Recuos e avanços. Mergulhos e affloramentos.

Em tudo a incerteza, a dubiedade, a dúvida tremenda.

Esgrimam contra o ar. Abraçam-se a tudo e a todos, entregues a todas as aventuras de uma politicagem que não mede a altura do salto, nem as profundidades dos precipícios.

Isto, porém, está de accordo com a pratica a que se haviam entregado, quando defendiam interesses que se chocavam.

Hontem, apodos e mais apodos, doestos sobre doestos, acusações e acusações !

Hontem, a negação de todas as boas qualidades ou virtudes com que um homem se pode recomendar á estima da sociedade e a sympathia do povo.

Hontem, a palavra ferina, a phrase depreciadora do caracter, preparativos para desafrontas pessoases. Eram adversarios. Eram inimigos.

Hoje, ajudam-se nas aventuras, nas assa-cudilhas contra o inimigo commum. Reciprocamente se copiam. Referendam uns aos outros as mystificações, sentem as mesmas decepções, gritam pela mesma bocca, e ameaçam o governo com as mesmas ameaças.

Confraternizam-se pelos mesmos interesses, pelos mesmos erros, pelas mesmas ambições, pelos mesmos intulos, pelos mesmos processos com que fazem a vida partidaria.

Mas hontem e hoje, ambos se esqueceram de que promoveram o proprio desmoronamento, e deram ganho de causa á Interventoria, contra a qual, cada um de sua vez, lançou uma vasta rede de explorações.

Chegará, hoje, a esta capital, ás 16 horas, no trem-horario o commandante Magalhães de Almeida, Chefe do Partido Social Democratico.

ANNO L—NUMERO 59

MARANHAO—3 LUIS, 26 DE SETEMBRO DE 1934

# PACOTILHA

Director—NASCIMENTO MORAES

Redação e Officinas — RUA HERCULANO FARGA, 20

Gerente—MIECIO JORGE

## Comte. Magalhães Na tocaia... de Almeida

E' em derredor deste nome que presentemente se agitam todos os gremios politicos do Maranhão. Elle está no centro da figura, ainda mal desenhada no terreno em que se estão ferindo todos os prelios da politica partidaria do Estado. Contra elle se levantam todas as vagas encapeladas das mais sanhudas competições, bramindo, como feras, ambições desmarginadas, interesses insopitaveis, despeitos



irreprimiveis, decepções profundas, e fraquezas cruciantes de que se geraram odios tremendos que rebentam a cada momento em afrontas e desacatos, em pravidades e objurgatorias.

Articulam-se, contra elle, nesta hora, ele. Fonte: Pacotilha, 26/09/1934, p.1.

Os gaseteiros do "Combate" estão sempre na tocaia, á espera de um que lhes cala na unha, por isto ou por aquillo, ou mesmo, por coisa a'guma.

Useiros e vezeiros na calumnia, afilados na injuria, requintados nos insultos, o maior prazer daquella gente é sujar tiras de papel, é atirar salpicos de lama sobre os que, descuidados, lhes passam perto.

Fóra da sua grei, ninguem escapa aos seus conceitos desalrosos, ás suas objurgatorias, ás suas diatribes. Raros são os que têm conseguido fugir aos ataques, ás assacadilhas, ás injurias do marcellinismo no Maranhão.

E para isto, basta que não communique as idéas, que não lhe obedeça ao commando, que não lhe soffra a influencia.

O que vale para todos os que tem sido victimas dos desabusados insultadores, é que ninguem mais os leva a serio e todo o mundo sabe que elles, outra coisa não tem feito desde que se organizaram em bando, sinão atassalhar os adversarios, chelos de um odio incontido.

Que o diga o dr. Genesio Rêgo até de tentativa de assassinio já foi accusado. Que o diga o dr. Tarquinio Lopes. Que o diga o dr. Fontenelle. Que o digam o desembargador Costa Fernandes, o desembargador Antonio Bona, o desembargador Teixeira Junior e todo o Tribunal Eleitoral.

Hontem foi o dr. Raul Pereira o insultado. E isto, simplesmente porque sem mais outro exame, entenderam que aquelle nosso amigo, em data de 20 deste mez, passára um telegramma á Agencia Brasileira relatando uma reunião em Palacio, dos Secretarios do Governo e chefes dos serviços publicos, reunião em que o interventor Martins de Almeida pronunciou um discurso e tomou medidas assecutorias, para o pleito a se ferir no dia 14 de outubro.

Não transcreveram o telegramma como o fez o "Imparcial", extrahido

CORRE, como certo, que os da União Republicana estão preparando um plano para a vespera da eleição. E o plano consiste em telegraphar para todo o interior do Estado noticiando a exoneração do Interventor, cap. Martins de Almeida.

Que se precavenham os nossos amigos do interior e estejam certos de que o capitão Martins de Almeida continúa a gozar da estima e da confiança do Chefe da Nação e presidirá as eleições de 14 de outubro.

O plano machavelico não vingará.

## O 1.º centenario da morte

de D. Pedro I  
RIO, 24—E' commemoorada, hoje, o primeiro centenario da morte do primeiro Imperador do Brasil.

## Cumprindo a Constituição

VAI SER APOSENTADO O GRANDE CIVILISTA DR. CLOVIS BEVILAQUA

RIO, 24—O dr. Clovis Bevilaqua, consultor juridico do Ministerio do Exterior, que conta mais de 68 annos de idade, será aposentado, conforme estabelece a Constituição Brasileira, devendo o presidente Getulio Vargas nomear o dr. Afranio de Mello Franco para o substituir.

dos jornaes do Rio. Esconderam-no aos seus leitores para melhor poderem, dando-lhe grande vulto, atirar-se contra o dr. Raul Pereira, numa linguagem, que é muito sua que é muito delles.

Estavam na tocaia e com o dedo no gatilho...

Os escritos jornalísticos de Nascimento Moraes mais voltados para a luta política e faccional não eram assinados, ou utilizava pseudônimos ou colocava como editorial ou simplesmente sob a forma dos chamados "artigos de fundo", que eram como posicionamentos oficiais do jornal. Na página acima reproduzida temos mais um exemplo desse tipo de escritos. Intitulado "Na tocaia...", ele tratava mais uma vez dos "escrevinhadores" ou "gaseteiros do 'Combate'", os quais são descritos como "useiros e

vezeiros na calúnia, afinados na injúria, requintados nos insultos”. Seria praticamente impossível fugir desses “ataques” e “assacuilhas” do “marcelinismo no Maranhão”, sempre guiados pelo “ódio incontido”. Nascimento Moraes cita, então, várias das “vítimas dos desabusados insultadores”: Genésio Rego, Tarquínio Filho, o ex-delegado e “ex-marcelinista” Humberto Fontenele, os desembargadores Costa Fernandes, Antônio Bona, Teixeira Junior e “todo o Tribunal Eleitoral”. O mais recente “insultado” teria sido o advogado Raul Pereira, ligado à *facção* “magalhãesista”, “numa linguagem que é muito deles” (26/09/1934, p.1: “Na tocaia...”).

Além de fazer diretamente a defesa do PSD de Magalhães de Almeida e do governo do Intevntor Martins Almeida, *Pacotilha* publicava matérias em que as “vítimas” dos ataques da “imprensa marcelinista” se defendiam, como no exemplo abaixo, em que o próprio Interventor o fazia:

## O interventor do Maranhão responde aos seus adversários

Lemos no “Correio da Manhã” do Rio, de 26 de agosto : Transmittido pelo capitão Martins de Almeida, recebemos este telegramma :—São Luiz, 24—“Correio da Manhã”—Rio —N.º 146. — Afim de desfazer explorações que os adversários do meu governo vêm fazendo imprensa dessa cidade, vehiculando informações falsas sobre a situação do Estado, venho mais uma vez, no exercicio legitimo de defesa que me assiste, explicar á opinião do país a verdadeira situação do Estado que governo.

As falsidades mais grosseiras estão sendo transmittidas pelo correspondente da Agencia Brasileira, sr. Eden Bessa, meu adversário pessoal e um dos principaes instigadores do dissidio entre o Commercio e Intevrventoria.

O melhor testemunho que posso apresentar da elevação com que me conduzi no referido dissidio, é o atestado de conducta nobre da Associação Commercial dessa Capital, que encerrou sua interferencia no caso em virtude de irreductibi-

## Os sargentos querem um deputado

RIO, 31—Os sargentos levantaram a candidatura do seu collega Rodrigo Magalhães, academico de direito, á Camara Federal.

accetar o pedido de demissão Neguei por duas vezes a demissão do prefeito de S. Vicente Ferrer, partidario do sr. Marcellino Machado e quando a concedi, por instancias do mesmo, declarou-me que afastado da Prefeitura continuava meu amigo, em virtude das atencões recebidas. Exonerel, a pedido, os prefeitos municipaes de Barreirinhas e Rosario.

Os oradores atacam a situação em calão desprezível e improprio. Accentuo entretanto que taes oradores são pessoas despidas de qualquer responsabilidade na politica e na sociedade maranhense, sendo o mais graduado delles exsargento da Força Publica, excluido por má conducta habitual. O governo vem recebendo as maiores demonstrações de solidariedade, destacando-se as de varios elementos do Partido Socialista e dos partidarios do deputado Magalhães Almeida, que constituem de facto a maioria do Estado. De accordo com o presi-

tenho empregado os maiores esforços no sentido de facilitar e animar o alistamento, não se registrando a mais leve sombra de desordem.

Venho lendo as noticias publicadas na imprensa dessa capital, as quaes causam espanto aqui, pela falsidade que encerram. Inventam-se declarações que jámais fiz, transcrevem-se discursos de auxiliares meus que nunca foram pronunciados, com visivel intuito de mystificar a opinião geral e trazer ambiente hostil ao meu governo fóra do Estado, de vez que aqui não foi possivel creal-o, apesar dos esforços empregados.

Querendo demonstrar ao “Correio da Manhã”, um dos órgãos de maior responsabilidade da imprensa brasileira, a injustiça da campanha que me move **venho os interesses contrariados,** solicito designar com urgencia um redactor para vir a este Estado assistir á propaganda eleitoral e ás eleições, examinando se são ou não reaes as garantias offerecidas pelo meu governo á livre manifestação do povo maranhense.

As despesas da viagem do por minha conta pessoal e dos meus auxiliares. Reitero o meu agradecimento muito sincero, vosso representante correrão (a) *Martins Almeida*, interventor federal”.

Fonte: Pacotilha, 01/09/1934, p.1.



Na coluna os “Outros”, Nascimento Moraes transcreve e comenta trechos de artigo do jornal *Tribuna*, no qual:

Diz o articulista:  
“Por isto o marcellinismo se colloca fora do nosso tempo, recua para as edades escuras de Genserço ou Tamerlao”.  
Isto é demais!  
Mas... força é confessar, o articulista está fazendo uma psychologia interessante. Lelam o que se segue:  
“O primeiro dogma que se ensina a quem quer pertencer á seita marcellinista é o odio a Magalhães Almeida a quem elles procuram cobrir com os mas repellentes baldões.”

Pacotilha, 26/10/1934, p.2.

Moraes dá crédito àquela, segundo ele, “interessante psicologia” que o articulista de *Tribuna* estaria fazendo acerca do “marcellinismo” porque estava de acordo com as características que ele próprio atribuía a esta “seita” cujo primeiro dogma seria o “ódio a Magalhães Almeida”. Em seus escritos, ele avançava na ideia de que o “marcellinismo” era uma “doença” e os seguidores dessa “seita” eram, na verdade, “loucos”. E, como tais, não se deveria levá-los a sério, nem descer ao nível dos “impropérios”, “insultos” e “injúrias” que proferiam, pois eram frutos do “ódio” ou do “delírio” característicos daquela enfermidade.

[...]

O COMBATE – Na primeira página publica *O uso do cachimbo faz a boca torta*.

Se não se encontrassem nesse artigo muitos impropérios, muitas injúrias, muitos desaforos, não estaria mal lançado este pórtico do *Combate*.

O articulista, porém, não pode conservar o aprumo, a elegância da frase, até o fim. Em meio da viagem, meteu os pés pelas mãos e destruiu os postulados científicos que havia lançado. [...]

O articulista estragou o artigo!

Comprendemos o caso: o periodista quis imitar o dr. Achilles Lisboa, nos artigos que escreveu contra Cururupu, [...]

O dr. Achilles reduziu o próspero Cururupu a uma terra infeliz, onde se encontra uma população de imbecis. Só escapou da regressão, o dr. Achilles, e mais ninguém! Desconfiamos até que Deus lhe dissesse num sonho que ia incendiar a cidade, e que elle fugisse dali, como a única criatura digna, boa, de bom character e de sentimentos nobilitantes.

E elle arrumou as malas e fugiu para cá, lançando sobre o seu berço a ultima pá de terra.

O articulista do artigo em apreço escreveu, imitando o dr. Achilles, que o comandante Magalhães de Almeida está cercado *de meia dúzia de maranhenses sem dignidade e sem brio*.

Acuda-se esse trecho do artigo com muita água e creolina!

Si os correligionários e amigos do comandante Magalhães de Almeida não estivessem convencidos de que o *marcellinismo é uma doença*, certo



tomariam em consideração esse jacto de lama pútrida atirado à face da família maranhense.

Mas que se há de fazer com os **loucos**?

Mais sofreram os cururupuenses por se colocarem ao lado do comandante Magalhães de Almeida, deixando às moscas o dr. Achilles Lisboa, que apesar de ser cururupuense não conseguiu esmagar a má vontade que contra ele têm os seus conterrâneos que, ainda não faz muito tempo o adoravam como se ele fora um Deus!

**Que se há de fazer com os loucos?**

Responder pela mesma moeda? Revidar os insultos?

Não o farão os amigos do comandante Magalhães de Almeida, nem o fará a **Pacotilha** que, órgão do Partido Social Democrático, **ressurgiu para defender sadios princípios políticos e para salvar a imprensa maranhense do descrédito** em que a estavam lançando os foliculários que tomaram conta dela para despi-la na praça pública, **dos seus rebrilhantes foros de alta cultura!**

*Derno Junior.*

Assinava o agente esses escritos sob pseudônimo de Derno Júnior, tentava desse modo não se envolver de modo tão declarado nos embates faccionais. O que vemos é simultaneamente uma defesa da *facção* cujo chefe é o “comandante Magalhães Almeida”, e um ataque à facção rival, nomeada “marcellinismo”.

Outro conjunto de referências negativas que aparecem nos escritos de Nascimento Moraes acerca dos seus adversários “marcelinistas” estão voltadas diretamente para os irmãos Marcelino e Lino Machado. Estes são descritos como “avarentos”, “hipócritas”, e “azarentos”, dentre outros qualificativos.

# Abaixo a mascara, tartufo!

Marcelino Machado chegou hon-tem, trazendo atada ao rosto a sua mascara de homem puro, probo, amigo dedicado e politico prestigiado e prestigioso.

Abaixo a mascara, tartufo!

Não continuarás a enganar, como tens feito, o povo de tua terra, que desprezas e esqueces e só procuras quando precisas de seus votos!

A historia de tua vida é a historia de uma felonía.

Entraste para o Congresso aproveitando um momento de apathia do eleitorado, usurpando o lugar de um maranhense illustre que é Coelho Netto. Foste occupar, com teu aspecto repulsivo de convalescente de typho e o teu expoente de mediocridade o lugar onde uma intelligencia formosa elevou o nome do Maranhão. A tua introdução na banca maranhense, sorradeira, mesquinha, como a de um indesejavel a impor aos circunstantes a sua presença, foi motivo de criticas e de ironias, pois tu mesmo és uma ironia de tudo que ha de elevado e nobre.

E para o Congresso levaste o teu espirito de intriga, de maldade, de mentira.

Até que um dia... Certo engenheiro, fiscal da Port of Pará conseguíu desviar alguns documentos pelos quaes se provam haver irregularidades serias na vida administrativa dessa Companhia. Ao envez de cumprir com o seu dever, denunciando a fraude, embarcou para o Rio e procurou o Director da mesma, o I Geraldo Rocha a quem pediu, para não denunciar e para devolver os documentos 300.000\$000. Mandando vir no dia seguinte, Geraldo Rocha fe testemunhar a tentativa de "chantage" e expulsou-o de seus escriptorios.

Furioso, rezolveu o engenheiro procurar um deputado que, mediante certa comissão, lhe servisse de instrumento de vingança, denunciando a Camara a fraude descoberta por elle. Procurou o dr. Arthur Moreira. Mas esse maranhense digno, legitimo orgulho de nossa terra recusou terminantemente sujar suas mãos honradas nessa porca negociata.

No dia seguinte... Marcelino Machado denunciava á Camara o caso da Port of Pará!

E é esse excuso negocio, essa torpe aventura, que o velho mascarado exhibe e apresenta, deturpando a verdade, como titulo de gloria e prova de honestidade!

Não lhe queimou o rosto o sorriso do Procurador Geral da Republica que comprehende perfeitamente todo o lado inconfessavel da negociata, quando lhe perguntou ironico: o sr. é advogado?

No dia seguinte a "Vanguarda" do Rio publicava, em letras garrafas toda a sordida transacção e accusava M. M. de intermediario della!

Furioso por se ver descoberto e para simular puritanismo, processou esse jornal. Foi pelor. Veio mais miseria á tona e o jornal foi absolvido, o que prova que tinham fundamento as accusações da imprensa!

Mas isso o "Combate" não publica.

ber uma pensão que o Estado do Maranhão lhe havia dado quando ficou orphã e pobre do grande Benedicto Leite!

Nunca deixou de sugar, sempre que ponde, as modestas finanças do Estado que finge amar.

O cap. Martins Almeida, num gesto de relevante justiça e de immensa bondade, cortou essa escandalosa mesada e com ella deu ultimos dias tranquillos ao dr. Myron Pedreiras, illustre medico maranhense que mal curavel e incuravel lançara em negra miseria.

E diz-se puro, tal homem!

Veio o periodo revolucionario de 1930. Irrequieto, supplicante, servil, tanto pediu e tanto rogou que conseguiu da Alliança Liberal um auxilio em dinheiro. Que fez delle? Comprou machinas para o jornal que até então era uma sociedade por quotas e que, bruscamente, elle passou para o seu nome.

E diz-se honesto, tal homem!

Surgiu a caça aos Cartórios, no Rio logo depois da revolução triumphante. Como o mais impertinente dos pedinchos, como o mais sordido sabujo, como o mais servil dos supplicantes, passou a fazer sentinellas nas ante-camaras ministeriaes. E tanto rogou, e tanto chorou, retorcendo-se melifluo, rebolando-se, manhoso que o Ministro da Justiça, para limpar a sua ante-camara desse "pediculo" nomeou-o escrivão da 5.ª Pretoria Cível, mas ao lhe entregar o titulo disse-lhe: "Ahi tem o sr. um osso."

Agora, por favor... deixe em paz o Maranhão!

E diz-se politico prestigioso, tal homem!

Veio a Revolução Paulista de 1932 Beneficiado pelo Governo Provisorio não soube ser grato, e novamente trahiu!

Foi preso e não perdeu o lugar de vido á Interferencia de amigos!

E diz-se prestigioso, tal homem.

Abaixo a mascara tartufo!

Desta vez, ao pisares o chão maranhense, quer queiras quer não, terás que exhibir ao sol a verdade de tu vida e a opinião publica ha tanto tempo por ti enganada poderá nell ver a triste realidade do seu falso idolo.

Abaixo a mascara!

Ja não enganas mais ninguem. Ja te conhecemos. Ja sabemos a origem dos empregos que annunciavas ter sido por ti arrançados: simulava por ti feitos o que, pelo Dr. Urbano Santos, eram alcançados e tu, velho mascarado para ca telegrafavas "comunico prezado amigo ter conseguido a sua nomeação para tal cargo".

Mas teu carnaval acabou. Abaixo a mascara. Ja começou para ti a quarta-feira de cinzas do ostracismo e do desprezo. Tu que nada fizeste para tua terra, tu que a tens sugado sempre que tens podido, tu a ten traido, a ella e a seus filhos, tu que a tens ridicularisado com a exhibição que tens feito de tua mediocridade degenerada, tu que só tens presente o teu eu, a tua ambição e teu egoismo, tem pena della ao menos, e não lhe tragas agora o immenso azar que te acompanha. Ja esqueceste

Pacotilha, 10/10/1934, p.1.

## Um typo de Monere

O "Avarento", de Monere, e, sem duvida uma pega que se desapparecera quando desapparecer toda a humanidade.

O "Avarento" e um trabalho que deve ser lido por todos os que estimam conhecer a psychologia dos caracteres.

Quem, porisso, não tiver tempo de ler esse monumento da literatura franceza, e se satisfizer com um estudo recreativo sobre essa psychose de feio aspecto basta acompanhar os gestos do sr. Marcellino Machado,

Lizem seus intimos que o sr. Marcellino não paga uma chicara de café a ninguem. Que o sr. Marcellino não anda em automovel, pago com o seu dinheiro. Que, não dá esmolas a ninguem, porque segundo elle diz não devemos fazer aos outros o que não desejamos nos seja feito.

Em toda a sua vida politica, ainda está para gastar o primeiro vintem com a politica. Conversando, um dia, com alguns amigos, disse :

O Benedicto Leite, a quem Deus tenha em bom logar, empobreceu com a politica, porque no seu tempo, eram os chefes politicos que marchavam com os cobres. Pobres morreram o dr. Maia, o Barão de Grajahu', e muitos outros. Hoje, não. O processo é differente. Os chefes não gastam couza alguma. Marcham com os cobres os partidários.

\*\*\*

Pelo que, em politica, elle alcançou o que um politico, no seu entender, deve alcançar— um emprego rendoso !

Os partidários que se amolem com as despesas e que se engalfinhem pelo reino da gloria, com os gestos de benemerencia .

va tão somente por haver acompanhado o transporte dos paraliticos.

Uma innocente creança, no dia seguinte ao embarque do Lino para Caxias, deu uma formidavel queda ferindo-se gravemente nas costas. E' de notar que a garrafa que conduzia estava embrulhada com um boletim do Pé Rapado, exhibindo os retratos dos azarentos.

—Uma baratinha do sr. Amadeu Aroso com as photographias dos pesados deu o prégo em frente a casa do dr. Djalma Marques.

—Uma carroça com bananas, destinadas ao Anil, chocou-se com poste, partindo o eixo. Na carroça encontravam-se muitas chapas do marcellinismo e no poste um retrato do "cscrivão" (figa ?!).

—A menor Gertrudes Silveira, filha do sr. Agripino Silveira, quebrou o braço em trez partes no dia da chegada "delles".

Por hoje, basta.

Uma senhora, mãe de um distincto advogado do nosso fóro, hontem, recebeu uma visita que pertence ao Partido dos Azarentos, quando a referida visita contava o desfile dos visitantes macabros, a dona da casa teve necessidade levantar-se, escorregou e levou enorme tombo quebrando o braço direito em 2 partes. Figa nessa gente ! Figa !

O pessoal do Combate (figa) está quasi doido, pois, ficaram inutilizadas 10 mil legendas delles, por sahirem de côres differentes ás exigidas pelo Tribunal Eleitoral.

Uma senhora, (reservamos o nome) eximia nadadora, hontem, no banheiro no Genipapeiro, ia morrendo afogada se não fossem varios rapazes que no momento acudiram salvando-a. A senhora não podia comprehender como aconteceu aquillo. Um dos rapazes, em feliz momento, respondeu que "elles estavam na terra (figa!).

## E O AZAR CONTINUA...

Continuam a hegar-nos noticias de desastres e accidentes, depois que aqui desembarcaram os chefes do Pé Rapado.

Mandaram-nos mais as seguintes informações:

—O sr. Mauricio Jansen, um dos proceres do Pé Rapado, foi roubado em casaca, calçados, collarinhos, enfim, toda a indumentaria preparada para o "cortejo das cadeirinhas".

—O organ marcellinista publica: "pede-se, a quem tiver encontrado uma bolsa de senhora, perdida no dia da chegada a esta capital do dr. Marcellino e Lino Machado, o obsequio de entrega-la nesta redacção".

— Da Escola Normal chegamos a informação de que uma alumna distincta fóra mal succedida numa pro-

Para finalizar a análise destes escritos jornalísticos de Nascimento Moraes dedicados ao jogo político faccional maranhense, particularmente acentuado nos períodos eleitorais, trazemos uma crônica política que ele assinou com o seu pseudônimo literário mais conhecido: Valério Santiago:

## Entre "inglezes" . . .

A Inglaterra, segundo uma estrophe de Castro Alves

**E' um navio  
Que Deus na Manche ancorou.**

O poeta do **Navio Negreiro** e da Cachoeira de Paulo Affonso viu a Inglaterra por um de seus caracteres mais evidentes. Mas Ramalho Ortigão sem deixar de parte o aspecto politico, penetrou a physionomia moral do inglez.

E' um fleumatico, que soffre de uma doenca inexplicavel que somente elle soffre no mundo, e que se chama spleen.

. . .

Por nos lembramos, hoje, da Inglaterra e do inglez, acode-nos á memoria uma anecdota que, ha tempos nos contaram, feita por tres inglezes, que, num botequim, em frente de uma das praças mais concorridas de certa cidade brasileira, placidamente, amigavelmente bebiam cerveja.

Eram 14 horas da tarde, e já haviam sorvido uma duzia de garrafas da deliciosa bebida, que é o netar dos que sabem beber sem prejudicar a graça da espiritualidade.

Acabavam elles de virar mais um copo da Teutonia, quando um automovel, lentamente, passou em frente do estabelecimento, conduzindo uma familia.

— Um bello carro, diz o inglez mais idoso. E' um Buick do ultimo modelo.

— Não, senhor. E' o penultimo modelo do Fiat!

— Você está enganado, replica o primeiro. E' um Buick.

— Você não conhece carro. E' um Fiat.

Reinou profundo silencio. Os tres inglezes continuaram a beber cerveja, de olhos voltados para a praça, apreciando o movimento, que era grande. Durante duas horas assim estiveram a beber cerveja. Passaram numerosos carros, formosos rostos de senhoras e moças, electricos, omnibus, doceiras, e o formigueiro humano dos que heroicamente lutam pela vida.

A's 16 horas, um delles rompeu o silencio.

— Já se convenceu que aquelle automovel é um Buick?

— Eu pensava que você me vinha dizer que já estava convencido que o carro em questão é um Fiat! . . .

De novo reina profundo silencio. Os tres ingleses continuam a tomar cerveja distraindo-se com o movimento da praça que continúa grande.

Passam vendedores de jornaes, garapeiros ambulantes, já esvasiadas, vendedoras de doces, e de novo automoveis de passeio e os que conduzem commerciantes que vêm da labuta no bairro commercial.

A mais e mais escurece. Illumina-se a cidade. O botequim se alegra com a luz das

lampadas electricas. A praça parece um seio formoso de mulher recamado de joias! . . .

São 19 horas. E os inglezes bebem cerveja, indifferentes ao alvoroço dos freguezes que se preparam para jantar e á chulice das garçonetes que procuram agradar a freguezia.

Nisto, o terceiro inglez, que desde ás 14 horas não dera uma palavra, bate com a mão direita na mesa, e diz em tom intimativo para os dois companheiros que estavam calados:

— E' melhor acabar com esta discussão! . . .

E só.

E os tres inglezes levantaram-se e em passo igual encaminharam-se para o centro da praça, onde tomaram um automovel que partiu com elles para o hotel onde moravam.

. . .

Não será demais dizermos que neste momento algo nebuloso da politica maranhense, episodios ha que se parecem com esse dos tres ingleses.

Há poucos dias, um unionista e dois marcellinistas, todos criaturas respeitaveis, sentaram-se em redor da mesa de um café e reproduziram aquella anecdota.

— Dá-se ou não se dá a coisa? perguntou um dos marcellinistas ao unionista.

— Creio que sim.

— Pois eu penso que não.

Calaram-se. Veio o café. Beberam. Pitheriaram com o dono do botequim. Dirigiram amabilidades ás meninas. Interessaram-se por um pobre homem que parara em frente do bar, um que já teve e hoje não tem. Abraçaram um chefe politico recentemente chegado do interior, a quem dirigiram palavras amaveis.

Ao depois, a sós, tornou o marcellinista:

— Meu caro, eu, como lhe disse, penso que não.

— Você está enganado. Tudo indica que sim.

Entrou uma autoridade. Elemento da Interventoria. Exigiram que tomasse café em sua companhia.

A autoridade acceitou. Deram-lhe um vomitorio, mas inutil. O homem estava bem escorado.

Despitou-os conversando sobre a vida noturna. Despediu-se a autoridade.

De novo a sós.

— Breve, você me dirá: Bem você me disse!

— Qual o que! Não alimente esta esperança!

E o outro marcellinista que até então não dissera palavra!

— Ora bolas! Eu já estou careca de ouvir por toda parte esta discussão!

Vamos tratar de outro assumpto!

Valerio Santiago.

Chamamos atenção para o pseudônimo porque, de fato, era utilizado desde os anos 1910, quando o agente com ele passou a assinar contos e poesias publicados nos jornais maranhenses e, principalmente, participou da famosa polêmica com Antônio Lobo através das páginas dos periódicos da época<sup>75</sup>.

Para além da costumeira referência aos estudos sobre a “fisionomia moral” ou “personalidade” do “povos”, é possível ver como Nascimento Moraes se acerca, enquanto literato (Valério Santiago), e por isso a maneira um tanto sublimada como o faz, do tema político mais candente naquele momento pós-eleitoral: Afinal de contas, dar-se-ia ou não a tão propalada aliança entre “unionistas” e os “marcelinistas”?

Com certa ironia ele compara os ingleses com os maranhenses (conforme o título: “Entre ‘inglezes’”), representando-os em duas situações anedóticas similares nas quais três cavalheiros “respeitáveis” estão em um botequim tomando cerveja e discutindo espirituosamente, sobre amenidades, no caso dos ingleses, e sobre política no dos maranhenses. Em cada um dos cenários dois dentre os que compõem as fictícias rodas de amigos divergem em um ponto, porém, sem maiores alterações. O tempo passa até que o terceiro indivíduo, até então em silêncio, decide por termo à “conversa”. Diferentemente da situação vivida pelos ingleses, o que parece marcar o caso maranhense é a presença de um assunto de caráter político que a todos (até o literato Moraes) parecia interpelar.

O que consideramos mais relevante, porém, nas circunstâncias e características que encerram a publicação do referido texto é o fato delas permitirem corroborar algumas ideias centrais defendidas nesta tese. Em primeiro lugar a imbricação dos domínios intelectuais, jornalísticos e políticos. Trata-se de um texto com pretensões literárias cuja matéria-prima é extraída das lutas faccionais vivenciadas pelo seu autor que, pelas condições do “espaço editorial” maranhense, publica na imprensa, ainda um dos lugares privilegiados para divulgação da produção dos literatos maranhenses. É ainda este mesmo autor o diretor do jornal, além de responder pelos “critérios literários e políticos” do mesmo. Sem esquecer que o referido veículo é o órgão oficial da *facção* comandada pelo “chefe político” Magalhães de Almeida, com o qual Nascimento tinha vínculos de amizade desde os tempos do Liceu Maranhense. Um parêntese. O peso das relações pessoais está presente nos diversos recortes de escritos que foram reproduzidos

---

<sup>75</sup> Para uma análise dessa polêmica, bem como do contexto intelectual e literário da época, ver Cardoso, 2013.

ao longo deste tópico e mostram que tanto a defesa quanto o ataque, em relação aos adversários do jogo faccional, tendem a ser feitas no nível da reputação pessoal.

Em segundo lugar, permite demonstrar como sentidos afirmados por um determinado discurso passam a ter efeitos em outros discursos. Como as categorizações produzidas no, e para o, embate político faccional se incorporavam ao repertório de imagens utilizadas na elaboração de textos literários. Continuando nesse diapasão, as características e circunstâncias do texto literário acima reproduzido permitiriam perceber o quanto que era atravessada por condicionantes externos a produção literária, sendo praticamente impossível a um literato afastar-se das disputas faccionais que eram travadas, entre outros espaços públicos, através da imprensa, onde ele desencumbia-se de múltiplas funções; visto que era este um dos principais lugares de atuação que aquele agente encontrava, extraindo daí rendimentos tanto simbólicos quanto materiais. Sofria, portanto, os constrangimentos impostos pelas condições sociais, posto que num espaço atravessado pelas questões políticas, atuando numa imprensa eminentemente faccionalista, os seus temas e motivos literários não poderiam escapar à estas injunções sociais. Debalde, portanto, o esforço em tentar separar o literato do jornalista e estes, por sua vez, do agente político.

Por último, descendo um pouco nessa questão dos efeitos de sentido, podemos dizer que a utilização dos enunciados “unionista” e “marcelinista” não trazem consigo um significado negativado, a princípio. Inclusive, as interações sociais que estabelecem com o dono do botequim, com o representante da interventoria, etc. não permitem atribuir qualquer característica nesse sentido.

## PARTE II: CONJUNTURA DOS ANOS 1960

### CAPÍTULO III : FACÇÕES, JORNAIS E AGENTES MULTIPOSICIONADOS

#### 3.1 - O faccionalismo na política maranhense da década de 1960

Para circunscrever o espaço de atuação jornalística e política em que se pretende analisar um dado itinerário social torna-se imprescindível reconstituir tanto o *domínios* políticos quanto o espaço de posições dos jornais e, no interior deste último, o espaço dos jornalistas. Apesar de termos em mente que os *domínios* jornalístico e político não estão dissociados, eles precisam, no entanto, ser construídos separadamente, para fins analíticos. Este procedimento não pode nos permitir perder de vista as inscrições simultaneamente políticas e culturais dos agentes que ocupam posições nos referidos domínios da vida social. Tais inscrições serão objetivadas mediante a construção do seu itinerário social, que permitirá compreender as modalidades de inserção profissional, bem como demonstrar a existência de multiposicionalidade e o peso dos diferentes recursos necessários para entrada e ascensão profissional.

Para uma caracterização mais geral da configuração regional maranhense lançamos mão de trabalhos que aportaram contribuições no sentido de apreender os condicionantes sociais da constituição e afirmação da elite política maranhense no decorrer do século XX, notadamente acerca de suas origens sociais e geográficas, das modalidades de recrutamento e entrada na carreira, dos padrões constituídos, além das dimensões de imbricamento entre os domínios da política, do jornalismo e especialistas do direito (GRILL, 2008; GRILL e REIS, 2012). Tais trabalhos demonstram, ainda, que a configuração em tela é perpassada, historicamente, pela presença ativa de lideranças personalísticas que tendem a constituir e manter em torno de si cadeias de seguidores, geralmente identificadas por “ismos” (“vitorinismo”, “sarneísmo”, etc) e pautadas em relações de reciprocidade/lealdade (GRILL, 2012).

Buscando circunscrever especificamente a conjuntura da década de 1960, vamos focar os perfis sociais das principais lideranças políticas em atuação nesse período. Foram ressaltadas as seguintes características: dados sobre as famílias, as inscrições culturais e os investimentos escolares, além das ocupações exercidas e das carreiras políticas dos agentes. Visando uma melhor objetivação desses dados,

elaboramos quadros sinóticos para apresentar os referidos perfis sociais das personalidades políticas maranhenses.



**Quadro 09: Perfis de personalidades políticas (anos 1960)**

Nome	Família	Entrada na política	Carreira política	Percurso profissional	Escolaridade/ Inscrições culturais
Vitorino Freire	Pai: propr. rural e pecuarista em Pernambuco; Família de políticos;	Interesse na carreira militar; mudança para RJ, custeada por um parente general; interconhecimento (amizade) com oficiais (Eurico Dutra, Tasso Fragoso); retorno PE;	Deputado Constituinte (1945); Senador (1947; 1954; 1962)	1928: Oficial de gabinete do secretário estadual Agricultura, por solicitação do presidente do estado (PE); 1930: comissionado segundo-tenente; Chefe de Gabinete Min. Viação e Obras (José Américo de Almeida); Min.Agricultura (Juarez Távorá); integrou tropas legalistas contra Revolução Constitucionalista; Segundo-oficial Dep. Nac. de Saúde/Min. Educação e Saúde (Gustavo Capanema); secretário interventor do Maranhão (Cap. Martins de Almeida); Retorno RJ, reintegrando-se Min.Educ e Cultura; Oficial de Gabinete Presidente Câmara dos Deputados (Antônio Carlos de Andrada); Gabinete Min. Viação e Obras (João de Mendonça Lima).	Primário: Arco verde-PE; Secundário: Colégio Pedro II-RJ e Ginásio Pernambucano-PE; Faculdade Direito Recife (inconclusa devido Revolução de 30).
Neiva Moreira	Descende de família de proprietários rurais e com envolvimento político-partidário; Pai: comerciante; Mãe: professora do primário;	Militante estudantil secundarista	Dep. Estadual (1950-54); Dep. Fed. (1954; 58; 62); Pós-exílio: suplente Dep. Fed.(1990): assumiu mandato entre set/93 e mar/94; Suplente Dep. Fed.(1994): assumiu mandato em 97; Dep. Fed.(1998): eleito; Dep. Fed.(2002): reeleito; Dep. Estadual(2006): suplente. Nomeado (2007) Assessor especial do Governador Jackson Lago (2007-2009)	Jornais: MA: <i>Pacotilha-O Globo</i> (1940-42); RJ: <i>Diário de Notícias</i> (1942); Diários Associados (1942-1955): <i>Diário da Noite</i> ; <i>O Jornal</i> ; Revista <i>O Cruzeiro</i> ; Retorno ao Maranhão: <i>Jornal do Povo</i> (1950-64): redator e, em seguida, também proprietário. Editor e diretor da revista <i>Cadernos do Terceiro Mundo</i> (1974-2006).	Liceu Piauiense/Liceu Maranhense; presidente Grêmio estudantil (MA); Empossado na AML (1992); Homenageado (2009) por Escola de Samba da capital maranhense com o enredo: "Pilão da madrugada: a saga de Neiva Moreira"

José Sarney	Pai Desembargador TJ/MA e amigo de Vitorino Freire. Compadre de Newton Belo (padrinho de Ivan Sarney, irmão de José).	Ligado ao situacionismo, (PSD de Vitorino Freire). Lançado candidato Dep. Fed. por esse partido a pedido do pai.	Dep. Federal: 1954 (suplente: ocupou cargo ago./set.56 e mai./ago.57); Dep. Federal: 1958; 1962. Governador: 1965. Senador: 1970; 1978; 1990(AP); 1998(AP); 2006(AP).	Jornais(MA):O Imparcial; Jornal do Dia; O Estado do Maranhão; Revistas: Realidade, Senhor, O Cruzeiro, Manchete. Oficial de Gabinete do Gov. Eugênio Barros; Diretor secretaria TJ/MA; Professor Fac.Serv.Soc.	Secundário: Colégio Maristas e Liceu Maranhense Fac. Direito do MA. Participou de movimentos culturais/literários (45/50); Membro da AML (1952); IHGM; Diretório Regional de Geografia e Estatística.
-------------	---	--	---	--	---

A justificativa para tratarmos os casos acima enquanto “personalidades políticas” baseia-se no fato de que os mesmos empreenderam ou foram objeto de um trabalho coletivo de construção de uma identidade pública, notadamente através dos jornais, mas também de obras biográficas e autobiográficas. Nos casos de Vitorino Freire e José Sarney, pelo fato de terem alcançado e mantido por determinados períodos o controle político no estado verificou-se também a constituição de etiquetagens políticas (“vitorinismo” e “sarneyismo”) em torno dessas personalidades. Enquanto a atuação política e a imagem pública de Vitorino está associada a uma dimensão negativa e pejorativa, Neiva Moreira e José Sarney, conseguiram, através de percursos e estratégias diversas, comportando inclusive temporalidades distintas, lograr uma reputação política e intelectual consagrada em livros, homenagens e títulos de notoriedade produzidos/concedidos por agentes sociais diversos (academias de letras, relatos biográficos, associações profissionais, etc). Sarney na verdade é um agente cuja reputação possui tanto detratores quanto êmulos de sua personalidade e imagem pública. Apesar de sua entrada na política eletiva ter ocorrido com o apoio do então senador Vitorino Freire, quando, em 1954, sob legenda do PSD, conseguiu ficar na primeira suplência de deputado federal, a sua carreira política comportou diversas idas e vindas, entre governo e oposição, no decorrer das décadas de 1950 e 1960. Até quando foi eleito, já na UDN, pela aliança de partidos conhecida como “Oposições Coligadas”, *facção* que em geral se organizava para combater eleitoralmente o político Vitorino Freire, que se viabilizara enquanto liderança no estado a partir de suas relações no centro do poder, na capital da República.

Com efeito, o término do governo ditatorial de Vargas (1937- 1945) e de seus prepostos nos estados significou a volta das chamadas “oligarquias regionais” ao centro das disputas políticas. No Maranhão, esse processo de reorganização político-partidária em quase tudo seguiu os roteiros anteriores, ou seja, formação de *facções* em torno de lideranças personalísticas que pretendiam comandar o processo político por meio, primeiro, de seu vínculo com o poder central e, segundo, mediante a distribuição dos recursos monopolizados a nível regional. Espécie de reedição do mecanismo revelado por Nunes Leal (1ª edição 1948) ao estudar o sistema político da chamada Primeira República, no qual apresenta o que denominou de estado de compromisso entre forças políticas, pautado por uma série de reciprocidade entre elas.

O fortalecimento de Vitorino Freire teria se dado entre 1947 e 1951, ao final de mais uma crise política, que ficou conhecida por “greve de 51”. Este evento tornou-se

uma referência mítica para os “anti-vitorinistas”, cuja identidade foi construída justamente no bojo do processo que buscava estigmatizar os adversários (“vitorinistas”), apontados como responsáveis pela “Ocupação” do Maranhão, o qual necessitava ser “libertado” (COSTA, 2006). Particularmente nesse processo de produção e difusão de imagens e representações irá atuar Neiva Moreira, notadamente a partir de sua tripla inscrição social: jornalística, política e intelectual.

O quadro abaixo focaliza as *facções* políticas constituídos em torno daquelas personalidades políticas, materializadas em cadeias de líderes-seguidores e em diferentes siglas partidárias:

**Quadro 10: Facções políticas (anos 1960)**

	Líder (es)	Cadeia de seguidores	Siglas partidárias
“Vitorinismo”	Vitorino Freire	Sebastião Archer; Eugênio Barros; <b>Saturnino Bello; Clodomir Cardoso; Genésio Rego;</b> Matos Carvalho; <b>José Neiva;</b> Newton Belo; Josué Montello; <b>Franklin de Oliveira; José Sarney; Alberto Aboud; Raimundo Bacelar;</b> Antônio Bayma; <b>Hugo da Cunha Machado; Hugo da Cunha Machado;</b> Renato Archer; Antônio Jorge Dino; Cid Carvalho; Antenor Bogéa; Ivar Saldanha; Nunes Freire;	PSD; PST; PPB; PTB; UDN.
“Oposicionismo”/ (“Oposições Coligadas”)	Lino Machado; Neiva Moreira.	<b>Genésio Rego; Clodomir Cardoso; Saturnino Bello; José Neiva;</b> Paulo Ramos; Clodomir Millet; <b>Hugo da Cunha Machado; Antenor Bogéa; Henrique de La Rocque; Saturnino Bello; Renato Archer; José Sarney; Antônio Jorge Dino;</b> Ricardo Bogéa; <b>Antônio Jorge Dino; Cid Carvalho; Erasmo Dias;</b> Vilela de Abreu; Fernando Viana; <b>Reginaldo Teles; Franklin de Oliveira; Benedito Buzar; Edson Vidigal;</b>	PR; PSP; PDC; UDN. MDB PTB PSD
“Sarneísmo”	José Sarney	<b>Antônio Jorge Dino; Alberto Aboud; Clodomir Millet; Henrique de La Rocque;</b> Pedro Neiva de Santana; <b>Nunes Freire;</b> Jaime Santana; <b>Raimundo Bacelar;</b> Magno Bacelar; <b>Reginaldo Teles; Benedito Buzar; Edson Vidigal;</b> Sebastião Jorge; <b>João Castelo; Epitácio Cafeteira;</b>	UDN; PTN; PR; ARENA; PDS; PFL; MDB; PMDB; PSDB.
Anti-sarneísmo		<b>Reginaldo Teles; Edson Vidigal; Neiva Moreira; Jackson Lago; João Castelo; Epitácio Cafeteira;</b> Helena Heluy;	MDB; PDT; PT; PSB; PSDB;

Apesar de parecer uma simples listagem de nomes, o quadro permite perceber a fluidez e a instabilidade dos arranjos faccionais. Isto se verifica pelo fato de que a esmagadora maioria dos agentes políticos identificados integraram, sucessivamente, e em espaços temporais relativamente curtos, pelo menos duas dessas *facções* rivais. Em alguns casos (nomes em negrito) estes (re)posicionamentos comportaram idas e vindas entre as *facções* que, por sua vez, e apesar do nome próprio dar a elas certa perenidade, na verdade não são as mesmas nesses diferentes momentos, posto que estão em permanente reconfiguração.

A inclusão do chamado “anti-sarneísmo” neste quadro panorâmico dos agrupamentos políticos existentes e/ou forjados a partir da década de 1960, se faz necessária porque permite reforçar determinados aspectos de uma caracterização mais geral do espaço político analisado. Além da plasticidade e fluidez já destacadas, serve de parâmetro para circunscrever o perfil social (inscrições nos *domínios* do jornalismo, da intelectualidade e da política) de agentes que atuaram dentro do referido recorte temporal (alguns deles entrevistados para esta pesquisa). E, por isso, seus casos funcionam como baliza para, em seguida, procedermos à construção dos itinerários sociais dos agentes cujas produções textuais serão, em seguida, objeto de análise.

### 3.2 – Imprensa e política nos anos 1960

Antes de apresentarmos os dados acerca dos agentes entrevistados, se faz necessário situar o espaço dos jornais, bem como seus vínculos com o jogo político através dos proprietários e jornalistas que são, em todos os casos estudados, figuras políticas ou com atuações profissionais (seja no jornalismo, no direito, no magistério, ou em postos da administração pública e privada) perpassadas pelas lógicas políticas.

**Quadro 11: Principais jornais em circulação nos anos 1960**

Nome	Período existência/posição política	Fundador	Proprietários (sócios)	Redatores	Principais jornalistas
O Imparcial	1926-dias atuais; Ligado ao “situacionismo”	João Pires Ferreira (J.Pires)	João Pires Ferreira (J.Pires); Assis Chateaubriand (Diários	João Pires Ferreira (1926 até 1944); José Pires Sabóia Filho (1944-);	Anos 40/50: José Sarney; Nascimento Morais; Bandeira Tribuzi; Amaral Raposo; Anos 60: Benedito

	(sucessivamente : “vitorinista”; “sarneísta”).		Associados – a partir de 1944);		Buzar; Sebastião Jorge;
Jornal do Povo	1950-1964; Oposição ao “situacionismo” (anti-vitorinista)	José Neiva de Sousa; Clodomir Millet;	Adhemar de Barros (1950-1952); Neiva Moreira (1952-64);	Neiva Moreira; Bandeira Tribuzi; Reginaldo Teles;	Neiva Moreira; Bandeira Tribuzi; Reginaldo Teles; Vera Cruz Marques; Walbert Pinheiro; Clóvis Sena; Amorim Parga; Joaquim Itapary; Fernando Viana; Lago Burnett; José Chagas; Ubiratan Teixeira;
O Combate	1925-1937; 1945-1959; 1965. “oposicionista” (anti-vitorinista);	Marcelino Machado;	Família Machado (Marcelino Machado; Lino Machado e Lino Machado Filho)	Marcelino Machado; Erasmo Dias; Lino Machado; Arimatéia Athayde; Bandeira Tribuzi.	Erasmo Dias; Carlos Humberto Reis; Amaral Raposo; Zuzu Nahuz; José Chagas;
Jornal do Dia	1953-1973 (O Estado)- até dias atuais; -“vitorinista”; - “oposicionista”; -“sarneísta”.	José Bento Neves e Arimatéia Athayde	José Bento Neves e Arimatéia Athayde (1953); Raimundo Bacelar (1953-55); Alexandre Costa (1955-58); Alberto Aboud (1959- 1968); José Ribamar Marão, Clodomir Millet e Nunes Freire (1968); José Sarney (1968-1973[O Estado do Maranhão]-até hoje)	Arimathéia Athayde; Walbert Pinheiro; Bandeira Tribuzi;	Amaral Raposo; Amorim Parga; Lago Burnett; José Chagas; Bandeira Tribuzi; Vera Cruz Marques; Ubiratan Teixeira; Benedito Buzar; Sebastião Jorge; Edson Vidigal;
Correio do Nordeste	1961-1965;	Zuzu Nahuz	Zuzu Nahuz	Zuzu Nahuz; Alfredo Galvão	Bandeira Tribuzi; Bernardo Almeida; Amaral Raposo; José Chagas; Sebastião Jorge; Helena Barros;
Jornal Pequeno	1951-dias atuais; Anti-vitorinista; Apoiou Sarney (1965); Ruptura com “Sarneísmo” (67/68), desde então, anti-sarneísta.	Ribamar Bogéa	Família Bogéa: Ribamar Bogéa Lourival Bogéa (filho)	Ribamar Bogéa; Lourival Bogéa	Milson Coutinho; Edson Vidigal;

Conforme se observa no quadro acima, identificamos os principais jornais em circulação no período, seus fundadores e proprietários, os redatores e principais jornalistas, além de apontar os vínculos com as *facções* políticas, de modo a, posteriormente, compreender as tomadas de posição dos agentes no jogo político e, principalmente, suas concepções tanto acerca do exercício do jornalismo na conjuntura específica quanto em relação às concepções da política que eles expressam no seus escritos.

Como podemos ver o espaço jornalístico é perpassado por uma clivagem *faccionalista* que opõe veículos “situacionistas” e “oposicionistas”. Todavia, estes posicionamentos *faccionalistas* dos veículos estão sujeitos a mudanças e inflexões, o que reforça o peso das lógicas políticas sobre o espaço jornalístico, especialmente no que diz respeito às redes de reciprocidade/lealdade que marcam esta configuração.

Todos os jornais em circulação na conjuntura política em análise podem ser situados, em algum momento, dentro de alguma das diferentes *facções* que se formaram para conquistar ou manter o poder político no Maranhão. Essa vinculação, órgãos de imprensa – facções políticas, propiciava e mesmo estimulava, por um lado, a produção de imagens, discursos e etiquetas políticas que tendiam a ser reproduzidos nos embates faccionais, a exemplo das identificações dos adversários feitas a partir da adjetivação dos nomes próprios daquelas lideranças, os chamados “ismos” (GRILL, 2012). Por outro, constituía-se numa espécie de constrição sobre o exercício da “profissão” jornalística, no sentido de que os produtos desse ofício (matérias, reportagens, colunas, crônicas, artigos, editoriais, etc) estavam profundamente marcados por princípios e lógicas do universo político, ou, mais especificamente, pelas contingências do faccionalismo. Ainda que este condicionamento não se apresente de modo explícito, escapando muitas vezes aos próprios agentes que o sofrem, eles são perceptíveis, seja através da observação dos produtos simbólicos em si, ou mesmo a partir da análise das entrevistas com os próprios.

**Pesquisador: E qual era a posição política do senhor Zuzu Nahuz?**

**Entrevistada:** Era extremamente frustrante. Lembro que quase que eu me suicidava quando ele me convidou para a primeira matéria: fazer uma entrevista com Zé [José] Burnet. Zé Burnet era a encarnação, ainda, do vitorinismo mesmo pesado...[em 19]62 é [governador] Newton Belo, né?. Ele foi, inclusive, um tempo prefeito aí, foi deputado...era uma figura de proa.[...] E Zuzu me bota prá entrevistar! Mas ele [Zuzu Nahuz] era tão hábil, que ele fazia o equilíbrio. Na

semana seguinte, botava um outro que valia mais a pena. [...]  
(Entrevista Helena Heluy, 2016)

Dentre os jornais que circulavam no período temos que destacar o *Jornal do Povo*, fundado em 1950 por José Neiva de Sousa, com suporte financeiro do governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Nesse mesmo ano a direção de redação passa para o sobrinho de José Neiva, o jornalista Neiva Moreira. A partir daí, este dá continuidade, de maneira mais intensa, à campanha política e simbólica, porque baseada em imagens e representações, defendendo a necessidade de “libertação” do Maranhão da chamada “ocupação vitorinista”. Essa a principal bandeira do *Jornal do Povo*, e que tornaram o seu diretor, o jornalista e político Neiva Moreira, muito popular no Maranhão da década de 1950 e da primeira metade dos anos 1960, quando teve os direitos políticos cassados pela ditadura militar. Este veículo, assim como seu diretor e proprietário, ocuparam a posição de principal referência “oposicionista” a Vitorino Freire após a morte de Lino Machado, em 1958, e o encerramento, no ano seguinte, das atividades do jornal *O Combate*.

Mas nem todos os principais veículos dessa conjuntura estavam alinhados com o “anti-vitorinismo”, pelo menos não de modo tão assertivo. É o caso do *Jornal do Dia*. Entretanto, ele não fugia à regra da imbricação dos domínios: apesar de reivindicar independência política, estava vinculado a líderes políticos. Apesar da frequente mudança de proprietários, este jornal se manteve sempre nas mãos de políticos, alguns deles membros de famílias de políticos. Casos de Raimundo Bacelar e Alberto Aboud, dois políticos que controlaram o jornal. Este último o adquiriu no início da década de 1960. Aboud estava ligado à *facção* vitorinista e sua entrada na arena política foi como deputado estadual pelo PTB (1958-1962) e depois, já pelo PSD, elegeu-se consecutivamente deputado federal em 1962 e 1966<sup>76</sup>. No entanto, em 1965, este

---

<sup>76</sup> Alberto Wadih Chames Aboud nasceu em São Luís, em 1922, descendente de libaneses que chegaram ao Maranhão nas primeiras décadas do século XX e se destacaram principalmente no comércio. Em 1938, os Aboud compraram a Fábrica Santa Isabel, alcançando grande sucesso empresarial. Com o fim do Estado Novo e o processo de reconstitucionalização do país ocorre sua entrada na política. César Aboud (primo de Alberto) filiou-se ao PSD por conta das relações de amizade mantidas com as lideranças políticas daquele partido (Genésio Rego e Vitorino Freire). Com o rompimento destes e devido o comando da sigla ter ficado com Genésio, César Aboud filia-se ao PTB, pelo qual concorreu à constituinte estadual, ficando na primeira suplência. É como integrante da *facção* “vitorinista” que ele é eleito deputado estadual em 1950 (pelo PST) e 1954 (pelo PSD, “que Vitorino havia arrebatado de Genésio Rego” – BUZAR, 2001, p.112). É igualmente por meio dessa *facção* que Alberto Aboud, já um industrial bem sucedido, ingressou na política maranhense, sendo eleito deputado estadual em 1958 (PTB). Porém, sua trajetória política não pode ser engessada numa classificação estática enquanto



veículo apoiou a candidatura “oposicionista” de José Sarney ao governo do estado. No final dos anos 1960 o veículo foi adquirido pelo então governador e, no início da década de 1970, passou a se chamar *O Estado do Maranhão*, continuando até hoje sob o controle da família Sarney<sup>77</sup>.

Desse modo, para completarmos a caracterização dos *domínios* políticos e jornalísticos até aqui delineados, devemos nos voltar agora para os casos de jornalistas que atuaram no período histórico estudado. A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar as posições ocupadas na hierarquia dos jornais e sua relação com os recursos possuídos e/ou com a atuação em *facções* políticas. Produzimos ainda um conjunto de dados sobre suas propriedades sociais (origem social, investimentos escolares) e as inscrições culturais e políticas. Desse modo, teremos condições de situar e comparar os perfis dos demais agentes investigados que investiram e atuaram nos *domínios* do jornalismo, da política e da intelectualidade, os quais alcançaram certo grau de reconhecimento profissional e consagração intelectual, o que estamos chamando de multinotabilidades (REIS E GRILL, 2015).

**Quadro 12: “jornalistas” em atuação nos anos 1960**

Nome/ano de nasc.	Família	Investimentos escolares	Inscrições culturais	Inscrições/carreira política(s)	Atuação jornalística
Reginaldo Teles (1925)	Avó materno: grande proprietário rural. Pai: veio pro Maranhão após aposentar-se como funcionário da Alfandega (CE); “marcelinista” (PR);	Ginásio: Colégio São Luís; Secundário: Liceu Maranhense; Faculdade de Direito (MA);	Grêmio Estudantil (Liceu); Diretório Acadêmico (Fac.); Poeta e editor; Atuou em movimentos e revistas literário(a)s: Grupo Ilha, Revista Legenda;	Ligado ao “oposicionismo”; Filiado ao PSP: Vereador (1950); Candidato a deputado estadual (1954)-suplente; Diretor do SIOGE (1966-70); Participa da fundação do PDT/MA (1979); Candidato a governador (1982); Assessor de imprensa prefeito Jackson Lago (1988-92);	A Alvorada (Liceu) [redator]; O Marco (Fac.Direito)[redator]; O Combate (repórter); Jornal do Povo (1950-64): repórter, redator, diretor; Jornal do Maranhão (Arquidiocese de São Luís) [redator];
Benedito Buzar	Avô paterno: comerciante/	Primário: em Itapecuru;	Revista Legenda	“Eu fui criado dentro do vitorinismo”;	RJ: O Dia/ A Luta [repórter];

membro da *facção* “vitorinista”. Em 1963 foi um dos sete deputados federais do PSD (“vitorinista”) que se opuseram à indicação do líder da bancada maranhense pelo governador Newton Bello, o chamado “movimento dos rebelados” resultou no ingresso daqueles deputados no PTB que passaram a compor, naquele momento, a *facção* oposicionista.

<sup>77</sup> Faz parte do Sistema Mirante de Comunicação, que, além do jornal *O Estado do Maranhão*, inclui concessões de TV e emissoras de rádio.

(1938)	<p>industrial de origem libanesa;</p> <p>Avô materno: comerciante/pecuarista e político “magalhãesista”(governista) em Itapecuru (vereador e prefeito);</p> <p>Pai: comerciante/empresário e político “vitorinista” (governista) em Itapecuru (vereador, prefeito, delegado de polícia, “suplente de juiz”, “suplente de promotor”).</p>	<p>Ginásio: Colégio Marista (interno); Secundário: Liceu Maranhense; Fac. Agronomia (UFRRJ) [cursou apenas 1º ano]; Cursos não- regulares no ISEB; Fac. Direito (MA): 1962-1966.</p>	<p>(anos 1960); Academia Maranhense de Letras (AML)-1991</p>	<p>“lacerdistas”; Conversão à “esquerda” (José Mário Santos e Neiva Moreira); Filiação ao PSP; Deputado estadual (1962); Cassado em 1964; 1966 - início da “fase sarneista”: a partir daí “sempre fui governo”, “trabalhando em órgão do governo”: SUDEMA; ETAM; Sec. de Cultura; Chefe de Gabinete (Pref. São Luís); secretário particular governador Pedro Neiva (1971-75); professor na FESMA[UEMA]; presidente da MARATUR; Sec. Adjunto de Cultura; Pres. do SIOGE; assessor FIEMA, SEBRAE, SENAI, SESI; Gerente Regional de Itapecuru.</p>	<p>MA: Jornal do Povo (colunista político); Jornal do Dia (colunista político); O Imparcial (colunista político); O Jornal (colunista político); O Estado do Maranhão (colunista político);</p> <p>Revistas: Legenda (colunista político); Projeção (colunista político).</p>
Sebastião Jorge - (1939)	<p>Avô materno: proprietário rural; Avô paterno: comerciante (importação)</p> <p>Pai: fazendeiro/industrial</p> <p>Mãe: “criada por uma tia portuguesa com hábitos e educação muito fina”; “comportamento europeu”; tio materno com atuação política;</p>	<p>Primário em São Bento (MA); Na capital estudou no Colégio Zoé Cerveira e Colégio São Luís antes de ingressar, via exame de admissão, no Liceu Maranhense (onde concluiu curso secundário); Fac. Direito (MA): 1965-70;</p>	<p>Professor do Centro Caixeiral (escola técnica de comércio); Advogado (“durante 35 anos”); Coordenador do Projeto Rondon (“por 4-5 anos”); Professor universitário do curso de Jornalismo/UFMA (1971-2001); AML-2017.</p>	<p>Chefe de gabinete da Secretaria de Agricultura; Sem filiação partidária. Assessor de imprensa FIEMA;</p>	<p>O Liceu (Liceu Maranhense); Jornal do Dia; Correio do Nordeste; O Imparcial (de “foca” a editor-geral); Diário da Manhã (diretor); Jornal de Bolso (diretor: 1968-69); Rádios: Gurupi, Timbira e Difusora; TV Difusora (redator).</p>
Helena Barros Heluy (1941)	<p>Avô materno: fazendeiro; Avô paterno: comerciante (“desbravador”) em Barão do Grajaú; “influente politicamente”.</p> <p>Pai: telegrafista; musicista (Orquestra de SP); Deputado</p>	<p>Primário: São Luís; Ginásio: Floriano (PI); Secundário (científico): Santa Teresa (internato); Fac. de Direito (MA): 1960-1964;</p>	<p>Atuação movimento Bandeirante; Atuação no Grêmio estudantil secundarista e redatora do jornal do grêmio escolar ;</p>	<p>“Parlamento escola” (Fac.); Funcionária Dep. Cultura (Sec. est. de educação): 1961-66; Promotora de Justiça (São João Patos; São Luís); Procuradora de Justiça; Professora da UFMA (Direito) Vereadora (PT): 1996;</p>	<p>Jornal do Povo (1960-64); Correio do Nordeste (1961-65); Jornal do Dia (1971); Jornal Pequeno;</p>

	Constituinte(MA):1945-47; Dep. Estadual: 1948-51)[“vitorinista” e depois “oposicionista”]; Diretor Correios e Telégrafos (Barão de Grajaú);	Fac. de Comunicação (UFMA): 1981-85;		Deputada estadual (PT): 1998 [suplente-assumiu 2001-2002]; Deputada estadual (PT): 2002; 2006.	
Edson Vidigal (1944)	Avô paterno: grande comerciante (Caxias-MA);  Pai: comerciante; Tio paterno: vereador em Caxias (MA)[“vitorinista”]	Primário: Caxias (MA); Ginásio: Ateneu Teixeira Mendes (São Luís); Engajamento estudantil (UMES); 1975-Inicia Fac.Direito (MA): concluída UnB (1980);	AML - 1997	Vereador de Caxias (MA):1962 [cassado em 64]; Assessor de imprensa Assembleia Legislat. (MA): 1968; Assessor governador José Sarney [1969]; Dep. Estad.(Arena): 1970 [suplente]; Assessor de comunicação gov. Pedro Neiva (1971-75); Dep. Fed.(Arena; PP): 1979-83; Banca de advocacia em Brasília: 1983-85; 1985 - Assessor especial Presidência República; 1987- Nomeado ministro do TFR (STJ); Candidato a governador (MA) em 2006 (PSB); e a senador em 2010 (PSDB).	Jornal Pequeno; Jornal do Dia; Diário da Manhã; Jornal do Povo; Jornal de Bolso; O Globo; Jornal do Brasil; Correio Brasiliense; Revista Veja;

Podemos começar ressaltando a origem social elevada de todos<sup>78</sup> os casos analisados. Dentre as ocupações dos avós paternos/maternos ressalta-se a presença, em 3 dos 5 casos, de grandes proprietários rurais ou “fazendeiros”. Os outros dois são: grande comerciante e comerciante/industrial. Na geração seguinte, ou seja, a dos pais dos agentes aqui considerados, encontramos as seguintes ocupações: funcionário público aposentado; comerciante/empresário; fazendeiro/industrial; comerciante e telegrafista. Este último caso (telegrafista) era um funcionário concursado dos Correios e Telégrafos, órgão do qual fora diretor, cargo cuja nomeação estava ligada ao fato de ter sido também deputado estadual. A condição de elite fica ainda mais evidente quando se observa as estratégias de reprodução escolares desses agentes. Todos concluíram pelo

<sup>78</sup> Ainda que em um deles (Edson Vidigal) esta condição seja matizada em razão do avô paterno não ter reconhecido a união conjugal do seu primogênito nem os filhos dela decorridos, pelo menos até à adolescência deste neto. Seu avô paterno era um abastado comerciante na cidade de Caxias (MA).

menos um curso superior; não qualquer curso, e sim um dos mais prestigiados socialmente: o curso de direito da Faculdade do Maranhão.

Ainda sobre os investimentos escolares e as estratégias de reprodução, convém destacar que os agentes desfrutavam, desde a infância, e no ambiente familiar, de contato com o universo dos livros e jornais, o que é destacado por eles quando falam da relação com os jornais ainda nessa fase da vida. Usam expressões como: “Queria ser jornalista”, “toda a vida eu gostei de jornal (...) eu lia jornal com uma profunda admiração” (Entrevista com Helena Barros Heluy); “Quando eu era menino eu fazia um jornal com papel carbono”, ou ainda: “antes de completar a quinta série do primário, eu vim embora pra São Luís, porque eu queria ser jornalista” (Entrevista com Edson Vidigal).

Este outro agente descreve como, “desde criança”, ele “já gostava de jornal”:

Engraçado, eu gostava, uma das coisas assim que eu mais gostava...negócio de destino mesmo. Eu sempre gostei de jornal. Desde criança aqui [em Itapecuru]. (...) Meu pai era assinante de O Imparcial e de O Globo/Pacotilha naquela época, e do Diário de São Luís, que era o jornal do governo. E esses jornais iam pelo trem da estrada de ferro. E eu me lembro que eu criança, às segundas, quartas e sextas eu ia prá estação só pra receber esses jornais. E lia os jornais, acompanhava e tal. Aí quando fui pro Rio de Janeiro, rapaz, eu me danei pra ler jornal...  
(Entrevista com Benedito Buzar).

Os trechos transcritos informam ainda a reivindicação de uma “vocação” para o jornalismo que os agentes acionam em suas falas. Um termo muito empregado para definir essa relação com a prática profissional é “paixão”: “Mas eu sempre fui apaixonado por jornal, uma paixão que leva 50 anos, não é brincadeira, né?” (Entrevista com Sebastião Jorge).

Eu gostava tanto de jornal, que eu tinha um amigo lá[no jornal] chamado Pedro Santos, ele fazia parte do esporte e o outro era Napoleão [Sabóia]. E eu pedia sempre pra falar com eles, mas eu queria, na verdade, ficava fascinado, com aquele pessoal batendo máquina, pá, pá,pá...olhando uma anotação, um negócio lá qualquer e disse: “é isso que eu quero”. Eu sempre tive paixão por jornalismo.

(Entrevista com Sebastião Jorge).

Por último, ressaltamos três aspectos que os casos cotejados permitem evidenciar: a importância do capital social (herdado ou adquirido); a centralidade dos vínculos políticos; além das multiposicionalidades e, em alguns casos, multinotabilidades.

A importância do capital social se verifica em vários momentos<sup>79</sup>. Ele é decisivo, por exemplo, para a entrada no universo do jornalismo profissionalizado. Em todos os casos existem laços familiares ou mesmo relações de interconhecimentos que viabilizam o recrutamento. A permanência e ascensão na carreira também são condicionadas pelo capital de relações sociais. Neste caso, o sucesso na carreira tende a ser maior quanto mais vinculado politicamente o agente se encontra, em geral “militando” nos dois domínios. Apenas um caso não apresenta vinculação direta, ou seja, não teve nenhuma filiação partidária durante toda sua carreira. O que não quer dizer que suas relações políticas não sejam ativadas no exercício do jornalismo. Com efeito, este agente dispõe de um certo trânsito entre personalidades e lideranças do mundo político. Essa centralidade dos vínculos políticos pode ser depreendida da resposta que deu ao ser perguntado acerca da possibilidade de se viver exclusivamente da atividade jornalística nos anos 1960:

**Pesquisador:** Nesse período dos anos 1960, que o senhor já está vivenciando, era possível viver exclusivamente do jornalismo?

**Entrevistado:** Olha, vivia-se. Mas mal. Porque não havia exigência de salário mínimo. Não havia essa de entrar, tem que assinar carteira. Carteira, dificilmente os jornais assinavam. Dificilmente. E, quanto ao dinheiro, isso aí era...a critério da gerência, tá entendendo? Eu, pelo menos, nunca ganhei [mal]... Eu fui dos mais bem pagos, porque fui diretor de jornal político. O governador Newton Bello pagava regamente bem. Da minha geração, talvez quem primeiro comprou um carro, [enquanto] jornalista, fui eu. Comprei um Gordini, trabalhando no Jornal de Bolso.

(Entrevista com Sebastião Jorge, 2016).

Finalmente, verifica-se também em todos os casos o multiposicionamento dos agentes. Conforme dito na introdução deste trabalho, esta noção, formulada por Boltanski (1973), enfatiza os investimentos simultâneos efetuados pelos agentes em diferentes universos ou domínios do espaço social. Paralelamente ao exercício do jornalismo todos eles estiveram em algum momento inseridos ou desempenhando outras atividades, em alguns casos a multiposicionalidade se estende a três ou quatro inserções profissionais. Os domínios sociais dessas inserções são os seguintes: administração

---

<sup>79</sup> Bourdieu (2007b) define o capital social como “o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também que são unidos por *ligações* permanentes e úteis”. (BOURDIEU, 2007, p. 67. Grifos no original).

pública (burocracia), o magistério (técnico e superior), a advocacia/magistratura, além de órgãos ou empresas do setor privado; nos domínios políticos, além de cargos eletivos (4 dos 5 casos ocuparam cargos eletivos – sem contar o engajamento em pleitos eleitorais nos quais não obtiveram êxito ou que atuaram na coordenação de campanhas).

No que diz respeito à condição de agentes portadores de *multinotabilidades*, em pelo menos três (03) casos é possível apontar elementos que corroboram essa condição. Primeiramente, o reconhecimento de uma excelência profissional enquanto jornalistas, que é dado pelos pares e objetivado em depoimentos, discursos e livros. Em segundo lugar, a consagração como “intelectuais”/“literatos”, certificada por instituições regionais (Academia de Letras; Instituto Histórico e Geográfico). Por último, títulos diversos que reforçam a condição de excepcionalidade: professor emérito de universidade, medalhas e condecorações dos governos estadual e municipal. Dois desses três casos ocuparam cargos eletivos: nos dois casos tiveram seus mandatos cassados pelo regime militar de 1964 (o que é sempre destacado nos relatos e perfis biográficos).

Estes casos servem de parâmetro para os que a seguir serão considerados mais detidamente, por conta de que é em torno das suas produções textuais (jornalísticas, literárias ou científicas) que se situa o objeto de análise aqui construído.

### 3.3 – PERFIS DE AGENTES MULTIPOSICIONADOS

#### **José Guimarães Neiva Moreira (Neiva Moreira)**

As fontes biobibliográficas que serviram de base para construção do perfil do agente foram, principalmente, três livros: 1) *Neiva Moreira – Testemunha de libertação*, do jornalista Clóvis Sena (SENA, 1979); 2) *O pilão da madrugada- depoimento a José Louzeiro* (MOREIRA, 2007); e 3) *Neiva Moreira – o jornalista do povo* (BUZAR, 1997), organizado pelo jornalista Benedito Buzar. Utilizamos ainda biografias encontradas em Buzar (2001) e também no DHBB/FGV (on line).

O primeiro dos livros acima citados foi publicado em 1979 no Maranhão por iniciativa do Comitê Brasileiro pela Anistia – seção Maranhão (CBA/MA), e é apresentado como uma “fraterna homenagem” pelo “regresso de Neiva Moreira” após 15 anos de exílio; o prefácio é assinado por Reginaldo Teles, o volume é composto por textos de colegas de profissão e de “geração” (Carlos Castello Branco, Abdias Silva, Ferreira Gullar, Reginaldo Teles, Helena Heluy e outros), os quais enaltecem as atuações de Neiva Moreira enquanto jornalista e deputado federal nos anos 1950 e 1960.

O segundo foi publicado originalmente em 1989, pela editora Terceiro Mundo (de propriedade de Neiva Moreira) e trata-se de uma entrevista na qual o agente narra sua história de vida, pontuada por questões levantadas pelo entrevistador, o jornalista maranhense José Louzeiro, também seu contemporâneo. A segunda edição (2007) tem entre seus promotores a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – seção Maranhão e a Secretaria Estadual de Cultura do Maranhão (SECMA), que aparece como “editora”<sup>80</sup>.

O terceiro livro, publicado em 1997, é na verdade uma coletânea de artigos produzidos pelo agente no matutino *Jornal do povo* que dirigiu em São Luís entre 1950 e 1964. O volume foi organizado por Benedito Buzar, que selecionou os artigos e fez uma apresentação do seu autor (“Um pouco sobre Neiva Moreira”).

Importante ressaltar que estes livros foram produzidos e organizados por agentes que são contemporâneos do biografado e com ele “militaram” na imprensa maranhense no período aqui analisado. Os três trabalharam no *Jornal do Povo* junto com Neiva

---

<sup>80</sup> Importante lembrar que em 2007 assumiu o governo do estado Jackson Lago (PDT), eleito no ano anterior numa coalizão partidária coordenada pelo então governador José Reinaldo Tavares (PSB), o qual rompera com seus antigos aliados do chamado “grupo Sarney”. Neiva foi nomeado Assessor especial do governador Jackson Lago (2007-2009).

Moreira e todos eles, assim como o próprio biografado, alcançaram reconhecimento enquanto jornalistas e escritores, fazendo parte da Academia Maranhense de Letras (AML). No caso de Buzar seus vínculos com os *domínios* políticos podem ser verificados no quadro nº 4, apresentado ainda pouco.

No universo do jornalismo maranhense dos anos 1960 (e talvez de toda a segunda metade do século XX) nenhum agente foi mais bem sucedido no desempenho (e, no reconhecimento obtido) da atividade jornalística do que José Guimarães Neiva Moreira, ou simplesmente “jornalista Neiva Moreira”, como costuma ser apresentado ou lembrado nos mais diversos lugares sociais. Desde a sua entrada na política partidária do Maranhão nos fins dos anos 1940 até o período atual, no qual se desenrolam processos de consagração em torno de sua memória, aquela identidade pública permanece<sup>81</sup>. Esta singularidade decorre do reconhecimento profissional que o agente obteve ainda nos anos 1940, quando ocupou posição de destaque nas principais redações do país (a exemplo de *O Jornal* e da revista *O Cruzeiro*, ambos pertencentes ao maior conglomerado de comunicação do país naquela época – Os Diários Associados)<sup>82</sup>.

Em relação ao espaço jornalístico estudado, e considerando particularmente os casos anteriormente analisados, o perfil profissional de Neiva Moreira parece destoar, posto que sua dedicação ao exercício do jornalismo teria sido total, sem outros vínculos profissionais ou mesmo engajamentos político-partidários. Isto considerando sua entrada no jornalismo, nos anos 1930, e a consagração nacional alcançada na década seguinte, quando atuou nos principais veículos de imprensa da capital federal.

Considerando a configuração social maranhense, marcada pela imbricação de *domínios*, esta condição constituía-se sem dúvida numa exceção em relação aos seus

---

<sup>81</sup> Morreu em maio de 2012. Porém o processo de gestão da sua memória tem sido levado a cabo por diversos agentes (coletivos e individuais). Em 2017, uma série de atividades celebraram o centenário do seu nascimento, entre os organizadores destacavam-se o Instituto Jackson Lago (IJL), a Academia Maranhense de Letras (AML) e a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI/MA. Além de palestras e lançamentos de livros que trataram da “trajetória singular” do homenageado, foi inaugurada, em São Luís, uma biblioteca batizada com o nome do agentes nas instalações do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA, bem como disponibilizado na internet o acervo digitalizado dos *Cadernos do Terceiro Mundo*, principal produção jornalística/intelectual/política do agente entre as décadas de 1970 e 1990.

<sup>82</sup> Neiva Moreira havia acabado de publicar seu primeiro livro, *Fronteiras do Mundo Livre*, pela Editora A Noite, que também fazia parte da cadeia associada. Tratava-se de “um a série de reportagens sobre problemas políticos, econômicos e militares da Europa, de onde acaba de regressar”. IN: “*Livros Novos*”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1949, p.2.



pares do espaço jornalístico maranhense do final da década de 1940<sup>83</sup>, quando ocorreu o seu retorno ao Maranhão. Mas esta seria apenas a primeira de uma série de excepcionalidades.

Um segundo aspecto divergente do perfil social dos demais agentes ligados ao domínio do jornalismo, seria a origem humilde (filho de “quitandeiro”); o que é reforçado pelos relatos biográficos e autobiográficos (SENA, 1979; BUZAR, 1997; MOREIRA, 2007).

Essas leituras (auto) biográficas buscam positivar e reforçar o fato do agente não possuir diploma de curso superior, o que acentuaria uma suposta “vocaçãõ” para o jornalismo. Esta seria uma terceira característica singular em relação aos cinco (5) casos discutidos na seção anterior. Como vimos, todos possuíam título escolar de curso superior (Direito).

Por fim, uma quarta excepcionalidade seria a continuidade de uma posição ideológica que acompanharia o agente em toda sua trajetória profissional e política. Ao contrário do universo analisado, onde os agentes estariam vinculados ao *faccionalismo* político, suscetíveis, portanto, a mudanças em seus posicionamentos.

Teríamos, então, um exemplo de caso desviante? E que seria facilmente explicado pelo fato de ter ele deixado o Maranhão, no início dos anos 1940, e seguido carreira no jornalismo da capital do país?

Como se sabe Neiva Moreira retornou ao Maranhão em 1949, a princípio para cobrir uma “crise política” no seio do “situacionismo”: o então vice-governador, Saturnino Belo<sup>84</sup>, havia rompido com o “grupo político” de Vitorino Freire e ingressara na oposição, que se fortalecia e passava a se aglutinar em torno de “Satú Belo”, como era popularmente chamado. A dissidência ao “vitorinismo”, contava ainda com o senador José Neiva e alguns deputados estaduais. Desse modo, fortalecera-se sobremaneira esta *facção*, a qual passou a se autodesignar como “Oposições Coligadas”. Antecipava-se, assim, as movimentações em torno das possíveis candidaturas ao governo estadual e ao parlamento estadual e federal, que ocorreriam em outubro do ano seguinte. Simultaneamente a esses realinhamentos *faccionais*, começaram a ocorrer

---

<sup>83</sup> Sempre tendo em vista que o reconhecimento enquanto jornalista profissional não foi alcançado no Maranhão, mas no centro político-econômico e cultural do país.

<sup>84</sup> “Saturnino Belo, em fins dos anos 40, foi aquilo que hoje se chama burguês progressista. Industrial, era considerado a maior fortuna particular do Maranhão”. (SENA, 1979, p.21).

incêndios em bairros populares, aos quais se atribuíam motivações políticas, o que se tornou notícia na imprensa nacional.

Este o cenário político que o jornalista Neiva Moreira veio observar *in loco*, “interessado no relato direto e honesto dos acontecimentos políticos que agitam o Maranhão”, segundo disse na “Carta ao Presidente da República” escrita na prisão e publicada na íntegra no, até então, principal jornal da oposição<sup>85</sup>.

Esta prisão teria sido determinante para seu engajamento na luta política estadual. A repercussão que este episódio teve na imprensa nacional, ao lado da condição de notoriedade que dispunha, mas, também, e isto não pode ser esquecido, os laços familiares, as disposições e mesmo a própria prática jornalística, não o colocavam distantes do universo político.

Sobre suas origens sociais o agente se apresenta como descendente de uma genealogia que possuiria dois ramos: um rico e outro pobre. Ele situa sua família no ramo pobre. O pai é descrito como um pequeno comerciante (“quitandeiro”) em cujo estabelecimento

se vendia de tudo: cachaça, fumo, sabão, peixe seco. Quando eu tinha cinco anos, muito inquieto, papai me ocupava, derramando saquinhos de chumbo de espingarda [...] para que eu juntasse. Assim não atrapalhava o atendimento aos fregueses. Newton Sá, artista que se tornaria famoso no Rio na década de 50, foi ajudante de papai (MOREIRA, 2007, p.20-21).

O pai era ainda membro graduado da Loja Maçônica de Barão de Grajaú. Ele faleceu quando Neiva tinha 6 anos de idade. O agente era o primogênito entre os 6 filhos de Antônio Neiva Moreira e Luzia Guimarães, ambos cearenses. A família do avô paterno era de pequenos agricultores que tinham vindo para o Maranhão em busca de terras e também de outras oportunidades (o avô “tinha fama de empreendedor”, destaca o neto). Já pelo lado materno, dona Luzia (ou Mariinha, como era chamada), era professora recém-formada, e “foi contratada pelo governo do Maranhão para implantar o ensino primário no sertão”. Conheceram-se no município maranhense de Nova Iorque, onde se casaram e tiveram os dois primeiros filhos. Os outros nasceram em Barão de Grajaú, na fronteira do Maranhão com o Piauí, para onde a família se mudou; do outro

---

<sup>85</sup> O Combate. São Luís, 21 de julho de 1949.

lado do rio Parnaíba ficava a cidade de Floriano (PI). Foi em torno dessa ligação geográfica e econômica entre as duas cidades que Neiva começou a trabalhar: vendia bolos, auxiliava os canoieiros na travessia do rio, além de ocupar a função de cobrador na Associação de Empregados do Comércio de Floriano. Antes de Neiva completar 15 anos dona Mariinha, professora primária, servidora pública estadual, “transferiu-se<sup>86</sup>” (MOREIRA, 2007, p.27) para Timon-MA, cidade muito próxima à capital piauiense, “onde havia melhores condições para nossa instrução”. Em Teresina Neiva fez até o quarto ano do curso secundário. Mas uma passagem nos interessa particularmente destacar. Ela demonstra o uso de recursos disponíveis pela rede pessoal e familiar à qual estava ligado o agente. O fato se deu quando ingressou no Liceu Piauiense, de Teresina, onde só se podia entrar com 15 anos completos, pré-requisito que ele não atendia. “Mas o problema terminou se resolvendo facilmente. Meu padrinho era o tabelião. [...] Ele forneceu uma certidão de nascimento com a idade que o Liceu exigia” (MOREIRA, 2007, p.29).

Importante chamar atenção para elementos que o agente aciona e que justamente confluem para dar um sentido coerente e lógico a um relato autobiográfico que muitas vezes acabam por dificultar a objetivação sociológica daquela trajetória. A uma primeira leitura da sua biografia pode parecer que o agente teve um percurso no qual o que foi determinante para suas escolhas e inserções sociais, profissionais e políticas foram apenas sua própria vontade e seu desejo de se tornar um jornalista ou de transformar a situação social e econômica da sua terra (em um primeiro momento e, depois de 1964, de outros lugares, na etapa em que sua atuação se internacionaliza via *Cadernos do Terceiro Mundo*). Nessa empreitada o agente mobilizaria os repertórios que ele próprio cultivou ao longo da vida, frutos de uma “vocaçãõ” para o jornalismo e de uma “inquietação” ou “não-conformismo” com o mundo à sua volta. Quase como uma espécie de *self-made man* do mundo político e cultural brasileiro.

É preciso desmontar as partes desse relato aparentemente coerente que dão suporte a uma carreira bem-sucedida, até certo ponto, e reorganizá-las a partir de uma problematização sociologicamente orientada com vistas a construir objetivamente a trajetória do agente em questão. Assim, chamamos atenção para elementos que compõem a socialização primária do agente social em questão, ou em outros termos,

---

<sup>86</sup> O relato autobiográfico não dá detalhes sobre essa transferência, e ficamos sem saber se dona Mariinha teve alguma ajuda dos Neiva nesse processo.

para as disposições incorporadas por ele nas primeiras fases da vida. Primeiramente o processo de alfabetização escolar, reforçado no ambiente doméstico, e conduzido pela mãe, professora primária “formada”, ou seja, normalista, que sabia francês e lia jornais de Paris; o agente teve, ainda na infância, familiarização com um conjunto de referências culturais que muito provavelmente não estavam disponível para todos os habitantes de Barão de Grajaú. Na entrevista que serviu de base para o relato biográfico aqui citado e que foi conduzida pelo jornalista José Louzeiro (MOREIRA, 2007), Neiva diz que a profissão de jornalista lhe fascinara desde muito cedo, reafirmando que “sua vocação” era o jornalismo. Na mesma passagem memorialística complementa:

Minha vocação era o jornalismo [...] a profissão me fascinava. Desde os tempos da velhíssima oficina gráfica do mestre Abraão, no Piauí, que já frequentava, aos 14 anos, eu vivia a paixão da imprensa. (MOREIRA, 2007, p.35)

A “vocação” e a “paixão pela imprensa” foram cultivadas a partir do contato que teve com jornais desde muito cedo em casa e simultaneamente na escola, e que, ao lado de outros condicionantes sociais (capital social herdado) lhe permitiram atuar, ainda na adolescência, como jornalista “profissional” em São Luís (no Jornal *Pacotilha*).

As disposições incorporadas em um ambiente em que a própria casa fazia parte da escola, a mãe era professora, leitora assídua de jornais, inclusive em língua estrangeira<sup>87</sup>, portanto, aproximando aquele garoto do interior do Maranhão de fatos e notícias ocorridos em lugares distantes e estranhos ao seu meio social, político, geográfico, econômico etc. Dona Mariinha escrevia poesias, fazia “reuniões artísticas” e também políticas em sua casa: “batendo-se pela conscientização da comunidade” (MOREIRA, 2007, p.22). Ela produzia ainda um “jornalzinho”, *A Liberdade*, escrito à mão e em folhas de papel almaço, nele expressava suas ideias, as quais “não agradava a muita gente” e que por isso o “jornal” teve vida efêmera. Mas o tio Cícero Neiva “amparava mamãe, não deixando que fosse massacrada pelo meio” (idem, p.23). Por outro lado, quando chegavam “pessoas importantes” para visitar a cidade, era dona Mariinha quem escrevia os discursos, talvez por ser possuidora de um volume de capital cultural raro entre os moradores da cidade, mas também porque estava ligada por laços

---

<sup>87</sup> Dona Luiza tinha certo conhecimento da língua francesa e o teria ensinado ao filho. (MOREIRA, 2007, pp.21-22).

de parentesco ao “líder” político e econômico de Barão de Grajaú, o senhor Cícero Neiva, tio de Neiva Moreira. Percebe-se que a separação entre os ditos “ramos” “ricos” e “pobres” não era tão nítida assim.

Por ocasião dessas solenidades públicas em que eram feitos discursos diante de “pessoas importantes”, Neiva Moreira, o filho mais velho, já alfabetizado, após decorar alguns desses escritos (discursos, poesias) os declamava: “era o orador-mirim, com alguns privilégios da notoriedade”.

As bases do engajamento político, e da politização da própria atividade jornalística, também podem ser situadas a partir de sua socialização primária. Nas palavras do filho, sua mãe seria uma “militante progressista” e teria sido para ele um exemplo de “não-conformismo”. Ela procurava atuar na comunidade no sentido de sua “organização” e “conscientização”. Sua visão de mundo estava sempre em choque com o meio social em que vivia, e isso parece ter marcado o filho, que aponta a mãe e o “agreste” como as duas principais recordações da infância (MOREIRA, 2007, p.22).

Após a morte do marido, Dona Luzia Guimarães continuou trabalhando como professora da escola pública, e, ao mesmo tempo, tentava suprir as necessidades financeiras da família aproveitando o tempo livre para dar aulas particulares, além de fazer bolos que o próprio Neiva ia vender nas ruas da cidade.

Ainda neste aspecto da dimensão familiar, nos parece relevante destacar o fato de que apesar de ter ficado órfão, Neiva e seus irmãos não ficaram desamparados. Além do suporte materno, ele e seus irmãos puderam contar com o apoio relevante, oriundo do tronco familiar “abastado” ou “rico” da genealogia dos Neiva. A exemplo do tio Cícero Neiva, que era “líder da família e da vila de Barão de Grajaú”. A família recebia ainda uma “pequena ajuda” da Maçonaria, entidade na qual o pai fora “maçom graduado”. Apesar disso, relata que viviam privações, que se materializaram inclusive no hábito, mantido segundo ele por toda a vida, de não jantar (“tomávamos apenas uma sopinha rala, antes de nos metermos nas redes”). (MOREIRA, 2007, p.22).

A entrada no jornalismo foi se dando paulatinamente e a sua “vocação” é uma construção retroativa que busca dar coerência à sua experiência vivida, marcada também por imprevistos e circunstâncias que poderiam ter alterado consideravelmente sua trajetória, seja no jornalismo, seja na política. Por exemplo, o agente fala em determinada passagem da referida entrevista a José Louzeiro que: “quando fui para São

Luís, transferi-me para o Liceu Maranhense onde frustrou-se, com uma reprovação em matemática, já no último ano, meu **projeto universitário**” (MOREIRA, 2007, p.32, grifo nosso).

Após essa inflexão em uma suposta carreira imaginada, concentrou seus investimentos na atividade jornalística, mas logo em seguida foi obrigado a “servir o exército”, onde ficou por quase um ano, sempre conciliando com sua inserção jornalística.

Sobre sua entrada no jornalismo na São Luís dos anos 1930, se faz necessário pontuar um condicionante importante. Ele diz respeito ao papel desempenhado pelo capital social herdado, ou pela rede de relações pessoais que sua família detinha e que foi acionada para que Neiva Moreira tivesse oportunidade de trabalho em “um dos mais tradicionais jornais do Maranhão”, O Globo-Pacotilha, que era dirigido pelo “mestre” Nascimento Moraes. Neiva revela que, quando estava residindo no Piauí com sua família, onde iniciara o curso secundário no Liceu Piauiense, tinha como meta chegar a São Luís e envolver-se “em sua atrativa realidade” (MOREIRA, 2007, p.31). (Grifo nosso).

Para adentrar ao domínio jornalístico maranhense Neiva precisou mais uma vez da ajuda de um parente, o tio Cícero Neiva, que o

recomendou a um amigo influente, o desembargador Constâncio Carvalho, que abriu-me a primeira oportunidade no jornal O Globo-Pacotilha, um dos mais tradicionais do Maranhão, então ligado ao situacionismo estadual.

(MOREIRA, 2007, p.31).

A “vocação” para determinada atividade necessita de uma série de condições e condicionamentos que não estão disponíveis de maneira equânime a todos os que desejam desempenhar tal ou qual “profissão”. Indo direto ao ponto, é a herança familiar em termos de capital social, que lhe permite acessar colocações no universo do jornalismo. Tratava-se de um capital simbólico (o nome da família, o prestígio que acumulara) passível de ser reconvertido em outros tipos de capitais através de estratégias familiares como a que garantiu a Neiva Moreira uma colocação na imprensa maranhense, oportunidade tão desejada por ele.

Sua vivência jornalística foi conciliada com o curso secundário no Liceu Maranhense. Nesse momento, sua atuação no jornalismo já era intensa (“ainda com a farda do colégio já era um repórter ativo”). No mesmo período (meados da década de 1930) engajou-se, também, no movimento estudantil, comandando uma chapa que concorreu ao Centro Estudantil Liceísta. Segundo ele narra, a chapa rival tinha o apoio do Partido Comunista, já a que ele próprio encabeçava era formada por “católicos de direita, agitadores, anarquistas e radicais sem filiação ideológica” (MOREIRA, 2007, p.33). Nesse ponto chama atenção a timidez como apresenta seu engajamento político-ideológico de direita. Em certa passagem tenta mitigar (situando-se enquanto “esquerda da direita”). Percebe-se um cuidado especial com a gestão da autoimagem de um político (e jornalista) identificado nos anos de 1960/70 com a chamada “esquerda”. Rossini Corrêa (2017, p. 271) afirma que entre “os maranhenses” que “emergiram e cresceram para a política, com o sigma, o anauê e a camisa verde” encontravam-se, dentre “muitos outros”, “Neiva Moreira, Tácito Caldas, Paulo Nascimento Moraes<sup>88</sup> e Joel Barbosa Ribeiro”. Carlos Castello Branco, que cursou dois anos do Liceu Piauiense ao lado de Neiva Moreira e, juntos, fizeram o jornal ginasiano “A Mocidade”, confirma que Neiva foi integralista na juventude: “na mesma época ele já revelava o político que tinha dentro si, ardente, radical e permanentemente dedicado à ação. Como rapaz, foi integralista. Sua frustração o devolveu à imprensa” (SENA, 1979, p.128).

Ao lado dessa questão da identificação ideológica estaria um certo distanciamento dos vínculos com a política, pelo menos até seu retorno ao Maranhão em 1949, ou seja, durante sua inserção e ascensão na carreira jornalística no centro do país. Todavia, é bastante perceptível a existência de vínculos, via capital social familiar, com a política e com políticos. Essa imagem de jornalista profissionalizado enquanto sinônimo de afastamento do domínio da política não se sustenta. O agente esteve sempre fazendo uso dos recursos (notadamente do capital de relações sociais) detidos pelos membros da família. Qualquer um que chegasse no Rio de Janeiro, aos 25 anos, sem diploma de curso superior e sendo desconhecido no meio jornalístico teria dificuldade de alcançar uma posição nos jornais da capital do país. Parte considerável dessa dificuldade encontrava-se justamente na entrada, no primeiro passo, a oportunidade de mostrar seu trabalho. Ela foi superada mais uma vez pela mobilização

---

<sup>88</sup> Filho do jornalista José Nascimento Moraes, ao qual Neiva Moreira foi indicado e que, além de garantir-lhe um posto no jornal em que era diretor de redação, *Pacotilha*, lhe concedeu também um quarto em sua casa (MOREIRA, 2007).

das relações sociais mantidas por familiares seus na capital da República. Assim, foi por intermédio de seu tio Manuel Neiva<sup>89</sup> que conseguiu uma vaga de repórter *free lancer* no *Diário de Notícias*. Manuel Neiva, segundo relata o sobrinho, era um “socialista histórico, respeitado por sua coerência de princípios” e “tinha muitas relações influentes”, a exemplo do amigo Orlando Dantas, o “austero” diretor do *Diário de Notícias*.

Após um mês de trabalho naquele veículo, Orlando Dantas deu o seguinte conselho a Neiva Moreira: “- Você é um bom repórter, mas acho que seu lugar não é aqui [...]. Não gosto de Assis Chateaubriand, mas seu futuro está nos ‘Diários Associados’ onde, pelo tamanho e dinamismo da empresa, você terá campo mais propício.”

O que fez Neiva? Bateu à porta dos Diários associados? Sim, mas com uma recomendação debaixo do braço, do tio Manuel Neiva ao amigo Leão Gondim, um dos diretores dos “Diários” e primo de Assis Chateaubriand. Gondim arranhou-lhe uma vaga como repórter de polícia no *Diário da Noite*, onde Neiva diz ter tido seus melhores tempos enquanto jornalista: “fiz camaradagem com grandes companheiros, como Edmar Morel, Maurício Waitmam, José Oswaldo de Carvalho, João Ataíde, Carlos Cavalcante, Álvaro Werneck, Sebastião Isaías, Augusto Brum, Segadas Viana que já era veterano lá dentro, o futuro embaixador Sérgio Frazão, enfim, gente de talento que passava pelo jornal”.

De repórter de polícia, e após produzir matérias de destaque, foi escolhido para a subchefia da seção internacional, a qual era comandada por Franklin de Oliveira, seu conterrâneo do Maranhão, que além de jornalista era ainda reconhecido como escritor. E, assim como Neiva, também tentaria uma carreira política em sua terra natal nos anos 1950.

Em seguida Neiva foi promovido a redator da seção Assuntos Gerais, ainda no *Diário da Noite*.

O ápice da carreira jornalística de Neiva nos *Diários Associados* começa quando foi convidado por Carlos Lacerda para integrar, com exclusividade, *O Jornal*, “órgão líder” da cadeia de jornais comandada por Chateaubriand, com quem passou a conviver

---

<sup>89</sup> Manuel Neiva fez parte do “grupinho” de R. Perdigão, e ao lado deste militou no jornalismo e na política durante os anos de 1930, tanto no Maranhão quanto na capital federal, onde ambos passaram a residir por volta de 1933/34.



e estreitar os vínculos profissionais, sendo requisitado para atuar na revista *O Cruzeiro* como repórter da seção (editoria) “Internacional”. Mas ao mesmo tempo fazia matérias de “política interna” e “reportagem geral”. Tanto assim que decidiu propor a criação da “seção política”. Para esta seção convidaria mais tarde seu amigo dos tempos de Liceu Piauiense, Carlos Castello Branco.

Considerando que sua chegada no Rio de Janeiro ocorreu no começo de 1942, e que por volta de 1944 já havia alcançado posição de destaque em *O jornal* e na revista *O Cruzeiro*, é possível afirmar que sua ascensão profissional foi consideravelmente rápida. 1949 é um ano de inflexão em sua trajetória profissional e marca seu “inesperado ingresso na política”<sup>90</sup> e também seu retorno à imprensa local, primeiro como diretor de redação e logo em seguida também como proprietário do *Jornal do Povo*.

Coelho (2014) aponta que Neiva Moreira teve sua carreira política bloqueada em virtude do golpe de 1964, que lhe cassou o mandato de deputado federal e os direitos políticos, obrigando a se exilar do país. Existiram outros bloqueios na trajetória social do agente. Um primeiro ocorreu justamente no percurso escolar, quando se frustrou seu “projeto universitário”. O que contribuiu para a centralidade que o jornalismo assume em seu percurso profissional. Sem um diploma de bacharel em direito tornava-se praticamente impossível ao agente inserir-se em outros universos profissionalizados. A posse do título é geralmente apontada como um trunfo no exercício da profissão de jornalista, mas não constituía uma fronteira para entrada nesse domínio (PETRARCA, 2007). Como se sabe, o valor de um título escolar depende de outros recursos, como aqueles ligados ao capital social e econômico, capazes de valorizar de maneira diferenciada aquele título (BOURDIEU, 2007). A recorrência desse dado (posse de um diploma) não é algo particular aos casos analisados na seção anterior, mas está presente em toda literatura sociológica que trata do jornalismo no Brasil<sup>91</sup>. Estamos dizendo que o título permitiria, por exemplo, engajar-se simultaneamente no jornalismo e em outra atividade, ligada diretamente ao título ou não (burocracia em geral, por exemplo), além de lhe permitir, talvez, permanecer na cidade de São Luís e continuar a envolver-se “em sua atrativa realidade” (MOREIRA, 2007, p.31).

---

<sup>90</sup> Título de um dos capítulos do livro-entrevista *O Pilão da Madrugada – Neiva Moreira (Um depoimento a José Louzeiro)*.

<sup>91</sup> Ver, conforme indicamos na introdução: ALONSO, 2002; MICELI, 2001; PÉCAUT, 1990; CORADINI, 2014; PETRARCA, 2007, 2008.

Considerando o *espaço dos possíveis* da época (final dos anos 1930), caso este primeiro bloqueio não tivesse ocorrido, o agente teria ingressado, como muitos de seus colegas de Liceu Maranhense, na “vetusta” Faculdade de Direito do Maranhão (DINO, 2014), para onde em geral se dirigiam aqueles que detinham “talento” literário, jornalístico ou político, ou ainda que combinassem todos eles. A reprovação em matemática o fizera “desistir” do curso superior e reforçou seu intento de “fazer-se” jornalista. A forma com esta informação é colocada em suas biografias e autobiografias é reveladora da frustração experimentada. Praticamente não a aborda de frente, mas somente de passagem, sem desenvolvê-la. Essa questão, tão importante para a definição e direcionamento da carreira profissional do agente, tem sido colocada como uma característica “comum” aos jornalistas do “seu tempo” (não possuir um diploma<sup>92</sup>), como o faz Mauro Santayana em artigo-epitáfio publicado no *Jornal do Brasil* quando da morte de Neiva Moreira em 2012, afirmando que a formação deste último, “desde a adolescência”, ocorrera “nas redações”<sup>93</sup>. Chegando mesmo a ser simplesmente (de)negada, forjando-se uma narrativa na qual nunca existiu “sonho universitário” algum, mas sim uma **recusa** em cursar uma faculdade, espécie de decisão ou atitude coletiva de uma suposta geração de “rebeldes” dos anos 1950/60 (TIMM, 2012). Esta afirmação está em artigo de um amigo e companheiro de lutas políticas no período pós-64 (TIMM, 2012).

Voltando à série de bloqueios, o segundo deles se deu com o golpe de 1964 que interrompeu a carreira política ascendente de Neiva Moreira. Este fato, se por um lado, estancou a carreira política no Brasil, redirecionou, por outro, seu percurso jornalístico (e político, essas dimensões nunca estiveram de fato separadas). Seu investimento em redes de contatos transnacionais redundaram na criação da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, em 1974. Atente-se para o fato de que mais uma vez um bloqueio (Golpe de 1964) repercutiu em um novo investimento na carreira de jornalista, desta feita desdobrando-se em um engajamento terceiro-mundista.

---

<sup>92</sup> Não estamos nos referindo aqui, obviamente, ao diploma de curso superior específico em jornalismo, mas sim a qualquer dos títulos superiores fornecidos pelas faculdades. Para uma análise dos usos do diploma de jornalismo, comparando seu peso frente outros recursos sociais que efetivamente contam para o exercício da profissão ver PETRARCA, 2007. Tudo bem que o centro do processo de formação de intelectuais e de produtores culturais, no sentido de bens simbólicos, não estivesse ainda diretamente dependente das Universidades, fundamentais a partir dos anos 1960/70, quando os casos de “autodidatas” ou produtores “independentes” tende a declinar. Para uma análise que enfoca particularmente os mecanismos de reconversão e a construção de causas entre os universos da “cultura” e da “política” nos anos 1920-1960, ver Coradini, 2014.

<sup>93</sup> In: SANTAYANA, M. Neiva e o compromisso político do jornalista. *Jornal do Brasil*, 12/05/2012. Versão online. Acessado em 15/08/2017.

Suas redes de relações políticas internacionais foram constituídas quando exercia atividades jornalísticas. Enquanto repórter e editor de “política internacional” ele teve oportunidade de entrevistar várias personalidades latino-americanas e europeias. Das suas viagens, reportagens e entrevistas pelo Velho Mundo, por exemplo, resultou o seu primeiro livro, *Fronteiras do mundo livre*, publicado no primeiro semestre de 1949. Em relação aos líderes sul-americanos, seus contatos foram importantes principalmente para definir seu périplo pelo continente a partir de julho quando pediu asilo político na Embaixada da Bolívia. Exilando-se neste país logo em seguida. A escolha não foi aleatória, já que o agente possuía uma relação pessoal de amizade com o então Presidente da Bolívia, Paz Estenssoro, pelo qual foi convidado a assumir sua assessoria de imprensa. E em agosto daquele ano Neiva Moreira participava da fundação do jornal governista *Clarín*, com o objetivo de tentar responder aos ataques dos adversários políticos do presidente, os quais detinham a maioria dos órgãos de imprensa, classificada por Neiva como “conservadora”. “Os meios de comunicação vinham preparando o clima para o golpe” (MOREIRA, 2007, p. 215). Três meses depois os militares, apoiados pela imprensa, pelos empresários e “bem entrosados com os norte-americanos” (idem, p.216).

Seguiu para o Uruguai a convite de amigos exilados e também porque este país estava sob um “governo democrático” que tinha “solidariedade com os exilados”. Porém, quem viabilizou a sua ida foi Leonel Brizola, que lhe enviou uma carta e 300 dólares, além de uma parábélum<sup>94</sup>, para autodefesa (MOREIRA, 2007, p. 221).

Permaneceu no Uruguai até 1973. A vida neste país, no entanto, “nos primeiros tempos, não foi fácil. Tinha poucas relações e fraco era o meu conhecimento do idioma. Para melhorar o espanhol, lia muito e tentava falar” (idem, p. 257). Aos poucos foi ampliando os contatos, principalmente via colegas jornalistas, passando a escrever artigos que abasteciam de “material brasileiro” as publicações “progressistas” Uruguaias. “Conheci, então, excelentes companheiros, com os quais as relações profissionais, políticas e humanas, continuam sólidas” (MOREIRA, 2007 [1989], p. 257). Percebe-se a importância das relações pessoais para o estabelecimento do agente nos meios jornalísticos e políticos. Sua atuação nesse período ocorreu, principalmente, em veículos ligados a partidos socialistas e de esquerda. Portanto sua atuação como jornalista, escritor e intelectual não pode ser dissociada do seu engajamento político.

---

<sup>94</sup> Pistola automática de grande calibre, de fabricação alemã.

Após uma rápida passagem por Cuba ele continuou no Uruguai “militando” na imprensa socialista em favor da chamada Frente Ampla, que reunia as principais lideranças da “oposição democrática” e cujo jornal *Ahora*, era o seu porta-voz. Neiva foi incumbido de dirigi-lo. Seus escritos (livros e artigos de jornal) produzidos nesta época defendiam, segundo ele, a tese de que “o nacionalismo pode ser progressista e até revolucionário”.

O nacionalismo é um tema a que tenho dedicado especial atenção. Já na Câmara, procurei aprofundar o estudo sobre o papel dos militares no processo de emancipação econômica de natureza socialista, dos países do Terceiro Mundo. Sustentei, sempre, que me parece um desperdício e uma discriminação que em nações onde a universidade ainda é privilégio de poucos, não se aproveitem para tarefas ligas ao desenvolvimento, milhares de universitários uniformizados.

(MOREIRA, 2007, p. 268).

Com a intensificação dos conflitos armados entre o exército, apoiador do governo conservador à frente do país, e os grupos guerrilheiros “tupamaros” a crise no Uruguai desembocaria em mais uma ditadura na América do Sul, perpetrada pelo próprio presidente e com auxílio dos militares daquele país. A partir de 1973 passa a residir na Argentina e com as boas vendas do seu livro *Modelo Peruano* deu continuidade aos seus artigos acerca dos “problemas mais candentes das guerras de libertação do Terceiro Mundo”. “Através de amigos [...] cheguei ao diário *Notícias*, matutino de grande circulação, próximo ao peronismo de esquerda” (MOREIRA, 2007, p. 309). Seus artigos chamaram atenção nos meios políticos e jornalísticos, passando “a ser convidado a dar conferências e a participar de debates sobre temas do Terceiro Mundo”. Estreitavam-se suas relações com Pablo Piacentini, da editoria “internacional” de *Notícias*.

Uma noite, contrariamente a seus hábitos discretos, Piacentini convidou-nos a “una copa” em um bar próximo. Na agenda, o lançamento de uma publicação voltada para temas do Terceiro Mundo. Logo verificamos que tínhamos, na cabeça, um projeto comum: publicar uma revista internacional que analisasse a realidade a partir de uma ótica terceiro-mundista.

(MOREIRA, 2007, p. 310).

Ainda na Argentina seria publicado o primeiro número de *Terceiro Mundo*, logo depois denominada *Cuadernos del Tercer Mundo*. A partir de 1976 a revista passou a ter sede no México, onde passara a viver o exilado Neiva Moreira.

Com a anistia de 1979, ele regressa ao Brasil. Desfrutava, então, de uma reputação internacional e dispunha ainda de uma rede de contatos políticos, intelectuais e jornalísticos que lhe permitiam assentar-se no centro do país, inclusive tendo sido diversas vezes convidado por Leonel Brizola a radicar-se, política e profissionalmente, no Rio de Janeiro.

Preferiu voltar ao Maranhão e continuar sua carreira política, mantida simultaneamente ao projeto jornalístico representado pela revista e editora *Cadernos do Terceiro do Mundo*, publicada ao mesmo tempo em vários países e idiomas. Sua opção política pelo Maranhão, e pelo PDT, do qual é um dos fundadores nacionais, não lhe proporcionou reingressar no espaço político-partidário e ocupar posições similares às que desfrutava antes do golpe de 1964. Sofreu uma série de derrotas eleitorais (como candidato a deputado federal: 1982; 1986; 1990) que se constituíram em um novo tipo de bloqueio em seu percurso político. Somente nesta última eleição conseguiu figurar entre os suplentes, vindo a assumir o mandato na Câmara Federal em setembro de 1993, quase trinta anos após ter sido cassado, e, principalmente, 14 anos depois ter retornado à arena política brasileira.

**Quadro 13 – Perfil de Neiva Moreira**

Ano	Informação biográfica
1917	Nasce a 10 de outubro. Município de Nova Iorque/MA. Primogênito dos seis filhos de Antônio Neiva Moreira, comerciante, e Luzia Guimarães Moreira, professora do primário.
1923	Falecimento do pai, em Barão de Grajaú/MA, para onde haviam mudado alguns anos antes.
1924-1928	Curso primário em Barão de Grajaú.
1929	Início curso ginásial, em Floriano/PI. Acompanhado por um grupo de jovens, fundou o periódico <i>A Luz</i> .
1930	Mudança para Timon/MA. Ingressa Liceu Piauiense, onde conclui ginásio e inicia secundário. Jornal estudantil <i>A Mocidade</i> (ao lado de Carlos Castelo Branco)
1935	Março - São Luís. <i>Pacotilha</i> , ao lado do “mestre” Nascimento Moraes. Curso Secundário no Liceu Maranhense.
1936-1942	Membro da Associação Maranhense de Imprensa (AMI)
1936	Dirigente estudantil (Centro Liceísta).
1939/40[?]	Reprovação em matemática e frustração do “projeto universitário”;
1942	Muda-se para o Rio de Janeiro. <i>Diário de Notícias</i> ; Redator no Instituto Brasileiro do Café (IBC); Início da carreira nos Diários Associados: <i>Diário da Noite</i> (repórter de polícia; subchefe da seção Internacional; redator de Assuntos Gerais);
1943-44	<i>O Jornal</i> , a convite de Carlos Lacerda: (repórter exclusivo); <i>O Cruzeiro</i> (repórter seção Internacional, política interna e reportagem geral);
1949	Publicação do primeiro livro: <i>Fronteiras do mundo livre</i> (editora A Noite/Diários Assoc.),

	Viagem a São Luís/MA para cobrir a crise política. Prisão. Carta ao Presidente. Engajamento na luta faccional.
1950	Abril – Fundação do <i>Jornal do Povo</i> (um dos redatores); Eleito deputado estadual (PSP).
1951-54	Deputado estadual;
1950-1964	Redator <i>Jornal do Povo</i>
1952	Torna-se proprietário do <i>Jornal do Povo</i>
1954	Eleito deputado federal (PSP)
1955-58	1º mandato dep. federal Vice-líder do PSP na Câmara; Integrante-fundador da FPN.
1958	Reeleito deputado federal (PSP)
1959	Posicionou-se a favor da Revolução Cubana
1959-62	2º mandato dep. fed.: participa da Comissão de Economia, da Comissão de Legislação Social e da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, preside a Comissão de Transferência da Capital Federal para Brasília, tendo sido ainda o segundo-secretário da mesa da Câmara em 1959 e 1960.
1960	Nas eleições presidenciais apoiou Marechal Lott, candidato do PSD (e de partidos de esquerda), em detrimento de Ademar de Barros, principal liderança do PSP, partido a que era filiado.
1961	Apoiou o reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética.
1961-64	Durante o governo de João Goulart foi um dos mais incisivos defensores das “reformas de base”, atuando em consonância com Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul.
1962	Apesar da votação declinante (em relação às anteriores), obtém mais um mandato de deputado federal.
1963-64	3º mandato, interrompido governo militar em abril de 64.
1964	Abril – Fechamento do <i>Jornal do Povo</i> ; Julho – Exilado na Bolívia, é convidado pelo presidente Paz Estenssoro a atuar como seu assessor de imprensa. Agosto – Participa da fundação do jornal <i>Clarín</i> , de apoio ao governo; Novembro – golpe militar derruba o governo Estenssoro.
1964-73	Exílio no Uruguai: editor dos jornais <i>Sur</i> , <i>Izquierda</i> , e <i>El Oriental</i> , estes dois ligados ao Partido Socialista; atua ainda no <i>El Debate</i> , do Partido Nacional, e <i>Ahora</i> , diário da coligação de esquerda Frente Ampla; Casa-se com a jornalista uruguaia Beatriz Bissio.
1968	Publica <i>O Exército e a crise brasileira</i>
1973	Publica <i>Modelo peruano</i>
1974	Na Argentina, passou a editar a revista mensal <i>Tercer Mundo</i> , posteriormente denominada <i>Cuadernos del Tercer Mundo</i> . Outubro – Expulso da Argentina.
1974-1976	Peru: editor internacional do jornal <i>El Comercio</i> , o maior jornal do país, então entregue à direção da Confederação Nacional Agrária Peruana; Assessor de imprensa do presidente general Juan Velasco Alvarado.
1976-1979	México: relança <i>Cuadernos del Tercer Mundo</i> e publica o livro <i>Guia del Tercer Mundo</i> , passando também a colaborar em vários jornais, inclusive o <i>Excelsior</i> , diário de maior circulação no país.
1974-2006	Editor dos <i>Cadernos do Terceiro Mundo</i>
1979	Publica, com Beatriz Bissio, <i>Os cubanos na África</i> ; Retorno do exílio; Ao lado de Brizola, disputa pela sigla PTB;
1980	Fundação do PDT; Reassume sua função de redator no IBC (demitido em 1964).
1982	Candidato a deputado federal (MA).
1983-1985	Secretário de Comunicação Social do Rio de Janeiro (Gov. Brizola);
1985-1986	Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (BD- Rio);
1986	Derrotado nas eleições para a Constituinte
1988	Publica <i>Brasília Hora Zero</i> (narrativa do processo de mudança político-administrativa da capital federal, por ele dirigido)

1989	Publica <i>Pilão da madrugada- um depoimento a José Louzeiro</i> (ed. Terceiro Mundo)
1990	Alcança a suplência para Câmara Federal nas eleições de outubro.
1992	Eleito membro da AML
1993	Setembro - assume mandato dep. federal. Integrante titular da Comissão de Relações Exteriores, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e, como suplente, da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.
1994	Eleito suplente de deputado federal
1997	Assumiu mandato deputado federal; Lançamento do livro <i>Neiva Moreira, o jornalista do povo</i> , organizado pelo jornalista e membro da AML Benedito Buzar.
1998	Eleito deputado federal
2002	Reeleito
2006	Suplente dep. federal
2007	2ª ed. do <i>Pilão da madrugada- um depoimento a José Louzeiro</i> (ed. SECMA)
2007-2009	Assessor especial Gov. Maranhão (Jackson Lago-PDT)
2008	Instituído, pelo governo do estado do Maranhão, o Prêmio Neiva Moreira de Jornalismo.
2009	Fevereiro - Homenageado pela Escola de Samba “Unidos de Fátima” com enredo “Pilão da madrugada: a saga de Neiva Moreira”; Abril – Governador Jackson Lago (PDT) é afastado após decisão do TSE.
2012	Morre em São Luís/MA no dia 10 de maio. Julho – Inauguração da escola municipal “Jornalista Neiva Moreira” (prefeito João Castelo – PSDB).
2017	Evento comemora o Centenário de Neiva Moreira: Palestras, lançamento de livros e inauguração do acervo digital dos <i>Cadernos do Terceiro Mundo</i> . “Prêmio FAPEMA Neiva Moreira”. Livros lançados durante as comemorações do Centenário: <i>Neiva Moreira – semeador de rebeldias</i> , org. Jhonatan Almada (São Luís: ed. Engenho/SECTI); <i>Neiva Moreira – apóstolo da liberdade</i> , de Natalino Salgado (São Luís: ed. AML).

### José Tribuzi Pinheiro Gomes (Bandeira Tribuzi)

A construção do perfil sociográfico do agente em questão é resultante da análise de um conjunto de materiais, donde sobressaem o livro *o modernismo no Maranhão*, de Rossini Corrêa<sup>95</sup> (CORRÊA, 1989), no qual seu autor buscou situar a “trajetória biográfica” e a “produção literária” de Bandeira Tribuzi, ressaltando sua condição de precursor do modernismo literário no Maranhão; os textos de Nauro Machado *Tribuzi, bandeira lírica do amor social*, de José Sarney *Por quem choram as casuarinas*, e de Jomar Moraes *A trajetória de um poeta*, todos eles aparecidos no volume *Poesia Reunida* (TRIBUZI, 1986), publicado pela Secretaria da Cultura do Estado do

<sup>95</sup> Este texto, por sua vez, constitui uma 2ª edição ampliadíssima de um ensaio publicado sob o título *Pela cidade do homem (Uma interpretação de Bandeira Tribuzi)*, com o qual Corrêa havia vencido, em 1981, o Concurso Literário “Bandeira Tribuzi: vida e obra”, realizado pela Universidade Federal do Maranhão e que contara com o patrocínio do Ministério da Cultura através da Fundação Nacional Pró-Memória. Esta primeira versão do texto foi publicado pelo selo “edições UFMA” (CORRÊA, 1982) e tinha 67 páginas (excluindo-se nessa contagem os anexos: uma “Antologia de esparsos”, poemas de Tribuzi que não foram incluídos no livro *Poesias Completas*, publicado em 1979; e um “caderno iconográfico”), já a 2ª edição (CORRÊA, 1989) alcançou 179, justificado pela ampliação do escopo da empreitada que a mudança de título revela, apesar de manter-se o personagem central nos dois textos: Bandeira Tribuzi.

Maranhão sob o selo da Editorial Alhambra, do Rio de Janeiro<sup>96</sup>. Estes textos foram cotejados e/ou complementados com materiais de jornais da década de 1960, fonte empírica principal da análise dos textos políticos do agente que serão analisados em um dos tópicos do capítulo seguinte deste trabalho.

Para compreendermos as tomadas de posição do agente a partir dos seus escritos, necessário se faz situá-lo no espaço relacional no qual foram traçados seus investimentos pessoais, demonstrando seus vínculos e pertencimentos a redes sociais diversas (alianças, rupturas, etc), bem como as disputas e conflitos com agentes sociais concorrentes em atuação nos diferentes *domínios* em que transitou.

Segundo Corrêa (1989, p.21), José Tribuzi Pinheiro Gomes (1927-1977), que adotou o nome literário de Bandeira Tribuzi, pode ser descrito como um “cidadão maranhense” que, “mais do que economista, foi poeta, ensaísta, ficcionista, teatrólogo, compositor e jornalista”. Tendo atuado na burocracia pública federal e estadual (DNER, GTAP e SUDEMA<sup>97</sup>), além de ter sido ainda professor de português em escolas particulares de São Luís, conforme anúncios de jornais publicados em meados dos anos 1960 (*O Combate; Jornal do Dia*). No final dessa década e início da seguinte foi professor na Faculdade de Economia do Maranhão. Paralelamente teve também uma militância política que se iniciou na década de 1950, ao lado de Neiva Moreira, sua colega tanto no *Jornal do Povo* quanto no Partido Social Progressista (PSP), combatendo pela “libertação” do Maranhão que, segundo eles, estava sob a “ocupação vitorinista”. Nos anos 1960 exercia, simultaneamente, atividades jornalísticas, burocráticas, intelectuais e políticas. Neste último *domínio* comandava a seção maranhense da Frente de Mobilização Popular, além de militar no PSP, conforme ressaltamos. Essa atuação política se caracterizava ainda por um certo diálogo com o Partido Comunista no Maranhão, cuja figura de proa era a médica Maria Aragão, sua amiga (SILVA, 2017). Ressalte-se que, apesar de nunca de ter integrado os quadros daquele partido, o agente teve de certa forma sua *identidade pública* ligada àquela ideologia, para o que colaboraram tanto seu engajamento em causas sociais (ou “populares”), a proximidade com movimentos sindicais de trabalhadores quanto o seu

---

<sup>96</sup> Este volume, reunindo toda a poesia publicada de Tribuzi, ganhou uma nova edição em 2002 (mais uma vez com subvenção da SECMA, dentro da coleção “Maranhão Sempre”, que saiu com o selo da editora Siciliano, de São Paulo), porém com título diferente, *Obra poética*, tendo sido acrescentado apenas *Tropicália consumo & dor*, livro que o SIOGE publicou em 1985.

<sup>97</sup> DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens; GTAP - Grupo Técnico de Assessoria e Planejamento; SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão. Sendo o primeiro órgão federal e os dois últimos estaduais.



pensamento político expresso nos seus escritos voltados para analisar a economia do Maranhão. Nos quais evidencia-se sua adesão teórica ao marxismo. Segundo depoimento de Maria Aragão:

Tribuzi nunca se filiou ao Partido Comunista. Razões suas de temperamento e personalidade. Simplesmente, embora suas convicções, sua ciência fossem respaldadas no Marxismo. Isto poder ser dito por nós porque o conhecíamos intimamente e porque ele mesmo assim se manifestou quando, numa postura de altivez, firmeza e desafio, respondeu aos inquisidores no Inquérito Policial Militar de 1964: “Não pertenço ao Partido Comunista, mas sou marxista”.  
(ARAGÃO, 1984, p.8 apud CORRÊA, 1989, p.153).

Durante o governo de José Sarney (1966-1970) ele passou a dirigir o *Jornal do Dia*, adquirido pelo então governador em 1968 e que, em 1973, seria rebatizado como *O Estado do Maranhão*, no bojo de uma reforma gráfica e tecnológica que incluiu ainda a mudança para um novo endereço, no Bairro do São Francisco, nova área da cidade recém-aberta à ocupação e urbanização em decorrência da inauguração da Ponte do São Francisco que ligava a cidade antiga àquela parte da ilha praticamente desabitada.

Bandeira Tribuzi formara-se em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade de Coimbra, Portugal, país de onde era originário seu pai, Joaquim Pinheiro Ferreira Gomes. Este chegara ao Maranhão no início do século XX e se estabelecera como comerciante, abrindo a firma Pinheiro Gomes & Cia. A frente deste empreendimento alcançou a condição de “integrante destacado do segmento comercial da burguesia maranhense” (CORRÊA, 1982, p.17). O senhor Pinheiro Gomes, portanto, não teve dificuldades em financiar os estudos do filho na terra natal, a fim de que estivesse assim garantido o seu desejo paterno: fazer do filho José um sacerdote da Igreja Católica (idem, ibidem). Em Portugal, Tribuzi chegou ainda criança (5 anos) e foi interno de colégios religiosos (Montariol, da Ordem Franciscana) e seminários, onde recebeu formação humanista e religiosa. Todavia, conforme apontam os relatos biográficos (CORRÊA, 1989), foi marcado por um “complexo de influências culturais” que teriam levado o frei franciscano a abandonar o sacerdócio dois anos após a conclusão do seminário maior. Já por essa época acompanhava, com “verdadeira admiração, o movimento literário brasileiro”, particularmente o poeta Manuel Bandeira (Corrêa, 1982, p.18), chegando inclusive a incorporar o “Bandeira” na composição do seu nome de poeta, ao qual se somava o sobrenome “Tribuzi”, tomado da família materna, de origem italiana, em cuja genealogia figuravam artistas plásticos radicados

no Maranhão desde a segunda metade do século XIX (MORAES, 1986; DIÁRIO DE SÃO LUIZ, 15/08/1946, p.1).

Nos cadernos do “estudante adolescente Frei José Tribuzi, como se assinava”, seria possível perceber

o complexo de influências culturais recebidas, destacando-se as composições quase obsessivas, onde procurava explicar e explicar-se que, no universo [...] do franciscanismo, interessava não apenas a retórica da simplicidade e do naturalismo, mas, basicamente, a unificação, no cotidiano social, do pensamento e do comportamento – geradores da caridade na convivência humana.

(CORRÊA, 1989, p.23)

Nessa época, início dos anos 1940, marcada pela ditadura fascista e colonialista de Salazar, ele teria iniciado seus experimentos poéticos em Portugal. No final da Segunda Guerra ele estava concluindo os estudos superiores na Universidade de Coimbra. “O último poeta maranhense que se formou em Coimbra”, conforme assinalou Josué Montello na introdução de *Poesias Completas* (Jornal do Brasil, 08/10/1985, p. 11). Sua formação universitária teria ocorrido em um contexto de “profunda divulgação da literatura marxista no Ocidente, especialmente nas sociedades europeias” (CORRÊA, 1989, p.26).

Quando regressa ao Maranhão, em 1946, Tribuzi é um economista marxista que dispunha de uma formação teológica, solidamente alicerçada nos princípios dos humanismos clássico e renascentista (idem, ibidem). Mas era também um poeta, cujo caderno de poesia que trouxera na bagagem intitulava-se “*Canções no exílio*”(1945/1946), no qual o aspecto central, segundo Corrêa (1989, p. 26), seria “o da sondagem da existência, revelando a pulsação de um indivíduo dividido, garimpando com profundo negativismo o significado do ser, do fim, da vida, do nada e do mistério”. Esta designação, “Canções no exílio”, permitiria “apreender a psicologia de quem se sabia ‘no’ exílio e não fruto ‘do’ exílio”, segundo interpretação do poeta e crítico literário Nauro Machado, fazendo a comparação, e distinguindo, a produção tribuziana em relação ao famoso poema de Gonçalves Dias (MACHADO in TRIBUZI, 1986, p. XVIII).

Nauro Machado acrescenta que Tribuzi “para aqui voltou como um homem animal político, na definição milenar de Aristóteles. Como um técnico capaz de agenciar novas mudanças sociais” (idem, p. XVII). Combinando em sua trajetória a

preocupação técnica (planejamento econômico) com o combate político, teria recebido sucessivas e continuadas retaliações em seu engajamento sócio-político. Isto ocorrera ainda antes de 1964, pois no Maranhão do pós-Estado Novo predominavam, segundo Corrêa (1989), os “métodos profascistas”, com os quais suportavam caminhar, figuras como Cid Carvalho e Renato Archer, considerados, no plano nacional, políticos modernos (CORREA, 1989, p. 141).

A exposição de um “decálogo do seu pensamento”, formulado por Corrêa (1989, p.142) a partir do mapeamento de sua produção na imprensa, mas obedecendo a um “critério seletivo que corresponde à cobertura panorâmica de que se revestia” sua produção, nos possibilita uma primeira aproximação no sentido de melhor compreender o percurso social do agente, servindo-nos ainda, particularmente alguns pontos do decálogo, como referência (no sentido da comparação) para prosseguirmos à análise de alguns de seus escritos (artigos de jornais, livros, etc). O conteúdo desses textos, que serão apresentados e objetivados no capítulo seguinte, abordam questões relativas ao objeto de estudo aqui formulado, qual seja, as representações sobre a política no Maranhão produzidas por agentes simultaneamente posicionados nos *domínios* do jornalismo, da intelectualidade e da política.

Eis o “Decálogo” do “pensamento” de Tribuzi, tal como elaborado por Corrêa (1989, p.142-143). Ressalte-se que as aspas entre as quais os princípios (ou preceitos) aparecem estão no original (*idem*, *ibidem*), significando, portanto, que foram extraídos da produção jornalística de Tribuzi e interpretados pelo autor citado como síntese do seu “pensamento” do agente:

1. “Luto por um governo que traduza a velha sigla do nosso Jornal do Povo: ‘Contra a opressão e a injustiça social’. E traduzo meus propósitos no lema: ‘Pão e Liberdade para Todos’”.
2. “O que defendemos é a liberdade de cada um criar o seu mundo artístico apenas ao que lhe imponham sua razão e sua sensibilidade: só assim teremos autenticidade, que é condição *sine qua non* da obra de arte”.
3. “A lição da própria dignidade, a lição da firmeza de princípios, a lição do devotamento às grandes causas, a lição das resistências ao comodismo, a lição do amor à inteligência e, ainda, a lição aos poderosos do momento, aos usurpadores e beneficiários do poder, de que quando muito se pode destruir um corpo, não a generosidade do devotamento a uma ideia”.
4. “As miseráveis palafitas são casas e nestas mora gente, gente humana, nascida para viver e ser feliz mas a quem cabe apenas a maresia salgada da sub-humana condição de vida. Amanhã eles acordarão para a realidade. E ninguém pode prever onde vai conduzi-los a revolta de que serão possuídos”.
5. “Acredito que seja o momento atual [*sic*] uma hora decisiva que não comporta mais o comodismo, e exige de todos a participação num esforço

para solução dos problemas que afligem nosso povo. Como nacionalista e como democrata minha plataforma se alicerça sobre a defesa intransigente dos interesses do País, apoio a todas as iniciativas que visem o progresso de nossa terra e luta pela preservação das liberdades asseguradas pela Constituição”.

6. “Entendo que as Academias devem ter um alto papel a desempenhar além do puro e simples acontecer de cometimentos de relevo pessoal e, em verdade, assim ocorre sempre que são integradas por elementos que a ela chegam pelo justo mérito e não pela porta estreita da simples amizade ou conveniência, já que nem sempre a quem mais merece se lhe tributa o que lhe é devido”.

7. “Essa luta pelo progresso econômico-social do Brasil é tarefa de honra para os maranhenses – principalmente se levando em conta que aqui travamos uma batalha impiedosa contra o mais perfeito paradigma da reação nacional, o PSD, um PSD maranhense que não é propriamente um partido mas uma deformação”.

8. “E com a mudança destas coisas materiais tudo irá também mudando e tudo mudando não poderá também deixar de mudar o ser humano. Seremos então cinza da história embora também suas raízes, pois com nosso humano amor e nosso humano ódio, por caminhos embora difíceis e tortuosos, teremos ajudado a escrever mais um capítulo da amarga e gloriosa História da Humanidade”.

9. “O que negamos é a existência da tão falada ‘arte pela arte’ porque toda a arte é informada e condicionada pelo ser humano que a realiza. E, não havendo seres humanos gratuitos, não poderá haver arte gratuita”.

10. “Temos uma fé na Cultura que supera todas as circunstâncias desalentadoras; acreditamos firmemente que também a Cultura remove montanhas e a história da Humanidade é uma prova real disso. Na medida em que o homem, através do conhecimento, se vai transformando de dominado pelas circunstâncias em dominador delas, vai, também, se realizando nas suas mais altas finalidades e nas suas possibilidades mais altas; vai, enfim, marchando ao encontro de si próprio. E estamos certos de que um dia se encontrará realizando em todas as virtualidades de seu Ser” .

O referido decálogo serve para percebermos como os interesses do agente perpassavam os *domínios* da política, da economia e da cultura (“artes” e “literatura”). É mais importante, como ele se afirma enquanto alguém que desfruta da condição de “intelectual”, ou seja, dispõe do reconhecimento social para intervir legitimamente nos *domínios* da política, da economia e da literatura. É possível perceber a crença do agente numa certa filosofia da História pela qual se concebe que o processo histórico caracteriza-se por uma “marcha” constante no sentido do “progresso” da “Humanidade”, a qual, por sua vez, tende a realizar todas as “virtualidades” do “Ser”, o que ocorreria através da “Cultura”.

Todavia, os tópicos selecionados por Corrêa para constituir o “decálogo do pensamento” de Tribuzi carecem de uma contextualização, ou melhor, precisam ser localizados temporalmente, pois de outro modo reforçam a ideia de um pensamento coerente e constante ao longo tempo. Conforme a perspectiva teórica aqui considerada, tal visão não resiste a uma análise sociológica processualista e relacional. Os agentes

não são sempre os mesmos quando tomados a partir do seu itinerário social, ou seja, considerando-se os domínios de atuação em que se inserem, as diversas posições ocupadas, os posicionamentos assumidos frente a questões que se colocam, as variações nas redes de relações estabelecidas, o volume e estrutura dos recursos herdados e acumulados ao longo desse itinerário, etc

O pensamento do agente cujo trajeto social é objeto da análise deste tópico não deve ser considerado como se pairasse acima do tempo, tal como os protagonistas do universo literário costumam referendar suas produções, solicitando assim uma análise eminentemente internalista (ou formalista) de suas “obras”. Romper com esta perspectiva internalista é imprescindível para alcançarmos uma interpretação sociológica da *agência* desses indivíduos nos diversos *domínios* de atuação em que se inscreveram.

Para tanto, seguimos os protocolos bourdieusianos no sentido de construir uma abordagem relacional e disposicional que busca caracterizar as propriedades sociais (origem social, geográfica, profissão do pai, etc), disposições, percurso escolar, inserções culturais e políticas, atividades profissionais, os recursos ou capitais acumulados e/ou herdados, bem como suas tomadas de posição nos diferentes *domínios* em que atuaram, de modo a compreendermos as condições sociais que lhe *autorizaram* a produzir discursos políticos.

As tomadas de posição do agente expressas no decálogo elaborado por Rossini Corrêa teriam um papel relevante na compreensão do perfil social do agente, desde que devidamente situadas no espaço-tempo. Ausente particularmente esta última variável, ficamos presos a um pensamento a-histórico, tal qual reivindicam cânones literários e artísticos que o próprio agente condena (preceito normativo número 9) quando afirma que a produção artística é condicionada pelo ser humano que a realiza. Diríamos mais. Que o próprio ser humano é socialmente condicionado, devendo suas produções simbólicas em geral serem situadas no espaço social nas quais aquele agente ocupa uma posição determinada em relação a outros agentes.

No caso do princípio listado no número 6, colocamos uma exclamação porque queremos chamar atenção para a mudança no “pensamento” do agente, pois esse posicionamento frente às Academias, expresso como um dos princípios normativos de sua concepção de mundo, não foi sempre o mesmo. Conforme fica patente quando observamos em perspectiva o trajeto social do agente. Na fase inaugural (1946-1958) de

sua afirmação no *domínio* da literatura e da intelectualidade maranhenses a sua postura era de crítica demolidora em relação àquela instituição (AML), identificada com o “passadismo” literário e considerada enquanto cultora fervorosa da linguagem estética estabelecida ainda no século XIX, com destaque para o soneto nos moldes parnasianos, cujos representantes, vivos, mais reverenciados no Maranhão da década de 1940 eram Corrêa de Araújo e Maranhão Sobrinho, integrantes daquela agremiação literária.

Segundo Corrêa (1989, p.101) Tribuzi “desequilibrava o *status quo* literário estadual” ao publicar, “no ano da graça de 1947<sup>98</sup>”, o seu livro de estréia, intitulado *Alguma existência*, com desenho de capa do pintor Floriano Teixeira<sup>99</sup>. Ainda nas palavras de Corrêa (idem), o livro de estréia de Tribuzi teria provocado um “revolver de perspectivas intelectuais no Maranhão”. Neste momento o agente já havia entrado e, logo em seguida, saído do Centro Cultural Gonçalves Dias (CCGD), entidade literária fundada em 1945 e que tinha como objetivo precípua promover a “cultura maranhense”, significando esta expressão basicamente a produção de literatura dentro daqueles mesmos cânones literários predominantes na província do Maranhão. Entretanto, apesar de não romper com o “passadismo literário”, esta agremiação teria conseguido promover uma “ruptura” com o “marasmo cultural”, conforme afirma Corrêa (1989, p. 65). Este autor analisa a emergência do chamado “modernismo hipertadio” no estado do Maranhão, no qual situa o “pioneirismo” da “Geração de 45” e, particularmente, o protagonismo de Bandeira Tribuzi nesse processo. A própria análise de Corrêa contribui, portanto, para a consagração daquele agente como um dos vultos do panteão literário e intelectual maranhense.

A perspectiva de Tribuzi em relação às Academias sofre uma inflexão quando este se candidata, em 1958, a uma de suas cadeiras, justamente aquela tornada vaga com a morte do escritor Manoel Sobrinho. O agente era naquele momento autor de três livros de poesia (*Alguma existência*, de 1948, *Rosa da Esperança*, de 1950, e *Guerra e Paz*, de 1951) e, ao que parece, decidiu ele próprio submeter seu nome àquela agremiação. Não sabemos detalhes dessa candidatura, o que o levou a submeter seu nome, quais foram os

---

<sup>98</sup> Nas antologias de 1986 e 2002, é informado que a publicação de *Alguma Existência*, livro de estréia de Tribuzi, ocorreu em 1948 (TRIBUZI, 1986, p. 1; TRIBUZI, 2002, p. 43).

<sup>99</sup> O livro foi dedicado aos “amigos”: “Lucy Teixeira, Erasmo Dias, Floriano [Teixeira], J. Figueiredo, Cadmo [Silva] e Cláudio” (TRIBUZI, 1986 [1948]). Os dois primeiros são escritores e os três nomes seguintes são pintores. Desconhecemos o último. Dos que identificamos, o único que não costuma aparecer entre os integrantes da chamada “Geração de 1945” é Erasmo Dias (1916-1981). Para uma discussão aprofundada acerca dessa “geração” e o seu papel enquanto “precursora” do modernismo literário no Maranhão ver CORRÊA, 1989.

apoiadores dessa ideia (José Sarney? Josué Montello?), quais “imortais” se opuseram ao seu nome preferindo apoiar Arnaldo de Jesus Ferreira<sup>100</sup>. O que sabemos, por intermédio de Corrêa (1989, p. 141) é que “foi o menos votado dos candidatos”<sup>101</sup>; e a partir daí, não tentaria mais ingressar no principal sodalício dos literatos consagrados no Maranhão. Na verdade, passaria a repudiar essa ideia. Três anos depois, em entrevista a Helena Barros, declarou que não desejava ser membro da Academia Brasileira de Letras, e “muito menos” da Maranhense (Jornal do Povo, 25/06/1961, pp. 4 e 5). Percebe-se então como ocorrem alterações no pensamento, e na prática, do agente no que se refere à concepção que expressa em relação às Academias.

Alcançaria, contudo, uma consagração literária ainda em vida, não só no Maranhão, mas também em outras regiões do país (a exemplo do crítico pernambucano José de Jesus Moraes Rego), inclusive por parte de autores e críticos literários conceituados no *domínio* da literatura brasileira como Oswaldino Marques, que o classifica como “o maior poeta maranhense vivo” (artigo publicado no O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/04/1970, e reproduzido no suplemento “Tribuzi – 50 anos” do jornal O ESTADO DO MARANHÃO, de 29/05/1977, p.10). As comemorações em torno do seu aniversário de 50 anos, em 1977, evidenciam esta assertiva. Além do suplemento especial com mais de 20 páginas publicado na imprensa local, as homenagens contaram ainda com uma festa em São Luís com a presença de escritores consagrados, membros da Academia Brasileira de Letras, tais como Jorge Amado, que proclamou o aniversariante como “uma figura extraordinária de grande poeta brasileiro contemporâneo” (CORRÊA, 1989, p. 176). Por sua vez, o maranhense Josué Montello, membro da ABL (desde 1954), aproveitou a oportunidade para anunciar que havia apresentado junto ao Conselho Federal de Cultura, do qual fora o principal “idealizador” e seu primeiro presidente (1967-1969)<sup>102</sup>, a proposta de publicação da

---

<sup>100</sup> Arnaldo de Jesus Ferreira

<sup>101</sup> Conseguimos localizar informações sobre esta eleição, porém, como se tratavam de duas vagas a matéria deixa claro quais os concorrentes de cada uma delas. Os candidatos eram: Conego José Ribamar Carvalho, Vera Cruz Santana, Bernardo Almeida, Kleber Leite, José de Albuquerque Alencar, Felix Ayres, Dagmar Desterro e Bandeira Tribuzzi (PACOTILHA – O GLOBO, 16/04/1958, p. 4). Tribuzi ficou de fora logo no primeiro escrutínio. O eleito para a cadeira que era ocupada por Manoel Sobrinho foi Ribamar Carvalho, após a terceira votação (PACOTILHA – O GLOBO, 03/08/1959, p. 6).

<sup>102</sup> “Josué Montello quando assumiu a presidência do CFC já tinha uma grande carreira intelectual como jornalista, professor, escritor, historiador, teatrólogo e memorialista. Maranhense de São Luís, em 1954 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. [...] Em 1936, mudou-se para o Rio de Janeiro onde colaborou em suplementos literários como *Careta*, *O Malho* e *Ilustração Brasileira*. Em 1937 foi nomeado Inspetor Federal de Ensino Comercial no Rio de Janeiro. Em 1941 publicou seu primeiro romance, ‘Janelas Fechadas’. [...]A partir de 1954, tornou-se colaborador do Jornal do Brasil com uma coluna semanal, atividade que exerceu até 1990. Em 1956 foi nomeado subchefe da Casa Civil do

obra completa do poeta maranhense. Com o falecimento de Tribuzi, ocorrido poucos meses depois do seu aniversário de 80 anos, a referida publicação veio a lume como obra póstuma em 1979 (editora Cátedra, de Brasília-DF) financiada pelo Instituto Nacional do Livro (INL), órgão do Ministério da Cultura (MINC).

Nos *domínios* da imprensa maranhense a inserção jornalística do agente ocorreu em meados da década de 1950, quando passou a colaborar no *Jornal do Povo*, de Neiva Moreira, do qual se tornaria amigo e logo em seguida filiar-se-ia ao PSP, partido que Moreira comandava no estado. O seu investimento nas lides jornalísticas foi recompensado com uma ascensão na hierarquia interna daquele veículo, tornando-se redator substituto, ou seja, depois de Neiva Moreira era ele quem dava a palavra final dentro da redação. “Militando na imprensa”, expressão nativa muito empregada na época, Tribuzi tornou o seu nome conhecido na luta contra a chamada “oligarquia vitorinista”, e assim viabilizou-se a concorrer a um cargo eletivo pelo PSP. Foi candidato a vereador da capital em 1958, porém sua votação ficou aquém do esperado, não figurando sequer entre os suplentes. Este fato é lembrado em 1962 pelos articulistas do *Diário da Manhã*, pertencente a Newton Bello, que o faziam no intuito de mostrar como, segundo eles, era desconhecido o “poeta rodoviário” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1962, p.). Paralelamente ao seu engajamento político, ocorreu, também, sua inserção na burocracia pública (DNER), de âmbito federal, o que foi viabilizado por conta de suas relações pessoais com o deputado federal Neiva Moreira. Mas este posto estava sujeito às mudanças político-administrativas no plano nacional. No início do governo de Jânio Quadros, por exemplo, ele chegou a ser demitido, porém, alguns meses depois “foi reconduzido” ao posto de “Chefe de Relações Públicas” (Helena Barros In: *Jornal do Povo*, 25/06/1961, pp.4-5). No ano seguinte tentaria novamente ingressar no parlamento, desta vez disputando uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado. Conseguiu uma das últimas vagas de suplente, e por conta disso, e ainda considerando o pouco tempo entre o início dessa legislatura (março de 1963) e a deflagração do golpe militar (31 de março) de 1964, não teve oportunidade de assumir o mandato como deputado estadual.

Em maio de 1964 foi preso sob acusação de “subversão da ordem política e social” (CORREIO DO NORDESTE, outubro de 1964, p.13 apud CORRÊA, pp. 154 e

---

Presidente da República. Foi um dos organizadores do Conselho Federal de Cultura e membro deste até 1989, ano de sua extinção” (COSTA, 2011, pp. 42-42).



161). Permaneceu preso no 24º BC, em São Luís, e depois de algum tempo<sup>103</sup> foi posto em liberdade, e em janeiro de 1965 estava novamente preso no quartel do 24º BC, em São Luís. Por conta do falecimento do jornalista Zuzu Nahuz, proprietário do *Correio do Nordeste*, onde Tribuzi foi colaborador e logo em seguida um dos redatores, o chefe da Guarnição Federal autorizou sua saída para acompanhar o enterro do confrade. Nessa oportunidade Tribuzi prestou sua homenagem à beira do túmulo de Nahuz. Na coluna “Tópicos” o *Correio do Nordeste* publicou uma nota sob o título “grande gesto”, ressaltando, e agradecendo, a postura dos militares:



Fonte: Correio do Nordeste, 10/01/1965, p.3.

Quando se deu a implantação do regime militar as atividades de Bandeira Tribuzi eram as seguintes: redator do *Jornal do Povo*; presidente da Frente de Mobilização Popular do Maranhão, nacionalmente comandada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola; e funcionário do DNER, onde já atuava como economista (CORRÊA, 1989, p.141). No plano intelectual, ele havia publicado, nos

<sup>103</sup> Não foi possível identificar o período exato em Tribuzi permaneceu preso. Pelo menos desde outubro de 1964 ele estava em liberdade, e fazia publicar na imprensa um artigo em sua defesa (Correio do Nordeste, outubro de 1964, p.13 apud CORRÊA, 1989, p. 161).

primeiros anos dessa década, mais três livros, dois de poesia (*Safra*, de 1961, e *Sonetos*, de 1962) e um ensaio literário (*Do silêncio ao concretismo*, de 1962)<sup>104</sup>.

Nos primeiros dias de abril de 1964, ainda gozando de liberdade, Tribuzi, juntamente com Vera Cruz Marques, líder sindical, publicou no *Jornal do Povo* uma espécie de manifesto político intitulado “AO POVO MARANHENSE”, eis o seu conteúdo na íntegra:

A FMP e o Pacto Sindical, face à situação nacional, sentem-se no dever de alertar o povo do Maranhão para a necessidade efetiva de defender o mandato do Presidente da República, ameaçado pelo movimento antinacional deflagrado pela reação de Minas, com apoio de alguns governadores, numa tentativa de impedir que as massas oprimidas do país alcancem sua libertação econômica e política.

Comunicando que o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) deflagrou greve geral no Brasil, conclamamos os trabalhadores e estudantes maranhenses a seguir essa palavra de ordem, na defesa da verdadeira Revolução Brasileira, que liquidará os privilégios das minorias reacionárias ligadas ao imperialismo.

Conclamamos igualmente a guarnição das Forças Armadas Federais aqui sediadas, assim como oficiais, sargentos e praças da Polícia Militar, a se juntarem ao Povo na defesa do mandato do Presidente da República que, atendendo à situação vexatória destes últimos, a que forma levados pelo governo antipopular do Maranhão, decretou subvenção às PM's possibilitando vencimento justo e humano.

O Povo deve ficar alerta e disposto para, unido em torno do Presidente e das Reformas de Base, garantir as conquistas democráticas.

Tudo pelo Brasil!

São Luís, 31 de março de 1964.

VERA CRUZ MARQUES – pelo Pacto dos Trabalhadores do Maranhão.

BANDEIRA TRIBUZI – pela Frente de Mobilização Popular.

(JORNAL DO POVO, 03.04.1964, p.3 apud CORRÊA, 2017, pp. 474-475).

Segundo depoimento de Edson Vidigal, à época também “militando” na imprensa e nas lutas políticas no estado do Maranhão, nesses dias de abril “tudo aparentava normalidade, tanto que nos primeiros dias após o golpe ainda ensaiamos passeatas” (VIDIGAL, 2004). De certo que o golpe ainda não estava consolidado quando o manifesto de Tribuzi e Vera Cruz Marques foi redigido, em 31 de março, baseando-se, portanto, nas primeiras notícias, que chegavam via rádio, dando conta da

---

<sup>104</sup> Escrevera ainda no ano de 1961, portanto um ano antes de concorrer ao cargo de deputado estadual, a novela intitulada *Da conveniência de fazer-se um deputado conveniente*, somente publicada postumamente, em 1985, pelo SIOGE/MA.

sublevação da guarnição federal de Minas Gerais e que contava com apoio de “alguns governadores” (leia-se: Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Carlos Lacerda, da Guanabara, e Ademar de Barros, de São Paulo).

O fato de ser identificado como um jornal que defendia as reformas de base e, mais grave, pertencer ao deputado Neiva Moreira, levou ao fechamento do *Jornal do Povo* ainda no mês de abril de 1964. Logo em seguida as instalações desse matutino seriam alvo de um incêndio que o destruiu por completo.

A repressão sobre o *Jornal do Povo*, e sobre seus diretores e principais jornalistas (Neiva Moreira e Bandeira Tribuzi) ocorreria logo na sequência do primeiro Ato Institucional, decretado após a efetivação do golpe. Eles foram presos e tiveram seus direitos políticos cassados. Tribuzi foi demitido do DNER, e mesmo depois de ter respondido ao Inquérito Policial Militar, ao fim do qual foi considerado inocente, não recuperou nem seus direitos políticos nem seu emprego naquele órgão federal<sup>105</sup>.

Ao tentar reconstituir sua vida, seriamente abalada após o fechamento do *Jornal do Povo* e a demissão do emprego público, suas duas principais fontes de renda, ele enfrentou sérias dificuldades, posto que os órgãos de repressão do regime implantado no país teriam continuado a vigiá-lo de perto. Tanto assim que é sob um outro pseudônimo (Leucipo Teixeira) que passou a assinar a coluna “Assim é... se lhe parece”, no *Jornal do Dia*, então pertencente ao deputado Clodomir Millet (PSP), seu antigo companheiro das lutas políticas e que, juntamente com Neiva Moreira, eram duas principais lideranças daquele partido político no estado do Maranhão<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> Naquele processo contou com a defesa do advogado e político Henrique de La Rocque, que teria sido contratado pelo deputado José Sarney para defender alguns “oposicionistas” presos pelos militares sob a acusação de “atividade subversiva” e/ou suspeitos de serem “comunistas”, os quais, além de seus amigos, eram considerados por Sarney “necessários”, do ponto de vista técnico, para a formulação do projeto de governo com que pretendia concorrer às eleições de outubro do ano seguinte. Segundo palavras da médica e militante comunista Maria Aragão, presa junto com estes “amigos de Sarney”: “Sarney precisava do Tribuzi porque [...] ia se candidatar a Governador do Estado e ia precisar da capacidade do Tribuzi. Tribuzi não era apenas um grande poeta, era um grande economista (...). Então ele precisava do Buzar, dessa gente toda, de quem ele era amigo, mas acontece que o processo era Maria José Aragão e outros, então para defender os outros ele tinha que me defender” (MOREIRA NETO, 2015, p. 208 apud SILVA, 2017, p.148).

<sup>106</sup> O PSP foi criado em 1946 por políticos do estado de São Paulo, destacando-se, entre outros, Ademar de Barros, eleito no ano seguinte governador daquele estado, fato que o projetaria nacionalmente, colocando seu como possível candidato à Presidência da República, nas eleições de 1950. Como parte dessa estratégia ele estimulou, e mesmo patrocinou a fundação de núcleos do PSP em vários estados brasileiros, a exemplo do Maranhão, onde o partido foi fundado em 1949. Para auxiliar no sucesso dessa empreitada Ademar financiou a aquisição de maquinário para a criação do *Jornal do Povo*, que começaria a circular em abril de 1950.

A coluna de Leucipo Teixeira apareceu no *Jornal do Dia* em meados de 1965. Estes tempos difíceis também nos ajudam a entender porque precisou atuar como professor particular de português, conforme pode ser verificado em anúncios de jornais da segunda metade de 1965 e do início de 1966 (O COMBATE, 31/08/1965, p.3; idem, 1º/10/1965, p.1; idem, 11/12/1965, p.3).

Em fevereiro de 1966 Lago Burnett, seu antigo companheiro no Centro Cultural Gonçalves Dias, publica em sua coluna no *Jornal do Brasil* um artigo intitulado “A poesia no poder”, no qual afirma: “o poeta Bandeira Tribuzi, vítima do terror policial revolucionário, anda meio recolhido à casca”. O artigo era uma espécie de louvação da “geração de 45” que, segundo Burnett, havia chegado ao poder com a eleição de José Sarney para o governo do estado do Maranhão<sup>107</sup>. Reverenciava a decisão do governador recém empossado (em janeiro de 1966) de convocar alguns dos companheiros das lides intelectuais e jornalísticas para compor sua equipe de governo. Tribuzi foi um desses agentes identificados com a “geração de 45” ou “geração de 50”<sup>108</sup> nomeados em postos da administração pública. Confira o quadro abaixo formulado por Gonçalves (2000, p.99)<sup>109</sup>:

**Quadro 14 – “A poesia no poder”<sup>110</sup>**

NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	POSIÇÃO NA INSTÂNCIA INTELLECTUAL	POSIÇÃO NO CAMPO POLÍTICO	CLASSIFICAÇÃO POR “GÊNERO LITERÁRIO”
José Sarney	Bacharel em Direito (Fac. do MA)	AML; IHGM	Governador	Poeta/Novelista
Luís Carlos Bello Parga	Bacharel em Direito (Fac. do	AML	Diretor do Banco do Nordeste no	Poeta/Ensaísta

<sup>107</sup> Segundo Borralho (2011, p.113) a expressão teria sido cunhada por Sarney quando tomou posse na chefia do executivo estadual.

<sup>108</sup> A expressão aparece numa espécie de prefácio ou introdução aos discursos de José Sarney publicados no volume *Governo e povo*, de 1970, quando encerrava sua gestão à frente do executivo estadual. Intitulado “A geração de 50, ou o ressurgimento da ilha”, este texto não tem uma autoria definida pois ninguém o assina. Segundo Gonçalves (2000), este “aparente anonimato permite entrever uma tentativa de consenso” (pois expressaria “uma ideia de universalidade da posição sobre o que é falado”), “tanto no que se refere à chamada ‘Geração de 50’, quanto à posição de Sarney nessa ‘geração’, que o legitima como porta-voz de um grupo e de um suposto projeto coletivo” (GONÇALVES, 2000, p. 91).

<sup>109</sup> Acrescentamos apenas o local e a instituição de obtenção do título superior, além de incluir o IHGM enquanto instância de consagração intelectual no estado, registrando os agentes que dele faziam parte naquele momento.

<sup>110</sup> Título de um artigo de Lago Burnett publicado em sua coluna no *Jornal do Brasil* logo após a posse de José Sarney como governador do estado do Maranhão, ocorrida em 31 de janeiro de 1966. (*Jornal do Brasil*, 05/02/1966, p. 34).

	MA)		Maranhão	
Carlos Madeira	Bacharel em Direito (Fac. do MA)	AML	Juiz Federal	Crítico literário
Domingos Vieira Filho	Bacharel em Direito (Fac. do MA)	AML; IHGM	Diretor do Dep. de Cultura	Ensaísta
Bandeira Tribuzi	Bacharel em Economia (Universidade de Coimbra/Portugal)	-	Membro do GTPA e da SUDEMA	Poeta/Ensaísta
Reginaldo Teles	Bacharel em Direito (Fac. do MA)	-	Diretor da Imprensa oficial (SIOGE)	Contista/Poeta

Fonte: Gonçalves, 2000, p. 99; autor.

Devemos acrescentar, ainda, os vínculos desses agentes com o *domínio* da imprensa no Maranhão, destacando-se ao lado de Bandeira Tribuzi (*Jornal do Dia*, colaborador e, a partir de 1968, diretor de redação; *O Combate*, do qual foi um dos redatores em 1965), Reginaldo Teles (fez parte da equipe de redatores do *Jornal do Povo* nos anos 1950 e 1960) e José Sarney. Este último, além de ter iniciado, no final dos anos 1940, suas atividades jornalísticas como repórter policial da *Pacotilha-O Globo*, dos Diários Associados, passando em seguida para *O Imparcial*, do mesmo grupo de comunicação, onde foi incumbido de produzir uma “página literária”, investiria na fundação de seus próprios veículos de comunicação, notadamente no período em que era governador do estado (1966-1970). Por volta de 1968 ele adquiriu o *Jornal do Dia*, em parceria com Raimundo Bacelar, e a partir da mesma gráfica deste diário, abriu um outro veículo, denominado *Jornal de Bolso*. A direção do primeiro foi entregue a Bandeira Tribuzi, enquanto o segundo tinha como “diretor-responsável”, segundo aparecia no seu expediente, o deputado estadual Luiz Rocha, porém o editor-chefe era o jornalista Sebastião Jorge<sup>111</sup>.

O que nos interessa ressaltar é a imbricação entre os domínios intelectual (literário), jornalístico e político (cargos na burocracia e/ou carreira eletiva). A construção do percurso social do agente focado neste tópico, demonstrando seu trânsito entre os *domínios* visa justamente demonstrar o imbricamento entre os mesmos. De modo que ao analisarmos as suas produções textuais, apreendidas enquanto tomadas

<sup>111</sup> Entrevistado em agosto de 2016.

de posição nessas arenas públicas, teremos condições de melhor compreendê-las posto que estão situadas em um espaço relacional de posições previamente apresentado.

Para concluir esta caracterização do agente destaquemos seu papel à frente dos órgãos de planejamento no estado do Maranhão nas décadas de 1960 e 1970.

Apontado por um dos integrantes da equipe de profissionais “encarregada de pensar e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Maranhão” como o “seu líder mais proeminente” (CALDEIRA, 1977), Bandeira Tribuzi se destacava entre aqueles “técnicos” como o único com formação específica em Economia. Além dos engenheiros e arquitetos, todos os outros eram ou bacharéis em Direito (Joaquim Itapary, Benedito Buzar, Eliézer Moreira Filho etc), Letras (como Manuel Lopes), ou então cientistas sociais como José Ribamar Caldeira, já nos anos 1970 (MOREIRA FILHO, 2008, pp. 81-84; entrevista Benedito BUZAR, 2016). O agente vinha de uma experiência profissional como economista do DNER, oportunidade na qual teria desenvolvido “seu interesse pelos estudos maranhenses, cujo âmbito transbordou o econômico, para alcançar o social, o histórico, o político e o literário” (CORRÊA, 1989, p.141).

Nesse período produziu alguns estudos sobre a “realidade maranhense”, abordando os seguintes temas: “a greve de 1951” (ainda hoje inédito), “o sistema rodoviário estadual”, “a evolução da economia do arroz”, “o problema do algodão”, “a questão agrária”, além de um ensaio, também inédito, sobre “a dimensão nacional em Gonçalves Dias” (idem, ibidem). Sua posição enquanto um dos principais técnicos da equipe de Sarney, entretanto, não era hegemônica dentro aquela equipe. Conforme Gonçalves (2000, p.152) existiu um “dissenso no consenso de um suposto *projeto coletivo*”. Uma das manifestações desse dissenso se deu através de uma “polêmica” que opôs, no seio da equipe técnica de planejadores, os chamados “industrialistas” e “bovinocratas”, termos empregados pelos próprios agentes em disputa pela imposição da visão legítima acerca do “desenvolvimento regional” (idem, ibidem). Os principais agentes contrapostos nessa polêmica foram Bandeira Tribuzi, defendendo a posição que foi denominada de “industrialista”, e Gabriel Passajou, que defendia o ponto de vista classificado como “bovinocrata”. Enquanto o primeiro acreditava que a solução para o problema do desenvolvimento encontrava-se no investimento no setor secundário, o segundo formulava em relatório oficial que se devia “facilitar e promover os fatores vocacionais da área [Lago do Junco]”. Tomando as palavras de Gonçalves (2000, p.

158): “Em termos conclusivos, a polêmica entre os chamados ‘industrialistas’ e ‘bovinocratas’ foi mediado pelo poder estatal que optou pelo chamado setor primário no subsequente Plano de Governo relativo ao período de 1971/1974”.

Para efeito de visualização dos aspectos mais relevantes no trajeto social do agente, tal como aqui é apreendido, elaboramos o seguinte quadro:

**Quadro 15 – Perfil de Bandeira Tribuzi**

Ano	Informação biográfica
1927	Nasce em São Luís no dia 2 de fevereiro. Ascendência italiana pelo lado materno e portuguesa por parte de pai (Joaquim Pinheiro Ferreira Gomes, proprietário da firma Pinheiro Gomes & Cia).
1932	Levado para Portugal.
1932-1940 [?]	Estuda em colégios religiosos, no regime de internato.
1940-43 [?]	Ingressa no Seminário da Ordem de São Francisco de Assis, onde concluiu o chamado “seminário maior”, sendo ordenado frei.
1943-46 [?]	Abandona o sacerdócio. Cursa a faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, na Universidade de Coimbra, obtendo o grau de bacharel aos 19 anos.
1946	Regressa ao Maranhão. Passa a fazer parte do Centro Cultural Gonçalves Dias (CCGD), fundado no ano anterior. Rápida passagem pela Tribuna da imprensa (RJ).
1947	É afastado, em cumprimento ao regimento, do CCGD (motivo: três faltas consecutivas). Continua sua atividade intelectual, passando a frequentar a “Movelaria Guanabara”, uma loja de móveis que pertencia ao pintor Pedro Paiva e que se tornou ponto de encontro de jovens artistas e intelectuais como J. Figueiredo, Cadmo Silva, Floriano Teixeira, Lucy Teixeira, José Sarney.
1948	<b>Julho</b> – Dirige o “mensário de cultura” <i>Malasarte</i> , junto com o poeta Corrêa da Silva, o pintor J. Figueiredo e o teatrólogo José Brasil. A revista “publicou os primeiros poetas modernistas no Maranhão, com os poemas ‘Vou me embora pra Pasárgada’, de Manuel Bandeira (no nº1) e ‘A Serra do rola-moça’, de Mário de Andrade (no nº 2)”; Publica seu livro de estréia: <i>Alguma existência</i> (edição do autor), considerado a obra fundante do modernismo literário no Maranhão; “um livro-marco, embrião de alternativas culturais e provocador de discussão estética”. SCAM (à frente a musicista Lilah Lisboa de Araújo); <b>Setembro</b> – Fundação e direção do “Grupo”, e da revista, <i>A Ilha</i> , junto com José Sarney. Outros integrantes: Lucy Teixeira, Luís Carlos Belo Parga, Carlos Madeira e Evandro Sarney. <b>Outubro</b> – revista <i>Saci</i> , dirigida por Lago Burnett e Ferreira Gullar (ainda Ribamar Ferreira...)
1949	<b>Outubro/novembro</b> – Revista <i>Letras da Província</i> , dirigida por Lago Burnett e Ferreira Gullar; Livros de estreia de Burnett ( <i>Estrela no céu perdido</i> ) e Gullar ( <i>Um pouco acima do chão</i> ), ambos publicados pelo CCGD. Casa-se com Maria dos Santos Pinheiro Gomes
1950	Funda e dirige a revista <i>Afluente</i>
1951	Temporada no Rio de Janeiro: atuação jornalística (Tribuna da Imprensa); Publica <i>Rosa da Esperança</i> (Rio de Janeiro: Orfeu); <i>Guerra e Paz</i> (citado HB).
1952/53 [?]	Retorna a São Luís;
1955/6 [?]	Amizade com Neiva Moreira: redator do <i>Jornal do Povo</i> ; Filía-se ao PSP.

1958	Candidato a vereador de São Luís. Não foi eleito; Economista do DNER; Candidato à vaga de Maranhão Sobrinho na AML. Derrotado (figurou “entre os menos votados” – CORREA, 1989, p.141).
1961	Publica <i>Safra</i> (Rio/São Luís: Departamento de Cultura).
1962	<i>Sonetos</i> (São Luís: s/ed); Candidato a deputado estadual (PSP). Fica na suplência.
1962/63[?]	Funda e preside no Maranhão a Frente de Mobilização Popular, nacionalmente comandada por Brizola.
1964	Abril – Preso e indiciado; demitido do DNER; Outubro – publica artigo “Não posso ser confundido com corruptos” (Correio do Nordeste, out. 1964, p.13).
1965	Leciona (colégios particulares); Anuncia “Curso de português”, ministrado juntamente com o poeta José Chagas.
1966	Assina, sob o pseudônimo de Leucipo Teixeira, a coluna “Assim é... se lhe parece”, no <i>Jornal do Dia</i> , então pertencente a Clodomir Millet e poucos anos depois (1967/1968) adquirido pelo governador José Sarney; Incluído na <i>Antologia neomodernista</i> , organizada pelo editor Milton Godoy Campos e publicada pelo Clube de Poesia de São Paulo.
1966-1974	Integra o GTPA (governo Sarney) e a SUDEMA (governos Sarney e Pedro Neiva de Santana).
1968	Diretor de redação do <i>Jornal do Dia</i>
1971	Publica <i>Pele e Osso</i> (Rio de Janeiro: Orfeu); Participa da elaboração do plano de governo de Pedro Neiva de Santana;
1973	Representou o Maranhão no V Encontro Nacional de Secretários de Planejamento, em Porto Alegre.
1974	Demite-se do posto de funcionário do estado, alegando incompatibilidade com sua atuação enquanto redator de um jornal que passara a fazer oposição ao governo depois da ruptura entre o senador Sarney (proprietário daquele veículo) e o governador Pedro Neiva de Santana.
1977	Publica <i>Breve memorial do longo tempo</i> (São Luís: SIOGE) Maio – homenagem, em São Luís, para comemorar o seu cinquentenário, participaram figuras proeminentes da literatura, da sociedade e da política, em que se destacam Ferreira Gullar, Odylo Costa, filho, Jorge Amado, Josué Montello e José Sarney, entre outros. Setembro – morre em São Luís, após sofrer parada cardíaca.
1979	Publicação da sua obra poética sob o título <i>Poesias Completas</i> (Rio/Brasília: Cátedra/INL).
1981	<i>Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento</i> (São Luís: Fipes)
1982	“Inauguração” da ponte Bandeira Tribuzi (durante o governo de João Castelo)
1985	<i>Rosamonde (o touro da morte)</i> (São Luís: Sioge); <i>Da conveniência de fazer-se um deputado conveniente</i> (São Luís, Sioge). <i>Tropicália consumo &amp; dor</i> (São Luís: Sioge)
1986	Mais uma edição da sua “obra poética”, sob novo título: <i>Poesia Reunida</i> ; Inauguração do Memorial Bandeira Tribuzi, pelo governador Luiz Rocha.
2002	Reprodução de <i>Poesia Reunida</i> , acrescida de <i>Tropicália consumo &amp; dor</i> , e nova mudança do título: <i>Obra Poética</i> (São Paulo: Editora Siciliano)
2011	2ª edição de <i>Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento</i> (São Luís: CORECON/MA)

### José Francisco das Chagas (José Chagas)

A construção do perfil de José Francisco das Chagas foi possível mediante a análise dos seguintes materiais: um livro de sua autoria *Da arte de falar bem – crônicas de saudade e bem-querer* (CHAGAS, 2004); dois ensaios que abordam sua obra



literária, um de Nauro Machado intitulado *Moinho e lavra de uma água mental*, publicado no livro *As esferas lineares* (MACHADO, 1996), e outro de Sebastião Moreira Duarte: *Um pa/lavrador da croni/cidade*, originalmente publicado na *Antologia Poética*, de 1998 (Rio de Janeiro: Topbooks), e depois inserido na 3ª edição de *Os canhões do silêncio* (CHAGAS, 2002), versão que utilizamos; o documentário *José Chagas, o Lavrador de Palavras* (17'50" – DAC/UFMA), dirigido por Euclides Moreira Neto (MOREIRA NETO, 2004); o perfil biográfico disponível no site da AML; registros encontrados através de buscas no site da hemeroteca digital da Biblioteca nacional.

Estas informações biográficas foram cruzadas com outros tipos de fontes, como a bibliografia do agente (ano de publicação e editora), a posição ocupada por ele nos diversos *domínios* em que transitava, bem como sobre suas relações com agentes posicionados nestes domínios.

O que se destaca no percurso são as relações sociais tecidas e mantidas por ele com agentes dos domínios jornalístico, intelectual e político, pelos quais transita com certa desenvoltura e sem abdicar nenhuma dessas inscrições em seu percurso. Apesar de ser identificado principalmente como homem de letras, ou mais especificamente como poeta, é sobretudo mediante o exercício da atividade jornalística, como especie de ponto intermediário entre os três universos, que ele encontra os meios para interpretar/intervir politicamente e também sedimentar sua condição de intelectual, seja como cronista ou poeta.

Nesse lugar de transição, *lócus* privilegiado para afirmar-se intelectualmente e intervir com autoridade sobre o domínio simbólico (discursivo) da política. As suas crônicas, e mesmo parte de sua produção poética, estão profundamente marcadas pela discussão dos chamados problemas ou males que afligem o estado do Maranhão, e mais particularmente sua capital. Eles são apresentados como decorrentes diretos das questões políticas, ou da “política”. É este sentido ou concepção de política que nos interessa apreender, e que a sua produção jornalística e literária permite fazê-lo. Mas isso será objeto do próximo capítulo, quando analisaremos a produção desse e de outros agentes posicionados simultaneamente nos domínios intelectual, jornalístico e político. Por ora devemos nos deter em esmiuçar o mais detidamente possível o itinerário percorrido pelo agente em suas múltiplas vivências e inserções sociais.

A vontade de intervir nas questões políticas não se deteve apenas na produção escrita (“prosa e poesia”). Ele também se engajou na luta político-partidária, candidatou-se a vereador da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão.

No que concerne às origens sociais da família, sabe-se que ela é procedente da Paraíba, onde nasceu José Chagas, no município de Piancó. Mais exatamente em um sítio denominado Aroeiras, distrito de Santana dos Garrotes. Acerca dos pais, o perfil biográfico comumente repetido nas apresentações/introduções dos livros de autoria do agente informam apenas que eram “lavradores”, “camponeses”, viviam na roça etc. Afirmando, ou melhor, repetindo, o que o próprio agente deve ter fornecido àqueles comentadores, em geral editores ou organizadores de seus livros. O que dá a entender que não dispunham de recursos econômicos suficientes para garantir a manutenção da posição social, ou mesmo possibilitar-lhes ascender na hierarquia daquelas posições do espaço social. Interessante notar que o agente, um escritor profícuo, praticamente não produziu relatos sobre suas origens familiares, bem como sobre seu relacionamento com eles (pais, irmãos, tios, avós etc) ou amigos dessa etapa de sua vida (infância e adolescência), acerca de sua sociabilidade na infância, sobre a socialização no ambiente escolar, nome da(s) escola(s), professores, etc. Consta apenas que realizou o curso primário em sua terra natal e que “foi no cultivo da roça que Chagas teria ocupado seus anos de infância e adolescência” (Sebastião Moreira Duarte: “Um **pa/lavrador** da croni/cidade”. In: CHAGAS, 2002, p. 10. Grifo nosso). Ficamos sem saber mais informações sobre a família do agente. Por exemplo, quantos filhos seus pais tiveram? Quais as razões ou motivos da mudança para o Maranhão? Eram pequenos proprietários, posseiros, trabalhadores rurais, etc?

Mudaram-se para o município de Pedreiras, estado do Maranhão, por volta de 1945. No jornal *Pacotilha - O Globo*, garimpamos a seguinte “nota social”: “faz aniversário: - O Coronel Francisco Firmo Chagas, conceituado comerciante em Pedreiras, genitor do cintilante poeta José Chagas” (*Pacotilha - O Globo*, 03/06/1958, p.2). Vemos como o processo de mudança geográfica implicou numa mudança também profissional, da atividade rural (“lavrador”, “camponês”) para outra tipicamente urbana (“comerciante”). Todavia, o mais interessante, e intrigante, é o fato do pai do agente ser descrito como “coronel”. Sabemos que esse designativo era empregado no sentido de uma liderança econômica e política local. O que não coaduna com a narrativa sedimentada em torno do agente cujas raízes eram marcadas pela pobreza. Talvez seu

genitor tenha experimentado uma ascensão sócio-econômica nesse espaço temporal de pouco mais de 10 anos entre sua migração para o Maranhão que o permitia ser descrito como “coronel” e “conceituado” comerciante da cidade de Pedreiras.

A partir de 1948, o agente teria se radicado em definitivo na capital maranhense, sem, contudo, “poder realizar seu sonho de tornar-se químico industrial. Aqui, **fez-se** funcionário do IBGE, e exerceu outros cargos na administração pública” (idem, ibidem. Grifo nosso). Tudo isso reforça uma suposta condição de alguém que venceu sozinho, que conseguiu se afirmar pelo seu próprio talento ou capacidade inata. Nessa perspectiva estaríamos próximos da ideia do criador incondicionado, cujo gênio ou dom é o que explica sua existência enquanto produtor de bens simbólicos. É o “lavrador” que se tornou cronista da cidade. Mesmo que não tenha conseguido concretizar o “sonho” de se tornar um químico industrial. Por exemplo, onde o agente estudou aqui em São Luís, e quando, posto que essa e outras notas biobibliográficas (“perfil” no site da AML, 2018; as notas biográficas no ensaio de Moreira Duarte) citam que o mesmo teria “completado” sua escolarização secundária em Teresina e São Luís? Mais é preciso buscar informações nos mais diversos lugares e para tentar compor minimamente o percurso social do agente. Por exemplo, nos comentadores da “obra” e da “vida” do poeta, cronista e jornalista morto em 2014. Nessa ocasião, muitos dos seus amigos se manifestaram através da imprensa. É o caso de José Sarney, que escreveu:

São Luís encolheu nesta semana, ficou menor. Perdeu bastante do seu perfume de cravo e canela, lírio e jasmim. O vento leste de João do Vale trouxe uma rosa amarela para enfeitar as canções, os sonetos, os versos — arte de Deus — com que Chagas nos iluminava os telhados e as ruas de solidão destes anos demais de todos nós: São Luís. Chagas encantou-se por ela. [...]

Sua identificação com **São Luís, onde se fixou vindo da Paraíba por Teresina e Pedreiras**, é profunda. A ela dedicou boa parte de sua poesia, desde *Os telhados* até *Os Azulejos do Tempo*. Ele a buscou na riqueza e na pobreza, como num voto de casamento e a encontrou nas palafitas e nos mirantes: “Olha aí a palafita / crescendo sobre a maré. / O homem que nela habita / caranguejo ou peixe é...”, e “...desses telhados de que sou cativo / desde quando a cidade assim me quis, / como se o próprio ar fosse o motivo / de todo o meu amor por São Luís, / pois que só desse sopro é que ainda vivo.”

(“José Chagas, o feiticeiro lírico”. Originalmente publicado na “Coluna do Sarney” em O Estado do Maranhão, 18/05/2014. Acessamos via Blog “José Sarney”. Em 30/05/2018. Grifo nosso).

O que importa reter é a informação grifada, mas citamos um trecho talvez mais longo do artigo/epitáfio de Sarney para mostrar como procedemos (e as dificuldades que tivemos, particularmente nesse caso) ao tentar restituir a historicidade à vida social do agente. No meio dos encômios e homenagens em vida, ou póstumas, é que fomos encontrar pequenos detalhes, fundamentais dentro do desenho teórico em que o objeto sociológico é aqui construído, acerca do seu deslocamento espacial, por exemplo. A migração da família não se dera diretamente para o Maranhão, se considerarmos o relato e a ordem lógica (porque geográfica) entre a Paraíba e o Maranhão. Sua família teria vivido durante um tempo em Teresina. Temporada na qual o agente chegou mesmo a frequentar a escola (Liceu Piauiense), no nível secundário. Só depois é que a família teria se mudado para o Maranhão.

No documentário *José Chagas, o Lavrador de Palavras* (17'50" – DAC/UFMA), dirigido por Euclides Moreira Neto (MOREIRA NETO, 2004), a “vida e a obra” do poeta é contada/reverenciada. O documentário está dividido em “capítulos”, ou trechos cujos títulos aparecem na tela à medida que o filme transcorre. Um desses capítulos é intitulado “Dom Literário”, e nele Chagas descreve sucintamente passagens de sua vida na Paraíba, onde trabalhava, “desde pequeno”, “na roça” e

enfrentando aquela realidade crua, enfrentando a natureza do nordeste, com suas secas, com seus problemas e... não sei porquê, **havia em mim uma certa tendência** pra me preocupar com as letras, com a fantasia, com o ritmo, com a música, com a rima... eu ouvia muito os violeiros e repentistas, eu lia muito a literatura de cordel e me deixei envolver por isso, e na minha família só eu que sou envolvido nisso, ninguém... Todo mundo mais é indiferente a qualquer coisa que eu faço. De maneira que sob este aspecto eu sou sozinho, tenho uma solidão absoluta, mesmo entre os meus irmãos, dentro da minha família!

(MOREIRA NETO, 2004: 2'12" – 3'01")

Percebe-se que o agente enfatiza a ideia do “dom literário”, título de um dos fragmentos ou capítulos que compõem o documentário (os outros são: “construção da obra literária”; “crônica”; “vertente” [poética]; etc). Desse modo, é como se a interpretação produzida por ele sobre sua própria vida ganhasse agora um canal de divulgação novo, o cinema, fortalecendo a perspectiva, adotada pelo diretor do filme, que considera ser de exclusiva competência dos agentes a explicação de suas “histórias de vida”. Esta noção do senso comum, portanto, largamente difundida no mundo social,

passou a fazer parte do universo científico sem que sobre ela tivessem refletido os pesquisadores, particularmente os cientistas sociais e historiadores, que passaram a empregá-la sem questionar seus pressupostos, aceitando “tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos” que, por sua vez, “está implícita numa filosofia da história no sentido de relato histórico”, o que em suma, significa assumir uma “teoria do relato” (biografia ou autobiografia) (BOURDIEU, 2006, pp.183-184). Concordar com essa “teoria do relato”, expressa pela noção de “história de vida”, é aceitar “tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção”, o que “talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (BOURDIEU, 2006, p. 185).

Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo. O relato seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência).

(BOURDIEU, 2006, p. 184).

Conforme destacou Pierre Bourdieu (2006), os relatos (auto)biográficos tendem a produzir uma ilusão retrospectiva, que costumam atribuir causalidades que nem sempre correspondem às trajetórias reais dos agentes sociais. Este autor alerta, ainda, para os perigos que espreitam o pesquisador ao fazer uso de material biográfico como fonte de pesquisa nas ciências sociais. O que está longe de significar uma condenação absoluta desse tipo de material pelo pesquisador, bem entendido.

No que se refere aos relatos (auto)biográficos acerca do agente social aqui em questão, estamos considerando-os enquanto discursos que visam uma apresentação *pública* e que, portanto, estão orientados por um esforço de “apresentação de si”, que é ao mesmo tempo, uma “produção de si” (idem, p. 189).

Buscando romper com essa compreensão da vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, deve-se proceder previamente à construção do espaço social onde transcorrem os movimentos de uma dada *trajetória*.

[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa a que poderíamos chamar de *superfície social*, como descrição rigorosa da *personalidade* designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos.

(BOURDIEU, 2006, p.190).

Somando-se às propriedades gerais do espaço social apresentadas no primeiro tópico deste capítulo, descreveremos algumas das principais relações e inserções sociais do agente em momentos específicos ou estados desse espaço social, no qual seu percurso é aqui apreendido.

Restituir a este percurso as relações com os demais agentes em atuação nos diferentes domínios do espaço social é tarefa que intentamos a partir de agora.

Como foi dito, trata-se de recolher informações dispersas no conjunto de livros (notadamente os prefácios, introduções e/ou apresentações), além dos fragmentos de depoimentos inseridos no documentário já citado. Neste último, o agente narra *en passant* como se deu sua entrada no domínio do jornalismo, atuando sempre como cronista, ou ainda colaborando nos suplementos culturais com suas poesias. A passagem que nos interessa encontra-se no contexto em que responde a uma questão sobre o lugar da crônica na sua produção, o que dá a entender que tanto o entrevistador quanto o entrevistado tomam como dimensão privilegiada da “obra” do escritor sua poesia:

A crônica é uma questão de necessidade de me comunicar melhor com o pessoal, como já disse numa das respostas anteriores. Embora eu tenha mais facilidade de escreverem versos, eu comecei a verificar que era preciso também me expressar em prosa e os amigos me convidaram pra escrever no

jornal. **Amaral Raposo**<sup>112</sup> **que me conhecia há muito tempo**, foi exatamente um dos jornalistas que fez com que eu me aproximasse dos jornais daquela época e começasse a escrever...

(MOREIRA NETO, 2004: 3'54" – 4'24")

O primeiro registro que encontramos do agente na base de dados da Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional) data de 12 março de 1949, no *Diário de S. Luiz*. Trata-se de um crônica assinada pelo jornalista José Candido, e que é dedicada a Paulo Abreu e José Rêgo, proprietários da firma Abreu & Rêgo e da “Loja Rianil” que, naquela data, completava 15 anos de “vida útil e profícua”, “irrigando, à maneira de como fizeram os egípcios com o Nilo, progresso e utilidade, através de suas 19 filiais espalhadas pelos Estados deste nosso glorioso Brasil”. Mas onde entra o nosso agente?

Foi certamente inspirado nos elevados sentimentos dos dois componentes da firma Abreu & Rêgo que, por solicitação minha, o talentoso poeta José Chagas, em volteios de relâmpago, escreveu as interessantes quadras que se seguem:

*Cumprindo, por qualquer preço,  
As palavras de Jesus,  
Quinze anos faz que conheço  
Paulo Abreu vestindo os nus!*

*Ri... anil! Ri, cor celeste,  
– Diz o Abreu, bem juvenil:  
“São Luís toda se veste  
Com sedas da Rianil!”*

x x x

*Ri... anil, ri, que és a tinta  
Com que o comércio escreveu,  
De uma forma bem distinta  
O nome de PAULO ABREU*

*Que o povo o parabenize  
Durante todo este mês,  
E saiba que não há crise  
Para quem é seu freguês!*  
(Diário de S. Luiz, 12/03/1949, p.2)

*Diário de S. Luiz* era o principal jornal “situacionista”, ou seja, apoiava o governador Sebastião Archer. Mais do que isso, estava alinhado à *facção* liderada por

---

<sup>112</sup> Nascido em Grajaú (1903), atuou como editorialista e articulista em diversos jornais (*Diário de S. Luiz*, *O Combate*, *Jornal Pequeno*, *O Imparcial*, *Jornal do Dia*, etc) da capital do estado entre as décadas de 1930 e 1960. Em 1946 foi nomeado chefe de gabinete do interventor Saturnino Bello. Exerceu ainda um mandato de deputado estadual (1948-1950) pelo PST, que era comandado por Vitorino Freire. Nesse último período, segunda metade da década de 1940, Amaral Raposo também atuava como jornalista no *Diário de S. Luiz*. Este jornal foi empastelado durante a chamada “Greve de 51”, por representar o principal órgão do chamado “situacionismo vitorinista”. Concorreu, pelo PTB, ao cargo de prefeito de sua cidade natal em 1960. Em 1969 Raposo foi eleito membro da AML. Morreu em 1976.

Vitorino Freire, então Senador da República, e que aparece no expediente daquele diário como seu diretor. Neste jornal trabalhava, além de José Cândido (que se diz amigo do “talentoso poeta”), o ainda há pouco citado Amaral Raposo que, segundo José Chagas, foi quem o “convidou” para escrever em jornais. Este ingresso na imprensa se deu, no entanto, através do jornal *O Combate*, o principal diário de oposição à *facção* “vitorinista”. Explica-se. O jornalista e deputado estadual pelo PST (1947-1949) Amaral Raposo havia rompido com a *facção* “vitorinista” e, conseqüentemente, se afastara do *Diário de S. Luiz*, passando a “militar” no órgão da imprensa “oposicionista” (*facção* “marcelinista”), o vespertino *O Combate*. É, portanto, neste jornal, onde já estava o amigo Amaral Raposo, que também vamos encontrar José Chagas, escrevendo crônicas e poemas satíricos que tinham por objeto a figura do “Senador de Moxotó”. A partir daí, a produção jornalística do agente se torna frequente (notadamente sátira política). Nesse início dos anos 1950 começam a circular na imprensa oposicionista as primeiras “Vitorinadas”, acrósticos<sup>113</sup> assinados pelo poeta “Assombração” (na verdade tratavam-se dos jornalistas Antônio Justa e José Chagas) e que atacavam aquela liderança do “situacionismo” estadual. Esses poemas satíricos, inicialmente publicados n’*O Combate*, foram posteriormente reunidos numa brochura de 60 páginas, como publicação anônima. Note-se que esse primeiro “livro” de José Chagas não é considerado sua “estréia” nas letras maranhenses, não sendo reivindicado pelo seu autor. O que parece significar uma tentativa de separação, por parte do agente, entre sua produção literária e aqueles trabalhos de encomenda totalmente vinculados aos embates políticos faccionais nos quais ele tomou parte ativamente.

Sua *estrela* literária, tal como consta dos relatos e perfis biográficos, é o livro *Canção da Expectativa*, editado por Bernardo Almeida no ano de 1955 sob o selo da Tipografia São José, da qual este último era gerente e proprietário. Bernardo Almeida<sup>114</sup>, além de editor, ocupava as seguintes posições no espaço social, naquele momento específico: era funcionário público federal do IAPC no Maranhão, além de redator e locutor na Rádio Timbira, a emissora oficial do Estado do Maranhão. Tinha

---

<sup>113</sup> Poesia em que as primeiras letras (às vezes, as do meio ou do fim) de cada verso formam, em sentido vertical, um ou mais nomes ou um conceito, máxima etc.

<sup>114</sup> Nascido em São Bernardo/MA, seu pai era grande proprietário rural na região, além de chefe político daquele município. Estudou no internato do Seminário Santo Antônio, depois no Colégio dos irmãos Maristas de São Luís, onde concluiu o ginásio. Fez o curso clássico no Liceu Maranhense (1946). Após temporada boêmia no Rio de Janeiro, para onde fora sob o desígnio paterno de realizar um curso superior, ele regressa a São Luís em 1951. Nesse mesmo assume cargo no IAPC – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes.



trânsito no governo, pois sua família, que “comandava a política” no município de São Bernardo, era aliada de Vitorino Freire. Quase vinte anos mais tarde, será Bernardo Almeida o escolhido para recepcionar o novo imortal, José Chagas, na AML.

O segundo livro de poemas do agente, *O discurso da ponte*, foi publicado em 1959 pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, no último ano do governo de Matos Carvalho, também atrelado à *facção* “vitorinista”. Nesse período, fim dos anos 1950 e início dos 1960, Chagas estava atuando no jornal *Diário da Manhã*, de propriedade do então deputado Newton Belo, e candidato a governador pela *facção* “situacionista”. Em 1961, publica seu primeiro livro de crônicas, *Pedra de assunto* (Rio de Janeiro: São José), que reunia as crônicas originalmente publicadas no jornal de Newton Belo. Entre 1962 e 1964 ele é colaborador do “jornal independente” *Correio do Nordeste*, do jornalista Zuzu Nahuz. Neste último ano vem a lume *O caso da ponte de São Francisco*. “[...] quando publicou este seu terceiro livro [de poesia], era, já fazia alguns anos, presença das mais requisitadas na crônica jornalística do Maranhão” (prefácio de Sebastião Moreira Duarte. In: CHAGAS, 2002, p.12). Pela temática política e pelo tom irônico como abordou “o mais rumoroso caso de corrupção e desvio de verbas do início dos anos 1960” (COSTA, 2006), o livro logo “caiu no gosto popular, memorizado e repetido como *pièce de résistance* em comícios oposicionistas” (prefácio de Sebastião Moreira Duarte. In: CHAGAS, 2002, p.11).

No ano seguinte, em que ocorreram eleições para o governo do estado e prefeitura da capital, o livro ganhou uma segunda edição, “revista e aumentada”: *O caso da ponte de São Francisco – Reinaugurada*.

A partir de 1965 o agente atua como colaborador permanente do *Jornal do Dia*, um dos principais veículos de apoio à candidatura de José Sarney pelas chamadas “Oposições Coligadas”, *facção* que reuniu naquela oportunidade três partidos (PSP/UDN/PR<sup>115</sup>) e saiu-se vitoriosa, pondo fim ao que passou a ser denominado de “ciclo vitorinista” (SARNEY, 2014; BUZAR, 2014). José Chagas saudou o novo governo, em uma de suas crônicas no *Jornal do Dia*, que foi intitulada “Oração para uma posse”. Sem querer adiantar o objeto do tópico dedicado especificamente à

---

<sup>115</sup> Desfalcada do Partido Democrata Cristão (PDC), que nos últimos pleitos integrava esta coalizão de oposição. Nas movimentações que antecederam esta eleição de 1965, Antenor Bogéa, presidente do partido, “deixou-se seduzir pela proposta de Newton Belo e formalizou o acordo que permitiu a Costa Rodrigues ter sua candidatura legitimada”. O “respeitado professor da Faculdade de Direito”, Antenor Bogéa, foi o candidato o vice (BUZAR, 2014, p. 349).

produção política desse agente, citemos apenas o primeiro paragrafo a título de ilustração das tomadas de posição do agente nesse contexto:

Não preciso dizer que amanhã é o dia da posse do governador José Sarney. Não preciso dizer o que isso significa para o Maranhão. Não preciso dizer que Sarney é aqui a verdadeira alegria do povo, mais do que Garrincha para o País inteiro. Não preciso dizer nada, porque tudo já disse e, como se sabe, a voz do povo é a voz de Deus.

(JORNAL DO DIA, 30/01/1966, p.2)

Em 1973 o *Jornal do Dia*, propriedade de José Sarney desde mais ou menos 1968, quando ocupava o cargo de governador, passa a se chamar *O Estado do Maranhão*, circulando até hoje com este nome, e tendo ainda o mesmo proprietário. José Chagas foi colaborador constante desse periódico, publicando exclusivamente crônicas, até quando veio a falecer, em 2014.

Por fim, enfatizemos uma das dimensões centrais nesse percurso analisado. Trata-se do peso das relações pessoais que o agente consegue acumular e acionar nos diferentes domínios em que se inscreve. Ele é capaz de administrar uma rede de amizades nos universos da política, da intelectualidade e do jornalismo, o que demonstra o quanto esses domínios estavam imbricados. Desde o primeiro momento em que se estabelece no Maranhão ele passa a conviver com figuras da intelectualidade local como Nauro Machado, Arlete Nogueira da Cruz, Bandeira Tribuzi, Bernardo Almeida, José Sarney, e outros. Nos anos 1960 e 1970 estes laços são mantidos e outros estabelecidos, a exemplo de Jomar Moraes, seu “confrade” na AML, e que a partir de meados dos anos 1970, quando era diretor do SIOGE, torna-se o seu principal “editor”. Na *domínio* da política, Sebastião Moreira Duarte cita na introdução *Da arte de falar de bem – crônicas de saudade e bem-querer* (São Luís: Instituto Geia), o caso de um governador cuja gestão não deixou de ser objeto das críticas de Chagas através de suas crônicas na imprensa porque eram amigos, amizade esta que perdurou sem que o “cronista” “mudasse de opinião ou curvasse a cabeça”. Neste mesmo volume, em uma crônica de 1973, o agente afirma que “sempre escreveu assim”, ou seja, apontando “os problemas do município, claro que ficando mais do lado do povo do que dos administradores, contrabalaçando, com meu ponto de vista, os excessos de bajulação e endeusamento” feitos, segundo Chagas, pela imprensa.

Acontece que todos os alcaides cuja administração assim critiquei são meus amigos: o dr. Costa Rodrigues [1964-65], o Cafeteira [1966-69], o dr. Vicente Fialho [1969-1970], o dr. Libério [1970-1971]. Nenhum deles me considerou adversário no sentido que querem dar agora ao termo em relação ao dr. Haroldo Tavares [prefeito da capital entre 1971 e 1975].

(CHAGAS, 2004, p. 90).

O próprio tema do livro organizado por Sebastião Duarte é a amizade enquanto “celebração da cordialidade ou uma teoria da imortalidade”, título escolhido pelo prefaciador, que é também o editor. Ele afirma, ainda, que a publicação é uma homenagem do Instituto Geia ao escritor que completava 80 anos em 2004.

O peso dessa dimensão atinente ao *capital social* deve ser considerado ainda nas inscrições profissionais, intelectuais, jornalísticas e políticas do agente. Os postos ocupados no IBGE e na UFMA, além dos "diversos cargos em comissão na administração pública" (perfil site da AML) precisariam ser aqui considerados. Expliquemos. É a partir do capital de relações pessoais, do interconhecimento, que o agente amplia sua rede de contatos, o que lhe permite ser recrutado para atuar em diversos órgãos públicos, escrever para diferentes jornais diários (simultaneamente), publicar seus escritos literários, e até mesmo engajar-se na política partidária. É uma dimensão. Outras, sem dúvida, devem ser consideradas, inclusive a competência específica em termos de produção discursiva. O que, por sua vez, constitui-se em um elemento, ou condição, necessária, mas não suficiente, para a obtenção de reconhecimento e consagração jornalística e, principalmente, literária; seja no âmbito regional ou nacional. A exemplo das referências e citações de suas produções em jornais dos centros culturais do país por autores já consagrados, a exemplo de Lago Burnett e Josué Montello, com os quais mantinha relações de amizade desde o final dos anos 1940, mas que são cultivadas durante as décadas seguintes, e que marcam sua estréia literária (anos 1950), sua afirmação na imprensa diária (anos 1960) e mesmo sua tentativa de incursão na política profissional (fim da década de 1960 e início da de 1970).

Abaixo disponibilizamos um quadro construído no sentido de apreender as propriedades sociais, inscrições e tomadas de posição no percurso do agente no espaço social.

**Quadro 16 – Perfil de José Chagas**

Ano	Informação biográfica
1924	Nasce no sítio Aroeiras, distrito de Santana dos Garrotes, no município de Piancó, estado da Paraíba.
1930-40	Pai proprietário rural, apresentado como “lavrador” pelos realtos (auto) biográficos, que afirmam que foi no cultivo da roça que Chagas teria ocupado seus anos de infância e adolescência. Realiza curso primário na sua terra natal, onde também inicia o secundário. Já estava escolarizado e lia muito.
1940-43 [?]	Concluiu o secundário em Teresina e São Luís
1945	Sua família muda-se para Pedreiras/Maranhão.
1945-48	Residiu em Pedreiras/MA
1948	Muda-se para a capital maranhense; “Fez-se funcionário do IBGE”; “outros cargos na Administração Pública”;
	“não pôde realizar o sonho de tornar-se químico industrial”; “exerceu diversos cargos em comissão na administração pública”, dentre eles Diretor da secretaria-geral da Câmara Municipal de São Luís.
1950/1	Início da publicação das “Vitorinadas”
1951-55	Colaboração assídua n’O Combate [Crônica e poesia]
1951-54 [?]	“As vitorinadas”, sonetos em acróstico elaborados em parceria com Antônio Justa e publicados na imprensa. Depois reunidos em livro.
1955	Livro de estréia: <i>Canção da Expectativa</i> (editado por Bernardo Almeida, gerente e proprietário da Tipografia São José).
1958	Jornal de São Luís na seção de notas sociais o aniversário do “Coronel Francisco Firmo Chagas, conceituado comerciante em Pedreiras, genitor do cintilante poeta José Chagas”;
1959	<i>O discurso da ponte</i> (sec. educação e cultura do estado)
1961	<i>Pedra de assunto</i> (RJ: São José) [Crônicas publicadas originalmente no <i>Diário da Manhã</i> , de NB]; capa de Antônio Almeida
1962-64	Colabora no <i>Correio do Nordeste</i>
1964	<i>O caso da ponte de São Francisco</i> (“cedo caiu no gosto popular, memorizado e repetido como <i>pièce de résistance</i> em comícios oposicionistas” – SMD in: CHAGAS, 2002, p.11; “quando publicou este seu terceiro livro, era, fazia já alguns anos, presença das mais requisitadas na crônica jornalística do Maranhão” – idem, p.12)
1965-1973	Colaborador permanente do <i>Jornal do Dia</i> .
1965	Cronista do <i>Jornal do Dia</i> ; Anúncios “curso de português”; <i>O caso da ponte de São Francisco – reinaugurada</i> (2ª ed. revista e aumentada); <i>Os telhados</i> (Tipografia São José);
1966	Cronista do <i>Jornal do Dia</i> ; (“chuva e governo”, saúda o novo governo, 1º de fevereiro, p. 2); Candidato a vereador de São Luís; Jun/jul – Atua na produção de programas da Rádio Educadora (“Falemos de cultura”; “Reflexo”)
1967	Junho – já está exercendo o cargo de vereador...; Julho – ... e produzindo poesias (publicado, p.ex., no SLJM, n.9, p.7: “Guerra Lírca – aos atuais poetas de São Luís”); Além de vereador, atuando principalmente na área cultural.
1968	Revista <i>Legenda</i> [revista maranhense de cultura; “revista nossa, maranhense em todos os sentidos”. (CHAGAS, 2004, p. 74)].
1969	Colabora no suplemento de arte do <i>Jornal do Maranhão</i> : publica uma crônica em torno do livro de Lago Burnett <i>De Jornal – Em Jornal</i> , e da relação de ambos com a “Ilha” (São Luís). Comenta que no exemplar que recebeu do autor veio a seguinte dedicatória: “Ao poeta José Chagas, que é hoje, na Ilha, o que eu desejei ser, a vida inteira: o cronista da cidade”.

1972	2ª ed. <i>Os telhados</i> (Departamento de Cultura do estado)
1973	<i>Maré-memória</i>
1973-2013	Colaborador permanente d'O Estado do Maranhão.
1974	<i>Lavoura azul</i> (Civilização Brasileira/INL) [“única obra publicada fora das fronteiras do Maranhão, espécie de tributo aos quase vinte anos de seu aparecimento como poeta” - SMD In: CHAGAS, 2002, p.13); <i>Colégio do vento</i> . Outubro – eleito membro da AML.
1975	<i>Um homem debaixo de seu chapéu</i> [discurso de posse na AML] (São Luís: Legenda)
1977	2ª ed. <i>Colégio do vento</i> (SIOGE – Jomar Moraes); <i>Maré de moça</i> (SIOGE - Jomar Moraes); <i>De Píndaro à raposa ou Castro Alves! quem diria... acabou num aranhol</i> (co-autoria com Jomar Moraes)
1978	<i>Pão e água</i> (SIOGE)
1979	<i>Os canhões do silêncio</i> (SIOGE – Jomar Moraes ),
1980	3ª ed. <i>Colégio do vento</i> (SIOGE – Jomar Moraes); <i>De lavra e de palavra ou campoemas</i> ; <i>Poesia reunida</i> (SIOGE – Jomar Moraes);
1983	<i>Maré de aço ou o Naufrágio da Ilha</i> ; <i>A cor do puro</i> (São Luís: Legenda).
Anos 1980??	Membro do Conselho Estadual de Cultura, junto com Nauro Machado (MACHADO, 1996, p. 96).
1984	<i>São Luís com S</i> . Co-autoria com Mário Meireles e Manuel Lopes (AML/UFMA)
1985	<i>Cem anos de infância ou o poeta e o rio</i> (SECMA/SIOGE).
1987	<i>Águas de silêncio</i> (SECMA)
1988	<i>A arcada do tempo</i> ; <i>Antropoema</i> .
1994	Homenageado pela “Escola Favela de Samba”, o enredo foi baseado em seu livro <i>Os canhões do silêncio</i> (1979). [homenagem aos 70 anos de vida de José Chagas] <i>Alcântara – negociação do azul ou a castração dos anjos</i> (AML/SIOGE); <i>Apanhados do chão</i> (EDUFMA); <i>Tabuada da memória</i>
1995	<i>A mão do presidente</i>
1997	Aposenta-se como técnico em comunicação social da UFMA;
1997	<i>O fio-dental</i> (edições AML)
1998	<i>Antologia poética</i> (São Luís/ Rio de Janeiro: EDUFMA/Topbooks);
1999	<i>Os azulejos do tempo</i>
2000	<i>As armas e os barões assinalados</i> (São Luís: Sotaque Norte)
2002	3ª ed. <i>Os canhões do silêncio</i> (Siciliano/SECMA)
2004	<i>Poema da lagoa</i> ; <i>Da arte de falar bem</i> (São Luís: Instituto Geia); Lançamento do documentário <i>José Chagas, o Lavrador de Palavras</i> (17’ – Direção: Euclides Moreira Neto – DAC/UFMA).
2011	Homenageado como “patrono” da 5ª Feira Literária de São Luís – Felis.
2012	Joaquim Haickel produz e dirige o documentário <i>José Chagas – O filho e o homem</i> .
2013	Lançamento do CD “A palavra acesa de José Chagas” pela Saravá Discos [selo criado em 2006 pelo cantor e compositor Zeca Baleiro]. Produzido por Zeca Baleiro e Celso Borges, traz poemas musicados por artistas como Chico César, Ednardo, Fagner, César Teixeira, Chico Saldanha, Josias Sobrinho, além do próprio Zeca Baleiro; 4ª ed. <i>Colégio do vento</i> (edições AML).
2014	Faleceu em São Luís.

## **Bernardo Coelho de Almeida (Bernardo Almeida)**

A construção do perfil do agente considerado baseou-se fundamentalmente em informações biobibliográficas disponíveis no site da AML, relatos memorialísticos ou autobiográficos que o agente produziu, que encontramos principalmente no livro *Éramos felizes e não sabíamos* (editado em Brasília, pela Gráfica do Senado em 1989<sup>116</sup>), além de textos diversos produzidos por coetâneos do agente em suas atividades jornalísticas, literárias e políticas (REIS, 2011; SANTOS, 2012; BACELAR, 2015). Este material foi cotejado e complementado com dados construídos a partir de entrevistas com outros contemporâneos do agente e que também atuaram nas “lides” e nas lutas jornalísticas, literárias e políticas. Buscamos controlar ainda esses dados com informações obtidas a partir das matérias compulsadas em jornais maranhenses no período em que perscrutamos o itinerário do agente em pauta.

Os marcadores utilizados seguem o padrão já definido na introdução geral do trabalho mediante as opções teórico-metodológicas aqui adotadas: origens familiares, geográficas, formação escolar, engajamentos (cultural e político), percurso profissional, entrada no jornalismo, na literatura e na política.

Nascido em 1927 no município de São Bernardo, localizado na região conhecida como Baixo Parnaíba, no estado do Maranhão, Bernardo Coelho de Almeida é filho de Custódio Coelho de Almeida, patriarca de uma “tradicional” família de comerciantes e pecuaristas com atuação política nessa região desde, pelo menos, os anos 1940. Seu pai destacou-se enquanto liderança política no município desde o final dos anos 1940. Dos seus oito filhos (quatro mulheres e quatro homens), dois tiveram envolvimento políticos mais longevos: Bernardo Almeida (segundo entre os homens) foi deputado estadual por três mandatos consecutivos (1963-1974); e Coriolano Coelho de Almeida (o irmão mais novo) que desde os anos 1970, quando ocupou pela primeira vez a prefeitura, até o período 2012-2016, último mandato da “família” Almeida, foi a principal liderança política de São Bernardo<sup>117</sup>. A princípio, parece ter ocorrido uma divisão do trabalho político dentro da família, ficando a atuação do pai voltada para o município, enquanto Bernardo era lançado no plano estadual, com o filho mais novo sucedendo ao patriarca no plano local a partir dos anos 1960.

---

<sup>116</sup> Trabalhamos com a 3ª edição, publicada em São Luís no ano de 1996 pela Revista Legenda Editora (ALMEIDA, 1996).

<sup>117</sup> Em 2012 foi eleito prefeito o seu filho Coriolano Silva de Almeida, o “Coraninho”. Em 2016 este foi derrotado na sua tentativa de reeleição.

Mas vamos acompanhar os investimentos diversos de Bernardo Almeida, nome com que ficaria conhecido na imprensa e nas letras do Maranhão, além, é claro, na esfera política.

Ele estudou, dos 11 aos 13 anos de idade, em regime de internato, no Seminário Santo Antônio, na capital do estado. Em 1940 foi matriculado no Colégio dos Irmãos Maristas nesta mesma cidade, também como aluno interno. Neste período foi colega de José de Ribamar Ferreira Costa (José Sarney). Quatro anos depois foi transferido para o Colégio dos Maristas de Fortaleza, no Ceará. Aí concluiu o ginásio e iniciou o curso secundário, que viria a concluir (na modalidade “curso clássico”, com ênfase nas humanidades) no Liceu Maranhense, no ano de 1946. Mais uma vez foi colega de classe de José Sarney. “Naquele ano de 1946, éramos três colegas inseparáveis: Josélio Carvalho Branco, ele [Sarney] e eu. Vivíamos a primeira fase da mocidade, rica de fantasias e namoros platônicos com as mais belas pequenas do Liceu, Rosa Castro, São Luiz e Santa Teresa” (ALMEIDA, 1996, p. 48). Anos mais tarde, Sarney autografava um de seus livros com a seguinte dedicatória: “Para Bernardo Almeida, poeta dos maiores desta terra, a quem me ligam velhas cordas dos Maristas e Liceu, talento e referência do nosso Maranhão” (idem, p.49).

O seu engajamento em instituições culturais e/ou literárias se deu mediante sua participação no Centro Cultural Gonçalves Dias (CCGD). Nos final de 1947 foi para o Rio de Janeiro, onde deveria ingressar em uma faculdade na capital da República, pelo menos assim esperava o pai, financiador dos seus estudos. Os anos em que permaneceu na cidade maravilhosa são descritos pelo agente como a sua “temporada boêmia”, livre da disciplina dos estudos feitos em boa parte sob a condição de interno em seminários ou colégios religiosos. O pai, quando soube, teria ido pessoalmente buscá-lo, ao que se seguiu “uma espécie de exílio em minha própria terra, como castigo pelas extravagâncias de boêmio” (ALMEIDA, 1996, p.115). Apesar de ter ensaiado algumas crônicas ainda quando cursava a primeira série do seminário menor, as quais lhe renderam elogios de um professor do Seminário Santo Antônio (idem, p.114), além de alguns “versos de pé-quebrado” exibidos aos alunos mais adiantados do Colégio Maristas de Fortaleza/CE, foi somente nessa época de “exílio” em São Bernardo/MA que o agente diz que lhe teria “ocorrido” que poderia “devotar-se às letras”. Ora, tinha então 23 anos e sem um diploma de curso superior, o horizonte de possibilidades para ele era ou permanecer na cidade natal e paulatinamente substituir o genitor nos negócios

da família, o que incluía administrar as terras e se envolver com as questões políticas ou então, e era o que desejava, voltar para cidade grande, pelo menos para a capital do estado, e desse modo “devotar-se às letras”. Ainda assim dependeria da ajuda financeira do pai, ou de um emprego que lhe proporcionasse sustento e tempo livre para a atividade literária. De qualquer modo, precisava do consentimento do pai, naquele momento “desapontado com o filho pródigo” (idem, p.115).

Foi durante esse período de compulsória ociosidade, a tomar banho de rio e a passear de cavalo, em contato direto com a natureza, que me senti inspirado a escrever os primeiros poemas, alguns publicados em um jornalzinho dos frades capuchinhos de Mecejana, no Ceará, por intermédio de minha prima Elisabeth.

Um de meus contos foi premiado pela revista **Alterosa**, de Belo Horizonte, enquanto até eu mesmo duvidava de meu sucesso naquele concurso literário. Não contava com ninguém para aquilatar-me a qualidade das produções incipientes.

Minha fonte de abastecimento intelectual era a biblioteca do cônego Nestor Cunha, onde eu me empanturrava com leituras de formação religiosa, que tanto me fizeram bem: **Escola da Perfeição Cristã, Imitação de Cristo, Os Sermões**, de Antônio Vieira, e as biografias dos grandes santos da Igreja Católica. Tudo isso contribuía para sedimentar minha fé de berço – fé que não troco por nenhuma riqueza deste mundo. [...]

Meu pai era assinante de **Seleções**, possuía alguns livros recomendados pelo primo Bembém, editor do **Almanaque da Parnaíba** [...]

A veneração dos parnaibanos por Humberto de Campos, que ali viveu e plantou um legendário cajueiro, fazia com que os livros do admirável cronista maranhense corressem-nos de mão em mão.

Meu tio Bernardo de Almeida Lima, um autodidata de bela erudição, assinante do jornal **O Imparcial** e da revista **Athenas**, editada em São Luís, discutia comigo a respeito de contos e poemas publicados na revista **Cigarra**; [...]

Vinham-me pelo correio folhetos e prospectos de editoras nacionais, com ofertas de livros pelo reembolso postal. Eu anotava títulos e referências sobre autores famosos, sonhando possuí-los. Até que um dia me animei de coragem, e pedi a meu pai que me desse dinheiro para encomendar uma dúzia de volumes. [...].

(ALMEIDA, 1996, pp.115-116. Grifos no original).

A um agente social com formação religiosa e humanística recebida como interno em instituições educacionais de confissão católica desde os 10 anos de idade caía perfeitamente bem a biblioteca de um clérigo, especificamente num momento vivido por ele como de penitência pelas faltas cometidas em sua temporada mundana na cidade do Rio de Janeiro. A longa citação se justifica porque estas páginas concentram elementos característicos de estados sucessivos da internalização de esquemas de



percepção e apreciação do mundo, constitutivos de um capital cultural incorporado que através do contato com o acervo familiar sob sua forma objetivada (biblioteca, livros, revistas, jornais etc) possibilitam ao agente divisar uma futura carreira literária (“me ocorreu dedicar-me às letras”), mesmo após haver dilapidado capitais econômicos investidos pela família numa típica estratégia de reprodução baseada no acúmulo de capital cultural institucionalizado (títulos escolares). Colocado nestes termos, podemos apreciar como o espaço dos possíveis, suas condições objetivas, contribuem no sentido de manter o agente dentro de um itinerário que pode se apresentar a ele como fruto exclusivo de uma inspiração ou tendência para as letras. Ao que pode se juntar, na interpretação retrospectiva elaborada pelo próprio agente, uma espécie de acaso ou sorte:

Fui procurado um dia pelo prefeito. Ele me confidenciou que não andava de boas relações com o vigário; diante disso, eu teria de aceitar a incumbência de ser o orador da cidade na visita do governador Sebastião Archer.

Recordo-me que eu havia lido um escritor chinês de estilo fabuloso no **jogo das palavras** e sentenças filosóficas brejeiras. Com espírito jovial ele decantava “o reino hilariante dos talheres descruzados”. Nunca tive certeza se os orientais se alimentam, também, de bom humor às refeições, mas soube aproveitar a expressão original de Lin Yutang como frase de efeito do exórdio de meu discurso. **E creio que fui muito feliz.**

De tanto ler e reler, de corrigi-lo inúmeras vezes para torná-lo fluente e musical, decorei o texto do discurso, passando a citá-lo de “improvisado”, tal como se declama um poema, **com gesticulação estudada** e tudo mais. [...]

Assim, **sem o menor nervosismo**, lá estava eu a erguer-me, entre os convivas, à grande mesa do banquete, quando o prefeito se dignou apresentar-me como sendo o intérprete dos sentimentos de seus munícipes.

O timbre de voz grave, prenúncio de minha vocação de locutor de rádio, e a memória diáfana, sem falar na serenidade impressionante, eram de pasmar os comensais. [...] Foi um belo tento lavrado.

(ALMEIDA, 1996 [1989], pp. 117-118. Grifos no original).

A narrativa deste texto autobiográfico permite identificar um conjunto de competências e habilidades que o agente detinha, as quais não brotam de uma única experiência na qual se recita, ainda que exaustivamente, um texto para declamá-lo. Este *savoir faire* é fruto de um longo processo de aprendizagem que permite uma desenvoltura com as palavras (saber “jogar com as palavras”). É essa natureza cultivada que possibilita ao agente apresentar-se diante de um público seletivo (um governador de estado e seu “séquito”, o prefeito municipal, demais autoridades da cidade), substituindo o pároco, e “sem o menor nervosismo”. Isso com certeza não fazia parte do

horizonte de possibilidades de todos ali presentes, notadamente dos munícipes conterrâneos de Bernardo Almeida. Como bem lembra Bourdieu, estes capitais estão desigualmente distribuídos na sociedade. Uma relação com a cultura legítima vivenciada com certa naturalidade e que permite ao agente internalizar disposições que se manifestam ainda sob a forma de uma *hexis* corporal (BOURDIEU, 1977, pp.51-52; BOURDIEU, 2009, p. 120-121), “o timbre da voz”, “a serenidade impressionante”, “com gesticulação estudada e tudo mais”, vivenciada como sinais de uma “vocação”<sup>118</sup>. Tal naturalidade no trato com a cultura e o saber é apanágio daqueles que foram desde a infância socializados dentro dos padrões culturais legítimos.

Poderíamos continuar analisando as condições sociais que possibilitam ao agente ser “naturalmente”, ou mesmo “coincidentemente”, conforme vivenciado por ele, convocado pelo prefeito para “interpretar os sentimentos de seus munícipes”. Ora, isto se dá primeiro porque ele é filho de alguém importante, alguém com poder econômico e político na localidade; além disso, como se tratava de “substituir” o padre, alguém com formação religiosa, apesar do recente “desvio” mundano, seria o mais indicado; e, por último, essa “convocação” implicava em reconhecê-lo socialmente como alguém capaz de desincumbir-se da tarefa de discursar em público perante aquelas autoridades.

O “feito” lhe garantiu um convite para o posto de oficial de gabinete do governador, todavia, o pai teria pedido aos “porta-vozes do governador” (o secretário da Fazenda Clodoaldo Cardoso e o deputado estadual Vicente Celestino) para que lhe externassem seus “penhorados agradecimentos, tendo observado que iria estudar o caso para depois se comunicar com eles, através de telegrama”. Segundo narra o próprio agente, seu pai chegou à conclusão de que “o filho ainda não estava preparado para enfrentar **as tentações** da cidade grande” (ALMEIDA, 1996, p.118. Grifo nosso). Não se pode deixar de chamar atenção para as condições objetivas que permitiam àquele patriarca recusar tal oferta ao seu primogênito feita diretamente pelo governador.

Mais ou menos um ano depois desse fato, Bernardo Almeida finalmente retornava à capital do estado (em setembro de 1951), e continuou a produzir poesias em

---

<sup>118</sup> O conceito de *hexis* corporal desenvolvido por Bourdieu trata de uma dimensão que possibilita a internalização das práticas sociais e de sua exteriorização através do modo de falar, andar, gesticular, olhar etc. dos agentes sociais. “[...] não se entra no jogo mediante um ato de consciência, se nasce no jogo, com o jogo, e a relação de crença, de *illusio*, de investimento é tanto mais total, incondicional, quanto ela se ignora como tal” (BOURDIEU, 2009, p.109-110. Grifo no original); e ainda: “O corpo crê naquilo que expressa: ele chora se imita a tristeza. Ele não representa o que expressa, não memoriza o passado, ele *age* o passado, assim anulado como tal, ele o revive” (idem, p.120. Grifo no original).

cadernos escolares (“Sonhava publicar um livro”). Estabeleceu novas amizades bem como retomou aquelas dos tempos do Maristas e do Liceu. Um dos novos amigos era José Chagas, já iniciado nas lides jornalísticas e literárias locais. “A amizade com o poeta abria-me horizontes no mundo de meu acalentado projeto”. Conforme estamos chamando atenção neste trabalho, os *domínios* do jornalismo e da intelectualidade, além do político, estavam inextricavelmente imbricados ou superpostos:

Outro sonho era o jornalismo, no exemplo de muitos outros que se dedicam às letras, de tabela na imprensa provinciana, o que me animou a levar um artigo ao **Jornal do Povo**. Neiva Moreira mandou publicá-lo.

Tratava-se de uma alegoria sobre Zapata, relacionada com o espírito de luta da população de São Luís na reação contra a posse de Eugênio Barros. Eu me inspirara no filme, recentemente exibido, em que o Marlon Brando fizera o papel do herói camponês. E como eu usava um espesso bigode, Neiva Moreira passou a chamar-me de “mexicano”.

(ALMEIDA, 1996, pp. 118-119. Grifo no original).

Em outra passagem o agente narra, envolto numa atmosfera de aleatoriedade, como teve a oportunidade de mostrar um poema de sua lavra ao “grande mestre” Nascimento Moraes, seu professor nos tempos do Liceu Maranhense:

Uma tarde eu me achava ao pé da escada da Rádio Timbira, quando o velho Nascimento Moraes, de quem fora eu aluno de Geografia, no Liceu, veio juntar-se a mim, para livrar-se de uma chuva que desabava sobre a cidade. Aproveitei o ensejo para mostrar-lhe o soneto “**Luz! Mais Luz!**”, que serviria de título ao meu livrinho de estréia.

Apesar do timbre de meu nome, o grande mestre achou de interrogar-me se o soneto era, de fato, de minha autoria, dando-me a entender, com isso, que ficara favoravelmente surpreso. Confirmando-me a suposição [...], ele dobrou o pedaço de papel, meteu-o no bolso do paletó de linho branco e se foi, [...] rumo à redação dos Diários Associados. No dia seguinte, meu soneto era publicado no vespertino **Pacotilha – O Globo**. Fiquei muito feliz.

(ALMEIDA, 1996, p. 119. Grifo no original).

Passou a colaborar no *Jornal do Povo*, porém seu engajamento político nas chamadas “Oposições Coligadas” nos anos 1950 e 1960, tal como deixa supor o fragmento acima transcrito, e é expressamente afirmado por cultores de sua memória em breves perfis biográficos publicados recentemente na imprensa do estado (REIS, 2011; SANTOS, 2012), não encontra materialidade nas fontes documentais examinadas (escritos do autor em livros e na imprensa da época). Antes pelo contrário, suas tomadas

de posição no jogo político nos permitem situá-lo no campo do chamado “situacionismo”, inclusive sua filiação partidária e carreira parlamentar até expressam isso. O que não o impediu de cultivar uma série de vínculos pessoais com agentes políticos diversos e que ao se alternarem nos postos de mando facilitavam ao agente extrair dividendos materiais e simbólicos dessas relações. Senão vejamos.

Como vimos rapidamente em relação ao domínio do jornalismo e da intelectualidade, as relações pessoais de amizade e compadrio com figuras destacadas no cenário político são elementos centrais não somente no seu percurso enquanto jornalista, mas também para sua entrada na carreira política eletiva.

O seu primeiro emprego, que foi direto na esfera federal, deveu-se às relações de sua família com o advogado e então presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes – IAPC<sup>119</sup>, Henrique de La Rocque. O agente narra que sua relação com este iniciou-se aí, primeiramente baseada num sentimento de “gratidão” e, depois de o conhecer pessoalmente, veio a intensificar sua relação com o mesmo, e passou ter por ele “admiração”. Isso fez com que decidisse apoiá-lo na campanha eleitoral ao cargo de Senador, em 1953, quando La Rocque abdicara da direção daquele órgão federal para concorrer, pela oposição (PSP), à vaga no Senado da República, contra o “situacionismo implacável” comandado por Vitorino Freire no estado (ALMEIDA, 1996, p.32). Bernardo Almeida era então, além de funcionário do IAPC no Maranhão, redator e locutor na Rádio Timbira, a emissora oficial do Estado do Maranhão, dirigida por Raimundo Bacelar Portela, “homem de confiança do governador Eugênio Barros” (ALMEIDA, 1996, p.32). Devia, pelas regras e códigos que pautavam as relações sociais no aparato administrativo, certa fidelidade às diretrizes político-partidárias do “situacionismo”. À sua atitude pública de posicionar-se em prol de uma candidatura da oposição só poderia corresponder, por parte da gestão estadual, em sua demissão sumária da Rádio Timbira. Assim esperavam os partidários do “situacionismo” do município de São Bernardo, que o denunciaram tão logo souberam da homenagem feita por Bernardo Almeida ao candidato oposicionista Henrique de La Rocque.

Somente escapou da demissão porque além da amizade pessoal que cultivava com o diretor da Rádio Timbira, Raimundo Bacelar, sua perspicácia e capacidade de

---

<sup>119</sup> O IAPC foi criado em 1934 durante o governo de Getúlio Vargas, e expandiu suas áreas de atuação, passando principalmente a financiar projetos de habitação popular nas grandes cidades. (Fonte: Wikipédia). Em São Luís, nos anos 1960, financiou a construção do conjunto Filipinho, destinado a comerciantes.

leitura do jogo político lhe permitiram antecipar-se aos prováveis denunciantes. Assim, antes de viajar ao interior do estado para divulgar o nome do seu candidato, Bernardo entregara a Bacelar seu pedido de exoneração daquela emissora de rádio.

Ao retornar do interior, seu amigo e diretor da rádio lhe narrou o que ocorrera: o deputado Edson Freitas Diniz teria lhe mostrado telegrama recebido dos seus correligionários de São Bernardo, e, diante dos fatos denunciados, pedia que demitisse aquele funcionário. Bacelar, então,

exibiu-lhe o pedido deixado por mim em seu poder, como prova de minha hombridade. O denunciante, mais tarde patrocinador, com o mesmo Raimundo Bacelar, de minha primeira eleição como deputado estadual, em 1962, preferiu deixar o dito pelo não dito, em sinal de admiração a meu altivo gesto.

(ALMEIDA, 1996, p.33).

O agente narra ainda como atuou no sentido de conquistar os votos dos seus conterrâneos para o candidato que escolhera apoiar. Decidiu distingui-lo como padrinho de sua primeira filha, “aproveitando” a visita que o candidato fazia à terra natal dos Coelho de Almeida, “onde me seria mais fácil angariar votos para o meu candidato” (ALMEIDA, 1996, p.32). Como se pode depreender das palavras do próprio Bernardo Almeida, tratava-se de um ato simbólico, do qual se buscava extrair o máximo de dividendos possíveis, ou seja, o apoio da população local ao nome de La Rocque na eleição para o senado:

Estava decidido a ir fazer campanha aberta no interior [...] Minha primeira filha completava ainda seis meses de idade quando a retirei do seio materno [em São Luís] para levá-la a São Bernardo. Ali, na visita de La Rocque, este seria seu padrinho de Batismo. Era como eu pretendia homenagear meu candidato, seguindo uma tradição que significava grande prova de amizade. (ALMEIDA, 1996, p.32).

La Rocque não foi eleito. Mudou seu domicílio eleitoral para o Distrito Federal, conseguindo, nas eleições do ano seguinte, eleger-se suplente de deputado federal (PSP), mandato que chegou a ocupar entre julho e outubro de 1957 (DHBB/CPDOC on line).

Nesse ínterim o poeta Bernardo estreia nas letras maranhenses em 1954 com *Luz! Mais Luz!* (São Luís: s/ed.<sup>120</sup>). No ano seguinte, já à frente da Tipografia São José publica seu segundo livro de poesia, *A gênese do azul* (São Luís: Tipografia São José), com ilustrações do pintor Antônio Almeida. Participa da fundação da revista *Legenda*, que reunia entre outros escritores Nauro Machado e José Chagas. Deste último edita ainda o livro de estréia.

A partir de 1956 passa a ocupar o cargo de diretor administrativo e artístico da Rádio Difusora, além de escrever o editorial “A Difusora Opina”, programa que ficaria no ar por 20 anos<sup>121</sup>. Ele teria sido “precursor” na construção de “jingles publicitários”, criando “slogans e marcas para empresas e poder público” (BACELAR, 2015).

Nas eleições de 1958, La Rocque retornaria ao Maranhão para concorrer a uma vaga de deputado federal. E mais uma vez Bernardo dedica-lhe todo seu apoio. Agora contando com prestígio e notoriedade entre a população da capital do estado, o agente decide concentrar em São Luís sua atuação em prol de La Rocque. Valeu-se da repercussão que o seu programa de rádio (“A Difusora Opina”) tinha junto à população de São Luís. Ele o colocou à disposição da candidatura de La Rocque. “Àquela altura eu já contava com o apoio indireto de Raimundo Bacelar, dono da Rádio Difusora” (ALMEIDA, 1996, p.34). O agente também detinha uma posição mais bem situada na hierarquia daquela emissora, posto que acumulava as funções de diretor artístico e administrativo da Rádio Difusora, além de sócio da empresa, conforme afirmaria anos depois Magno Bacelar, irmão de Raimundo Bacelar e também sócio daquele empreendimento de comunicação (BACELAR, 2015).

Meu amigo Henrique de La Rocque Almeida [...] sempre andou em linha reta, com a vantagem de saber esperar, dando tempo ao tempo. Foi assim que, em 1958, estava ele de volta ao Maranhão como candidato a deputado federal. Procurei-o, outra vez, [...] para oferecer-lhe meus humildes préstimos. Disse-lhe que estava disposto a cerrar fileiras com sua candidatura. Não iria mais a São Bernardo, pois ali assumira compromissos para trabalhar por José Sarney. Atuaria mesmo em São Luís com o veículo de comunicação de que dispunha. Ele ficou satisfeitiíssimo.

(ALMEIDA, 1996, p. 34).

---

<sup>120</sup> Não tivemos acesso ao volume e nem conseguimos auferir os responsáveis pela edição.

<sup>121</sup> “O editorial que cantou os encantos e retratou os problemas do nosso dia a dia. Apresentado diariamente, às 12 horas, o programa alcançou tamanha importância que chegou a influenciar a vida social e administrativa do Maranhão. Havia um locutor especialmente destacado para o horário mas, quando lida pelo próprio autor, ganhava em interpretação e havia maior brilhantismo” (BACELAR, 2015).

Uma coisa que se percebe é que a oposição entre “vitorinistas e oposicionistas”, tão enfatizada e repetida após a consolidação do chamado “sarneísmo” na política regional, chegando mesmo a predominar em análises de historiadores e cientistas sociais que estudam a chamada política no Maranhão, não era de fato tão nítida assim. Como se pode perceber ao estudar os perfis de agentes que atuaram nesse período, encontramos, por exemplo, casos em que existem alianças entre candidatos e suas respectivas redes de apoiadores que rompem claramente com essa camisa de força pretensamente analítica, mas que pode representar um obstáculo à compreensão das lógicas mais profundas que organizam as disputas políticas no estado do Maranhão daquele período. O uso do par supostamente antinômico “vitorinistas/oposicionistas”, diminui, por exemplo, o peso da dimensão pessoal das relações. Chegando mesmo a atribuir certa carga ideológica às tomadas de posição do agentes em atuação nessas disputas faccionais, as quais encontram seu sentido muito mais em razões pragmáticas ditadas pelo jogo faccional que comporta plasticidades e trânsitos entre seus componentes que muitas vezes não podem ser apreendidas pela classificação estanque e antitética do ou isto ou aquilo. O agente social aqui focado permite constatar como a atuação política em um espaço social marcado pelo intercruzamento de diferentes lógicas e *domínios* tornava possível estar simultaneamente nos dois supostos pólos da disputa política no Maranhão nas décadas de 1950 e 1960<sup>122</sup>.

Não é à toa, nem mera coincidência, que o nome de Bernardo Almeida esteja ausente do conjunto de biografias de “políticos” que compõem o livro *Vitorinistas e Oposicionistas* (BUZAR, 2014). Toda sua trajetória foi marcada por uma atuação que borra sua circunscrição definitiva a um dos pólos, ainda que se diga que sua carreira parlamentar inicia-se já no momento em que o vitorinismo vertia água, 1962, é possível acompanhar sua atuação política desde a famosa greve de 1951, e ainda seu envolvimento direto nas campanhas eleitorais de 1953 e 1958, empenhando seu nome e

---

<sup>122</sup> Apenas mais um exemplo: a candidatura de Benedito Buzar a deputado estadual em 1962, pelo PSP de Neiva Moreira, sigla e liderança costumeiramente identificadas como símbolos das chamadas “Oposições Coligadas”. Nos bastidores, digamos assim, aquela candidatura foi discutida, e decidida, pelas seguintes agentes: o próprio Neiva Moreira, que atuara decisivamente estimulando e inserindo o amigo Buzar nas redes de relações ligadas à “oposição”, desde o período em que este se encontrava no Rio de Janeiro, numa temporada de estudos e “preparação” para, segundo ele, “entrar na política”; o deputado federal Líster Caldas (PSD), figura identificada ao situacionismo “vitorinista”, amigo pessoal de Abdala Buzar, pai de Benedito Buzar, que teria relutado em aceitar a candidatura do filho pelo PSP mas que fora convencido pelo amigo Líster Caldas sob a condição de que Buzar, apesar de candidato das ditas “oposições coligadas” apoiaria para deputado federal Líster Caldas e não Neiva Moreira. O acordo foi aceito por todos os políticos envolvidos (Entrevista do autor com Benedito Buzar, 19 de setembro de 2016).

seu prestígio em favor daqueles amigos pessoais (La Rocque e Sarney/La Rocque, respectivamente às eleições referidas), trata-se portanto de um engajamento político que é ditado não por critérios ideológicos ou por projetos específicos de atuação política, causas, bandeiras etc, o que é definidor de uma tomada posição aqui é a relação pessoal de amizade cultivada pelos agentes.

São as relações pessoais que ao mesmo tempo permitem e impelem determinado agente a tomar posição por um nome na disputa eleitoral. E a justificar tal posicionamento.

[...] Raimundo Bacelar resolvera dar-me condições de ficar à vontade para executar meu plano de campanha eleitoral em favor do simpático candidato da Oposição.

Nossa estratégia era simples, mas infalível, e ia implantar o profundo alicerce em que ficaria edificada, em definitivo, a hegemonia política de La Rocque na capital maranhense, cidade visceralmente dominada pela influência carismática de Neiva Moreira, seu companheiro no PSP, ademais editor-proprietário do **Jornal do Povo**, o matutino local de maior circulação.

Minha admiração a Neiva Moreira sempre foi sincera [...]. mas não relutei em executar nosso maquiavélico [...] com base numa campanha persuasiva para incutir na cabeça do eleitor de São Luís que Neiva tinha absoluta condição de ser eleito somente com os votos recebidos no interior, sem depender dos da Capital. [...]

Foi essa a tônica de nossa mensagem, dali em diante, quase todo dia, no comentário **A Difusora Opina**, escrito por mim e lido, ao meio-dia, ao microfone da emissora que mantinha audiência nos mais longínquos confins do Maranhão, com influência equivalente ou maior do que a TV Globo, nos dias atuais [1988].

(ALMEIDA, 1996, pp. 34-35. Grifos no original).

A “estratégia” deu certo e La Rocque foi eleito. A partir daí somente deixaria de receber a “votação preferencial e consagradora” dos eleitores da capital quando, já doente, teria decidido renunciar ao mandato de senador (eleito em 1975 pela ARENA) para assumir, no ano de 1980, “o cargo vitalício de ministro do Tribunal de Contas da União, [...] exercido até que a morte o arrebatou do nosso convívio” (ALMEIDA, 1996, pp. 35-36) em 1982.

Em 1960 o agente toma posse na cadeira de nº 14 da Academia Maranhense de Letras – AML. O discurso de recepção é feito por José Sarney, seu amigo desde os bancos escolares dos Maristas (curso ginásial) e do Liceu (secundário), e então ocupando, além de uma cadeira na AML, outra de deputado federal (UDN).



Nas eleições de 1962 Bernardo Almeida lançou-se pela primeira vez a um cargo político eletivo. Foi eleito deputado estadual pelo Partido Libertador (PL). Um ano antes havia publicado seu primeiro livro de crônicas, intitulado *Galeria*, pela editora Revista Legenda, de São Luís. Estas crônicas foram primeiramente escritas para programa “Crônica da Cidade”, que ia ao ar de segunda-feira a sábado, às nove da noite, pela Rádio da Difusora.

Nesta época começavam as negociações e preparativos para a implantação da TV Difusora, em sociedade com os irmãos Bacelar. Ela foi inaugurada na data prevista, em novembro de 1963<sup>123</sup>, “com o slogan de Bernardo Almeida: ‘TV Difusora, testemunho vivo do arrojo e do progresso do povo do Maranhão’” (BACELAR, 2015).

Em 1965 Bernardo Almeida foi candidato a vice-prefeito de São Luís, pelo “PDC-barganha”, como passaria a ser denominado pelo *O Combate* o partido de Antenor Bogéa após aceitar acordo com o governador Newton Belo pelo qual aceitava que o candidato governista fosse lançado pelo PDC desde que o próprio Antenor Bogéa fosse o candidato a vice (*O Combate*, 05/07/1965, p.2). O governador ficara sem a legenda do PSD após o rompimento com o senador Vitorino Freire, seu antigo aliado político. *O Combate*, “órgão do Partido Republicano” (PR) era naquele momento, após o fechamento do *Jornal do Povo*, o principal jornal das chamadas “Oposições Coligadas”, que nesta configuração das eleições a governador e prefeito da capital reunia as seguintes siglas PR, PSP e UDN.

Vinculado ao governo, atuando como deputado da sua base na Assembleia Legislativa e ainda dirigindo o jornal de propriedade do governador Newton Belo, o matutino *Diário da Manhã*, Bernardo apoiou Costa Rodrigues, prefeito nomeado da capital do estado, indicado por Newton Belo. Não esteve, portanto, no palanque de José Sarney, o candidato vitorioso. No ano seguinte alcança a reeleição à Assembleia Estadual, agora pelo MDB, do qual é apontado como um dos fundadores no Estado (SANTOS, 2012). Suas relações com o governo de José Sarney e com as “oposições”, agora no poder, não parecem ter sofrido qualquer desgaste. Sua capacidade de transitar entre esses agentes se vislumbra no fato, por exemplo, de publicar seu primeiro

---

<sup>123</sup> “[...] primeira [televisão] do Nordeste subdesenvolvido, instalada em meio a incredulidade e pessimismo de todos. Raimundo Bacelar, Bernardo Almeida, Genes Soares, eu e todos os funcionários exalávamos otimismo e confiança. A sociedade admirava a audácia mas bem poucos acreditavam, como a Escola de Samba Turma do Quinto que criou o samba-enredo com estribilho “Quem viver verá – TV Difusora funcionar.” (BACELAR, 2015).

romance, *A última promessa*, pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas (SIOGE), que era dirigido por Reginaldo Teles, ex-redator do *Jornal do Povo*, e ex-militante do PSP, ao lado de Neiva Moreira.

O agente seria reeleito mais uma vez em 1970 (pelo MDB). E nas eleições seguintes (1974) alcançaria apenas uma suplência muito distante das vagas. Ele decidira então que sua “carreira política chegava ao fim, graças a Deus” e que seria “apenas um colaborador” (ALMEIDA, 1996, p. 101). No ano anterior havia publicado o seu segundo romance *O Bequimão*, pela editora Arte Nova de Brasília. Apesar de ser do MDB, as suas relações pessoais com os senadores Vitorino Freire e José Sarney, assim como com o deputado João Castelo, todos da ARENA, eram pautadas pela amizade. Tanto assim que em 1976, por intermédio de José Sarney, mas com apoio da base governista, o agente teve seu nome indicado para adido cultural da Embaixada Brasileira no Peru. As palavras do agente em uma das crônicas (mais próximas do gênero “memórias”) que integram o volume *Éramos Felizes e não Sabíamos* (ALMEIDA, 1996) ilustram bem os aspectos relativos à gestão de um capital de relações pessoais que transcende as siglas ou “grupos políticos”. O personagem central dessa crônica memorialística (intitulada “Brilha uma estrela em seu destino”) é José Sarney. Ela foi escrita em 1988, e não deixa de ser uma espécie de homenagem e, ao mesmo tempo um reconhecimento público, ao então presidente da República:

Mais tarde vim a saber como tudo aconteceu, em Brasília, no apartamento do então deputado federal João Castelo, onde ele [Sarney] esperado. Chegou tarde, pedindo desculpas pelo atraso. Era então o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Tivera uma longa audiência com o chanceler Azeredo da Silveira, no Itamaraty.

Anunciou, enquanto tirava o paletó para sentar-se e tomar um trago de uísque, que o ministro lhe oferecera uma vaga de adido cultural na Embaixada do Brasil no México, para indicar quem lhe aprovesse. E acrescentou: “Sabem quem é meu candidato? O poeta... Ele não foi reeleito. Está precisando de nossa ajuda”. Não precisou dizer meu nome. Os circunstantes – João Castelo, Alexandre Costa, La Rocque, Pires Sabóia e José Burnett – todos meus amigos, aplaudiram a ideia<sup>124</sup>.

(ALMEIDA, 1996, pp. 50-51).

Ao voltar da temporada peruana, Bernardo Almeida foi convidado por Sarney para dirigir o jornal *O Estado do Maranhão*, substituindo ao recém-falecido falecido

---

<sup>124</sup> Sua “missão cultural” acabou sendo designada para o Peru viveu de julho de 1976 até setembro do ano seguinte. Atuou no Centro de Estudos Brasileiros, onde ministrou aulas “voltadas para temas da vida brasileira. Falava-lhes de meu país, através de assuntos a meu critério, via de regra amenos e ilustrativos, que me ajudavam a curtir a saudade da pátria” (idem, p. 40).

Bandeira Tribuzi. Ainda na década de 1970 foi presidente da Fundação Cultural do Maranhão (espécie de Secretaria da Cultura do estado), além de dirigir o Conselho Estadual de Cultura (1979).

Nomeado em junho de 1980 para a subchefia da Casa Civil do então governador João Castelo. Assume também a função de editor-chefe do *Jornal de Hoje*, fundado pelo governador e no qual o agente mantém uma crônica diária.

Em 1981, último ano do mandato de Castelo, Bernardo Almeida é nomeado conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Maranhão<sup>125</sup>. Tratava-se de um posto vitalício, mas o agente alcançaria idade de aposentar-se no ano seguinte, assim o fazendo.

Foi ainda suplente do senador João Castelo (1983-1991), assessor especial (1987-1989) da prefeita de São Luís Gardênia Gonçalves, esposa de João Castelo, chefe da assessoria de comunicação social da Legião Brasileira de Assistência – LBA (1991-1992), e assessor especial do governador José de Ribamar Fiquene (1994).

Em termos de sua atuação nos *domínios* cultural (intelectual) e jornalístico, ele colaborava, desde 1992, no jornal *O Imparcial*, atuando como cronista e integrava desde 1993 o Conselho Editorial do SIOGE. Faleceu em agosto de 1996, após haver publicado a 3ª edição de *Éramos felizes...*

#### Quadro 17 – Perfil de Bernardo Almeida

Ano	Informação biográfica
1927	Nasce no dia 13 de junho, no município de São Bernardo/MA. Região do Baixo Parnaíba.
1938	Ingressa no Seminário Santo Antônio, de São Luís/MA
1940	Outubro – ingressa no Colégio dos Irmãos Maristas (São Luís/MA). Colega de Sarney
1944	Transferido para o Colégio dos Maristas, em Fortaleza/CE
1946	Conclui o secundário (“curso clássico”) no Liceu Maranhense, em São Luís. (Mais uma vez colega de turma de José Ribamar Araújo Costa)
1947-1950	Temporada boêmia no Rio de Janeiro, para onde foi para cursar faculdade... Rio de Janeiro e em Volta Redonda, trabalhou na Companhia Siderúrgica Nacional.
1951	Regressa a São Luís; participa da campanha política das Oposições Coligadas; Primeiro emprego público (IAPC); Locutor na Rádio Timbira (rádio oficial do governo do estado); Locutor e redator de jornais falados na Rádio Ribamar (Gerson Tavares);
	Colaborador do <i>Jornal do Povo</i> e no <i>Jornal Pequeno</i> .

<sup>125</sup> Este órgão foi criado durante o governo de João Castelo e passou a dividir com o já existente Tribunal de Contas do Estado a função de fiscalização das verbas públicas estaduais. Em 1992 ele foi extinto, voltando esta atribuição ao controle exclusivo do TCE (fonte: wikipédia, acesso em 03/06/2018).

1953	Apoia candidatura (oposicionista) de La Rocque (PSP) ao Senado. Leva sua filha recém-nascida para ser batizada em São Bernardo pelo seu amigo e candidato a senador. Que lhe conseguira emprego no IAPC, órgão que La Rocque dirigia (1951-1953) no MA. Por conta de que a oposição (PSP/PR) no estado havia apoiado Vargas, e recebera algumas agências/órgãos federais.
1954	Livro de estréia: <i>Luz! Mais Luz!</i> (ed.?) [poesia];
1955	Tipografia São José; Reedita o jornal <i>O Maranhão</i> ; Edita o livro de estréia de José Chagas; Um dos fundadores da Revista Legenda; Publica <i>A gênese do Azul</i> (São Luís: Tipografia São José) [poesia]; ilustrações de Antonio Almeida.
1956	Diretor administrativo e artístico da Rádio Difusora; Redator da “Crônica da Cidade” e do editorial “A Difusora Opina”
1958	Secretário do <i>Diário da Manhã</i> [jornal governista]
1960	Posse na cadeia nº 14 da AML. Discurso de recepção feito por José Sarney.
1961	Publica <i>Galeria</i> [crônicas]. Editora Revista Legenda.
1962	Eleito deputado estadual (PL, de Raul Pilla - RS). Compõe a base do governador Newton Bello.
1963	Trabalha desde a fundação na TV Difusora, da qual se torna sócio.
19??	Atuou n’ <i>O Imparcial</i> . Assinava crônica na seção “Ponto de prosa”. Década de 1980/90.
1965	Eleições governador: “Apesar da posição tática de BCA, os irmãos Bacelar afirmam que não podem deixar de votar no sr. Vitorino Freire”; Candidato, pelo “PDC-barganha” a vice-prefeito de São Luís na chapa de Ivaldo Perdigão (PSD);
1966	Um dos fundadores do MDB no Maranhão; Reeleito dep. estadual (MDB);
1968	Publica <i>A última promessa</i> [romance]. São Luís: SIOGE
1970	Reeleito dep. estadual (MDB). Um dos 4 do MDB, contra 17 da ARENA.
1973	Publica <i>O Bequimão</i> [romance]. Editora Artenova, de Brasília. [mesma que publica Sarney, 1983]
1974	Concorrendo 3ª reeleição à Assembleia Legislativa, fica na suplência (MDB).
1976	Adido cultural da Embaixada do Brasil no Peru; Professor no Centro de Estudos Brasileños, em Lima; [tem uma passagem sobre essa “nomeação”, durante a escolha de Castelo pro gov. do estado. Sarney diz algo como: “tenho algo pro nosso poeta. falei com o ministro fulano e ...”
1977	Setembro – convidado por Sarney para dirigir a Redação d’O Estado do Maranhão, após a morte de Tribuzi. Postalista do DCT [sic]
1978	2ª ed. <i>O Bequimão</i> (Sioge)
1979	Presidente da Fundação Cultural do Maranhão; Presidente do Conselho Estadual de Cultura;
1980	Junho – subchefe da Casa Civil do Governo do Maranhão (João Castelo [1978-1981])
1981	Nomeado, por João Castelo, Conselheiro do Tribunal de Contas.
1982	Março – aposenta-se no cargo de conselheiro TC. Assume tb o jornal de hoje
1983-1990	Suplente de Senador (João Castelo)
1987	Assessor especial da prefeita de São Luís Gardênia Ribeiro Gonçalves, esposa do ex-governador João Castelo. Redator, editorialista e cronista do <i>Jornal de Hoje</i> (propriedade de João Castelo).
1989	Publica <i>Éramos felizes e não sabíamos</i> [crônicas]. Editado pela Gráfica do Senado, Brasília.
1991	Chefe da Assessoria de Comunicação Social da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Governo Collor de Melo. Com muita chance de ter sido mediado por Castelo esse posto. Ou até mesmo Sarney, a quem o ligavam “velhas cordas dos Maristas e Liceu” (Sarney).
1992-1996	O imparcial

1993	Conselho Editorial do Sioge.
1994	Assessor especial do governador do Maranhão Ribamar Fiquene Colaborador d' <i>O Estado do Maranhão</i> .
1995- 1996	Colaborador d'O Imparcial. [crônicas].
1996	3ª ed. <i>Éramos felizes e não sabíamos</i> [crônicas]. São Luís: Revista Legenda Editora; Faleceu em 4 de agosto
1997	Sucedido por Edson Vidigal na AML.
2012	Medalha do IV Centenário de São Luís, concedida (em memória) pela Assembleia Legislativa do Maranhão.

## CAPÍTULO IV: ANÁLISE DOS ESCRITOS ANOS 1960

### 4.1 Neiva Moreira: os discursos de si e a fabricação do inimigo “vitorinista”

Em relação aos marcos cronológicos delimitados para esta segunda conjuntura (1962-1965), a análise empreendida neste capítulo foi expandida em alguns casos por dois motivos: 1º) a possibilidade de apreender a atuação de agentes em momentos históricos anteriores àqueles marcos, porém, cruciais para a compreensão das questões formuladas neste trabalho; 2º) o fato desses materiais encontrarem-se organizados sob a forma de livro ou brochura, facilitando a análise dos mesmos. Com, efeito, pareceu-nos uma oportunidade heurísticamente relevante para analisar, nesta conjuntura específica, as permanências e alterações do repertório de categorizações e etiquetas utilizados nas lutas de classificação e interpretação do fenômeno político no Maranhão. O que se mostrou particularmente importante para o caso do “ismo” mais recorrente nessa conjuntura, o “vitorinismo”. Com efeito, o estudo da sua gênese histórica deveria recuar ao final dos anos 1940 e início dos anos 1950. É justamente aqui que entraram em cena dois dos agentes cujos escritos são analisados neste capítulo: Neiva Moreira e José Chagas. Enquanto o papel do primeiro é desde logo conhecido e reconhecido tanto nos domínios políticos e jornalísticos, o segundo teve uma atuação nos bastidores, podemos dizer, já que sua produção jornalística (uma série de versos conhecidos como “Vitorinadas”), voltada para as lutas políticas faccionais, estava protegida pelo uso do pseudônimo de “poeta ‘Assombração’”. Enquanto as “Vitorinadas” foram publicadas no principal jornal do “oposicionismo” até então, *O Combate*, que existia desde a década de 1920, as produções escritas de Neiva Moreira foram veiculadas pelo *Jornal do Povo*, fundado em abril de 1950, no bojo da primeira mobilização da frente de oposição ao “vitorinismo” que foi denominada “Oposições Coligadas”.

As rupturas e alianças que se verificaram nos meses que antecederam a eleição de 1950 para o governo do estado, bem como os desdobramentos desta, configuraram um momento onde se plasmaram um novo conjunto de imagens e representações sociais sobre o fenômeno político maranhense, inclusive com a emergência de etiquetas em “ismo”, como é o caso do “vitorinismo”.

Outro aspecto importante diz respeito à relação entre esses agentes posicionados simultaneamente nos *domínios* políticos, intelectuais e jornalísticos com o que eles denominam como “povo”. Na verdade, a questão poderia ser melhor formulada em

termos dos usos dessa categoria por parte daqueles agentes multiposicionados, aqui apreendidos enquanto intérpretes do fenômeno político no Maranhão. Trata-se de uma categoria em disputa, principalmente em relação à condição de porta-voz, a qual tende a funcionar como um trunfo nas lutas faccionais travadas entre os agentes.

Começamos pelo próprio título do jornal fundado por Neiva Moreira e o senador José Neiva, e que contou com o apoio financeiro de Ademar de Barros, governador de São Paulo (1947-1951): *Jornal do Povo*. Vejamos algumas passagens do artigo que Neiva Moreira publicou na edição nº 01 deste matutino, em 29 de abril de 1950, em que apresentava os objetivos políticos daquele órgão de imprensa.

### Pontos de um programa

Neiva MOREIRA

Este matutino pretende desenvolver um programa basicamente **dedicado ao serviço do povo maranhense**. No campo político, lutaremos pelo aperfeiçoamento dos nossos costumes, **combateremos** todos os **vícios** que ainda se enquistam em nossa organização partidária, **para que se amplie a participação de todas as camadas sociais** na vida pública [...].

Temos, assim, um campo vasto, ao pretender lutar contra o pauperismo, as desigualdades sociais, a ausência em grandes núcleos das vantagens do progresso e da segurança contra a fome e o desemprego.

[...]

Vamos combater os desmandos do governo, lutar contra os seus conhecidos processos políticos e administrativos, pugnar por uma reforma no âmbito das soluções estaduais. [...]

**JORNAL DO POVO** será um porta-voz de todas as reivindicações justas das populações municipais e para isso abre suas colunas à colaboração de quantos, nas nossas cidades e zonas rurais, tenham uma sugestão a dar, uma reclamação a fazer, um projeto a apresentar.

[...] **contamos com o povo, a quem entregamos o futuro do nosso jornal.**

(JORNAL DO POVO, 29/04/1950, pp. 1 e 6. Grifos nossos)

Percebe-se o quanto era relevante para a empreitada de que tomava parte o agente aproximar-se e identificar-se com o “Povo”, postulando mesmo a condição de porta-voz de “todas as suas reivindicações justas”. Além deste aspecto, deve-se notar que o embate político é concebido em termos binários, ou seja, existem duas posições: de um lado o governo (ou a situação), e, contrário a ele, o agrupamento político ora formado: “Vamos combater os desmandos do governo, lutar contra os seus conhecidos processos políticos e administrativos”. O emprego da expressão “vitorinismo” para se referir à *facção* política que estava no governo do estado aparece logo que se aproxima o pleito eleitoral de 1950, no qual seria escolhido o novo governador do estado.

Após uma série de realinhamentos característicos do jogo *faccional* alguns agentes romperam com a *facção* “vitorinista” e passaram a compor com a “oposição”.

Diversas siglas (PSD, UDN, PR, PSP, PTB, PL) se reuniram numa frente que foi denominada de “Oposições Coligadas”. O candidato “oposicionista” era Saturnino Bello, então vice-governador do estado, rompido com Vitorino Freire por conta da sua não indicação ao cargo de governador. A sigla do PSD, frequentemente associada ao “vitorinismo”, estava desde 1947 sob o comando de Clodomir Cardoso e Genésio Rego, quando romperam (também em razão de disputas pelo nome a ser indicado ao cargo de governador) a aliança estabelecida em 1945 com Vitorino Freire. Na conjuntura eleitoral de 1950 a *facção* “vitorinista” estava reunida na sigla do PST (Partido Social Trabalhista). O poder político do senador Vitorino, entretanto, baseava-se fundamentalmente em *relações diádicas verticais* (LANDÉ, 1977) mantidas com lideranças nacionais do PSD (Partido Social Democrático), entre elas o então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra. Nas eleições de 1950 Vitorino lançou-se candidato a Vice-Presidente da República pela legenda do PST. No início de julho daquele ano, data do artigo de Neiva Moreira, abaixo transcrito, a *facção* “situacionista” ainda não havia anunciado oficialmente o nome do seu candidato a governador, daí o articulista enfatizar o suposto “drama” ou “dilema” do “vitorinismo” para aquela eleição.

#### LIQUIDAÇÃO EM RITMO DE “SWING”

Neiva MOREIRA

O vitorinismo está se liquidando numa orgia de artifícios que até parecem barragens de pólvora [...] para tentar encobrir o desastre.

No cenário federal, essa história de vice-presidência é, na verdade, uma pilhéria. [...] Mas, Vitorino se convence disso e ninguém o afasta da obsessão. O essencial é manter a turma em suspense, para não dar tempo a pensar. O inimigo de Vitorino é o raciocínio e [...] sabe que um barulho destes pode evitar as vacilantes tentativas de um raciocínio esclarecedor.

Enfim, temos Vitorino com o seu troféu. De candidato a Presidente, [...] de manipulador de candidaturas e comandante dos acontecimentos, rebaixado a uma indicação pilhérica e inexpressiva. Quem indicou? O PST? Mas quem deu ao PST tais credenciais? Se ao menos existisse, esse partido poderia fazê-lo. Mas o PST não existe. [...]

O senador pernambucano acredita poder, com o ribombo de sua oratória e o tronoar dos telegramas, abafar as vozes de protesto, os gritos de insubmissão, as atitudes de rebeldia que estão fazendo estourar [...] o aglomerado a que ele sonhou erigir em árbitro da situação [...].

O drama, no entanto, é bem mais profundo e sério. O Vitorino está num dilema: ou escolhe um candidato de responsabilidade, que possa concorrer em condições mais favoráveis com Saturnino Bello sem que possa exercer sobre ele a influência que desfruta hoje em Palácio, ou, então, recrutar uma edição 1950 do coronel Archer, e, então, sair para as urnas já inicialmente derrotado.

[...]

O vitorinismo está vivendo os seus dias trágicos. No campo federal, apega-se às manobras contra a elegibilidade de Getúlio, embora seja um tema já sem atualidade. Atrela-se a Cristiano Machado, mas, de início atrai para si



a antipatia e a oposição do PSD, pela tentativa de impor uma candidatura espúria como a sua. No quadro estadual, vê desagregar-se uma situação, sem que tenha força e habilidade para conter a maré vazante.

[...] as glórias desse êxito cabem aos maranhenses. [...] Sua derrota ele a teve quando o povo do Maranhão se levantou, numa grande cruzada política, para dizer não ao mais odioso dos sistemas que estranhas imposições nos forçaram a aceitar.

(JORNAL DO POVO, 02/07/1950 apud BUZAR, 1997, pp. 25-26)

Primeiramente devemos chamar atenção para a presença da categoria nativa “vitorinismo”, expressão forjada, portanto, no seio do jogo *faccional* pelos chamados “oposicionistas” que lhe atribuíam um sentido pejorativo. Estas duas categorias (“vitorinismo” X “oposicionismo”) passaram a ser acionadas “como critérios para o estabelecimento de clivagens, mediante as quais as lutas faccionais que atravessam o espaço de luta política no plano estadual definem-se e redefinem-se” (GRILL, 2012, p. 194). Deve-se enfatizar que o sentido da etiquetagem política “vitorinismo” é construído e afirmado pelos discursos emitidos pela *facção* “oposicionista”, na qual ocupava papel de primeiro plano o agente Neiva Moreira. Jornalista nacionalmente conhecido devido sua atuação nos principais órgãos da imprensa escrita do país, e que pertenciam ao grupo de comunicação *Diários Associados*, comandado por Assis Chateaubriand. Como vimos anteriormente (III capítulo desta tese, p. 168) o agente, ao retornar ao Maranhão, em meados de 1949, a princípio com objetivo de fazer reportagens acerca do cenário político local, terminou por se engajar nos embates faccionais e aderiu a uma dissidência da *facção* “vitorinista” comandada pelo senador José Neiva, com o qual tinha vínculos de parentesco. Ingressou, então, no PSP (Partido Social Progressista) e passou a dirigir o órgão de imprensa dessa legenda no estado, o *Jornal do Povo*. Na eleição de 1950 foi eleito deputado estadual, inaugurando sua carreira política. Portanto, quando escreveu estes artigos aqui citados ele estava em plena campanha eleitoral, defendendo a sua candidatura à Assembleia Estadual e também a chapa “oposicionista” que concorria ao Palácio dos Leões: Saturnino Belo (PSD) e Antenor Abreu (UDN).

#### NOSSAS METRALHADORAS “THOMPSON”

Neiva MOREIRA

As denúncias de que “o senador José Neiva está armando o agreste” têm aparecido com grande frequência nas páginas do jornal governista, para culminar numa história fantasiosa de que o governador Adhemar de Barros nos fornecera vinte metralhadoras “Thompson”, já chegadas a Pastos Bons.

Há poucos dias, era o mesmo jornal que informava estarem as oficinas de “O Combate” cheias de capangas e que estes seriam de recente importação da Zona Neiva. [...]

Não precisamos, nem no popular vespertino republicano e nem no “Jornal do Povo”, de cangaceiros armados para a **noossa defesa**. Esta nós

**entregamos ao povo** e nenhum sistema de tranquilidade pessoal e coletiva pode ser maior, quando estamos, como nossos jornais, **amparados num indefectível apoio de uma cidade inteira** e de detrás dela da maioria esmagadora de um Estado. [...]

[...] Para que metralhadoras “Thompson”? Não há cangaço, polícia volante, oficiais guerreiros, demonstrações de força que modifiquem o apoio que a Oposição está encontrando no agreste, umas das mais poderosas e invioláveis bases de vitória da chapa Satu Belo-Antenor Abreu. Também votaremos na Zona, mesmo **contra todas as ameaças e todos os atos de violência do governo**. Para isso, no entanto, não há necessidade de metralhadoras. Recorre-se à violência quando se está, como o atual governo, na indignância do apoio popular, nunca numa **situação de inteira identidade com o povo**.

[...]  
(JORNAL DO POVO, 05/07/1950 apud BUZAR, 1997, pp. 27-28 pp. 31-32. Grifos nossos)

Os fragmentos transcritos acima expressam mais uma vez o quanto era recorrente a afirmação de uma identificação entre o “Povo” e a *facção* de “Oposição” ao “vitorinismo”. Este último é desde então caracterizado como “violento”, pelo uso que faria da “polícia” e até mesmo de “cangaceiros” para tentar modificar o “apoio popular” que a “Oposição” desfrutava no estado, destacando-se o “agreste” maranhense. “Mesmo contra todas as ameaças e todos os atos de violência do governo”, Neiva ratificava sua decisão de ir votar na região onde nascera, identificada como “Zona Neiva”, referência ao predomínio político da família Neiva, onde residiam e atuavam politicamente alguns familiares seus, a exemplo do senador José Neiva e de Euclides Neiva, seu tio.

Em texto intitulado “Republicanos e Progressistas” (JORNAL DO POVO, 06/05/1950, p.3), Neiva busca defender as “Oposições” que, segundo ele, estariam sendo alvo de “baixas manobras” por parte de jornais dos *Diários Associados*<sup>126</sup>, os quais tentavam “envolver em intrigas pueris, dois dos mais fortes partidos da Coligação, o Republicano e o Social Progressista”. Em resposta à afirmação, por parte daqueles jornais “situacionistas”, de que “o avanço do populismo maranhense” estaria “sendo feito às custas do Partido Republicano”, Neiva rebate dizendo que “qualquer pessoa que conheça apenas superficialmente a tessitura de nossa política municipal” saberia que os “núcleos tradicionalmente marcelinistas se mantiveram fiéis aos princípios” da “valorosa agremiação de Lino Machado”. Revelando aspectos característicos da

---

<sup>126</sup> Os jornais do grupo *Diários Associados* que circulavam em São Luís naquele momento eram: *O Imparcial* e *Pacotilha-O Globo*. Mesmo após seu engajamento político-partidário (PSP) e jornalístico (*Jornal do Povo*) no Maranhão, Neiva manteve seu vínculo empregatício com os veículos de imprensa da capital do país, ou seja, ainda era funcionário dos *Diários Associados*. Entretanto, ele não atuava nos órgãos desse grupo em circulação na cidade de São Luís. Seu desligamento da empresa de Chateaubriand somente ocorrerá em 1955, como represália à sua participação na campanha que denunciava as manobras do PSD para garantir uma cadeira no senado a Chateaubriand pelo Maranhão, após sua tentativa malograda de reeleição na Paraíba, seu estado natal.

dinâmica faccional, como rompimentos e adesões frequentes, ele complementava: “Não sei se os confrades sabem que o senador Neiva não pertencia ao PR e muito menos os deputados, prefeitos e chefes políticos da capital e do interior que aceitaram o desafio ao vitorinismo e abriram, dentro do PST, uma poderosa dissidência”.

Percebe-se outro conjunto de referências empregadas na elaboração de imagens e representações sobre o “vitorinismo” por parte do agente em questão, mas que não se pode atribuir-lhe a condição de formulador original, posto que, além do seu *Jornal do Povo*, estava presente também nos outros diários “oposicionistas” (*O Combate e Jornal Pequeno*). Trata-se de uma suposta “incompatibilidade” entre Vitorino Freire e o “Maranhão” (ou as “nossas tradições”). Nas palavras de Neiva Moreira: “Ele [Vitorino] não perde oportunidade para rebaixar o nosso passado, desacreditar o acervo de trabalho dos nossos homens públicos, reduzir de importância as conquistas das figuras que têm liderado nossa terra”. Essa necessidade de apagar o “nosso passado”, de reduzir a importância dos “nossos homens públicos” seria, segundo leitura produzida pelos escritos do agente considerado, a única forma que Vitorino encontrara para legitimar-se politicamente no estado, onde fazia “reiteradas e enfáticas declarações” de que “nunca o Maranhão foi tão falado, teve tanto prestígio”. Mas “na verdade”, ainda nas palavras de Neiva:

[...] nunca fomos tão detratados como agora. O sr. José Américo de Almeida descreve um panorama entristecedor do governo Dutra, seus erros, suas falhas, **deficiências**, as **negociatas**, **abusos** e **violências** e chama a isso a **“era de Vitorino”**. Como Vitorino é senador pelo Maranhão, é natural que nos caiba a glória de ser ele o patrono dessa era. Os líderes políticos, a imprensa, o rádio, o teatro, a rua Carioca popularizam a “copa e cozinha” e o grupo de “domésticos” que gravita em torno de Dutra. O nome do senador Vitorino vem sempre ao lado e ele mesmo proclama que “não sairemos da copa”. Ora, Vitorino é senador pelo Maranhão. Logo as honras dessa campanha de ridículo, descrédito e desprestígio que envolve a copa e os “domésticos” é, necessariamente, repartida com o nosso Estado. Mas há mais. **É comum aparecer na imprensa do Rio notícia como esta: “O funcionário A está fazendo tais ou quais negociatas na autarquia X, na repartição Y ou no banco Z. O autor é pupilo do senador pelo Maranhão Vitorino Freire”. E lá se vai o nome do Maranhão crescendo no prestígio da opinião pública nacional.**[...]

A relação é grande, mas vamos ficar por aqui. No quadro da sucessão [presidencial], estaríamos perdidos se não fossem as forças políticas que, no nosso Estado, apóiam os três candidatos e também pela circunstância de conhecerem eles, suficientemente, o senador Vitorino e as condições nacionais que lhe permitiram falar, hoje, em nome de um Estado que, de outro modo, não o elegeira nem vereador da nossa menor cidade.

**Vitorino sabe, contudo, que deve liquidar nossas tradições para poder impor a sua vontade. [...] Daí a fúria com que se lança contra o nosso passado.** Não importa que Urbano Santos tenha sido, com os aplausos da nação, vice-presidente da República. [...] De nada significa a posição que

Benedito Leite ocupou no cenário nacional, seu prestígio na República, o respeito que desfrutava [...]. **foi preciso vir um filho iluminado do Moxotó** para ensinar a essa gente o que é ter cartaz neste país. E Tasso Fragoso? Membro da Junta Governativa, líder militar, grande personalidade nos conselhos da República. A isso Vitorino responde com a sua classe. Tasso mandou no salão de despachos, mas nunca foi à cozinha. Qual o maranhense que teve a honra de despachar na copa do Palácio do Catete? O senador tem razão. Não conhecemos nenhum e isso é um rebaixamento para a nossa terra, redimida, agora, pelo prestígio a que **o pernambucano ilustre** a elevou. [...] (JORNAL DO POVO, 11/07/1950, p. 1: : “Nós preferimos a obscuridade” apud BUZAR, 1997, pp. 31-32. Grifos nossos.)

Essa tensão entre um “Maranhão” de “grandes homens” públicos, respeitados e prestigiados no cenário nacional, e um forasteiro destituído dos valores considerados legítimos para representar o Maranhão vai sendo atualizada ao longo dos anos, incorporando novos elementos. Como exemplo temos a ideia de “ocupação” e o seu par correlato a “libertação”. No fragmento acima o agente afirma que não foi o “povo” do Maranhão quem escolheu livremente Vitorino Freire para representá-lo no Senado da República, tendo ele alcançado esta posição por conta de “condições nacionais que lhe permitiram falar em nome de um Estado que, de outro modo, não o elegeria nem vereador da nossa menor cidade”. A “era de Vitorino” teria como características a violência, a corrupção, as negociatas, a fraude, etc. e como o personagem-símbolo dessa “era” representava o Maranhão, advinha daí o “prestígio” do estado junto à “opinião pública nacional”. A esse tipo de “prestígio” o agente defende que os maranhenses preferem a “obscuridade” com aqueles homens públicos que no passado representaram o estado.

O texto faz referência, ainda, aos três principais candidatos da disputa presidencial de 1950, com os quais Vitorino acabara criando algum tipo de contrversia ou divergência, o que poderia significar, segundo o ponto de vista defendido pelo agente no seu texto, sérias dificuldades para o Maranhão não fosse pelo fato de que aqueles presidenciáveis (Getúlio Vargas, do PTB; Eduardo Gomes, da UDN e Cristiano Machado, do PSD) contavam com o apoio dos diretórios estaduais desses partidos no Maranhão, os quais formavam, no Maranhão, a aliança denominada “Oposições Coligadas”, que combatia justamente o senador “pernambucano” Vitorino Freire.

Com o objetivo de construir uma visão panorâmica selecionamos materiais pontuais, em anos eleitorais, com o intuito de apreender os elementos simbólicos (ou matriz interpretativa) mobilizados pelo agente em seus escritos.

Ainda referente ao pleito de outubro de 1950, destacamos o artigo “Caçando vitorinistas como japoneses na Malásia”, publicado no *Jornal do Povo* de 22 de

setembro daquele ano (BUZAR, 1997, p. 43-44). Procurando demonstrar otimismo, o artigo de Neiva Moreira afirmava que, diferente do que havia prometido, o senador Vitorino abandonara o comando da “Batalha de São Luís”, deixando as “hostes do vitorinismo” “acéfalas” e reduzidas a alguns “bolsões”, “varridos impiedosamente por uma tremenda concentração de artilharia pesada”. A situação dos “vitorinistas” na Ilha de São Luís faria lembrar a dos japoneses durante a Segunda Guerra quando, já acudados pelos exércitos dos Aliados, teriam procurado se infiltrar nas florestas da Malásia: “aqui e ali, estamos encontrando um ‘nipônico’ daqueles nossos amigos, de bombachas, chimarrão e vastos chapéus de abas, fingindo de Getúlio ou, então, sacando fora a gravata e bancando o popular, para parecer o nosso amigo Satu” (BUZAR, 1997, p. 43). Nessas condições de luta, “quando o adversário quase sumiu”, seria preciso utilizar métodos adequados, já que não se poderia fazer uso nem da “artilharia”, nem dos “tanques”, “nem mesmo das unidades mais densas que o Clodomir Millet e o Lino Machado comandam. Tem que ser mesmo, quase à unha, como na Malásia, penetrando na mata, indo pelo rastro”, “até que consigamos por na rede um vitorinista, para lhe mostrar o suicídio da luta ou, então, isolá-lo em definitivo” (idem, p. 44). Este otimismo parecia se confirmar quando se iniciaram as apurações.

A abertura das urnas evidenciou de imediato um fato incontestável em São Luís: os candidatos oposicionistas esmagavam os vitorinistas, mas no interior, os governistas, malgrado a dissidência aberta no PST, levavam tímida vantagem sobre as Oposições Coligadas. Enquanto os vitorinistas, através de recursos no Tribunal Regional Eleitoral, procuravam anular os votos da Capital, os oposicionistas, utilizando as mesmas armas, se entrincheiravam para impugnar as urnas do interior [...]. Tanto oposicionistas quanto vitorinistas baseavam-se [...] em um mesmo pretexto: a escandalosa fraude eleitoral deflagrada em todo o Estado.

(BUZAR, 2014, p. 77-78)

Contudo, a vitória “oposicionista” não se configurou porque 16 mil votos foram anulados só na capital do estado, o que fez com que o candidato “vitorinista” ultrapassasse em 6 mil sufrágios o candidato das “Oposições Coligadas”. Como último recurso estas últimas requereram, junto ao TRE, a realização de eleições suplementares. Enquanto os “oposicionistas” aguardavam o julgamento desse recurso, aconteceu a “fatalidade”: no dia 16 de janeiro, Satu Bello “é vitimado por um enfarte cardíaco fulminante, deixando as Oposições na orfandade e o eleitorado da Capital revoltado, a ponto de creditar a morte do candidato aos juizes do T.R.E.” (BUZAR, 2014, p. 79).

É nesse contexto que Neiva Moreira, o experimentado jornalista e principal articulista do *Jornal do Povo*, e que acabara de ser eleito deputado estadual em sua primeira disputa eleitoral, escreve o seguinte artigo, dirigindo-se àquele que até então era a grande liderança política no estado, o senador Vitorino Freire.

#### O suave epitáfio senatorial

Neiva MOREIRA

Qualquer julgamento da atual situação maranhense, conseqüente ao desaparecimento de Satu Bello, terá que partir de um princípio: **o povo maranhense destroçou a bastilha vitorinista**. A vitória de Getúlio consagrou essa derrota, mas foi **nosso povo** que **a derrotou na mais memorável das nossas lutas cívicas**.

[...] Dentro de alguns dias Vitorino não nomeará um contínuo, não achará um jornal para lhe publicar uma declaração, não merecerá a atenção de ninguém. [...] **No próximo governo, Vitorino será um proscrito e isso é o epitáfio mais suave que se poderá inscrever na sua sepultura política**. [...] A própria estrutura partidária que tentou conseguir à base de empregos, sinecuras e facilidades administrativas, ruuiu.[...]

É natural que essa orfandade política se reflita no domínio que Vitorino exerceu sobre a nossa terra. **A morte de Satu parecia ter-lhe dado a oportunidade de sorte, mas foi um equívoco. Em primeiro lugar, acirrou os ânimos do nosso povo, que elevou muito a cota de incompatibilidade e repulsa ao senador de Pernambuco e sua grei**. [...]

O problema jurídico que se criou com o desaparecimento de Satu está sendo cuidadosamente estudado. [...] Mas, a maioria dos juristas e políticos opina abertamente pela nova eleição [...].

[...] quando for o tempo a Coligação não terá problema de candidatos. **Das nossas fileiras sairá um nome capaz, altamente imbuído do espírito da nossa luta e dos nobres e generosos ideais da campanha que Satu liderou** e que tenha completo e total apoio não só do eleitorado quanto dos dirigentes da Frente Populista. **Esse nome será capaz de somar tudo, de reduzir ou eliminar as fronteiras das incompreensões, de pacificar o Estado, tendo como ponto de partida a eliminação de qualquer influência vitorinista, pernicioso à nossa terra e abominada pela virtual totalidade dos maranhenses**. [...].

(JORNAL DO POVO, 24/01/1951 apud BUZAR, 1997, p.52-53. Grifos nossos).

Mais uma vez a questão se coloca em termo do “Nós” *versus* “Eles”. O “nós” é a “Oposição” ou “Frente Popular” que está, portanto, do lado do “povo”, e mais do que isso, lhe representa, sendo capaz de expressar seus sentimentos: a morte de Satu “acirrou os ânimos do nosso povo”, aumentou a “incompatibilidade e repulsa ao senador de Pernambuco e sua grei”, ou seja, em relação a “eles”, aos “vitorinistas”, cujo poder estaria fundado numa “estrutura partidária” erguida “à base de empregos” e “sinecuras”. Este poder, “incompatível” e “pernicioso” à “nossa terra”, é simbolizado pela “bastilha vitorinista”, a qual, segundo a narrativa de Neiva Moreira, havia sido “destroçada” pelo “povo maranhense” na “mais memorável das nossas lutas cívicas”. Essa interpretação da história política, que é também uma escrita da história do

Maranhão no sentido lato, passa ainda pela construção da memória relativa aos eventos que teriam marcado aquelas “lutas cívicas”, não podendo faltar o seu “herói”, aquele que, segundo o intérprete da história, foi capaz de personificar “os nobres e generosos ideais” da “nossa luta” sendo, portanto, o seu líder: Satú Belo. Sua morte, entretanto, impõe que se encontre “um nome capaz”, um herdeiro “altamente imbuído do espírito da nossa luta”: “Esse nome será capaz de somar tudo, de reduzir ou eliminar as fronteiras das incompreensões, de pacificar o Estado, tendo como ponto de partida a eliminação de qualquer influência vitorinista”.

Passados dois anos desses eventos de 1951, ocorre o falecimento do senador Clodomir Cardoso, em julho de 1953. Considerando-se que o seu suplente havia renunciado anteriormente, o TSE decidiu pela realização de uma nova eleição para aquela vaga no Senado Federal. O pleito foi marcado para 29 de novembro daquele ano e teve como candidatos Antônio Carvalho Guimarães (PL), apoiado pelos “vitorinistas”, e Henrique de La Rocque Almeida (PSP), candidato dos “oposicionistas”. O T.R.E apontou como vitorioso Carvalho Guimarães e a “Oposição”, alegando fraude eleitoral, contestou o resultado através de recursos dirigidos ao TRE e, depois, ao TSE. A divulgação da derrota de La Rocque, “nome respeitado e prestigiado nos meios políticos e jurídicos”, ex-presidente do IAPC e “muito ligado ligado ao Chefe da Nação” (BUZAR, 2014, pp. 147-148), causou reação por parte de partidos políticos de São Paulo e do Rio do Janeiro, que o teriam convidado para se candidatar à Câmara Federal, representando aqueles estados. É nesse contexto que Neiva publica o seguinte artigo:

#### **Diretiva para a hora atual**

Neiva MOREIRA

Emissoras bandeirantes reagiram de maneira veemente com o que acaba de ocorrer no Maranhão e preconizam o imediato lançamento da candidatura La Rocque à Câmara, por São Paulo, igual movimento se processa no Rio, onde La Rocque vai à frente num inquérito de opinião pública que pesquisa as preferências do eleitorado carioca. Em um caso e outro, os maranhenses são tratados com injustiça por se lhes atribuir indiferença pela presença de conterrâneo que é, hoje, das mais destacadas e prestigiosas figuras da nova geração de políticos e administradores. A injustiça é não se ater ao que ocorreu no Maranhão, onde mais de 20 mil votos foram fraudados, manipulados e corrompidos [...]. As provas da fraude a Nação tomará conhecimento [...] para que faça um juízo menos rigoroso e injusto dos sentimentos dos maranhenses.

Todos nós sabemos o que vale La Rocque e o que podia e pode fazer pela nossa abandonada terra. Os comícios realizados no Estado inteiro revelaram a presença, na campanha, de uma opinião pública inteiramente atenta àquele fato e decidida a sufragá-lo. [...] Fez-se muito para dar a liberdade do voto a populações inteiras dominadas pelo caciquismo feudal. [...] Examinada numa perspectiva mais ampla, a campanha marcou um êxito e se prova maior precisássemos do cerco que se aperta em torno do

oficialismo, bastaria a de ter desistido de lutar pelos processos democráticos normais para recorrer à fraude [...].

A luta precisa continuar até que o povo possa vencer. Há de chegar o dia em que a traição, a mentira, o suborno, a fraude, a corrupção, o engôdo, o abastardamento moral serão aniquilados em nossa terra. [...]

O país precisa ficar sabendo que o nosso povo fez esforços decididos e entusiastas para se libertar e incorporar à sua direção o grande e ilustre conterrâneo. Não teve forças para vencer os fatores da imoralidade e da corrupção. A história registra, no entanto, que foram necessárias muitas tentativas para chegar ao 14 de julho e o 3 de outubro brotou sobre caminhos pontilhados de sepulturas e de sofrimentos. O nosso 3 de outubro também chegará. [...] Quando paulistas e cariocas reivindicam a honra de dar a La Rocque o mandato que os maranhenses, impedidos pela fraude, ainda não o puderam conferir, estão, não nos humilhando, mas oferecendo ao país um depoimento que não é o do nosso despreço pelas qualidades morais, políticas e de inteligência do nosso candidato. Eles sabem que, no Maranhão, a inteligência, a moral e a sã política atravessam um hiato e há necessidade de uma conjugação nacional de esforços para libertação da nossa terra. [...] (JORNAL DO POVO, 06/12/1953, p.1 apud BUZAR, 1997, pp. 139-141).

A eleição intempestiva para uma cadeira no Senado e o fato do candidato “oposicionista” dispor de reconhecimento na esfera federal possibilitaram recolocar a questão da “libertação” do Maranhão em termos nacionais, e, ao mesmo tempo, reafirmar tanto a posição do PSP, enquanto principal agremiação política no combate ao “oficialismo”, quanto a do próprio Neiva Moreira como uma das mais destacadas lideranças da luta do “povo maranhense” contra “os fatores da imoralidade e da corrupção”. A preocupação do articulista é demonstrar qual o verdadeiro “sentimento” dos “maranhenses” em relação à candidatura de La Rocque. Nesse sentido, Neiva defende que a observação de como teria se dado a “campanha”, os “comícios”, e o comportamento da “opinião pública” revelaria o quanto a população estava “decidida a sufragá-lo”. “O país precisa ficar sabendo que o nosso povo fez esforços decididos e entusiastas para se libertar e incorporar à sua direção o grande e ilustre conterrâneo”. Não se tratou, portanto, de indiferença, mas pura e simplesmente do predomínio dos velhos métodos do “caciquismo feudal”, quais sejam: “a traição, a mentira, o suborno, a fraude, a corrupção, o engôdo, o abastardamento moral”. Aquela derrota não deveria abatê-los: “A luta precisa continuar até que o povo possa vencer”. Situando em termos históricos o que representava a luta empreendida pela “libertação da nossa terra”, o agente afirma que “foram necessárias muitas tentativas para chegar ao 14 de julho e o 3 de outubro brotou sobre caminhos pontilhados de sepulturas e de sofrimentos”. A comparação com a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução de 1930 no Brasil davam uma dimensão dos termos em que se pretendia situar aquela luta de libertação política em terras maranhenses.



Para Neiva Moreira a reivindicação dos paulistas e cariocas pela “honra” de dar um mandato a La Rocque na Câmara Federal deveria ser interpretada como um testemunho de que reconheciam, por um lado, que o Maranhão era sinônimo de “inteligência”, “moralidade” e “sã política” mas que, por outro, “atravessava um hiato” em relação àquela tradição, demandando por conta disso uma “conjugação nacional de esforços para libertação da nossa terra”.

Abaixo selecionamos trechos de um artigo que Neiva Moreira publicou em janeiro de 1954 no *Jornal do Povo*, e no qual apresentava e justificava sua candidatura à Câmara Federal. A ênfase no embate direto com Vitorino reforça a importância deste último como principal adversário mas também demonstra o quanto isso era uma forma de elevar a si próprio diante daquele poderoso adversário, e por isso, segundo seu ponto de vista, um mandato federal o colocaria em melhores condições para o embate contra Vitorino.

#### **Porque Vitorino não nos quer na Câmara**

Neiva MOREIRA

O sr. Vitorino Freire anunciou aos jornalistas o seu plano de trabalho para 1954, que tem como objetivo confessado impedir que venha eu a me eleger para a Câmara dos Deputados. [...] O esquema de luta do vitorinismo está, assim, em execução, com sempre, desatento a [...] abjeção desencadeada.

Venha eu para a Câmara e, nisso, lhe dou razão. Devo ser incômodo e aborrecido para os seus planos. Sem exagero do que realizamos e do que podemos realizar, é fato notório que a Oposição, no nosso Estado, tomou rumos diferentes, desde que um grupo ao qual me filio assumiu as responsabilidades de lutar para que o Estado não se abastardasse totalmente nas suas mãos. [...]

Não nos vangloriamos dos resultados alcançados porque os reputamos mínimos e insignificantes em face das largas ambições que, nesse campo, alimentamos. Se, hoje, o governo já sabe que existe o Caratatiua e o Cavaco, o Lira e a Madre de Deus, o Alto da Vitória e Monte Castelo, é um resultado que não é possível deixar de creditar a esse novo tipo de política que vem norteando a Oposição, em nosso Estado. [...] na passada administração, quando começamos, o governo não ia aos bairros, mandava a polícia e o fisco. Hoje, não vai também, mas já manda demagogos e agentes pagos para prometer cooperativas, escolas, água e luz, embora nada realize [...].

No campo federal, Vitorino ainda luta montado em postos de combate mais potentes e eficazes do que o nosso. Mesmo assim, como simples jornalista que somos e as relações políticas que resultaram da profissão, nos tem sido possível cooperar com conterrâneos nossos que vêm sustentando, com exemplar bravura, a luta contra o aventureirismo que avassala nosso Estado. [...].

No dia em que tivermos uma tribuna federal de onde lutar e puder colocar à disposição da nossa luta as prerrogativas de um mandato, com repercussão nos comandos da política e da administração federais, então, Vitorino sabe que deve fazer mais força para poder manter a sua tirania e evitar que o povo se liberte do seu domínio. [...] O êxito profissional que, mercê de Deus, alcançamos nos possibilita vida tranquila e independente,

sem ter de pensar numa cadeira de deputado como meio de subsistência e remuneração. [...]

[...] Se ele [Vitorino] não deseja que sejamos vereador, deputado estadual, deputado federal, o que seja, é motivo para preservarmos-nos, porque isso significa que representamos qualquer coisa contra os seus planos.

[...] O objetivo essencial da nossa luta é continuar a mobilização do povo, a sua integração na vida política, a libertação do medo, da escravidão econômica [...] e do enclausuramento psicológico. [...] Se continuarmos recebendo o apoio popular que nos cerca e a compreensão que nos estimula, venceremos, porque não pode ser indefinida a resistência aos bons propósitos e nem a permanência dos fatores negativos contra os altos objetivos dessa batalha.

(JORNAL DO POVO, 22/01/1954 apud BUZAR, 1997, p. 144)

Interessante perceber como é fundamental a existência de um adversário situado num pólo antagônico, e que simboliza um conjunto de práticas e valores contra os quais se deveria lutar porque seriam a antítese do que o “Maranhão” representaria: “a inteligência, a moral e a sã política”, etc. O predomínio do “esquema vitorinista” significaria um “cativeiro” para o “povo” do Maranhão, um “abastardamento” das “nossas tradições”, tanto culturais quanto políticas. Contra esse “esquema vitorinista” se opunha um “novo tipo de política que vem norteando a Oposição” desde que à ela se juntou “um grupo”, ao qual reivindica filiação o autor do escrito analisado. Por conta de sua atuação, tanto do grupo quanto do agente (cuja indistinção é acentuada pelo emprego do pronome “nós”), já seria possível perceber os “resultados alcançados”, entretanto, deles “não nos vangloriamos”, antes “os reputamos mínimos e insignificantes em face das largas ambições que, nesse campo alimentamos”.

Outro aspecto que chama a atenção é o esforço do agente em demonstrar que seu interesse em ocupar um mandato parlamentar no âmbito federal não está ligado a um desejo pessoal, muito menos objetivos materiais ou financeiros. Acerca disto refere-se à sua condição de “vida tranquila e independente”, alcançada mediante “êxito profissional” enquanto “simples jornalista”. O que motivava seu engajamento na luta política, ou, em suas palavras, seu “objetivo essencial”, seria “continuar a mobilização do povo”, “sem ter de pensar numa cadeira de deputado como meio de subsistência e remuneração”. Viver para a política e não da política. Caracteriza, então, sua atuação política em termos de ideais e valores positivos (“bons propósitos”), altruístas e devotados ao “povo”. Compondo um cenário bélico, uma “batalha” do bem contra o mal, de um lado os “fatores negativos”, de outro os “bons propósitos”, os “altos objetivos” da “nossa luta”, que é a “luta do povo” por sua “libertação”. Desta “batalha” haveriam de sair vitoriosos (“Se continuarmos recebendo o apoio popular [...]

venceremos”), pois não poderia “ser indefinida a resistência aos bons propósitos e nem a permanência dos fatores negativos contra os altos objetivos” em prol da “libertação do povo”.

O agente busca se valorizar ao dizer que o oponente o valoriza. Mas ele também está valorizando o oponente, só que tentando impor uma imagem negativa deste. Enquanto a sua própria imagem ganha o sinal contrário, ou seja, positivo.

Tanto a legitimação da atuação e carreira políticas do agente quanto a construção de um conjunto de referências negativas reunidas sob o rótulo de “vitorinismo” parecem ocorrer no bojo de um mesmo processo de produção de imagens e representações sobre o fenômeno político no Maranhão. Para o sucesso dessa atuação, o lugar de fala proporcionado pelos meios impressos, notadamente a imprensa diária, teve um papel relevante. Lograva-se, assim, tanto a afirmação daqueles referentes simbólicos relativos à imagem do “vitorinismo”, quanto dos que cristalizavam uma imagem do agente enquanto líder político, apontado como o principal porta-voz, até 1964, das camadas populares do estado do Maranhão, em particular junto aos bairros periféricos da capital. Para construir a si próprio, no sentido das *identidades estratégicas* de que fala Collovald (1988), o agente teve que construir simultaneamente seu oponente, reconhecendo, por um lado, a força política deste e, por outro, anunciando que seu poderio já não era mais o mesmo, por conta da ação de um “novo tipo de política”, contestando o “esquema vitorinista”. Este, então, tentava manter a todo custo sua “tirania”: “Vitorino sabe que deve fazer mais força para poder manter a sua tirania e evitar que o povo se liberte do seu domínio”. Por isso, argumentava Neiva em seu artigo, o “objetivo confessado” de Vitorino era “impedir que venha eu a me eleger para a Câmara dos Deputados”.

Nessa linha de confrontação entre as duas principais lideranças faccionais, Vitorino Freire e Neiva Moreira, é que foram interpretados uma série de incêndios ocorridos em bairros populares da capital nos anos 1950. O texto abaixo foi publicado às vésperas do pleito de outubro de 1954, e o seu autor, Neiva Moreira, procura analisar aquelas ocorrências à luz da batalha entre “vitorinistas” *versus* “oposicionistas”.

#### **A Batalha do Fogo**

Lemos o editorial dos nossos confrades dos Diários Associados sobre as influências políticas que se procuram exercer à custa dos incêndios de moradias operárias. A ideia central é a **exploração eleitoralista** em torno do sofrimento da vítimas. [...]

Repugna-me, sempre, à minha consciência de democrata e cristão, associar quem quer que seja a esse banditismo que assola os nossos bairros. Durante anos seguidos, ouvimos e lemos as torpes calúnias dos nossos adversários tentando nos envolver em acusações de incendiários.

Silenciamos, não porque achássemos bom e justo que nos acusassem assim, mas, esperando, com a consciência tranquila, que a verdade surgisse, límpida, indiscutível [...]. Há vários dias, incêndios repetem-se, com frequência, em zonas densamente operárias como o Cavaco<sup>127</sup>. [...] e mais uma vez, aquelas cenas trágicas de homens e mulheres defendendo as suas casas, como juntos, o fizemos, nos dias cruciais da greve passada.

Por estranha coincidência, os incêndios ocorrem em vésperas de eleições e precisamente naqueles redutos eleitorais mais marcadamente **oposicionistas**. E coincidência maior ainda, que esses incêndios tenham começado exatamente na rua Ademar de Barros, rua proletária do Cavaco, quase que unanimemente pessepista e cujos moradores escolheram, eles próprios, o nome do presidente do PSP, para a espontânea homenagem [...]. Homens e mulheres das ruas onde se registram incêndios narram episódios muito suspeitos, de agentes **vitorinistas** que visitam, às vésperas, as ruas queimadas e que, mal as chamas aparecem chegam ao local, com lápis e papel em punho e camionetes cheias de roupa e víveres, pedindo que o povo vote em **Vitorino** e nos seus candidatos e não apoiem **Neiva Moreira**. [...] (JORNAL DO POVO, 26/09/1954 apud BUZAR, 1997, pp.169-170).

Todos os fatos políticos são interpretados ou situados na ótica daquela clivagem entre “vitorinistas” e “oposicionistas”; e, no caso, dos escritos aqui analisados, a ênfase tende a recair sobre a figura do seu próprio autor, que constrói sua autoimagem enquanto principal liderança oposicionista.

O caso dos incêndios é lido dentro dessa lógica, posto que as *facções* acusavam-se mutuamente como responsáveis por eles, dos quais tentavam extrair vantagens eleitorais, segundo diziam seus respectivos órgãos de imprensa. A acusação de incendiário pesava sobre Neiva Moreira desde 1951 quando foi rotulado pelos jornais governistas de “Caramuru”. No artigo ora considerado, de setembro de 1954, ele faz referência àquelas acusações, acerca das quais, à época, segundo ele, havia preferido calar-se. As novas ocorrências de incêndios, com a conseqüente retomada das acusações por parte dos “vitorinistas” o forçavam a se manifestar, principalmente porque aqueles fatos se davam em vésperas de eleições, quando tentava, justamente, dar um passo a mais em sua carreira política, candidatando-se a deputado federal.

Não escapa ao agente, nesse trabalho de gestão da sua auto-imagem, a preocupação em ratificar sua identificação com o “povo”, lembrando os “dias cruciais da greve passada” (1951) em que também ocorreram incêndios em bairros da periferia de São Luís. Os novos incêndios, de 1954, reproduziam, segundo ele, “mais uma vez, aquelas cenas trágicas de homens e mulheres defendendo as suas casas, como juntos, o fizemos, nos dias cruciais da greve passada”.

---

<sup>127</sup> Bairro localizado em zona central da cidade de São Luís e que atualmente é denominado “Bairro de Fátima”.

Perpassando rapidamente mais um pleito eleitoral, destacamos o de 1958, no qual podemos ver e rever elementos que vão constituindo representações nas quais estão enredados os agentes políticos que atuam na arena faccional do estado durante a década de 1950 até meados dos anos 1960.

#### COMO O INDIOZINHO DAS SELVAS AFRICANAS

Neiva MOREIRA

Num estranho discurso [...] Vitorino Freire preconiza uma campanha “alta”, em que se possam evidenciar **os foros da cultura política maranhense**.

Trata-se, como se vê, de um contrasenso, mas que deve ser encarado como um sintoma novo das **dificuldades internas que dilaceram o outrora poderoso partido oficial**. [...] deve ser, para o sr. Vitorino Freire um esforço muito grande, andar falando de campanha em termos altos e de defesa da cultura do nosso Estado. **Em nenhuma parte do Brasil, maltratou-se tanto a cultura, pisou-se sobre tradições sedimentadas no espírito do povo e que deitavam raízes na história** quanto em nossa terra. A destruição sistemática do ensino primário, o abandono do grau médio, [...] a prolongada tentativa de desorganizar a Faculdade de Direito, [...] o **desapreço por qualquer iniciativa cultural**, tudo isso destaca, num panorama de desordem administrativa, **o que o vitorinismo fez, em dez anos, contra a cultura maranhense**.

[...] Há alguns anos atrás era o “crê ou morre”, [...] o poder onipotente, a força incontrolável. Tais **métodos** foram **superados**, não porque o vitorinismo tenha mudado. **Fomos nós, da Oposição, que os liquidamos** e os estamos liquidando [...]. **Hoje, aquele sistema perde, gradativamente, o seu poder**. Muita coisa mudou de 1950 para cá e mudou com **esforços esplêndidos do povo, como as duas greves que nos identificaram a todos numa luta** que não era por empregos, nem por posições nem por dinheiro, mas simplesmente **contra o crime eleitoral e a injustiça judiciária**.

[...]

(JORNAL DO POVO, 05/07/58 apud BUZAR, 1997, pp. 245-246. Grifos nossos).

Percebe-se o quanto o agente oscila em relação à sua análise do poderio das forças políticas adversárias, o chamado “vitorinismo”. Nos escritos do agente ora analisados, o “vitorinismo” é permanentemente descrito como em crise, na iminência da derrota acachapante e definitiva. Seu enfraquecimento seria visível e sua situação delicada perante a população maranhense, particularmente a da capital, que o repudiava visceralmente, segundo afirmava em seus escritos. Entretanto, os pleitos se sucediam e Vitorino continuava no poder, continuava como protagonista, inclusive os próprios textos de Neiva Moreira evidenciam a centralidade daquele personagem. Neiva precisa, então, se equilibrar entre um certo otimismo, no qual descreve, por um lado, a derrota iminente do seu adversário (“o outrora poderoso partido oficial”), com o avanço das hostes “oposicionistas”, e, por outro, a dura realidade das sucessivas derrotas eleitorais que a “Oposição” experimenta ao longo dos anos 1950 até meados dos 1960. Ele se

equilibra em um trabalho no qual precisa dizer que a luta está indo bem, que estão avançando mas também que não se pode desistir, porque estão do lado certo da história, do lado dos ideais e valores “nobres” e “elevados”, enfim, dos “bons propósitos”, que caracterizam o Maranhão como terra da “sã política” e de “grandes homens” públicos, reconhecidos nacionalmente por sua “cultura”, “inteligência” e “moralidade”.

Assim é que vamos finalmente chegar aos anos 1960 com um cenário político estruturado em torno de duas *facções* principais, sempre mutáveis em seus membros, porém continuamente arregimentadas por lideranças personalísticas.

Outro elemento que deve ser destacado talvez mesmo como pano de fundo diz respeito à presença de um “amalgama entre o ideário político reformista e nacionalista e o discurso de oposição ao vitorinismo no Maranhão” (COSTA, 2001, p. 70).

### A TRISTE NOTORIEDADE

Neiva MOREIRA

O balanço da eleição em Parnarama revela quanto ainda teremos que fazer para chegar a resultados limpos e representativos da vontade da maioria. Ninguém, de bom senso, pode aceitar que, num pequeno município, cujos habitantes acoçados pelo feudalismo e a truculência do cacique deslocam-se, em massa, para outras zonas, [...] votem quase três mil eleitores e que, nesse cômputo, o candidato da Oposição tenha apenas um voto.

Mas, se do ponto de vista da anatomia dos crimes e dos corretivos, o problema não nos parece desesperador, porque não há crime perfeito e este deixou à Justiça Eleitoral a possibilidade da revisão, não se pode fugir de examinar como um sintoma da nossa época, as responsabilidades de um conterrâneo que têm virtudes e qualificações para brilhar no Estado e até popularizar-se sem ser através da triste notoriedade de fatos dessa ordem. Com efeito, entende-se que o deputado Bacelar, filho, neto e bisneto do latifúndio e da fraude, mantenha Coelho Neto como um curral eleitoral e que reguletes como Ivar Saldanha, os Diniz e outros, sem tradições de cultura e de formação política, identifique-se com os piores vícios do regime. Com Joel Barbosa Ribeiro, no entanto, o procedimento é inexplicável e injustificável. Sua formação espiritual, sua cultura universitária, tradições de luta política impulsionadas por doutrinas e ideias, tudo isso deveria formar nele uma estrutura invulnerável às tentações do vício e às seduções do procedimento incorreto.

Durante muitos anos lutamos juntos e uma vasta correspondência dessa época radiografa o tipo superior de inquietação e de objetivos que nos identificavam. Convertido ao vitorinismo sem razões para tanto, a não ser as do resguardo de uma situação municipal que apodrecia pela repulsa do povo, ou pela pressa de atingir objetivos materiais [...], parece que se empenhou a fundo, em recuperar o tempo perdido, aceitando tudo, fazendo tudo, topando tudo, de modo a permitir o nivelamento com os piores setores do oficialismo. Não quero examinar problemas pessoais [...]. Longe de nós, igualmente, examinar o seu procedimento em relação ao amigo que em certas épocas era mais irmão do que amigo [...]. Sempre achei que, chegando atrasado ao banquete do Poder, teria ele que dar demonstrações de fidelidade à “causa” e, para tanto, nada mais convincente do que investir contra mim, que já me converti, a contragosto nesses anos de lutas, numa espécie de alvo cativo dos que não têm ideias para expor ao povo nem programas para o diálogo com a coletividade ou que só pensa em agradar o Governo.

O que não está em mim tolerar em silêncio é que seja ele o inspirador, o suporte político e o arquiteto dessa monstruosidade antidemocrática que é a farsa eleitoral de Parnarama. Joel sabe o quanto o animamos e ao seu irmão na construção de Parnarama [...]. Jamais pensávamos, no entanto, que uma cidade que deveria ser uma inspiração e um modelo, uma aventura pioneira e revolucionária, um ponto de referência para todas as ideias progressistas, unisse seu nome a antros mais vergonhosos da fraude eleitoral e que buscasse o seu renome na subserviência aos poderosos do dia, na degradação da Justiça, na intolerância autocrática, no deboche das instituições representativas. É como se, amanhã, Brasília fugindo à sua posição na história, fosse a capital do crime, uma espécie de Chicago de 1900, o centro do contrabando, palco do marginalismo social.

Parnarama é, hoje, manchete no país inteiro, como exemplo de retrocesso político, de vício do regime, de crime contra a Constituição. Eis a notoriedade que Joel e o seu truculento irmão desejaram para a cidade que deveria ser a pérola do Parnaíba e o marco da mais arrojada revolução urbanística do interior do Maranhão.

[...] Do ponto de vista do processo político do Maranhão, não será um cacique intolerante e desatualizado que deterá a reforma dos costumes pela qual tanto nos batemos e que, qualquer modo, está marcando êxitos alentadores em nossa terra, como estamos vendo nos aspectos da dinastia Saldanha. Um dia, a casa cai, e Joel sabe disso. Se é o pé de meia que o aflige, a vida tranquila e despreocupada que o atormenta, a segurança material que o inspira nessas atitudes, que ande depressa. Mais depressa ainda, porque o progresso não espera, a revolução política não poder parar nos muros de Parnarama, a modificação da estrutura econômica do nosso Estado virá talvez mais tarde do que tantos desejam mas, mais cedo do que outros tantos esperam.

(JORNAL DO POVO, 07/10/1960 apud BUZAR, 1997, pp. 263-265).

A presença de alguns aspectos que consideramos centrais na análise empreendida neste trabalho justifica a transcrição na íntegra deste escrito de Neiva Moreira publicado no *Jornal do Povo* em outubro de 1960. A escolha deste texto busca evidenciar a presença das categorias de classificação e constituição do jogo político. Além de reforçar o que seria o conflito entre o “vitorinismo” X “oposicionismo” (as “Oposições”, como se refere o agente), devem ser destacados os seguintes pontos a partir da análise do texto: a condição de intérprete do fenômeno político; a preocupação com uma suposta tradição política baseada em ideias e doutrinas, e ligado a isso o exercício da atividade por indivíduos dotados de “cultura e formação política” cujas qualificações os permitiriam “brilhar no Estado e até popularizar-se”; a importância atribuída ao domínio dessas competências definindo o monopólio do exercício da representação política e, simultaneamente, da produção de representações sobre o fenômeno político por um segmento específico, os intelectuais; o peso das clivagens faccionais e o uso de etiquetas políticas em “ismos”; a transitividade entre os agrupamentos faccionais; a relevância das relações pessoais de amizade; o repertório de representações da política “feudal” e “caciquista” mobilizado na luta para constituir e

legitimar uma atuação que se caracterizaria supostamente pelo antagonismo a essas práticas “antidemocráticas”.

Nessa leitura empreendida acerca da história política do Maranhão, todas as dimensões da temporalidade encontram-se reunidas: sob o pano de fundo de uma mítica tradição política em que se distinguiram “vultos” dotados de “cultura” impõe-se a “restauração” dos “costumes políticos” que até o momento presente predominavam mas que não conseguiria “deter” essa espécie de marcha da história: “a reforma dos costumes está marcando êxitos alentadores em nossa terra [...] porque o **progresso** não espera, a **revolução política** não pode parar nos muros de Parnarama”. A realização da história (o “progresso”) dar-se-ia mediante “a modificação da estrutura econômica do nosso Estado”, que, segundo o articulista, “virá talvez mais tarde do que tantos desejam mas, mais cedo do que outros tantos esperam”.

Esta alusão a elementos ligados de maneira geral ao domínio econômico, tais como: “modificação da estrutura econômica”, “planejamento”, “desenvolvimento”, “progresso” etc. podem ser analisados a partir de outros escritos desse e de outros agentes, particularmente os de Bandeira Tribuzi, devido sua recorrência nos materiais consultados. Eles podem também ser alinhados na discussão sobre o “nacionalismo desenvolvimentista”, numa perspectiva que deve considerar ainda os diferentes posicionamentos político-ideológicos frente a estas questões por outros agentes tanto na configuração regional quanto nacional.

Acerca dos elementos que versam sobre a temática do desenvolvimento econômico, tal como aparece nos escritos do agente ora caracterizados podemos citar *en passant* alguns artigos que se detêm mais particularmente sobre essas temáticas. “A Barragem do Parnaíba” (JORNAL DO POVO, 04/10/1960 apud BUZAR, p. 266-267), no qual Neiva Moreira relata sua participação nos debates parlamentares da Câmara Federal onde buscava assinalar que aquela era uma “obra vital para a região do Agreste, no nosso Estado, que está progressivamente esvaziado de qualquer conteúdo econômico”. Nas comissões contava ainda com a colaboração de outros deputados do nordeste que “juntaram suas palavras às nossas, para reclamar, em nome da unidade brasileira e dos princípios da própria Federação, o apoio da Câmara a uma iniciativa que pode ajudar a corrigir desigualdades chocantes entre o norte e o sul”. Relatando sua participação nesses debates parlamentares, ele próprio transcreve uma de suas intervenções: “Sou filho de uma pequena cidade do Parnaíba e da nova represa, Nova Iorque, posso dar aos senhores deputados uma ideia real da situação dos municípios do



Maranhão e do Piauí, que serão servidos pela grande obra. Exauridos pela debacle econômica com sua população expulsa de vários municípios como por exemplo, Pastos Bons, em face da intolerância e da capacidade do caciquismo político municipal, só essa barragem criando novas condições de progresso, poderia modificar o panorama regional. Daí porque o apelo caloroso que aqui manifestamos e o apelo que formulamos à Comissão de Orçamento em favor da aprovação da emenda’, declarávamos, na oportunidade”.

A consignação de verbas federais para a construção da barragem, via aprovação de emendas parlamentares, era feita tanto por parlamentares maranhenses, quanto piauienses.

Milton Brandão tem sido, no lado piauiense, um campeão da Barragem. A ele muito se deve pelo que já foi feito, mas é necessário que se crie, em torno da obra, uma consciência da sua importância e da sua revolucionária recuperação econômica para a nossa abandonada e pauperizada região do médio Parnaíba.

(JORNAL DO POVO, 04/10/1960 apud BUZAR, p. 266-267).

Ao lado do protagonismo reivindicado para si, destaca-se ainda a preocupação com a divulgação da questão da barragem, acentuando o papel ativo no sentido de criar na população uma consciência acerca dos benefícios que adviriam com sua construção. Quase oculto nessa passagem encontra-se a percepção de que o “povo” desconhece o que é bom para si próprio, conhecimento este que é detido por agentes que se afirmam como porta-vozes das vontades e necessidades do povo, convencidos que devem “conscientizar” este último acerca da necessidade do “progresso” e do “desenvolvimento”. Percebe-se assim como as problemáticas legítimas são formuladas e estabelecidas em nome do “povo”, de cujas supostas necessidades e vontades determinados agentes apresentam-se como porta-vozes.

Diretamente ligado a esta temática do desenvolvimento econômico e suas imbricações com as leituras do fenômeno político produzidas pelos agentes, encontra-se o “problema crucial da nossa época”: a reforma agrária. Em artigo publicado em 09 de janeiro de 1962 cujo título era “Reforma Agrária”, Neiva Moreira lembrava duas experiências nas quais se tentava uma distribuição de terras no Maranhão. Elas tiveram como protagonistas os párocos dos municípios de Arari e Colinas, respectivamente Clodomir Brandt e Macedo Costa.

## Reforma Agrária

Neiva MOREIRA

[...]

De ambas as tentativas [...] ficou-me a lição da presença de modestos párocos na luta pela solução do problema cruciante da nossa época.

Tudo o que se possa fazer para conter o custo de vida, estimular a produção, dar ânimo e confiança no futuro entre agricultores estará fadado a insucesso, se não partir de uma redistribuição da terra e de assistência técnica e de crédito ao agricultor. [...]

Em muitos municípios do Maranhão, o quadro dessa exploração é impressionante e está criando tremendos fatores de choques e de irredentismos. Temo que se não houver uma urgente reforma agrária seremos presos de lutas de violência muito maior do que aquelas do norte do Paraná ou, agora, da baixada fluminense. Os proprietários que encontro tão resistentes a qualquer ideia de concessão, devem tomar nota dessa realidade, que interessa a todos nós.

[...] Aqueles exemplos de presença, numa luta que hoje empolga o país, de dois modestos párocos municipais revelavam, já no passado, como as pessoas que têm antenas para sentir e olhos para ver estavam sensibilizados pelo problema. Ficar parados porque há comunistas interessados na solução, é uma atitude negativa e suicida. Devemos é colocar-nos à frente da luta e dar soluções democráticas e eficazes. Se nos encolhermos e mantivermos uma irredutível atitude de incompreensão para com o interesse de milhões de patrícios nossos, que estão para ser lançados aos perigos de uma crise social, então falharemos duplamente: como líderes e como criaturas humanas, insensíveis ao sofrimento coletivo.

(JORNAL DO POVO, 09/01/1962 apud BUZAR, 1997, pp. 268-269).

A afirmação da reforma agrária enquanto uma “causa” legítima se efetua mediante a utilização de um discurso assentado na ideia de “progresso” e “modernidade”, os quais seriam alcançados através do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, é interessante destacar que, na perspectiva do agente, os fatores econômicos e políticos estão umbilicalmente interligados, visto que o desenvolvimento econômico é colocado como uma condição para ruptura ou superação das condições políticas marcadas pelo “feudalismo”, “caciquismo”, enfim, por uma série de expressões que buscavam significar o “atraso” em termos políticos.



Jornal do Dia, 12/12/1962, p.1.

## A ALIANÇA INACEITÁVEL

Neiva MOREIRA

A Aliança para o Progresso é a réplica norte-americana à revolução cubana e um esforço deliberado de localizar e destruir o crescente movimento de associação do campesinato nordestino. Como está planejada, no entanto, terá efeito contrário: acentua os lados positivos da transformação econômica que se processa em Cuba e **deixa claro aos trabalhadores ruais do nosso país que não devem esperar, fora da luta e da organização, o milagre de sua redenção social.** [...] A nossa divergência fundamental com o programa da Aliança está no próprio conceito. Para os seus planejadores, deve ser um instrumento de apacertamento do nordeste, através da satisfação de algumas necessidades mínimas imediatas, tais como a instalação de abastecimento d'água em cidades do interior, de postos médicos e escolas populares, ao lado de estímulo a **associações de trabalhadores, orientadas por técnicos sindicalistas norte-americanos e que, funcionando nas barracas da Aliança, com os seus símbolos onstensivos e bem visíveis seriam o instrumento de luta contra a livre agremiação dos camponeses em ligas.** Nada disso é invenção ou imaginação nossa. Está escrito no Relatório, tal como O SEMINÁRIO publicou em número recente e nós próprios lemos da tribuna da Câmara.

Em suma seria uma versão internacional da Legião Brasileira Assistência ou das Pioneiras Sociais, diferindo destas pelos objetivos políticos em mira. Ora, por mais necessitados que estejamos, **todos sabemos, no norte do Brasil, que a solução dos nossos problemas está no desenvolvimento econômico, na eliminação das causas da miséria e da fome,** na instalação de novas indústrias, na expansão da energia elétrica, na construção de portos, estradas, de redes de armazéns e silos e na reorganização total da agricultura numa base de agro-indústria. **Feito isso,** tudo mais – leite, hospitais, escolas, casas – **virá como consequência.** Dar uma solução parcial a esses problemas, sem remover as causas seria eternizá-los ou adiar mais algum tempo as justas e inevitáveis explosões, que se cevam, presentemente, no caldo de cultura do subdesenvolvimento e da injustiça social. [...] Em nosso país, acrescia-se [sic] uma circunstância, que é a **vigilância crescente do povo ao seu processo de desenvolvimento e a consciência arraigada de que qualquer programa para a expansão terá de ser implantado em termo de soberania nacional e de libertação econômica.** [...]

Ora, se não é possível aos Estados Unidos dar ao nosso país a cooperação que necessitamos – sem dependências nem associações inaceitáveis – e temendo que a fome e o desamparo do nordeste se tornem explosivos à retaguarda do seu esquema militar, o que lhe resta é mandar para cá esses excedentes de gêneros alimentícios que ou dão, ou queimam, de mobilizar alguns minguados recursos de dólares para obras de pequeno vulto, tudo misturado a um proselitismo político que chega a ser irritante.

[...] Temos de nos opor a esse conceito de ajuda, que aparece sem rodeios, no Relatório Bohan, e exigir por igual, que cesse esse espetáculo lastimável de disputa de leite, feijão [...], em alguns setores do norte, deprimente para nossa liderança política e capaz de dar aos norte-americanos uma falsa ideia dos **nossos sentimentos e das mais altas aspirações, que são as do nosso povo, de soluções definitivas dos problemas econômicos do nordeste,** origem da fome e desespero atuais.

(JORNAL DO POVO, 26/07/1962, p.1).

Este texto permite identificar o que Bourdieu chamou de efeito de oráculo produzido pela condição de porta-voz do “povo”, condição esta presente em todos os escritos do agente ora analisado, mas que neste caso específico assume aspectos muito

evidentes. O efeito de oráculo é o que permite ao porta-voz fazer falar o grupo em nome do qual ele fala, falando assim com toda a autoridade desse ausente impalpável (BOURDIEU, 2004, p. 196). É através desse tipo de discurso que o “povo”, por exemplo, passa a existir.

Em suma, o efeito de oráculo é um desses fenômenos que temos a ilusão de compreender rápido demais (...) e não sabemos reconhecê-los no conjunto de situações em que alguém fala em nome de alguma coisa a que esse alguém dá existência por meio de seu próprio discurso. (...) Quando um político [um intelectual, etc] diz “o povo, as classes populares, as massas populares”, etc, ele raramente deixa de produzir o efeito de oráculo, (...) isto é, o efeito que consiste em produzir simultaneamente a mensagem e o deciframento da mensagem, em fazer com que se acredite que “eu sou um outro”, que o porta-voz, mero substituto simbólico do povo, é realmente o povo no sentido em que tudo o que ele diz é a verdade e a vida do povo” (BOURDIEU, 2004, pp. 196-197).

O artigo jornalístico há pouco transcrito permite ilustrar os mecanismos de transfiguração da vontade e dos interesses específicos (individuais) em interesses coletivos (“populares”), a partir de uma certa indistinção entre o porta-voz (mandatário) e os representados (mandantes). Por exemplo, o nacionalismo de Neiva Moreira é tomado como sendo originário do povo maranhense por que o agente projeta neste último uma consciência classista que é dele, enquanto intelectual que se indentifica com os grupos dominados, e que está engajado na luta política em nome deles. No caso em tela, trata-se especificamente dos camponeses, que surgem (no discurso desses políticos e intelectuais) dotados de uma consciência de classe que lhes permitiria recusar a *Aliança para o Progresso*, visto que ela não seria de modo algum “um instrumento de desenvolvimento, mas uma tentativa de anestésiar milhões de patrícios nossos, cuja única esperança de melhores dias é a sua organização classista e a capacidade de luta pela transformação básica de sua região”. No próprio discurso do porta-voz encontra-se a ambiguidade de um sujeito que fala em nome do povo, ou seja, que se afirma enquanto representando os “sentimentos” e “aspirações” de um povo (idealizado) que quando é descrito em suas manifestações concretas (povo real), não demonstra acreditar que é a sua “organização classista e a sua capacidade de luta que lhe proporcionará melhores dias”, antes, pelo contrário, encontra-se premido pela necessidade de sobrevivência imediata, disputando, num “espetáculo lastimável” (ao olhos de Neiva Moreira, militante político e intelectual engajado), os gêneros alimentícios que o governo norteamericano mandava distribuir em diversos pontos do nordeste brasileiro. (JORNAL DO POVO, 26/07/1962, p.1).

Durante a campanha que antecedeu as eleições legislativas de outubro de 1962, o agente teve que se defrontar com uma mobilização de forças contrárias à sua reeleição, destacando-se setores da Igreja Católica, da imprensa “vitorinista” (Diário da Manhã) e o próprio governo estadual comandado por Newton Bello. Em 20 de setembro a manchete do *Jornal do Povo* era a seguinte: “Padres vitorinistas usam órgão da Igreja para insultar Neiva”. A matéria afirmava que o *Jornal do Maranhão* estava servindo ao propósito “vitorinista”, tentando “causar confusão no espírito dos eleitores católicos”. A máscara caía, continuava a matéria do *Jornal do Povo*, porque aquele mesmo veículo católico começava a fazer abertamente elogios aos candidatos do PSD, como Ivar Saldanha.

Em artigo de primeira página publicado logo a divulgação dos resultados parciais da apuração os quais apontavam a reeleição do agente, ele comentava ironicamente as previsões feitas pelos adversários de que não seria reeleito:

**Antes que o Newton me vire um tição**

O jornal governista descobriu, com evidente atraso, que não estamos reeleitos. Não vamos discutir com os confrades. [...] Afinal, a manchete da nossa derrota já estava preparada há tanto tempo que mesmo com uma duração efêmera, teria de ser estampada. [...] Espero contar a história dessa campanha, para revelar o que representou ir à urna e votar num candidato que o menos que dele se dizia, é que estava contaminado pelas artimanhas de Belzebú.

[...]

Se agrada não sei, mas o fato é que o PSD ainda me vai tolerar mais quatro anos de Câmara, se, de me virar tição, não tiver de desamarrar a cara para me entregar a faixa de 1965 [...].

(JORNAL DO POVO, 31/10/1962 apud BUZAR, 1997, pp. 273-274)

Sempre direcionadas para os seus concorrentes diretos nos embates políticos, as tomadas de posição reforçavam o seu lugar enquanto o provável candidato das “Oposições” nas eleições de 1965 para o governo do estado. Após comentar as dificuldades que teria superado no pleito, enaltecendo o significado de sua vitória diante das acusações que sofrera, ele convocava os homens sérios, inclusive do PSD, onde “são poucos mas ainda os há”, para “lutarmos pela verdade eleitoral”. Com efeito, o agente participou ativamente do processo que redundou na transformação dessa questão numa “causa” legítima. Mais uma vez, fez-se da referência ao “povo”, falando em nome dele: “Há esperanças? Perguntam-me a todo instante em São Luís. Há, sim, respondemos. [...] nem tudo está perdido para a grande luta do nosso povo em favor da verdade eleitoral”. Segundo afirmava em seu discurso o agente, devia-se acreditar no êxito da luta, pois “como é justa a nossa causa, devemos esperar mais e mais vitórias”

(JORNAL DO POVO, 18/11/1962, p.1: Há, sim, esperanças). Ainda neste fragmento citado devemos chamar atenção para a preocupação do agente com a datação do tempo de luta (“três lustros de luta contra a fraude”), como um elemento que buscava demarcar a continuidade da luta, enfatizando o papel de “um grupo de maranhenses de ação”, mas que também possibilitava construir uma identificação dessa “luta histórica” com o próprio “povo maranhense”. O passo seguinte foi acionar outros canais que viabilizaram transformar aquela bandeira faccional, legitimada regionalmente em nome do “povo maranhense”, numa causa nacional, fazendo uso, por exemplo, do discurso da democracia.

### **Dias decisivos**

Neiva MOREIRA

O deputado Clodomir Millet que, novamente, se afirma como um notável líder e um combatente de excepcionais qualidades de inteligência e ação tem razão agradeceu o pronunciamento de dezenas de colegas da Câmara, desejosos de iniciar, imediatamente, uma ampla e profunda investigação no problema da fraude em nosso Estado. [...]

Cerca de duzentos recursos foram apresentados no TRE do Maranhão e estes irão ter no superior. [...] O TSE renova-se periodicamente e o grupo de juízes que o compõem hoje, é realmente, muito qualificado para distribuir séria justiça. [...]

Vamos, portanto, esperar e confiar, certos de que é muito alta e séria a causa que, no momento, encarnamos. Há mais de 15 anos, um grupo de maranhenses de ação vem lutando para liquidar essa monstruosa conspiração contra a vontade popular. Todos os seus esforços, enrgias, devotamentos estão sendo atirados nessa luta, mas o cerco da corrupção aqui e na República, aliado aos privilégios do latifúndio e do coronelismo, criam condições para impedir a destituição da fraude. [...]

O que os ministros do TSE vão decidir não será da sorte de candidaturas isoladas, mas do respeito que a Justiça Eleitoral deve merecer e da opção do povo entre o desespero e a restauração da sua confiança numa instituição democrática que, entre nós, tem sido prostituída.

Nossa luta é nacional e é nesse caráter que tem de ser encarada. É um passo decisivo na defesa da instituição democrática que, entre nós, tem sido um mito e uma mentira.

(Jornal do Povo, 25/11/1962, p.1)

A crença democrática podia, então, ser mobilizada por esses intérpretes: “nossa luta é nacional e é nesse caráter que tem de ser encarada”. Ao transformar a luta contra o “vitorinismo” numa luta em defesa da “instituição democrática” aquele grupo de pessoas conseguiu legitimar, inclusive nacionalmente, sua “causa”.

## 4.2 Bandeira Tribuzi: com técnica e poesia, os discursos de autoridade

A análise dos escritos jornalísticos de Bandeira Tribuzi aqui empreendida toma como material empírico artigos publicados em jornais dos seguintes períodos: 1) Jornal do Povo: entre abril de 1962 e março de 1964; 2) Correio do Nordeste: entre setembro de 1964 e maio de 1965; 3) Jornal do Dia: entre julho de 1965 e fevereiro de 1966.

A disposição neste tópico dos materiais analisados se baseou nas áreas temáticas privilegiadas pelo agente em seus escritos, mas foram objetivados a partir da problemática que o presente trabalho propõe. Ressalta-se, portanto, as tomadas de posição relativas ao universo faccional, a produção de imagens e interpretações da história política e do Maranhão, os recursos mobilizados na luta política simbólica tentando apreender o que permite a produção desses discursos de *autoridade* por parte do agente.

Nesse sentido, um primeiro aspecto que deve ser colocado é a condição de intelectual que todos os agentes aqui considerados desfrutavam socialmente. A aquisição desse reconhecimento social passava, inexoravelmente, por uma atuação nas “lides jornalísticas”, além de um engajamento em círculos culturais e literários locais a partir dos quais estabeleciam relações de proximidade ou distanciamento com agentes consagrados tanto nos domínios literários/intelectuais quanto na imprensa. A iniciação jornalística se dava muitas vezes através de jornais estudantis ou nas revistas que as sociedades ou grêmios literários faziam circular. O recrutamento na imprensa diária ocorria geralmente em paralelo à entrada na Faculdade de Direito, no caso dos que permaneciam em São Luís. Este o percurso que poderíamos considerar como padrão, comportando variações. Como é o caso de Bandeira Tribuzi, cujo percurso escolar e intelectual ocorreu na Europa desde os cinco anos de idade, porém, cultivou uma identificação sentimental e existencial com o “torrão natal” que o coloca dentro da mesma matriz de pensamento que caracteriza os intelectuais regionais. Ou seja, ele cultua a “tradição literária”, as “glórias do passado”, os “heróis” e “vultos” que teriam firmado a “grandeza” do “Maranhão intelectual”. Ainda que sua afirmação neste domínio, assim como a de toda a sua “geração” literária, tenha se dado a partir de uma crítica contundente ao que denominavam de “passadismo literário”.

Entretanto, dentro do recorte cronológico delimitado por esta pesquisa, os escritos jornalísticos do agente, num primeiro momento (1962-1964), estão mais voltados para temas ligados à política e à economia. Especificando-se, em relação à

primeira temática, as questões relativas ao jogo faccional, críticas ao governo (e ao governador) Newton Bello, lutas de (des) qualificação dos principais agentes políticos em atuação no período, produção e reprodução de imagens e interpretações acerca da história política do Maranhão. No que diz respeito aos temas econômicos, os escritos abordam questões como “realidade econômica” do país e do Maranhão, os “fatores” que poderiam proporcionar o seu “desenvolvimento”, bem como aqueles apontados como responsáveis pelo seu atual “subdesenvolvimento”, além de enfatizarem a necessidade e a “importância da economia” enquanto ciência fundamental para compreender e, segundo o agente, “transformar radicalmente” a “realidade” sócio-histórica do Brasil e do Maranhão.

No bojo dessas produções escritas, aqui apreendidas enquanto tomadas de posição frente aos vários domínios da vida social em que se inscreve o agente, são percebidas e analisadas suas estratégias de afirmação e autoconsagração, bem como os recursos que mobiliza nesse sentido.

Um desses recursos, que funciona mesmo como trunfo de afirmação nos domínios políticos e intelectuais, é a competência específica que a formação em Economia proporciona ao agente. O fato dele dominar um conjunto de conhecimentos e habilidades técnicas expressos, por exemplo, na manipulação de conceitos econômicos sob a forma de dados estatísticos, lhe confere autoridade não só para interpretar a “realidade” mas para propor medidas que julga adequadas à superação dos “problemas” diagnosticados por sua interpretação autorizada.

Segundo Loureiro (1992), o processo de constituição do campo dos economistas inicia-se no Brasil a partir dos anos 1930 e alcança sua consolidação nos anos 1960. Nesse processo a autora identifica a integração dos economistas no seio das elites dirigentes, paralelamente à afirmação da posição preeminente da Ciência Econômica entre as disciplinas universitárias. Para a autora, estes fenômenos (afirmação dos economistas no campo político e da ciência econômica no universitário) resultaram de um trabalho coletivo de grupos e instituições variadas, nos meios universitários e governamentais, durante o período histórico indicado. Loureiro evidencia, desse modo, como se deu a afirmação de uma nova competência política baseada na qualificação técnico-profissional do economista. Nas suas palavras, esta competência:

Se manifesta na habilidade em construir e usar modelos matemáticos sofisticados; na **pretensão a exprimir, sob forma de variações quantitativas precisas, processos de produção e distribuição de bens e**



**serviços e fluxos financeiros;** e ainda na capacidade de prever e quantificar os efeitos de decisões que interferiram, por sua interdependência, naqueles processos e fluxos. **Esse conjunto de habilidades dá a seus portadores o monopólio do exercício de certas práticas como a elaboração e análise de projetos de investimento e desenvolvimento,** a manipulação das contas nacionais, o controle e mesmo determinação de fluxos de rendas públicas e privadas, o diagnóstico de tendências econômicas etc. Enfim, **a capacidade de pensar a economia em termos globais e a disposição para intervir em seus processos.** (LOUREIRO, 1992, p. 2. Grifos nossos).

Bandeira Tribuzi faz uso desse conhecimento técnico especializado e raro nas páginas da imprensa maranhense daquele período. Como já foi dito, sua formação superior em Economia garantia-lhe uma competência específica para analisar a “realidade” sócio-econômicas e também política do Brasil e, em especial, do Maranhão.

Vamos analisar alguns dessas dimensões a partir de exemplos específicos fornecidos pelos escritos do agente. Tomemos o artigo intitulado “Números amargos”, publicado no *Jornal do Povo* em abril de 1962 (*Jornal do Povo*, 18/04/1962, p.2: “Números amargos”).

O ponto de partida do texto é a divulgação de dados estatísticos produzidos por instituições oficiais da República (IBGE e FGV). Tribuzi destaca especialmente um “gráfico comparativo” no qual estaria “documentada” a “realidade” de todos os estados da Federação com informações sobre “densidade demográfica, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, esperança de vida, renda interna dos Estados, renda per capita”, etc. Desse gráfico emerge o Maranhão “com algumas das cifras mais desalentadoras”, representando, portanto, o que o autor chama de “zonas onde o subdesenvolvimento atinge as raias da miséria econômica e social”:

[...] se por um lado o incremento populacional e a renda interna do Estado, resultante do grande afluxo de nordestinos destes últimos dez anos, aumentaram substancialmente, a renda “per capita” continua sendo, como a do Piauí, a mais baixa do País – Cr\$ 9.100 por habitante por ano – em violento contraste não apenas com as rendas per capita de Cr\$ 32.000 no R.G. do Sul, Cr\$ 47 mil em São Paulo e Cr\$ 82 mil na Guanabara, mas até mesmo com as do Pará – Cr\$ 15 mil e Amazonas – Cr\$ 18. O contraste é igualmente doloroso no diz respeito à mortalidade em que o nosso Estado aparece com uma taxa de 22 por 1000 contra 15 por 1000 no Rio Grande do Sul. Também no que diz respeito à esperança de vida média do Maranhão se situa em um dos piores lugares na Federação: nosso índice é de 41 anos contra 45 no Ceará (vejam bem, no Ceará das secas!) e 53 anos no R. G. do Sul. É um quadro desolador. Tanto mais quando se sabe que, privilegiado pela natureza com uma situação geográfica invejável que foge ao Nordeste árido e não chega a ser Amazônia, nosso Estado, se governado (porque é precisamente nas regiões subdesenvolvidas que o Governo tem um importante e imprescindível papel a desempenhar como fomentador do desenvolvimento econômico-social) poderia já ter-se tornado uma ilha de prosperidade do Nordeste do Brasil. [...]

(Jornal do Povo, 18/04/1962, p.2: “Números amargos”).

Podemos afirmar que a legitimidade dessa intervenção advém da mobilização do conhecimento técnico-profissional específico das Ciências Econômicas. Amparado nos “números” fornecidos por instituições renomadas (IBGE e FGV – “organizações oficiais de estatísticas da República”) o agente é capaz de analisar, ou melhor, de formular, o que seriam as problemáticas legítimas da “realidade” brasileira, em geral, e da maranhense, em particular. Daí a desenvoltura no emprego de uma linguagem matemática (gráficos, índices, cifras etc.) que, segundo ele, evidenciam as grandes “disparidades que dividem o país em zonas quase-desenvolvidas ou mesmo desenvolvidas e zonas onde o subdesenvolvimento atinge as raias da miséria econômica e social”. Os “números amargos” do Maranhão não deixariam dúvidas sobre a condição “desalentadora” do estado, particularmente “dolorosa” quando confrontada com outras unidades da federação. Isto justificava a necessidade urgente de mudanças na estrutura governamental do estado, visto que “o Governo tem um importante e imprescindível papel a desempenhar como fomentador do desenvolvimento econômico-social”.

Mas com um Poder Público que há quinze anos apenas cuida de politizar e locupletar-se do mando, com um poder público que só conhece os interesses vorazes mas sem grandeza de sua clientela política, com um Poder Público incapaz ou desinteressado em promover os instrumentos essenciais do progresso econômico, com um Poder Público que nega escola a quatrocentas mil crianças, que não estimula novas atividades econômicas capazes de absorver o desemprego vultoso e o enorme sub-emprego que terrivelmente pesam em nossa economia débil, um Poder Público que desassiste totalmente nosso Povo no problema sanitário, com um tal Poder Público há quinze anos asfixiando as vias respiratórias do Estado e travando as melhores iniciativas – o Maranhão só poderia continuar sendo o que infelizmente é.

Para tirar tais números amargos do quadro negro só há um caminho: banir do Poder os homens que nele procuram eternizar-se à custa da Miséria do Estado. A arma para isso é o voto. É uma batalha dura, antiga, ingrata, difícil – pois o Povo enfrenta nela as armas poderosas da corrupção, da fraude e da violência – mas que não poderá terminar enquanto o povo maranhense não recupere para si o Poder. Só o povo no poder poderá libertar o Maranhão da miséria de que o situacionismo é o melhor dos instrumentos.

(Jornal do Povo, 18/04/1962, p.2: “Números amargos”).

Ao evidenciar, por meios dos dados estatísticos, o que considera como um “quadro desolador” do Maranhão perante os outros estados da federação, o discurso produz a justificção para “libertar” o Maranhão. Esta é uma imagem frequentemente utilizada e que, se estava presente desde a conjuntura dos anos 1930, agora (anos 1960) encontra sua justificativa na realidade dos números que tornariam evidentes a situação

de miséria econômica e social (outra imagem acionada, por sua vez inédita no vocabulário político dos intérpretes do Maranhão).

O artigo a seguir permite apreender como agente articulava no seu discurso o chamado “potencial” ou as “riquezas” que o Maranhão possuiria e que, segundo ele, se bem utilizadas deveriam garantir-lhe não somente superar o “subdesenvolvimento” mas alcançar a condição de “um Estado próspero, rico, um povo feliz, um Governo digno, eficiente, exemplar!”. Vê-se, desde já o quanto a separação temática (economia, política, cultura etc) é feita somente para facilitar a exposição da problemática, posto que na configuração social considerada, estes *domínios* encontravam-se imbricados. É o que demonstra o caso do agente ora em pauta. Vejamos o escrito:

**Sonho de Uma Noite de Verão**

BANDEIRA TRIBUZI

Primeiro, com o mapa sobre os joelhos, eu via do alto, no avião ágil e suave na tarde, a beleza da paisagem que o sol dourava luminoso. E primeiro, inicialmente, a região litorânea: nos pequenos portos de pesca, de Carutapera a Tutóia, brava ia a azáfama; modernas embarcações chegavam ou partiam, descarregavam milhares de toneladas de pescado; mais além as dunas de areia da região de Barreirinhas confundiam sua alva beleza com as dunas de sal que se espriavam; e, em outras regiões costeiras, se elevavam para o céu as torres de petróleo, jorrando ouro negro ou homens atarefados carregavam areia monazítica e hilmênica que iria mover os reatores atômicos de um Brasil economicamente poderoso.

Rumando do litoral para o continente minha vista ia recolhendo a imagem dos campos férteis, trabalhados, celeiro apto a alimentar todo o árido Nordeste — eram quilômetro e quilômetros de plantações de arroz, milho, feijão, mandioca, árvores frutíferas e vez em vez o rancho alvejando entre tanta fartura. Mais adiante os chapadões se povoavam de grandes rebanhos nutridos: campos imensos onde o rebanho bovino alimentava sua paz para a riqueza.

E vi ainda os babaçuais, os carnaubais pegados e maduros para temperar o País. Mas o que mais me surpreendia era a frequência das chaminés industriais plantadas na paisagem, o formigar de caminhões pelas foadovias que, como pequenas veias, se cruzavam sobre a pele do Estado. Resolvi então pedir ao piloto que fizesse o avião pousar num remoto município interiorano. E uma vez mais me alegrei do que via: um excelente campo de pouso, uma confortável estrada para a sede do município e margeando estas pequenas propriedades rurais cultivadas, cada uma com sua casa conveniente: na sede, ruas calçadas, limpeza grandes grupos escolares, um ginásio, um Posto Médico, os belos edifícios da administração, grande movimento no comércio, motores industriais com seu dinâmico rumor, povo feliz, gente sadia, juventude alegre.

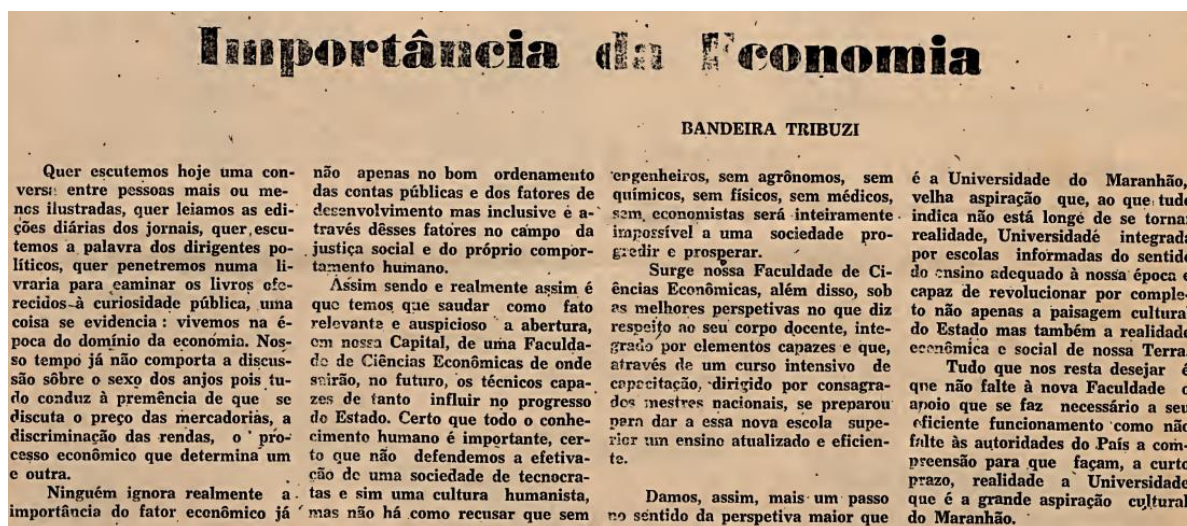
Eu nem queria acreditar no que via. Mas veria mais: usinas de xisto betuminoso em Codó, imensas fábricas de cimento em Barra do Corda e naquela cidade, uma grande refinaria de petróleo, combinados industriais, cooperativas agrícolas riquíssimas, uma Universidade modelar. Enfim: um Estado próspero, rico, um povo feliz, um Governo digno, eficiente, exemplar!

.....

Acordei. Fôra tudo um belo sonho de uma noite de verão...

É interessante ver como se combinam neste texto as habilidades e conhecimentos comuns ao saber mais técnico ligado ao universo da economia: os diferentes setores da produção econômica (agricultura, indústria, serviços), os processos tecnológicos, etc. com uma capacidade imaginativa através da produção textual que é característica dos escritores e particularmente presente nas imagens-síntese do fazer poético. A conexão entre as duas coisas (fazer poético e *expertise* própria à ciência

econômica) parece que se encontra na necessidade e no desejo que o agente manifesta de intervir na realidade. Seus sonhos (políticos) são transcritos em linguagem poética que expressam as possibilidades de realização/efetivação das riquezas potenciais do estado mas têm por base os conhecimentos econômicos que permitem imaginar um Maranhão “próspero” e “rico”, com um “povo feliz” e um “governo digno e eficiente”.



Como o título do artigo deixa claro, trata-se de chamar atenção para a “Importância da Economia” na época atual (meados dos anos 1960). Em diversas circunstâncias ou lugares da vida cotidiana isso se evidenciaria: numa conversa entre pessoas mais ou menos ilustradas, na leitura dos jornais diários, no exame dos livros expostos numa livraria ou mesmo escutando a palavra dos dirigentes políticos. Mas se por acaso indagássemos por que a economia é importante, teríamos a seguinte resposta: “ninguém ignora a importância não apenas no bom ordenamento das contas públicas e dos fatores de desenvolvimento mas inclusive e através desses fatores no campo da justiça social e do próprio comportamento humano”. Essa “época do domínio da economia” que o agente identificava, trazia consigo, segundo ele, a necessidade de formação de pessoal técnico especializado, visto que “sem engenheiros, sem agrônomos, sem químicos, sem físicos, sem médicos, sem economistas será inteiramente impossível a uma sociedade progredir e prosperar”. Por conta da relevância do conhecimento técnico em geral, e dentre eles do conhecimento dos “fatores econômicos”, Bandeira Tribuzi afirma que se deveria saudar o fato “auspicioso” que era a abertura da Faculdade de Ciências Econômicas na capital do estado. Daí sairiam “os técnicos capazes de tanto influir no progresso do Estado”. Do seu ponto de vista,

não se tratava de defender uma sociedade tecnocrática, mas, antes, de demarcar a importância do conhecimento técnico na transformação radical (“revolucionar por completo”) da “realidade econômica e social de nossa Terra”. O agente marcava sua posição em prol de “uma cultura humanista” e por isso apelava “às autoridades do País” para que a “velha aspiração” de uma “Universidade do Maranhão” se tornasse realidade.

Mas ocorre aqui um fenômeno interessante. A criação da Faculdade de Ciências Econômicas além de refletir o “domínio da economia” implicava também num reconhecimento dos pouquíssimos profissionais dessa área que viviam no Maranhão, e Tribuzi era um deles. E mais, talvez o único com formação universitária na Europa, um dos principais centros acadêmicos das discussões sobre as teorias e modelos de desenvolvimento econômico. Ou seja, o agente falava com autoridade e também com entusiasmo frente a este novo quadro que se apresentava para o Maranhão, no qual poderia acionar sua competência específica enquanto economista. De fato, além de participar da elaboração de diversos planos de governo no Maranhão a partir do final dos anos 1960 e durante quase toda a década de 1970, o agente atuaria, ainda, como professor da Faculdade que saudara a fundação.

Apesar de ter sido demitido do DNER por conta de sua atuação política considerada radical ou subversiva pelo regime militar, ele conseguiu, não sem dificuldades, afirmar-se nos domínios intelectuais, políticos e jornalísticos desse período. Desse modo, a sua principal atividade remunerada nesse momento vinha do exercício do jornalismo, no qual não deveria falar tão livremente dos temas mais diretamente político-ideológicos ou mesmo faccionais, abrindo-se assim um espaço maior para discutir os temas econômicos, através dos quais não deixava de chegar nas questões políticas. Ele passa a ocupar-se das temáticas relativas ao processo econômico prioritariamente no transcorrer desse ano de 1965, ano de eleições para o governo do estado. No âmbito desse processo eleitoral as questões relativas à necessidade do “desenvolvimento econômico”, do “planejamento”, etc foram sendo afirmadas e reconhecidas como centrais pelos dois principais candidatos: Renato Archer e José Sarney. Simultaneamente, foi nesse período que se deu a sua maior proximidade com este último personagem, já que até então, ou seja, até o golpe militar de 1964, sua relação político-ideológica, profissional e até mesmo de amizade, era muito mais próxima e intensa com Neiva Moreira. Era, por exemplo, no jornal deste último que Tribuzi trabalhava como redator; era no PSP de Neiva Moreira que ele militava (e por



onde foi candidato algumas vezes, inclusive fazendo campanha juntamente com aquele em determinados municípios e bairros da capital), era, enfim, com o líder da Frente Parlamentar Nacionalista que Tribuzi mais se identificava ideologicamente, defendendo as reformas de base, apoiando a necessidade de industrialização e dos grandes projetos de desenvolvimento para o país e o Maranhão.

Essa relação entre Neiva Moreira e Bandeira Tribuzi foi explicitada nos seguintes termos por Benedito Buzar, contemporâneo e que integrou o mesmo núcleo político e jornalístico do qual faziam parte os dois agentes:

**Buzar:** Bandeira Tribuzi [...] nos anos 50 ele não havia participado disso não [eleições]. [...] Porque ele passou um bom tempo em Portugal. Aí ele vai pro Jornal do Povo. O Neiva leva ele pro Jornal do Povo. A amizade dele era com o Neiva, não era com o Sarney, era com o Neiva.

**Pesquisador:** A sua amizade começa primeiro com o Neiva também, né?

**Buzar:** Com o Neiva também. Porque acontece o seguinte: quando cassam o mandato do Neiva, essa turma todinha...a opção era o Sarney. A opção era o Sarney... Porque o Renato, que passa a ser o cara de esquerda, estava muito vinculado à situação, ao governo, ao vitorinismo. [...] quem ganhou o espólio todinho do Neiva foi o Sarney. Por que? Porque o Sarney entra... Quando ele é candidato a governador, ele vem pelas oposições coligadas ainda. [...] Quem deveria ser o candidato em 65, a governador, era o Neiva. Isso já estava demarcado. Já estava registrado. A vez era do Neiva Moreira. Mas aí, veio o processo revolucionário...

A relação entre Tribuzi e Sarney vai se consolidar na segunda metade dos anos 1960, portanto, nos pós-64. Com o fechamento do *Correio do Nordeste* no qual trabalhara até meados 1965, Tribuzi passa a fazer parte da equipe de redatores do *Jornal do Dia* e também de *O Combate*, jornais que estiveram bastante envolvidos com a campanha eleitoral de 1965, apoiando o candidato das chamadas “Oposições Coligadas”, José Sarney que, como vimos, teria herdado o “espólio” do provável candidato oposicionista Neiva Moreira que, cassado pelo Regime Militar, tivera que se exilar do país.

*O Combate* encerra suas atividades após a eleição de José Sarney, e a partir de 1968 Tribuzi assume a direção de redação do *Jornal do Dia*, que agora tinha proprietário o governador José Sarney. Desde o primeiro ano(1966) do governo deste último, Tribuzi integrava o Grupo de Trabalho da Assessoria e Planejamento – GTAP, que estava subordinado diretamente ao Gabinete do Governador e, por isso, teria adquirido *status* de “hipersecretaria” (PINTO, 1982, p.75). Em 1967 o GTAP foi transformado numa autarquia sob o nome de Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, que detinha “além das atribuições de planejamento e programação financeira, as de órgão repassador de recursos para financiamento da programação governamental e controlador da aplicação desses recursos” (idem, p. 76).

Conforme foi destacado no capítulo 3 (pp.210-225) o referido agente atuou de modo destacado nos órgãos de planejamento econômico do estado do Maranhão nas décadas de 1960 e 1970. Com efeito, sua atuação se estendeu por, pelo menos, três governos estaduais, desde 1966 até 1977. Parece que a formação específica em Economia se apresenta como um trunfo que lhe permitiu afirmar-se como o “líder mais proeminente” da equipe “encarregada de pensar e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Maranhão”. Obviamente que não se deve negligenciar o papel das relações pessoais e afinidades literárias e intelectuais estabelecidas com José Sarney, por exemplo, bem como o reconhecimento desfrutado tanto entre os literatos quanto entre os “técnicos” (engenheiros, bacharéis, sociólogos, etc).

Nesse processo de afirmação da autoridade do agente enquanto economista e profundo conhecedor da “realidade maranhense”, também não devemos esquecer da imprensa, espaço em que produziu intensamente muitos artigos nos quais realizava uma leitura “científica” (com base na sua formação específica) daquela “realidade”, o que, conseqüentemente, tendia a consolidar sua autoridade em matéria de “planejamento” e “desenvolvimento econômico”. Paralelamente à sua experiência profissional como economista do DNER, o agente foi produzindo suas primeiras análises “econômicas” sobre o Maranhão, ainda no final dos anos 1950 e início dos 1960. Segundo Corrêa, estes estudos acabaram transbordando “o econômico, para alcançar o social, o histórico, o político e o literário” (CORRÊA, 1989, p.141).

Dentro dos marcos cronológicos delimitados por este trabalho, percebemos que é no período anterior ao golpe de 1964 que mais se dedica o agente a interpelar e intervir discursivamente nas questões políticas e faccionais. Entre o final dos anos 1950 e a primeira metade dos anos 1960 situa-se mais claramente a atuação do militante e do intérprete do jogo político no estado do Maranhão, sem contudo descuidar de uma perspectiva que buscava ler ou interpretar os “problemas” locais a partir de uma dimensão nacional. No que seguia de perto a postura de seu companheiro de lutas políticas e jornalísticas Neiva Moreira, que se destacava na Câmara Federal como um dos líderes da Frente Parlamentar Nacionalista, defendendo reformas consideradas fundamentais para o desenvolvimento econômico, político e social do país.

Especialmente no ano de 1962, selecionado por conta do pleito eleitoral que se realizou em outubro, vamos encontrar uma considerável quantidade de artigos assinados por Bandeira Tribuzi e que estão, não apenas voltados, mas embebidos pela atmosfera político-eleitoral daquele período. Recolhemos material a partir de abril daquele ano, e

já nos primeiros dias afloram aspectos dessa situação. No dia 05 daquele mês o *Jornal do Povo* denunciava em editorial (JORNAL DO POVO, 05/04/62, p.1) que o seu diretor, Bandeira Tribuzi, fora vítima de “tentativa de coação por parte da polícia do Governador” que pretendia “impor censura prévia” àquele matutino. O editorial afirmava ainda que “o povo conhece os fatos, escutou os grosseiros insultos e vociferação destemperada desse Chefe de Polícia que envergonha a farda que veste”, “esse povo”, prosseguia o jornal:

[...] teve conhecimento de que elementos da Polícia a mando do major Pereira, procuraram por toda a cidade o jornalista Bandeira Tribuzi (não hesitando sequer em afrontar a tranquilidade da Santa Casa, onde sua esposa se encontrava internada a tratamento de saúde) para terminar em sua residência tentando obrigá-lo a aceitar a censura à edição de JORNAL DO POVO, esse povo deve ter ficado estupefato com o desplante da gazeta do sr. Newton Bello que não hesita em lançar sobre o Ministro Nasser a sugestão de estar ele sendo leviano quando apenas cumpria o seu dever de prevenir a defesa da liberdade de imprensa. [...]

(JORNAL DO POVO, 05/04/62, p.1).

No dia seguinte foi a vez do próprio diretor abordar a questão em artigo assinado. Bandeira Tribuzi qualificava a gestão atual como um “mau governo” que por conta disso já havia sido “desancado por todos os vícios em que é inveterado contra a Democracia”, desde a “fraude à coação, do suborno à corrupção, do desrespeito aos interesses coletivos até ao desrespeito pelos direitos individuais”. Eram muitos os vícios daquele “(des) Governo” e, segundo Tribuzi, já se tinha enumerado “quase tudo o que de mal se pode enumerar a propósito de um governo que o não é”.

Quero hoje porém pedir a todos os maranhenses de bem que encarem isso que aí está como Governo com pena, com piedade, com dó, com misericórdia – com misericórdia tão ampla quanto é ampla sua incapacidade. E isto simplesmente por uma coisa: essa gente merece é o absoluto ridículo do Maranhão. Essa gente perdeu gente perdeu por completo a noção da responsabilidade e do senso, está tresloucada: imaginem, amigos, que agora estão mandando colocar à porta de minha residência mandingas, encomendas de macumbarias, vergonhosas bruxarias em que vaticinam a minha morte, como o exemplo de hoje reproduzimos em clichê.

É por isso, diante desse ridículo incomensurável, diante desse primarismo de causar dó, diante dessa indigência mental que eu convido o Maranhão a rir dessa gente: vê-se agora que o desenvolvimento por que dizem pugnar começa pelo fomento às práticas da magia negra. Só faltava mesmo isso a esse governo para se converter no justo alvo do ridículo nacional.

Quanto a mim, diante dessas mandingas, confesso que estou apavorado: apavorado com tanta pobreza de espírito...

(“Despacho” pessedista In: *Jornal do Povo*, 06/04/1962, p.1).



Abaixo reproduzimos o “clichê” a que faz referência o artigo de Tribuzi intitulado “‘Despacho’ pessedista”:



Seguindo esta mesma linha de engajamento no jogo faccional e, ao mesmo tempo, de interpretação do fenômeno político no Maranhão, Tribuzi escrevia no final de abril o artigo “Unidade com o povo”, no qual afirmava que este último, o “povo”, havia “recebido com alegria e esperança” a notícia “recentemente divulgada de que os partidos anti-governistas PSP, UDN, PDC e MTR e ainda uma poderosa dissidência do próprio PSD tinham assentado as bases de firme unidade”, pois desse modo, prossegue Tribuzi:

[...] finalmente se conjugarão poderosas forças eleitorais para destroçar o mau governo que aí está e quase é como se não tivesse ou melhor: antes não estivera.

Cansado de sofrer em longos 15 anos o imerecido castigo da mediocridade, da violência, da arbitrariedade, da politicalha vitorinista; vendo suceder-se nos governos elementos interessados apenas em usufruir o Poder até os últimos limites e ainda em articular novas fraudes e corrupções e subornos e violências para “vencerem” os próximos pleitos; assistindo e sofrendo a eterna ausência dos homens dos Leões em tudo o que seja interesse popular o mais inadiável, o povo não poderia deixar de saudar essa unidade oposicionista: aqueles que queiram ficar distanciados da opinião pública

terão por certo sentido o entusiasmo popular ante a notícia da formação dessa frente única contra o pessedismo nefasto.

Pode dizer-se mesmo que ao formular não queiram ficar distanciados da opinião [...], os partidos oposicionistas asseguraram uma sólida unidade com o povo tanto ou mais do que entre eles próprios, e estar unido com o povo é o primeiro e mais importante passo para a vitória. Uma vitória cuja significação seria tanto maior por vir a ser obtida precisamente quando a nossa querida São Luís, coração e cérebro multissecular do Estado, completa os 350 anos de sua fundação. Seria sem dúvida essa vitória popular a maior homenagem de nossa gente àquela cidade onde se cristalizaram, através dos tempos, a inteligência e o civismo dos maranhenses.

De fato que melhor maneira poderia ser encontrada para celebrar São Luís, onde um dia floriu o sonho libertário de Bequimão, do que oferecer-lhe a coroa da Liberdade de nosso Povo, quebrando, afinal, os grilhões de um novo cativo?

Este é um belo sonho, uma justa esperança e deve ser, hoje mais do que nunca, o firme propósito de todos os bons maranhenses – unidos para libertar o Estado cuja glória se faz de cultura, de generosidade, de grandeza, de um sistema político mesquinho, obtuso e rasteiro.

(JORNAL DO POVO, 24/04/1962, p.1: “Unidade com o Povo”).

Dois aspectos queremos ressaltar logo de início: a leitura da história política recente, o texto enfatiza os “15 anos” de domínio da “politicalha vitorinista”; e o uso reiterado da ideia de “povo”.

Em relação ao primeiro aspecto deve-se notar que a construção de uma ideia de “cativo” tem como consequência lógica a necessidade de “libertação”. A cada uma dessas ideias ou condições está ligada uma *facção* política: à “politicalha vitorinista” é atribuído o longo “castigo” da “violência, da arbitrariedade”, enfim, o “novo cativo” (em relação ao “cativo” da época de Bequimão); à “unidade oposicionista” cumpre libertar o “nosso Povo” dos “grilhões do cativo”. Esta libertação teria um significado especial se viesse a ser obtida justamente no aniversário de 350 anos de fundação da “nossa querida São Luís, coração e cérebro multissecular do Estado”, “cidade onde se cristalizaram, através dos tempos, a inteligência e o civismo dos maranhenses”. Mais uma vez, as “glórias do passado” tanto nas letras quanto na história política são evocadas para demonstrar o quanto destoava dessa tradição de “inteligência e civismo do maranhenses” a condição vivida no presente, marcada pelo predomínio de um “sistema político mesquinho, obtuso e rasteiro”.

No que diz respeito ao uso recorrente da ideia de “povo”, o agente se coloca na condição de *porta-voz não oficial*<sup>128</sup> dessa entidade abstrata e de contornos fluidos

---

<sup>128</sup> Uma das tipologias formuladas por Kaciaf e Passard (2018) na tentativa de inventariar as diversas modalidades de porta-vozes. Com efeito, os autores identificam quatro sistemas de oposição ou segmentação para definir essa variedade de porta-vozes: 1º) em relação aos públicos a que se dirigem; 2º) às situações nas quais se exprimem; 3º) relativo à institucionalização do papel do porta-voz e de seu

acerca da qual não dispõe de um mandato oficial mas pressupõe e reivindica para si, enquanto jornalista e intelectual, o direito de falar em nome do “povo”, de transmitir seus sentimentos (“alegria” e “esperança”) e seus anseios (o “sonho de libertação” do “cativeiro”).

Um dos focos privilegiados das denúncias, ataques etc. publicados em jornais pelos agentes aqui analisados são as lideranças políticas das facções antagônicas àquelas que eles próprios estão inscritos. No entanto, tal como ocorre com o agente ora considerado, eles não costumam se apresentar como porta-vozes dessa facção mas sim do “povo”, do qual se colocam como representantes dos interesses, anseios e vontades “populares”. Essa dimensão pode ser identificada no artigo assinado por Bandeira Tribuzi dedicado a (des) qualificar a postura política de Renato Archer. O título já denota esses objetivos: “Renato bifronte”, apontando o que seriam as posições mutantes do deputado do PSD, então ocupando o cargo de Sub-Secretário do Ministério das Relações Exteriores (espécie de “vice-ministro”), que tentava conciliar, segundo Tribuzi, uma postura “progressista” ostentada diante dos estudantes da Faculdade de Direito do Maranhão, com o “lamentável retrato de subserviência e vontade de agradar ao sr. Newton Bello (talvez na defesa da candidatura do patriarca Archer)” ao ocupar o microfone da Rádio Difusora e “afirmar coisas a propósito da política maranhense que não ficam bem a um vice-ministro”. Uma dessas “coisas absolutamente caricatas” foi ter dito “que o sr. Newton Bello é um grande jurista, ou aquela outra (Incrível! Fantástico! Extraordinário!) de que o sr. NB está fazendo um governo melhor do que prometeu” (JORNAL DO POVO, 10/05/1962, p.1: “Renato Bifronte”).

Apontando para os jornalistas da “gazeta newtista” (aos quais chama de “capachildos”) ele dispara:

Aos olhos ou ouvidos do capachildo que não aplaudiu o vice-ministro na palestra em que expôs as linhas mestras da nova e patriótica política do Itamaraty, estaríamos nós despeitados com o nacionalismo do sr. Renato, esse nacionalismo bifronte que defende a “autodeterminação dos povos” e compactua com um sistema político que é a mais flagrante violação

---

reconhecimento por terceiros; e o 4º) remete às capacidades de ação na definição da mensagem. A cada um desses sistemas de segmentação correspondem tipos particulares de porta-vozes, no caso daqueles definidos a partir da questão da institucionalização eles são dois: o porta-voz oficial e o porta-voz não oficial: “D’un côté, le porte-parole officiel est explicitement mandaté pour exercer une fonction stabilisée au service d’un groupement relativement pérenne. De l’autre, le porte-parole non officiel ne dispose pas d’un mandat formel, mais ses prises de parole reposent tout de même sur une présomption de représentativité fondée soit sur une revendication de ‘normalité’, soit sur un statut spécifique qui autorise à parler au nom d’une entité abstraite, d’une cause ou d’un collectif aux contours flous” (p.4)

do direito de autodeterminação do povo maranhense, criminosamente burlado pela fraude pessedista que tem feito, nesses 15 anos, das eleições uma farsa.

Saiba pois capachildo que escudou com raiva a palestra do sr. Renato Archer sobre a política externa de independência que o sr. San Tiago Dantas tão lucidamente dirige no Itamaraty, que não temos despeito nenhum com o êxito que obteve menos o bifronte deputado Renato do que a política externa de que foi mero porta-voz. Estamos muito bem como estamos e onde estamos; que o sr. Renato Archer continue cultivando o seu “nacionalismo miliardário” de associado do grupo Rocha Miranda em numerosos empreendimentos econômicos. Que continue cultivando seu “nacionalismo” míope que não lhe permite ver que o governo Newton Bello não é apenas subdesenvolvimento mas o desastre contra o Maranhão.

Nós sempre preferimos o nacionalismo que não faz do dinheiro uma de suas metas; um nacionalismo que não vê o Brasil através de uma lente e o Maranhão sob outra quando se trata de incensar, como o sr. Renato Archer incensou, seu “compadre” Newton Bello...

(JORNAL DO POVO, 10/05/1962, p. 1: “Renato Bifronte”).

Encontra-se em disputa aqui a categoria “nacionalismo”, que no caso do deputado “bifronte” é do tipo “miliardário” visto que ter como meta auferir lucros a partir de seus “numerosos empreendimentos econômicos” em sociedade com grupos empresariais. No que se refere à “realidade” política maranhense, o deputado cultiva um “nacionalismo míope”, incapaz de enxergar que o governo do seu “compadre” Newton Bello, ao perpetuar o subdesenvolvimento, se tornou um “desastre” para o Maranhão.

Em um dos escritos o agente (JORNAL DO POVO, 22/04/1962, p.1) denuncia as manobras do deputado Ivar Saldanha, então prefeito nomeado de São Luís, mas cuja carreira política estava ligada ao município de Rosário e áreas adjacentes. O título do artigo, publicado com destaque na primeira página da edição de domingo, ia direto ao ponto: “Ivar Insulta Médicos Legistas”. Vejamos como Tribuzi descreve o contexto da polêmica:

O sr. Ivar Saldanha mandou publicar no jornal do sr. Newton Bello uma nota redigida por um qualquer capachildo em que pretende dar uma resposta às notas que temos publicado caracterizando uma vergonhosa trama que articulou para fechar o Socorro Farmacêutico de Santa Rita, de propriedade da companheira do candidato opositor à Prefeitura daquele novo município. Longe porém de ser uma resposta ao que dissemos, a nota do sr. Ivar é apenas um insulto contra os ilustres médicos legistas da Polícia, drs. Carneiro Belfort e Zilo Pires.

Como já noticiou JORNAL DO POVO, estes médicos procedendo a exame cadavérico da criança cuja morte fora atribuída a intervenção cirúrgica procedida pela proprietária do Socorro Farmacêutico, chegaram a uma conclusão que não admite controvérsias: a operação não foi realizada e a causa da morte nada teve que ver com a acusação formulada.

Apesar disso, o Diretor de Saúde, numa atitude surpreendente e para tender aos caprichos políticos do deputado Ivar Saldanha, recusa-se a mandar reabrir o Socorro Farmacêutico de Santa Rita, com grave prejuízo para o povo daquele município. Esta é a verdadeira e lamentável história que o sr. Ivar Saldanha não conseguirá falsear.

O que desespera o prefeito nomeado de São Luís é ver como JORNAL DO POVO lhe retira, dia a dia, a máscara de demagogo com que pretende granjear simpatias e votos em São Luís, para compensar seu inteiro desgaste em Rosário, onde o povo já se cansou de 15 anos de desmandos e de métodos políticos mesquinhos. O sr. Ivar Saldanha é assim mesmo: não lhe repugna inventar uma torpe mentira como a que inventou para prejudicar um adversário que teme pois sabe que perdeu o controle do município de Santa Rita. Não hesita mesmo em insultar ilustres médicos que não se prestam a ser seus instrumentos de ódio. E manobra nos corredores da Secretaria de Saúde, levando até mesmo pessoas de conceito a comprometerem sua reputação para servi-lo.

O sr. Ivar Saldanha não engana ninguém: aqui como em Rosário. E se espalha ventos pode ficar certo de que, a 7 de outubro, vai colher sua tempestade.

Fica patente o envolvimento direto do agente no corpo a corpo das lutas faccionais, ainda que tente situar-se enquanto observador do jogo político, o que o exercício da atividade jornalística lhe permite lançar mão, não apenas em nome da chamada opinião pública mas, principalmente, falando enquanto porta-voz do povo que, segundo ele, “já se cansou de 15 anos de desmandos e de métodos políticos mesquinhos” e que dará resposta nas eleições de 7 de outubro vindouro.

Outro aspecto a ser destacado é a clara delimitação das posições faccionais entre “situacionistas” e “oposicionistas”, com a tomada de posição do agente em favor destes últimos. Em seu texto o agente busca se beneficiar da reputação e reconhecimento sociais de um determinado segmento profissional, os médicos, para com isso enfraquecer ou deslegitimar a posição contrária que, no caso em pauta, era representada pelo deputado Ivar, então prefeito nomeado (condição realçada por Tribuzi no intuito de demonstrar a ilegitimidade na ocupação desse cargo, ainda mais em se tratando da “Ilha rebelde”).

Não nos parece imprescindível descer nas produções literárias (poesias, etc) do agente para captar sua visão de mundo, particularmente no que se refere ao universo político e social. Todavia, excertos ou fragmentos dessa produção também aparecem nos jornais maranhenses pesquisados e o seu conteúdo expressa justamente o que estamos tentando demonstrar, ou seja, que seus escritos são tomadas de posição frente aos domínios políticos e culturais, além de estarem marcados pela história social do agente, suas experiências de socialização, formação escolar com viés religioso, a passagem pelo seminário, os conhecimentos adquiridos na faculdade de economia, o engajamento político de esquerda, suas crenças político-ideológicas (marxismo).

### **CREDO**

Creio que sou e no que vejo  
pelos sentidos ou razão  
(o olfato do meu coração  
é mais forte do que o desejo).  
Não creio no vão realejo  
da pura imaginação  
(embora a deguste sem pejo  
reinventando uma paixão...)

Creio que os homens são iguais  
no direito à humana vida;  
não creio nos sangues reais  
nem na sorte preconcebida;  
creio que todos são mortais  
qualquer que seja a morte tida  
e após a morte é o nunca mais  
e a carne em humus repartida.

Creio que existe uma verdade  
embora ainda por achar  
e essa verdade é a realidade  
já decifrada ou a decifrar.  
Creio que cada mistério há-de  
um dia se translucidar  
e o que é luar de ser será de  
ser um alto dia solar!

Creio no poder da palavra  
e no maior poder da ação:  
creio no grão no que vai ser safra,  
creio na safra quando é pão;  
não creio no que um olhar abra  
em reticências ou paixão  
porque essa promessa a escalavra  
a hipocrisia ou a intenção...

Creio nos males da moeda  
e no furto da mais-valia  
que fazem deste bom planeta  
arena da pior vilania  
mas creio que virá o dia  
igual à rima do poeta  
– que só há riqueza completa  
quando o juro é todo poesia.  
BANDEIRA TRIBUZI

Estamos diante de uma tomada de posição sob a forma de um produto simbólico que tende a ser lido como tal, acentuando-se suas dimensões poéticas. Essa leitura é a que o próprio produtor solicita que seja feita, o que em larga medida costuma ser atendida pelos críticos literários. Tendo construído o perfil sociográfico do agente e acompanhado seu percurso e inserção nos diversos domínios sociais, portanto, situando-o nas teias de relações nas quais foram sendo forjados suas concepções e valores, torna-se possível objetivar, também, os artefatos artístico-culturais por ele produzidos. O

poema transcrito acima foi publicado em 1º de março de 1964 no suplemento literário “Letras e Artes” do jornal *Correio do Nordeste*. O que pode ser lido de um ponto de vista que considera estritamente seus méritos literários, ou seja, suas realizações formais (metro, rima, etc), sua intertextualidade (relação com outros poemas, do próprio autor ou de outros poetas, etc), situando seu criador na tradição literária ou em contraposição à mesma (“modernismo”, “vanguarda”), é passível também de uma leitura que toma os domínios literários e intelectuais como espaços relacionais marcados pela concorrência entre seus pares, que estão inseridos no espaço social mais amplo, e nos quais os agentes também assumem diferentes atividades e engajamentos a partir dos recursos que dispõem e/ou são capazes de mobilizar, sempre sob as condições sociais e estruturais existentes naqueles diferentes âmbitos de atuação da vida social.

Nessa perspectiva, o poema em apreço constitui uma tomada de posição que expressa tanto as disposições quanto as posições sociais do agente. Sua perspectiva politicamente engajada e de crítica ao sistema capitalista, na qual ressoam seus conhecimentos sócio-econômicos e políticos (formação em economia) e sua perspectiva ideológica (“marxista”), enfim, suas crenças. Tal como indica o título do poema, “Credo”, e a própria forma de exposição do seu conteúdo, suas pro-posições, são uma referência direta à oração católica de mesmo nome, o que não podemos deixar de relacionar com a experiência social do agente, estudante em regime de internato em escolas católicas e depois seminarista, chegando a receber a ordenação sacerdotal de frei franciscano. A sua visão de mundo encontra-se articulada e tensionada com os valores de uma formação religiosa (humanista) com aqueles de um materialismo racionalista (economista marxista), confluindo (ou conciliando-se) numa produção poética voltada para a humanidade, no sentido de uma crença na humanidade (“creio que os homens são iguais/ no direito à humana vida”) e não em deuses ou na vida após a morte (“e após a morte é o nunca mais/ e a carne em húmus repartida”).

Sua “crença” está ancorada na única “verdade” existente que é a “realidade”, daí porque afirmar sua crença “no poder da palavra”, porém, acredita “no maior poder da ação” (política). Consequência lógica desse ponto de vista é a sua crítica à exploração do homem pelo sistema da “mais-valia” que transforma “este bom planeta” numa “arena da pior vilania”. Entretanto, essa “realidade” não impede o poeta de ter esperança, pois acredita “que virá o dia/ igual à rima do poeta/ - que só há riqueza completa/ quando o juro é todo poesia”.

O culto do “civismo” e a exaltação da “grandeza cultural” do Maranhão são valores que perpassam as conjunturas históricas aqui consideradas. Separadas por trinta anos, elas apresentam recorrências que podem ser apontadas nas produções escritas dos agentes em cada uma das configurações. Além das questões relativas à multidimensionalidade, multiposicionalidade e multinotabilidade, existem outras que dizem respeito, por exemplo, à persistência de uma matriz de pensamento que se expressa no que os agentes denominam como “tradição intelectual”, conforme pode ser visto em dois artigos que Tribuzi redigiu por ocasião das celebrações e homenagens para marcar o Centenário da morte de Gonçalves Dias (1864-1964). No primeiro, intitulado “Homenagem do Ridículo” (Correio do Nordeste, 08/11/1964, p.3), Tribuzi critica “as falhas e impropriedades gritantes” particularmente no que se refere “ao modo como as autoridades” realizaram as comemorações.

E não se diga que isso ocorreu porque escasseassem os recursos financeiros (...) aí está a proclamada superabundância do Tesouro estadual, (...) bilionariamente farta para garantir o que se gastou – nem sempre bem – e o que bem melhor poderia ter sido gasto.

A mais gritante e imperdoável das falhas, a nosso ver, se constitui em não ter o Poder Público, com tais recursos à mão, providenciado a reedição das obras do Poeta em duas grandes coleções: uma, completa, destinada aos estudiosos que se atormentam para conseguir ler os raríssimos exemplares de suas obras completas; outra selecionada e composta de seus trabalhos mais acessíveis ao grande público. Devendo ser esta fartamente distribuída nas escolas médias e superiores. E ambas convenientemente enviadas a todos os centros de cultura do País.

Quanto à mais intolerável das impropriedades foi ela o triste desfile com que se pretendeu (temos obrigação de assim admitir) prestar tributo de pública admiração ao maior dos maranhenses mas que, na verdade, só serviria para humilhar-lhe a memória se humilhada pudesse ela ser. Felizmente a memória de Gonçalves Dias resiste a despautérios de qualquer natureza. Mas isso não nos impede de afirmar que o tal desfile de rua lamentável: primeiro por mais dar a impressão de se tratar de homenagem ao próprio D. Juan; segundo pelos índios de araque numa terra onde eles existem em carne e osso; e last but not least pela caricatura do Poeta que desfilou com indumentária indu, calças de play-boy e botinhas anatômicas e deixou em todos uma pergunta: e afinal, cadê Gonçalves Dias?

O agente aponta as falhas e impropriedades das celebrações oficiais, mas ao mesmo tempo se sente autorizado a prescrever como deveria ser a relação com esses ícones da cultura do Maranhão, com o que, por exemplo, deveria ser gasto os recursos públicos (edição das obras completas do “nosso Poeta maior”) utilizados nessas celebrações. Percebe-se ainda uma tentativa de blindagem ou de sacralização da memória do “maior dos maranhenses” frente aos usos e apropriações de profanadores (“Felizmente a memória de Gonçalves Dias resiste a despautérios de qualquer



natureza”). A despeito dessas impropriedades e falhas, a “obra” e a “vida do Poeta” permanecem enquanto fontes para a aprendizagem de “alto civismo” e de “cultura”.

A dimensão atinente às relações entre os intelectuais e o chamado Poder Público, que esse artigo permite entrever, encontra-se muito mais visível no segundo, em que Tribuzi continuava a tratar da efeméride gonçalvina. Intitulado “Grandeza da Cultura”, ele foi publicado no *Correio do Nordeste* de 11 de novembro de 1964. Recortamos que abaixo:

#### GRANDEZA DA CULTURA

##### BANDEIRA TRIBUZI

As celebrações do Centenário de Gonçalves Dias tiveram sobretudo o mérito de revelar aos que disso duvidassem que nosso povo continua, apesar de tudo, a despeito de tudo, fiel a si próprio. Isto é fiel a sua tradição de povo devotado à cultura, de povo criador de cultura, de povo sensível ao alto significado da cultura.

Em tôdas as solenidades públicas o que se viu foi uma ocorrência de verdadeira multidão desejosa de tributar ao maior dos maranhenses as homenagens que a magnitude de sua obra imortal estava a exigir. E essas homenagens bem refletiam também que os maranhenses continuam a considerar que nossa maior riqueza, nosso mais alto patrimônio é o da inteligência, é o da arte.

O Maranhão já foi, outrora, um grande centro cultural irradiador: aqui nasceram e cresceram no trato das coisas da inteligência e da sensibilidade Gonçalves e Teófilo Dias, Gomes de Souza, Odorico Mendes, João Lisboa, Coelho Neto, Artur e Aluizio Azevedo, tôda uma pleiade de artistas e sábios que deslumbraram o País e grangearam para São Luís o epíteto de Atenas.

Mas o Maranhão não é só passado: Viriato Correia, Josué Montello, Franklin de Oliveira, Ferreira Gullar, Odylo Costa — filho, Lago Burnett, João Mohana entre muitos outros, projetam hoje, no sul do País a mesma imagem de um Maranhão culto. E na velha província, heróicos e fiéis, menos divulgados mas não menos talentosos, intelectuais que confirmam nossas tradições mantêm o fogo sagrado da cultura: Arlete Nogueira da Cruz, José Chagas, Nascimento de Moraes, Bello Tajra, Fernando Moreira, Dagmar Destêrro, Carlos Cunha, Ubiratan Teixeira, Erasmo Dias. Almeida eem falar da valorosa novíssima geração.

Eis aí uma riqueza preciosa a que só tem faltado uma coisa para que o Maranhão se apresente aos olhos do Brasil, hoje como ontem, em tôda a sua grandeza: a compreensão, o estímulo, a ajuda dos Poderes Públicos. Aos quais tudo quanto os intelectuais maranhenses pedem é que não confundam arte com política e saibam reconhecer a grandeza da Cultura.

Segundo o agente, a “Grandeza da Cultura” seria a marca do “nosso povo”, o qual, permanecia, “apesar de tudo, a despeito de tudo, fiel a si próprio. Isto é, fiel à sua tradição de povo devotado à cultura, de povo criador de cultura, de povo sensível ao alto significado da cultura”. As circunstâncias proporcionadas pelas comemorações do citado Centenário da morte de Gonçalves Dias expressavam, segundo Tribuzi, o quanto “os maranhenses continuam a considerar que nossa maior riqueza, nosso mais alto patrimônio é o da inteligência, é o da arte”. Isso estaria evidenciado não só no fato de aqui ter surgido, em meados do século XIX, “toda uma plêiade de artistas e sábios que deslumbraram o País e granjearam para São Luís o epíteto de Atenas”, mas também porque no presente (“o Maranhão não é só passado”) existiam nomes que “projetavam” “no sul do País a mesma imagem de um Maranhão culto”. Sem contar aqueles que permaneciam na “velha província”, “heroicos e fiéis, menos divulgados mas não menos talentosos, intelectuais que confirmam nossas tradições [e] mantêm o fogo sagrado da cultura”, dentre outros nomes, Bandeira Tribuzi cita: Arlete Nogueira da Cruz, José Chagas, Nascimento de Moraes [filho], Carlos Cunha, Ubiratan Teixeira e Erasmo Dias, “sem falar da valorosa novíssima geração”.

Para que esta “riqueza preciosa” que são os intelectuais e escritores do Maranhão pudesse apresentá-lo (e representá-lo) “em toda a sua grandeza” “aos olhos do Brasil”, tal como fizera no passado aquela “plêiade de artistas e sábios”, faltava apenas uma coisa: “a compreensão, o estímulo, a ajuda dos Poderes Públicos. Aos quais tudo quanto os intelectuais maranhenses pedem é que não confundam arte com política e saibam reconhecer a grandeza da Cultura”. A defesa da “Cultura”, a sua consagração enquanto suposta característica que definiria o “maranhense” como “povo devotado à cultura”, “povo criador de cultura”, “povo sensível ao alto significado da cultura” revela-se como uma forma de consagração daqueles que efetivamente são os criadores dessa “riqueza preciosa”: os “intelectuais maranhenses”. Trata-se, portanto, de uma autoconsagração que busca legitimar-se através de uma identificação com o “povo”, no qual se projetam características de uma relação com a cultura (a exemplo da “sensibilidade ao alto significado da cultura”) que são peculiares a um determinado segmento dessa população, afinal nomeado no último parágrafo, quando se reivindica que os “Poderes Públicos” reconheçam a “grandeza da Cultura” do Maranhão o que deve ser feito de duas maneiras: 1º) através de “estímulo” e “ajuda” aos intelectuais; e

2º) não confundindo “arte” com “política”, ou seja, não interferindo na “liberdade criadora”<sup>129</sup> dos artistas e intelectuais.

### **4.3 José Chagas: uma crônica (necessidade) da política**

A análise dos escritos jornalísticos de José Chagas baseia-se nos seguintes materiais empíricos: 1) *Correio do Nordeste*: entre dezembro de 1962 e maio de 1965; 2) o livro intitulado “Vitorinadas”, em que foram reunidas versos anteriormente publicadas no jornal *O Combate*; 3) *Jornal do Dia*: entre abril de 1965 e fevereiro de 1966.

A objetivação desses materiais seguiu foi orientada pela problemática formulada no presente trabalho. Enfatizou-se, portanto, as tomadas de posição relativas ao universo faccional, a produção de imagens e interpretações da história política do Maranhão, bem como os recursos, trunfos e estratégias que possibilitaram ao agente afirmar-se enquanto um produtor e intérprete de imagens e representações sobre a “política” e a história política do Maranhão.

A ingresso de José Chagas no quadro de colaboradores do *Correio do Nordeste* de Zuzu Nahuz aconteceu em dezembro de 1962. Sua produção restringe-se exclusivamente à produção de crônicas. Em todos os jornais que atuou ao longo de sua carreira o agente nunca desempenhou das funções que caracteriza o ofício do jornalista: reportagem, entrevista, atividades de redação (editor, redator, editorialista, sueltista, articulista, etc), ou de direção (secretário, diretor, etc). De modo que é como poeta e cronista que ele ficará conhecido nos domínios jornalísticos e intelectuais. Todavia, uma das principais temáticas das suas produções jornalísticas são as questões relativas à política, aos agentes políticos e à administração pública, particularmente nos níveis estadual e municipal.

Porém, suas primeiras crônicas publicadas no *Correio do Nordeste* tratavam do tema político nacional: o plebiscito pelo qual a população brasileira decidiria pelo retorno ao presidencialismo ou pela manutenção do regime parlamentarista instaurado pelo Congresso Nacional no bojo da crise do processo sucessório que deveria garantir a posse de João Goulart (vice-presidente eleito) por conta da renúncia do presidente Jânio Quadros. A análise desta crônica é interessante porque nos coloca em contato com

---

<sup>129</sup> Título de um dos seus artigos publicados no jornal *Correio do Nordeste* em fevereiro de 1965 (CORREIO DO NORDESTE, 28/02/1965, p.4).

aspectos da concepção de política o agente vai mobilizando e atualizando nas suas produções jornalísticas no decorrer dos anos.

Segundo José Chagas, o “Brasil” é um “bazar de quinquilharias políticas” e onde a “política” foi “desvirtuada” por homens que se comportam como se estivessem em um “circo”, brincando de dar “cambalhotas” no “regime”, ou seja, “virando e revirando, quando bem entendem, a nossa republiquinha primária” (CORREIO DO NORDESTE, 09/12/1962, p. 2: “Plebiscito”). “Quando verificam que o povo não anda lá muito satisfeito com aquelas proezas de quixotes pançudos, eis que nos oferecem um vocábulo mágico, um tanto cabalístico e intencionalmente consolador: - plebiscito”. Porém, eles, “os homens que estão no picadeiro”, segundo Chagas, “sabem todos os truques e facilmente nos confundem”, por isso pergunta: de que adianta optar pelo presidencialismo, por exemplo, “se qualquer dia eles poderão por conta própria, virar tudo pelo avesso?”.

A 6 de janeiro de 1963, dia do Plebiscito Nacional, Chagas disserta mais um vez sobre o tema. Declara que votará no presidencialismo, mas isso não implicaria em atribuir qualquer importância a ele, posto que a mudança de regime não tinha poder para mudar os homens, o que, segundo Chagas, era o que se fazia necessário. O plebiscito permitia trocar “apenas o apelido desta nossa politicazinha que é feita para satisfazer interesses escusos, trabalhada no sentido de que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres”. Até aqui sobressai uma perspectiva crítica porém resignada em relação à política brasileira.

A crônica do dia 9 de janeiro de 1963 é intitulada “Carta de ano novo”. O autor comenta uma “carta” de Nauro Machado dirigida ao governador Newton Bello e que publicada em jornal da cidade. Naquela missiva, segundo Chagas, o seu autor protestava contra a falta de apoio à publicação de obras artísticas (literárias). Paralelamente ao comentário geral sobre a carta do poeta Nauro Machado, o texto de José Chagas elabora uma retrospectiva do ano que passou, e com ironia aponta a “coerência” do governo: “os problemas que o Estado enfrentava em janeiro passado são ainda os mesmos com que se defronta neste novo janeiro, só que revistos e ampliados, como declaram os editores no frontispício dos livros que reeditam”.

Na opinião do próprio do governo, houve um bom governo. Ninguém lhe tira o direito de opinar. É sagrado. Vivemos, segundo parece, numa democracia. E, além disso, governo é governo.

Não se vai também dizer que o ano não tenha sido movimentado. Houve comemorações com fogos de artifício e obelisco. [...] Houve eleições,

ou mais precisamente, fraudes. Houve falta de água, de luz, de transportes. Houve greves, e acima de tudo houve fome, fome, fome. Alguns amigos meus, excelentes governistas, costumam explicar-me que falta de água, de luz, de transportes, fome etc, também há em outras capitais. Não é só aqui. [...] Isso, para eles, deve ser um consolo.

JOSÉ CHAGAS

(CORREIO DO NORDESTE, 09/01/1963, p.3: “Carta de ano novo”).

Ainda em janeiro de 1963 José Chagas comenta o aniversário de dois anos do governo de Newton Bello. Nas palavras dele: se “um cronista social”, com suas “originalidades”, “diria: ‘o governo completará amanhã dois aninhos’. Ou por outra: ‘amanhã o governo estará inuagurando nova idade’, [...] eu, que sou cronista um pouco anti-social, não posso ver a coisa senão sob outro ângulo”. Este ângulo, que é o do “cronista anti-social”, é também, segundo ele próprio, o ponto de vista do “povo”:

Direi, exprimindo o sentimento popular, que os maranhenses não darão muita importância ao fato de o governo fazer anos. Não ganham nada com isso. Os maranhenses cultivavam a esperança, agora quase perdida, de que os anos é que fizessem o governo. [...] Assim é que se passou ao ano de 1961 e os maranhenses nada viram de concreto. Mas, paciência, era o primeiro ano de governo, ano de planejamentos, ano de sonhos. Que diabo, Roma não se fez num dia, nem num ano. Nem mesmo aqui a nossa “Roma Velha” foi feita em tão pouco tempo. Veio então 1962. Passou. E eis que de novo se pergunta ao povo o que é que ele acha do governo, e o povo responde com um palavrão. Que governo? O povo não vê nada de que possa falar, a não ser da carestia, falta de transporte, fome, injustiças e misérias em todos os recantos do Maranhão. E a esperança, de tão gasta em dois anos, já não sobra para que se acredite um pouco em 1963, o único ano que resta para uma tentativa de paciência, porque dizem que de 1964 em diante o governo ocupado apenas no trabalho de suceder-se a si mesmo. Afirmam alguns que isso já começa a ser maquinado. Não acreditamos. Deve ser maluquice de quem o diz. Delírio dessa gente. Gente faminta está sujeita a alucinações de toda natureza. Quem pode dar crédito aos reclamos de um povo que se vê explorado até o limite dos ossos, entregue à incerteza de seu próprio destino e, por conseguinte, lançado a um desespero que o conduz às raias da inconsciência?

[...]

(CORREIO DO NORDESTE, 30/01/1963, p. 3: “Paraíso Perdido”).

Falar em nome do povo é um aspecto que aparece com tanta naturalidade nos textos jornalísticos dos agentes aqui analisados que merece uma reflexão mais pormenorizada no sentido de apreender as condições de possibilidade dessa relação de representação entre intelectuais e “povo”. No texto acima o seu autor assume este papel de porta-voz (“Direi, exprimindo o sentimento popular (...)”), que lhe permitiria expressar não apenas as “esperanças” e os “sentimentos populares”, mas também o que seriam suas percepções ou avaliações (“populares”, no sentido de rudes, grosseiras: “o povo responde com um palavrão”) acerca do governo: “de novo se pergunta ao povo o

que é que ele acha do governo [...]. Que governo? O povo não vê nada de que possa falar, a não ser da carestia, falta de transporte, fome, injustiças e misérias em todos os recantos do Maranhão”. O “povo” fala através do seu porta-voz, que no caso é um intelectual que escreve em jornais e é capaz de articular em palavras o que o “povo” “sente”, “espera”, “pensa” etc. posto que quando fala por sua própria boca exprime apenas “palavrões” ou então se cala, incapaz de articular as palavras: “O povo não vê nada de que possa falar”. Apesar da forma irônica e sarcástica que imprime aos seus escritos jornalísticos, não deixa de ser interessante a referência que o autor faz ao seu poder enquanto representante do “povo” que decide quando este deve falar:

[...] por isso que resolvi não publicar nada de entrevista com o homem do povo, a propósito do aniversário do governo, como me haviam sugerido. Evitei assim, de minha parte, que esse povo ingrato e pessimista viesse, com suas insuportáveis lamúrias, estragar a alegria do governo, que, justiça seja feita, tanto se tem empenhado no sentido de comemorar seu próprio aniversário [...].

(CORREIO DO NORDESTE, 30/01/1963, p. 3: “Paraíso Perdido”).

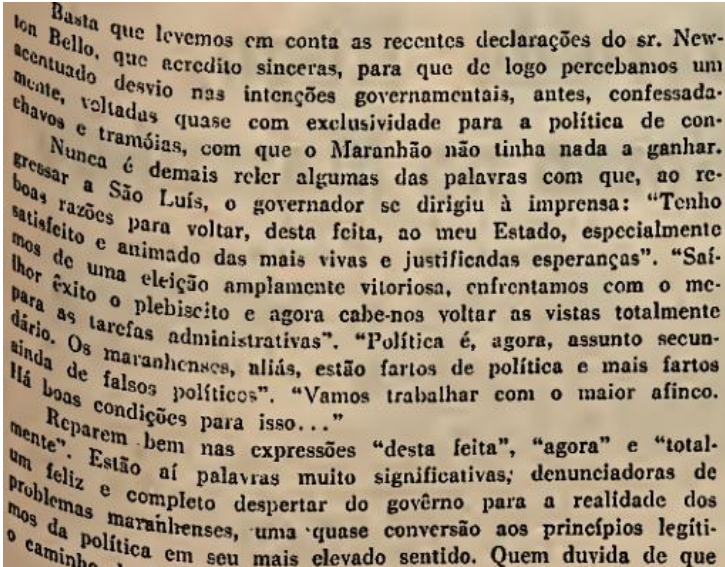
Como podemos observar o agente se situa em um horizonte de perspectiva já apontado neste trabalho, o qual ressalta a “grandeza cultural” do passado, as “legendas vivas de glória” (“ícones”).

Na matéria “Sete deputados e um destino” (CORREIO DO NORDESTE, 03/03/1963, p. 3), José Chagas trata do caso dos deputados federais (todos do PSD) que ameaçavam abandonar a base governista por não concordarem com o nome indicado pelo governador Newton Bello para exercer a liderança daquela bancada na Câmara Federal. Mais uma vez podemos identificar aspectos de um processo de produção e reprodução de representações sobre o fenômeno político no Maranhão, as quais expressam as concepções de “política” do agente, bem como dizem sobre a posição que assumia em relação ao jogo político em curso naquele momento.

Ele começa justificando por que ainda não tinha tratado do assunto: “porque havia carnaval” “falei longamente de Momo e não do sr. Newton Bello, de carnaval e de não de governo, cousas, aliás, facilmente confundíveis por alguns leitores maliciosos, que asseguram haver orgias e máscaras na política tanto quanto nos festejos de Momo”. Tomando o exemplo das máscaras ele continua a comparação, tratando das mudanças que ocorrem tanto na política quando no Carnaval: “os mais desconfiados estão encontrando dificuldades em saber, por exemplo, se o que ocorreu agora no PSD foi um cair ou um afivelar de máscaras”. Apresenta, então, o ponto de vista daqueles que

estariam envolvidos com o jogo político: “os governistas mais fiéis consideram os rebeldes do PSD como verdadeiros palhaços, enquanto do outro lado muitos asseveram que o palhaço, no caso, é um e somente um” (o governador Newton Bello).

Segundo José Chagas, a “rebeldia” dos sete deputados teria “feito renascer uma parcela de esperança”, por parte do “povo maranhense”, em relação “aos chamados homens públicos”. No fragmento a seguir reproduzido encontramos mais alguns exemplos que expressam simultaneamente as concepções do agente acerca da “política”, sua diferença em relação à “política” praticada no Maranhão e, finalmente, a condição de porta-voz do Maranhão (ou melhor, do “povo” maranhense) que o autor do texto assume:



Basta que levemos em conta as recentes declarações do sr. Newton Bello, que acredito sinceras, para que de logo percebamos um acentuado desvio nas intenções governamentais, antes, confessadamente, voltadas quase com exclusividade para a política de chavos e tramóias, com que o Maranhão não tinha nada a ganhar. Nunca é demais reler algumas das palavras com que, ao regressar a São Luís, o governador se dirigiu à imprensa: “Tenho boas razões para voltar, desta feita, ao meu Estado, especialmente satisfeito e animado das mais vivas e justificadas esperanças”. “Saí-lhor de uma eleição amplamente vitoriosa, enfrentamos com o melhor êxito o plebiscito e agora cabe-nos voltar as vistas totalmente para as tarefas administrativas”. “Política é, agora, assunto secundário. Os maranhenses, aliás, estão fartos de política e mais fartos ainda de falsos políticos”. “Vamos trabalhar com o maior afínco. Há boas condições para isso...”

Reparem bem nas expressões “desta feita”, “agora” e “totalmente”. Estão aí palavras muito significativas; denunciadoras de um feliz e completo despertar do govérno para a realidade dos problemas maranhenses, uma quase conversão aos princípios legítimos da política em seu mais elevado sentido. Quem duvida de que o caminho

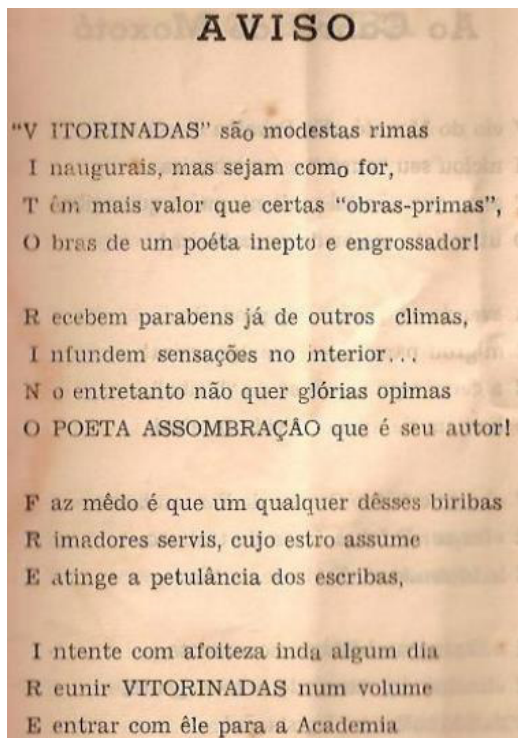
Parecem existir, portanto, uma pluralidade de lugares nos quais o agente se situa: observador distanciado (“cronista”), porta-voz do povo e crítico anti-governista. Em relação a este último lugar no jogo faccional podemos retomar a passagem em que se refere aos dois lados (governo e oposição ou “situacionismo” X “oposicionismo”). Considerando este princípio estruturante do *domínio* político faccional o agente se encontra “do lado” do “oposicionismo”, ainda que seu texto procure realçar certo distanciamento frente aos fatos comentados, o teor das críticas, a ironia, e principalmente a condição de *porta-voz não oficial* do povo, permitem situá-lo no jogo faccional. Integra ele o “oposicionismo” que combate de forma contundente o chamado “situacionismo”. A forma sutil e irônica como constrói seus ataques e denúncias dos “desmandos”, “desvirtualidades” e da “apatia” do governo, bem como a independência

que muitas vezes reivindica para si, não impedem de compreender que ele ocupa uma posição no jogo faccional extremamente dicotomizado, ainda que as mudanças entre os lados ocorram com certa frequência entre os seus integrantes. Mais do que uma credibilidade jornalística, o que estava em jogo aqui era uma tentativa de se desmarcar das categorizações produzidas nos embates faccionais da época, dos rótulos ou etiquetas que identificavam todos os agentes envolvidos naquelas lutas políticas e simbólicas. Não se pode desconsiderar, também, o peso das relações pessoais, da amizade, por exemplo, que impunha compromissos ou ligações entre os agentes que, em geral, costumavam ultrapassar ou romper com os interesses faccionais. Isso transparece, particularmente, no caso dos agentes Bernardo Coelho de Almeida e José Chagas. Envolvidos nas lutas faccionais, eles cultivam com especial dedicação os vínculos de amizade, podendo-se dizer que estes são sempre mais fortes e perenes do que aqueles mantidos por conta das injunções políticas faccionais.

O envolvimento de Chagas nas lutas faccionais se deu logo no primeiro momento de sua entrada na imprensa maranhense, no jornal *O Combate*, para onde foi levado pelo amigo Amaral Raposo, ainda no final dos anos 1940. Os escritos dedicados ao embate faccional, todavia, não eram assinados devido a virulência dos ataques, os quais visavam particularmente o líder da *facção* “situacionista”, Vitorino Freire. Esta produção passou a ser denominada “Vitorinadas”, que, devido ao grande sucesso, mas também por conta das intenções eleitorais, foram publicadas em formato de livro pelas “Oposições Coligadas” em 1950.

Os primeiros sonetos, considerando a ordem de disposição na referida brochura, são dedicados às figuras que acompanham o personagem principal das rimas criadas pelo “poeta Assombração”. Aquelas são chamadas de “Vitorinadas” por conta do nome do principal “homenageado”, o senador Vitorino Freire, cuja quantidade de letras (quatorze) coincide com o número de versos que compõem um soneto, forma empregada nas composições. Esta coincidência permitiu ao autor fazer uso ainda do acróstico, posto que em todos os sonetos se pode ler, na vertical, o nome VITORINO FREIRE, conforme se pode ver no “aviso” com que o poeta explica o que são as “vitorinadas”:





O “poeta Assombração” que se diz o autor das “rimas” é, na verdade, o jovem poeta (ainda não havia publicado nenhum livro) e colaborador de jornal José Chagas. Produção encomendada e que tinha o objetivo claro de desqualificar o então senador Vitorino Freire (PSD), principal liderança política no estado do Maranhão naquele momento.

A composição que abre o volume deve ter sido também uma das primeiras da série “Vitorinadas” que Chagas produziu e *O Combate* publicou. Ei-la:

## Ao Cabra de Moxotó

V elo do Moxotó. Na Paraíba  
I niciou seu “curso” e fez carreira...  
T anto que não há mais ninguém que exiba  
O utra lista maior de roubalheira!

R evendo-se, porém, na pindaíba,  
I migrou para cá — ave agoureira!...  
N a certa aqui os sócios do “biriba”,  
O haviam de apoiar a vida inteira!

F oi dito e feito. O asno de Pernambuco  
R efez-se. E foi, à força de trabuco,  
E leito senador. E viu-se, então,

I ncitatus na história novamente,  
R elinchando, zurrando a toda gente,  
E dando coices na legislação!

Fonte: As Vitorinadas, 1950, p.4.

As imagens utilizadas para caracterizar o “Cabra de Moxotó” estabelecem uma relação com aspectos tradicionalmente definidores da imagem mítica do Maranhão e dos maranhenses: “cultos” e “civilizados” (pacíficos). Porém, trata-se de uma relação de contradição, visto que o personagem é marcado pela incultura (“asno de Pernambuco”) e o uso da violência e da força bruta, animalesca. Com efeito, o “curso” em que se formou é o da “roubalheira”, onde ninguém o suplantaria. Seu ingresso na política se teria ocorrido mediante o apoio dos amigos (que “o haviam de apoiar a vida inteira”) e, principalmente, pelo uso da violência (“força do trabuco”). Sua atuação política faria lembrar o famoso caso em que o imperador romano Calígula teria tentado nomear seu cavalo preferido para o Senado. A diferença no caso é que o “Incitatus” do Maranhão acabou eleito e, “relinchando” e “zurrando” com toda a gente, dava “coices na legislação”.

Os sonetes seguintes são “homenagens” a alguns dos principais amigos e colaboradores do personagem principal. Conseguimos identificar alguns desses coadjuvantes nos “versos sujos” que o poeta “Assombração” lhes dedica: “Ao Soba de Codó” (p.7), o então ocupante do Palácio dos Leões, governador Sebastião Archer; “Ao ‘dono’ do IAPC” (p.9), o seu filho Remy Archer; “Ao ‘nome nacional’” (p.11), Franklin

de Oliveira<sup>130</sup>; “Ao Babaquara” (p.14), o secretário do Interior, Justiça e Segurança Alfredo Salim Dualibe; “Ao bajulador do IAPC” (p.19), Mata Roma; “A um sr. Flexa” (p.21), Mário Flexa Ribeiro, diretor do IBGE/MA; “Ao ‘Boi Marrequeiro’” (p.22), mais uma vez o governador, agora numa referência à conhecida crônica com que Erasmo de Dias também lhe “homenageara”.

Em seguida, na página 23, os acrósticos se voltam para o personagem principal. Numa referência bastante utilizada pelos adversários de Vitorino Freire, um deles é intitulado “Ao Chefe da ‘Copa e Cozinha’”. Expressão que teria se originado de uma declaração do próprio Vitorino na qual ele procurava demonstrar o quanto era íntimo no Palácio do Catete.

---

<sup>130</sup> José Ribamar de Oliveira Franklin da Costa nasceu em São Luís no ano de 1916. Sua carreira jornalística teve início no jornal de Reis Perdígão, *Diário da Tarde*, em 1932. Já nesse época, Segundo Buzar, ele teria convivido com “militantes políticos e revolucionários” que atuavam na imprensa maranhense, participando, junto ao grupo liderado por Reis Perdígão, dos “embates ideológicos em favor dos trabalhadores”. Atuou ainda na Pacotilha antes de seguir para o Rio de Janeiro, em 1938. Trabalhou em jornais e revistas (*A Notícia; Pif-Paf*) até que em 1944 passou a integrar a redação d’O Cruzeiro, onde permaneceu por 12 anos. Participou, em janeiro de 1945, do Congresso Brasileiro de Escritores no qual estes se posicionaram “a favor da democracia e das liberdades públicas” e, portanto, contrários ao Estado Novo (FGV/CPDOC). Com o restabelecimento do regime democrático e a volta das eleições diretas, Franklin de Oliveira, por conta de “destacado desempenho na imprensa carioca, recebeu convite dos partidos de esquerda para ser candidato a deputado federal” (Buzar, 2018). Segundo Buzar (idem) ele desejava atuar na cena política, mas não demonstrou interesse em disputar cargo eletivo no Rio de Janeiro. “O seu objetivo era participar da vida pública do seu estado de origem”. Por isso, quando os partidos e os políticos começaram a desenvolver ações com vistas às eleições de 1950, “Franklin de Oliveira veio a São Luís conversar com as lideranças partidárias e sondar o quadro político maranhense. Em vez de procurar os partidos oposicionistas”, o jornalista de O Cruzeiro “bateu nas portas do Palácio dos Leões, onde teve uma conversa amistosa com o senador Vitorino Freire, do qual recebeu convite para filiar-se ao Partido Social Trabalhista. Pela legenda que Vitorino criara – o PST, Franklin de Oliveira concorreu às eleições de 1950, para conquistar uma cadeira no Congresso Nacional” (BUZAR, 2018).

## Ao Chefe da “Copa e Cosinha”...

Vitorino, teu nome é o mais perfeito  
Instrumento de sátiras, é sim...  
Tem-se dito, por vez, e com direito:  
O que êle tem de bom é ser ruim.

Realmente êle traduz o que tens feito  
Incentivando o mal, o horror, enfim  
No entanto para acrostico escoreito,  
Outro nome não há tão bom assim!

Faz pena que tu, sendo dele o dono,  
Reunindo a sordidez tôda de um mono,  
E a astúcia de um Iarápio singular.

Inspires tão somente verso sujo,  
Remembrando o Correia de Araujo  
Em arenga rimada com o Gular!

A retomada dessas produções jornalísticas do final dos anos 1940 e início dos 1950 se justifica em virtude do fato de elas passaram a constituir um repertório de imagens e referências constantemente acionado e atualizado nas lutas políticas faccionais dos períodos históricos subsequentes. Imagens como a da “libertação” de um “novo cativo”, comandado por um “invasor” em tudo oposto aos padrões e valores “tradicionais” do Maranhão, tanto em termos culturais quanto políticos, foram sendo reproduzidas e sedimentadas pelos agentes que se engajaram naquelas lutas, notadamente sob a forma dos discursos escritos jornalísticos que tanto forneciam quando recebiam dos discursos políticos falados elementos para os embates entre as facções que se confrontavam. Para corroborar o argumento reproduzimos mais uma “vitorinada”:

## Na era dos “Vitorinos”

Versos que não são versos, mas, apenas,  
Instantâneos desta era do “bacana”,  
Têm retratado as mais horríveis cenas,  
Os quadros vivos da miséria humana!

Retratam tipos de feições terrenas  
Inda não vistos. E ninguém se engana,  
Ninguém mais se conforma com uma Atenas  
Onde a imbecilidade é soberana!

Fazei, Senhor, que tal miséria cesse,  
Rasgai com vossa luz a escuridão  
Em que o nosso valor quase fenece!

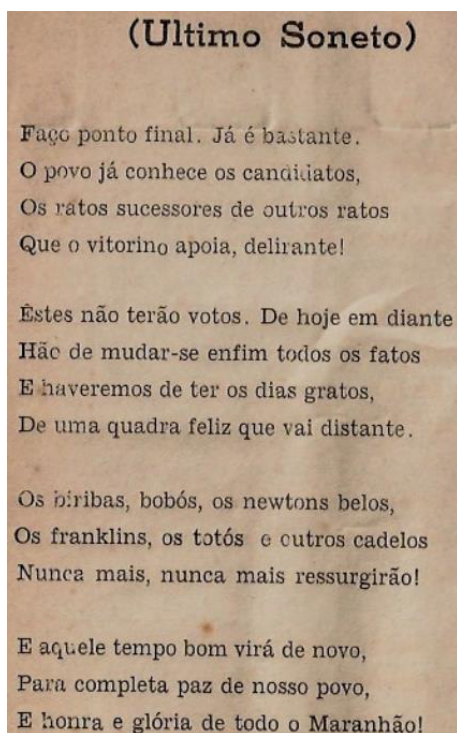
Iluminai, de novo, o Maranhão!  
Restituí a êle a Santa messe  
E a abundância do brilho e do perdão!

A intenção manifesta de “retratar” o que considera ser uma “era” (a “era dos vitorinos”) teve sem dúvida o papel relevante na produção do objeto que pretendia descrever. É possível perceber que se trata de um tipo de discurso que foi capaz de criar seu próprio referente no momento mesmo em que empenhava-se em descrevê-lo. Poderíamos, arriscando-nos um pouco, afirmar que a partir destes escritos foram instauradas condições de funcionamento de práticas discursivas (FOUCAULT, 2007) que passariam a servir como um acervo de imagens constantemente acionadas e atualizadas no cotidiano das lutas simbólicas e materiais travadas pelos agentes nos *domínios* políticos, jornalísticos e intelectuais.

No fragmento acima o autor afirma que seus versos são “instantâneos” (fotografias) que têm “retratado” as “mais horríveis cenas” de um quadro vivo da “miséria humana” onde aparecem “tipos” até então desconhecidos na “Atenas” brasileira (“tipos de feições terrenas inda não vistos”). Advindo daí uma revolta, um inconformismo nativo: “Ninguém mais se conforma com uma Atenas/ Onde a imbecilidade é soberana”. O que os levaria a clamar aos céus para que “tal miséria cesse”: “Senhor (...) rasgai com vossa luz a escuridão/ Em que o nosso valor quase fenece/ Iluminai de novo o Maranhão”. Os significados de “Luz” e “escuridão” no contexto da “era dos vitorinos” (ou “era vitorinista”, como também será descrita) são os seguintes: a “escuridão” é o presente, marcado pela “pelas cenas horríveis” da “miséria

humana” (“miséria” que é tanto material – pobreza, violência, etc; quanto espiritual – intelectual: a “imbecilidade é soberana”);por outro lado a “luz”, símbolo clássico do conhecimento, do esclarecimento, remete tanto a um passado quanto a um futuro no qual o Maranhão, “de novo”, voltará a ser “iluminado”, com “abundância de brilho”. Nesse sentido o autor retoma um discurso mítico que circulava entre os intelectuais maranhenses desde pelo menos o final do século XIX e que se assentava nas supostas “glórias do passado” de um Maranhão cultural e economicamente pujante, “grandioso”, etc. Neste conjunto de referências míticas é se que amparam novos discursos sobre o Maranhão, especialmente sobre a sua capital, frequentemente usada para se referir ao estado como um todo.

O “ponto final” ou “último soneto” que compõe a série das “Vitorinadas” que as “oposições coligadas” lançaram sob a forma de livro em 1950 foi composto às vésperas do pleito de outubro. Mais uma vez o autor faz uso da referência a um passado idealizado (época de “honra e glória”) que ele acredita “virá de novo/ Para completa paz de nosso povo”:



Agora avancemos 15 anos para encontrar este arquivo de imagens e enunciados em funcionamento numa outra configuração sócio-histórica e política. Cumpre destacar que este conjunto de imagens e enunciados encontra-se em permanente processo de

ressignificação por parte dos agentes que dele se utilizam e, ao fazerem, o modificam acrescentando novos conteúdos.

Na crônica que diária iniciada em 1965 no *Jornal do Dia*, José Chagas estava sempre comentando aspectos da política, com foco particular sobre as questões de âmbito regional, e muitas vezes mesmo municipal. Em 02 de abril de 1965 ele intitulou seu texto de “Fábrica de Municípios” e procedeu a uma denúncia do que estaria fazendo a Assembleia Estadual, segundo ele transformada numa “perfeita máquina de criar municípios”, os quais, segundo o cronista, funcionavam como “aparelhagem” para, “em nome da lei, enriquecer uns poucos à custa do erário público”. E desse modo, o município, que deveria ser, segundo José Chagas, a “mais pura expressão da democracia”, se tornaria “entre nós” a “mais pura expressão da bandalheira política, a ‘célula mater’ da corrupção administrativa” (JORNAL DO DIA, 02/04/1965, p.3: “Fábrica de Municípios”).

Em 11 de abril ele voltava novamente ao tema, desta vez para destacar, com a ironia peculiar, que aquela “indústria” maranhense estava enfrentando dificuldades devido à “política” que a “Revolução” estava implantando no país não se mostrar “muito favorável a qualquer tipo de indústria, e assim a maior empresa industrial que tem o Maranhão de hoje se sente prejudicada, sendo impelida a interromper suas atividades” (JORNAL DO DIA, 11/04/1965, p. 3: “Fogo Morto”).

[...] Em verdade, isso não é coisa que se admita.

Dizem os mais velhos que São Luís, nos remotos tempos chegou a ser mais desenvolvida industrialmente do que São Paulo. Possuía um fabuloso parque industrial que aos poucos foi desaparecendo até quase não restar nada. Havia fábricas de tudo. Fábrica de cerveja, fábrica de calçados, fábrica de meias, fábrica de pregos, fábrica de fósforos, além de outras [...].

Compreendendo e, mais do que isso, sentindo a decadência do Maranhão, que passou a ser simplesmente ‘a terra do já teve’, os deputados maranhenses de hoje, homens que tanto se sacrificam pelo desenvolvimento de seu Estado, trataram de organizar a fábrica das fábricas, para arrancar o Maranhão desse tremendo marasmo em que se achava no setor industrial, e tirá-lo da vergonhosa retaguarda em que se vinha mantendo, com relação às demais unidades federativas.

Sabe-se que, fabricando um município, o município fabrica cartórios, os cartórios fabricam eleitores-fantasmas, os eleitores-fantasmas fabricam governos, os governos fabricam mais municípios e assim o Estado cresce, porque tem multiplicadas as suas comunas, o que o leva a conseguir mais quotas federais, embora estas só sirvam para o enriquecimento de uns poucos.

Mas isso é natural, não podia ser de outro modo. Em todas as fábricas são sempre os patrões que ficam ricos, e o número dos patrões tem que ser evidentemente menor do que o dos operários. [...]

É, pois, de todo lamentável que uma indústria tão perfeita e tão necessária ao Estado sofra solução de continuidade [...].



(JORNAL DO DIA, 11/04/1965, p.3: “Fogo Morto”).

Agora demonstrando um olhar sarcástico até mesmo para o decantado passado de glórias, o agente não deixa de servir-se dele para constuir suas imagens sobre o fenômeno político no Maranhão, para tratar dos aspectos que o caracterizariam no momento presente em que escreve, com elementos que se tornaram recorrentes nesse discurso, a exemplo da ideia de “sistema desvirtuado”, “corrompido”, onde as “fábricas” produzem “municípios”, e onde a “universidade” é a da fraude. São as fraudes, os eleitores fantasmas, o “enriquecimento de uns poucos” através da “gestão” dos cofres públicos, etc.

#### ENGANO DE “ÚLTIMA HORA”

Diz o jornal “Última Hora”, do dia 15 deste, que “retorno à infância é como se deve interpretar as conversas do Marechal Castelo Branco com o Dr. Clodomir Millet, que não é sequer bacharel [...], mas um médico sem clínica e comerciante falido no Maranhão. Para os Castelos Brancos, Ceará e Maranhão são terras afins. Os meninos dos dois Estados convivem, brincam, nadam e crescem juntos. Quando homens, fazem política juntos [...]”.

Acha aquele jornal que o Marechal está em plena infância, [...] pois em matéria de eleições deixa de orientar-se pelo Superior Tribunal Eleitoral, onde há homens de grande cultura jurídica, para pedir conselhos ao Dr. Clodomir Millet, que nem ao menos tem diploma de bacharel.

Vai aí um profundo engano do pessoal de “Última Hora”. Parece que ninguém ali conhece de perto o Maranhão. Do contrário saberiam os redatores [...] que, entre nós, existem médicos que tudo sabem, menos medicina, e bacharéis que tudo conhecem, só não leis. [...]

O Presidente [...] está agindo é como gente grande. Ele sabe que, por maior que seja a cultura jurídica dos membros do STE, ninguém lá entende de segredo de eleições tanto quanto um político maranhense, principalmente quando se trata do Dr. Clodomir Millet que se especializou nisso. Tantos são os casos imprevisíveis surgidos em nossos pleitos que seria absurdo tratar de uma reforma eleitoral no Brasil sem uma consulta prévia ao maior laboratório de fraudes, que é o Maranhão. [...]

O Presidente está cansado de trabalhar com homens puramente teóricos [...]. É natural que ele agora comece a mobilizar homens práticos, para ajudar na sua difícil tarefa.

Por isso, segundo os jornais, entre os que discutiram o anteprojeto da reforma eleitoral estava o Dr. Millet e o senador Vitorino Freire, pelo que o Maranhão há de orgulhar-se, pois, através deles, dará uma contribuição de que nenhum outro Estado é capaz. É certo que nem o Doutor nem o senador são formados em Direito, mas, em assuntos eleitorais ambos sabem sutilezas de que o próprio Direito não tomou conhecimento. Afinal eles são políticos na terra da chamada “Universidade da Fraude”.

Tão sábio é o Presidente, que teve a feliz ideia de escolher do Maranhão um político que sempre combateu a fraude e outro que sempre a defendeu. [...]

E fiquem sossegados os redatores de “Última Hora”. Uma conversa com o Dr. Millet a respeito de eleições no Maranhão nunca será uma conversa de menino. Pelo contrário, garanto mesmo que muita coisa na conversa será imprópria para menores. [...].



Mediante um domínio fluente do estilo de narrativa que se convencionou chamar de “crônica”, o autor vai manipulando aquelas imagens e representações que constituem o arquivo de enunciados que permitem dizer e reconhecer um “Maranhão”, tanto em termos políticos quanto culturais, o que não significa afirmar que estas dimensões estivessem separadas enquanto instâncias específicas do vida social; como já foi exposto algumas ao longo deste trabalho. Todavia, essa separação entre o universo da “política” e o da “cultura” ou da “arte” foi buscada por alguns dos agentes aqui analisados. Na tentativa de demarcar tal separação, alguns escritos assumem ares quase esquizofrênicos, tamanha a vontade que sentem os agentes em demonstrar que sua “arte” não se confundiria com a “política”.

#### **O CONTISTA DOS MARANHÕES**

Sarney, não o político, não o deputado, não o homem de partido, não o candidato a governador. Mas o homem de letras, o imortal, o escritor, o grande contista que o Maranhão ainda desconhece. Este é o que me chama a atenção, no momento.

Aliás, nunca falei com Sarney, o deputado, embora o admire também sob esse aspecto. Sempre falei com Sarney, o intelectual, o Sarney que aprendi a ver de perto como um dos grandes talentos da terra.

Ele mesmo como que afasta, com certo escrúpulo, o deputado do escritor, todas as vezes que nos vê, a mim, ao pintor Antônio Almeida, ao poeta Tribuzi e a outros que aqui se mantêm teimosamente interessados em letras e artes. Chega até a deixar de lado, por alguns instantes, os que procuram nele apenas o deputado, para conversar conosco sobre poesia, pintura, romances, contos, coisa de um mundo que ele não precisa ser candidato para estar eleito.

Há poucos dias, na mesma casa em que várias pessoas para falar com o político, eu, Tribuzi e [Antônio] Almeida falamos imediata e isoladamente com o contista. E por longo tempo esteve ele a mostrar-nos páginas do livro que pretende publicar, esperando de nós sugestões, com aquela humildade espantosa num homem que podia nobremente orgulhar-se de seu valor e de sua consciência literária.

O livro ainda não tem título, porque Sarney está indeciso entre *Norte das águas*, *Norte das porteiras* e *Maranhões*. Tribuzi opina por Maranhões, que também me parece o título mais adequado à obra.

Li os originais de vários contos e senti neles, antes de mais nada, aquilo que se pode chamar a força da terra, a exuberância da rude e envolvente natureza que dá uma característica própria a esses “maranhões”, como assim já os chamava o Pe. Antônio Vieira.

[...]

E surpreende o conhecimento profundo que o contista tem da vida nesses rincões maranhenses, onde reina a superstição, os preconceitos, a arrogância dos latifundiários, a ignorância, o crime, o impudismo, a política sordida, fontes de onde é extraída a temática de seus contos, [...] conduzido por uma dignidade literária que o colocará entre os melhores escritores regionais de nossos dias. [...]

E, no entanto, [...] há toda uma série de implicações de ordem econômico-sociológica pela qual os intelectuais não têm tomado qualquer

interesse, nem tampouco os homens de governo, o que acarreta uma grave lacuna na vida cultural e administrativa do Estado.

Levando em consideração o que pude observar através de seus contos, Sarney me parece o escritor indicado para aquela empreitada, por seu amor à terra, pela grande experiência humana já adquirida, pela visão nova que tem dos fatos [...].

Sua linguagem, plástica, viva, dinâmica, rica de nuances, tocada de uma poesia que sobe diretamente pelo canto das aves [...], leva-nos a considerar Sarney, guardando naturalmente as devidas proporções, como o Guimarães Rosa maranhense.

Por todos esses motivos é que estou hoje escrevendo a respeito dele, Sarney, o homem de letras, não o político. E se tenho de fazer um pedido ao deputado José Sarney é o de que ele publique o mais breve possível o livro do escritor José Sarney. Feito isso, terá realizado muito em favor de nossas letras.

Outro dia, na redação do *Correio do Nordeste*, como eu falasse ainda dos contos de *Maranhões*, o Tribuzi me disse: – Agora o que é necessário é gritar com esse homem para que ele publique o livro. Faz dois anos que ele fala nisso e não leva a coisa a sério.

Pois estou lançando desesperadamente o meu grito. [...] Afinal de contas, a literatura maranhense, em nossos dias, não está assim tão rica, tão próspera [...] a ponto de desperdiçar uma inteligência como a do Sarney toda em política, essa atividade que o Maranhão demonstra não precisar de homens de letras.

Basta ver, para citar somente um caso, os nossos representantes no Senado, que de letras conhecem apenas as de banco. E por isso mesmo representam muito bem a politicalha em que vive hoje o Maranhão.

JOSÉ CHAGAS

(JORNAL DO DIA, 23/02/1965, p. 3)

O grito do cronista parece que não foi ouvido pelo deputado Sarney (nem pelo escritor Sarney) que, como fizera questão de lembrar ao leitor seu amigo José Chagas, estava às voltas com sua candidatura ao governo do estado. O referido livro de contos somente seria publicado em 1969, já no final do mandato de Sarney como governador.

Mas voltemos ao texto, por um momento. O aspecto que interessa destacar é a preocupação do seu autor em afirmar que irá tratar, numa crônica produzida para jornal diário e de relativa circulação na capital e no interior do estado, apenas do Sarney “homem de letras, o imortal, o escritor, o grande contista que o Maranhão ainda desconhece”. José Chagas se diz interessado em chamar atenção para este “desconhecido” Sarney, apesar de fazer questão de dizer que conhece “o deputado” Sarney, “o candidato a governador” Sarney, enfim, o “político” Sarney, a quem “admira também sob este aspecto”. Vê-se, desde o início, que apesar de afirmar que sua crônica é produzida no intuito, segundo ele, exclusivo de reconhecer os méritos literários do Sarney “homem de letras”, por vários momentos ela vai remeter a questões que tocam diretamente também no universo político. Mas ainda que não o fizesse, sua preocupação em afirmar, exatamente em um momento pré-eleitoral, os méritos intelectuais de um

político relativamente conhecido não poderia deixar de contribuir para a imagem pública daquele indivíduo, simultânea e indissociavelmente político e intelectual.

Após enaltecer a figura do “escritor” já consagrado e reconhecido pelos pares como “imortal” (referência ao fato de ser membro da AML), chegando inclusive a compará-lo a escritores consagrados nacionalmente como Guimarães Rosa, o autor se diz preocupado com a publicação do livro e por isso faz um pedido ao “deputado” Sarney, com quem “nunca” conversou (“sempre falei com o intelectual”): “que publique o mais breve possível o livro do escritor José Sarney”. Tudo se passa como se existissem duas pessoas (ou personalidades) diferentes em um mesmo indivíduo e que, apenas para uma delas se destinavam aqueles encômios sob a forma de crônica. Quem conhecia “profundamente” os “maranhões” era, portanto, o “grande escritor”, assim como também era ele que tinha consciência de “todo o complexo de fatores que afetam a nossa estrutura econômica”, e também dos “dramas” vividos pelos homens nos longínquos “rincões” e que são “motivo de nossas [aqui o próprio autor reconhece-se na condição de intelectual preocupado com...] inquietações sociais”. As mazelas que afligem esses homens dos “rincões maranhenses” (“a arrogância dos latifundiários, a ignorância, o crime, o impudismo, a politicalha sórdida”, etc) são descritas como “fontes de onde é extraída a temática” para os contos do “escritor”. Nesse ponto é realçada a singularidade de Sarney (e não somente o “escritor”, mas também o “político”), já que o drama vivido por aqueles homens, com “toda uma série de implicações de ordem econômico-sociológica” não despertava “qualquer interesse” nem por parte dos “intelectuais” nem “tampouco dos homens do governo, o que acarreta uma grave lacuna na vida cultural e administrativa do Estado”.

Legitimava-se, assim, não apenas o “escritor”/ “intelectual”, até porque este já era reconhecido como tal, pelo menos a nível regional, mas principalmente o “político”, o “deputado que era candidato a governador”. Afinal, qual o sentido ou a necessidade de se divulgar, publicizar, o máximo possível e nos limites de um jornal diário mas de circulação restrita ao Maranhão (pois não se tratava de uma revista de “artes e letras”, nem de um caderno ou suplemento literário em um jornal de circulação no centro cultural do país), os dotes literários de um escritor que já gozava do reconhecimento inter pares? E lembremos que este reconhecimento se dava tanto entre a intelectualidade mais oficial ou institucionalizada (era membro tanto da AML quanto do IHGM) quanto entre aquela mais identificada com a “vanguarda modernista”, a exemplo do grupo posteriormente conhecido como “geração de 1945”, cujos principais nomes citados

pelos estudiosos da literatura regional são Bandeira Tribuzi, Ferreira Gullar, Lago Burnett, Lucy Teixeira, entre outros.

Seria interessante, também, pensar comparativamente em relação às posições do autor e do objeto da crônica nos domínios políticos e intelectuais regionais. Enquanto Sarney desfrutava de uma posição relativamente elevada naqueles *domínios*, Chagas ainda buscava se afirmar intelectualmente, investindo principalmente sua produção poética. No entanto, tinha compromissos praticamente diários com a imprensa escrita, donde extraía benefícios, tanto materiais quanto simbólicos, já que através de suas crônicas de jornais ele passou a ser reconhecido como “cronista da cidade”, reconhecimento social que, logo em seguida, seria importante na sua eleição à Câmara de Vereadores de São Luís.

Por fim, o autor da crônica (política e literária) declarava que o livro de contos de Sarney deveria ser publicado logo porque a “literatura maranhense” não estava “assim tão rica, tão próspera, tão pródiga, a ponto de desperdiçar uma inteligência como a do Sarney toda em política”, atividade que o próprio Maranhão demonstrava não precisar de “homens de letras”, visto que as únicas que “os nossos representantes no Senado”, por exemplo, conheceriam eram as letras de banco. Por isso, concluía o cronista, eles “representam muito bem a politicalha em que vive hoje o Maranhão”.

## CONCLUSÃO

Dois foram os pontos de partida para a formulação da problemática defendida nesta tese. Em primeiro lugar, procurou-se delinear seu objeto a partir da imbricação entre *domínios* políticos, intelectuais e jornalísticos em dois momentos históricos específicos. O segundo ponto foi ter privilegiado como universo empírico para captar aquelas imbricações, o espaço da imprensa maranhense a partir do exercício de atividades indissociavelmente jornalísticas, políticas e intelectuais por agentes socialmente reconhecidos naqueles três *domínios* (configurando casos de *multinotabilidades*).

O recorte empírico centrado nos veículos de comunicação foi complementado com a escolha de uma cronologia que perpassou os chamados períodos eleitorais, o que se mostrou adequado no sentido de apreender tanto a lógica faccionalista marcada por conflitos, alianças, rupturas e adesões, quanto a mobilização de discursos de legitimação com matizes e bases ideológicas variadas.

A partir daí, buscou-se construir como objeto de análise as lutas de classificação e representação em torno da política, dos *facções* políticas e dos próprios homens políticos em atuação naqueles cenários, ressaltando-se as condições de emergência de etiquetas políticas com base em “ismos”, derivados do peso do capital político personificado. A ênfase recaiu, afinal, não tanto sobre a fabricação, mas sobre os lugares de onde emergem essas etiquetas, quais suas principais linhas de clivagens e de que modo elas ganham consistência, ou não, para os agentes sociais.

O trabalho logrou delinear um tipo de investimento no jogo político orientado pelo principal meio de comunicação daquele período, os jornais impressos de circulação diária. Delineou-se, então, como objeto a relação entre duas estruturas, a estrutura das relações objetivas entre as posições no campo de produção cultural (a posição dos agentes) e a estrutura das relações objetivas entre as tomadas de posição no espaço das obras (no caso a produção publicada em jornais). Este sistema de tomadas de posições é resultado de um conflito permanente entre facções políticas mutáveis. Para dizê-lo, apropriando-nos das palavras de Bourdieu, o princípio gerador e unificador desse “sistema” de tomadas de posição é a própria luta faccional nas quais estão imersos os agentes.

Um dos aspectos que atravessam ambas as conjunturas históricas diz respeito ao fato de que os agentes objetivados enquanto intérpretes do jogo político, compartilham

de uma mesma problemática dentro de um esquema de pensamento que praticamente mantém-se estável, ainda que incorpore novos elementos dos debates político-ideológicos de cada conjuntura (tenentismo, revolução de 1930, nacionalismos de diferentes matizes ideológicos). É o que Bourdieu chamou de consenso no dissenso. Estão de acordo acerca do terreno no qual devem travar suas batalhas políticas e intelectuais. E nesse ponto tocamos em outro resultado interessante que a pesquisa apontou: a importância atribuída à condição de intelectual, tanto para o exercício da representação política quanto para a condição de produtor de representações simbólicas sobre o fenômeno político em geral.

Este trabalho de formulação de imagens ou representações tinha duas faces complementares: de um lado, a posituação da *facção* política à qual estava atrelado aquele agente, na maioria dos casos aqui considerados isso significava uma defesa pessoal da *reputação* do próprio agente; como estas produções simbólicas se faziam sempre num espaço relacional e concorrencial elas precisavam caracterizar também os seus antagonistas, os quais serão sempre referenciados a partir de características pejorativas que buscam desqualificá-los seja enquanto representantes políticos seja enquanto produtores simbólicos, contestando por exemplo os baixos padrões de exercício da política e também do jornalismo.

Ainda sobre a condição de intelectual nessa configuração regional, percebe-se que ela é considerada uma espécie de pré-requisito para o exercício tanto do jornalismo quanto da ocupação de postos políticos. No caso daqueles intelectuais que buscavam investir numa carreira literária, esta deveria necessariamente passar por algum tipo de vínculo com as atividades da imprensa, seja o exercício do ofício de jornalista, seja a colaboração por meio de produções literárias (crônicas, poesias, etc). O jornalismo era, assim, a principal porta de entrada para o universo propriamente literário, consideravelmente reduzido em termos de espaços de consagração. A aproximação ou mesmo o engajamento em um veículo da imprensa diária, implicava também em tomadas de posição nos *domínios* políticos visto que praticamente todos os jornais em circulação nos períodos cronológicos recortados eram porta-vozes das *facções políticas* em disputa no estado. A partir daí, as possibilidades de manter-se na imprensa e assim obter reconhecimento social como intelectuais e/ou literatos está mais ou menos condicionada ao engajamento no jogo faccional, onde se descortina inclusive a possibilidade de entrada no jogo político através de uma carreira eletiva, ou ainda a ocupação de postos burocráticos via rede de relações pessoais com figuras políticas. O

peso dos constrangimentos estruturais se faz sentir por intermédio também dos reduzidos espaços de publicação dos seus escritos literários, viabilizados seja pelo Estado ou por patrocinadores particulares, em geral ligados ao jogo político faccional.

Isso tudo evidencia as condições de baixa autonomia do exercício da atividade intelectual que tende a encaminhar seus pretendentes aos domínios jornalísticos e políticos, sem desconsiderar que, nestes dois últimos, a legitimidade dos agentes também se dava mediante o seu reconhecimento prévio enquanto intelectuais. Nos embates faccionais das duas conjunturas históricas analisadas, um dos aspectos mais acionados para questionar ou pôr em xeque o exercício da atividade de representação política consiste justamente na posse ou reconhecimento de “inteligência”, “cultura” (“jurídica” e/ou “literária”), independentemente de posições mais “progressistas” ou “conservadoras” no espectro ideológico.

Nesse sentido, foi possível identificar, nas conjunturas históricas, itinerários sociais de agentes que atuaram como intérpretes da política, participando de um trabalho mais ou menos bem sucedido de inscrição na histórica política regional, onde se ressaltam os eventos e personagens da política maranhense.

A pesquisa logrou identificar, também, um repertório de crenças, valores e atributos considerados como definidores de uma “tradição política maranhense”, acionados nos dois momentos considerados, sem apresentar variações consideráveis em termos dos seus supostos valores culturais e intelectuais. Uma peculiaridade da conjuntura dos anos 1960 diz respeito à identificação de uma inflexão ou “hiato” nessa suposta “tradição” por conta da “ocupação” de indivíduos externos à “terra berço”, os quais são apontados como responsáveis pela “triste notoriedade”, pelo “obscurantismo” que o Maranhão experimentava no tempo presente, justificando-se assim, como necessária e legítima a “luta de libertação” do “povo” levada a cabo por aqueles agentes responsáveis pela produção dessa leitura da história política e cultural do Maranhão. Nesse processo são acionados discursos de modernização e progresso, no bojo de um nacionalismo difuso que oscilava nos anos 1950 e 1960 entre propostas mais liberalizantes ou mais de “esquerdizantes” (PÉCAUT, 1990).

Considerando-se de uma perspectiva comparativa interna os quatro perfis objetivados na conjuntura dos anos 1930, podemos destacar alguns elementos convergentes entre eles, bem como aspectos que os particularizam. Em relação aos aspectos que os aproximam, destacam-se as origens sociais hierarquicamente bem situadas, e mesmo aquele caso que constitui uma exceção (Nascimento Moraes), teve

acesso à mesma formação cultural daqueles, compartilhando dos seus valores e visões de mundo, bem como engajando-se nas disputas faccionais e jornalísticas que constringiam o exercício da atividade intelectual naquele período histórico.

Um segundo aspecto que reúne estes agentes é o fato de seus trajetos sociais atravessarem pelo menos três *domínios* de atuação da vida social: intelectuais, jornalísticos e políticos, não sendo possível separar cada um deles tendo em vista as imbricações e interpenetrações que caracterizam seus funcionamentos. O certo é que aqueles agentes analisados conseguiram acumular recursos que os singularizaram seja enquanto jornalistas, intelectuais e políticos. Essas *multiposicionalidades* em *domínios* imbricados lhes permitiram acumular recursos de notoriedade, detidos personalisticamente, ou seja, que podiam carregar consigo e acioná-los nos diferentes universos de atuação sem a necessidade de retradução, constituindo-se assim enquanto *multinotáveis*. Esse processo de consagração pública teve como lugar central o exercício de atividades jornalísticas. Conforme foi destacado ao longo dos perfis individuais, todos eles tiveram intensa produção jornalística além de ocuparem posições de destaque na hierarquia dos diários (como redator-chefe), e muitos deles ainda investiram na fundação de veículos (três dos quatro casos foram simultaneamente proprietários e diretores de redação). Aqui o exercício dessa atividade é bifronte, por assim dizer, servindo tanto para sedimentar os “pendores” literários e/ou intelectuais (dividindo-lhes uma carreira de literato ou escritor) quanto para viabilizar um meio de atuação política, diretamente ligado às pretensões das *facções* em que se encontravam atrelados os jornais e/ou os próprios agentes. Em termos de carreira política, em sentido amplo, todos ocuparam cargos políticos, considerando-se os cargos nomeados para posto de comando (interventor e intendente municipal) bem como aqueles na burocracia pública, também nomeados por interferência das relações pessoais mantidas com as lideranças das diversas *facções* políticas. O ingresso (ou tentativa de ingresso) na política verificou-se em três dos cinco casos, os outros dois mantendo-se mais numa espécie de retaguarda do jogo faccional, servindo-se e servindo-lhe principalmente através das suas atuações em jornais e como intelectuais (escritores, professores catedráticos do Liceu ou ainda na Faculdade de Direito).

Apesar desses agentes (Reis Perdigão, Astolfo Serra, Tarquínio Filho e Nascimento Moraes) não terem conseguido manter-se de forma bem sucedida nos *domínios* políticos de acirrado faccionalismo que nos primeiros anos da década de 1930, eles conseguiram com relativa facilidade integrar-se na estrutura político-administrativa



que foi sendo instituída a partir da instauração do Estado Novo (1937), ocupando postos nas burocracias estadual ou federal, e inclusive defendendo os postulados ideológicos do novo regime nos seus escritos que produziram a partir de então.

A partir desse prisma de comparação, podemos assentar alguns aspectos para a segunda conjuntura analisada (anos 1960). Os quatro casos têm perfis sociais heterogêneos, primeiro, no que se refere às posições ocupadas em relação às *facções* políticas, consequências do nível de envolvimento político-partidário. Poder-se-ia falar numa espécie de gradiente de proximidade com o núcleo faccional, indo desde um agente (José Chagas) que se situa na órbita das *facções*, engajando-se nas disputas políticas principalmente através da produção discursiva (inicialmente usando pseudônimo); um segundo caso (Bandeira Tribuzi), que podemos situar numa posição intermediária, mais próximo do núcleo faccional, mantendo inclusive relação de amizade com o *ego* dessa rede política, porém, sem obter sucesso nos pleitos eleitorais, ele se afirma enquanto intérprete do jogo político, produzindo leituras da “realidade” a partir de uma competência técnica específica que confere autoridade às suas intervenções, inclusive legitimando-o a assumir, na configuração seguinte (pós-1964), o posto de líder do planejamento governamental no estado do Maranhão. Por último o agente que ocupa posição de centralidade na *facção* “oposicionista” (ou “neivista”, conforme designavam no início dos anos 1960 os jornais “vitorinistas”). Assim como os outros dois casos, manteve uma produção jornalística voltada para a interpelação e a interpretação do fenômeno político maranhense, contribuindo significativamente para formulação, propagação e consolidação de imagens e representações do jogo político nas décadas de 1950 e 1960, particularmente no que se refere à caracterização do chamado “vitorinismo”.

Nesse sentido, foi possível verificar a importância da relação com os adversários para a legitimação da própria atuação política dos agentes cujos escritos foram aqui analisados. Os discursos produzidos nos veículos jornalísticos se retroalimentavam, conforme se pode perceber na emergência de classificações e etiquetas em “ismos”. Basta dizer que assim como o *Jornal do Povo*, de Neiva Moreira, contribuiu decisivamente no processo de fabricação do “vitorinismo”, o principal órgão dessa *facção* elaborava, por sua vez, classificações designando os membros da *facção* rival como “escribas neivistas” e o jornal em que atuavam como “órgão neivista” (DIÁRIO DA MANHÃ, 18/04/1962, p. 3: “Nossa posição”). No caso do “vitorinismo”, focado na segunda parte desta tese, os agentes que o constituíram

não o fizeram de uma vez por todas nem de modo consciente e interessado. Tratava-se de uma configuração de lutas simbólicas onde se jogava com os diferentes recursos disponíveis pelos agentes.

Particularmente relevante nessas batalhas simbólicas era identificar-se com o “povo”, tarefa a que não se furtaram os intelectuais, jornalistas e homens políticos objeto da nossa investigação. Afirmando-se enquanto porta-vozes desse mesmo “povo” eles procuraram demonstrar o quanto que o “vitorinismo” estaria em contradição com as “tradições” políticas e culturais do estado. Acionavam, desse modo, referências míticas a uma identidade regional do Maranhão enquanto “Atenas Brasileira”, da qual se julgavam legítimos continuadores. O fenômeno “vitorinista” foi sendo constituído a partir de uma constante atualização, onde se acrescentavam novos conteúdos. Nesse processo o conhecimento da história oficial do estado servia como fonte constante, ao mesmo tempo em que ela própria ia sendo reescrita pelos intérpretes da política no estado do Maranhão.

Os eventos em torno da chamada “Greve de 51”, são exemplares nesse sentido. Eles permitiram fabricar novas imagens e ao mesmo tempo reforçar representações que vinham sendo afirmadas nos discursos produzidos pelos intérpretes. A ideia de “Libertação” merece ser retomada aqui porque ela atravessou o imaginário político regional do século XX, sendo frequentemente acionada nos embates *faccionais* contemporâneos. A principal referência para essa utilização posterior, quer dizer, os elementos característicos da forma com que costuma ser acionada nas lutas simbólicas essa ideia de “Libertação”, foi dada pelos discursos produzidos nos anos 1950 e 1960 pelos agentes considerados neste trabalho. Mobilizando metáforas, imagens e referências históricas, eles foram capazes que reescrever a história política do estado, acrescentando um novo capítulo no qual o “vitorinismo” era um símbolo da “Ocupação” estrangeira e que, destituído dos signos que supostamente marcariam a “terra berço” (notadamente a “cultura”), deveria ser combatido por todos maranhenses preocupados em velar pelas “nossas tradições” e, principalmente, para recolocar o Maranhão no caminho do “desenvolvimento” e do “progresso”, outrora trilhado (numa “idade de ouro”) mas que no momento presente encontrava-se num “hiato” representado pelo “cativeiro” da “dominação vitorinista”. Justificavam, assim, o seu papel enquanto legítimos representantes dessa tradição cultural e políticas, autorizados não só a interpretar a “realidade” mas também a agir sobre ela, propondo soluções aos problemas

que identificavam como urgentes e que impediam o “soerguimento” tanto em termos econômicos quanto culturais e políticos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ALMEIDA, B. *Éramos felizes e não sabíamos*. São Luís: Revista Legenda Editora, 1996.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A ideologia da decadência. Rio de Janeiro: editora Casa 8, 2008.
- ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Adriana de. Em nome da cidade vencida: A São Luís republicana na obra de José do Nascimento Moraes (1889 – 1920). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História/UFRN). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte 2011.
- BACELAR, Magno. Bernardo Coelho de Almeida. In: Blog do Samuel Santos. Publicado em 03/11/2015. (Acesso em 28/04/2018).
- BADIE, Bertrand e HERMET, Guy. *Política Comparada*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993.
- BARROS, Rafael Silva. Fuzilamentos no sertão maranhense (1921): “conspiração” política e repressão oligárquica nos escritos de José Nascimento Moraes. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Maranhão, 2015.
- BOISSEVAIN, Jeremy. “Coaliciones”. In: FÉLIX SANTOS, Requena (org.). Análisis de redes sociales. Barcelona, Siglo Veintiuno, 2003.
- BOLTANSKI, Luc. L’espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. *Revue Française de Sociologie*, 1973, 14-1. pp. 03-26. 1973.
- BORRALHO, José Henrique. Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. São Luís: Café & Lápis, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Instituto de História e Geografia do Maranhão (IHGM): patrimônio, memória e história como princípios de perpetuação da imagem de um Maranhão grandioso. *Revista Patrimônio e Memória*, 2011b.
- BORGES, Almicéia Larissa & FURTADO, Luciana Nathalia. As contribuições de Antônio Lobo e Domingos Perdígão em relação às práticas leitoras infantis do Maranhão no início do século XX. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Vitória/ES, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

Stratégies de reproduction et modes de domination. Actes de la Recherche em Sciences Sociales. Vol. 105, pp.3-12, 1994.

\_\_\_\_\_. Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996a.

\_\_\_\_\_. A linguagem autorizada. In: A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996b.

\_\_\_\_\_. “O ponto de vista do autor. Algumas propriedades dos campos de produção cultural”. In: As regras da arte. São Paulo: Cia das Letras, 1996c.

\_\_\_\_\_. A influência do jornalismo. In: BOURDIEU, P. Sobre a Televisão – Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

\_\_\_\_\_. “Espaço social e poder simbólico”. In: Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. O capital social. In: Escritos de educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. A crença e o corpo. In: O senso prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Um “livro para queimar”? In: Homo academicus. Florianópolis: editora da UFSC, 2013a.

\_\_\_\_\_. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2013b.

BUZAR, Benedito. Vitorinistas e oposicionistas. São Luís: Lithograf, 2001.

\_\_\_\_\_. Neiva Moreira – Jornalista do Povo. São Luís: Lithograf, 1997.

\_\_\_\_\_. O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945-1965). São Luís: Geia, 2014.

BRAS, Helayne Xavier. Os marginalizados pela república: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Maranhão, 2014.

CALDEIRA, José de Ribamar. As interventorias estaduais no Maranhão. Dissertação de Mestrado/Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Campinas: Unicamp (mimeo). 1981.

CHAGAS, José. Os canhões do silêncio. São Paulo: Siciliano, 2002.

\_\_\_\_\_. Da arte de falar bem. São Luís: Geia, 2004.

CHAMPAGNE, Patrick. Formar Opinião. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

COLLOVALD, Annie. Histoire d'un mot de passe: le pujadisme. Contribution à une analyse des "ismes". In: Genèses, v.3, n.3, pp.97-119, 1991.

\_\_\_\_\_. Identités stratégiques. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Vol. 73, 1988.

\_\_\_\_\_. Jacques Chirac et le gaullisme. Biographie d'un héritier à histoires. Paris: Belin, 1999.

CORADINI, Odaci e REIS, Eliana. "Transações culturais, intelectuais e as Ciências Sociais". Revista Pós-Ciências Sociais, vol.9, nº 17, 2012.

CORADINI, Odaci. "Panteões, iconoclastas e as Ciências Sociais." In: L.O. FELIX; C.P ELMIR. (Orgs.). *Mitos & Heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

\_\_\_\_\_. *Em nome de quem?* Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. Veritas, Porto Alegre, v. 14, n. 162, p. 207-220, jun. 1996.

\_\_\_\_\_. A extração social dos candidatos: as eleições de 1990 e de 1994 no Rio Grande do Sul. *Cadernos do Nuap*, 1999.

\_\_\_\_\_. 2012. Usos das ciências humanas e sociais, centro periferia. Repocs.

\_\_\_\_\_. As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: REIS, E. & GRILL, I. Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas. São Luís: EDUFMA, 2014.

*Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, 1821-2007*. Front Cover. Edições SECMA, 2007.

CARREIRA, Rosângela Aparecida Ribeiro. A paratopia testemunho-documental e o discurso da negritude em *Vencidos e Degenerados*. Tese de doutoramento (Língua Portuguesa/PUC-SP). São Paulo: PUC, 2015.

CASTRO FARIA, Luiz de. Oliveira Vianna: de Saquarema à alameda São Boaventura, 41-Niterói: o autor, os livros, a obra. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

CORREA, Rossini. Pela cidade do homem – Um intrpretação de Bandeira Tribuzi. São Luís, 1982.

\_\_\_\_\_. O modernismo no Maranhão. Brasília: Corrêa e Corrêa editores, 1989.

\_\_\_\_\_. Formação social do Maranhão: O presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

COSTA, Wagner C. Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: UFMA, 2006.

\_\_\_\_\_. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antônio. et all. Histórias do Maranhão em tempos de república. São Luís: Edufma, 2015.

DINO, Sálvio. A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941). São Luís: EDUFMA, 2014.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 2008.

\_\_\_\_\_. Mozart: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

FERREIRA JÚNIOR, José Ribamar. A arena da palavra: parlamentarismo em debate na imprensa maranhense (1961-1963). São Paulo: Annablume, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

GOMES, Clícia Adriana Abreu. A fabricação do folclore no Maranhão: investimentos e interesses no contexto da Subcomissão Maranhense de Folclore. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão – São Luís, 2014.

GOMES, Elisângela Pereira. A trajetória docente de José do Nascimento Moraes na primeira metade do século XX. Dissertação (Mestrado em Educação/UFMA). São Luís, 2015.

GONÇALVES, M. F. A reinvenção do Maranhão dinástico. São Luís: UFMA, 2000.

GRILL, Igor G. e REIS, Eliana T. dos. Disputas faccionais, batalhas jurídicas e construções midiáticas em uma eleição municipal. *Revista Opinião pública*, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, p. 490 – 512, 2012.

\_\_\_\_\_. Elites Parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

\_\_\_\_\_. Dos *Campos* aos *Domínios* das “Elites” no Brasil. *Revista TOMO*, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 163-210, jan./jun. 2018.

GRILL, Igor G. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 65-87, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. "'Família', Direito e Política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier". *Tomo*, nº 10, 2007.

\_\_\_\_\_. Bases sociais e intérpretes da “tradição trabalhista” no Rio Grande Sul. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 48, nº 3, 2005.

\_\_\_\_\_. “Ismos”, “Ícones” e intérpretes: as lógicas das “etiquetagens” na política de dois estados brasileiros (MA e RS). Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.20, n. 43, p.193-220, out. 2012.

HAEGEL, Florence. Mémoire, heritage, filiation. Dire le gaullisme et se dire gaulliste au RPR. Revue française de science politique. Vol. 40, pp. 864-879, 1990.

JESUS, Matheus Gato de. Negro, porém republicano: investigações sobre a trajetória de Raul Astolfo Marques (1876-1918). Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2010.

KACIAF, Nicolas & PASSARD, Cédric. Porte-parole. Publicationnaire – Dictionnaire encyclopédique et critique des publics. 2018.

LANDÉ, C. Introduction: the Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, S. W. (ed.). Friends, Followers and Factions: A Reader in Political Clientelism. Berkeley: University of California. 1977.

LENCLUD, Gérard. La tradition n’est plus ce qu’elle était: sur les notions de tradition et de société traditionnelle en ethnologie. Terrain: Revue d’ethnologie de l’Europe. 1987.

LIMA, Carlos de. História do Maranhão – República. São Luís: Geia, 2010.

LOBO, Rodrigo Gomes. Processos de socialização em jornalismo: adestrando “focas” ou treinando *trainees*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social/USP. São Paulo, 2010.

LOPES, Antônio. Presença do romancista: versões maranhenses. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

MACHADO, Nauro. As esferas lineares: 4 estudos maranhenses. São Luís: Edições SECMA, 1996.

MARANHÃO. *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, 1821-2007*. Front Cover. Edições SECMA, 2007.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Rachaduras solares e epigonismos provincianos – sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890-1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

MARCHETTI, D. “Les révélations du journalisme d’investigation”. Actes de La Recherche em Sciences Sociales, n. 131-132, 2000.



MAYER, Adrian. "A importância dos 'quase-grupos' no estudo das sociedades complexas". In: FELDMAN BIANCO, Bela. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, 2010.

MEIRELES, Mário. *Panorama da Literatura Maranhense*. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

\_\_\_\_\_. *História do Maranhão*. São Luís: DASP, 1960.

MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. *Mashorqueiros ou Procellários? A experiência tenentista no Maranhão: política, cultura histórica, imaginário, personagens...* Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, 2015.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Jomar. *Apontamentos de Literatura Maranhense*. São Luís: SIOGE, 1977.

MORAES, Nascimento. *Puxos e repuxos*. São Luís: Typ. dos Artistas, 1910.

MOREIRA, Neiva. *O pilão da madrugada – Um depoimento a José Louzeiro*. São Luís: SECMA, 2007.

NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo: Edusp., 1997.

NEVEU, Éric. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: edições Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. Pages « Politique ». In: *Mots*, n°37, décembre 1993. *Rhétoriques du journalisme politique*. pp. 6-28.

NUNES, Patrícia Portela. *Medicina, poder e produção intelectual*. São Luís: EDUFMA, 2000.

PALHANO, Raimundo. *A produção da coisa pública: serviços públicos e cidadania na república ludovicense*. São Luís: Engenho, 2017 [1ª ed.1988].

PALMEIRA, M. & BARREIRA, C. (orgs.). *Política no Brasil: visões de antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/NuAP/UFRJ, 2006.

PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M. (orgs.). (1996), *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PALMEIRA, Moacir. *Política, facções e voto*. In: PALMEIRA, M e HEREDIA, B. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PERDIGÃO, Domingos Castro. *O que se deve ler – Vade-Mecum bibliographico*. São Luiz: Imprensa Oficial, 1922.

PERDIGÃO, Reis. *A Revolução de 1930 no Maranhão*. um documento para a história. São Luís: edições AML, 2016.

\_\_\_\_\_. (João de Talma). Da fornalha de Nabucodonosor...(Correspondência de um revolucionário). Buenos Aires: 1926.

PEREIRA, Ariel Tavares. A imprensa ludovicense e os “extremismos da esquerda e da direita” (ANL *versus* AIB). Monografia de graduação em História (UFMA), 2006.

\_\_\_\_\_. Um espectro ronda a Ilha: o comunismo na imprensa de São Luís (1935-1937). São Leopoldo: Oikos, 2016.

PETRARCA, Fernanda Rios. “O jornalismo como profissão”: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia/UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. Por uma Sociologia Histórica do Jornalismo no Brasil. In: Congresso Nacional de História da Mídia (Anais eletrônicos). Niterói: Rede Alfredo de Carvalho, 2008.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. De Odorico Mendes a José Sarney: recortes da imprensa política no MA nos séculos XIX e XXI. (VIII Encontro Nacional de História da Mídia). 2011.

RAMOS, Clóvis. A intelectualidade maranhense: fase contemporânea. Brasília: Gráfica do Senado, 1990.

REIS, Eliana Tavares dos. Saberes em movimento: transações entre “intelectuais”, definições de ciências sociais e a “política”. In: Seidl, E.; Grill, I. G. (Orgs.) As ciências sociais e o espaço da política no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, pp. 21-74.

\_\_\_\_\_. Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política. Um estudo sobre militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre/São Luís: Zouk/Edufma, 2015.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. Trajetórias de Multinotabilidades: Reconfigurações Históricas e Condicionantes Sociais das Inscrições Políticas e Culturais de Parlamentares Brasileiros. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, no 2, 2015.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas. São Luís: EDUFMA, 2016.

\_\_\_\_\_. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. Tempo Social (Revista de sociologia da USP), v. 29, n. 3, pp. 137-159, 2017.

RIBEIRO, 2003.

REIS, Flávio. Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão. São Luís: [s.n.], 2007.

- REIS, Nonato. “Nas ondas do rádio AM”. Publicado em 25/09/2011. In: <https://educacao.jornalpequeno.com.br/impresso/2011/09/25/nas-ondas-do-radio-am/> (acesso em 28/04/2018), 2011.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. Estudos Históricos, nº 31. Rio de Janeiro, 2003.
- SAITTA, Eugénie. Le désenchatement des journalistes politiques: une comparaison France/Italie. In: COHEN, Antonin et al. Les formes de l’activité politique: éléments d’analyse sociologique, du XVIIIe siècle à nos jours. Paris: Presses universitaires de France, 2006.
- SALGADO FILHO, Natalino. Tarquínio Lopes Filho: médico, político, jornalista e administrador que virou mito. São Luís: EDUFMA, 2015.
- SANTAYANA, M. Neiva e o compromisso político do jornalista. Jornal do Brasil, 12/05/2012. Versão online. Acessado em 15/08/2017.
- SARNEY, José. O ciclo vitorinista. In: BUZAR, 2014.
- SENA, C. Neiva Moreira – Testemunha de libertação. São Luís: Comitê Brasileiro pela Anistia (Seção Maranhão), 1979.
- SERRA, Astolfo. Interventoria federal no Maranhão: noventa dias de governo do padre Astolfo Serra. São Luís: Imprensa Oficial, 1931.
- \_\_\_\_\_. A vida simples de um professor de aldeia. Rio de Janeiro: s/ed., 1944.
- SIGAL, S. Intelectuais, cultura e política na Argentina. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v.9, n.17, 2012.
- SILVA, Marcelo e Silva. A besta-fera vai ao paraíso: uma análise da construção da memória e *identidade pública* da médica e comunista maranhense Maria Aragão. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (PPGCSoc/UFMA), 2017.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SOUZA, Isabel R. “Paixão ou vocação?” – Competência jornalística, redes de relações e atuação na assessoria de imprensa em Aracaju. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS, 2013.
- TIMM, P. Foi-se o pilão da madrugada. In: <https://www.sul21.com.br/jornal/foi-se-o-pilao-da-madrugada-ah-pobre-maranhao/> acesso 15/08/2017.
- TRIBUZI, Bandeira. Poesia Reunida. Rio de Janeiro: editorial Alhambra, 1986.
- \_\_\_\_\_. Obra poética. São Paulo: Siciliano, 2002.

VASQUEZ, Karina. Mário de Andrade em Klaxon - De joven estudioso a crítico erudito: la construcción de un proyecto intelectual. Revista Intellèctus, ano XV, n.2, p. 66-93. Buenos Aires: 2016.

VAZ, Leopoldo Gil. O “sportman” Antônio Lopes da Cunha. Recorde: Revista de História do Esporte. Volume 2, número 2, dezembro de 2009.

VIEIRA FILHO, Domingos. Antônio Lopes. Maranhão, ano XVI, nº 1.102, 24/12/1950.

VILANETO, Quincas. Catálogo histórico da imprensa maranhense: do prelo ao prego: 1821-2007. São Luís: UEMA, 2008.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. Revista Lua Nova nº 55-56; São Paulo, 2002.

WOLF, Eric. Antropologia e poder. Brasília: editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

### **Jornais e revistas**

*Correio do Nordeste*

*Diário Carioca*

*Diário da Tarde*

*Diário de Notícias*

*Diário de São Luís*

*Diário do Norte*

*Folha do Povo*

*Jornal do Brasil*

*Jornal do Dia*

*Jornal do Povo*

*Jornal Pequeno*

*Notícias*

*O Combate*

*O Estado do Maranhão*

*O Imparcial*

*O Jornal*

*Pacotilha*

*Pacotilha-O Globo*

*Revista Fon Fon*

*Tribuna*

## **Filmes e Documentários**

MOREIRA NETO, Euclides. *José Chagas, o Lavrador de Palavras*. Duração: 17'50". DAC/UFMA, 2004.

SANTOS, Murilo. *O Crime da Ulen*. Duração: 52'30". TVE BRASIL, 2009.